



AÇORES
CIDADE E TERRITÓRIO

Antonieta Reis Leite

Tese de Doutoramento em Teoria e História da Arquitetura orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e co-orientada pela Professora Doutora Luísa Trindade, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Coimbra 2012

Imagem da capa:

Vicenzo Maria CORONELLI, *Isole Azzori, ó Azzoridi, dette altrimenti Acipitrum, Tertiae, Flandrica, et Superiores, possedute nel Mar Atlântico da Portughesi* [século XVIII].

(Reproduzido Mário VIANA (coord.), *História da Ilha do Faial ...* vol. II, p. 118.

AÇORES, CIDADE E TERRITÓRIO

QUATRO VILAS ESTRUTURANTES

Aos meus Pais

Ao Rodrigo, à Maria Rafaela e ao Guilherme

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores desta tese, Professor Doutor Walter Rossa e Professora Doutora Luísa Trindade quero deixar expressa a minha enorme gratidão.

Ao Professor Doutor Walter Rossa, agradeço profundamente o incentivo permanente, a generosidade, a sabedoria e a paciência, com que acompanhou esta dissertação e com que me acompanha desde os primeiros passos como investigadora e arquiteta.

À Professora Doutora Luísa Trindade agradeço a bondade e sabedoria com que acolheu a orientação de um projeto já em curso, na certeza de que sem o seu contributo crítico e exigente, mas sempre muitíssimo entusiástico, teria sido ainda mais difícil cessar esta tese.

A ambos agradeço a amizade e apoio constante.

Agradeço à minha família o suporte contínuo, ao Rodrigo e aos nossos filhos Maria Rafaela e Guilherme que nasceram, cresceram e “dividiram” até hoje a mãe com este “trabalho grande de ver como crescem as cidades”.

Um agradecimento muito especial aos meus pais, acima de tudo por acreditarem sempre em mim, mas também pelo apoio incondicional a todos os níveis indispensável à feitura deste trabalho. Ao meu pai em particular pelo exemplo e pelo gosto que me passou pela História (dos Açores) e pela leitura atenta e crítica de grandes partes da dissertação.

À minha irmã Rafaela e família, que mesmo estando longe estiveram sempre presentes.

Um obrigada a todos os tios e primos que nos Açores ou no continente brincaram com os meus filhos e criaram as condições necessárias para que eu pudesse trabalhar “em férias”.

Estou também reconhecida aos meus sogros Margarida e Manuel Porto, bem como aos meus cunhados e (10) sobrinhos por, com (muita) alegria, me acompanharem neste percurso.

Aos meus colegas e amigos, em especial aqueles com quem nos últimos anos partilhei não só o espaço de trabalho, mas também as alegrias e amarguras próprias da condição de doutorando. Ao Adelino Gonçalves, ao Sidh Mendiratta, à Vera Domingues, ao Nuno Grancho, à Luísa Barbosa Cardoso, e à Margarida Relvão, o meu sincero obrigada. Agradecimento que estendo à Patrícia Miguel e à Alice Santiago Faria.

Agradeço também ao Professor Doutor Paulo Varela Gomes, o privilégio das aulas/conversa que me serviram sempre de incentivo, agradeço em particular as conversas sobre catedrais essenciais à elaboração do capítulo dedicado à Sé de Angra.

Quero agradecer institucionalmente ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (dARQ) o apoio, desde logo logístico, pela disponibilização de um espaço de trabalho propício à investigação, lugar que serviu e serve já de acolhimento a um número considerável de teses e projetos de investigação e que por isso merece também aqui ser lembrado.

Estou também reconhecida a todos os funcionários da instituição que acompanharam este processo em especial à Sra. Dona Lurdes Figueiredo, à dra. Vanessa França e à dra. Sílvia Damas.

Devo um especial obrigado aos serviços da Biblioteca do dARQ nas pessoas da Sra. Dona Lurdes Eufrásio e em particular da Doutora Graça Simões, pela dedicação e amizade com que sempre me auxiliou. Agradecimento que, na impossibilidade de lembrar individualmente todos os que a esse nível me ajudaram, estendo a cada um dos serviços de bibliotecas e arquivos que consultei ao longo destes anos, quer nas ilhas quer no continente.

Institucionalmente cabe também um agradecimento aos diversos serviços camarários das cidades açorianas, bem como à Secretaria Regional da Ciência

Tecnologia e Planeamento pelo fornecimento de cartografia atualizada, nomeadamente cartografia digital.

Por fim, expresso o meu reconhecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia que apoiou financeiramente, com uma Bolsa de Doutoramento, a elaboração desta tese.

RESUMO

Palavras-chave: Açores, ordenamento do território, urbanismo, morfologia urbana, Angra, Praia, Horta, Ponta Delgada.

Entre a descoberta dos Açores (1427) e a restauração da independência nas ilhas (1642), enquadra-se genericamente a primeira fase de ocupação do arquipélago dos Açores encontrado despovoado por Portugal.

Esta tese propõe-se analisar, sob o ponto de vista da cultura urbanística, essa época, quando também a cidade e o território se estruturaram, contribuindo de modo determinante para a génese e afirmação dessa nova sociedade, domesticando-lhe o berço.

A construção e consolidação da cidade e do território nos Açores constitui-se, assim, como o tema abrangente em estudo.

Mas dentro destes marcos temporais identificam-se tempos fortes que merecem uma atenção específica. Desde logo, um primeiro estágio da vida administrativa do arquipélago a que correspondeu também uma primeira divisão territorial, ou seja, a formação da donataria e a sequente divisão do território em capitánias. E depois de 1495, com a subida ao trono de D. Manuel, quinto donatário das ilhas (desde 1483), a extinção da donataria e a integração das capitánias no património régio. A estes espaços temporais correspondem diferentes formas de atuação sobre a cidade e o território.

Com este contexto presente, na primeira parte do trabalho analisam-se de forma profunda e monográfica, quatro das 20 vilas que historicamente conformam a rede concelhia açoriana. Escolheram-se as vilas que maior destaque urbano atingiram, Angra e Praia na Terceira e a Horta no Faial, fundadas no período donatário, e Ponta Delgada em São Miguel, a primeira vila fundada no arquipélago por D. Manuel, em 1499. Estas ilhas e vilas, compõem o eixo de estruturação de todo o processo colonizador e impuseram-se desde cedo como espaços centrais aos quais se submeteram as restantes ilhas e vilas e nas quais o

desenvolvimento urbano foi menos intenso. São por isso os estudos de caso mais completos e naturalmente mais complexos, mas também melhor caracterizadores do processo de fundação e construção da cidade e do território.

Na segunda parte da tese estuda-se o território, como se compôs a ocupação, a gestão e o ordenamento do território no arquipélago, cotejando nos exemplos analisados na primeira parte mas também noutras fontes, quem foram os intervenientes no processo de construção do arquipélago, bem como quais eram as práticas disponíveis para cumprir tamanha tarefa.

Refira-se, por fim, a mais-valia de que se reveste o estudo da ocupação das ilhas atlânticas próximas (Madeira e Açores), enquanto exemplo (quase) único de construção de território e fundação de vila em Portugal durante um vasto período de tempo. Com efeito é nas ilhas que se vão continuar as práticas urbanísticas fundacionais medievais e também as estratégias colonizadoras antes experimentadas em terras da reconquista, antes de se partir para as experiências da Índia, do Brasil e da África subsariana. Por tudo isso, o estudo da estratégia de colonização e urbanização das ilhas açorianas ressalta igualmente como um importante passo para a história do urbanismo português e como essencial para a caracterização da urbanística portuguesa.

ABSTRACT

Keywords: Azores, land ordinance, urbanism, urban morphology, Angra, Praia, Horta, Ponta Delgada.

Broadly speaking, the first phase of occupation of the Azores lasted from its discovery by the Portuguese in 1427 (when it was uninhabited) until the restoration of the archipelago's independence in 1642 (two years later than in Portuguese mainland).

The purpose of this thesis is to study that period from the urban planning point of view, when the cities and the territory were also structured, strongly contributing to the genesis and affirmation of this new society, and shaping its habitat.

The construction and establishment of the Azorean cities and territory constitute the main subject of the study.

But within these milestones there are certain periods that deserve specific attention. Firstly, the initial stage of the archipelago's administrative life, which also corresponded to the first territorial division, i.e., the formation of the *donataria* (donated land) and the subsequent territorial division into *capitanias* (captaincies). Secondly, the stage starting in 1495, with King Manuel's accession to the throne (he was the islands' fifth donee, since 1483), when the *donataria* was extinguished and the captaincies were integrated in the royal patrimony. Both of these periods corresponded to different forms of intervention in the city and the territory.

With this context in mind, the first part of this work analyses, in a monographic and in-depth way, four of the 20 villages that historically make up the Azorean municipality network. The chosen villages were the most prominent: Angra and Praia, in Terceira Island, and Horta, in Faial Island, founded during the *donataria* period, and Ponta Delgada, in São Miguel Island, which was the first village founded by King Manuel in the archipelago, in 1499. These islands and villages make up the structuring axis of the whole colonization process and

imposed themselves early on as the central areas around which other islands and towns developed. Therefore, not only are they more complete and naturally more complex case studies, but are also the more relevant ones to characterize the cities' and the territory's foundation and building processes.

The second part of this work is dedicated to the study of the territory: how the occupation, management and planning processes developed in the archipelago (based on the examples analysed in the first part, but also resorting to other sources); who was involved in the archipelago's construction process; which practices were available to accomplish such a huge task.

Finally, attention should be drawn to the added value of the study on the occupation of the North Atlantic islands (Madeira and Azores), as an – almost - unique example of urban foundation and territorial development outside continental Portugal over a long period of time. Indeed, the medieval foundational urban planning practices and also the colonizing strategies previously experienced in the conquered lands were carried on in these islands before they were experienced in India, Brazil and sub-Saharan Africa. For all these reasons, the study of the colonization and urbanization strategy of the Azorean islands is also highlighted as an important step in the history of Portuguese urbanism and as an essential element for characterize it.

ÍNDICE

Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract	xi
ÍNDICE	1
INTRODUÇÃO	5
Tema e objetivo e estrutura do texto	5
Contexto	11
parte primeira . AS CIDADES	33
capítulo I . ANGRA	41
1.Principais fontes e historiografia urbana	43
2.O lugar do primeiro assentamento	52
3.A vila de fundação	74
3.1. O urbanismo como indicador	77
3.2. Do casario à “reticula angrense”	89
3.3. A igreja de São Salvador	105
3.4. Arruamentos e caminhos	113
3.5. Da Rua Direita à Praça: “o emergir da centralidade” em Angra	122
<i>A Rua Direita como rua principal</i>	123
<i>A praça de Angra</i>	139
4.Angra cidade e sede episcopal	150
4.1. A obra da Sé, igreja do Salvador	159
capítulo II . PRAIA	175
1.Principais fontes e historiografia urbana	176
2.A ilha, a capitania e a baía	180
3.A vila de fundação	184
3.1. A escolha do sítio	186
3.2. O casario	191
3.3. a matriz	197

3.4.e a cerca	200
3.5.O porto	218
4.Outros equipamentos e infraestruturas	220
4.1.As casas religiosas	221
4.2.O monturo	225
4.3.A misericórdia	226
4.4.O sistema de distribuição de água	230
4.5.A praça, a câmara e a cadeia	231
5.O sistema fortificado moderno...	239
5.1... e o plano de 1614	246
capítulo III . HORTA	259
1.Principais fontes e historiografia urbana	261
2.A geografia do lugar e os primeiros assentamentos	270
3.O Porto Pim, casa do primeiro capitão	271
4.A vila da Horta	281
4.1.A vila velha	281
4.2.A vila nova	284
<i>Estrutura viária e equipamentos</i>	286
<i>A conformação da Praça</i>	297
<i>A consolidação da forma urbana</i>	307
<i>A consolidação da frente marítima e da imagem da cidade</i>	314
capítulo IV . PONTA DELGADA	319
1.Principais fontes e historiografia urbana	320
2.Ponta Delgada no quadro da ocupação da ilha	328
3.A malha urbana: evolução histórico-morfológica	332
3.1.O lugar (de) Ponta Delgada	337
3.2.A vila	443
3.3.De vila a cidade	355
3.4.A cidade	359
3.5.A consolidação da forma urbana	379
<i>Os jesuítas e a conformação do ensanche do colégio</i>	382
<i>A abertura da Rua Nova de São Miguel e a confirmação do modelo</i>	388

<i>Do adro à praça. A câmara nova como indicador</i>	389
parte segunda. O TERRITÓRIO.	399
capítulo I . OCUPAÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	401
1.O sistema de donataria-capitanias. Antecedentes e consolidação	404
capítulo II . INTERVENIENTES E PRÁTICAS	411
1.Da coroa	411
2.Dos donatários e capitães	423
2.1.OS donatários senhores da terra	423
<i>A primeira conformação territorial e os primeiros concelhos</i>	425
<i>A demarcação das capitánias terceirenses</i>	438
2.2. O corpo normativo de referência, construção e evolução	446
2.3.O capitão como povoador e “cismeiro das datas”	457
<i>O capitão como povoador</i>	461
<i>O capitão como sesmeiro</i>	468
2.4.Distribuição e gestão da terra nos Açores	479
<i>Sesmarias e doações</i>	479
3.Dos concelhos	492
3.1.Baldios e terra do concelho	501
Anexo Único	507
1. As medidas na definição do território	507
1.1.Das medidas de capacidade às medidas de superfície	510
<i>Alqueire e alqueire de terra</i>	511
<i>Courelas</i>	512
<i>Chãos</i>	514
1.2.As medidas lineares e o dimensionamento de superfícies	514
<i>A vara grande e a vara pequena</i>	518
2. Levantamento de um processo de reforma dos pesos e medidas a partir do 1º Livro de Registo da Câmara de Angra	520
CONCLUSÃO	523
FONTES E BIBLIOGRAFIA	529
Fontes impressas	529

Fontes gráficas	532
Bibliografía	533

INTRODUÇÃO

Tema, objectivo e estrutura do texto

A mais recente obra de referência da historiografia dos Açores intitula a sua primeira parte como *Génese e afirmação de uma nova sociedade* e é cronologicamente coincidente com o período inscrito entre o descobrimento e a restauração da independência portuguesa nas ilhas. 1642 marca, portanto, o ponto de partida para uma segunda etapa que os autores da *História dos Açores*¹ concordaram denominar *A estagnação e o desinteresse pelos Açores (1642-1766)*.

À parte da carga doutrinária e identitária declaradamente inscrita nesta obra (e exposta desde logo nestes títulos),² esta proposta de partição dos tempos surgiu extremamente útil para o entendimento que o presente estudo pretende expor, pois também a estruturação do território e da cidade nos Açores se definiu e até mesmo consolidou neste primeiro tempo, contribuindo de modo determinante para a génese e afirmação dessa nova sociedade atlântica, domesticando-lhe o berço.

A génese e a afirmação, a que com um léxico mais dirigido disciplinarmente se chama construção e consolidação da cidade e do território nos Açores, constitui-se como o tema abrangente em estudo nesta tese. Efetivamente, é de construir que se trata, atendendo às circunstâncias da tarefa num lugar novo, desconhecido e ainda por humanizar. As práticas e os intervenientes nesse processo complexo, bem como os resultados alcançados – a cidade e o território construídos – são os temas específicos da investigação.

Tendo presente que o quadro concelhio açoriano se conformou territorialmente ainda na primeira metade de quinhentos,³ com a criação de um total de 20 vilas distribuídas pelas nove ilhas, e ainda, que foi durante a segunda metade de XVI, prolongando-se por todo o período filipino, que se consolidaram

¹ Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

² Leia-se o prefácio da obra citada, vol. I, pp. 9-12.

³ Com exceção para a ilha do Pico onde ainda no século XVIII se cria o terceiro concelho da ilha sediado na Madalena.

as malhas urbanas islenhas, em boa medida como hoje as conhecemos, fica esclarecida e justificada a mais-valia de centrar o estudo neste contexto temporal.

Naturalmente que dentro destes marcos temporais se identificam tempos fortes, que mereceram uma atenção específica, sem prejuízo da leitura global do espaço consolidado. Desde logo, um primeiro estágio da vida administrativa do arquipélago a que correspondeu também uma primeira divisão territorial, ou seja, a formação da donataria e sequente divisão do território em capitánias. Depois de 1495, com a subida ao trono de D. Manuel, quinto donatário das ilhas, a extinção da donataria e a integração das capitánias no património régio.

Espaços temporais a que correspondem diferentes formas de atuação sobre o território e sobre a cidade e onde, em síntese, se podem identificar três ciclos: o primeiro, com a organização das capitánias e a fundação de vilas cabeça de capitania e/ou cabeça de ilha; o segundo, com a sobreposição aos territórios das capitánias de uma nova divisão administrativa concelhia pela criação de dez novas vilas e um terceiro, num tempo sequente a este que inclui a renovação ou extensão planeada de alguns dos núcleos, quer por necessidades de afirmação de poder, caso de Angra, com a elevação a cidade e sede episcopal, ou ditadas por circunstâncias de catástrofe de que são exemplo Vila Franca do Campo (1522) e a Praia (1614), ambas destruídas por terremotos.

Além destas determinações de ordem organizacional com influência sobre o território, houve que atender a outras questões também preponderantes, desde logo ao facto de o território se compor de nove partes dispersas no espaço e a uma cronologia também ela difusa. Com efeito, as ilhas não foram descobertas todas de uma vez nem tão pouco ocupadas em simultâneo. As políticas dirigidas ao povoamento deste território tiveram sempre de calcular os recursos demográficos, a capacidade dos seus protagonistas e o meio físico que é diverso de ilha para ilha, numas mais apto à humanização, noutras adverso, ditando ritmos e avanços distintos em cada ilha. Deve por isso atender-se com especial cuidado ao tema da micro-história e das particularidades das histórias (dos) locais.

Serve este conjunto de razões para esclarecer sobre a escolha dos núcleos que mereceram um estudo mais aprofundado nesta tese - Angra, Praia, Horta e

Ponta Delgada. Sobre todos eles recaíram funções importantes no contexto da construção do território açoriano. As três primeiras, vilas fundadas ainda no período donatorial, cedo foram reconhecidas como cabeças dos territórios que geriam, as capitânicas, a que correspondeu também uma primeira forma de organização concelhia, evidenciando-se como os estudos de caso com maior desenvolvimento urbano.⁴ Ponta Delgada, elevada a vila quando já era uma importante localidade da ilha de São Miguel (que até então tinha por cabeça Vila Franca do Campo, criada em tempos primordiais do povoamento da ilha e soterrada em 1522), surge nesta investigação como exemplar, aliás o primeiro, da ação de D. Manuel I sobre o território.

Além disso estes núcleos situam-se nas ilhas que formam o eixo central⁵ que estruturou o processo de ocupação do território do arquipélago, sobressaindo como espaços principais desde o primeiro momento.

Refira-se ainda, a mais-valia de que se reveste o estudo da ocupação das ilhas atlânticas próximas e em particular a formação das urbes aí implantadas, enquanto exemplo (quase) único de construção de território e fundação de vila em Portugal durante um vasto período de tempo. De facto, excetuando três exemplos conhecidos de fundação de vila de raiz no continente posteriormente aos ciclos fortes dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, são eles Vila Nova de Portimão (1463), Vila Nova de Mil Fontes (1486) e Caldas da Rainha (1488), a que acresce, é certo, um grande número de renovações e extensões de tecidos urbanos já consolidados, é nas ilhas que se vão continuar as práticas urbanísticas fundacionais medievais e também as táticas colonizadoras antes experimentadas em terras da reconquista.

Por tudo isso, a estratégia de colonização e urbanização das ilhas ressalta igualmente como um importante passo para a história do urbanismo português e o

⁴ As estas três vilas cabeças de capitania juntam-se criadas ainda no período da donataria, Vila do Porto em Santa Maria, Vila Franca do Campo em São Miguel, Santa Cruz da Graciosa, Velas em São Jorge e as Lajes no Pico.

⁵ Não obstante a existência deste eixo central estruturador da ocupação territorial ser um dado adquirido há muito pela historiografia dedicada ao arquipélago, o primeiro lugar onde o encontrei assim definido foi em José Damiano RODRIGUES e Rui Cunha MARTINS, “A construção de um espaço: os Açores e o olhar do poder central”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 75-83.

seu estudo como essencial para a caracterização da urbanística portuguesa, em particular para a experiência urbanística desenvolvida no território brasileiro, para onde se exportou a fórmula administrativa das donatarias-capitanias, primeiramente implementadas nos arquipélagos atlânticos, mas também as práticas de atuação territorial e até população. De resto, a aferição de suspeitas levantadas ao longo desta investigação vieram solidificar-se como realidade pelo cotejo de fontes e dados referenciados para lugares do Brasil, onde a dimensão do projeto exigiu uma progressiva regulação de processos, muitas vezes dando forma legislativa a práticas precedentes.

O tema em estudo assume-se como relevante a vários níveis. Por um lado, com interesse para a história local e regional, por outro, como um contributo para a compreensão de pelo menos uma parte do tempo longo da *construção da cidade portuguesa*.⁶

O território e a cidade entendidos enquanto imagem refletida de uma cultura urbanística e de ordenamento consistente, uma cultura do território madura que transposta a um espaço verdadeiramente novo se soube integrar plenamente, inovar quando necessário e acrescentar sem romper com o passado.

Dessa circunstância resulta grande parte da relevância desta investigação, ou seja, o reconhecimento da validade de métodos há muito ensaiados no território continental, reconhecendo-lhe contudo alterações que contribuíram mais para a sua consolidação e desenvolvimento enquanto método do que com argumentos para a sua substituição ou total renovação.

A transposição de modos organizacionais e de corpos normativos, mas também de práticas que lhe eram culturalmente intrínsecas, permite à sociedade insular, ela própria maioritariamente transportada do território europeu português, instalar nas ilhas espaços urbanos fiéis às origens continentais.

Uma afirmação como esta parece nada mais que lógica, no entanto, e à parte disso, quando assumida como estratégia de ocupação de um território novo, o que tem de mais revelador é a sua eleição exatamente como tal. O que denuncia a

⁶ Walter ROSSA, *desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*, unidade curricular do 4º semestre do Programa de Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa, Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Universidade de Coimbra, 2012. (policopiado)

solidez de um sistema prévio capaz de se transferir a novos territórios sem no essencial sofrer mutações, mantendo uma constância de atuação que imprime a todo o processo uma coerência, que entre outros aspetos, se manifesta na morfologia urbana e na demarcação e repartimento do território.

Os Açores, sendo espaços recém-descobertos e portanto virgens, poderiam ter sugestionado que se implantassem e testassem esquemas teóricos mais elaborados. Para mais, sendo ilhas apelavam à utopia e à busca de um ideal, só possível onde se começa de novo e em isolamento, o que na prática, em boa verdade nunca aconteceu. Em todo o caso, a experiência ultramarina portuguesa nunca passou pelo começar de novo, mas antes pelo dar continuidade a um projeto anterior. Para tal usaram-se critérios de pragmatismo, transpondo-se ao mundo que agora se descobria as estruturas sociais, administrativas e tudo o mais que se conhecia.

A realidade concreta e compreendida, usada como contraponto às incertezas dos novos tempos e espaços, tudo naturalmente associado a uma grande dose de experimentalismo de onde surgem as alterações à forma original, mais por força da adaptação às circunstâncias do que por uma reavaliação teórica e abstrata das necessidades.

Por outro lado, é aceite que do ponto de vista da teorização sobre a cidade e no que em concreto respeita à sua construção, o reino de Portugal não conhecia avanços comparáveis, por exemplo, com o mundo hispânico, que partiu para o seu projeto de Expansão suportado por um corpo teórico mais aprofundado.⁷ Importa,

⁷ Sobre este tema bastante explorado, veja-se por todos, *La ciudad hispanoamericana : el sueño de un orden*, Madrid, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas y Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, 1989. Em especial no Capítulo 5, dedicado aos *Antecedentes*, pp. 83-102, as rúbricas “*La rica experiencia urbanística del medievo español*” onde se demonstra a importância das experiências de *Las siete partidas* de Alfonso X el Sabio, *Las ordenaciones* de Jaime II de Maiorca e a obra do franciscano Eximenes, *Dotzé del Cristiá* e *La “ciudad ordenada” del 500 español*” onde se analisa a experiência urbanística peninsular, imediatamente anterior ou já contemporânea do início da ocupação das Índias Ocidentais, respetivamente pp. 90-92 e pp. 93-95. Na mesma obra veja-se também o artigo de José Luis GARCÍA FERNÁNDEZ, “*Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes*”, *La ciudad hispano-americana...* pp. 213-221, em especial pp. 215 e 216, onde além destas referências teóricas e práticas refere como “*Sorprende la falta de referencias a la colonización de las Islas Canarias, cuando sus relaciones con Hispanoamérica fueron obligadamente muy directas y coetánea o casi coetánea (...)*”, processo também contemporâneo da ocupação da Madeira e Açores e sobre os quais seria interessante no futuro estabelecer analogias.

contudo, lembrar que não estando Portugal na vanguarda teórica europeia, os seus corpos normativos há muito vinham integrando regras e princípios definidores de conceitos dianteiros no contexto da regulação e (re)qualificação do espaço urbano. As Ordenações do Reino, mas também os códigos de posturas camarários são disso exemplo.

Estas determinações legislativas, elas próprias traduzidas em textos escritos, surgem por confrontação ao texto teórico de difícil aplicabilidade como um elemento útil, com um carácter pragmático que com maior facilidade permitia atuar, quer sobre o espaço já construído, quer por influenciar, por via da assimilação da norma, o que de novo se constrói.

Por tudo o que até aqui se disse, optou-se por dividir a dissertação em duas partes. A primeira, especificamente dirigida à análise monográfica dos núcleos eleitos para estudo (Angra, Praia, Horta e Ponta Delgada), interessa-se pela cidade em concreto na sua especificidade e individualidade. A segunda, dedicada à temática abrangente da urbanística portuguesa, onde relevam questões que se prendem com a maneira de construir o território em Portugal e como se transpôs esta aos Açores.

Na primeira parte da tese, a um capítulo introdutório dedicado ao estado da questão apresentado para cada uma das monografias, segue-se a análise da evolução morfológica dos quatro núcleos observados, desde a sua formação até à sua consolidação urbanística. A investigação é produzida num compromisso entre a produção de desenhos de análise⁸ e a investigação histórica, uma metodologia enquadrada pelo que expressivamente se tem vindo a denominar por *desenhar a história*.⁹ Os desenhos são elaborados sobre levantamentos atuais com o

⁸ Por questões de ordem organizacional e de facilidade de leitura simultânea do texto e dos desenhos optou-se por dividir a tese em dois volumes, o da dissertação e o das peças gráficas, o que não invalida a inserção minimizada de excertos dessas imagens ao longo do texto. As peças desenhadas apresentação para todos os casos de estudo com uma ordem semelhante que parte da análise da inserção topográfica, apresentação de uma planta toponímica, de uma planta com localização e cronologia dos principais edifícios passando depois à investigação sobre as fases de crescimento da malha, bem como de algumas unidades morfológicas.

⁹ Com o fim de aprofundar este tema, Walter Rossa e Luísa Trindade coordenaram em Coimbra os encontros científicos: *Oficinas de Morfologia para o Desenho Operativo da História – Urbanística antes dos tratados no Sul da Europa, workshop internacional*, Instituto de

correspondente rigor, e a sua *desconstrução*, na busca dos passos que tomou o crescimento urbano, fundamentada por fontes documentais, descritivas e gráficas, utilizadas de forma crítica e enquadradas pelo contexto historiográfico.

Fica, de resto, evidente que nesta tese a História, enquanto ciência, tem um papel determinante. De resto, não podia ser de outra maneira, dado o contexto cronológico analisado.

Assim mesmo, se procedeu na segunda e última parte da tese, dedicada à construção do território. Também aqui a historiografia, as fontes e a sua análise crítica foram determinantes para compreender e explicar a dimensão do processo de construção de um novo território insular e atlântico, com *velhas* fórmulas. Para tal, neste último ponto estuda-se como se compôs a ocupação, a gestão o ordenamento do território no arquipélago, cotejando nos exemplos analisados na primeira parte mas também noutras fontes, quem foram os intervenientes no processo de construção deste território, bem como, quais eram as práticas disponíveis para cumprir tamanha tarefa e como se enquadram no contexto de continuidade descrito.

Contexto

O *Universo Urbanístico Português*¹⁰ tornou-se uma realidade assumida no ano de 1999 com a organização em Coimbra do congresso internacional com o mesmo nome. Data marcante para o processo de construção historiográfica da urbanística portuguesa, salienta-se por congregar o conhecimento disponível sobre

Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, 21-23 de Abril 2010, e *Encontro Internacional Desenhar a História: tecnologias aplicadas ao estudo da morfologia urbana*, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, 11 a 12 de Novembro 2010.

¹⁰ Integrado no projeto *a Cidade como Civilização: universo urbanístico português (1415-1822)*, produzido pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses do qual vieram a lume: Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998; Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Helder CARITA (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001 e ainda, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Helder CARITA, *Universo Urbanístico Português 1415-1822, fac-simile da Exposição*, Câmara Municipal de Lisboa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002.

o urbanismo e a urbanística portuguesas, até então disperso geográfica e disciplinarmente.

Tal iniciativa permitiu divulgar e tornar operativos conceitos prévios ao evento e já estruturantes para a temática, tais como *urbanismo regulado*, *nova centralidade*, e recentrar o estudo na comprovação da *escola portuguesa de arquitetura e urbanismo*, muito por via de uma história de continuidades e não de ruptura.¹¹ Conceitos que se vinham a impor pelo reconhecimento de uma identidade cultural própria com tradução no território e na cidade construída pelos portugueses e que se reveem diretamente em Horta Correia e particularmente nos seus discípulos Walter Rossa e Renata Araújo que com Hélder Carita, organizaram o evento.

Conceitos que passariam a fazer parte do léxico dos participantes, nomeadamente de um grupo de estudantes do Departamento de Arquitetura que, irreversivelmente interessados pelo tema, acabariam por dedicar o último ano do curso a investigar alguns estudos de caso, cidades portuguesas de aquém e além-mar, sob orientação dos professores Walter Rossa e Paulo Varela Gomes, grupo esse onde me incluí.

Em grande medida impulsionado pela dinâmica a partir daí gerada e naturalmente encorajada pelos professores das cadeiras de história, Walter Rossa e Paulo Varela Gomes, organiza-se nesse mesmo ano uma viagem de estudo à Índia, orientada por estes.¹²

Sob a influência destas experiências e desta escola, foi possível desenvolver, como tema da Prova Final da licenciatura em arquitetura, investigação sobre Angra do Heroísmo. Cidade que, pela sua relevância histórica no âmbito da Expansão e evidente regularidade urbanística, era já então o caso mais referido e estudado do conjunto das cidades das ilhas atlânticas. Os resultados alcançados nessa investigação, dirigida essencialmente ao estudo da evolução morfológica da malha urbana, não obstante hoje bastante ultrapassados, revelaram(-me) um

¹¹ Todos apresentados por Walter Rossa em texto datado de 1995, Walter ROSSA, “A Cidade Portuguesa”, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 193-359, respetivamente p. 240, p. 241 e p. 308.

¹² Sobre essa experiência veja-se: *Himalayan express: mantra, memória de viagem à Índia*, Coimbra, Almedina, 2001.

campo de trabalho ainda por desbravar, com importância significativa no referido contexto. Campo (os Açores) e tema (a morfologia urbana) que se mantiveram desde então como centro de interesse privilegiado.

Mas antes de avançar em profundidade, havia que conhecer outras geografias, escalas e metodologias, compreender melhor o fenómeno urbano no contexto da Expansão europeia e particularmente ibérica. Um trabalho tão interessante quanto abrangente e disseminado que foi possível materializar em Sevilha, no *Curso de Doctorado en Historia del Arte y de la Arquitectura en Iberoamerica*, coordenado pelo Arquitecto Ramón Gutiérrez.¹³

Foi este, em resumo, o ambiente académico que na génese acolheu esta investigação. Importa, por isso, repor o seu percurso, no conjunto do seu discurso e do que mais diretamente o influenciou e que é afinal em grande parte coincidente com o próprio percurso da historiografia do urbanismo e urbanística portugueses.¹⁴

A Cidade Portuguesa, texto vindo a lume em 1995, marca o início da construção de uma leitura verdadeiramente contínua, quer cronológica quer geográfica, sobre os processos de fazer cidade por Portugal. Até aqui, as abordagens propunham-se analisar e sintetizar de forma parcelar épocas e/ou espaços, não reconhecendo de facto a existência de uma *escola portuguesa de*

¹³ Ramón GUTIÉRREZ, *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1983.

¹⁴ Abdica-se aqui de uma rúbrica dedicada ao Estado da Arte, para introduzir na sua vez os temas e autores que foram fundamentais ao desenvolvimento da investigação e produção da tese. De resto, considera-se que no que à cidade medieval portuguesa interessa, o Estado da Arte está atualizado pela sequência de trabalhos: Walter ROSSA, Luísa TRINDADE, “O Desenho e o Conhecimento do Urbanismo Medieval Português”, *El Espacio Urbano en la Europa Medieval. Actas del Encuentro Internacional del Medioevo 2005*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2005, pp. 191-207; Walter ROSSA, Luísa TRINDADE, “Questões e antecedentes da ‘cidade portuguesa’: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”, *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006, nº1, pp. 70-109 artigo reenquadrado com nova amplitude na tese de Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento na área de História, especialidade de História da Arte, Coimbra, FLUC, 2009 (policopiado), pp. 19-40, com o título “*a construção do conhecimento da cidade medieval portuguesa*”. Veja-se também a listagem bibliográfica, reunida e comentada por Manuel TEIXEIRA, “O estado da arte da investigação urbana em Portugal. A investigação dos núcleos urbanos de língua portuguesa no mundo”, disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos/manuelteixeira.htm>, consultado a 06.08.2010.

urbanismo, que só o estudo das morfologias, invariantes e contaminações, analisadas numa perspetiva de tempo longo, podiam (podem) aferir.¹⁵

Enquanto conceito, a expressão, *cidade portuguesa*, existia desde 1987, apresentada por José Manuel Fernandes no artigo fundamental *O lugar da cidade portuguesa*,¹⁶ onde, como bem indica o título, o autor analisa as invariantes (e as muitas variantes) locativas de cidades construídas nos diversos territórios sob domínio português, não estudando verdadeiramente a questão da cidade na sua dimensão material, urbanística e arquitetónica,¹⁷ mas denunciando já a existência de linhas de continuidade, nomeadamente ao nível da implantação, entre os núcleos urbanos tardo-medievais do continente e as primeiras experiências urbanas insulares no atlântico.

Entretanto, na busca de uma definição mais precisa dos termos e da propriedade com que estes se usam, refletindo uma problemática que na realidade se estende mais além de questões meramente semânticas e que evidenciam a necessidade disciplinar do uso de uma terminologia dirigida, Walter Rossa chega ao *urbanismo* e à *urbanística portuguesas*,¹⁸ refletindo a um tempo o aprofundamento que novas investigações, sobre novos objetos e épocas, estruturavam e o fortalecimento de uma área de estudo mais rigorosamente definida nos seus objetivos. De resto, preocupações que no ensaio embrionário de

¹⁵ Enquanto conceito a *cidade portuguesa* está entretanto em revisão. Depois de em 2005 ter reformulado a questão apresentando o tema na perspetiva da construção do conceito, com “a construção da *cidade portuguesa*” o autor aguarda agora a marcação de provas de agregação onde trará a debate o tema da cadeira lecionada ao curso de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa dedicada ao tema “a desconstrução da *cidade portuguesa*”. Walter ROSSA, *Relatório da disciplina: Construção da Cidade Portuguesa ...*; Walter ROSSA, *desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*, unidade curricular do 4º semestre do Programa de Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa, Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Universidade de Coimbra, 2012. (policopiado)

¹⁶ José Manuel FERNANDES, “O Lugar da Cidade Portuguesa”, *Povos e Culturas - A Cidade em Portugal : Onde se Vive*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, 1987, nº2, pp. 79-112.

¹⁷ Por cima de leituras prévias de autores como Orlando Ribeiro e Jorge Gaspar, o autor reafirma e defende “três características básicas da *cidade portuguesa* – o pendor litoral e comercial, o sentido marítimo e trópico, e a bipolaridade”, características que se haviam consolidado ainda no território continental europeu e depois disseminado pelos diversos espaços da Expansão. Vejam-se em especial os pontos 3. “Características de localização da cidade portuguesa” e 4. “A cidade portuguesa como modelo na Expansão” onde caracteriza individualmente *A dimensão atlântica*, *A Cidade luso-brasileira* e *O sítio da cidade portuguesa no Oriente* e *O caso africano*, José Manuel FERNANDES, “O Lugar da Cidade Portuguesa... respetivamente pp. 86-87 e pp. 87-96.

¹⁸ Walter ROSSA, “História do Urbanismo e Identidade – a arte inconsciente da comunidade”, *A Urbe e o Traço...*, pp. 13-22.

1995 já expressava quando admitia como “*provável (...) que se troque o ente cidade portuguesa pela área disciplinar urbanismo português, aliás de maior alcance espacial e cultural*”.¹⁹

A história do urbanismo português por uma questão, desde logo, de individualidade epistemológica e de eficácia estratégica deveria autonomizar-se da história da cidade e até da história urbana, não deixando de reconhecer a complementaridade intrínseca que as une, bem como a utilização dos recursos da História, tais como, o exame rigoroso dos factos ou a pesquisa e utilização crítica das fontes, elementos basilares da análise.

Preocupações idênticas vinham sendo assumidas por outros autores, que em contextos de estudo similares, mas dirigidos especialmente ao urbanismo medieval, alertavam para o desbravar de caminho que ainda havia (há?) a fazer e para a necessidade de diferenciar conceitos que demasiadas vezes eram confundidos, problemática sinteticamente esclarecida por Mário Barroca na distinção que faz, respetivamente, entre história do urbanismo e história urbana: “*Um respeita à forma como se estrutura e organiza um espaço, como este é concebido, planeado e materializado, outro estuda a forma como se desenvolve a vida quotidiana dentro desse mesmo espaço, como se organizam os homens e as instituições. São aspectos complementares mas que não devem ser confundidos (...)*”.²⁰

O afinar de conceitos refletia a evolução metodológica mas também necessariamente de conteúdos, uma realidade progressivamente atualizada pela revisão e introdução de estudos dirigidos que alinhavam preocupações suplementares à definição da área disciplinar da história do urbanismo português, tópicos transcritos nos conceitos no início elencados e que conheceram desenvolvimento e maior projeção noutros textos chave entretanto publicados.

Desde o ensaio embrionário, a *cidade portuguesa*, desenhavam-se algumas linhas de investigação estruturantes para o tema, complementares mas por razões

¹⁹ Walter ROSSA, “A Cidade Portuguesa”, *A Urbe e o Traço...*, p. 198.

²⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, vol. II, pp. 137-143.

de operabilidade tratadas de forma diferenciada. O estudo dos contextos de fundação e o estudo dos contextos evolutivos em paralelo.

Em boa verdade, partindo de estudos referenciados aos processos fundacionais do século XVIII,²¹ em particular para Lisboa,²² Walter Rossa recua progressivamente na cronologia em busca dos antecedentes que fundamentavam os princípios coligidos para o período setecentista. Entretanto, também os estudos de Renata Araújo para o século XVIII no Brasil demonstravam inequivocamente a existência de uma *escola portuguesa de urbanismo*, cuja origem haveria de estar, naturalmente a montante.²³

Da extensa linha evolutiva traçada em a *cidade portuguesa* e retomada nomeadamente em *o urbanismo regulado e as primeiras cidades portuguesas da expansão*,²⁴ ressaltam três períodos ou momentos essenciais para sistematização e estudo aprofundado da escola portuguesa de urbanismo, nas palavras do autor “estabelecida com o processo da Restauração”. No reconhecimento desse processo recuava sucessivamente sobre períodos anteriores e depois de recuar ao período da união ibérica, recomendava agora que se recuasse um pouco mais atrás e se analisassem as cidades do ciclo da Expansão.

O cenário disciplinar e metodológico que se tem vindo a caracterizar, teve uma primeira possibilidade de comprovação em *Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico*,²⁵ título que recupera as palavras de Jorge Gaspar no texto inaugural, e por mais de uma década exemplar único da história portuguesa do urbanismo, A

²¹ José Eduardo Horta CORREIA, *Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina*, Porto, FAUP publicações, 1998.

²² José Augusto FRANÇA, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987. Walter ROSSA, *Além da Baixa – Indício de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1990.

²³ Renata Malcher ARAÚJO, *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII : discurso e método*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 vol.s, Lisboa, policopiado, 2000., Renata Malcher de ARAÚJO, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP publicações, 1998.

²⁴ Walter ROSSA, “O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas”, *A Urbe e o Traço ...* pp. 361-389.

²⁵ Walter ROSSA (com Pedro BARÃO; Isadora COELHO; Antonieta Reis LEITE; Nuno SIMÕES), “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”, *A Urbe e o Traço...* pp. 425-443.

morfologia urbana de padrão geométrico da Idade Média,²⁶ unindo-as a um conceito importante da historiografia do urbanismo como é o das invariantes.²⁷

Mais do que um ponto de chegada, as conclusões ali ensaiadas serviam de alavanca para extrapolar em novas investigações dirigidas a novos espaços e épocas, desfeita que estava a barreira cronológica que tinha a idade moderna, quando não mesmo apenas o iluminismo, como o tempo em que Portugal finalmente se permitiu crescer informado por uma urbanística consistente e rigorosa.

Uma nova historiografia do urbanismo lançava raízes, marcando a diferença na metodologia mas acima de tudo nos objetivos que se propunha atingir, uma distinção que se espera produtiva e assim mais complementar do que oponente.

O percurso desde então delineado denuncia a existência de um núcleo de estudos claramente vocacionados, fundamentados por aproximações metodológicas cada vez mais claras, tema que entretanto se atualizou profundamente com a dissertação de doutoramento de Luísa Trindade, *urbanismo na composição de Portugal*.²⁸ Esta tese é um elemento fundamental dado o significado das conclusões aí teorizadas sobre o urbanismo em Portugal na Idade Média, nomeadamente para de um modo estruturado se compreender, pelo urbanismo, os processos de colonização interna, de que as ilhas atlânticas foram herdeiros diretos, mas também, por ser um elemento basilar de validação da metodologia aqui seguida.

Metodologia que se foi progressivamente acrescentando de aportes novos, ou melhor dito, renovados, nomeadamente no que toca ao estudo da morfologia urbana que de um modo autónomo (mais empírico?) se desenvolvia desligado ainda de teoria congéneres.²⁹

²⁶ Jorge GASPAR, “A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico da Idade Média”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº8, 1969, vol./ano IV, pp. 198-215.

²⁷ Fernando Chueca GOITIA, *Invariantes Castizos de la Arquitectura Española*, Madrid, Dossat, 1979.

²⁸ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*...

²⁹ Nomeadamente da escola de Conzen, estruturada a partir do seu trabalho inaugural. M.R.G. CONZEN, Alnwick, *Northumberland - A study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London, 1969, ou da italiana centrada nos núcleos de Storia de la Città, fundada por

Desde os últimos anos da década de 90 e primeira década do deste século, Portugal foi particularmente fértil na produção dirigida ao tema da história do urbanismo português, contudo com leituras díspares quer na metodologia, quer na amplitude cronológica e geográfica.

Na compilação prévia ao evento *Universo Urbanístico Português*,³⁰ editada precisamente com o intuito de dar a conhecer o caminho até então traçado e fixar o estado da questão, a importância das ilhas atlânticas como espaço determinante para entender a passagem das práticas urbanísticas do Portugal europeu ao território indiano e principalmente ao brasileiro, é expressa de forma sistemática. As ilhas, enquanto estudo de caso, são repetidamente citadas nos textos aí republicados de Paulo Ormindo (1990),³¹ Nestor Reis Filho (1995)³² e no texto de Walter Rossa (embora inédito, datado de 1996),³³ três estudos que exploram precisamente o carácter continuado das práticas urbanísticas, valorizando o estudo dos antecedentes.

Contudo, nenhum dos estudos publicados nesse volume se dedicou especificamente aos Açores. Das cerca de 70 comunicações feitas ao congresso apenas quatro têm o espaço atlântico ilhéu como objeto de estudo, e mesmo essas preferem estudar outros arquipélagos ocupados pelos portugueses,³⁴ sendo que das

Enrico Guidoni e discípulos nas principais universidades italianas. Importa referir neste contexto a realização em Coimbra dos encontros científicos, *Oficinas de Morfologia para o Desenho Operativo da História – Urbanística antes dos tratados no Sul da Europa, workshop internacional*, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, 21-23 de Abril 2010, e *Encontro Internacional Desenhar a História: tecnologias aplicadas ao estudo da morfologia urbana*, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, 11 a 12 de Novembro 2010. Bem como, em Palermo o *Convegno Internazionale di Studi Città Nuove Fondate in Itália e in Europa dal Medioevo al Novecento*, Università degli Studi di Palermo, Dipartimento Città e Territorio, Associazione Storia della Città. Palermo de 09 a 11 de Dezembro 2010.

³⁰ Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822 ...*

³¹ Paulo ORMINDO, “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira – Origens”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822 ...* pp. 39-70.

³² Nestor Reis FILHO, “Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: Período Colonial”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822 ...*, pp. 483-506.

³³ Walter ROSSA, “O urbanismo regulado...”

³⁴ Cabo Verde é o arquipélago eleito, com três comunicações apresentadas: Carlos CARVALHO, “Formação dos primeiros centros urbanos de Santiago de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia”;

quatro apenas uma se propõe alargar efetivamente os horizontes de análise ao espaço atlântico. Refiro-me à comunicação apresentada por Teresa Madeira intitulada, *Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa*,³⁵ onde a autora apresenta uma breve reflexão sobre as cidades do Funchal na Madeira, Angra nos Açores e Ribeira Grande em Cabo Verde, aí apresentadas como mero indicador comparativo.

O facto de serem poucos os dados citados e poucas as referências efetivas a estudos sobre a construção do espaço dos Açores em qualquer dos estudos nomeados, deixa patente a escassez de factos palpáveis sobre o tema. Se estava clara a enorme relevância das ilhas açorianas, ficava também evidente a necessidade de acrescentar e aprofundar estudos com metodologias especificamente dirigidas à questão da urbanística e da construção do espaço açoriano.

Sem prejuízo do que até aqui foi dito, há que reconhecer que as ilhas açorianas observavam já um desenvolvimento significativo não só no ambiente historiográfico interno regional, onde o reconhecimento dos processos de humanização das ilhas foi sempre um tema forte e recorrente,³⁶ mas também no quadro da historiografia de referência ao tema da história territorial e urbana, como daqui em diante se dará conta, e que incide mais sobre sínteses relativas à

Fernando PIRES e António Leão Correia e SILVA, “A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo”; e Helena ALBUQUERQUE, “A imagem desenhada como testemunho dos critérios de apropriação do território. A cidade de Ribeira Grande e de Praia nas ilhas de Cabo Verde”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Hélder CARITA (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822 ...* respetivamente pp. 131-156, pp. 615-630 e pp. 787-798.

³⁵Teresa MADEIRA, “Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Hélder CARITA (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822 ...*, pp. 247-264.

³⁶Leiam-se as sínteses de Avelino de Freitas de MENESES, “O Arquipélago dos Açores. O povoamento”, Artur Teodoro de MATOS (coord.) *A colonização Atlântica* (vol. III), A.H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, 1º Tomo, pp. 209-306; e Avelino de Freitas de MENESES, “O povoamento”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...* vol. I, pp. 63-109 e Artur Teodoro MATOS, “Povoamento e Colonização dos Açores”, Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. I, 1989, pp. 176-188.

história urbana do que com estudos aprofundados dirigidos à especificidade disciplinar da história do urbanismo.

A construção da cidade e do território no arquipélago dos Açores distingue-se por integrar duas temáticas que têm vindo a ser abordadas normalmente em simultâneo embora em patamares de análise diferenciados. Essencialmente tratadas como áreas distintas, a cidade e o campo, ou o urbano versus rural, são contudo abordadas como temas paralelos, pelo que se admite que as cidades do arquipélago se identificam por uma ruralidade característica, ao mesmo tempo que as freguesias (denominação que localmente tomam as aldeias), assumem características de micro urbanidade, denunciando uma forte interpenetração dos dois mundos.

Tal divisão, plasmada desde logo em escalas de estudo também elas diferenciadas, obriga necessariamente, quando se pretende reconstituir os passos que levaram ao nível de conhecimento sobre a matéria em que hoje se encontra o tema, a repor dois percursos que em muitos pontos se unem estabelecendo pontes metodológicas importantes.

Suportados por uma historiografia de base muito sólida e por um profundo conhecimento material do território enquanto objeto de estudo definido, numa comunhão de interesses bem expressa nas palavras de Vitorino Nemésio “*a geografia, para nós, vale outro tanto como a história*”,³⁷ os trabalhos hoje existentes, consignados ao estudo da humanização/urbanização das ilhas, têm essencialmente estas duas raízes, a geografia e a história.

Está, contudo, ainda muito por fazer, no que toca à história do urbanismo e da urbanística no seu sentido mais estrito, enquanto estudo rigorosamente dirigido às formas concretas, à análise das práticas, à identificação dos procedimentos, ao reconhecimento dos intervenientes nos processos decisórios e construtivos, à identificação das suas funções.

Se as práticas e os agentes têm sido sistematicamente estudados,³⁸ ainda que não na dimensão específica que este trabalho se propõe fazer, a morfologia em

³⁷ Vitorino NEMÉSIO, “Açorianidade”, *Insula*, Ponta Delgada, nº7-8, 1932.

³⁸ Em particular do ponto de vista do sistema administrativo implementado – as donatarias,

concreto, o estudo da forma, deixa espaço para avançar muito sobre o tema da colonização do arquipélago e por essa via rever e completar o conhecimento sobre as práticas de construção do território bem como sobre a posição dos intervenientes no decurso do processo, em especial na vertente da sua expressão material.

Assim, e na perspetiva de anunciar o que já foi feito, para que se distinga o que falta fazer, propõe-se este texto refletir um quadro teórico de suporte, especificando em particular as abordagens mais aproximadas à questão do estudo da forma.

Devem, desde logo, assinalar-se algumas condicionantes prévias determinantes para a compreensão do processo de formação do conhecimento sobre a construção da cidade e território açorianos. Dada a dispersão do objeto de estudo, os Açores, que sendo um arquipélago se forma por parcelas individualizadas é comum a historiografia das ilhas avisar que a História dos Açores tem sempre de fazer-se atendendo à história das suas partes, que são bastante diversificadas na geografia, na cronologia e consequentemente na sua história.

Acresce a isto que o conhecimento historiográfico de cada uma das partes é ainda muito assimétrico, sobressaindo algumas ilhas na dimensão e profundidade dos estudos que lhe estão dedicados, por contraste com outras pouquíssimo estudadas, fenómeno repetido por cada uma das cidades e lugares do arquipélago. Por fim, deve ter-se em conta que estando este trabalho direcionado ao estudo da génese e consolidação do espaço, está limitado pela escassez de fontes, mas

capitanias e do sistema de distribuição da terra – as sesmarias. Veja-se por exemplo, António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitanias do Brasil - Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, obra que, não obstante o título se dirige a todo o espaço atlântico e ao tema das capitanias de forma alargada a esse espaço. Para os Açores especificamente veja-se entre outros, José Guilherme Reis LEITE, “O Arquipélago dos Açores. Administração: as estruturas e as instituições”, Artur Teodoro de MATOS (coord.), *A colonização Atlântica*, A.H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, vol. III, 1º Tomo, pp. 492-534. Luís da Silva RIBEIRO, “Influência das sesmarias no povoamento da Terceira”, *Obras. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983, vol. II, pp. 85-103. Jorge FORJAZ, “Cartas de “dadas” do século XV na Ilha Terceira”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1983, nº3 e 4, 1983, pp. 825-835.

também de bibliografia e estudos académicos especificamente dirigidos a esses tempos primevos, facto justificado, nas palavras experientes de Rute Gregório, por ser “*trabalho complexo, moroso, talvez demasiado 'arriscado' no âmbito da prestação de provas académicas*”.³⁹

Em resultado destas limitações, na tentativa de colmatar as falhas inerentes, foi importante abarcar um leque de áreas temáticas diversificado, bem como aceitar uma maior extensão cronológica da historiografia de suporte. É que, por força destas circunstâncias, apenas por analogia podemos extrapolar e assim propor sobre algumas formas menos fundamentadas localmente.

Os contributos essenciais da área da história para o reconhecimento do processo de construção da cidade e do território açoriano são múltiplos, mas não têm tido a morfologia como parte central ou sequer integrante dos objetivos. Quando optam por incluir essa dimensão, não chegam a concretizar sobre a sua materialidade, nomeadamente pela total exclusão de imagens, por excelência o modo de representação da forma.

Não pretendo esgotar aqui as referências historiográficas que surgirão no texto da tese, onde melhor se integram e compreendem. Convém contudo fazer sobressair o que objetivamente contribuiu para o estado da questão. Nesse campo ressaltam os trabalhos de Rute Dias Gregório que, centrando a investigação na questão da propriedade, não deixam de refletir sobre o território. De entre o todo do trabalho desta autora foram particularmente úteis a esta tese a sua dissertação de doutoramento *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*⁴⁰ e a síntese que produziu para a História dos Açores intitulada *Formas de organização do espaço*,⁴¹ desta feita, numa visão tentada sobre o todo do arquipélago, reconhecendo o que une o processo de colonização das ilhas.

³⁹ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios do Povoamento da Ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-mar - Teses, 2007, p. 28.

⁴⁰ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, 644 pp.

⁴¹ Rute Dias GREGÓRIO, “Formas de Organização do Espaço”, *História dos Açores...*, vol. I, pp. 111-140.

Em rigor, nenhum destes títulos trata de morfologia, mas sim dos procedimentos, das práticas, dos modos de ocupação e organização espacial, especificando com pormenor as delimitações político-administrativas, as fórmulas de concessão do solo e os processos de demarcação e arroteamento da terra.

É especialmente importante na perspetiva desta tese, o título *Formas de organização do espaço*, que se distingue por ensaiar uma leitura abrangente aos espaços urbanos e rurais, diferenciados entre povoados e espaços de produção, consignando contudo um número muito maior de páginas ao espaço rural onde ensaia uma aproximação à análise morfológica, denominada *dimensão e configuração das propriedades*. Neste ponto, a questão é analisada por via do estudo da grandeza e extensão das terras, traduzida em áreas quadradas, e naturalmente limitado ao universo disponível das fontes. No referente aos povoados, a autora aporta um conjunto importante de fontes para o estudo da distribuição de terra urbana, nomeadamente pela identificação e análise de documentação referente a dadas urbanas em Angra e Ponta Delgada, resumindo o (pequeno) universo de fontes deste tipo que hoje se conhecem, mas, acima de tudo, chamando a atenção para a sua existência.

Mas a maior parte dos estudos que tratam o território e a cidade optam por uma abordagem diacrónica, sendo poucos os trabalhos que se centram ou limitam a tempos particulares.⁴² É, contudo notável o número de estudos que nessas circunstâncias se dedicam ao arquipélago, em particular ao estudo da paisagem.⁴³ São habitualmente trabalhos que, dando especial ênfase à atualidade, tentam repor a história desde a descoberta aos nossos dias. Não estando vocacionados para a especificidade do estudo das formas construídas no processo de ocupação, recorrem de forma acrítica, quase unicamente, às descrições históricas dos cronistas açorianos, fonte imprescindível e riquíssima, mas cuja interpretação

⁴² Como exceção veja-se a tese de Pedro Maurício BORGES, *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na Segunda Metade de do Século XIX. Através de um dos seus protagonistas*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 2 vols., Coimbra, 2007 (policopiado).

⁴³ A título de exemplo consulte-se: *O livro das paisagens dos Açores. Contributos para a caracterização das paisagens dos Açores* (José Virgílio Cruz dir.), Ponta Delgada, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar do Governo Regional dos Açores, 2000.

exige um conhecimento alargado dos contextos histórico-geográfico e político-administrativo.⁴⁴

De entre esse grupo de aportes ao tema sobressaem, com aproximações variadas, os trazidos da área disciplinar da geografia. Mas neste âmbito, a complexidade geomorfológica do próprio território determinou quase sempre o caminho de exclusão das formas construídas, dando preferência ao estudo da sua dimensão geofísica.⁴⁵ Quando a abordagem se aproxima mais da geografia humana e até aborda a casa, a terra ou a propriedade prefere fazê-lo pelo lado dos usos em detrimento do estudo das formas.⁴⁶

Foram contudo também os geógrafos os primeiros a interessar-se especificamente pela questão das formas construídas e da sua relação com o território no seu todo. Pecando por não abordar a questão da morfologia urbana em particular, passando muitas vezes do estudo das formas de ocupação territorial genericamente (dedicando algumas poucas palavras aos povoados) para o estudo individualizado e pormenorizado da casa, preferencialmente da casa rural.

De resto, ainda nos meados dos anos 80 do século passado, Ilídio do Amaral alertava para a falta de uma monografia científica especificamente sobre as cidades coloniais portuguesas.⁴⁷ Por outro lado, instigava um doutorando seu, José Guilherme Fernandes, a aprofundar o capítulo da sua tese, *Terceira (Açores) - Estudo Geográfico*,⁴⁸ dedicado ao estudo de Angra, reclamando o quanto a cidade

⁴⁴ Embora com um enquadramento cronológico definido, a este nível serve de exemplo o livro recentemente publicado por Rui Miguel Goulart de ALMEIDA, *Território e Paisagem na Ilha de São Miguel. Séculos XV a XVIII*, Presidência do Governo Regional dos Açores e Direção Regional de Cultura, Ponta Delgada, 2012, obra que originalmente corresponde à dissertação de mestrado em História da Arte da Idade Moderna: Arquitetura e Urbanismo, apresentada em 2008 ao departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor Rafael Moreira.

⁴⁵ De destacar: Victor Hugo FORJAZ (coord.), *Atlas Básico dos Açores. The azores basic atlas*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004. Obra essencial de conhecimento do território quer pelo caráter científico rigoroso bem como pela qualidade gráfica com que se produziu.

⁴⁶ Veja-se por exemplo, Dominique VERDUGO, “Paisagem - arquitectura - desenvolvimento: Ilha da Graciosa-Junho/1988”, *GRACIOSA/88 - Relatório Preliminar*, Ponta Delgada, Secretaria Regional do Equipamento Social, Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente, 1989.

⁴⁷ Ilídio do AMARAL, “Cidades Coloniais Portuguesas (Notas preliminares para uma geografia histórica)”, *Povos e Culturas - A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, nº2, 1987, pp. 193-214.

⁴⁸ José Guilherme de Campos FERNANDES, *Terceira (Açores): Estudo Geográfico. Tese de*

merecia um estudo de pormenor em geografia urbana e nomeadamente em geografia urbana histórica.⁴⁹

Sem dúvida impulsionados pelo estudo de Orlando Ribeiro dedicado à ilha da Madeira (apenas editado em Portugal em 1985,⁵⁰ mas escrito em 1949 em francês como tese ao *XVI Congrès International de Géographie* realizado em Lisboa, portanto com forte divulgação dentro do meio académico) produziram-se nas décadas seguintes uma série de teses e artigos científicos dirigidos ao estudo geográfico das ilhas atlânticas portuguesas, alguns deles dedicados às ilhas açorianas.

Contabilizam-se entre a produção científica das escolas de Lisboa⁵¹ e Coimbra⁵² nos anos 50 e 60 do século passado cerca de sete teses dedicadas ao

Doutoramento em Geografia, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985 (policopiado).

⁴⁹ Ilídio do AMARAL, “Recensão crítica a Terceira (Açores). Estudo Geográfico”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986, nº41, pp. 166-174.

⁵⁰ Orlando RIBEIRO, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Língua Portuguesa, 1985.

⁵¹ Na escola de Lisboa, Raquel Soeiro de Brito, inaugura o interesse dos geógrafos modernos pelos Açores, com uma tese de doutoramento dedicada a São Miguel, no ano de 1955: Raquel Soeiro de BRITO, *São Miguel a Ilha Verde - Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, Fabrica de Tabaco Micaelense, 2004. Utilizou-se esta segunda edição que acrescentou à tese primitiva um novo texto sobre o desenvolvimento recente da ilha. No final da década de sessenta, na escola de Lisboa, Carlos Alberto MEDEIROS licencia-se com a tese: *A Ilha do Corvo*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1967, sendo de realçar a aproximação do estudo às questões da originalidade no espaço atlântico da forma urbana e do parcelário rural na mais pequena ilha dos Açores. Enquanto António Brum FERREIRA disserta em 1968 sobre: *A Ilha Graciosa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, relevando, com interesse para a presente investigação, o tema da forma do parcelário rural e o assinalar da terminologia ainda hoje usada para distinguir as parcelas estreitas e compridas, as courelas, das de forma aproximadamente quadrada, os serrados.

⁵² Em Coimbra, logo em 1959, João Medeiros CONSTÂNCIA defende uma tese de licenciatura intitulada: *Ilha de São Miguel – Contribuição para o estudo da paisagem humanizada*, Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959. Nos anos seguintes continua a dedicar-se ao estudo da ilha do arcanjo, publicando três artigos no Boletim do Centro de Estudos Geográficos consequentes à tese: João de Medeiros CONSTÂNCIA, “Quadro Físico da Ilha de São Miguel”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* I vol, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962, pp.1- 23+8 fotos + 1 carta, e, João de Medeiros CONSTÂNCIA, “Quadro Humano da Ilha de São Miguel”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* vol. I, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962. Sobre Santa Maria, no mesmo ano (1959), também em Coimbra, Eduíno Mota Soares Neves apresenta a tese: *A Ilha de Santa Maria. Contributo para um estudo de geografia*, Tese de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959 (texto dactilografado). Em 1961 e 1963 são defendidas em Coimbra duas teses de licenciatura respetivamente dedicadas a Angra na Terceira e à Povoação em São Miguel: Joaquim Figueiredo CARDOSO, *Angra do Heroísmo: subsídio para o estudo da sua origem e evolução populacional*, Dissertação apresentada para licenciatura em Ciências Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de

estudo geográfico dos Açores. Em 1969 uma geógrafa suíça, Catherine Gygax,⁵³ elaborou uma tese de doutoramento em Berna dedicada às cidades de Angra, Ponta Delgada e Horta.

Da maioria desses títulos serviu-se Carlos Alberto Medeiros na síntese essencial à compreensão do tema publicada na revista *Finisterra* em 1969, “*Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do atlântico*”,⁵⁴ a que se juntaram outros títulos de referência, igualmente essenciais à compreensão do tema alargado ao espaço atlântico, como são as monografias dirigidas aos restantes arquipélagos portugueses deste oceano, ou os ensaios preciosos de Orlando Ribeiro,⁵⁵ nomeadamente o artigo inaugural *Aspectos e problemas da Expansão portuguesa*.

É muito evidente a filiação no ambiente disciplinar da geografia, acima descrito, das primeiras abordagens feitas por arquitetos ao estudo da cidade e do território no arquipélago. A *Arquitectura Popular dos Açores*,⁵⁶ produzida entre 1982 e 1986 mas publicada apenas em 2000 é disso um claro exemplo.

Acresce que, com o novo olhar do arquiteto, alcançou-se também a escala urbana,⁵⁷ tendo o referido estudo reservado lugar à análise das principais malhas urbanas. Ainda que não se dirija preferencialmente ao estudo das cidades, a obra introduz leituras globalmente importantes até por se estenderem ao todo do

Coimbra, Coimbra, 1961 (policopiado); Débora Manuela Ferreira de PAIVA, *A Povoação Um dos seus problemas correlativos*, Tese de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963, (texto dactilografado).

⁵³ Katharina Elisabeth GYGAX, “Contribuições para a geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, nº27/28, ano 1969/1970, pp. 25-285.

⁵⁴ Carlos Alberto MEDEIROS, “Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do atlântico”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº7, vol. 4, 1969, pp. 95-125.

⁵⁵ Orlando RIBEIRO, *Originalidade da Expansão Portuguesa*, Lisboa, João Sá da Costa, 1994.

⁵⁶ João Vieira CALDAS (coord.), *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000.

⁵⁷ Neste trabalho, o espaço do arquipélago foi dividido por equipas, sendo os textos e a seleção de imagens publicados da responsabilidade das mesmas. Vale a pena expor cada uma das equipas e respetivos espaços de estudo: Santa Maria e São Miguel - José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro e Vítor Mestre; Terceira, Graciosa e São Jorge - Ana Tostões, Filipe Jorge Silva e Nuno Barcelos; Pico e Faial - João Vieira Caldas e Vítor Mestre; Flores e Corvo - José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro.

arquipélago. Distingue-se ainda por compilar um vasto arquivo de imagens, naturalmente datáveis e também por isso importantes.

Incluindo o tema num circuito mais abrangente, em 1992, José Manuel Fernandes, coautor da *Arquitectura Popular dos Açores*, defende a tese *Cidades e Casas da Macaronésia*,⁵⁸ onde promove o estudo comparativo entre os processos de ocupação dos arquipélagos da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde, por via da análise da localização das principais cidades, estruturação interna das respetivas malhas urbanas e estudo de algumas tipologias de casa urbana.

Na senda de estudos anteriores, onde vinha consolidando a visão anunciada no artigo *O lugar da cidade portuguesa*,⁵⁹ que já atrás foi referido, principalmente da *Arquitectura Popular dos Açores* que cita repetidamente quando analisa este arquipélago, José Manuel Fernandes fixa dados particularmente no que respeita ao tema das constantes da implantação geográfica dos núcleos que, em grande medida, conformam o que no seu entender é o modelo urbano de síntese de cidade portuguesa de finais da Idade Média.

Segundo o autor, “*a cidade portuguesa foi adquirindo até aos finais da Idade Média aspetos que (...) a ‘cristalizam’ num sistema bem definido e perene*” e “*a transformam em modelo apetecível para a sua aplicação marítima*”.⁶⁰

Aspetos que sintetiza “*na localização, na estrutura e na forma*” do seguinte modo: “*é eminentemente litoral (...) possui do mesmo modo uma dimensão marítima*”, tem um “*gosto climático pelos trópicos*” mas “*mantém, apesar de tudo, uma ‘memória castreja’, uma tradição de fixação em sítios altos e acidentados, que a tornam composta, dividida em dois locais bem definidos e opostos. Essa bipolaridade inclui um ‘centro’ de vocação residencial, associado à elevação que evoca o antigo sítio de defesa colectivo (a ‘alta’, dantes junto ao castelo, à alcáçova); e um ‘centro’ dos negócios e das trocas mercantis,*

⁵⁸ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

⁵⁹ José Manuel FERNANDES, “O Lugar da Cidade Portuguesa”... Um texto precedente importante, onde pela primeira vez aplica a metodologia de análise à cidade insular é: José Manuel FERNANDES, “O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no atlântico – estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural”, Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, vol.I, 1989, pp.247-269.

⁶⁰ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.128.

preenchendo o lugar junto ao rio ou ao mar, a 'baixa'(...). “*Outra dimensão que a cidade não perde, mas antes inclui discretamente no seu tecido, é um sentido de paisagem que aceita a ruralidade como 'vestígio': nos sistemáticos quintais (...) e hortas (...)*”⁶¹

Conclui depois que “*a maioria das cidades insulares do 'atlântico português'*” caracterizam-se “*na continuidade transformada e adaptada [deste] 'padrão do continente'*”.⁶² Padrão de onde nasce o que define como “*o modelo de cidade insular*” que, por sua vez, se revela precisamente pelas características locativas enunciadas, mas também já por outras constantes encontradas nas análises individuais que faz de algumas malhas urbanas das ilhas (divididas tipologicamente em lineares, irradiante e reticuladas).⁶³

Assim e na perspetiva deste autor, no que à forma das malhas urbanas respeita, o modelo de cidade insular portuguesa sintetiza-se por: ter “*dois espaços colectivos principais e com localização normalmente diferenciada, o 'largo da igreja' (sé/matriz), de função religiosa, e o 'largo da câmara' (com Misericórdia, cadeia), com objectivos cívico assistenciais*”, por nascer de uma “*base essencialmente linear – assente na 'rua direita', com tendência para desenvolvimento em retícula imperfeita*”. Caracteriza-se ainda, pela “*existência de instalações de Franciscanos e de Jesuítas, os primeiros conventuais e arrabaldinos, sempre na periferia poente (...) os segundos colegiais, situados numa área perto dos centros de poder (...) no sector norte.*”, e por integrar “*sistemas de fortificação com localizações pontuais*”.⁶⁴

José Manuel Fernandes destaca-se pela bibliografia profícua dedicada ao tema da cidade nos Açores, metodologicamente muito aproximada às fórmulas da geografia-histórica, nomeadamente à escola de Orlando Ribeiro, autor que, referencia amiúde.

Com efeito, a ele se devem as primeiras sínteses sobre urbanismo nos Açores, de entre o conjunto deve salientar-se sem esgotar aqui as referências, que

⁶¹ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.128-129.

⁶² José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.135-136.

⁶³ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.136-144.

⁶⁴ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.203.

surgirão no texto da tese, os trabalhos de cariz mais monográfico dedicados a Angra, quer *Angra do Heroísmo*,⁶⁵ quer ainda *Angra do Heroísmo, Aspectos urbano-arquitectónicos*,⁶⁶ mas também a ainda recente *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*.⁶⁷

Trabalhos onde o autor reafirma o modelo acima descrito de cidade portuguesa insular, reforçando por um lado, a sua visão sobre a importância do sítio na sua definição,⁶⁸ por outro, a sua integração num contexto evolutivo que valoriza a sobrevivência dos procedimentos. Conclusão a que chega mais por via da percepção que faz da forma analisada, do que como resultado de uma investigação de base documental rigorosa e que explica por um “*assumido tradicionalismo de conceção*”⁶⁹ que expressivamente apelida de *medieval-renascentista*.

No âmbito de uma aproximação ao tema, disciplinarmente mais especializada, devem referir-se também alguns autores e obras enquadrados metodologicamente pela História da Arte. Desde contributos de âmbito alargado como a *História da Arte Portuguesa no Mundo*⁷⁰ de Pedro Dias, até trabalhos mais especificamente dirigidos temporal e espacialmente. Porém, verifica-se que o conhecimento sobre os núcleos e territórios açorianos é ainda muito assimétrico, distinguindo-se as cidades maiores e mais ricas, nomeadamente Ponta Delgada⁷¹ e Angra,⁷² pelo número de estudos dedicados.

⁶⁵ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Editorial Presença, colecção Cidades e Vilas de Portugal, 1989.

⁶⁶ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁶⁷ José Manuel FERNANDES, *História Ilustrada da Arquitectura dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008. José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Editorial Presença, colecção Cidades e Vilas de Portugal, 1989.

⁶⁸ Particularmente demonstrativo do cariz metodológico da obra deste investigador é o artigo: José Manuel FERNANDES, “Angra do Heroísmo no quadro das ‘Cidades de Paisagem’ Portuguesas Medieval-renascentistas”, *Revista de História da Arte - Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2007, nº 4, pp. 213-231.

⁶⁹ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*...p.204.

⁷⁰ Pedro DIAS, “As Ilhas Atlânticas Próximas – Açores”, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822) - O Espaço Atlântico*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, pp. 227-303. Veja-se em especial o subcapítulo intitulado: *A estrutura urbana, as obras públicas e arquitectura civil*.

⁷¹ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta

Com justiça deve, contudo, realçar-se o esforço investido no *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, que se desenvolveu precisamente a partir das periferias do arquipélago. Uma obra dividida por concelhos que conta já com a publicação de 12 volumes. Também aqui se publicam estudos introdutórios sintéticos sobre o urbanismo das cidades e vilas dos concelhos inventariados em cada um dos volumes, todos eles, uma vez mais, da autoria de José Manuel Fernandes.⁷³

De entre o núcleo de estudos dirigidos a temáticas mais específicas evidencia-se o tema da fortificação, tratado com pertinência por Rui Carita,⁷⁴ autor que se interessou também por outras questões determinantes para a compreensão da construção do território, nomeadamente pelo tema da implantação dos colégios jesuítas nas ilhas.⁷⁵

Por fim, exige-se juntar ao contexto apresentado o conjunto de fontes mais destacado e utilizado na tese, *os cronistas açorianos*,⁷⁶ a quem em muitos dos

Delgada, Universidade dos Açores, 1986. Neste contexto, merece a pena referir esta obra não tanto pela matéria específica de estudo, mas pela caracterização urbanística de Ponta Delgada, muitíssimo documentada, elaborada pelo autor na introdução do trabalho. Isabel Soares de ALBERGARIA e Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, “A Casa Urbana de Setecentos em Ponta Delgada - Um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura cívil açoriana”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2002, vol. XLVII, pp. 59-70.

⁷² Antonieta Reis LEITE, *Angra — um porto no percurso da Cidade Portuguesa*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2000 (policopiado). Depois, parcialmente publicada em artigo como: Antonieta Reis LEITE, “Angra — um porto no percurso da Cidade Portuguesa”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2003. Mateus Eduardo da Rocha LARANJEIRA, *São Salvador de Angra uma Catedral Sebástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁷³ Jorge A. Paulus BRUNO (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 1999: (Pico – São Roque), 2000 (Pico – Lajes), 2001 (Corvo – Vila Nova), 2001 (Pico – Madalena), 2003 (Faial – Horta), 2004 (Terceira – Praia da Vitória), 2005 (Santa Maria – Vila do Porto), 2006 (Flores - Lajes), 2007 (São Miguel – Ribeira Grande), 2008 (Flores – Santa Cruz), 2010 (Graciosa - Santa Cruz), 2011 (São Miguel – Nordeste).

⁷⁴ Veja-se na bibliografia desta tese o avultado número de trabalhos deste autor dedicado ao tema da fortificação, títulos citados ao longo da tese.

⁷⁵ Rui CARITA, “O Colégio Jesuíta de São Francisco Xavier no Faial”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX - Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e de São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998. Rui CARITA, “Ponta Delgada e os Problemas de Defesa nos Séculos XVI e XVII, os militares e os jesuítas”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999. Ambos os estudos realizados depois do trabalho dedicado ao Colégio do Funchal, Rui CARITA, *O Colégio Jesuíta do Funchal*, 2 vols., Funchal, Secretaria Regional da Educação do Governo Regional da Madeira, 1987.

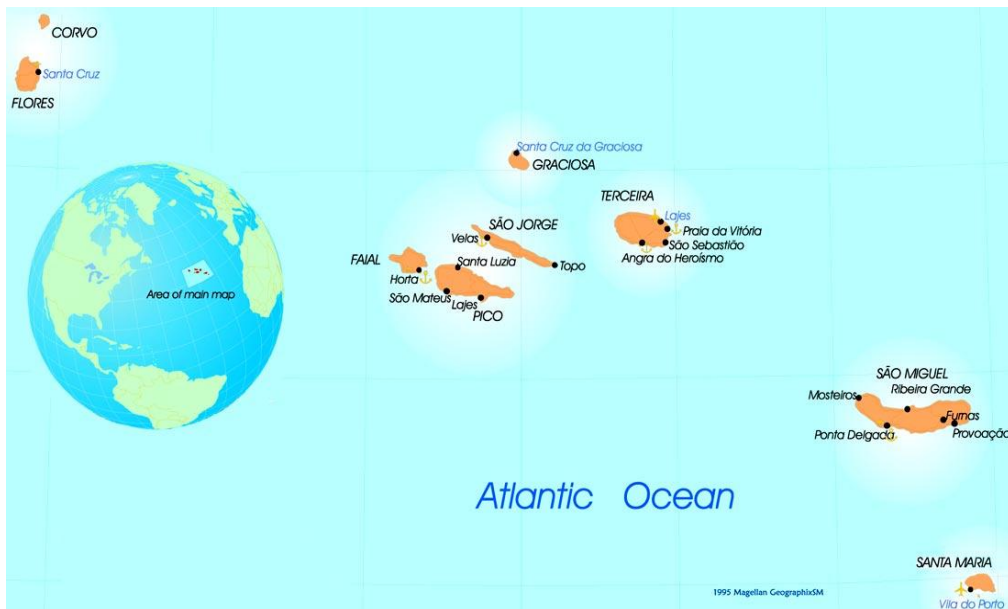
⁷⁶ Gaspar FRUTUOSO (1522-1591), *Saudades da Terra*. Deste manuscrito do século XVI existem várias edições. Utiliza-se nesta tese a edição do instituto cultural de Ponta Delgada dirigida por

casos se deve, em exclusivo, o registo de factos importantes tanto ao nível dos dados concretos, como sejam datas e locais, mas, acima de tudo, no sentido de se constituírem como repositórios de uma memória coletiva, guardando preceitos, topónimos, nomes e cargos de personagens que de outra forma se teriam perdido de forma irremediável. Deve destacar-se, particularmente, o mais antigo, o quinhentista Gaspar Frutuoso e a sua obra *Saudades da Terra*, cujo cuidado no “*atinar e acertar com a verdade*”,⁷⁷ transcrevendo documentos, descrevendo o espaço, relatando a história e o seu tempo, transportam o leitor atual para a realidade de antanho.

João Bernardo de Oliveira Rodrigues. Ponta Delgada, VI Livros, 1998; Frei Diogo das CHAGAS (1575-?), *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (1646 manuscrito) (direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos), Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional de Assuntos Culturais, 1989; Agostinho de MONTE ALVERNE (1629-1726), *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols., 1988, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada; Padre António CORDEYRO (1641-1722), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, edição faccimidada da primeira edição de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981; Manuel Luis MALDONADO (1644-1711), *Fenix Angrence* (transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima), Angra do Heroísmo, 3 vols., Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989. Para uma visão da importância dos cronistas na historiografia açoriana consulte-se a entrada “cronistas”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa>, consultado a 20.08.2010.

⁷⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*... Livro I, p.94.

PARTE PRIMEIRA . AS CIDADES



Mapa dos Açores (www.guiageo-portugal.com/acoes-mapa)

Na sequência da análise individual dos estudos de caso surgirá a leitura de conjunto que conforma a segunda parte deste trabalho e lhe dará a articulação necessária. Contudo, antes de avançar sobre o estudo monográfico das cidades, será útil uma sumária contextualização histórico-geográfica,¹ a qual só por si é uma forma de melhor se compreenderem as escolhas dos núcleos monografados, como também a ordem pela qual se apresentam.

O arquipélago do Açores compõe-se de nove ilhas distribuídas por três grupos geográficos. Ao grupo oriental pertencem Santa Maria e São Miguel; o grupo central integra a Terceira, a Graciosa, o Pico e o Faial; finalmente as Flores e o Corvo conformam o grupo ocidental.

As ilhas localizam-se no Atlântico norte entre os 36° e 43° de latitude norte e os 25° e 31° de longitude oeste e distam cerca de 1300 km do continente europeu e cerca de 2000 km do americano, contados respetivamente a partir de Santa Maria e Flores, as ilhas mais oriental e ocidental do conjunto.

A posição das ilhas, neste contexto é excepcional a vários níveis. Desde logo porque além de integrarem a crista média que atravessa o Atlântico, assentam na tripla junção das placas euroasiática, americana e africana, o que favoreceu em grande medida a vulcanologia ativa que condicionou e condiciona fortemente a geomorfologia diversificada do arquipélago. Com efeito, quer na forma quer na dimensão, as ilhas são muito variadas. Veja-se o caso de São Miguel, que tem uma área de mais de 746 km², quase 44 vezes maior que a ilha do Corvo com apenas 17,13 km². O Pico distingue-se por ser o ponto mais alto de Portugal, elevando-se 2.351 metros acima do mar. Já a Graciosa não excede a cota de 402 metros de elevação acima da água, extremos que apenas pretendem fazer notar a variedade da morfologia das ilhas.

¹ Este texto introdutório segue de perto as sínteses sobre a geografia e o povoamento, respetivamente de António Brum FERREIRA, “A geografia física dos Açores” e de Avelino de Freitas MENESES, “O povoamento”, ambas em Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...* vol. I, respetivamente pp. 21-45 e pp. 63-109.

A posição das ilhas também influi ao nível climático, porque o arquipélago se localiza numa zona de grande instabilidade atmosférica, de algum modo compensada pela passagem da corrente do golfo que ameniza as temperaturas. Contudo, a chuva e o nevoeiro são constantes nas ilhas, em especial nas terras altas, fator determinante para se entender a utilização do solo e as formas de ocupação humana. Com efeito verifica-se que os núcleos de povoamento preferem sempre uma ocupação mais costeira.

Vale a pena observar o que descreve Raquel Soeiro de Brito para São Miguel,² mas que se pode generalizar para praticamente todo o arquipélago. Diz a geógrafa que até aos 350-450 metros de altitude encontram-se a habitação e as terras cultivadas, daí até aos 800 metros situa-se o andar silvo-pastoril, enquanto que acima dos 800 metros apenas existem matos e incultos.

Os Açores foram descobertos despovoados em 1427 pelo piloto do rei de Portugal, Diogo de Silves, segundo informa a carta do maiorquino Diogo de Valseca datada de 1439.³

Apenas as ilhas mais ocidentais, as Flores e o Corvo, se descobriram mais tarde, em 1452 por Diogo de Teive, povoador açoriano no regresso de uma viagem exploratória ao noroeste atlântico. Estas ilhas, mais periféricas e cronologicamente distantes do resto do processo de descoberta e povoamento do arquipélago, assumiram-se até tarde como outra entidade, sendo conhecidas como ilhas Floreiras, enquanto as restantes por ilhas dos Açores ou Terceiras.

Quando a coroa tomou a decisão de povoar as ilhas, não o fez diretamente, mas através da transferência para as ilhas do sistema senhorial.

² Raquel Soeiro BRITO, *São Miguel a Ilha Verde - Estudo Geográfico (1950-2000)*, Fabrica de Tabaco Micaelense, Ponta Delgada, 2004.

³ Carta datada de 1439 e onde as ilhas aparecem pela primeira vez representadas de uma forma verosímil, sobre este tema consulte-se Rui CARITA, “O descobrimento dos Açores”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...* vol. I, pp. 49-61. Veja-se também, Carlos RILEY, “Ilhas Atlânticas e Costa Africana”, (dir.) Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI, *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Circulo de Leitores e Autores, 1998, vol. I, pp. 137-162.

Em data incerta foi criada uma donataria, sistema em que a coroa concessionava a um senhor, o donatário, a governo de um determinado território, excluindo apenas os pilares da soberania, ou seja, a cunhagem de moeda e a declaração de guerra, na jurisdição civil e a pena de morte e talhamento de membro, na jurisdição criminal. Não obstante é importante referir que os donatários foram sempre membros da família real.

Os donatários dividiram as ilhas em capitánias, delegando os poderes que lhe estavam concedidos num capitão. A historiografia posterior passou a denominá-los capitães do donatário, mas em boa verdade nunca são assim referidos na documentação ou nas crónicas.

Todos os dados indicam que o processo de povoamento foi lento e árduo, avançando por etapas, de oriente para ocidente. Começou pela ilha de Santa Maria e demorou cerca de um século a estender-se eficazmente a todas as outras. No Corvo apenas em 1549 e depois de várias tentativas se consegue estabelecer com sucesso um núcleo de povoamento. É significativo e até demonstrativo da dificuldade de povoamento, que as Flores e o Corvo não se tenham povoado durante o período da donataria, acabando por se constituir como um senhorio tradicional cerca de 1504.⁴

Data de 1439⁵ o primeiro documento conhecido referente ao arquipélago, pelo qual a coroa autoriza o Infante D. Henrique a povoá-lo. Esclarece esse mesmo documento que entre 1427 e 1439, ou seja entre a descoberta e o início do povoamento, foram feitas viagens de reconhecimento e experimentação da terra, nomeadamente pelo lançamento de gado.

Ao Infante D. Henrique, primeiro senhor do arquipélago, se deve o estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento em Santa Maria e em São

⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (d direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Universidade dos Açores - Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989, p. 455-456.

⁵ “Autorização concedida ao Infante D. Henrique para o Povoamento das sete ilhas dos Açores de 2 de Julho de 1439”, *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 15 volumes (reprodução fac-similada da edição original), 1980-1984, vol. I, p.5. Doravante designado por AA.

Miguel, neste com a participação do irmão D. Pedro, duque de Coimbra e regente do reino.⁶

Foi ainda o Infante D. Henrique, seguramente já na condição de donatário, que lançou o povoamento da Terceira com a entrega da primeira capitania dos Açores a Jácome de Bruges,⁷ criado do Infante, flamengo de origem estabelecido no norte de Portugal, provavelmente no Porto. Em 1450, D. Henrique e Jácome de Bruges estabeleceram um contrato para que este povoasse à sua custa a ilha em troca de privilégios. Empresa que não teve sucesso.

Com a morte do Infante D. Henrique em 1460, por um processo longo e controverso a donataria, foi refeita em nome do seu sobrinho e herdeiro, o Infante D. Fernando, irmão de Afonso V. A D. Fernando se deve a implementação de novas capitanias nas restantes ilhas do grupo central, nomeadamente da Graciosa⁸ e do Faial, esta também entregue a um flamengo, Josse Hurtere, que trouxe para a ilha povoadores da Flandres.⁹

D. Fernando morre em 1470 e deixa filhos menores que herdaram a donataria, a partir daí e até cerca de 1483 administrada pela viúva, a Infanta D. Beatriz, tutora dos filhos.¹⁰ A Infanta consolida o sistema de capitanias, formalizando o processo com a entrega sistemática de cartas de capitania, com a definição das jurisdições territoriais em documentos escritos.

Em 1474, sob a sua administração, São Miguel é vendida a Rui Gonçalves da Câmara, irmão do capitão do Funchal, permanecendo João Soares de Albergaria, até então capitão das duas ilhas, como capitão apenas de Santa Maria.¹¹

⁶ “Carta Régia de recompensa pelo esforço dos povoadores, 5 de Abril de 1443”, AA ...vol. I, pp. 5-6 e “Carta régia isentando para todo o sempre de imposições os produtos produzidos em São Miguel, 20 de Abril de 1447”, AA ...vol. I, p.6.

⁷ “Doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, 2 de Março de 1450”, AA ... vol. IV, p. 207.

⁸ Sobre as dificuldades em datar o início da colonização da Graciosa veja-se Avelino de Freitas MENESES, “O povoamento”... *História dos Açores*... vol. I, p. 67.

⁹ “Cartas das Capitanias da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra: de 21 de Fevereiro de 1468 e 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, precedida de ensaio crítico*, Ponta Delgada, 3ª edição, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 152-155.

¹⁰ Avelino de Freitas MENESES, “O povoamento”... *História dos Açores*... vol. I, pp. 70-73.

¹¹ “Carta de D. Beatriz, de 10 de Março de 1474 – Doação (e confirmações) da capitania de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara e da sua compra a João Soares”, Manuel Monteiro Velho

A Terceira é dividida em duas capitánias, a de Angra e a da Praia, depois do desaparecimento misterioso do primeiro capitão, o flamengo Bruges. Angra é entregue a João Vaz Corte Real e a Praia a Álvaro Martins Homem.¹²

Em data que não se pode precisar, mas em torno de 1473 ou 1474, também a Graciosa é entregue a um novo capitão, depois de morto o primeiro. Desta feita a Pêro Correia da Cunha, que tinha povoado previamente, também como capitão, o Porto Santo por um curto período de tempo.¹³

Já em 1482, D. Beatriz entrega o Pico ao Capitão do Faial, Josse Hurtere, depois da tentativa falhada de entrega da ilha a Álvaro de Ornelas, da ilha da Madeira.¹⁴

São Jorge, por seu turno, foi entregue em 1483, a João Vaz Corte Real, que era já capitão da parte de Angra na Terceira.¹⁵ Esta é a única carta de doação entregue por D. Diogo em maioridade.

Assassinado D. Diogo, duque de beja e 4º donatário dos Açores, às mãos de D. João II por crime de lesa-majestade em 1484, terminou este período da donataria, que foi refeita no filho mais novo do Infante D. Fernando e da Infanta D. Beatriz, D. Manuel, também duque de beja e futuro Manuel I.

Com a subida ao trono de D. Manuel, 5º donatário das ilhas, inicia-se a última etapa da definição do território. A donataria é extinta e integrada nos bens

¹² “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania João Vaz Corte Real; de 12 de Abril de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, pp. 173-176. “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Álvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1477”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...*pp. 163-165.

¹² “Carta de D. Beatriz, de 10 de Março de 1474 – Doação (e confirmações) da capitania de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara e da sua compra a João Soares”, Manuel Monteiro Velho

¹³ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Universidade dos Açores - Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989, p. 455-456. Sobre as dificuldades em datar o início da colonização da Graciosa veja-se Avelino de Freitas MENESES, “O povoamento”... *História dos Açores...* vol. I, p. 67.

¹⁴ “Cartas das Capitánias da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra: de 21 de Fevereiro de 1468 e 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* p. 152-155.

¹⁵ “Carta do duque D. Diogo, de 4 de Maio de 1483 – Doação (e suas confirmações) da capitania da ilha de S. Jorge a João Vaz Corte Real”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, pp. 182-186.

da Coroa, mantendo-se, contudo, o sistema de capitánias às quais se vai sobrepor um total de dez novas vilas fundadas por D. Manuel I e por D. João III.

Mantiveram-se, contudo, as capitánias como unidades da divisão administrativa e territorial até 1766, quando Marquês do Pombal transforma os Açores numa Capitania Geral.¹⁶

De entre o conjunto das ilhas e unidades administrativas do arquipélago, estabilizadas como oito capitánias ainda no período donatorial, cedo sobressaíram São Miguel, a Terceira e o Faial,¹⁷ estruturando-se como um verdadeiro eixo central de desenvolvimento de arroteia das ilhas onde se implantam os núcleos urbanos que se passam a analisar, os quais se conformaram como cabeças desses territórios.

Se a ordem com que se apresentam os estudos de caso não corresponde à ordem geográfico-cronológica pela qual as ilhas terão sido descobertas e povoadas, isso deve-se ao facto de Ponta Delgada, como logo se referiu na Introdução, ter sido elevada a vila apenas em 1499, correspondendo assim à primeira vila açoriana de fundação manuelina. Acresce ainda que, apenas tardiamente e de forma paulatina, Ponta Delgada assumiu as funções de vila cabeça da ilha de São Miguel, sucedendo em 1522 a Vila Franca, soterrada por um violento sismo.

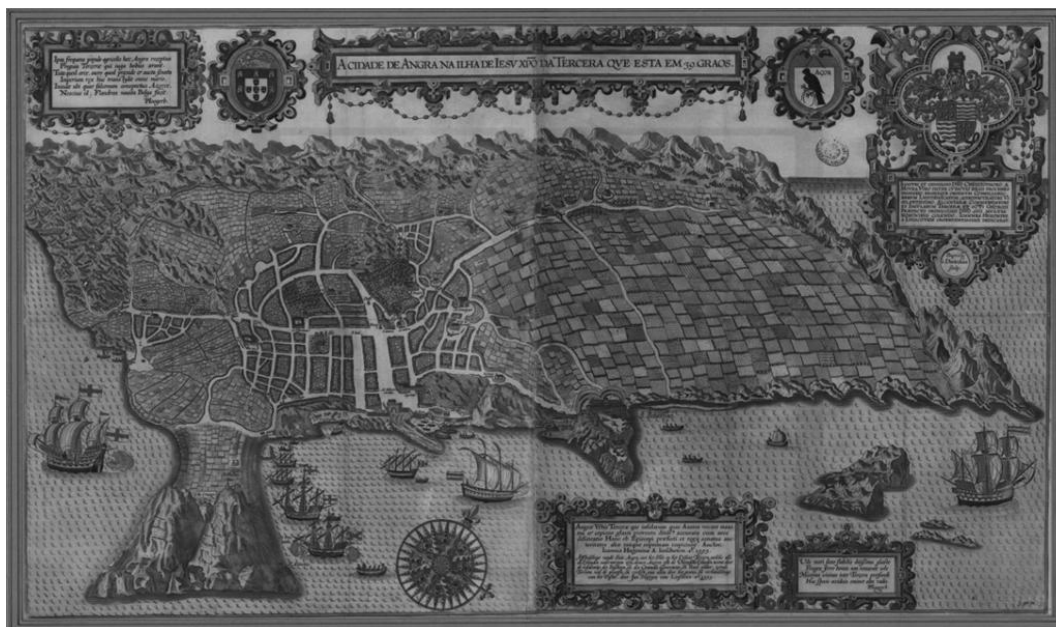
¹⁶ Veja-se a Parte III da *História dos Açores* intitulada “Unir para dominar: a centralidade administrativa (1766-1836)”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...* vol. I, pp. 63-109.

¹⁷ Situação que de alguma forma se manteve ao longo dos tempos, refletindo-se de forma elucidativa na estrutura administrativa dos Distritos Administrativos e Fiscais criados em 1836, com Ponta Delgada, Angra e Horta, respetivamente cabeças dos distritos Oriental, Central e Ocidental. Mas ainda hoje visível na divisão tripartida dos órgãos principais da administração e governo regionais por estas três cidades.

CAPÍTULO I. ANGRA

Angra é um caso de estudo especial dentro do panorama da historiografia do urbanismo português. Inúmeras vezes observada como paradigma ambicionado de modernidade na cultura urbanística portuguesa da Expansão, a sua forma atrai, desde há muito, o olhar de arquitetos, geógrafos e de historiadores, em especial de historiadores do urbanismo, como atrás se viu. A regularidade da sua malha central, a que neste trabalho se prefere chamar *fundacional*, aparentemente mais evidente do que é habitual para a época, induziu a que, sem grandes constrangimentos, rapidamente se assumisse este caso como único e excepcional.

Angra beneficiou desde muito cedo no contexto do arquipélago de um sentido de capitalidade consequente ao nível da sua expressão material urbana, nomeadamente na arquitetura dos seus edifícios principais mas também na organização morfológica e funcional da sua malha, particularmente visível após a elevação a cidade e sede episcopal. Contudo, a essência urbanística da cidade assenta em princípios bem menos originais do que após um primeiro e breve olhar se pode julgar, e, na verdade, o seu carácter especial só pode ser devidamente entendido se, sem preconceito, se aceitar analisar o seu tecido urbano, bem como a cultura construtiva que a produziu, num quadro de continuidade histórica e não numa perspetiva de rutura e modernidade forçada.



“A cidade de Angra na ilha de Iesv Xpo da Terceira Que Esta em 30 Graos” [1595]. Jan Huyen van LINSCHOTEN (1563-1611), *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Ocidentais ou Portuguesas* (ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, 1997.

1. Principais fontes e historiografia urbana

Angra é de todas as urbes açorianas a mais descrita e desenhada, embora os primeiros registos bibliográficos e cartográficos datem já do último decénio de quinhentos, quando estavam passados cerca de 150 anos sobre o início da ocupação do lugar e mais de um século sobre a sua fundação em sede de capitania, no ano de 1474. Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Terra*, dá conta de uma cidade consolidada, longe já do que terá sido a urbe na sua forma original, entretanto absorvida pelo rápido crescimento urbano potenciado pelo seu valor estratégico e portuário, demonstrado nomeadamente pela sua integração na escala da Carreira da Índia e pela instalação em Angra da Provedoria da Armada em 1527.¹

Conta o primeiro cronista que “*Está esta cidade situada ao modo circular, quase redonda, em um baixo vale e nos outeiros que a cercam (...) Está toda mui bem situada, com muitas ruas largas e cordeadas com as bocas ao mar, que as fazem muito graciosas, com uma rua mui larga que as atravessa e parte todas pelo meio de um cabo da cidade até o outro. Tem casas sumptuosas e tem delas de dois sobrados, edificadas todas por boa e gentil ordem, como cabeça de todo o bispado destas ilhas (...)*”²

É nesta cidade cosmopolita que o holandês Jan Huyen van Linschoten permanece por mais de dois anos (1589-1592), reproduzindo a cidade num retrato sobejamente conhecido mas que vale sempre a pena relembrar. Até porque, a precisão e o detalhe com que representa Angra, no conjunto da sua malha e mais destacados edifícios, coloca-o de imediato como uma das principais fontes para a história da cidade, por isso, esta imagem acompanhará obrigatoriamente e quase em permanência o presente texto.

¹ Para uma compreensão abrangente da questão veja-se: Artur Teodoro de MATOS, “Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores ...* vol. I, pp. 199-233, em especial páginas 200-201. Sobre a formação e evolução da armada veja-se: Artur Teodoro de MATOS, “A armada das ilhas e a armada da costa. Novos elementos para o seu estudo”, *Separata de Memórias*, Lisboa, Academia de Marinha, 1990.

² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 12.

Linschoten completa o quadro proposto por Frutuoso e às “ruas cordeadas com as bocas ao mar”, junta com pormenor a nova Sé, aliás ainda em construção. Os jesuítas, chegados em 1570, localizados no colégio velho sobre a Rocha. São Francisco ainda único convento masculino da cidade, e os dois conventos femininos, São Gonçalo e Esperança, respetivamente fundados em 1542 e 1555, no topo poente da malha fundacional e na Rua da Sé. Representa também em detalhe as estruturas defensivas, o velho castelo, e a fortaleza quinhentista de São Sebastião, as cercas marítimas e as portas do Mar junto ao cais, a nascente o portão e muro do porto Pipas, e a Prainha com os seus estaleiros, muro e porta a poente. Desenha ainda o muro do Fanal e as portas terrestres de Santa Catarina depois denominados de São Pedro e as portas de São Bento, locais ainda hoje designados por Portões de um e outro santo. Também se pode incluir neste aparato defensivo a estrutura do Facho no topo do morro mais oriental do Monte Brasil, onde estava montado um sistema de vigia e aviso por meio de mastros e bandeiras que anunciava à cidade se à vista estavam navios, de que banda se aproximavam, e se eram ou não de guerra.



Excerto da parte urbana da vista de Linschoten. (“A cidade de Angra na ilha de Iesv Xpo da Terceira Que Esta em 30 Graos” [1595]. Jan Huyen van LINSCHOTEN (1563-1611), *Itinerário...*)

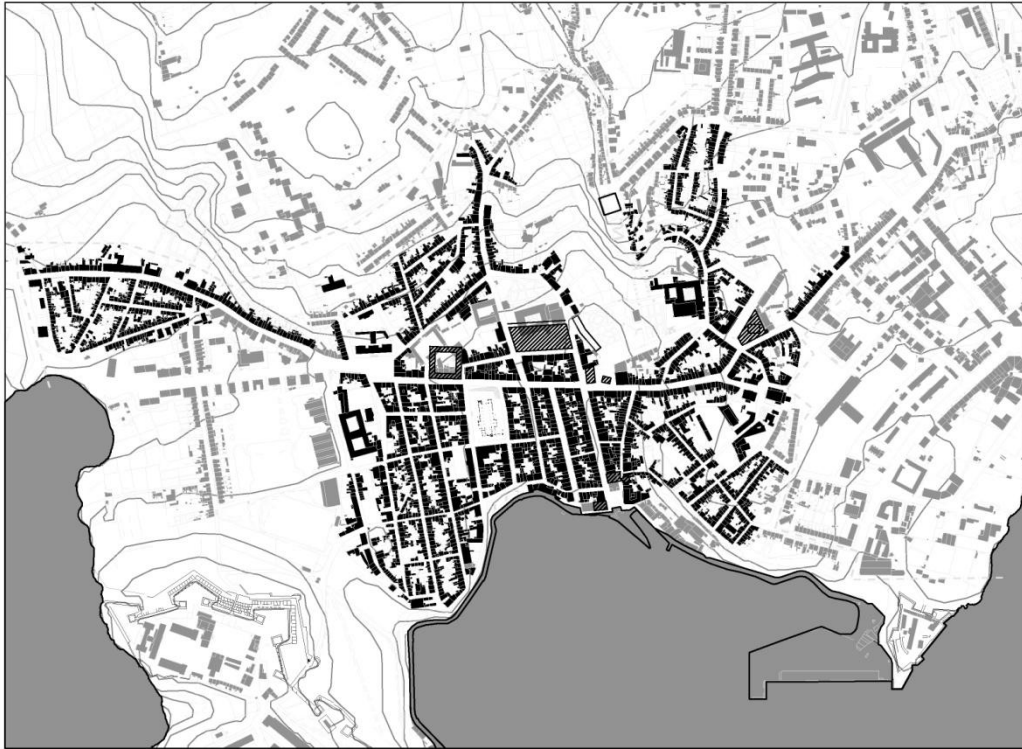
O holandês dá ainda conta dos edifícios da Câmara e Cadeia, na praça. E junto ao mar mostra o hospital, a misericórdia e a alfândega. A fechar o quadro, e o circuito urbano, Jan Huyen van Linschoten acrescenta as paroquiais urbanas da Conceição (1553), de São Pedro (1572) e a paróquial suburbana de São Bento, criada em 1572 no limite nascente da cidade, extramuros, bem como igreja de Santa Luzia que apenas ascende a essa categoria em 1595.

Os quatro cronistas que se seguiram a Frutuoso, Diogo das Chagas, Manuel Maldonado, Agostinho de Montalverne e António Cordeiro, acompanham no essencial os registos citados, acrescentando apenas, naturalmente, as obras mais importantes entretanto levadas a cabo. É o caso do Castelo de São Filipe, rebatizado como São João Baptista após a Restauração, construído no sopé do Monte Brasil; do Colégio novo dos Jesuítas (1608) construído no topo da Rua Direita; a reformulação arquitetónica do convento de São Francisco (1663); a construção de dois novos conventos masculinos, o convento da Graça³ fundado em 1594 no Alto das Covas, e o de Santo António dos Capuchos no extremo da cidade às portas de São Bento em 1643. Por último os dois novos mosteiros femininos, o da Conceição em 1606, e o de São Sebastião, também chamado das Capuchas, em 1661.

Com exceção da praça aberta em 1611, não se guarda registo de nenhuma obra exclusivamente urbanística e nesse sentido (re)estruturante da malha, comprovando que o tecido urbano angrense se encontra genericamente estabilizado desde o último quarto de quinhentos, quando Angra acumulava já o título de cidade e sede episcopal.

Resta pois, com recurso à restrita documentação diretamente relacionada com a construção da vila, tentar reconstruir o processo de fundação e evolução urbanística até alcançar esta forma urbana de cariz consolidado e já fortemente documentada e registada. Nesse sentido será útil sobrepor à cartografia atual os dados de Linschoten e tentar de forma regressiva conjeturar sobre o passado desta malha.

³ Na carta de Linschoten este convento aparece referenciado na Guarita para onde esteve previsto, mas onde não chegou a ser construído.



Sobreposição do espaço urbano representado na vista de Linschoten à cartografia atual. (Veja-se a planta *Angra 6*, vol. II)

Sobre a evolução urbanística de Angra várias teorias têm sido produzidas, com mais ou menos sustento factual e maior ou menor atenção metodológica, mas todas parecem partir de pressupostos errados, por não terem em consideração a cronologia documental nem a realidade por ela imposta.

Desde logo e nesse sentido, está em revisão a proposta defendida por mim nas provas finais de licenciatura, numa tese apresentada nesta mesma universidade em 2000, sob o título *Angra. Um porto no percurso da cidade portuguesa*,⁴ proposta francamente ultrapassada tendo em conta os aportes ao tema mas também os conhecimentos sobre a própria cidade entretanto absorvidos. Desse estudo guarda-se o registo e o aprofundado conhecimento material do lugar.

A obra *Angra do Heroísmo*,⁵ publicada em 1989 por José Manuel Fernandes foi o primeiro estudo inteiramente dedicado ao urbanismo e arquitetura da cidade.

⁴ Antonieta Reis LEITE, *Angra — um porto no percurso da Cidade Portuguesa ...*

⁵ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Editorial Presença, 1989. Obra entretanto republicada com pequeníssimas alterações: José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura,

No essencial, segue de perto a historiografia tradicional e local, da qual se socorre para descrever o seu crescimento, frisando, contudo, as diferenças morfológicas que afirma serem demonstrativas de um crescimento faseado. Passando da primeira ocupação orgânica e linear, ao longo da ribeira no percurso que une o porto ao castelo, origem de resto consensual, para uma ocupação planeada a partir de duas ruas desenhadas com rigor perpendicularmente à costa, são elas a Rua Direita e a Rua de São João que se vão apoiar num eixo mais interior e paralelo ao mar a Rua da Sé.

Defende o autor que o crescimento urbano se processou, no sentido do poente por uma sucessão de ruas paralelas à Rua Direita, desenhadas progressivamente de forma menos rigorosa até ao limite poente. Conforme explica: “*A esta nova área corresponderá já um traçado “em xadrez” geométrico e em retícula sensivelmente regular, relativamente euclidiana (como a do Bairro Alto em Lisboa), cuja origem exacta, autoria e desenvolvimento permanece ainda por decifrar*”.⁶ Acrescentado que é “*desta base [que] nascerá, por crescimento para poente, a subsequente malha em xadrez, aproximadamente regular, e tão cantada como base da Angra renascentista e moderna*”.⁷

Segundo esta interpretação, a estruturação do conjunto “*em xadrez*” é assegurada pela Rua da Sé, um eixo principal da urbe atual e à qual prefere chamar “*rua direita*”, por, segundo explica, ser ela e não a Rua Direita de Angra que integra as verdadeiras funções de uma “*rua direta*”, nomeadamente no que toca à “*necessidade de ligar os outros núcleos de povoamento da ilha*”.⁸ À Rua Direita chama o autor Rua de Lisboa, provavelmente em memória da nomenclatura introduzida pela República, mas cujo uso nunca se chegou a generalizar.

José Manuel Fernandes reafirma esta leitura na publicação revista em 2008 dessa mesma obra, acrescentando ainda uma cronologia mais precisa para a sua hipótese, quando diz que “*entende o eixo da Rua da Sé/Rua do Galo, como primordial, vindo o da Rua Direita como mais tardio, ‘assentando’ no*

2008.

⁶ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo...*, p. 38.

⁷ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo...*, p. 34.

⁸ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos...*, p. 37.

primeiro”,⁹ em todo o caso, é deste cruzamento que julga nascer a retícula angrése.

Manuel Teixeira e Margarida Valla, em *Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*, por sua vez, na parte do texto que dedicam a Angra,¹⁰ entendem que a Rua da Sé e a Rua Direita se equivalem em importância.

O que os levou a não denominar nenhuma delas por Rua Direita, optando por alterar a nomenclatura da Rua Direita para Rua da Misericórdia, sem qualquer apoio documental para além de nela se situar a igreja quinhentista da Misericórdia.

Registe-se a síntese interpretativa da evolução morfológica de Angra publicada em *Urbanismo Português...: “(...) a estrutura básica de Angra - constituída por dois eixos principais que se cruzam ortogonalmente na praça cívica da cidade – já estaria delineada desde o início. A rua da Sé, correndo paralela ao mar no sentido nascente – poente, é desde o princípio o grande eixo longitudinal estruturador de toda a cidade; a Rua Direita ou da Misericórdia, no sentido norte – sul, é o elo de ligação entre o castelo e o porto e desde cedo o local de implantação das principais instituições e funções urbanas; no cruzamento destes dois eixos ortogonais estruturou-se a praça velha, fórum cívico da cidade.”*¹¹

Manuel Teixeira e Margarida Valla, julgam ainda que *“Estes dois eixos [Rua da Sé e Rua Direita] dividiam a cidade em quatro sectores, e cada um destes sectores veio a corresponder a diferentes momentos de construção da cidade e a um tipo diferente de malha urbana.”*¹²

Esta interpretação leva os autores a concluir que: *“Enquanto noutras cidades insulares podemos observar, numa primeira fase de desenvolvimento a seguir à implantação inicial, a adoção de modelos urbanos ainda inspirados nas cidades medievais planeadas do continente, na cidade de Angra não se observa*

⁹ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos...*, p. 39.

¹⁰ Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, pp. 87-90 e 98-105.

¹¹ Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII...*, p. 89.

¹² Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII...*, p. 89.

esse processo.(...) Pelo contrário o bairro da Sé, construído na primeira metade do século XVI e correspondendo à parte baixa da cidade, estrutura-se de uma forma bastante regular.”¹³

Ora, esta leitura labora no erro comum que a retícula de Angra se constitui como uma rotura com a tradição medieval de cidade de fundação, ignorando por completo a cronologia dos factos.

De resto, assentam essa ideia no pressuposto de que os bairros que circundam o núcleo central, o Castelo, São Pedro e a Conceição, “*onde não se observa uma grande regularidade dos traçados*” são anteriores ao “*bairro da Sé*”, admitindo até, que no final do século XV estariam já desenvolvidos, factos também desmentidos pela historiografia e pela análise cronológica que quando muito apontam para uma simultaneidade dos processos.

Mais recentemente e com recurso a investigação morfológica, Juliana Couto¹⁴ propõe uma interpretação alternativa sugerindo que a retícula angrense se estruturou sobre uma grelha uniformizadora assente num eixo central coincidente com a Rua da Rosa.¹⁵ Contudo, esta investigação peca por ser elaborada sobre cartografia antiga não rigorosa,¹⁶ não cumprindo assim uma das principais premissas a seguir numa análise morfológica minuciosa e concludente.

Segundo esta interpretação e à semelhança de todas as opiniões até agora expostas, a unidade morfológica reticulada dataria já de quinhentos e corresponderia a uma extensão ou ensanche da vila fundacional quatrocentista. Ideia de resto bem explícita no título do trabalho, *Angra do Heroísmo da origem à ensanCHA quinhentista*.

De forma genérica, pode afirmar-se que as duas obras por último citadas seguem a mesma via de análise e interpretação para descodificar a evolução urbanística de Angra, acreditando ambas na prematuridade do cruzamento

¹³ Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII...*, p. 89.

¹⁴ Juliana Toste do COUTO, “Angra do Heroísmo da origem à ensanCHA quinhentista”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2006, vol. LI, pp. 61-87.

¹⁵ Juliana Toste do COUTO, “Angra do Heroísmo da origem à ensanCHA quinhentista”... p. 66.

¹⁶ Juliana Toste do COUTO, “Angra do Heroísmo da origem à ensanCHA quinhentista”... p. 78.

estruturante Rua da Sé e Rua Direita, e ainda que a definição da retícula se fez a partir da rua por último referida e já no século XVI.



Vão de janela, entretanto fechado, inserido numa parede que primitivamente correspondia ao alçado tardoz de casa na Rua da Palha. (foto: A. Reis Leite 2011)

No final dos anos 80, Teresa Bettencourt da Câmara propôs uma revisão do tema num artigo intitulado *Urbanismo angrése: da fundação quatrocentista à cidade do renascimento*,¹⁷ instigada por pequenas mostras arqueológicas deixadas a descoberto pelas obras pós terramoto de 1980 em prédios da zona baixa da cidade, mais precisamente na área inscrita entre a Rua Direita e a Rua do Salinas abaixo da Sé. Tais achados, cantarias de feição gótica, levaram a autora a conjecturar que à retícula angrése “renascentista” ter-se-á antecedido uma ocupação prévia de “de traça ainda medieval”,¹⁸ propondo que os despojos dessas construções anteriores tenham sido depois integrados na malha regularizada que supostamente se lhe sobrepôs.

A autora, sem recusar a existência de um plano renascentista para Angra, percebeu que este seria sempre incompatível com os vestígios arqueológicos detetados, dando disso conta no artigo citado. Evidências, que no entender da tese agora defendida apontam sim, para uma continuidade com a tradição medieval de fundar cidades, como adiante se demonstra.

¹⁷ Teresa Bettencourt CÂMARA, “Urbanismo angrése: da fundação quatrocentista à cidade do renascimento”, *Revista do ICALP*, Lisboa, Instituto da língua portuguesa, 1989, nº 18, pp. 108-116.

¹⁸ Teresa Bettencourt CÂMARA, “Urbanismo angrése... p. 109.



Moldura de porta na Rua do Salinas deixada a descoberto pelas obras de recuperação pós sismo de 1980. (foto: A. Reis Leite 2011)

Angra sobressai no contexto atlântico pelo grande número de estudos que lhe estão dedicados, podendo por isso afirmar-se que os factos mais relevantes se encontram desde há muito praticamente recenseados e até publicados. Porém, é ainda possível avançar com novas interpretações e propostas de reflexão, desde logo, atendendo aos recentes progressos científicos, mas também metodológicos, desenvolvidos por Luísa Trindade em *urbanismo na composição de Portugal*.¹⁹ Nomeadamente no que concerne à definição, que não é só semântica mas é sobretudo morfológica, do conceito de cidade de fundação no contexto urbanístico português medieval.

Mas é também possível propor novas interpretações porque no presente contexto de investigação se acedeu a um conjunto alargado de documentação e compilou um conjunto de dados factuais que, não sendo por natureza inéditos, são potencialmente inovadores quando integrados e analisados neste contexto e problemática específica. Permitindo aferir com maior detalhe e aproximação questões pertinentes para o conhecimento histórico e urbanístico de Angra,

¹⁹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*...

designadamente para compreender melhor o seu processo de formação e consolidação espacial de modo abrangente, bem como a origem e construção de alguns dos seus principais componentes, tais como as suas principais infraestruturas e equipamentos.

2. O lugar do primeiro assentamento²⁰

A ausência de documentos referentes ao processo inicial de ocupação da zona de Angra contrasta com o elevado número de estudos e teorias, necessariamente pouco fundamentadas, sobre a questão. Com efeito verifica-se que, sem exceção, toda a produção historiográfica dedicada à urbe reserva as páginas iniciais a refletir sobre a essência genética do lugar. Os autores, desde os finais do século XVI com Frutuoso até aos dias atuais, têm tido essa preocupação, com especial atenção nos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX quando muita da tradição histórica se montou sendo desde então acriticamente reproduzida.

1474 é um ano decisivo no contexto colonizador da Terceira, sendo a ilha dividida em duas capitánias, em dois territórios administrativos distintos, um com sede na Praia, o segundo com Angra por cabeça.

As cartas de entrega dos territórios recém-formados aos seus capitães, respetivamente Álvaro Martins Homem na parte da Praia²¹ e João Vaz Corte Real na capitania de Angra,²² constituem-se como os primeiros documentos hoje conhecidos para a história angrense, podendo por eles aferir-se que desde data indeterminada e até 1474, Álvaro Martins Homem (a partir desse ano capitão da Praia) ocupava a área de Angra onde havia estabelecido um assentamento.

²⁰ Sintetizado no desenho de análise *Angra* 8, do vol. II.

²¹“Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Álvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1477”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3ª edição 1989, pp. 163-165.

²²“Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania João Vaz Corte Real; de 12 de Abril de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, pp. 173-176.

Sobre esse primeiro assentamento pouquíssimo se sabe em concreto. Pelos documentos acima citados entende-se que Martins Homem tinha já instalado vários moinhos ao longo da ribeira que corria do interior norte até à baía, benfeitorias pelas quais Corte Real estava obrigado a indemnizá-lo. A carta de entrega da capitania da Praia é explícita quando diz que “(...) *o dito Alvaro Martins tinha feitos certos moynhos na parte de Angra os quaes agora devem ficar ao dito Joam Vaz, prazme que seja com tal condição que elle faça ao dito Alvaro Martins outros tantos e taes na parte da Praya, ou lhe pague aquillo que per juramento de homens boões for alvidrado, que nos ditos moynhos o dito Alvaro Martins poderia despende (...)*”.²³

A configuração e dimensão deste primeiro lugar é uma incógnita. Contudo, a ordem do donatário onde manda indemnizar o novo capitão pelos moinhos só por si não contribui para esclarecer o assunto, porque no fundo limitava-se a decidir acerca de investimentos a que o capitão estava obrigado, por inerência das funções.²⁴ Em teoria pode-se admitir que o próprio Álvaro Martins Homem e outros povoadores tivessem já procedido a outras construções.

Porém, atendendo ao carácter experimental que determina a fase inicial de ocupação do(s) território(s) açoriano(s), é fácil admitir que o núcleo seria apenas um assentamento sem grande amplitude quer demográfica quer física. De resto, no que toca ao processo de ocupação terceirense e em particular ao processo de ocupação de Angra é de acreditar que apenas após 1474 se tenha verificado um impulso significativo, coincidindo com o esforço colonizador dinamizado durante a vigência de D. Beatriz à frente da donataria (1470-c.1486).

Admite-se, portanto, que de forma ainda incipiente as raízes do processo de ocupação urbana estivessem lançadas antes de 1474, mas não de forma

²³ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Álvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, p. 165.

²⁴ Sobre a intervenção dos capitães no processo de construção do território veja-se o ponto a eles dedicado na segunda parte desta tese. Para uma visão mais específica da questão dos direitos e deveres dos capitães veja-se: António Vasconcelos de SALDANHA, *As capitánias do Brasil: antecedentes...* p. 139 em diante.

consistente. Razão porque José Manuel Fernandes, autor, como já foi referido, da primeira síntese da história urbana de Angra, apelida esta fase de *proto-urbana*.²⁵

A instituição deste primeiro lugar, como aliás terá ocorrido com outros assentamentos da ilha e até da área de Angra,²⁶ não terá observado um processo burocraticamente regularizado, enquadrando-se num sistema prévio menos formal, sintomático do referido experimentalismo que caracterizou o início do processo de colonização. Rute Gregório apelidou este método de ocupação por “*tomada de terras*”,²⁷ demanda que, ao que parece e como a autora deixa demonstrado, estaria superiormente autorizada, embora não em carta de dada, assemelhando-se por isso ao primitivo sistema de presúria praticado durante o processo da Reconquista cristã.²⁸

Este tipo de ocupação que genericamente informa o período inicial do povoamento açoriano, quando ainda não estavam formalmente estruturados os poderes, terá sido uma fase tão desafiante quanto imprevisível, o que por si só justifica a inconsistência material e conseqüentemente as dificuldades historiográficas e de interpretação urbanística.

Este panorama, brevemente traçado, é corroborado pelas palavras de Gaspar Frutuoso escritas no último quartel do século XVI. Segundo apurou o cronista junto *dos mais antigos*, o lugar de Angra “*que pelo tempo em diante veio a ser vila e depois muito lustrosa cidade, como é ao presente*”²⁹ começou quando um grupo de *descobridores* da ilha, procurando um melhor sítio do que aquele que inicialmente ocupavam,³⁰ achou “*uma angra mui fermosa da parte do sul, onde*

²⁵ José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos...*, p. 37.

²⁶ Para uma análise detalhada à complexidade desta questão e deste período veja-se: José Guilherme Reis LEITE, “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, *Os Reinos Ibéricos da Idade Média*. Livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto C. Baquero Moreno, Porto, Livraria Civilização Editora. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, vol. II, pp. 671-676.

²⁷ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* pp. 122-124.

²⁸ Veja-se em especial a nota 21 nas páginas 124 e 125 da obra acima citada.

Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas* (Prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia), Lisboa, Editorial Presença, 1982, em particular pp. 27-41.

²⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, pp. 5 e 6.

³⁰ Nas Quatro Ribeiras, onde Fernão Dulmo capitão de facto mas não de direito terá iniciado um assentamento.

começaram a fazer outra povoação de pobres casas de pedra e barro, cobertas de uma erva chamada carrega (...), por ainda não haver palha, nem trigo, nem telha". Os testemunhos recolhidos por Frutuoso corresponderiam ao "*tempo das guerras antre Portugal e Castela*", portanto enquadrados nos anos de 1474 a 79, sendo imediatos à entrega formal das capitânicas terceirenses a Álvaro Martins Homem, primeiro povoador da parte de Angra e João Vaz Corte Real seu primeiro capitão, comprovando que a situação se prolongou no tempo, estendendo-se até aos primeiros anos após a formalização da entrega das capitânicas. Aliás, como se vê, as pretensões castelhanas terão até contribuído para acelerar a demanda de colonização da ilha, demanda onde se integra, como uma das primeiras decisões, a divisão da Terceira em duas capitânicas.

Pela tradição oral recolhida, nesses tempos iniciais não seriam "*mais de dez ou doze moradores*" os habitantes do lugar de Angra. Segundo lhe contaram os mais velhos habitantes da Terceira, "*eram tão poucos os moradores em toda a ilha naquele tempo, que um quarto de azeite abastava um ano a toda a gente dela, aonde não iam passagens senão no verão, uma até duas, as quais levavam, muito pouco mercadoria, por não haver quem a gastasse na terra, mas traziam gente que a ia povoando*".

O panorama descrito por Frutuoso enquadra-se na moldura genericamente reconhecida para as fases iniciais de povoamento das ilhas açorianas, dirigidas pelo experimentalismo e ainda sem uma estratégia consistente ao nível mais elevado. Em termos político-administrativos nesta fase as estruturas assentavam em fórmulas burocráticas que existiam mais de "*facto do que de direito*",³¹ e a sua expressão construída traduziria precisamente essa situação.

Contudo, e não obstante a falta de dados concretos, a tradição histórica local tem procurado indícios de precocidade urbana no processo formativo de Angra, em particular no que respeita ao enquadramento cronológico de parte considerável dos equipamentos numa primeira fase, incluindo nesse período a construção do castelo, da casa do capitão e o encanamento da ribeira. Atribuindo

³¹ José Guilherme Reis LEITE, "Uma floresta de enganos ... vol. II, pp. 671-676.

assim a autoria destes equipamentos a Álvaro Martins Homem e situando-os, portanto, em data anterior a 1474.

Os argumentos desta historiografia tradicional não são convincentes e uma análise pormenorizada demonstra que essas obras se processaram em períodos posteriores e possivelmente não coincidentes, como adiante se analisará.

Em grande medida esta historiografia dita tradicional segue de perto a setecentista *Fenix Angrence* de Manuel Maldonado,³² obra essencial pela densidade de informação e até documentação, ainda que deva ser tomada de forma crítica. A justificá-lo tenha-se em consideração que os primitivos processos formais de fundação de vila na Terceira conheceram até, em qualquer dos casos (Angra ou Praia), uma materialidade tardia. Não se abdicando de voltar a este tema diga-se, a título de exemplo, como ainda em 1504 se entregavam em sesmarias chãos na rua principal da vila de Angra³³ e na Praia, no ano de 1482³⁴ ainda decorria um pleito em torno da tomada de terras para a vila se fazer.

Tudo isto nega à partida a dita precocidade defendida pela historiografia tradicional.

Para compreender melhor a questão do encanamento da ribeira será importante conhecer a geografia original.³⁵ As notícias relativas ao lugar onde se implantou a cidade chegaram até nós também elas pela voz dos cronistas, não se achando qualquer fonte documental direta referente à matéria. É o padre Manuel Maldonado na *Fenix Angrence*³⁶ quem mais detalhadamente descreve o que seria

³² Manuel Luis MALDONADO (1644-1711), *Fenix Angrence* ... vol. III, p.158-163.

³³ “chão da villa d'angra que esta junto das casas de joham lopez biscaynh” doc. 15, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515) (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2002, vol. LX, pp. 77.

³⁴ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino* ...p. 650.

³⁵ Recentemente foi publicado um trabalho académico que faz o levantamento dos equipamentos de moagem ainda existentes ou de que restam vestígios, ao longo da ribeira, desde a nascente até à foz. Sobressai igualmente o levantamento da rede de canais e calhas de abastecimento de água a esses equipamentos. Isabel Coelho da SILVA, *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo. Memória histórica e gestão patrimonial*, Direção Regional de Cultura do Governo dos Açores e Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2012.

³⁶ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence*... vol. III, p. 158-163.

a área de Angra antes do desembarque dos povoadores, no conjunto dos seus outeiros e vale.

O tema aparece tratado na *Fénix* de forma lateral, a propósito da construção do Colégio Jesuíta e em particular da obra da sua igreja iniciada em 1637,³⁷ em data bastante distante dos anos que neste momento se inquer. Maldonado aborda o assunto para explicar a complexidade construtiva da dita obra, mais precisamente a abertura dos alicerces “*pela banda do Leste que confronta com a rua do Marquez*”,³⁸ construção problemática devido à inconsistência dos solos nesta parte baixa de Angra.

Segundo o autor este “*notuellissimo defeito*” que obrigou a “*chegarem os alicerces a tal fundura, que quazi corresponde outro tanto como mostra sua altura*”, deveu-se ao terreno da área ser “*nas primmeiras superficies tão mal seguro que denotarão serem compostos de hu emundice occasionada dos enchentes das ribeiras que provinhão dos altos da Cidade, e que atulharam aquelle cham, que em algum tempo fora vale, e tanto assim que he tradição antiga, que o lugar em que hoie existe a Praça d Angra contiguo com o Colegio era alagoa, e seos orodores pouoados de altas e grossas madeiras e assim o mostra a experiencia nos que em dia se achão nas cercas, e quintais das moradias mais proximas da dita Praça.*”³⁹

Terá sido este o cenário com que se depararam os primeiros povoadores da parte de Angra, desconhecendo-se exatamente em que data, mas adivinha-se como tarefa muito difícil a alteração desta realidade natural. De resto, a ribeira hoje aparentemente invisível é presença marcante em qualquer uma das crónicas e relatos históricos de Angra, atestando por um lado o seu valor condicionador do estabelecimento urbano, por outro, a mais-valia que representou para o sucesso do assentamento, associando a um excelente porto natural um curso de água doce

³⁷ “*Foi este Collegio deleniado, conforme a melhor traça das várias que ocorrerão, segundo as regras, e preceitos da boa arçhyitectura pello Padre Bento Tinoco da mesma religião, filho do Archylecto mór do Reino no qual se achaua igoal ciencia a de seu paj, como prouinda da criação, e nascimento. Eleito por elle o citio mais acomodado com Respeito à cominicação dos claustros se abrirão os alicerces da Igreja pellos annos de 1637 (hu ano mais ou menos).*” Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence ...* vol. III, p. 160.

³⁸ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence ...* vol. III, p. 160.

³⁹ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence ...* vol. III, p. 160.

corrente. Mas atestando também, a sua dimensão e importância enquanto elemento geográfico elementar para a definição do lugar. Por tudo isso vale a pena reflectir um pouco sobre o traçado desta linha de água e em particular sobre o engenho necessário para conformá-la à urbe que neste território se instalou.

A ribeira é pois um acontecimento geográfico determinante a considerar quando se estuda a conceção espacial de Angra, mais do que um inconveniente, como poderia fazer pensar o comentário à obra jesuítica acima citado, esta particularidade local aparece nas crónicas como uma benesse. O próprio Maldonado, adjectiva-a na sua obra como uma das melhores qualidades da cidade, descrevendo-a como a “*grandioza Ribeira que pelo mejo della corre, tão despenhada desde o seu principio de onde vem formada, que por toda ella se comonicão as suas agoas com tal abundancia, que este uem a ser o seu major regallo.*”⁴⁰

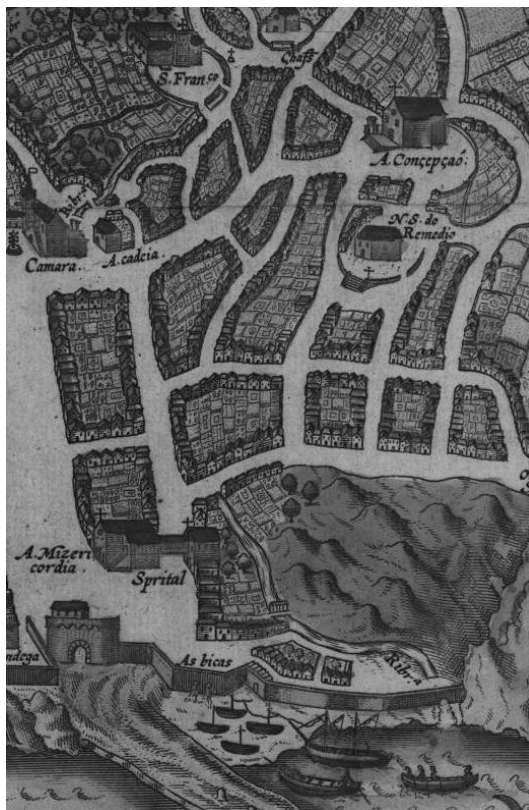
Também António Cordeiro na *História Insulana* se refere à ribeira nos mesmos termos. Conta o historiador que a cidade “*he provida com [...]tanta abundancia de agua, que quando a Cidade quer, faz vir tal ribeyra della, que entrando nas largas ruas, por as calçadas dellas corre entre os ladrilhos, deyxando-os feccos, & vai parar ao mar, & o mefmo também fuccede quando chove muyto*”.⁴¹ Esta descrição encaminha a análise para outro tema que, sendo adjacente, é também complementar, a questão da infraestruturização do espaço urbano,⁴² e mais uma vez para a importância da ribeira como primeiro elemento desse processo. Desde logo primeiro na sua forma original, como corrente de água pura e potável, e depois, rapidamente, como corrente controlada em canal, de forma pragmática e tão domesticada quanto possível.

⁴⁰ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 98.

⁴¹ Padre António CORDEYRO, *História ...* p. 274.

⁴² Sobre a questão da manutenção do espaço público, escassez e precariedade das infraestruturas existentes na cidade da Idade Média, consulte-se: Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 117-137. Veja-se também da mesma autora: Iria GONÇALVES, “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval...*, pp. 77-96. A propósito do calcetamento das ruas de Angra, leia-se mais à frente neste capítulo, no ponto dedicado à Praça. Pode adiantar-se desde já que esta operação, segundo se afere dos dados disponíveis, concretizou-se tardiamente apenas no século XVII.

Tópico fundamental para o contexto, até porque, as obras de canalização da ribeira terão sido a primeira forma de infraestruturação do espaço angrense, mas também, porque a envergadura de tais obras terá exigido recursos humanos e meios técnicos consideráveis, apenas compatíveis com um processo de urbanização determinado e resolutivo.



Excerto da vista de Linschoten com o percurso urbano da ribeira, passando no canal que ainda hoje existe junto a São Francisco, a seguir no edifício da câmara, para onde em 1611 se estendeu a praça, e depois a desaguar na baía.

É a *História Insulana* que melhor descreve o trajeto urbano da ribeira canalizada, porém, não é feita qualquer referência ao processo de obras em si, tão pouco à sua antiguidade e cronologia. A história local defende que esta será ainda uma obra do primeiro povoador do lugar, Álvaro Martins Homem. Contudo, é óbvio que toma a parte pelo todo, porque é inegável que Martins Homem necessitou de canalizar uma parte da ribeira para fazer funcionar os seus moinhos, mas não domesticou o caudal total, cuja braveza ainda no século XVII o cronista diz capaz de “lavar” a cidade. Caudal que continuou a correr pelo leito natural até

ao mar, atravessando a parte baixa da futura cidade, não sendo porém possível determinar uma cronologia precisa para as obras de canalização descritas.

É ainda António Cordeiro, que viveu até 1656⁴³ em Angra, a lembrar na sua História o que terá sido uma verdadeira primitiva rede de saneamento urbano.⁴⁴ Segundo este autor, por trás do edifício da câmara “*vay hum pequeno campo ladyerento, por parte do qual defce huma boa ribeyra, que vai lavando as cadeas, & por bayxo da praça em abobada paffa o entremeyo da rua direyta, & Santo Efpirito, & vay defpejar ao mar.*”⁴⁵ Acrescentando mais à frente que “*fempre as ruas estão muyto limpas, até de noyte, fem neceffitarem de outros alimpadores, porque das janellas não fe lança na rua coufa alguma, e affim nunca fe ouve, Agua vay, porque não ha cafa, que por detraz não tenha seu quintal, & algumas muito grande, & muitas tem da fonte agua dentro, & nunca nas ruas fe ve despejo humano algum, o que tanto fe efranha em outras terras.*”⁴⁶

Esta imagem não está muito distante daquela que cerca de um século antes Linschoten produziu para Angra. A ribeira canalizada aparece com clareza retratada na primeira gravura que se conhece da cidade, e embora o cenário descrito por Cordeiro para a zona das traseiras da Câmara estivesse já muito alterado pela reformulação da praça e paço municipal, projeto datado de 1610,⁴⁷ não deixa de se perceber o caminho seguido pelo curso de água.

⁴³ Manuel Cândido PIMENTEL, “Cordeiro, António (pe.)”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 08.06.2011.

⁴⁴ A questão da gestão do espaço urbano, em particular da sua limpeza, foi um tema que sempre preocupou os responsáveis pelas cidades, muitas vezes em vão, como demonstra Iria Gonçalves para a Idade Média: Iria GONÇALVES, “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval...*, pp. 77-96; a propósito da gestão do lixo veja-se em particular as páginas 82-83.

⁴⁵ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 272.

⁴⁶ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 274. Com efeito a postura de “água vai” (que obrigava a dizer “água vai” antes de se efetuar o lançamento de água ou lixo pela janela) aplicar-se-ia à generalidade das cidades. A esse propósito tome-se como exemplo os casos de Évora e Santarém estudados por Maria Ângela Beirante: Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora”, *O Ar da Cidade: Ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 186; e da mesma autora “Saúde pública em Évora na baixa Idade Média”, *O Ar da Cidade*, p. 223-233.

⁴⁷ Descrito em pormenor em: Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, pp. 273 e 274, e tratado mais adiante no ponto dedicado à *praça de Angra*.



Chafariz no logradouro de casa da Rua da Palha.

No relato mais antigo que nos chegou, as *Saudades da Terra*, em concreto na parte descritiva de Angra, Frutuoso conta que “*pelo meio desta cidade corre (...) grossa ribeira de água, a qual vem ter ao porto, com que se regam muitos jardins que nela há e moem doze moinhos dentro, na cidade, que são serventia de toda esta parte do sul*”,⁴⁸ em clara referência às moendas que desde os primórdios deram nome ao canal. O cronista diz ainda que “*a qual ribeira procede de várias fontes, que estão quase uma légua da cidade contra uma grande serra, e ao pé dela mesma nasce outra fonte de muita cópia de água, com arca fechada, da qual por canos vem ter à cidade e se reparte por quatro principais chafarizes, afora outro que sai junto do cais, donde se provêem todos os navegantes e armadas; e, além disso se reparte por todos os mosteiros e algumas casas principais, com que fica a cidade muito fresca e abundante*”.⁴⁹ Dando conta de como a ribeira foi dividida, ainda na nascente, em dois ramais um para fazer funcionar os moinhos, outro para servir a cidade.⁵⁰

⁴⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p.14.

⁴⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p.14.

⁵⁰ O mais antigo código de posturas camarárias conhecido para Angra data de 1655, contudo, é natural que muitas das normas aí inscritas datem na verdade de épocas bastante anteriores, mas

Desconhecem-se as datas exatas em que tomaram lugar estas obras de canalização e pela documentação disponível⁵¹ apenas se pode aferir que antes de 1562 o sistema de distribuição estava seguramente já em pleno funcionamento, já que, nesse ano a rainha D. Catarina roga por carta ao corregedor, que a cidade dê uma palha de água ao novo convento da Esperança.⁵² Diz a rainha “*eu sam Innformada que ho mosteiro de nosa senhora da cydade d'amgra e em muyt[a] falltta d'agua e por Cau[sa...] a padeçem as madrees delle muyt[o] trabalho he porque eu desejo muyto sua consollação pola boa jmfformaçam que tenho de suas virtudes vos encomemdo muyto que de mjnha parte ffaleis ao juiz vereadores e procurador da dyta çydade e procureis que dem ao dyto mosteiro hum palha d'agua lljmpa pera serviço delle [...] o que vos agradeçerey muyto trabalhardes*

indeterminadas para já. Note-se apesar disso, como nessa data se inscrevem cinco normas respeitantes à manutenção do sistema de distribuição da água, quer do ramal dos moinhos quer da distribuição pública. “*Que nenhuma pessoa quebre canos de agoa e quem os quebrar pagará de pena dois mil reis*”, “*Nenhuma pessoa esteja de noite embuçado a longo de chafariz e quem o estiver pagará de couma quinhentos reis*”, “*Nenhuma pessoa quebre a agoa dos moinhos salvo for moleiro para alguma necessidade, e quem quebrar pagará oitocentos reis*”, “*Nenhuma pessoa desvie e agoa que vem do telhal de Santa Luzia e a bote para a Cidade e quem o fizer pagará de couma quatrocentos reis*”, “*Nenhuma pessoa quebre bicas dos chafarizes e quem o fizer pagará de couma dois mil reis*”, todas em: “*Cidade de Angra*”, *Posturas Camarárias dos Açores*, Angra do Heroísmo, Intituto Histórico da Ilha Terceira (pelos sócios José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto Faria), 2008, tomo II, pp. 392. Nos anos de 1718 e de 1788, procedeu-se reformas das posturas do concelho, introduzindo-se novas normas posturas relativas à manutenção do sistema de distribuição de água, nomeadamente referentes à regulação do serviço de distribuição a chafarizes particulares e públicos, veja-se no mesmo livro acima citado, pp. 415 e 424.

⁵¹ No *Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591)* (leitura paleográfica e introdução de Joana de Menezes Pinto Machado, prefácio de Avelino de Freitas Menezes), Secretaria Regional da Educação e Cultura-Universidade dos Açores, s.l., s.d (no prelo), pp. 206-209, encontra-se, com o título “*auto d'agoa do porto samto pera a sillueira*” um auto muito interessante do ponto de vista processual e até simbólico, descrevendo como no ano de 1576 se abriu e inaugurou um novo encanamento de água trazido desde o Posto Santo até à Silveira. Relata o auto que juntos, o corregedor, o provedor e os oficiais da câmara, “*(...)se forão todos ao dito serado das fontes omde ay antes tynhão mamdado pedreiros e omes trabalhadores e llevar cal e pedra pera ho efeyto do negocio e sendo no dito serrado das fontes omde he may da dita agoa que he de bras dias pamplona que presemte estaua e com hums bois e arado e os trabalhadores com enxadas e picois e comesaram a fazer Regos e abrir a dita agoa sendo o verador balltesar goncalues amtona o primeyro que em nome da sydade tomou o dito arado e veyo damdo Reguo e serventia a dita agoa abryndo a tera pello dito serado das fontes(...)*”.

⁵² Francisco Ferreira DRUMMOND (1796-1858), *Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, VI vols., Reimpressão Fac-Similada da Edição de 1850 – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, Vol. I, p. 176. Conta Drummond que o Convento da Esperança se fundou contra a vontade de Brás Pires do Canto, fundador do até então único convento feminino de Angra – São Gonçalo fundado em 1542, bem como do Bispo e outros notáveis da cidade, pelo que até à interceção de D. Catarina no processo, as obras decorreram com dificuldade, tendo as freiras que “*amassar o barro e fazer as paredes do convento já que os officiais pedreiros tinham medo de represálias e recusavam-se a trabalhar na obra*”.

quanto em vos ffor e asy mesmo ffavoreçerdes a dyta abadessa e madrees em tudo o que ffor Rezam e toqar ao dyto mosteiro.”⁵³

Mas também o território e a cartografia atual registam esta importante cicatriz urbana. Marca determinante para se compreender o que terá sido o crescimento urbano de Angra, desde logo na zona mais baixa como área condicionada por leito de cheia até data incerta, bem como limite a partir do qual a vila fundada se vai estruturar, podendo até antecipar-se que a ribeira no seu troço final, entre a praça e a foz, serve de linha de fronteira entre o lugar e a vila, isto é, entre o assentamento inicial e a fundação de Angra, matéria que se retoma aprofundadamente no ponto seguinte.

Note-se ainda, como exemplo demonstrativo da relevância material da ribeira para a construção do espaço urbano angrense, que foi precisamente o seu traçado que, em 1543⁵⁴ quando Angra estava já instituída em cidade, veio definir a divisão territorial entre a primitiva e até aí única paróquia da urbe, a paróquia de São Salvador, e a paróquia da Conceição criada nessa data. Paróquias que correspondem aproximadamente, ao que agora se defende ser a malha fundacional (estendida) e a estrutura prévia de povoamento a nascente da ribeira que, entretanto, ao longo do tempo também se ampliou.



Identificação a cinza escuro, sobre a cartografia atual, do trajeto da ribeira no interior do quarteirão nascente da Rua Direita.

⁵³ *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 39-40.

⁵⁴ Como esclarece Padre Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrense...*, vol. III, p 228.

Sobre este tópico, os primórdios da ocupação de Angra, pode ainda acrescentar-se que a tradição há muito assumiu os primeiros anos da década de sessenta de Quatrocentos como data do desembarque na área de Álvaro Martins Homem, o seu primeiro povoador. Não foi possível alcançar a origem desta referência cronológica primeiro inscrita na *Fenix Angrence*, ainda assim, assumindo o que nas palavras de Manuel Maldonado “*he tradição antiga*”⁵⁵ como informação certa, ficam por explicar outras deduções seguidas pelo autor e sucessivamente retomadas pela historiografia local. Nomeadamente a de que Martins Homem fez “*asento em Angra onde tomou por citio das moradas que de novo edificou pera sua vivenda aquelle em que hoie estão as cazas do Marquez*”, bem como a de que “*elle seria sem duuida o que deu principio a obra do Castello do Moinhos, cujo nome lhe foi imposto em rezão dos moinhos que na Ribeira da Cidade hauia já fabricado*”.



O castelo e os moinhos que lhe dão nome, num excerto da vista de Linschoten. Segue uma tipologia de base aproximadamente quadrada com cubelos cilíndricos nas esquinas, vê-se ainda um baluarte redondo no limite sul.

Destas três infraestruturas, os moinhos da ribeira, o castelo e a casa do capitão, verdadeiramente só os moinhos, como obra de obrigação do capitão daria direito a indemnização. Os moinhos, não há dúvida que foram construídos pelo primeiro e indemnizados pelo novo capitão João Vaz Corte Real, como prova a carta acima citada. Mas isso não quer dizer que Álvaro Martins Homem não tenha

⁵⁵ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 100.

escolhido a acrópole junto aos moinhos para ponto de defesa onde depois foi construído o castelo. A casa do capitão, por seu lado, não era obra de obrigação do capitão e por isso excluir-se-ia igualmente de uma lista de indemnizações o que quer dizer que poderia estar ou não iniciada. Contudo, por razões que à frente se invocam é muito pouco provável que tal tenha acontecido.

Para mais, chegaram aos nossos dias relatos contraditórios acerca da concretização e cronologia de qualquer uma dessas construções. Equipamentos cuja extrema relevância no contexto do lugar em formação, justifica uma análise cuidada às circunstâncias que presidiram à opção pela sua feitura bem como ao contexto alargado em que se inserem.

O que em concreto se sabe sobre o castelo é que as obras de edificação terão terminado antes de 1495, segundo se infere da carta de alcaidaria mor passada ao capitão de Angra por alvará do donatário, o duque D. Manuel, datado de 19 de Maio desse mesmo ano.⁵⁶ Ainda assim, é razoável aceitar que aquele lugar estrategicamente privilegiado tenha sido desde cedo eleito como espaço de abrigo e vigia, aproveitando as características defensivas intrínsecas do sítio e que surgem de modo natural pela configuração geográfica e locativa que assume o outeiro onde o castelo se construiu.

D. Manuel senhor donatário das ilhas dos Açores, antes mesmo de ser aclamado rei em Outubro desse ano, faz saber pelo documento acima citado que *“João Vas Corte Real, Fidalgo de nossa casa e capitão por mim da ilha Terceira, da parte d'Angra, e da minha ilha de São Jeorge, me disse em como na carta das ditas capitánias que de mim tem, lhe não tenho dado a Alcaidaria Mor do Castello, que está feito da dita parte de Angra”*.⁵⁷ Desconhecem-se os documentos que terão dado início ao processo de requerimento da alcaidaria por Corte Real, não é contudo de excluir que tal pedido tenha ocorrido na sequência precisamente da finalização da obra. Aliás, esta terá sido a dedução de Maldonado

⁵⁶ “outra doação d'allcajdarja e menaye”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, pp. 287-292.

⁵⁷ “outra doação d'allcajdarja e menaye”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, pp. 287-292, em especial p. 288, dado que no Livro de Registo está todo o processo de entrega e confirmação da mercê, desde o seu início até 1579.

que à informação da mercê da alcaidaria ao primeiro capitão junta lateralmente a seguinte nota: “1495 anno em que se acabou o Castello dos Moinhos”.⁵⁸



Fotografia do monumento da Memória a partir do Jardim Duque da Terceira, na antiga cerca de São Francisco.

Quanto à data de início da obra as fontes são totalmente omissas. Há contudo que referir um outro dado que embora nada documentado deve ser aqui observado. Trata-se da informação transmitida pelo historiador oitocentista Ferreira Drumond⁵⁹ que garante a vinda para a Terceira de um enviado de D. Beatriz com o cargo de provedor das fortificações. Afirma Drumond que na estratégia inicial de defesa da ilha, de que a fundação das vilas de Angra e Praia são uma peça fundamental, serviu a “*inteligencia do provedor das fortificações Pedro Annes Rebello que a mesma infanta havia mandado à ilha acautelar o que a este respeito convinha*”.⁶⁰ Por opção deste provedor, após ter “*examinado a*

⁵⁸ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 131.

⁵⁹ Sobre a relevância de Ferreira Drumond para a historiografia dos Açores consulte-se: J. G. Reis LEITE, “Drumond, Francisco Ferreira”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 10.07.2011.

⁶⁰ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, Vol. I, pp. 79-80. Veja-se também o manuscrito deixado pelo autor e entretanto publicado, Francisco Ferreira DRUMMOND (1796-1858), *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira* (estudo introdutório e fixação do

costa”, ter-se-á decidido cercar a Praia e fazer o castelo de Angra, garantindo um ponto “*para recolherem-se os seus moradores (...) onde se podessem defender, (...) deixando-se a costa aberta ao inimigo por falta de gente e dos outros meios*”.⁶¹ Sendo de prever que o castelo foi programado cerca de 1474, quando as duas jurisdições da ilha se definiram.

Sobre a forma arquitetónica deste equipamento é ainda mais difícil tirar conclusões definitivas. Desde logo porque entretanto desapareceu, dando lugar a um monumento, evocativo da passagem de D. Pedro IV pela ilha Terceira, construído entre 1845 e 1856, sob o qual se encontram, porventura, vestígios da primeira construção, carecendo ainda de investigação arqueológica.

Para mais, não se conhece qualquer outra imagem do castelo de Angra, além da representada na vista da cidade publicada em 1595 por Linschoten.



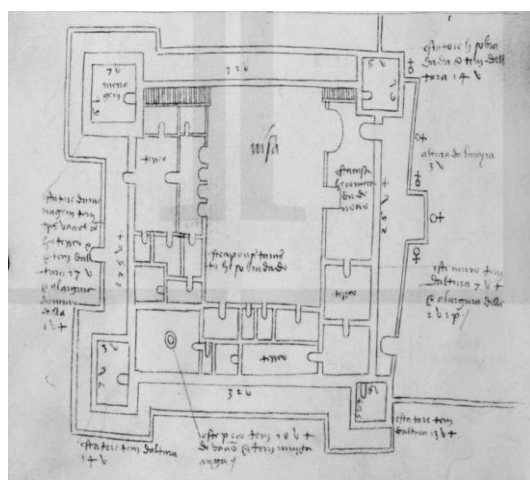
Fotografia antiga da Memória vista do jardim.

texto por José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 157.

⁶¹ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, Vol. I, p. 80.

Na realidade, o desenho em causa não permite uma análise rigorosa. A este nível de representação apenas se pode afirmar que a forma se aproxima de um quadrilátero com quatro torres nos ângulos. Ora esta configuração foi, como é do conhecimento geral, largamente utilizada entre os séculos XIV e XVI. São disso exemplo os castelos da Amieira, Valongo e Nisa com torres quadrangulares; Vimioso e Alpalhão com torres circulares e uma quadrangular ou, os já mais tardios, castelos de Castro Marim e Alvito já somente com torres circulares.⁶²

É certo que um maior detalhe permitiria distinguir as torres góticas dos torreões de finais do século XV e inícios do XVI, mais largos e baixos e, sobretudo, já providos de canhoiras como podem observar-se em Torres Vedras, Portel e Évora Monte ou Safi e Aguz no Norte de África. Mas tal não é possível pelo que qualquer tentativa de datação exclusivamente ancorada no desenho peca necessariamente por falta de rigor.

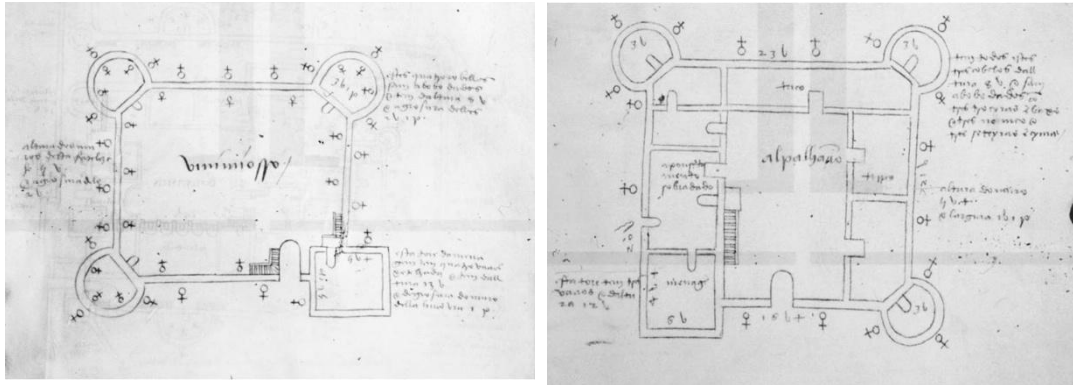


Planta do Castelo de Nisa. (Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa (facsimile do manuscrito de 1509), 3ª edição, 2006, fol. 126.)

Além do mais sabe-se que o castelo representado por Linschoten não corresponderá inteiramente ao primitivo, como se depreende não só de Frutuoso (cronista que o referido autor conhece e cita) mas também da documentação

⁶² Contudo, Pedro Cid nas páginas que dedica ao castelo de Angra propõe uma cronologia mais restrita para obra. Pedro de Aboim Inglez CID, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 157-159.

referente às obras de fortificação quinhentista, tema a que se voltará adiante quando se tratar a redefinição do sistema defensivo de Angra, mas que convém incluir também neste ponto.⁶³



Plantas dos Castelos do Vimioso e de Alpalhão. (Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas...* respetivamente fol. 130 e 125.)



Fotografia aérea da cerca e castelo de Castro Marim.

Sem embargo da falta de rigor cronológico vale a pena começar por observar as palavras de Frutuoso sobre esta fortificação. Segundo ele, no outeiro mais alto da cidade “*está como para amparo dela um forte castelo com munições e artilharia*”, então (finais do século XVI) “*novamente renovado e provido, sendo*

⁶³ “trelado da carta de Sua Alteza a João da sillva do camto sobre ffortefiqação do castello”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 154-155 e “trelado da proujsão del Rej noso senhor sobre o asemto que se tomou nas fforteffiqações desta çidade”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 158-159.

dantes bastante fraco, edificado somente pera recolhimento e defesa dos moradores dela no tempo das guerras com Castela.”⁶⁴



Fotografia aérea da cerca e castelo de Torres Vedras. Com o baluarte de 1519.

Acresce que a documentação referida corrobora a reformulação do edifício, não obstante deixar por especificar que obras foram efetivamente feitas. O que neste ponto vale a pena realçar é que em 1572, optou-se por não construir uma das fortalezas modernas programadas para a baía e transferir os fundos que lhe estavam destinados para o castelo e para estâncias no porto. Diz o segundo documento datado de 11 de Julho, enviado ao provedor da fazenda: “*a cidade d’angra (...) m’emvyou pedir que fizesse merçe de mamdar fforteffiqar o castelo da dita cjdade e no porto della ffazer algumas estmçias (...) posto que ffose em comtrario o parecer de pessoas per que mandej ver a dita cjdade acerca da fforteffiqação della (...)*”⁶⁵ o primeiro, datado de 4 de Julho, enviado à câmara é ainda mais claro: “*vj as causas e Rezões (...) pella qoais pedis que mamdase*

⁶⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 12. Pedro Cid, embora conhecendo esta citação, um excerto do capítulo que Frutuoso dedica especificamente a Angra, prefere utilizar outra do Livro IV onde o cronista refere o castelo sem mencionar as obras, porque aí tratava de relatar outros acontecimentos, não acentuando, por isso, esse facto. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro IV, p.257.

⁶⁵ “trelado da carta de Sua Alteza a João da sillva do camto sobre ffortefiqação do castello”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 154.

fforteffiqar o castello da dita çidade e se ffezesem no porto della duas Instamçias (...) e que se não fezese a obra que estua ordenada na pomta que se chama o brasil e posto que a dita obra ffose ordenada per pesoas que tijnão muita notyçia e esperjemçia (...) ouue por bem (...) ffazer merce (...) que se mudase a dita obra pera o castello da dita çidade que nelle se ffizesse a obra que ffose neçesarja e no porto (...).⁶⁶

Por tudo isto, quando muito, pode aventar-se a possibilidade do quinto baluarte, aparentemente mais baixo e largo do que os quatro angulares, corresponder à última fase da obra.



A casa do capitão no cimo da Rua do Marquês.

Quanto à obra da denominada casa do capitão, apesar da pretensão da história local, não se encontra suporte factual que assegure a sua tão grande antecedência, nem tão pouco indícios de que aquela propriedade tivesse adquirido primitivamente algum valor simbólico, enquanto equipamento representativo do poder do capitão. Pelo contrário, embora a propriedade destes paços tenha corrido

⁶⁶ “trelado da proujsão del Rej noso senhor sobre o asemto que se tomou nas fforteffiqações desta çidade”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 158-159.

sempre, pelo que é dado conhecer, na família Corte Real, nem sempre foi morada do capitão, como se prova pela documentação abaixo exposta. É por isso, puramente especulativo atribuir a sua construção a Álvaro Martins Homem.

Não obstante as limitações, vale a pena expor aqui os dados disponíveis, designadamente a teoria defendida por Frutuoso que assegura ter sido D. Manuel Corte Real, terceiro capitão de Angra, o primeiro capitão a ocupar a casa. Segundo o cronista, respaldado por Frei Luís de Sousa, a propriedade foi-lhe entregue na sequência da “má morte” de sua irmã Iria, às mãos do marido Pedro de Goes. E assim, por decisão judicial de dois de Abril de 1528, ao capitão chegaram todos os bens fundiários pertencentes ao casal, entre eles a propriedade em análise, como se subentende do título inscrito na crónica de D. João III: “*carta a Manuel Corte Real de toda a fazenda que foy de Pero de Goes na ilha Terceyra, que perdeo por matar sua mulher mal e como não devia.*”⁶⁷

De resto, a propósito da prévia localização da residência do capitão, é ainda Frutuoso que fornece os dados mais credíveis. Precisamente no mesmo parágrafo em que trata o assunto agora mencionado, mas também o tema da localização e forma do castelo de Angra previamente referido, quando diz assim: “*no (...) castelo morava antigamente o capitão da ilha, Manuel Corte Real, e depois morou em outros paços, abaixo do mesmo castelo, com rico jardim de muitas laranjeiras e frescura que ainda agora possui, o qual herdou de sua irmã, Dona Iria, que foi casada com Pero de Góis, nobre fidalgo.*”⁶⁸

Estes dados são consistentes com um documento existente no *Tombo de Pero Anes do Canto*⁶⁹ que dá conta que, no ano de 1506 se assinava um contrato de parceria para exploração de uma dada de terra atribuída a Joana Abarca, primeira mulher de Pero Anes do Canto e irmã de Maria Abarca, viúva do primeiro capitão João Vaz Corte Real, sendo que a capitã serviu de testemunha

⁶⁷ Frei Luís de SOUSA, *Annaes de elrei Dom João Terceiro* (Publicados por A. Herculano), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1844, p. 208.

⁶⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 12.

⁶⁹ “escpitura que fez mjnha molher que deus aja a lujs vaz do biscoyto de jumto da villa d’angra”, documento nº 17, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)” (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno), *Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2002, vol. LX, pp.79-81.

do acordo firmado. Não é tanto o contrato em si que aqui interessa frisar, nem tão pouco os intervenientes, mas sim o facto de a escritura tomar lugar no castelo da vila.

Deve, aliás, acrescentar-se que, não é de todo estranho nas cidades portuguesas da Idade Média verem-se estruturas defensivas⁷⁰ a cumprir algumas funções depois assumidas pelos edifícios das casas de câmara, situação perfeitamente justificável na situação angrése, uma vila nova ainda em fase de construção, sendo que é provável que em 1506, ano do referido documento, ainda não existisse o paço municipal, obra para a qual não se conhecem datas ou quaisquer outros dados que não a representação tardia na carta de Linschoten, mostrando a câmara no topo norte da Rua Direita.

Contudo, neste particular, pode ainda dar-se o caso de, à época, o castelo servir também de residência do capitão, teoria que pela ordem dos factos será mais credível, atendendo por um lado às palavras de Frutuoso acima citadas, por outro à circunstância de a capitão, bem como a sua irmã, estarem presentes no lugar.⁷¹ Acresce ainda o facto, amplamente documentado, de que tabeliães e juizes se deslocavam frequentemente, não existindo um espaço fixo para exercer a sua atividade, o que em 1506 pode bem ser o caso de Angra.

Apesar dos factos expostos, com rigor, há que acrescentar que segundo António Cordeiro na *História Insulana*,⁷² a propriedade da casa do capitão, chegou a D. Iria porque o capitão seu pai lhe deixou, não sendo, assim, de excluir que João Vaz Corte Real (1474-1496), o primeiro capitão de Angra ali também tenha residido. É de atender que Vasco Anes Corte Real (1496-1538), o segundo capitão, não foi nunca à ilha e que só o terceiro capitão, Manuel Corte Real (1538-1578) voltou a ocupar a casa e apenas após a morte da irmã de quem foi herdeiro.

⁷⁰ Situação reconhecida não em castelos, mas sim em torres de muralha que entretanto se haviam tornado obsoletas, facto documentado para Viana do Castelo, Pinhel, Torre de Moncorvo, Loulé, Melgaço, Sesimbra, Penamacor, Silves e Coimbra. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição...*, pp. 763-764.

⁷¹ Vale ainda a pena lembrar que em Portugal se assiste “a uma tendência ‘residencializante’ das (...) fortificações tardo-medievais [tendência que] encontrou pleno acolhimento e continuidade nos inícios da Época Moderna”. João Gouveia MONTEIRO, “Castelos e Armamento”, José MATTOSO (coord.), Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003, vol. I, pp. 164-191, em especial p. 167.

⁷² Padre António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 312.

Sendo que, na verdade, o título de *casa do capitão* será uma denominação adquirida na sequência deste processo.

Será pois, tanto quanto é possível julgar, mais acertado admitir que o assentamento estabelecido por Álvaro Martins Homem se compõe num quadro que, embora delimitado temporalmente por dois documentos marcantes da história da ilha, como são a entrega formal em 1450⁷³ da capitania da Terceira por inteiro a Jácome de Bruges e 1474, o primeiro capitão da ilha misteriosamente desaparecido, com a já referida divisão da ilha em duas capitanias, assume características de leitura diacrónica, sendo provável que muitas das situações e acontecimentos referidos pelos cronistas para os primeiros momentos do lugar, se situem, afinal, já nos primeiros anos posteriores à separação das circunscrições de Angra e da Praia, como de resto assegura Frutuoso, autor que enquadra de forma um pouco nebulosa toda esta fase primitiva da colonização angrense no “*tempo da guerra com castelã*”, portanto entre 1474 e 1479, ano em que se assinou o Tratado de Alcáçovas.

É que, embora a solidez do discurso autorize assumir a crónica como fonte, em rigor, desconhecem-se as datas exatas e portanto também o contexto preciso em que tomaram lugar os acontecimentos e factos descritos, o que por si só não desmente necessariamente a validade desses factos, apenas obriga a uma utilização crítica da informação veiculada nestes canais, designadamente no que concerne à datação dos factos.

3. A vila de fundação⁷⁴

No contexto do processo colonizador da ilha Terceira Angra foi desde cedo o centro administrativo, senão antes, pelo menos desde 1474, aquando da divisão da ilha em duas capitanias, data a partir da qual o lugar assume o papel de cabeça de um território juridicamente definido.

⁷³ “Carta de entrega da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges”, *AA*... vol. IV, pp. 207-208.

⁷⁴ Sintetizado no desenho de análise *Angra 8.1* do vol. II.

É crível que a formulação administrativa de criação da capitania encontre correspondência procedente na fundação da vila. Parece aliás natural e óbvio que a definição dos limites territoriais da capitania se clarifique igualmente na estrutura administrativa, nomeadamente concelhia, que tradicionalmente desde tempos primevos da nacionalidade assegura a gestão das gentes e da terra.



Fotografia aérea de Angra. Vista de sul.

Se assim for, a fundação da vila e a criação da capitania terão sido processos simultâneos e indissociáveis, apresentando-se como uma hipótese muito provável que a vila se tenha também fundado no ano 1474, sendo nesse mesmo ano o primitivo lugar elevado a cabeça do território recém-formado.⁷⁵ A esse propósito note-se, como a nova capitania absorve como denominação do todo, o nome

⁷⁵ Salvaguardadas todas as diferenças e originalidade do processo de colonização das ilhas. Diferenças introduzidas a partir do sistema administrativo inovador aqui aplicado (o sistema de donataria/capitanias), observe-se, por analogia e eventual antecedência, o caso das juradorias e ainda os processos formais de fundação de vila pelo poder senhorial. Processos previamente autorizados pela coroa. César OLIVEIRA (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local, [dos fins da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, respetivamente pp. 30-44 e pp. 49-55.

Note-se ainda, como na reformulação do sistema de capitanias no espaço brasileiro (1535), estava já instituído como obrigação do capitão a fundação de pelo menos uma vila: A cabeça e centro administrativo do novo território. Maria Cecília Cordeiro FERREIRA, “Capitão-donatário”, Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. I, pp. 472-473.

atribuído ao lugar principal pré-existente - Angra, passando-se fenómeno semelhante com o caso da capitania da Praia, embora aqui com especificações diferentes que se aprofundam em capítulo dedicado. Note-se ainda, o facto, de por inerência, o termo concelhio das sedes de capitania ser coincidente precisamente com o território da capitania, situação apenas revista em 1503 quando se funda na ilha a vila de São Sebastião.⁷⁶

Deve, aliás, desde já realçar-se que é convicção desta tese que Angra e Praia, então apenas lugares, a partir de 1474 desenvolveram processos de reformulação urbanisticamente consentâneos com a fórmula fundacional, no caso da Praia com uma localização totalmente nova e com abandono do primeiro povoado,⁷⁷ e em Angra acrescentando-se lateralmente a uma estrutura anterior mas ainda sem dimensão urbana. Está-se, aparentemente, perante casos de fundação, desde logo identificados pelo “*tipo*” e “*programa*” a que morfológicamente recorrem, temática que mais adiante neste texto se explora aprofundadamente.

As circunstâncias historiográficas descritas no ponto anterior, sobretudo as referentes à escassez de factos documentados para os primeiros decénios da colonização, levam a que também no que respeita à constituição dos primeiros concelhos e em particular das suas sedes, muitas dúvidas se levantem e em consequência diversas teorias alternativas se expressem.

Desde logo, está ainda em aberto o debate em torno da data de criação do concelho de Angra, sendo genericamente aceite pela historiografia, no seguimento da interpretação tradicional divulgada pelas crónicas de Quinhentos a Setecentos, que Angra tenha sido constituída vila antes da Praia.⁷⁸

O reconhecimento do processo de fundação é pois uma questão prévia àquela que se pretende expor e, por isso, vale a pena inquirir algo mais sobre a questão.

⁷⁶ AA... vol. I, pp. 46-48.

⁷⁷ Tema tratado no capítulo seguinte deste volume.

⁷⁸ Veja-se por exemplo Frei Diogo das Chagas que diz “*o que a mim me consta de papeis antigos, e autênticos, que o Agosto de 1480 já era villa*”. Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...* p. 282.

Luísa Trindade, na tese já citada, defende que podem e devem juntar-se ao urbanismo e morfologia regular (elementos bastante evidentes em Angra e que adiante se apresentam em detalhe), outros elementos de validação e reconhecimento de um caso de fundação dirigida, são eles: a existência de foral, a toponímia, a existência reconhecida de povoador e, no caso das fundações em povoações pré-existentes, a mudança de lugar de implantação. Se nenhum deles é exclusivo de um ato de fundação, em conjunto funcionam como claro indicador.⁷⁹

No que respeita ao foral desconhece-se a existência de qualquer documento contratual deste tipo para o caso de Angra, como de resto serão inexistentes para todo o arquipélago até D. Manuel subir ao trono. O nome do lugar é, neste caso, também inútil,⁸⁰ mas os dois últimos indicadores podem ser observados aqui.

Efetivamente a malha fundacional implantou-se na margem direita da Ribeira dos Moinhos, construindo-se lateralmente à ocupação e povoação mais antiga, tema que se trata já em seguida, enquanto a última questão, a referência conhecida ao povoador. De facto não será demais reforçar que o capitão, como se verá adiante, no sistema administrativo aplicado às ilhas, a capitania/donatária, assimilou as destacadas tarefas de povoador e sesmeiro, cumprindo o dever de povoar as ilhas de cristãos, bem como de distribuir a terra pelos colonos.

3.1 O urbanismo como indicador⁸¹

É consensual no seio da história do urbanismo⁸² que a contextos político-administrativos mais fortemente estruturados corresponde, por norma, um maior planeamento e consequentemente malhas urbanas morfologicamente mais claras e que exprimem uma regra imposta “top-down”. A determinação urbanística que desenha uma cidade de fundação resultará, assim, evidente no tecido construído, reconhecendo-se o desígnio e as regras compositivas que o fundamentam, enquanto as malhas urbanísticas resultantes de processos políticos e

⁷⁹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* pp. 113-123.

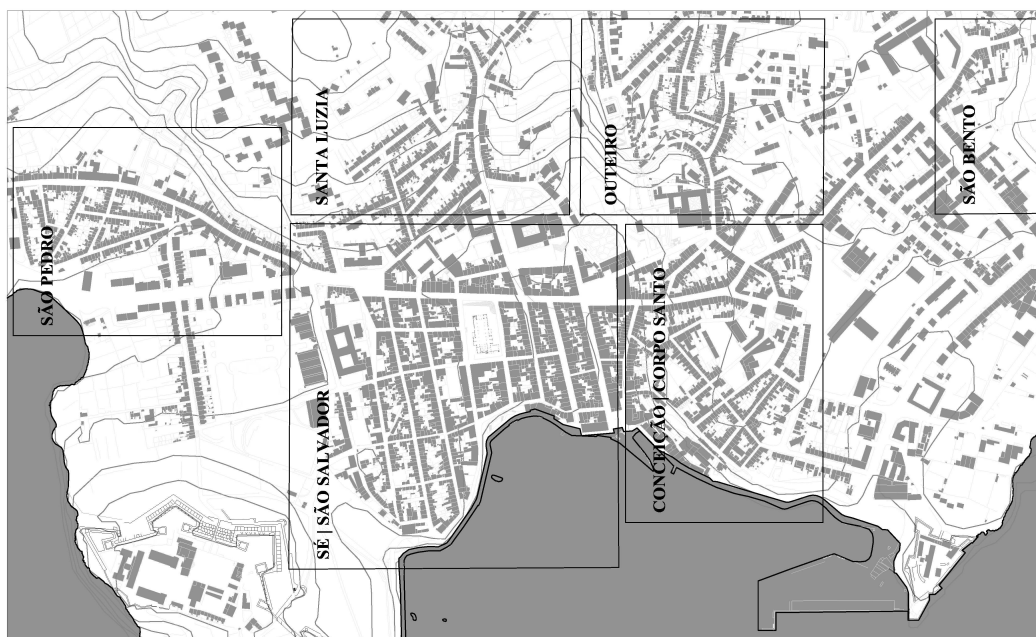
⁸⁰ No contexto das ilhas açorianas apenas Vila Franca do Campo poderá cumprir esse requisito.

⁸¹ Sintetizado no conjunto de desenhos Angra 9-

⁸² Explicitando o caso medieval português leia-se: Walter ROSSA, Margarida Tavares da CONCEIÇÃO e Luísa TRINDADE, “Raia e cidade”, *Monumentos*, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa, 2008, nº 28, pp. 6-21, em especial pp. 10-14.

administrativos mais informais, ou indefinidos, resultaram em formas não necessariamente geometrizadas.

No caso da morfogénese de Angra importa evidenciar o facto da malha urbana em estudo resultar necessariamente de um programa fundacional e, como tal, desenhar-se segundo princípios previamente determinados que, como se poderá apurar pela leitura da sua evolução morfológica, se enquadram no “tipo” de cidade de fundação⁸³ cumprindo o “programa” fundacional, detalhadamente estudado e apresentado por Luísa Trindade em *urbanismo na composição de Portugal*⁸⁴ e já anunciado neste texto, e que se identifica por conjugar no seu desenho original, um conjunto de quarteirões identificados como uma unidade morfológica, o casario, associado a uma igreja que estando próxima é por norma excêntrica, e completado se necessário por uma estrutura defensiva de apoio.



Localização e identificação dos diferentes bairros. (desenho *Angra 5*, vol. II, p. 5)

Em Angra observa-se com clareza a existência de um complexo morfológico com características fundacionais, mas esse complexo morfológico fundacional identifica-se também em grande medida pelo recurso a uma

⁸³ De resto, à imagem dos outros núcleos urbanos açorianos que se formaram como cabeça de ilha ou capitania, como se pretender explicitar nesta tese.

⁸⁴ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...*, pp. 95-230.

urbanística distinta da utilizada nos processos informais que tomaram forma em outros espaços da baía, configurando-se como unidades morfológicas autónomas que, simplificada, correspondem aos bairros periféricos à malha de fundação angrense, ainda hoje bem identificados no tecido urbano. Estruturas que se estabeleceram com anterioridade, possivelmente o caso do Outeiro, ou até ao mesmo tempo em processos contemporâneos do plano de fundação.⁸⁵

Vale por isso a pena, antes de analisar o “coração” de Angra observar como ao mesmo tempo que o capitão e o concelho, outros atuavam, ainda que de forma dirigida, no processo de urbanização.

Os bairros Outeiro, Conceição e Corpo Santo, Santa Luzia e São Pedro, conheceram processos de evolução e consolidação morfológica próprios, nomeadamente a partir da urbanização privada de áreas mais ou menos vastas como forma de rentabilização do solo. Tal terá sido mais nitidamente o caso do Corpo Santo, onde o Provedor da Armada, Pero Anes do Canto e os herdeiros, acompanhando o processo de construção da malha urbana central, onde também foram participantes ativos, procederam ao arruamento e loteamento da terra urbana situada nas imediações do seu solar conhecido por Palácio dos Remédios, a casa dos Canto, provedores da armada.⁸⁶ Processo que decorreu com recurso evidente a uma planificação regulada e uma ocupação pragmática do solo, com vista a potenciar o lucro da operação.⁸⁷

⁸⁵ São inexistentes dados demográficos para períodos tão recuados da história angrense, pelo que por este vetor não se podem retirar quaisquer conclusões.

⁸⁶ Sobre o palácio veja-se, Jorge Pamplona FORJAZ, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996.

⁸⁷ O caso melhor conhecido e documentado de uma operação particular deste tipo em época próxima, ainda que se distinga pela sua muito maior dimensão, será o caso do Bairro Alto em Lisboa. Consulte-se sobre este assunto: Helder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999. Em particular os casos estudados para os novos desenvolvimentos urbanísticos da Vila Nova da Oliveira, nas antigas cercas dos frades Trinos e Carmelitas, que procederam à operação e o caso da Vila Nova de Andrade ao Bairro Alto, urbanização nascida em duas propriedades de um dos judeus mais ricos do reinado de D. Afonso V, Guedelha Palaçano, respetivamente pp. 93-95 e pp. 101-106 da obra citada. Mas existem muitas outros anteriormente, desde logo em Évora no século XIV, onde são de iniciativa do bispo, pelo menos, os bairros de matriz regular a norte da Rua da Corredora – Rua de São Francisco. Sobre este caso veja-se, Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média ...* p. 67. Sobre este e outros possíveis exemplos veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* p. 210.



O bairro do Corpo Santo e a casa de Nossa Senhora dos Remédios, num excerto da vista de Linschoten.

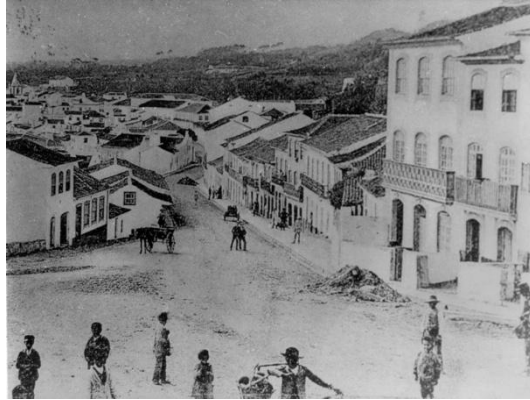
Vale a pena citar Maldonado que a este propósito conta que Anes do Canto “(...) tratou de estabelecer seu nome empregando todos os cabedais com que viera a Ilha nas compras de terras, e herdades dos menos aproveitados, das quais as ouve de venda por tão limitados preços, que consta comprar muitas propriedades de venda limpa por aquillo que ellas hoje valem de renda cada hu anno (...)”. Avançando ainda que “(...) adquerio a si os arredores d Angra que se tinham por valdios por hu quazi nada, com a consideração de que nelles pelo tempo em diante se hauia de alargar Angra quando Cidade fosse. Surtiu este seu pençamento tanto à medida do seu desejo, que dahi a poucos annos, e ainda nos da sua vida de necessidade lhos aforarão em datas quanto se podesse leuantar hua caza com seu quintal com a penção de dois tostões de foro, e hua galinha ou galinha e meja, e por este modo ficou sendo senhorio dos bairros do quartel, e Corpo Santo que hoie rendem ao possuidor do seu morgado [...] mil reis em dinheiro.”⁸⁸

Note-se como além da identificação da unidade morfológica, Maldonado comprova o processo.

Também o bairro de São Pedro, no extremo poente da urbe, terá tido origem num processo semelhante, processo que tem o seu início documentado, facto quase inédito,⁸⁹ pelo que merece ser aqui exposto, mesmo que de forma breve.

⁸⁸ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p.168.

⁸⁹ Veja-se o caso da Capela da Boa Nova em Ponta Delgada, zona hoje totalmente remodelada pela



Alto das Covas e Rua de São Pedro numa fotografia antiga.

Os terrenos que deram origem a São Pedro integravam a propriedade de Brás Pires do Canto, destacado povoador de Angra, e em conjunto com sua mulher Barbora Gonçalves Antona, fundador do convento de São Gonçalo. Mosteiro que *“fizerão [...] a sua custa em hua herdade sua, que ouuerão por título de compra de Gaspar Affonso Ramos, e de sua mulher e o fizerão para freiras, e serventes da Ordem de Santa Clara pêra em elle meterem suas filhas que queirão ser freiras da dita Ordem, do qual tinhão gastado de sua fazenda assim na compra da herdade, como nas obras, e Bullas de Roma, para isso ouuerão com que o fundarão”*, como se lê no documento de doação e partilha dos bens do casal pelas filhas datado de 1559. Pelo mesmo documento, entende-se ainda que detinham um conjunto importante de propriedades urbanas e rurais em regime de rentabilização, entre elas as terras com as quais pretendiam dotar as filhas freiras, onde se incluía além da *“Herdade em que o dito mosteiro está feito [as] terras em Val de Linhares”* que rendiam *“Oito moios e mejo de trigo cada ano”*.⁹⁰

Por documentos seguintes sabe-se que a testadora Barbora Gonçalves Antona teria ainda instituído parte da sua terça a uma capela, cujo administrador, o marido, devia cumprir missas rezadas no Mosteiro de São Gonçalo onde estava enterrada. Estas obrigações estariam, portanto, asseguradas não pelas propriedades

construção da cadeia da Boa Nova na área onde existia o bairro com a mesma invocação, bairro provavelmente nascido nas mesmas condições deste bairro angrése. “Despesa da construção da ermida de Nossa Senhora da Boa Nova em Ponta Delgada, em 1610”, AA ... vol. XII, pp. 445-446.

⁹⁰ “Doação”, Manuel Luís MALDONADO *Fenix Angrence...*, vol. III, pp. 180-182.

assinaladas pela partilha já citada, mas sim pelas rendas da terça que lhe restava depois de feita a doação e partilha.

Contudo, quando “*Faleceo a dita Testadora que consta no anno de 1562*” e “*Deu seu marido Bras Pires do Canto jnuentario dos beñs que ficaram no cazal para delles se tirar a Terça da dita sua mulher*”⁹¹ verificou-se que as avaliações prévias teriam sido muito inflacionadas pelo que seria necessário ajustar o instituído às condições materiais possíveis. O juiz dos resíduos pronuncia-se nesse mesmo ano da seguinte forma: “*Visto que a defunta Barbora Gonçalves não tem mais Terca que cento e oitenta mil reis lhos applico nas Alcacarias que rendem de foro oito mil reis que estão avaliadas em cento e Corenta mil reis., e os outros corenta mil reis lhe dou na ametade de coatro mil reis em que estão aforadas as casas de Matheus Lopes, que foram avaliadas em Oitenta; pelo que ficão à Capella dez mil reis de renda, dois de Matheus Lopes, e oito das Alcaçarias, de que o administrador mandará dizer Mejo annal de somente.*”⁹²

Daqui apenas interessa realçar a propriedade denominada Alcaçarias⁹³ porque estas acabaram expropriadas quando “*foi necessário pello tempo em diante fortificarem Angra pela parte da Beira mar, para o que se fez a muralha que corre do matadouro, onde desagoa a Ribeira dos Moinhos the o portão do porto, e como aquellas moradias impedião a dita fortificação se tomarão por parte d El Rey na avaliação de cento e vinte, e oito mil reis.*”⁹⁴

Em consequência disso, Brás Pires do Canto foi então notificado por despacho do procurador dos resíduos para nomear outra “*couza que renda três*

⁹¹ Manuel Luís MALDONADO *Fenix Angrence...*, vol. III, p. 183.

⁹² “*Pronuncia do Juis do Reziduos*”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 183.

⁹³ Não confundir com o ainda hoje denominado Beco das Alcaçarias, junto à Rua do Pisão, na parte alta da cidade. Estas Alcaçarias na foz da Ribeira dos Moinhos, deviam estar relacionadas com o matadouro situado nas proximidades, já que uma das significações possíveis para o vocábulo Alcaçarias é o de lugar para tratamento de peles ou fábrica de curtumes. Não obstante, no documento que em seguida se cita, vir também as mesmas “alcaçarias” denominadas por “moradias”.

⁹⁴ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 183. Esta expropriação está seguramente relacionada com a obra programada para a frente marítima e cujo primeiro documento conhecido data de 14 de Março de 1566: “*Prouizam sobre a obra do porto das pipas e cais da maneira que se ha-de fazer*”, *Livro de Registo da Câmara de Angra (1557-1591)*..., pp. 68-69. Provisão onde o rei ordena que antes de tudo se faça “*traça e apontamentos da dita obra*” e ainda que “*se não fará nela coisa alguma até me enviardes a dita cidade debuxada com o dito porto e cais*”, desenho do qual infelizmente se perdeu o rasto.

mojos e mejo pêra estas obrigações, pois se venderão e tomarão as Alcaçarias; E a terra que logo nomear se botará em Tombo.”⁹⁵



Fotografia antiga do cais da alfândega a partir do Corpo Santo. No limite direito vê-se ainda um troço do canal da ribeira. [princípio do séc. XX]

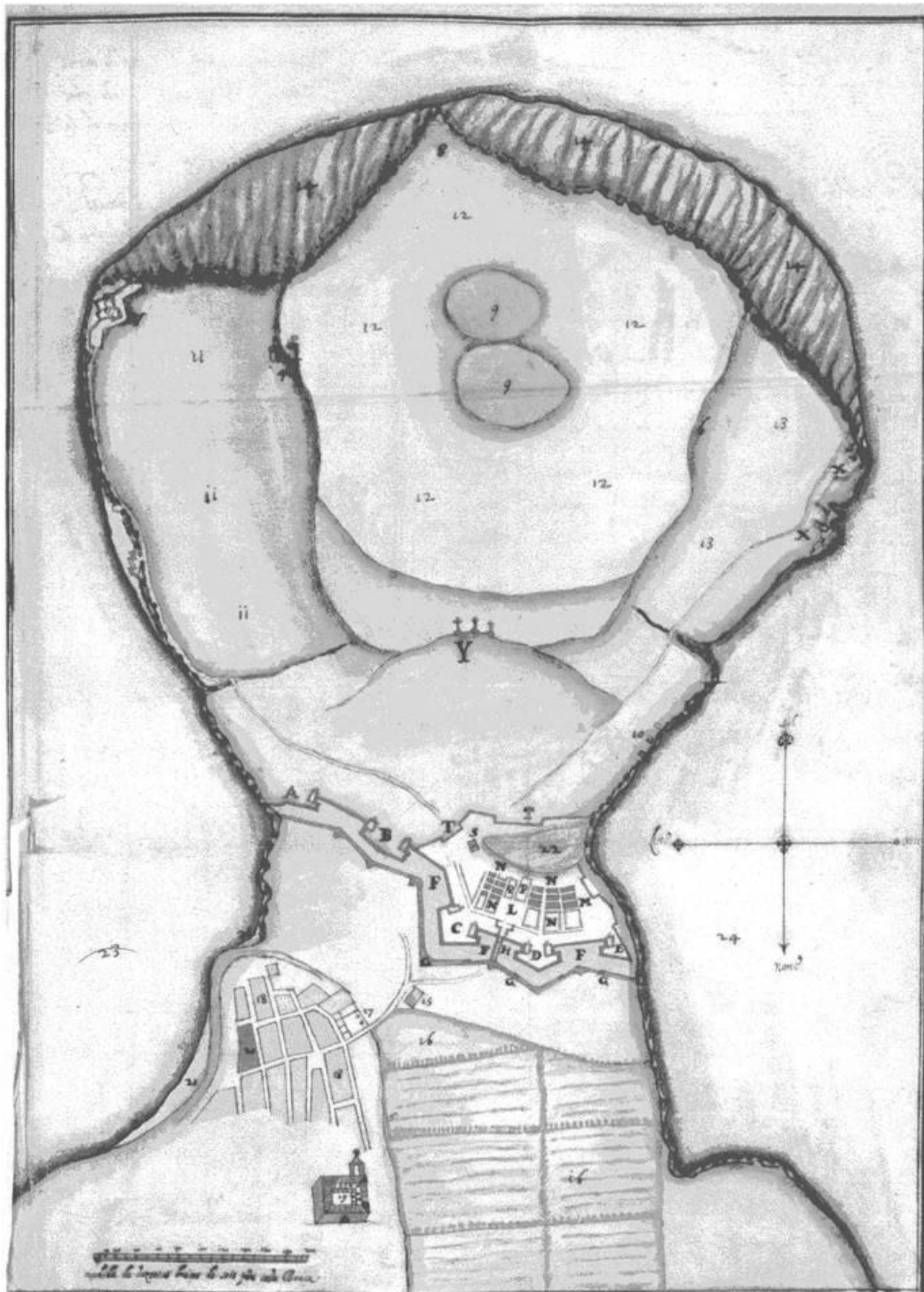
Na resposta à notificação citada acima, datada de Fevereiro de 1570, Brás Pires do Canto diz que, apesar de “ *as Alcacarias, que a defunta tomara, que elle as não vendera, e se tomarão pêra os Fortes, nem foi por sua vontade; e porem pera cumprir, e satisfazer aos despacho do senhor Dezembargador, e por elle desejar sempre se cumpra a vontade da defunta, elle nomeava ao dito encargo o seu Serrado do Fanal que chamão o Serrado das Canas, que parte da banda do Norte com caminho, que vaj pêra Santa Catherina, e do Sul com a Terra e Terça de Mariana Affonso, e do poente com o Serrado de Santo Andre; No qual serrado dentro das ditas confrontacoes hauia bons vinte e sinco mil reis de foros que lhe pagauão cada hu anno pellos quais elle queria, e hauia por bem que a Capella se cumprisse.*”⁹⁶

Maldonado adianta que a capela tomou posse das terras em Abril de 1570, e ainda que “*neste serrado existe hoie o bairro de São Pedro desde a rua de cima de Santa Catherina the a rua que chmão de De trás que vaj ter ao Fanal que se deuedio em datas quanto se podesse leuantar hua caza com seu quintal com Foro e penção, que lograrão e pessuião os herdeiros*” de Brás Pires do Canto e de Barbara Gonçalves Antona, instituidores da capela. O autor dá ainda conta que em

⁹⁵ “Notificação do Procurador dos Reziduos”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 184.

⁹⁶ “Resposta de Bras Pires do Canto”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 184.

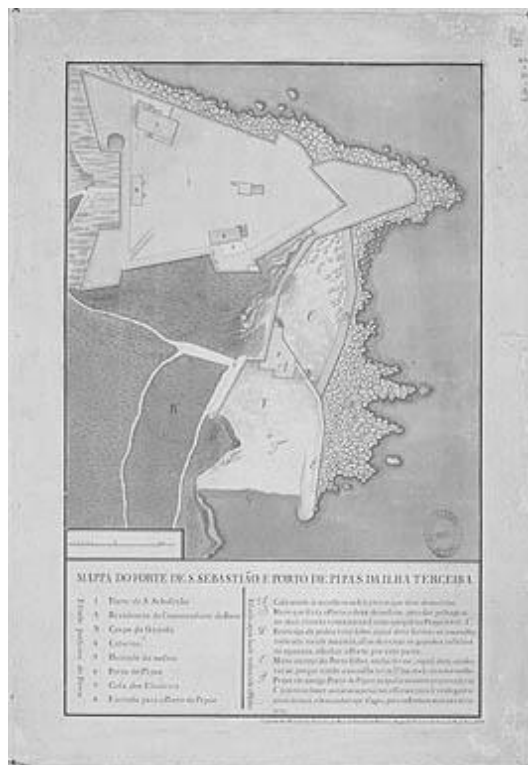
1697, mortos os últimos administradores sem sucessão, foi a propriedade vendida mantendo associada a “*pensão de mejo annal de missas ditas no Mosteiro de São Gonçalo.*”⁹⁷



Castelo de São Filipe, projeto atribuído a Tiburzio Spanochi. (PT/TT/CCDV/29)

⁹⁷Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 185.

Porém, não fica rigorosamente claro se o serrado estava já aforado em casas ou se apenas depois de 1570 se urbaniza a área. Note-se, apesar disso, como na carta de Linschoten, São Pedro aparece já como um bairro consolidado, bairro que foi elevado a paróquia em 1572 já com a evocação do referido santo, enquanto na documentação agora citada apenas se refere ainda Santa Catarina, ermida construída primitivamente e que aparece desde cedo como um marco territorial importante, definidor do limite urbano.



Levantamento oitocentista do Forte de São Sebastião e do Porto Pipas, no extremo nascente da baía.

O castelo, enquanto equipamento urbano foi já analisado no âmbito deste texto na rubrica anterior, onde também se deixou claro que a sua construção terá cabido já ao Capitão João Vaz Corte Real, primeiro capitão de Angra, integrando, portanto, o conjunto fundacional, por isso com data posterior a 1474, ano em que este é nomeado.

Apenas deve aqui ser acrescentado que na segunda metade do século XVI, Angra iniciou um processo de redefinição do sistema defensivo. Processo longo, que registou avanços e recuos, e que apenas se completa verdadeiramente com a

construção da fortaleza filipina no Monte Brasil projetada a partir de 1593.⁹⁸ Deste processo que já se disse demorado, há contudo que distinguir um primeiro momento que é essencial para se compreender a forma como o programa tradicional fundacional, sob o ponto de vista da construção das defesas, se aplica à ilha e em particular à baía.



Fotografia do cais do cais com a Alfândega e Igreja da Misericórdia.

Com efeito, sabe-se que ainda antes da visita dos engenheiros italianos, Tomaso Benedeto e Pompeu Arditi, enviados à ilha pela coroa no ano de 1567,⁹⁹ engenheiros que terão estabelecido um plano de defesa para toda a costa da ilha, incluindo na baía de Angra a construção de dois fortes, um em cada extremo, permitindo fechá-la com fogo cruzado, se terá procedido ao muramento da frente marítima, recorrendo a uma estratégia mais próxima das velhas cercas medievais (já obsoletas) do que das técnicas abaluartadas modernas apenas introduzidas

⁹⁸ Sobre esta fortaleza veja-se em conjunto o dossier a ela dedicado na *Monumentos- Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, Lisboa, DGEMN, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Setembro 2003, nº 5.

⁹⁹ “Treslado do Regimento das Terças que se hão de fazer para fortificar esta cidade”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 78-83.

pelos técnicos italianos. Este primeiro projeto defensivo para a baía terá tido origem numa representação enviada ao rei em 1561,¹⁰⁰ cuja resposta, datada de 1566¹⁰¹ se encontra no primeiro *Livro de Registo da Câmara de Angra*.

Pedia Angra ao rei que acrescentasse o Porto das Pipas, que melhorasse o cais e construísse aí uma fortaleza para defesa das armadas, bem como uma muralha na parte da Prainha, onde o mar causava grandes danos.

Pela resposta de 1566 sabe-se que o rei enviara já à ilha Fernão Cabral fidalgo de sua casa para que, com o corregedor e oficiais entendidos na questão, averiguassem da necessidade das referidas obras. Dessa inspeção resultou a decisão de melhorar o Porto das Pipas “(...) *no qual se podia melhor fazer recolhimento para os navios e caravelas em tempo de inverno com se abrir mais o dito porto(...)*”, e também a recomendação de que “(...) *se devia fazer um muro de cantaria que fosse do cais ao longo da Rocha para a banda da Prainha forte com alicerce de baixo ao longo do mar cantaria engatada pela banda de dentro(...)*”¹⁰²

Mas a obra não terá tido logo início, faltava ainda a aprovação do projeto por Lisboa: “*E porquanto em o dito auto e carta me haveis de mandar a traça e apontamentos da dita obra se não fará nela coisa alguma até me enviardes a dita cidade debuxada com o dito porto e cais (...)*”, adiantando ainda o rei que “(...) *nos apontamentos virá discriminado a grandura do muro e comprimento (...) e o dibuxo que fizerdes do dito porto será feito em petite de brasos como se costuma fazer e o fareis por oficiais que disso entendam (...)*”. Não se conhece a documentação sequente, mas vale a pena lembrar que no ano seguinte, a 22 de Abril de 1567,¹⁰³ se nomeia Luiz Gonçalves como mestre de obra das fortificações da ilha Terceira.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...* Vol. I, p. 134.

¹⁰¹ “Prouizam sobre a obra do porto das pipas e cães da maneira que se ha-de fazer”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 68-69.

¹⁰² “Prouizam sobre a obra do porto das pipas e cães da maneira que se ha-de fazer”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 68-69.

¹⁰³ “Alluara do mestre de obras”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 102.

¹⁰⁴ Sobre a ação conhecida deste técnico na ilha consulte-se, mais à frente neste capítulo, a rubrica dedicada à obra da Sé de Angra.

Constata-se que os muros e portas do cais da cidade, junto à alfândega e da prainha, respetivamente ao fundo da Rua Direita e da Rua de São João, elementos que vêm representados em Linschoten, correspondem precisamente a esta obra, datando com segurança estes elementos de 1567.

Datas compatíveis ainda com os documentos atrás analisados, quando se tratou do bairro de São Pedro e que dão conta de que por estes anos “*para os fortes se fazerem*” se expropriaram “*alcaçarias*” na foz da ribeira, junto ao cais, portanto.¹⁰⁵



Vista da Rocha para a baía.

Vale ainda a pena referir um último documento, também incerto no referido *Livro de Registo*, trata-se de um traslado de uma provisão real datada de 4 de Julho de 1572, onde se autoriza transferir os fundos dedicados a um dos fortes programados para o fecho da baía, precisamente o do lado do Monte Brasil, para a reabilitação da velha fortaleza dos moinhos. Diz o documento que no “*(...)castelo da cidade que nele se fizesse a obra necessária(...)*”, e que o resto se usasse para

¹⁰⁵ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 183.

a construção de “(...) *duas estâncias para terem alguma artilharia (...) uma no lugar do porto das pipas e outra no porto do fanal (...)*”¹⁰⁶ obra correspondente às outras duas portas marítimas também desenhadas na carta do holandês. Fica por apurar se o circuito defensivo terrestre, nomeadamente as portas de São Bento e São Pedro datam também deste período, mas é crível aceitar que sim.



Vista do Forte de São Sebastião e porto Pipas a partir da Rocha.

O casario e igreja, esta com a típica localização excêntrica no quadro da tipologia fundacional, passam a analisar-se nos pontos seguintes do presente capítulo.

3.2. Do casario à “reticula angrense”¹⁰⁷

Importa desde já delinear o que se entende pela área da reticula, ou plano fundacional para depois averiguar sobre a sua evolução morfológica interna. Em

¹⁰⁶ “Treslado da Provisão del rei nosso senhor sobre o assento que se tomou nas fortificações desta cidade”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 158-159.

¹⁰⁷ Sintetizado no desenho de análise *Angra 8.2*, vol. II.

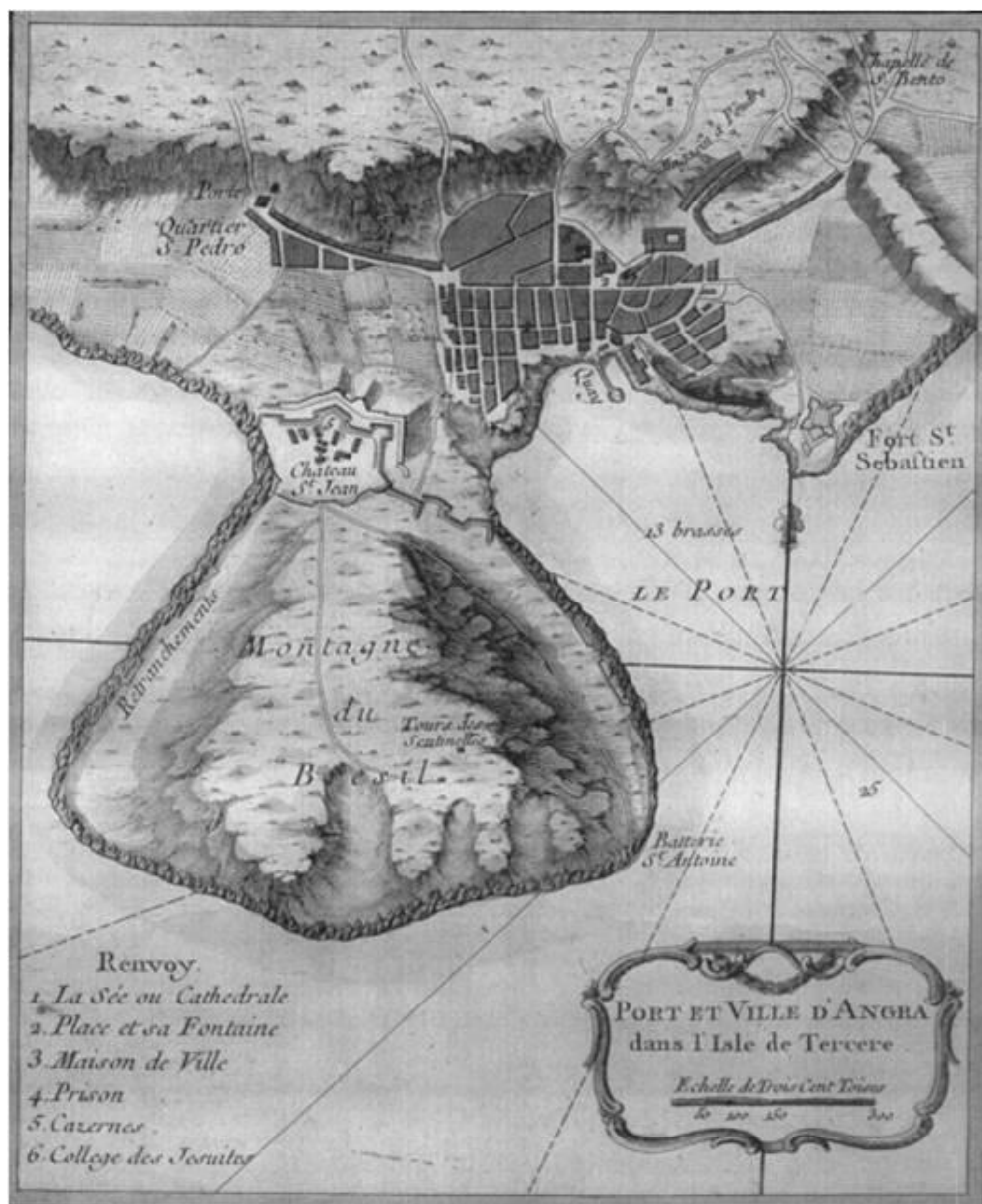
termos sumários, essa área fundacional fica demarcada a nascente pela ribeira canalizada, mais concretamente pelos lotes construídos ao longo da Rua Direita e da margem esquerda do canal, a sul pelo contorno natural da baía acompanhado pelo arruamento denominado Rua da Rocha, a poente por São Gonçalo e pelo arruamento que passa na sua parte traseira prolongando-se até à Rocha, e finalmente a Norte pela Rua da Sé, sendo eventualmente de considerar alguma extensão além desse eixo, integrando a zona onde no século XVII se instalaram os jesuítas e que, segundo mostra Linschoten, no final de Quinhentos estaria já estruturada por quarteirões, posteriormente eliminados pela construção do colégio novo.

Mas a reticula angrense integra não só o embrião da malha fundacional que estruturou a vila nova – o casario, mas também o todo que construiu a cidade e sede episcopal.¹⁰⁸ Por isso, a mole de quarteirões iniciais que constituíram o casario do plano de fundação original não é facilmente identificável na composição alargada em que progressivamente se transformou Angra.

Contudo, o tecido urbano da reticula desenvolveu-se por etapas que podem ser identificadas a partir das particularidades e características de cada subconjunto que a completa, constituindo-se como unidades morfológicas diferenciadas. Com algum esforço é possível repor essas unidades morfológicas, ainda que sem total precisão cronológica, e assim identificar as diferentes fases de crescimento da malha. Uma malha que, apesar de se compor de diferenças, tem a sua unidade interna assegurada por uma potencial matriz metrológica uniformizadora resultante de um processo regulado de entrega de terra em regime de sesmaria, como adiante se demonstra.

Há ainda a juntar à análise morfo urbana, o conjunto de documentos conhecidos referentes ao processo de construção do casario da vila de Angra, um conjunto que é bastante limitado, mas que inclui elementos muito pertinentes para o presente estudo. Vale por isso a pena enumerar esses raros documentos.

¹⁰⁸ Como se desenvolve no ponto seguinte dedicado a *Angra cidade e sede episcopal*.



Jacques Nicolas BELLIN, “Port et Ville d’Angra ...”(1753), *Neptune François*.

A entrega de dadas urbanas em Angra fica comprovada num total de oito documentos referentes apenas a duas parcelas cedidas em regime de doação em sesmaria, todos insertos no *Tombo de Pero Anes do Canto*¹⁰⁹ transcrito e estudado por Rute Gregório.¹¹⁰ Acresce a este grupo a documentação, também pertencente

¹⁰⁹ “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)” (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno), *Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2002, vol. LX.

¹¹⁰ Rute Gregório publicou diversos estudos dedicados a Pero Anes do Canto, proeminente povoador e proprietário das ilhas, em particular da Terceira e de Angra onde se tornou a partir de

a este Tombo, relativa a outras duas parcelas urbanas já consolidadas em propriedades. A primeira identificada num processo de compra de um chão da Rua Direita a outra pertencente a um pagamento feito em parte com umas casas que estavam por trás da capela de São Salvador, na atual Rua do Salinas.



Vista norte-sul da Rua do Salinas, à direita o muro de suporte do adro da Sé.

Este conjunto de documentação, demasiado específico por se limitar aos bens de apenas um proprietário que, num esforço de inventariação do seu património, enumera cada uma das parcelas urbanas e rurais que lhe pertence. O *Tombo* releva-se, pois, em primeiro lugar como fonte para conhecer o homem e o proprietário, um exemplo único no contexto da colonização do arquipélago, mas também, para o conhecimento da morfologia e enquadramento urbano da propriedade fundiária, dos processos de obtenção de terra e também das práticas e intervenientes no processo. Em concreto para o estudo do sistema de distribuição

1522 no primeiro Provedor da Armada. Veja-se com especial interesse para a temática em estudo: Rute Dias GREGÓRIO, *Pero Anes do Canto - Um Homem e um Património (1473-1556)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp. 391, e Rute Dias GREGÓRIO, “Uma exploração agro-pecuária terceirense (1482-1550)”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, vol.V, 2ª série, pp.13-50.

de terra urbana, esse inventário é importantíssimo pelas suas características de singularidade, as mesmas razões pelas quais é também basilar para o estudo urbanístico de Angra, ganhando uma amplitude bem diversa quando entrecruzado com outros factos e particularidades documentadas da evolução morfológica da cidade.



Vista sul-norte da Rua Carreira dos Cavalos. Antiga Rua do Adro.

O documento mais antigo do conjunto enumerado data de 1501¹¹¹ e respeita a uma parcela de terreno urbanizável sita junto ao adro da "igreja nova do Salvador". A mesma parcela é referida em outros quatro documentos posteriores, respetivamente referentes à venda do dito terreno pelos herdeiros do primeiro dono em 1502,¹¹² à revenda a Pero Anes do Canto em 1508,¹¹³ e ainda à sucessiva

¹¹¹ “doaçom que fez ho conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes” documento nº 23, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* pp. 89-91.

¹¹² “carta de venda deste çerrado que fez fernam vaz jenrro do vigairo lujs eanes a bastiam Rodriguez” documento nº22, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 87-89.

¹¹³ “chãos e casas da villa d'angra que estom a porta da igreja prinçipall que comprey a bastyam rrodriguez teçellão” documento nº 19, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata*

confirmação,¹¹⁴ e posterior levantamento e registo das espécies agrícolas existentes.¹¹⁵

A encabeçar o segundo conjunto documental está uma carta de dada em sesmaria, datada de Abril de 1504,¹¹⁶ referente a um "*chão pera casas que he nesta villa d'angra, no çimo da rrua prinçipall*", sesmaria entregue pelo ouvidor do capitão ausente, Vasco Anes Corte Real, que confirmou a entrega em Julho do mesmo ano por alvará¹¹⁷ emitido em Sintra.



Vista sul –norte da Rua Direita.

O terceiro lote de documentos para aqui relevante refere-se ao processo com data de 1507, respeitante à compra a herdeiros do provável primeiro dono, João da

do *Boletim do Instituto...* pp. 83-85.

¹¹⁴ “instrumento de posse” documento nº 20, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 85-86.

¹¹⁵ “liuro das aruores que avya neste assento ao tempo que ho comprey” documento nº 21, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...*, pp. 86-87.

¹¹⁶ “chão da villa d'angra que esta junto das casas de joham lopez biscaynho” documento nº 15, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...*, pp. 77-78.

¹¹⁷ “confyrmaçom” documento nº 16, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 78-79.

Barca, de um "*chão da Rua djreita*", e compõe-se de quatro diplomas.¹¹⁸ Por último é de referir o documento que especifica uma propriedade na Rua do Salinas, ou melhor, na "*rrua sprouica que ay per detrás da capella da jgreja do salluador desta villa*"¹¹⁹ documento datado de 1509.

A documentação sumariamente apresentada, apesar de assimétrica nos conteúdos, é significativa pelos dados que aporta. Registe-se desde logo como a proximidade temporal dos diplomas iniciais de cada um dos dois processos de doação de terra (1501 e 1504) permite delimitar uma janela temporal para a concessão de terras urbanas, coincidente com uma área alargada, ao tempo, em processo de urbanização.

Isto, para além de fornecer referências a outros elementos marcantes do plano (como a igreja de São Salvador adiante detalhadamente estudada), o que permite ultrapassar algumas lacunas e assim propor com maior segurança sobre a evolução morfológica da malha de Angra, nomeadamente no troço entre a Rua Direita e a Rua Carreira dos Cavalos (na documentação Rua do Adro), ou seja, fazendo corresponder a área limitada por esta documentação, ao conjunto que se acredita demarcar precisamente a área fundacional da Vila.

Há contudo que precisar com mais detalhe. Veja-se, desde logo, como nesse troço existem duas unidades morfológicas distintas configuradas por quarteirões estruturalmente diferenciados. Uma das unidades compõe-se pelos dois quarteirões definidos pela Rua Direita e a Rua de São João e divididos pela Travessa de São João, a outra pelos quatro quarteirões situados entre a última e a Rua do Salinas.

A cronologia dos factos urbanos conhecidos, bem como a lógica fundacional portuguesa instituída, sugerem que os quatro quarteirões limitados

¹¹⁸ "chão da Rua djreita que conprey aos erdeiros de joham da barca Ferreyro", "Instromento de posse", "outra carta de venda dos erdeiros de joham da barca do dito chão e casas .scilicet. de pero alluarez cadrado he sua molher", "outra spritura de qujnham de fernam déanes e brytjz Eanes jenrro e filha de joham da barca", respetivamente documento nº 24, 25, 26 e 27, "O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)", *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 91-99.

¹¹⁹ "carta de venda de pêro anes Sancho e sua molher a joham afonso das cunhas" documento nº39, "O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)", *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 121-123.

entre a Rocha e a Rua da Sé, respetivamente a sul e a norte, e pela Rua de São João e Rua do Salinas, nos limites nascente e poente, correspondam aos quarteirões originais do núcleo fundacional. Quarteirões estruturados internamente pela Rua da Palha (no sentido Norte – Sul) e pela Rua da Rosa, no sentido inverso.¹²⁰



Vista sul-norte da Rua da Palha, junto ao cruzamento com a Rua da Rosa.

Recorrendo à cronologia possível veja-se como de 1486¹²¹ data a primeira nomeação conhecida de um vigário para a igreja de São Salvador, fundamentando a ocupação da área pela estrutura fundacional ainda no último quartel do século XV, após a entrega da capitania em 1474 a João Vaz Corte Real.

Mas note-se também a proximidade à igreja, garantindo contudo o seu isolamento, no cumprimento do plano fundacional tipo que se tem vindo a apresentar e que prevê a excentricidade da igreja relativamente ao casario. E ainda a lógica associada a qualquer ocupação planeada que, preferindo a proximidade à

¹²⁰ Sintetizado nos desenhos de análise 8.2 e aprofundado nos desenhos 9.1 a 9.6.

¹²¹ “Copia do Aluará por onde forão criadas as Capellas das Missas dos Infantes”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p. 117.

água não vai, logo de início, colocar-se em cima dela, não obstante nas fases seguintes de crescimento ser habitual conquistar-lhe as margens e também muitas vezes o leito, de resto, terá sido precisamente esse o caso em Angra.



Vista nascente-poente da Rua da Rosa, a partir do cruzamento com a Rua da Palha.

Acresce ainda que esta unidade morfológica aparece destacada não só na cartografia atual, onde se evidencia como um grupo de quarteirões diferenciados da malha, mas também na cartografia antiga, nomeadamente no retrato de Linschoten onde os quarteirões aparecem claramente destacados. Designadamente pela extensão da Rua da Palha no sentido do interior da ilha, sendo este, de entre todos os arruamentos da retícula, o único que conhece um prolongamento tão acentuado.

A concluir esta ideia, recorde-se como nesta área estão registados alguns restos arqueológicos,¹²² um deles, uma moldura de porta de aparência gótica, precisamente na Rua do Salinas, mais concretamente no topo norte desta rua na frente lateral da atual escadaria da Sé.

¹²² Teresa Bettencourt CÂMARA, “Urbanismo angrése ... pp. 110-111.

O crescimento posterior ter-se-á processado nos sentidos nascente e poente, sendo provável, a julgar pela densidade construída, que com mais determinação na área a nascente da unidade morfológica fundacional base, precisamente os quarteirões definidos pela Rua Direita e Rua de São João acima mencionados. Com efeito, é crível que, progressivamente mas de forma rápida, dando resposta às exigências e funções que a vila vinha integrando, a malha fundacional se tenha estendido no sentido de se unir à parte velha do núcleo populacional.



Troço final da Rua Direita junto ao cais. À esquerda a Misericórdia, ao fundo à direita a Alfândega.

Note-se como em breve se acumulam junto dessa linha de urdidura das malhas, o hospital (1492) depois de 1508 associado à misericórdia¹²³ e a casa da alfândega¹²⁴ (1487), elevada a diretora das demais dos Açores em 1499,¹²⁵ todas

¹²³ Datas inscritas por Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 183.

¹²⁴ Segundo consta do Foral dos Almojarifados transcrito por Maldonado e recentemente (re)datado por Rute Gregório para 1487 (foral emanado, portanto, pelo duque donatário D. Manuel), a casa da alfândega estaria em construção nesse ano. Diz assim o foral: “*A casa pêra se arecadarem meos direitos que já comessada he se acabara mais sedo que poderdes, e a tereis sempre muj bem repairada(...)*”. Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p.149 e Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, p. 128.

junto ao porto, num dos términos da Rua Direita, enquanto na outra ponta da rua se organizava a praça/mercado com chafariz, se construía a câmara e se implantava ainda o pelourinho, como bem se observa na vista de Linschoten.



Rua de Santo Espírito, com a Misericórdia ao fundo.

Esta documentação citada, permite elencar algumas evidências pertinentes que se referem aos processos de distribuição da terra, às unidades metrológicas em uso, bem como dados inéditos relativos à toponímia utilizada para designar espaços e ruas em épocas tão recuadas da definição urbana angrense, tudo dados tão úteis para compreender a evolução do tecido como para perceber a própria funcionalidade da malha.

Os documentos datados do início do século XVI, referentes a dadas urbanas, autorizam definir uma cronologia de crescimento da malha urbana em redor do núcleo fundacional inicial que seria composto apenas pela igreja de São Salvador e pelo casario que lhe está adjacente para nascente e que se terá desenvolvido entre 1474, como data provável da fundação da vila e final do século XV. Contudo, é bom frisar que sendo este núcleo na verdade o início dirigido da

¹²⁵ “Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrense...* vol. I, pp. 133-143.

fundação ele sucede cronologicamente a um momento anterior entre cerca de 1460 e 1474 que corresponde ao assentamento primitivo apoiado na Ribeira dos Moinhos e que ligava o Outeiro/castelo ao porto e de que acima se deu já conta.

As dadas urbanas que foram apresentadas atrás, uma de 1501 e de 1504, ilustram o desenvolvimento do tecido urbano tanto para nascente como para poente desse núcleo de casario genético, correspondente portanto a uma segunda fase de evolução do núcleo fundacional, como se vê no desenho de análise número 9.7.

Uma segunda dedução importante a tirar destes documentos refere-se à entidade doadora destas dadas. O primeiro documento enumerado, a doação a Frei Luís Eanes, destaca-se, desde logo, por ser uma doação feita pelo concelho. Por este documento se afere que o município tinha recebido uma área para exploração urbana, concorrendo na entrega de chão para casas com o capitão. A câmara de Angra “*em obrigação a frey lujs eanes vigairo do salluador desta villa por muitos serujços que feytos tem no dito conçelho e lhos nom podem pagar lhe fazem ora lyvre e enrreuogauell deste dia pera todo o ssempre de huns chãos përa cassas dos chãos que o dito concelho tem a rredor da igreja nova*” .¹²⁶

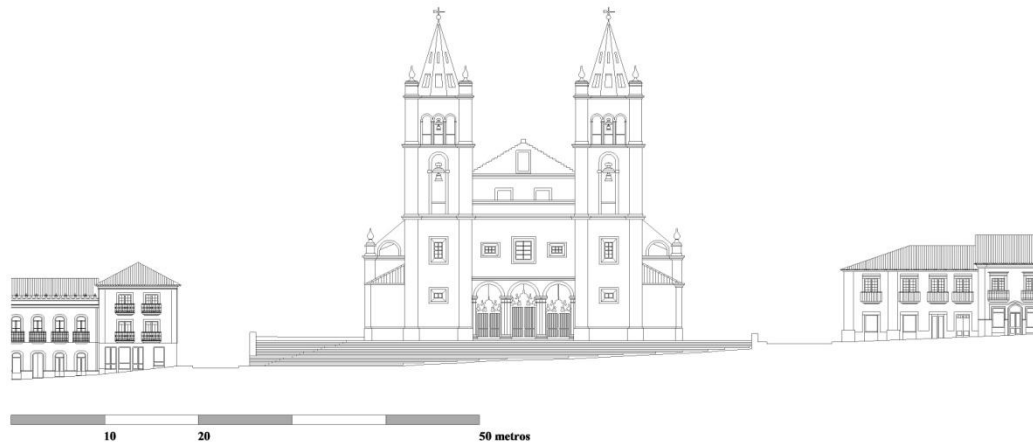
Desconhece-se em pormenor sob que forma legal foi entregue esta parcela à câmara, mas conhece-se um alvará enviado aos capitães das ilhas, datado de 1518 “*regulando o modo de dar os terrenos para cazas*”, onde logo de início se explicita “*que as ditas ilhas começaram a povorar e depois se ordenou e apropriou aos diferentes concelhos certa contia de terra e chãos para nelles fazerem casas os que nas ditas ilhas quizessem morar e povoar*”.¹²⁷ O que, em todo o caso, faz supor a existência de uma determinação prévia da área de concessão à câmara e necessariamente a estruturação de um eventual traçado.

Esta é uma hipótese árdua, mas tanto os dados cotejados como a observação da malha construída apontam para a existência de um plano ordenador do crescimento, além da instalação do núcleo genético. Veja-se como a igreja se integra na malha, ocupando um quarteirão central em relação a toda a retícula,

¹²⁶ “doaçom que fez ho conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes” documento nº 23, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 90.

¹²⁷ “Alvará regulando o modo de dar os terrenos para caza”, *AA...* vol. IV, pp. 35

mas também, como se posiciona no território, não no cimo da encosta, como geralmente se observa, mas a meio. Este posicionamento, inusual, deixa propor, ainda que com reservas, que a retícula se ordenou previamente na forma que os desenhos mostram, a sua ocupação posterior é que terá sido progressiva, como denunciam algumas marcas deixadas no tecido urbano, designadamente no setor poente da malha, para cima da matriz.



Corte pela Rua da Sé. (Levantamento da Direção Regional de Cultura)

De facto verifica-se que a malha urbana fundacional de Angra, e não apenas o conjunto de quarteirões iniciais, está potencialmente unificada por um sistema modelar base de cariz estruturante. Base essa que se manteve constante pela “lei da persistência do plano”, não obstante a partição e repartição da terra ao longo dos séculos da sua história. Refira-se que nem mesmo a destruição massiva do terramoto de 1980 conseguiu apagar essas marcas ainda detetáveis na cartografia e cadastro atuais, embora se note uma diluição progressiva das linhas matriz, em especial nos topos interiores dos lotes pela ocupação intensiva dos logradouros internos.

Um outro dado a distinguir da documentação tem que ver com a metrologia. Com efeito, a conjugação das medidas na documentação, com a análise morfológica da malha, permite (re)construir um possível sistema modelar base de cariz estruturante para todo o tecido da retícula. Partindo da unidade de medida 12

varas de medir pano (11 metros),¹²⁸ unidade definidora da profundidade das duas parcelas conhecidas entregues para urbanização da área. Medidas conferidas na já citada doação ao vigário de São Salvador, com 12 por 20 varas de medir pano, bem como na dada de sesmaria a Maria Abarca na rua principal, com 12 por 23 varas de medir pano, parcelas correspondentes, portanto, a duas ruas distintas e distantes do complexo reticulado, o que por si só validaria o pressuposto de os mesmos princípios serem válidos e constantes para toda a malha, não fora o desenho urbano deixá-lo também evidente.

Os maiores desajustes a essa malha, estruturada por linhas paralelas de 11 em 11 metros, encontram-se nos quarteirões em torno da matriz de São Salvador, de notar que esse desajuste, provocado por uma torção, muito provavelmente provocado pela construção ligeiramente desencontrada da matriz (questão não confirmada visto não restarem vestígios da igreja).

Verifica-se contudo que essa torção é “controlada” pela própria malha, cabendo o angulo do desajuste precisamente em meio módulo, ou seja, seis varas de medir ou 5,5 metros, como bem se observa nos desenhos de análise número 8, em particular o 8.4.

É que, de facto, à medida 12 varas de medir pano correspondem potencialmente todos os lotes em profundidade, mas não só, verifica-se igualmente que também o espaço interno restante para logradouro é múltiplo (o dobro ou o quadruplo) dessa medida.

Estas dadas de terra para urbanizar coincidem apenas na dimensão atribuída à profundidade, pelo que aparentemente a divisão interna da parcela em lotes seria deixada ao critério individual de cada beneficiado. Apesar do descrito e hipoteticamente previsto por esta documentação, é uma realidade que os quarteirões angrenses encontram na sua divisão interna uma grande constância na utilização da medida 30 palmos craveiros de frente de lote,¹²⁹ não sendo, contudo,

¹²⁸ Medidas aferidas a partir de: Mário VIANA, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, vol. III, tomo 2ª série, p. 487-493, artigo onde se esclarece sobre a existência concomitante de dois sistemas de medidas lineares, o sistema craveiro e o de medir pano. Veja-se na segunda parte desta tese o capítulo dedicado às Medidas na Definição do Território.

¹²⁹ Antonieta Reis LEITE, “Angra - um porto no percurso da Cidade Portuguesa”, *Atlântida*, 2003,

suficiente o número de partes originalmente estruturadas para que a esse nível se tirem conclusões absolutas. Mas é um facto que os quarteirões situados entre a Sé e São Gonçalo, talvez por terem tido uma ocupação menos densa e em termos de urbanização menos pressionada registam maior consistência a esse nível.¹³⁰

É também muito relevante que a medida instituída, as doze varas de medir pano, apenas incluía a parte construída do lote deixando de fora a fração interna correspondente ao logradouro, segundo se observa pela inserção da medida na malha de quarteirões. Assim, e como se disse já, restam variavelmente vagos no interior dos quarteirões da retícula dois ou quatro segmentos com a mesma medida, os 11 metros (12 varas de medir pano), portanto 22 ou 44 metros. Esta situação sugere, por um lado que a propriedade do interstício dos quarteirões permaneceria “pública”, ainda que de usufruto privado, por outro que o objetivo maior deste processo de distribuição de terra urbana é de facto a urbanização do lugar, favorecendo antes de mais a construção de casas, mas garantindo em todo o caso a boa ordenação do plano por um conjunto mínimo de regras, colocando-se a hipótese de ficarem estabelecidas as extremas da área obrigatoriamente construída por oposição ao espaço forçosamente deixado vago na traseira do lote, terreno sob o qual o beneficiado pela doação não reteria direitos de construção.

Note-se ainda como as duas parcelas referenciadas pela documentação se localizam precisamente em cada um dos novos sectores de expansão do que se considera ser a malha fundacional original, corroborando o crescimento da área fundacional a partir do núcleo embrionário e porventura mais consolidado formado pela igreja de São Salvador e casario adjacente.

Deve, aliás, assinalar-se que a documentação que se tem vindo a citar, apenas inclui uma curta referência a “cassas” (não precisando número ou dimensões) e a uma rua na área que se propõe como genética do plano fundacional original, precisamente a rua pública por trás de São Salvador, onde se situam as referidas casas. De resto, propriedade já em processo de revenda, superada que estava a fase do contrato de sesmaria que obrigaria a um período de

Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, pp. 15-57.

¹³⁰ No mesmo trabalho vejam-se os exemplos caracterizados para a Rua dos Canos Verdes e para a Rua de Jesus.

cinco anos de investimento e valorização do terreno doado, antes de o proprietário poder desfazer-se dela, validando o pressuposto de que esta área é mais antiga e portanto mais consolidada. Nesse mesmo sentido veja-se ainda como estas casas contavam já com duas levas de proprietários, confrontado nas três frentes com donos aparentemente já estabelecidos, este seria designadamente o lugar de residência do vigário, como se entende do documento: “*as quaes cassas estam em hua rrua sprouica que ay per detrás da capella da jgreja do sallvador desta villa as quaes cassas partem com ho torneiro e com ho vigairo as quaes cassas foram de fernam d’eanes ponbeyro e partem da banda do levante com joham ferrnandez allfayate*”.¹³¹

Voltando a frisar uma cronologia, pode apontar-se que entre 1474, ano de entrega da capitania a Corte Real e 1486, ano em que assume funções o primeiro vigário conhecido para São Salvador, ter-se-á dado início à construção da vila, processo eventualmente concluído até ao princípio do século XVI, quando as áreas de expansão do plano começaram a ser ocupadas, como sugerem as doações citadas.

A diferença de densidade e de morfologia dos dois sectores de expansão, a nascente e a poente da malha fundacional, poderá justificar-se por uma de duas razões, ou até a conjugação delas. Assim a diferenciação formal pode advir da diversa responsabilidade institucional na entrega de cada uma das áreas, admitindo que a leste as dadas seriam da responsabilidade do Capitão e a oeste um encargo da Câmara, ou então, porque a pressão fundiária sobre a Rua Direita foi em tal ordem superior ao resto da malha que levou a uma ocupação limite de toda a sua extensão, deixando livre apenas o espaço mínimo essencial para cumprir o atravessamento de uma rua para outra, tema que será aprofundado em espaço dedicado à rua principal, a Rua Direita.

¹³¹ “carta de venda de pêro anes Sancho e sua molher a joham afonso das cunhas” documento nº39, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* pp. 122.

3.3. A igreja de São Salvador

A substituição da velha matriz pela Sé construída a partir de 1570, aparentemente eliminou todas as evidências da primeira, para mais, não tendo até hoje sido realizados quaisquer trabalhos de arqueologia na área, a sua localização e exato posicionamento apenas se pode averiguar a partir das poucas fontes disponíveis.

O mais antigo documento a fazer referência ao templo data de 1486 e trata-se do alvará¹³² que dá provimento a Frei Luis Annes como seu vigário, o primeiro que a documentação conhece e muito provavelmente o primeiro que ocupou o cargo. Maldonado, que transcreve o documento citado, acrescenta-lhe lateralmente a seguinte nota, “ordenado com que foi criada a vigairaria de S. Salvador d Angra, que hoie he See”,¹³³ interpretando esta nomeação como o início do processo. Mas este documento é omissivo quanto à igreja em si, pelo que da fábrica de São Salvador em rigor nada se sabe, nomeadamente se nesse ano estaria já construída.

Cinco anos passados sobre a nomeação de Luis Eanes, a 16 de Abril de 1501,¹³⁴ a câmara de Angra faz-lhe uma doação de terras, registada no *Tombo de Pero Anes do Canto* com o título “doaçom que fez o conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes”, documento já aqui referido e analisado, embora sobre outra perspectiva. No que especificamente respeita à igreja, ao seu posicionamento e entorno, o documento é bastante clarificador, em particular quando articulado com os restantes documentos respeitantes a esta parcela também incertos na mesma compilação, documentos que se passam a analisar em conjunto e mais detalhadamente.

Dos cinco diplomas referentes à terra doada, três registam a localização da dita dada, tomando como principal referência precisamente a vizinha igreja de São

¹³² “Copia do Aluará por onde forão criadas as Capellas das Missas dos Infantes”, Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 117.

¹³³ Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 117.

¹³⁴ “doaçom que fez o conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes” documento nº 23, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* pp. 89-91.

Salvador, então acrescentada do adjetivo “nova”, o que por si só é já bastante revelador.



Rua da Rosa junto da traseira da Sé.

O primeiro documento, datado de seis de Abril de 1501,¹³⁵ explicita o posicionamento da seguinte forma, “*doaçom deste dia pera todo ssempre de huns chãos (...) a rredor da igreja noua*” acrescentando que “*hos quaaes chãos ssom na Rua do adro da dita igreja do ssalvador*”. O segundo, datado do ano seguinte, esclarece tratem-se de “*huns chãos (...) que estam junto da igreja nova do ssalvador*” e que “*os quaes chãos partem com três Ruas sprouicas*” o que parece ser erro, dado tanto o documento original como os posteriores apenas indicarem duas ruas, “*a que vem dos fenais pera a porta da igreja*” (atual Rua do Barcelos) e “*a do adro*” (hoje Rua Carreira dos Cavalos).

¹³⁵ “doaçom que fez o conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes” documento nº 23, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* pp. 89-91.

Com data de oito de Maio de 1508¹³⁶ surge o terceiro e último documento referindo a localização desta parcela. É de todos o mais assertivo, indicando logo no título do registo que estes “*chãos e casas da villa d'angra (...) estom a porta da igreja principal*”. Repetindo depois a mesma fórmula utilizada pelos anteriores explicitando o posicionamento do lote como “*casas e assento (...) junto da igreja principal*”.

Sobressaem daqui alguns factos relevantes, desde logo a circunstância de o referido terreno estar em frente da porta da igreja, ou à porta. Esclarecendo inequivocamente que a matriz São Salvador se posicionava da forma convencional, com a cabeceira orientada a nascente e a entrada a poente.

Vale a pena, voltar aqui a referir a hipótese árdua levantada no ponto anterior, onde se propôs que o posicionamento da igreja neste lugar, a meio da encosta e não no seu cimo, com a frente ainda virada à pendente, advém de uma escolha consciente de conformação de uma praça, no caso um adro central a toda a malha programada.

Validando o posicionamento proposto, surge outro documento, igualmente incerto no *Tombo* que se tem vindo a utilizar, mas relativo a outro núcleo fundiário também já citado. Trata-se de um diploma de compra de uma “*terra e herdade nas Catorze Ribeiras, termo de Angra*”,¹³⁷ uma propriedade adquirida a 21 de Março de 1509 por um Pero Anes Sancho por “*xxmjll rreais*”, valor que foi pago parte em dinheiro, parte em panos de linho e ainda por “*huas cassas palhaças (...) as quaes cassas estão em hua rrua sprouica que vay per detras da capella da igreja do sallvador desta villa as quaes cassas partem com o torneyro e com ho vigairo*¹³⁸ *as quaes cassas foram de fernam d'eanes ponbeyro e partem da banda do leuante com joham fernandez allfayate*”.¹³⁹ Por aqui se comprova

¹³⁶ “chãos e casas da villa d'angra que estom a porta da igreja prinçipall que comprey a bastyam rrodriguez teçellão” documento nº 19, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 83-85.

¹³⁷ “carta de venda de pero anes sancho e sua molher a joham afonso das cunhas” documento nº 39, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* pp. 121-123.

¹³⁸ Esta parcela é uma parcela distinta da doada ao vigairo Luis Anes no ano de 1501 e que Pero Anes do Canto adquiriu em 1508 aos seus herdeiros. Tão pouco se sabe se esta referência respeita ao primeiro vigário.

¹³⁹ “carta de venda de pero anes sancho e sua molher a joham afonso das cunhas” documento nº

que a capela ou cabeceira se orientava a nascente, desde logo porque se afirma que por trás dela passa uma rua para a qual dão casas que têm a frente voltada a poente, situação apenas possível se se admitir a igreja com este posicionamento.

Destaca-se ainda que o adjetivo “*nova*”, primeiramente utilizado para caracterizar o templo, foi entretanto abandonado, caso do último documento referido, ou substituído por “*principal*”, como no documento de Maio de 1508 acima citado, passados que estavam sete anos sobre a primeira referência locativa conhecida a São Salvador e onde a igreja surge apelidada de nova. Contudo, este facto não significa necessariamente que entretanto a área estivesse já densamente urbanizada, pelo contrário como deixa claro um outro diploma do mesmo conjunto, igualmente datado de 1508, este “*çerrado*”¹⁴⁰ como em outro momento denomina Pero Anes no Canto esta parcela, apresentava-se com características de propriedade essencialmente agrícola. Sob o título “*liuro das aruores que avya neste assento ao tempo que ho conprey*”, o proprietário dá conta de um verdadeiro pomar composto de 47 árvores de fruto de 11 espécies diferentes, além dos “*muitos crauos e rrossas e çebollas çeçem*”, tudo numa área com pouco mais de 200m².

Convém também juntar a estas fontes um documento que, sendo bem posterior, complementa o estudo possível sobre a primitiva igreja de São Salvador e em particular sobre a sua localização e posicionamento. Trata-se do auto que regista a cerimónia de lançamento da primeira pedra da Sé nova a 18 de Novembro de 1570, um documento pertence ao *1º Livro do Registo da Câmara de Angra*, inscrito com um título por si só bastante clarificador, “*dia da prjemira pedra e comeso da sse noua que ainda não he acabada a tamto tenpo*”¹⁴¹ não obstante este título tratar-se de um acrescento do qual não se pode precisar a data.

Sobre a construção da catedral tratar-se-á em ponto específico, mas vale a pena desde já assinalar que apesar de a nova Sé vir substituir a igreja de São

39, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* p. 122.

¹⁴⁰ “carta de venda deste çerrado que fez fernam vaz jenro do vigairo lujs eanes a bastiam Rodriguez” documento nº 22, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto ...* p. 87.

¹⁴¹ “dia da prjemira pedra e comeso da sse noua que ainda não he acabada a tanto tempo”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 138-139.

Salvador (que no seu percurso passou também ela de “nova” a “principal” e depois de 1534 a Sé) ambas coexistiram durante um período de tempo que não se consegue determinar. Situação seguramente provocada pela delonga que caracterizou a obra da catedral, como de resto denuncia a inscrição do *Livro de Registo* aqui citada.



Vista norte-sul da Rua Carreira dos Cavalos, a partir do cruzamento com a Rua da Rosa. À direita o lugar do antigo paço episcopal.

A esse propósito veja-se como nas últimas décadas de Quinhentos Frutuoso ainda denomina a catedral como a “nova”, fá-lo quando dá conta da abertura ainda recente dos seus alicerces processo marcante porque pôs a nu a inconsistência do solo, resultante, segundo conta, de explosões vulcânicas não muito distantes temporalmente “*de que dão sinal os aliceces que se abriram pera a Sé nova, onde, cavando duas braças debaixo do chão, se achavam esculpido no tufo que tiravam os ramos e folhas do louro e de outras árvores*”.¹⁴² É também de realçar o que afirma o cronista a propósito da localização do paço episcopal:

¹⁴² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro VI, p. 12.

“ordinariamente reside o bispo em seus paços, com um fermoso jardim ornado e regado com uma fresca fonte no meio. Os quais estão defronte da Sé, que está quase no meio da cidade, sumptuoso templo ainda não acabado”.¹⁴³ Ora é sabido que a casa do bispo se localiza desde 1544¹⁴⁴ no troço sul da Rua Carreira dos Cavalos, antes documentada como “rua do adro”, fazendo esquina com a Rua da Rosa, aí denominada “rua que vai pera as dadas” e com a frente virada a nascente, pelo que não estão defronte da Sé mas sim atrás, contudo estavam de frente para a rua da igreja de São Salvador que, como se disse, serviu de Sé até época incerta. De resto, de acordo com documento de 1544 as casas doadas pelo Rei ao bispo de Angra estavam “junto da dita Sé apegadas com o adro dela”.

Note-se como, a existência simultânea dos edifícios episcopais se deu, apesar de partilharem a mesma localização. É que as construções dividiriam o mesmo local, definido de forma abrangente, mas não o mesmo posicionamento, uma subtilidade que para o caso faz toda a diferença. Acresce a isso o facto de a dimensão das duas construções ser muito diferente, pelo que, até a obra da nova catedral se prolongar ao provável sítio da primitiva Sé, esta terá conseguido cumprir as suas funções.

O relato da cerimónia de lançamento da primeira pedra, é muito esclarecedor nesta matéria, pelo que vale a pena transcrevê-lo quase na íntegra: “na se do sallvador da dita cjdade fforão Juntos ho cabjdo da dita se e padres da comceição e asj o desembargador ffernão de pyna mareqos que nestas jlhas amda por espicjall mamdado del Rej noso senhor anda prouendo nas cousas da Justica com allcada e João da sillva do camto prouedor da fazzenda do dito senhor armadas e fortefficações / nestas Jilhas / e asj hos juizes amdre fernandez de sea e bernaldo de tauora e os vereadores sebastião allvarjz artur d'azevedo e alluaro luis procurador da cjdade e muitas pesoas nobres da governamça da tera muita jemte do pouo asj omens como molheres pera se aver de ffazer o officyo da primeira pedra no hedeffiçio de se nova que hora Sua Alteza mamda ffazer / os goais sayrão da dita se em piçysão camtamdo has oras costumadas pera o tall

¹⁴³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro VI, p. 12.

¹⁴⁴ “Carta de Doação das Cazas em que hoje rezidem os Bispos. Registada no livro segundo da feitoria de Angra a fl. 375”, Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p. 202.

caso Jndo com a dita pisição aos haliçeres abertos donde com o camtar e officjo ordenado ffoy asemtado a primeira pedra pello dyão baletezar goncaluez e lluis goncaluez mestre da dita obra [...] a qual pedra podia ter tres pallmos de gramdura per todas as escoadras com hua cruz de cristo escullpida na dita pedra / e ffeito o dito offyçio se Recolherão a dita se donde se selebrou mjsão de ffesta e pregação ffeyta por pero gomez da companhia de Jesu e esta lembrança esprivj aqui”.¹⁴⁵

É mais que provável que a obra da catedral se tenha iniciado pela cabeceira, como tradicionalmente acontecia na construção de templos, assim sendo, a igreja primitiva teria de localizar-se perpendicularmente ao atual templo, como se viu, e em posição não sobreposta ao altar-mor.



A Sé “nova”, ainda em obras, num excerto da vista de Linschoten.

Tem sido realçado¹⁴⁶ que no desenho de Linschoten foi fixado uma saliência no lado nascente da Sé nova que representaria a capela-mor da velha igreja de São Salvador, porventura coincidente ainda com uma cripta deixada a descoberto pelas obras pós terramoto de 1980. Porém é preciso tomar em consideração que a 7 de Setembro de 1587¹⁴⁷ o bispo D. Manuel de Gouveia concedeu licença para que na

¹⁴⁵ “dia da prjemira pedra e comeso da sse noua que ainda não he acabada a tanto tempo”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 138-139.

¹⁴⁶ Mateus Eduardo da Rocha LARANJEIRA, *São Salvador de Angra: uma Catedral Sebástica...*

¹⁴⁷ Pedro MERELIM, *As 18 paróquias de Angra. Sumário histórico*, Angra do Heroísmo, Câmara

capela de Nossa Senhora do Rosário se levantasse altar e rezasse missa. Isto depois de a 1 de Maio do ano anterior, ter concedido autorização à confraria do Rosário para construir a capela “*de maneira e grandura que podessem nela haver sepulturas para defuntos irmãos, e enterrar pessoas*”,¹⁴⁸ o que quer dizer que a proeminência representada no desenho de Linschoten, por sua vez de data posterior a 1586, bem como a referida cripta, tanto podem ser a velha capela-mor como a nova capela de Nossa Senhora do Rosário.



1 - Capela de Nossa Senhora do Rosário

esc. 1:2000

Hipótese de inserção da desaparecida Igreja de São Salvador. A dimensão e contorno do volume proposto foram desenhados a partir da matriz da Praia.

Negando ainda a possibilidade da capela do Rosário corresponder à velha capela-mor, surge outra hipótese para a sua localização determinada pela análise morfológica da envolvente urbana. Com efeito, na cartografia atual observa-se

Municipal de Angra do Heroísmo, 1974.

¹⁴⁸ “Autto que se fez sobre adeterminação emodo da Capella, Sanchrestia, eSepulturas”, Pedro MERELIM, *As 18 paróquias de Angra...* p. 502.

uma deformação concava no alçado poente do quarteirão norte da Rua do Salinas, deformação provavelmente provocada pela capela-mor ali posicionada. Esta hipótese é aliás corroborada pela quinhentista que chama à atual Rua do Barcelos, “*rua que vai pera a porta da igreja nova*”, rua que fica a eixo (nascente-poente) precisamente com a concavidade descrita.

Em resumo, pelos documentos e pela análise morfológica, pode com segurança aferir-se que a igreja de São Salvador se posicionou da forma “canónica”, com a cabeceira orientada a nascente. De resto, um modelo que se julga ter sido seguido por todas as igrejas matriz açorianas até à construção da Sé que, como se verá, prefere um enquadramento urbanístico distinto, espelhando a elevação de Angra a cidade e sede episcopal.

Mais se conclui que em 1501, a igreja de São Salvador era uma construção ainda muito recente, não obstante a discordância de alguns autores locais, que supõem que a utilização do designativo “nova”, neste contexto, surja por oposição a uma igreja prévia, portanto “velha”, então substituída. Não é de crer que assim tenha acontecido, quer pela precocidade de todo o processo num contexto que já se explicou ser ainda experimental, quer ainda pela lógica fundacional urbanística que reconhecidamente estruturou a malha angrense. De resto, no cumprimento de um paradigma urbano que, como antes se viu, tem a igreja matriz como um dos elementos essenciais do seu programa. Em Angra observa-se que esse desígnio urbano é claro, não só pela implantação excêntrica da igreja, mas também pela estruturação da malha de quarteirões – o casario.

3.4. Arruamentos e caminhos¹⁴⁹

Após a demarcação da malha fundacional original no território contígua à igreja, também nova, de São Salvador, o crescimento urbano foi acelerado. Observe-se a descrição que faz Maldonado, evidenciando precisamente a rapidez do processo de ocupação da ilha até 1500, podendo extrapolar-se a interpretação

¹⁴⁹ Consulte-se o desenho de análise *Angra 3*, com a toponímia.

para o caso particular de Angra, desde logo por ser cabeça do território. “Comessou a primeira idade do mundo em seu principio, por aquella que chamarão a do Ouro; Assim parece comessou a Ilha Terseira nos principios da sua pouação em breves anos tão cressida, não só no número das gentes que a habitauão, mas já nas riquezas que pessuião, e frutos que colhião das herdades das suas abundantíssimas culturas; e tanto assim que bastarão os sincoenta annos do século passado de mil coatrocentos pêra se pôr em todo o seu auge com as parochias, villas, e lugares que nela hoje em dia se achão.”¹⁵⁰

Contudo, se não é fácil repor a evolução veloz da mancha urbana angrense, uma aproximação ao tema do não edificado (arruamentos, praças, rossios) revela-se todavia mais difícil, surgindo como única via possível aliar a análise morfológica ao estudo das funcionalidades que preenchiam esses espaços vazios. Para tal contribui com particular fertilidade a informação toponímica¹⁵¹ cotejada nesta investigação, desde logo a toponímia exposta na documentação do *Tombo de Pero Anes do Canto* que se tem vindo a citar, mas também a toponomástica divulgada pelas crónicas históricas, um conjunto suficientemente denso para justificar já a abertura de um ponto dedicado em exclusivo a essa matéria.¹⁵²

No que toca ao núcleo fundacional programático, em particular no que concerne ao seu elemento de maior complexidade, o casario, pode afirmar-se de modo um pouco imediato que os seus arruamentos resultaram mais do espaço restante do processo de demarcação dos quarteirões do que de qualquer outra razão de cariz mais abstrato e menos pragmático.

Com efeito, verifica-se que por norma nos processos fundacionais parece ser mais a orientação preferencial dos lotes no sentido nascente / poente,¹⁵³ garantido melhores condições de salubridade às habitações inscritas nos lotes estreitos e

¹⁵⁰ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p. 153.

¹⁵¹ Sobre as potencialidades da análise toponímica veja-se: Amélia ANDRADE, “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 83-96 e ainda A. H. Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES, Amélia ANDRADE, *Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

¹⁵² Veja-se a planta toponímica no volume das *peças desenhadas*. Desenho nº 3.

¹⁵³ Uma síntese sobre estes processos elementares pode ser acompanhada em: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* pp. 149-177, no ponto dedicado aos *arruamentos*.

compridos, do que enquadramentos paisagísticos ou urbanos cuidados, a ditar a formulação urbanística da malha.

Existirão, naturalmente, alternativas que podem resultar de alguma imposição por prévia estruturação viária do espaço, através da integração e transformação de um caminho em rua, de resto, um processo habitual na estruturação de povoações novas, aliás o mais elementar de todos.

Outra condicionante possível e que se deve considerar no processo de análise prende-se com a valorização da topografia do lugar eleito, sendo que nos casos de orografia mais complexa deve o plano garantir não apenas o escoamento fácil das águas, como também níveis de conforto de utilização para a construção e vivência dos lotes, situação não compatível com arruamentos demasiado íngremes.

Nesse sentido o plano fundacional de Angra integrou inteiramente o conjunto de princípios basilares, procurando a orientação ideal para os lotes (nascente – poente) e obrigando os novos arruamentos a enquadrarem-se na fórmula, o que, face ao terreno escolhido, permite a estruturação de um sistema que articula ruas de nível que se desenvolvem no sentido norte – sul, acompanhando suavemente as curvas de nível, com as travessas, as vias hierarquicamente inferiores, a cruzarem as primeiras, vencendo o desnível do terreno e facilitando o escoamento das águas.

No caso em estudo, a ter existido protagonismo de um caminho, terá sido o determinado pela linha de água (ainda existente na cartografia atual) que desce do Chafariz Velho, ao cimo da Rua da Miragaia e que terá servido de caminho de penetração no interior. Alinhamento que terá sido decalcado pela Rua da Palha na parte mais baixa, umas das vias estruturantes do núcleo original na hipótese aqui defendida. Esta direção é particularmente notória na vista da cidade, de Linschoten.

Cabe ainda aqui referir a probabilidade da atual Rua da Rosa, arruamento elementar do núcleo fundacional (conjuntamente com a Rua da Palha, também central mas no sentido perpendicular, e a Rua de São João a do Salinas, a da Rocha e da Sé conformadoras da área nas extremas), ser coincidente com uma via

pré existente naquele território. A rua aparece designada por “*Rua que vai pêra as Dadas*” no documento de doação emanado por D. João III,¹⁵⁴ atribuindo ao bispo de Angra as casas limitadas a norte por esta rua e no “*levante com a carreira dos Cavalos*”, doação atrás referida.



Vista sul –norte da Rua da Palha no seu prolongamento pela Rua da Miragaia.

Este eixo nascente/poente é eventualmente coincidente com a primitiva via paralela à costa que usualmente ordena o território ilhéu¹⁵⁵ e da qual a Rua da Sé, mais interior, terá herdado a funcionalidade. Note-se ainda na sua toponímia antiga, rua que vai para as dadas, ficando-lhe atribuída uma funcionalidade intimamente ligada com o processo de expansão e ocupação da terra, executado como se sabe pelo sistema de dadas ou sesmarias.¹⁵⁶

¹⁵⁴ “Carta de Doação de Cazas em que rezidem os Bispos. Registada no livro Segundo da Feitoria dAngra a fol. 375”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 202.

¹⁵⁵ Este tema do caminho estruturante paralelo à costa fica particularmente claro no estudo dedicado a Ponta Delgada, mais adiante nesta tese. Vale a pena aqui referir que na Terceira este trajeto é particularmente fácil de identificar dada a orografia do seu contorno circular, sendo localmente conhecida por “volta do capote”, no que respeita à parte urbana desde circuito volta-se ao tema um pouco à frente neste capítulo.

¹⁵⁶ Para épocas mais avançadas, mas ainda da era quinhentista, conhecem-se outras formas

Quanto ao topónimo Carreira dos Cavalos, o eixo perpendicular à Rua da Rosa, ou simplesmente “*rua dos cavalos*” como também aparece grafado no documento de 1544, merece a pena lembrar que se trata de uma denominação de artéria corrente nas cidades portuguesas associada à função atribuída a esses espaços, que é, obviamente, correr cavalos. Esta estrutura situava-se habitualmente nas zonas limítrofes do espaço urbano, desde logo por exigir alguma dimensão e espaço livre. A toponímia para que evoluiu este espaço, de Rua do Adro, para Rua Acima da Igreja e finalmente para Carreira dos Cavalos pode, pois, servir como mais um elemento de validação da proposta que assume a área da primitiva igreja de São Salvador como o limite da área fundacional original. Primeiro validado pela própria igreja como elemento inicial e isolado do plano e depois como corredoura.¹⁵⁷

Há contudo que referir que pelos mesmo anos, 1542 para ser mais precisa, concedia o papa Paulo III bula autorizando a fundação do Convento de São Gonçalo, mosteiro situado no limite poente da retícula, ao cimo, do lado direito da Rua da Rosa. Prova contundente de que a malha urbana se estendia já naquela direção, não obstante, seja também aceite pela historiografia que o convento não se terá efetivamente construído antes de 1552.¹⁵⁸

A propósito desta rua / equipamento urbano, a Carreira dos Cavalos, é ainda de referir a informação veiculada por António Cordeiro na *História Insulana* onde o padre dá a indicação que a Rua de Baixo de São Pedro servia, na segunda metade se Seiscentos, as funções de corredoura, não especificando contudo se as duas terão coexistido, ou se a corredoura em São Pedro apenas operou posteriormente quando a zona de São Salvador ganhou uma dimensão central desde logo como sede episcopal, especialmente evidente após a construção da Sé

toponímicas para nomear esta rua, formas ainda anteriores ao nome Rua da Rosa, designadamente como Rua do Vanegas para o troço entre a Rua de São João e Rua do Salinas (a parte coincidente com o conjunto fundacional base) e Rua do João da Silva Canto entre a Carreira dos Cavalos e São Gonçalo, dando proeminência à figura do morgado detentor de propriedades na área. Veja-se: Henrique BRAZ, “Ruas da Cidade”, *Ruas da Cidade (notas para a toponímia da cidade de Angra, da ilha Terceira) e outros escritos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985, pp. 345-360.

¹⁵⁷ Vejam-se as plantas nº 3 e nº4 da coleção de Angra no VII, respetivamente toponímica e assinalando a cronologia e localização dos edifícios mais destacados.

¹⁵⁸ Sobre o processo de fundação do Convento de São Gonçalo consulte-se: Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrense...*, vol. III, pp.178-188.

a partir de 1570, mas de que a doação de casas ao bispo, em 1544, é também já ela elucidativa.

Importa aqui relembrar a “história” do bairro de São Pedro, exposta um pouco acima neste texto. Consta-se aí, e comprova-se pela descrição de António Cordeiro, que este núcleo se estruturou à margem de um caminho que lhe era prévio, a Rua de São Pedro como lhe chama já este autor. Mas esta rua aparece em documentação anterior com outras designações: em documentos de 1559¹⁵⁹ surge como *Rua Direita da Porta de Santa Catarina*; em 1570,¹⁶⁰ nos documentos já citados relacionados com a construção do bairro, aparece como *caminho que vaj pêra Santa Catherina*, e Maldonado na transição do século XVII para o XVIII, em época aproximadamente coincidente com Cordeiro, apelida-a de *Rua de Cima de Santa Catarina*, enquanto que à Rua de Baixo de São Pedro, rua que serviria de carreira dos cavalos, chama *rua de De trás que vaj ter ao Fanal*.



O Alto das Covas num excerto da imagem de Linschoten.

Conta o padre Cordeiro que no Alto das Covas “*começa hum bayrro da Cidade, chamado São Pedro, que dá o nome à rua, donde logo ao principio fahe um viçtoso, & bem comprido caminho para o Castelo grande, & sem mais cafa*

¹⁵⁹ Documentos citados por Rute Gregório, onde se dá conta da existência nesta rua de casas de três sobrados. Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, p. 237.

¹⁶⁰ “Resposta de Bras Pires do Canto”, Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. III, p.184.

alguma, que da parte do Oriente a cerca, & Convento de São Gonçalo, & parte do poente campina de hortas, & fearas até a bahia do Fanal, vista muy recreativa, & alegre: mas a rua de São Pedro continûa direyta ao Poente, até a porta da Cidade, que se diz de Santa Catharina, distancia de tiro de um grande mofquete, ou efmerilhão; porém da parte das hortas também não tem cafaria, mas da parte do Norte a tem continuada, & boa, & com algumas Quintas para o Norte, que quanto para o Sul, no meyo desta rua fahe hum caminho plano, & largo, & boas carreyras de cavallo até a bahia do Fanal, donde fahem algumas ruas com cafas terreyras, mas de telha, & as mais de pescadores.”¹⁶¹ Deixando claro a separação por um vasto espaço *non edificandi* e de carácter marcadamente agrícola de divisão entre o novo bairro de São Pedro e a reticula programada, cujo limite rigoroso é a rua que vai por trás de São Gonçalo. Diga-se que esta estrema do plano urbano fundacional é ainda perfeitamente legível no território, e ainda, que até meados do século XX se manteve o quadro paisagístico descrito pelo jesuíta, denunciando a intencionalidade clara do plano urbano em definir áreas dedicadas à construção mas também de reserva agrícola, em espaço situado dos “muros para dentro”.



O Portão de São Pedro num excerto da imagem de Linschoten.



O Portão de São Bento num excerto da imagem de Linschoten.

¹⁶¹ António CORDEYRO, *História Insulana...* p. 270.

Entretanto, a ligar todos estes setores urbanos, delineou-se progressivamente uma via que integrou várias ruas, começando no limite nascente, passando as Portas de São Bento, seguia-se pela Rua da Guarita, Rua do Galo, Rua da Sé, Alto das Covas, e finalmente a Rua de São Pedro e respetivas portas. Portas que demarcam um circuito urbano, mais delimitativo do que defensivo e que definem o circuito urbano do anel viário que circunda a ilha paralelamente ao mar.

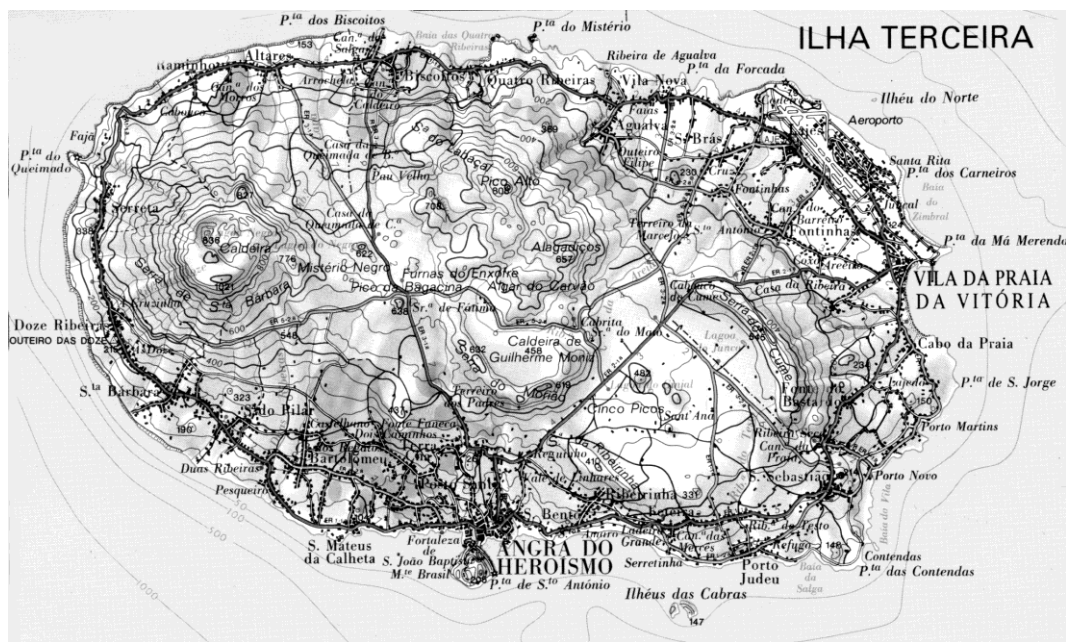
O nó de ligação entre a Rua da Sé e a Rua de São Pedro é articulado pelo Alto das Covas, um largo que absorveu o nome da principal função que lhe estava atribuída, o armazenamento e conservação de cereais e que a partir de 1594 se requalificou com a fundação do Convento da Graça no alçado Norte onde no desenho de Linschoten se mostra um chafariz que depois dessa data passou a integrar a parede do mosteiro.

Vale a pena refletir um pouco mais sobre a questão da hierarquização viária, partindo da análise possível à documentação disponível, mas recorrendo também á análise da morfologia.

Tome-se como exemplo a característica “rua direita” ou “direta” das cidades portuguesas que, como é sabido, assumiu um papel estruturador em muitas malhas urbanas, estando normalmente associada ao crescimento linear ao longo de um caminho que progressivamente transforma um troço determinado da sua extensão em rua urbana. Este sistema representa a fórmula elementar e mais simples para estruturar o espaço em espaço urbano. Veja-se como foi precisamente este o suporte estrutural da morfologia da parte mais antiga do povoado, no caminho que une o porto ao castelo, acompanhando a Ribeira dos Moinhos, pela Rua do Santo Espírito, Rua da Garoupinha e Rua do Pisão, ainda hoje facilmente detetável no cadastro.

No caso do núcleo fundacional de Angra onde a estratégia se estruturou desde início a partir de um núcleo de casario com igreja contígua mas não inclusa e aparentemente sem a preponderância de uma ou outra artéria, sendo que a existir esta terá da Rua da Palha e da sua continuação, como se disse anteriormente.

Orlando Ribeiro a propósito da estruturação pela Rua Direita deixou escrito que: “ a Rua Direita, às vezes tortuosa põe em comunicação “directa” os dois órgãos vitais da cidade. A Rua Direita é não apenas o eixo principal de trânsito, mas o próprio coração da vida urbana: as lojas, as festas públicas, a animação e o convívio têm aí a sua sede. Traço tão forte da estrutura urbana que rara é a cidade do ultramar ou do Brasil que não a possua também”¹⁶² Esta verdade sensorialmente intuída para qualquer cidade portuguesa, não tem como dogma elementar que na origem da urbe tenha inevitavelmente de estar a tal “rua directa”. De resto, é também verdade que o desenvolvimento desencadeado posteriormente à fundação pode até levar a que várias “ruas direitas” surjam, evidenciando a dinamização em simultâneo de vários polos, ou, a queda e ascensão de outros.



Mapa da ilha Terceira (José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*, p. 90)

Ainda assim, é notório que tanto a malha fundacional, como os núcleos periféricos, se posicionaram de forma adjacente às possíveis “ruas direitas”, ou “directas”. De facto observa-se que, tanto a Rua de São Pedro (antes Rua Direita de Santa Catarina) como a própria Rua da Sé, ambas integradas no caminho

¹⁶² Orlando RIBEIRO, “Cidade”, *Dicionário de História de Portugal* (direcção de Joel Serrão), Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. I A/D, pp. 574-580.

ordenador do território da ilha, coincidente com o anel viário que a contorna, são elementos absolutamente adjacentes às estruturas urbanas que unem como importante trajeto suburbano ou periférico, comportando-se como um eixo estruturante a nível territorial mas de facto não ao nível urbano. Veja-se, aliás, como só tardiamente a Rua da Sé assume funções de centralidade na malha da cidade, de resto, até a Sé ser efetivamente construída este seria um trajeto essencialmente tangencial à urbe que entre ele próprio e o mar se desenvolveu, ou seja o núcleo fundacional que acima se descreveu.

A própria nomenclatura o evidência, dado, como é óbvio, o designativo deriva diretamente da construção da catedral cuja primeira pedra se lançou apenas em 1570 e cuja construção se terá prolongado até 1618, sendo que a primitiva igreja de São Salvador, que serviu de Sé, se posicionava não só lateralmente a este caminho como a alguma distância.¹⁶³ Até aí este troço de caminho designar-se-ia, segundo apura a história local, como “da praça às covas”.¹⁶⁴



Fotografia antiga da Rua da Sé, vista a partir da Praça Velha

3.5. Da Rua Direita à Praça: “o emergir da centralidade” em Angra¹⁶⁵

A Rua Direita de Angra apresenta-se nesta tese como um elemento excecional da malha, desde logo pela sua expressão morfológica distinta do

¹⁶³ Vejam-se mais à frente neste capítulo as rubricas dedicadas à Igreja de São Salvador e à Sé.

¹⁶⁴ Frederico LOPES, *Da praça às covas. Memórias de uma velha rua*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1971, pp. 378.

¹⁶⁵ Veja-se o desenho de análise *Angra* 8.3.

conjunto, mas também pela sua especificidade programática. Com efeito, encontra-se mais facilmente justificação para esta rua, tanto para a sua morfologia como para a sua funcionalidade, se a entendermos como uma componente particular, um equipamento urbano com desígnio próprio mas vital para a cidade cosmopolita em que Angra se tornou ao longo do século XVI.

O entendimento deste espaço apenas como mais uma rua da estrutura reticulada, mesmo admitindo que esta se trate da primeira rua do plano urbano estruturado (ideia que aqui não se defende), empobrece necessariamente a sua caracterização que é afinal de uma riqueza e complexidade importantíssimas não só para se compreender a evolução morfológica de Angra mas também de grande relevância para uma leitura mais abrangente sobre a cidade portuguesa de fundação em contexto de Expansão. Será, pois, acertado encarar a rua principal de Angra como um projeto especial e estudá-la nessa perspetiva exclusiva, de espaço público programado e cuja morfologia se distingue por decorrer precisamente de um processo dirigido.

A rua direita como rua principal

No contexto da historiografia do urbanismo português alguns preconceitos têm surgido relativamente ao papel da rua e em particular da rua direita¹⁶⁶ como (único) elemento estruturador do espaço, levando a interpretações, não só equívocas, como acima de tudo inconsequentes ao nível das conclusões, uma vez que predeterminam a perceção que se faz do objeto antes mesmo de o conhecer.

É em boa parte por isso que parece útil a esta tese a apropriação do termo *rua principal* para ajudar a definir e em especial distinguir a Rua Direita de Angra, libertando-a do prejuízo que tem carregado como suposta primeira rua da retícula, de modo a permitir uma leitura do seu espaço tão focada quanto possível no essencial, a sua morfologia e funcionalidade urbana. Ou seja, salientar o facto desta rua se ter construído conscientemente com a função de espaço público principal da cidade.

¹⁶⁶ Questão para a qual Walter Rossa já alertou em: Walter ROSSA, *Diversidade. Urbanografia do espaço urbano de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências de Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2001, (policopiado), p. 386, ver também nota 438.

De que esta é hoje uma rua principal da cidade não restam dúvidas, dúvidas que de resto não terão existido nunca, a julgar pelos documentos e crônicas mais antigas. Relembre-se a documentação já citada referente ao processo de uma dada de sesmaria a Maria Abarca no ano de 1504 “*nesta villa d’angra, no cimo da rrua principal*”,¹⁶⁷ documento que além de atestar a preeminência do espaço permite ainda datar a sua construção, inscrevendo-a muito possivelmente na transição do século XV para o século XVI.

Mas há também que atentar às palavras de Gaspar Frutuoso que na última vintena de Quinhentos, precisamente para descrever um dos equipamentos que qualifica e integra esta rua, a Misericórdia, diz assim: “*Saindo ao mar à rua Direita, principal, está uma formosa casa da Misericórdia de três naves e três portas, com seu hospital anexo e sua renda.*”¹⁶⁸

Não é, realmente, possível ignorar que podiam existir outras ruas direitas (como comprova a documentação já citada dando conta da Rua Direita que vai para Santa Catarina em Angra), mas apenas uma seria a principal, ao menos numa cidade com a dimensão de Angra. De resto, não será descabido lembrar aqui que as ruas principais das cidades podiam designar-se por outros nomes que não rua direita, nomeadamente rua dos mercadores (como em Ponta Delgada, para cingir o quadro comparativo aos Açores), das tendas, ou das fangas, são todas terminologias que aparecem com frequência. Em todo o caso registre-se a consistência a nível funcional destas nomenclaturas, incluindo sempre a principal função de dinâmica urbana como mote, isto é, o comércio. Mas nem todas estas ruas principais, ao contrário da de Angra, foram projetadas como tal, esta foi uma função que lhes adveio da localização no trajeto que seguiam e não da intenção dirigida de um qualquer poder, e essa diferença tem uma tradução material que se regista na ordem e cuidado impostos à sua construção.¹⁶⁹

¹⁶⁷ “confyrmaçom” documento nº 16, “O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)”, *Separata do Boletim do Instituto...* pp. 78-79.

¹⁶⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da terra...* Livro VI, p. 80.

¹⁶⁹ Esclarecendo esta questão, sem contudo fugir ao equívoco gerado pelo topónimo *rua direita*, leia-se a síntese de Ângela Beirante sobre a questão: “*Em grande número de cidades portuguesas as ruas principais e mais directas distinguem-se como “ruas directas”. O nome “rua nova” ou “rua formosa” que vemos aplicado às ruas principais de cidades como Lisboa, porto e Tavira; ou de “rua ancha” que se encontra em Évora, ruas que primam pela regularidade e grandeza, são o*

Ainda a dar conta do carácter especial atribuído à Rua Direita angrense, atente-se às palavras de Linschoten que adianta, segundo todas as probabilidades acerca desta rua, que: “*Um estrangeiro não pode dar a volta à ilha nem passear a cavalo, e ainda há pouco era designado um arruamento aos mercadores estrangeiros para venderem as suas mercadorias sem daí saírem. Agora mesmo não é livre andar ao longo da costa. Não obstante, tivemos ocasião, por graça do Governador, de fazer isso, sendo reputados por portugueses por estarmos ao serviço do rei.*”¹⁷⁰



Excerto da vista de Linschoten com a “rua principal” de Angra.

Como se não bastassem estas evidências, note-se ainda a forma como Linschoten representa a dita rua, exagerando muito a sua largura de modo a qualificá-la também pelo desenho como a mais importante artéria de Angra. Com efeito, e apesar da Rua Direita equivaler na largura à Rua de São João e até à Rua

resultado de intervenções urbanísticas inovadoras.” Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços de Sociabilidade nas Cidades Medievais Portuguesas”, *O Ar da Cidade: Ensaio de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p.57.

¹⁷⁰ Não obstante se conheça a edição de 1997 optou-se, por facilidade de acesso, por utilizar esta tradução, LINSCHOTEN, Jean Hyugen van, “História da Navegação do Holandês João Hugo de Linschoot às Índias Orientais (Fragmentos vertidos para o português por José Agostinho, da edição francesa que saiu a lume em 1619 do prelo de Cloppenburch, em Amsterdam)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1943, nº 1, 1943, pp. 145-168.

da Sé, aqui destaca-se pela configuração que toma surgindo como uma “rua praça”, mas também pelas funções que integra e que também vêm representadas na carta. São elas a praça/mercado com o chafariz, a Câmara, o Pelourinho, no topo Norte da rua; no extremo Sul junto ao mar a Alfândega (1487) e a igreja Misericórdia (1508) com o acesso em passadiço ao hospital (1492) localizado na velha Rua de Santo Espírito.

Sobre esta última rua, a Rua do Santo Espírito, recuando um pouco na cronologia, vale a pena realçar que primitivamente, antes do hipotético projeto da rua principal e enquanto se dava andamento ao conjunto fundacional, esta terá assumido a função de uma “rua direita”, revelando-se seguramente como um importante, talvez a mais destacada artéria da vila, unindo diretamente o porto ao castelo, utilidade que de resto manteve já que nessa função nunca foi substituída. Além disso era esta rua que até à abertura da Rua Direita articulava o acesso à denominada casa do capitão, à qual se acederia num percurso hoje desaparecido mas ainda bem visível na carta de Linschoten, saindo da Rua de Santo Espírito, passando por trás da velha câmara e seguindo por uma via entretanto encerrada, a denominada Travessa da Saúde. Verifica-se, portanto, que a Rua Principal e Angra se abre num ato dirigido em continuidade com o núcleo fundacional nascido a poente e em grande medida substituindo o sistema urbano prévio estruturado pela velha Rua de Santo Espírito, que seguindo uma lógica puramente orgânica acompanhava o circuito da ribeira. Atestando a relevância da Rua de Santo Espírito, em anos anteriores a 1500, veja-se como em 1492 se funda aí o hospital de Santo Espírito do qual veio a tomar o nome.

Em Angra observa-se que um verdadeiro complexo cívico, financeiro, comercial e residencial, veio a crescer na área inscrita entre a ribeira dos moinhos e o casario programado pelo plano fundacional onde se criou um espaço residual, um rossio, no qual progressivamente, mas em ritmo acelerado, se começaram a implantar edifícios e equipamentos de apoio à organização administrativa e social da vila em construção.

De que esta área alargada seria efetivamente um rossio atesta a toponímia antiga das artérias localizadas nas imediações, em particular na área a nascente da

atual Praça Velha, acima da Câmara, onde se localizava a Rua dos Oleiros¹⁷¹ ou da Olaria¹⁷² mas também o Monturo¹⁷³, junto da Ribeira dos Moinhos, de cujo encanamento se deu já conta neste capítulo. Estes são, de facto, topónimos vulgarmente associados às zonas limítrofes dos povoados afastados das áreas residenciais, habitualmente para aí empurrados pelos inconvenientes ambientais que acarretavam¹⁷⁴. Estas vias coincidem hoje respetivamente com a Rua da Garoupinha e com parte do beco que dela se dirige para a traseira da atual Câmara, zona entretanto bastante alterada pela sequência de obras do edifício municipal e reconfiguração da praça de que mais adiante se dará conta.



Vista sul-norte da Rua de São João.

¹⁷¹ Ainda em 1641 esta rua era assim denominada num instrumento de venda lavrado numa morada “na rua dos Oleiros que vay da Rua do gallo pêra sam Francisco”, como mostra Henrique BRAZ, “Ruas da Cidade”, *Ruas da Cidade...* p. 255.

¹⁷² Como aparece denominada numa escritura de compra de umas “casas de telha, sobradas, que constavam de sala, camera e logea com seu quintal, citas na rua da Olaria”: Henrique BRAZ, “Ruas da Cidade”, *Ruas da Cidade...* p. 255.

¹⁷³ Henrique BRAZ, “Ruas da Cidade”, *Ruas da Cidade...*, pp. 259-260.

¹⁷⁴ Como explica Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais”, *O Ar da Cidade...*, p. 181.

É difícil avaliar sobre o propósito deste vazio para as épocas mais recuadas da história angrése, antes mesmo de se saber do enorme potencial da cidade como base estratégica de apoio às rotas comerciais que a partir de 1500 se estabeleceram, e em particular antes de se prever a ascensão do porto da cidade como escala de apoio à Carreira da Índia. Segundo tudo leva a crer, este vazio terá resultado exclusivamente da estratégia fundacional tradicional que preferiu afastar-se do leito de cheia da ribeira ainda por encanar, instalando-se a meia encosta, como acima se deu conta.



A inserção da Rua Direita na malha dos 11 metros. Desenho elaborado a partir de excerto da planta *Angra 9.8* do vol. II desta tese.

Parece pois provável que a conformação tomada pela Rua Direita de Angra, pelas particularidades que a caracterizam, nomeadamente a sua dimensão e programa, seja uma consequência direta da importância entretanto adquirida, mas ainda desconhecida quando o processo fundacional teve início.

A extraordinária largura desta via (12 varas de medir pano, ou seja, 11 metros), aliada aos alçados quase contínuos das suas frentes que se prolongam além dos 250 metros, apenas interrompidos por estreitas travessas de cerca de 3

metros, confere características únicas a este espaço, apenas justificáveis pela dimensão funcional que albergava. O que, desde logo, põe em causa a tese defendida pela generalidade dos autores de que esta seria a primeira rua da retícula. Mais do que um arruamento ligando de modo “direto” a principal porta da cidade, a porta do mar, ao centro cívico, o espaço onde estavam o pelourinho, a câmara e a praça/mercado, esta rua vale como um equipamento urbano programado.

Observe-se, na planta de Linschoten, como a própria praça se inclui integralmente no espaço da rua. A praça/mercado de Angra é em boa verdade um troço da enorme praça que é a Rua Direita, pois pelourinho, chafariz e edifício camarário, embora no seu conjunto conformem as funções de praça, morfologicamente estão totalmente inseridas no espaço alinhado que é a Rua Direita, que na sua dimensão global se comporta mais como uma unidade onde funcionam todos esses equipamentos.



Fotografia antiga da Rua Direita.
Sentido norte-sul, a partir do largo do Colégio



Fotografia antiga da Rua Direita.
Sentido norte-sul, a partir do cruzamento com a
Rua d Sé

Mas, este rossio que se havia criado entre a primeira área de povoamento, na margem esquerda da ribeira e o núcleo fundacional programado tem uma extensão bem maior do que aquela ocupada pela Rua Direita, e por todos os equipamentos que a ocupam. Com efeito, paralela a esta, entre o casario do núcleo de fundação e

os quarteirões do lado poente da Rua Direita, outra rua com dimensões semelhantes à principal desenhou-se com o mesmo rigor e retidão de desenho, desta feita uma rua que desembocava no lado do mar na denominada Porta da Prainha, lugar dos estaleiros navais da cidade.

Por tudo isto pode afirmar-se que, na verdade, se está perante a construção de um sistema urbanístico articulado que constrói uma centralidade material mas também simbólica para Angra. Uma cidade em franca expansão urbana mas que é também símbolo da Expansão marítima portuguesa.

Se não restam dúvidas sobre a importância e exclusividade da Rua Direita no contexto angrense, desde logo como *rua principal*, falta agora estabelecer-se um quadro comparativo com os projetos deste tipo já identificados no contexto do urbanismo português, no sentido de averiguar sobre a relevância da rua como espaço público projetado. Projetos que pela raridade podem ser aqui elencados.

Tipologicamente a rua principal de Angra pode ser enquadrada no contexto das “ruas novas”, ruas programadas e construídas para cumprirem precisamente a função de *rua principal*. A parcimónia com que se recorreu à sua execução no universo urbanístico português, reservando-a apenas para algumas, na realidade muito poucas cidades, não apenas renova a convicção formada sobre a sua excecionalidade como ainda autoriza a classificar o projeto angrense como um projeto de primeira linha enquanto estratégia urbanística no âmbito da construção do mundo atlântico português.

Não é, de facto, corrente encontrar-se na documentação medieval o conceito *rua principal*, conceito que em Angra se vê plenamente confirmado, mas indícios revelam a sua persistência,¹⁷⁵ se não em documentação direta (como no caso de Angra), em crónicas e por dados comprovados pela historiografia. Note-se a título de exemplo como D. Afonso V se referia à Rua Nova de Lisboa como a “(...) *milhor e mais prinçipall da dicta cidade (...)*”.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Não obstante a distância cronológica note-se como o urbanismo romano incluída na sua toponímia o termo *via principalis*. Veja-se por exemplo plano de Políbio.

¹⁷⁶ Luísa TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da*



A Rua Nova de Lisboa, sobreposição aos quarteirões atuais. (Planta nº1 Zona Ribeirinha da baixa. Cadastro das propriedades anteriores ao terramoto. Cláudio MONTEIRO)

Segundo se apura a partir da bibliografia especializada no tema, “*a partir do século XIV, mas em alguns casos já desde a centúria anterior, foi acontecendo, nas principais cidades, a abertura de uma rua mais cuidada, com evidentes preocupações urbanísticas presidindo ao seu traçado e destinada, sobretudo, à actividade comercial e aos serviços mais qualificados*”.¹⁷⁷ Estas novas artérias distinguiam-se por serem vias mais largas e extensas que as restantes, primando pela regularidade do traçado, um resultado apenas possível se enquadrado por uma operação urbanística dirigida.

Para Iria Gonçalves, com a abertura destas ruas o que está em causa é a construção de uma representação de cidade, uma verdadeira “*campanha promocional*” levada a cabo apenas nos mais importantes núcleos e em particular “*naquelas que muito tinham a ganhar ou a perder com a imagem que delas se exportasse para o exterior*.”¹⁷⁸ Mas estes são também processos que em grande medida decorrem da necessidade de encontrar espaços vazios capazes de acolher as novas funções urbanas, funções com significado na sociedade dos finais da

época Moderna, Coimbra, Câmara Municipal, 2002, p. 45.

¹⁷⁷ Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, *Um olhar sobre a cidade medieval...* p. 121.

¹⁷⁸ Sobre a Rua nova de Lisboa consulte-se: Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, *Um olhar sobre a cidade medieval ...* p. 122.

Idade Média e princípios da Época Moderna e que exigiam uma arquitetura mas também um urbanismo próprio.¹⁷⁹

É nesse sentido da formação do “emergir da centralidade”¹⁸⁰ nos espaços urbanos que crescem em dimensão e urbanidade, que melhor se podem entender os projetos urbanísticos que agora se apresentam para comparação com o caso de Angra.



Rua Nova do Porto, atual Rua Infante D. Henrique. (Walter ROSSA, “Recenseando as invariáveis ...”, *A urbe e o traço ...*, p. 444)

Os exemplos mais antigos deste tipo de operação urbanística, são os casos das “ruas novas” de Lisboa e do Porto. Ambos projetos de iniciativa real são talvez por isso, também os casos melhor documentados e estudados.¹⁸¹

¹⁷⁹ Vejam-se os capítulos dedicados ao *emergir da centralidade* e à *casas de câmara* em, Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* respetivamente pp. 687-741 e 743-802.

¹⁸⁰ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* do título do capítulo a “o emergir da centralidade” pp. 687-741. Walter ROSSA, “A cidade portuguesa”, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, o conceito “nova centralidade” aparece tratado entre as páginas 241 e 256.

¹⁸¹ Para o caso da Rua Nova de Lisboa veja-se o estudo de Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval ... pp. 117-137. Da mesma autora e como bibliografia de suporte consulte-se também: “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média” ... pp. 61-75 e “Posturas Municipais e

A Rua Nova de Lisboa foi projetada nos finais do século XIII e deve a sua abertura a D. Dinis. Desaparecida com o terramoto de 1755, foi durante a Idade Média “o coração de Lisboa”, mas manteve a pujança de rua principal até tarde, atraindo com particular interesse o olhar e os cuidados de D. João II,¹⁸² mas também de D. Manuel¹⁸³.

Segundo se apura, esta rua, embora extraordinariamente larga para a época medindo cerca de 9 metros por 213, não seria absolutamente retilínea, alargando acentuadamente em alguns pontos do seu trajeto. Facto que provavelmente advém da abertura da rua se ter feito sobre terrenos já em fase de urbanização e não em solo totalmente livre, situação que em Angra se observou. As medidas, essas, como se vê não são muito distantes dos 11 por cerca de 250 metros da rua principal de angrense.

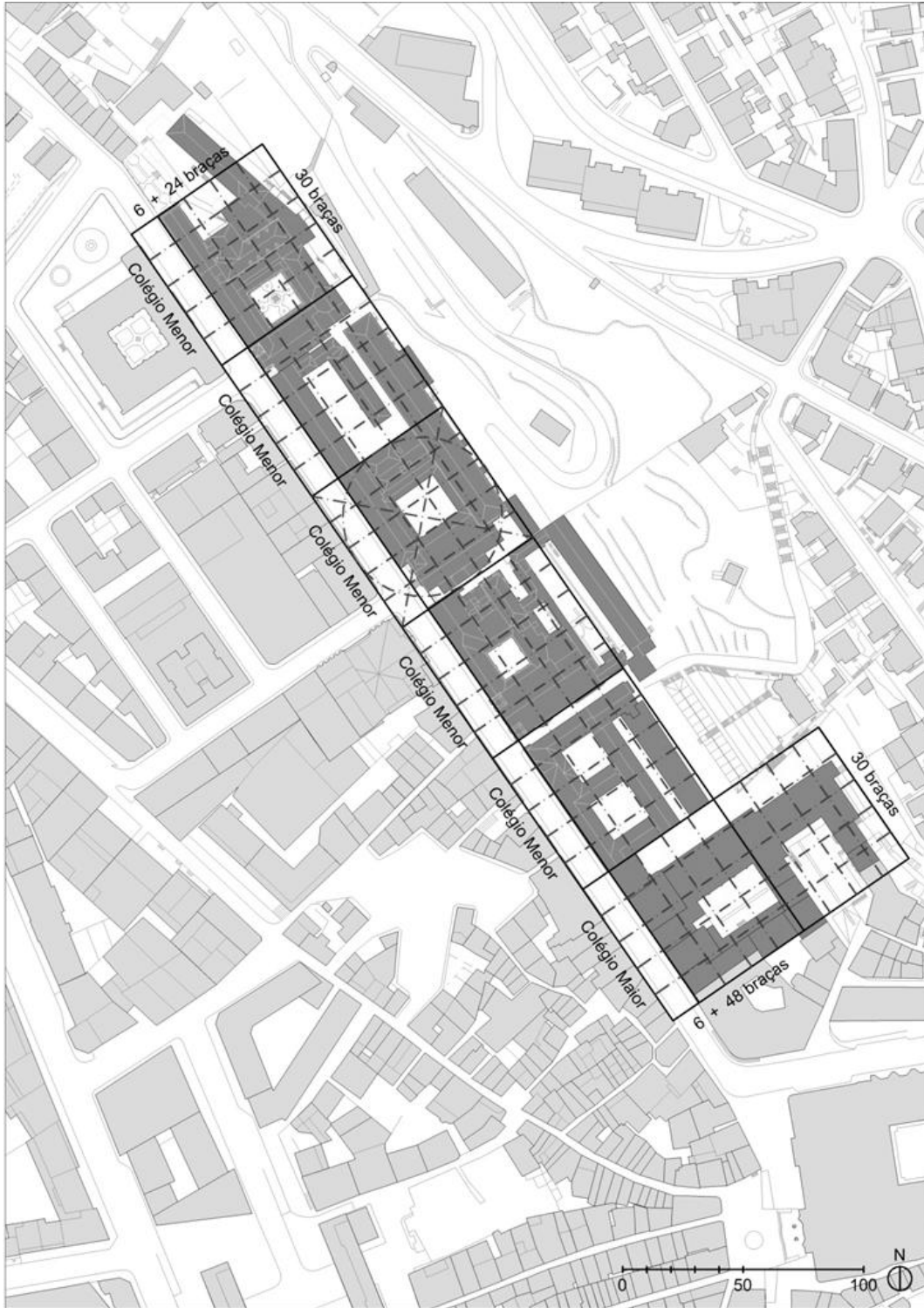
A Rua Nova do Porto, rebatizada¹⁸⁴ pelo seu patrocinador D. João II como Rua Formosa, foi aberta no final do século XIV, quando a congénere lisboeta contava já com um século de existência, contudo os trabalhos prolongar-se-iam até finais do século XV. Construída observando um plano completo que desenhava a rua, rigorosamente retilínea, mas projetava também o casario que a delimitava, numa atitude de profunda regulação do espaço. Quanto às suas dimensões são absolutamente ímpares, e nesse sentido incomparáveis com qualquer caso, medindo cerca de 17 varas de largura, praticamente 19 metros.

vida urbana na baixa Idade Média” ..., pp. 77-95 tudo em *Um olhar sobre a cidade medieval*. Mas também: Helder CARITA, *Lisboa Manuelina...* pp. 27-35 em especial o tópico *A “rua nova” como entidade urbana*, pp. 27-30. Para o caso da Rua Nova do Porto consulte-se: Luís Carlos AMARAL e Luís Duarte DUARTE, “Os homens que pagaram a rua nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”, *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI, 1985. Como bibliografia de suporte: José Ferrão AFONSO, “A construção de um novo centro cívico: notas para a história da rua nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV”, *MVSEV*, Porto, Publicação do Museu Soares dos Reis, 2000, n^o9, pp. 29-70; Adelaide Pereira Millán da COSTA, “O “refazimento” da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos”, *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira. Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade*, Porto, Arquivo Histórico Municipal, 1996, pp. 31-34. A análise morfológica desta rua integrada no contexto do urbanismo português da época foi elaborada por: Walter ROSSA, *DiverCidade...*, pp. 754-756.

¹⁸² Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, *Um olhar sobre a cidade medieval ...* p. 117-137.

¹⁸³ Sobre ação manuelina neste espaço leia-se: Helder CARITA, *Lisboa Manuelina...*, pp. 66-68.

¹⁸⁴ Sobre a evolução toponímica desta artéria veja-se: Luís Carlos AMARAL e Luís Duarte DUARTE, “Os homens que pagaram a rua nova...”, *Revista de História...* pp. 1-3. Consulte-se também, Walter ROSSA, *DiverCidade...*, pp. 754-756.



Análise morfológica do cadastro da Rua da Sofia em Coimbra. (Walter ROSSA, “A Sofia: 1º episódio de reinstalação moderna da Universidade Portuguesa”, *Monumentos...* n.º 25, pp. 19 e 20.

Vale a pena assinalar, como todas estas ruas novas projetadas se integram em sistemas mais alargados de reformulação urbanística¹⁸⁵. Efetivamente, como foi já notado para o caso angrense, também estas ruas se programam como elemento principal de estruturação urbanística das zonas ribeirinhas das respetivas cidades.

Restam ainda dois casos documentados de abertura de ruas que pelas suas dimensões e conformação urbanística merecem ser aqui referidos. Um programado com antecedência ao projeto angrense e outro que, sendo posterior, serve para relembrar a excecionalidade deste tipo de projetos mesmo em épocas mais adiantadas da história do urbanismo português. Tratam-se da abertura da Rua dos Arcos de Tomar e da abertura da Rua da Sofia em Coimbra.

A primeira ordenada pelo Infante D. Henrique para acolher os Estaus da vila, a segunda projetada para albergar a universidade, o *pólo 0*, como foi já expressivamente apelidada por Walter Rossa.

Efetivamente a Rua da Sofia pela sua conformação funcional e arquitetónica dificilmente encontra afinidades com a principal rua angrense, registe-se apenas para uma leitura comparativa ao nível das dimensões, mas também como exemplo de apuramento dos métodos e práticas urbanísticas.

Projetada a partir de 1535,¹⁸⁶ data do primeiro documento conhecido onde fica demonstrada a intenção de abrir a rua, a Sofia estruturou-se segundo um programa de grande rigor assente num módulo base de 6 braças (13,20 metros). O lado nascente da rua destinou-se à construção de 6 colégios, cada um ocupando um módulo de 30 braças, no total esta frente perfazia 180 braças, ou seja 396 metros. Em profundidade os colégios ocupam 24 braças, deixando um módulo de 6 braças para a largura da rua, que assim se inclui integralmente no conjunto geométrico compositivo de todo o conjunto.

¹⁸⁵ Para Lisboa: Iria GONÇALVES, “Na Ribeira de Lisboa...”, *Um olhar sobre a cidade medieval...* pp. 61-75. Para o Porto: José Ferrão AFONSO, “A construção de um novo centro cívico...”, *MVSEV...* pp. 29-70.

¹⁸⁶ Sobre o programa e morfologia da Rua da Sofia consulte-se: Walter ROSSA, “A Sofia: 1º episódio de reinstalação moderna da Universidade Portuguesa”, *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2006, nº 25, pp. 16-23, em especial pp.19 e 20.

Já com a Rua dos Arcos em Tomar algumas analogias com o caso de Angra podem ser notadas, não obstante a distância cronológica que é, apesar de tudo, significativa. Se o projeto de Angra data já do início da Época Moderna (cerca de 1500), o de Tomar recua a datas anteriores a 1460, ano da morte do seu patrono, a quem se ficou a dever uma forte dinâmica de reorganização vila medieval,¹⁸⁷ remodelação de que a expressão urbanística e arquitetónica deste conjunto estruturado pela construção dos Estaus é particularmente elucidativa.¹⁸⁸



Reconstituição da Rua dos Arcos em Tomar. (José Augusto FRANÇA, *Tomar...* p .8)

Porém, é preciso referir-se que o projeto dos Estaus, elemento central desta extensão, demorou muito a completar-se sendo que, segundo um relato datado de 1549¹⁸⁹, nesse ano, a obra não estaria ainda completa apesar dos Estaus já estarem em funcionamento. O autor quinhentista dá ainda conta de uma rua que estaria já conformada, adiantado que a “*Sua largura é de levante a poente de 80 varas de longo (cerca de 88 metros de extensão), e tem 16 arcos da banda do norte e outros tantos da banda do sul; e a largura da Rua que entre uma ordem e outra*

¹⁸⁷ Até 1996, quando Manuel Sílvio Alves Conde publica a sua tese de mestrado, a historiografia tinha como um dado adquirido que Tomar seria uma composição urbana da Época Moderna, o que suscitou até comparações com Angra, cidade que não só seria, supostamente, de cronologia muito próxima, como também de fundação templária, já que o poder espiritual das ilhas estaria entregue à Ordem de Cristo. Comparações que em muitos aspetos são ainda válidas, mas não pelas razões enumeradas, de facto o que aqui vale a pena comparar são os processos dirigidos de urbanizar. Sobre a formação medieval de Tomar, vila consolidada no século XIII veja-se: Manuel Sílvio Alves CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, Cascais, Patrimónia, 1996, p. 45 e p. 133. A comparação de Angra com Tomar em: José Manuel FERNANDES, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos...*, pp. 55-58.

¹⁸⁸ Sobre a ação do Infante na vila de Tomar veja-se: Maria José Travassos de Almeida de Jesus BENTO, *O Convento de Cristo de Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

¹⁸⁹ Veja-se a transcrição parcial do relato da autoria de Pedro Álvares Seco em: Maria José Travassos de Almeida de Jesus BENTO, *O Convento de Cristo de Tomar...*, pp. 55-56.

de arcos, é de 15 varas e meia (aproximadamente 14 metros), *e se chama Rua de Christus, e ora se chama dos Arcos*¹⁹⁰.

Não sendo comparáveis ao nível da funcionalidade das construções que ocupam a rua, as duas ruas novas fazem-se equivaler enquanto sistema potenciador do já referido “*emergir da centralidade*”. De facto, ambas integram não só o desenho de uma rua de características excecionais como articulam espaços e funções que permitem enquadrá-las em sistemas mais abrangentes de planeamento urbanístico.

A Rua Direita de Angra e a dos Arcos de Tomar, estruturam novas áreas de crescimento pós plano fundacional, e nos dois casos esse crescimento dirigido toma lugar sobre espaços residuais no limite imediato do casario do programa de fundação, em Angra no rossio, entre a ribeira e os primeiros quarteirões programados, no caso ribatejano também no rossio, junto à Várzea Grande a sul do núcleo original, lugar onde desde 1420 se realizava a feira.¹⁹¹

Nos dois casos o novo ensanche acaba por definir-se em duas ruas, embora de carácter diferenciado, em Angra pela Rua de São João, que rudimentarmente existiria, se não como rua, ao menos como caminho limite do casario fundacional e pela Rua Direita, a rua principal projetada. Em Tomar o crescimento deu-se absorvendo o caminho de Riba Fria que limitava o casario seminal a sul e que, por este lado, ligava o castelo ao rio, estruturando-se além deste pela construção dos Estaus, num projeto que desenhava as hospedarias em duas frentes de rua paralelas às primitivas artérias do núcleo fundacional, projeto arquitetonicamente definido pela enorme arcaria característica que acabou por batizá-la como Rua dos Arcos.

Na relação que cada par de ruas estabelece entre si mais uma vez encontram algumas constantes compatíveis que vale a pena frisar, não obstante essa articulação não se faça exatamente da mesma forma nos dois espaços, ambas articulam a *ribeira* (marítima em Angra e de rio em Tomar) lugares

¹⁹⁰ Maria José Travassos de Almeida de Jesus BENTO, *O Convento de Cristo de Tomar...*, pp. 55-56.

¹⁹¹ Virgínia RAU, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, editorial Presença, 1982, pp. 141-143 e pp. 187-188.

respetivamente também denominados por Prainha e Chão de Pombal, com outros equipamentos importantes, nomeadamente com as respetivas câmaras e hospitais. Em Angra a rua direita estabelece também relação com a Misericórdia e a Alfândega e em Tomar a Rua dos Arcos articula-se com as Terenas e Cubos.¹⁹²

Observa-se, portanto, que em grande medida são as ruas principais que acumulam a centralidade funcional das cidades antes de efetivamente se conformarem as Praças enquanto elemento urbanístico e estrutural. Uma função que não tem necessariamente correspondência física no território urbano, já que muitas vezes este fenómeno recaiu sobre espaços na verdade pouco centrais, em consequência da busca por uma “*nova centralidade*” que quase sempre se veio a localizar em zonas de expansão da malha.¹⁹³

Essas ruas principais, de que a Rua Direita de Angra é um perfeito exemplo, serão as herdeiras das *platea*, possivelmente o mais destacado elemento urbano da cidade medieval até ao século XIII, quando ainda se detetam na documentação. A distância temporal não autoriza a adiantar conclusões mais determinantes, já que a última vez que uma *platea* aparece documentada está-se em 1285,¹⁹⁴ não é contudo possível ignorar que o vocábulo *platea*, desaparecido da documentação com a passagem do latim ao vernáculo, correspondia precisamente a uma rua larga e ampla¹⁹⁵ que se distinguiu por isso das restantes.

A rua principal de Angra que se conforma num espaço qualificado e morfologicamente identificado e integra em grande parte as funções que vão definir as cidades dos finais de Idade Média e princípios da Época Moderna,

¹⁹² Segundo explica Maria José Bento estas serviam para recolher os produtos agrícolas provenientes das rendas devidas à Ordem de Cristo. Maria José Travassos de Almeida de Jesus BENTO, *O Convento de Cristo de Tomar...*, p. 54.

¹⁹³ Em Tomar entretanto, com D. Manuel Duque de Beja, nasce uma praça, redesenhando-se o adro de S. João que passa também a praça cívica com casa da câmara construída a partir das boticas mandadas erigir em 1430 pelo Infante D. Henrique. Veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* p.510

¹⁹⁴ Veja-se: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...*, p. 692.

¹⁹⁵ Definição inscrita por Isidoro de Sevilha no Livro XV do Etymologiarium siue Originum. Veja-se: Isidoro SEVILHA, *Etimologias*, texto latino, versión española y notas por Jose Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982-1983, vol. II, p. 231. Sobre as origens etimológicas, funcionais e morfológicas da *rua* e da *praça* em Portugal vejam-se: Walter ROSSA, *DiverCidade...*, pp. 384-390. E com particular aprofundamento do tema *praça*: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...*, pp. 705-719.

funcionalidades que preenchem mas também consolidam por via do uso os espaços, corresponde sem dúvida a um elemento deste tipo, não obstante o vocábulo *platea* nesta época não estivesse já em uso.¹⁹⁶ Não seria contudo estranho se se encontrasse esta rua denominada, não de rua direita, como aparece, mas de *rua nova*, sendo que o adjetivo *principal* que a caracteriza permite abarcar todo este leque alargado de definições.

Não admira, por tudo isto, que até ao século XVII, a praça/mercado de Angra se incluía inteiramente na rua principal, e fisicamente até se confundia com parte da Rua Direita. Sendo mesmo assinalável que o chamado Chafariz da Praça se situe no topo Norte da dita rua, num troço sequente à câmara que nessa direcção se faz mais estreito, desalinhando uma fiada de casas do restante casario que é todo ele *cordeado*. Situação bem visível na carta de Linschoten.

É que a construção da Rua Direita, com as características que se lhe enunciou, em boa medida dispensou a construção de uma praça, no sentido de tipologia urbana como hoje a entendemos, já que, pela sua expressão urbanística, esta rua principal conseguiu albergar todas as funcionalidades materiais e simbólicas que de futuro caberão nas praças programadas portuguesas. A título de adiantamento, assinala-se que o processo de construção desta rua terá sido sensivelmente contemporâneo dos projetos das praças funchalense e vila-condense que abaixo se descrevem, surgindo assim como uma opção adaptada à geografia e urbanística do lugar e não como uma mera consequência circunstancial e arbitrária.

A praça de Angra

Para entender este projeto torna-se imperativo fazer o reconhecimento, mesmo que de modo abreviado, do processo de “fazer praça” em Portugal,¹⁹⁷

¹⁹⁶ Não pode também deixar de se notar a proximidade cronológica entre a queda em desuso da terminologia *platea* e o surgimento da primeira *rua nova* conhecida, a Rua Nova de Lisboa, para já os poucos exemplos disponíveis não autorizam firmar conclusões mas fica a suspeita de que a designação de uma foi substituída pela outra, em todo o caso *ruas principais*.

¹⁹⁷ Para uma visão cronológica e geograficamente alargada do tema veja-se Amélia ANDRADE e

entendendo a praça enquanto equipamento com morfologia e estruturação urbanística própria.

Mas há também que entender que os conceitos de praça e de rua (principal), apenas podem ser verdadeiramente compreendidos se averiguados os princípios que os unem, enquanto espaços públicos por excelência estruturadores da vida urbana, de resto, foi a rua qualificada (caso das *platea* documentadas ainda para o século XIII e das “ruas novas” ou “principais” dos séculos XIII a XVI) e não a praça conformada em espaço urbano que primeiro nasceu na cidade portuguesa. Sendo que, é também verdade que o próprio vocábulo praça terá origem etimológica no termo *platea*, que afinal significava uma rua, ainda que diversa da maioria pelas dimensões aumentadas que a distinguiam. Há pois que recuar um pouco para se compreender a formulação urbanística da praça em Angra, esclarecida que está a estruturação da rua principal.



Fotografia da Praça Velha a partir da Câmara [c. 1950]

No contexto internacional a historiografia vinha já chamando a atenção para o facto de muitas cidades medievais europeias, nomeadamente as cidades de fundação, não incluírem no seu programa base uma praça.¹⁹⁸ Para o caso português um enorme passo foi dado na definição desta questão pela tese de Luísa Trindade que em definitivo esclarece que as cidades de fundação medieval portuguesas não contemplaram nunca esta estrutura morfológica da sua

Walter ROSSA, “La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones”, *La Plaza en España e Iberoamérica - El Escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal de Madrid, 1998, pp. 99-109, em especial p. 103.

¹⁹⁸ Para obter um panorama genérico sobre a questão veja-se: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição ...*, em especial o capítulo intitulado “o emergir da centralidade”, pp. 687-741.

composição programada, embora a dimensão funcional, a praça/mercado, tenha estado sempre presente. Como deixa escrito a autora “*as reconstituições possíveis da cidade medieval portuguesa apontam: a existência, desde cedo, de um espaço de mercado [designado por praça] a par da inexistência de praça enquanto espaço físico.*”¹⁹⁹

Sem que os tecidos urbanos programados contemplassem na origem um espaço exclusivo para albergar a função, os mercados instalaram-se nos vazios urbanos conformando progressivamente o espaço à utilidade introduzida. Foram os rossios, os campos e os terreiros, quando não apenas um alargamento de via,²⁰⁰ que acolheram e assumiram esse papel, mas também, e em grande parte das vezes, os adros.²⁰¹ Terá sido, de resto, por essa razão que se tomou o adro e por consequência a igreja, durante muito tempo como elementos de centralidade. Atribuindo à igreja, ao seu adro e ao mercado que aí se realizava a primazia como espaço central e aglutinador da vida cidadina, lugar a partir de onde a cidade depois crescia.

Mas a observação da realidade das cidades de fundação, veio constatar precisamente o inverso, nem a igreja ocupa em caso algum, desde a origem, um lugar central, nem tão pouco a praça, que, em rigor, enquanto tipologia morfológica urbana sequer existia. Sendo que a praça/mercado na sua dimensão funcional se instalou sempre em espaços periféricos e residuais dos conjuntos urbanos durante a época medieval, não obstante gradualmente muitos deles

¹⁹⁹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* p. 708.

²⁰⁰ O “largo”, vocábulo desconhecido para a época que só tardiamente, em data ainda por determinar, passou a fazer parte do léxico urbanístico português: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição ...*, p. 708. Conhecendo-se a originalidade portuguesa do termo resta perguntar se terá surgido por oposição ou distinção à praça quando esta finalmente se conforma como tipologia urbanística? Não obstante a distância temporal, observe-se como o autor seiscentista Manuel Pereira de Novais (*Anacrisis Historial*, vol. III, Porto, 1913, pp. 25-36) descreve e classifica as praças portuenses entre “plaças e plaçuelas” os mesmos espaços que na *Planta Redonda do Porto*, datada de 1813, aparecem todos nomeados precisamente como largos. Consulte-se tudo em: Joaquim Jaime FERREIRA-ALVES, “Formas urbanas do porto setecentista: a praça intramuros”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Universidade do Porto, 1997, vol. XIV, II série, pp. 685-696 + 9 figuras, em especial o ponto 2 do artigo intitulado *Praças e pracetas segundo Manuel Pereira Novais*, pp. 687-688.

²⁰¹ Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa...”, *La Plaza en España e Iberoamérica...* p. 102. Veja-se também: Amélia ANDRADE, “Um percurso através da paisagem urbana medieval”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 43-53, em especial a última página.

tenham sido absorvidos pelo tecido em evolução,²⁰² precisamente o caso dos adros e das igrejas.²⁰³

A passagem desta dimensão exclusivamente funcional para uma conformação tipológica pré-estabelecida foi demorada, conquanto, progressivamente, o espaço vazio se tenha vindo a qualificar em espaço público pela associação de outras funcionalidades urbanas destacadas, acrescentando-o para além do mercado e igreja, e/ou o edifício camarário, o pelourinho, o chafariz, a cadeia e a misericórdia, dando a um tempo conta das novas necessidades e exigências urbanísticas da vida urbana. Contudo, em boa verdade, o espaço praça permaneceu por desenhar enquanto tal, não obstante a qualificação arquitetónica inerente a estes processos tenha avançado, dando expressão morfológica ao “emergir da centralidade”.²⁰⁴

Segundo apurou Luísa Trindade, salvaguardando o carácter diluído no tempo de todo este processo, em meados do século XV²⁰⁵ a documentação trocada entre monarcas e concelhos passa a incluir abundantemente o tema das praças, permanecendo contudo a dupla aceção do termo que tanto pode significar praça/mercado, como praça/espaço urbano. De resto a autora ressalta que “*até aos finais do século XIV é em vão que se procura no interior da urbe espaços centrais*

²⁰² Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa...”, *La Plaza en España e Iberoamérica...* p. 103.

²⁰³ Vejam-se a título de exemplo não só os casos aqui estudados de Angra e Ponta Delgada onde o forte crescimento urbanístico ditou a absorção da igreja e a transformação do adro num espaço central, mas também o caso da Igreja de São João Baptista em Tomar, nascida no limite urbano e cujo adro se transformou progressivamente em praça até se consolidar em praça central. Para este caso veja-se: Maria José Travassos de Almeida de Jesus BENTO, *O Convento de Cristo de Tomar...*, em especial o capítulo intitulado *A Vila de Baixo* entre as páginas 53 e 61. Veja-se também o estudo da evolução morfológica de Tomar publicado em Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* pp. 503-524.

²⁰⁴ Título sugestivo atribuído por Luísa Trindade ao capítulo que integra o estudo do Praça: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* pp. 687-741. Expressão que evolui do conceito “nova centralidade” antes teorizado por Walter Rossa em “A cidade portuguesa”, *História da Arte em Portugal*, lugar onde o autor encarava já a hipótese de na realidade este ser um processo de raiz medieval embora apenas plenamente concretizado na transição de Quatrocentos para Quinhentos, fortemente dinamizado por D. Manuel e a sua época.

²⁰⁵ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...* p. 710. Constatação também observada por Amélia ANDRADE em “Espaços públicos e espaço privados nas cidades portuguesas de finais da Idade Média”, *Horizontes Urbanos Medievais...*, pp. 67-82.

*e expressamente pensados como vazios, ou seja sem carácter residual e de perímetro minimamente configurado”.*²⁰⁶

Apenas com a transição para o século XVI surgem os primeiros casos inequívocos de construção de praça no sentido de tipologia urbanística, mesmo que a ela se encontre associada (entre outros equipamentos) uma praça/mercado como elemento funcional.



Praça velha e Câmara Municipal.

São três os casos enunciados nestas condições em *urbanismo na composição de Portugal*, nenhum formulado em contexto de fundação, mas todos referentes a cidades marítimas em fase de desenvolvimento pujante. A praça do Funchal,²⁰⁷ a de Vila do Conde²⁰⁸ e a Praça do Sapal em Setúbal²⁰⁹ confirmam e

²⁰⁶ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição ...* p. 708.

²⁰⁷ Helder CARITA, *Lisboa Manuelina...* pp. 49-50.

²⁰⁸ Monsenhor José Augusto FERREIRA, *Vila do Conde e os seu alfoz. Origens e monumentos*, Porto, 1923, pp. 21-22.

²⁰⁹ Teresa Bettencourt da CÂMARA, *A praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, Porto, Salpa - Associação para a salvaguarda do património cultural e natural da região de Setúbal, 1992.

mantém a percepção adquirida para a centúria anterior, quando se percebe já uma maior propensão para a renovação urbanística das cidades litoranêas, nomeadamente pela valorização da praça,²¹⁰ refletindo a um tempo o forte impulso comercial marítimo potenciado pelos Descobrimentos, e a capacidade e mecanismos disponíveis para a cidade existente se modernizar.²¹¹

Impõe-se pois descortinar em que momento pela primeira vez uma praça se constituiu como um elemento verdadeiramente estruturador de um plano urbano fundacional desde a origem. Desde já se assume que também nos Açores esse processo foi tardio e elaborado *a posteriori*, nunca em paralelo com a instalação do programa base que incluía apenas a trilogia composta pelo casario, igreja e elemento/s defensivo/s. Porém, descobrir quando a praça foi integrada como elemento base do programa fundacional, não é uma tarefa fácil, desde logo dada a dimensão geograficamente ampliada, e em contínuo redefinida, do mundo urbano português. Ainda assim, a título provisório e sem provas documentais concretas, pode propor-se o plano de São Salvador da Baía como o primeiro plano de fundação português dotado de raiz com uma praça,²¹² no sentido arquitetónico e urbanístico do termo e não apenas na sua dimensão funcional, plano datado de 1549.

Num breve parêntesis, note-se como os processos fundacionais de segunda leva nos Açores, as vilas fundadas por D. Manuel, não reconhecendo ainda o papel da praça enquanto entidade urbanística conformada, e menos ainda como elemento central do espaço urbano, vêem o espaço do termo definir-se a partir do pelourinho, ganhando este uma posição de centralidade em relação ao território concelhio, posição que efetivamente não ocupa em relação ao tecido urbano. Veja-se o caso melhor documentado, o caso da Ribeira Grande de São Miguel

²¹⁰ Nesse sentido se entende, por exemplo, o “refazimento” da praça da ribeira no Porto, ordenado a “linha e cordel” após a destruição por incêndio em 1491, como explica Adelaide Pereira Millán COSTA em “O “refazimento” da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos”, *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira ...* pp. 31-34.

²¹¹ Processo fortemente impulsionado pelo poder central, em particular por D. Manuel, como demonstram Amélia ANDRADE e Walter ROSSA em “La plaza portuguesa...”, *La Plaza en España e Iberoamérica...* p. 104.

²¹² Assim sugere o artigo de Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa...”, *La Plaza en España e Iberoamérica...* p. 106.

onde o foral lhe ordenou por termo “*uma légua em redor do pelourinho*”.²¹³ Não obstante a distância temporal e geográfica vale aqui a pena referir, até como exemplo de persistência e validação das práticas e rotinas de ocupação do espaço, que no Brasil setecentista se continuava a dar como área de gestão urbanística às novas vilas e arraiais fundados “uma légua” ou “meia légua em quadra” medida tomada a partir do pelourinho, estabelecendo aí o centro geométrico do território.²¹⁴

Em Angra, como nas restantes vilas açorianas, verifica-se que o programa fundacional não integrou nunca a praça como elemento morfológico programado, não obstante a praça na sua dimensão funcional tenha estado sempre presente, à semelhança da rotina fundacional medieval, onde o vazio urbano, mais além do que espaço residual, não existiu no tecido espacial original.

Não deixa de ser surpreendente notar como as cidades fundadas nas ilhas, correspondentes a uma segunda geração de cidades de fundação portuguesas, continuam esta prática, apesar de aquando da sua constituição o conceito de praça estar já presente na urbanística portuguesa, embora como se vê não extensivamente divulgado. A praça será pois um elemento que vem acrescentar o programa base fundacional e a sua criação está dependente da capacidade do próprio núcleo crescer e dinamizar-se economicamente, integrando-se nas redes

²¹³ Jorge Gamboa de VASCONCELOS, “El-Rei D. Manuel I e as largas perspectivas urbanas que o seu foral de 1507 abriu à nova cidade da Ribeira Grande”, *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1981/2, vol. XXXVI e XXXVII, pp. 111-169.

²¹⁴ Cláudia Damasceno FONSECA, *Des Terres aux Villes de l’Or*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, p. 22 e pp. 419-426. Ainda sobre as diferenças e continuidades de práticas registre-se a título de curiosidade como evoluem alguns vocábulos que no território americano ganham novos significados, nomeadamente o *termo* e o *rossio*. O último, o *rossio*, significa no Brasil de setecentos “*le terrain administré par le municipalité, que comprend la partie plus dense et urbanisée des ville, mais aussi des arrabalde (faubourgs) moins peuplés, des zones rurales et des terres en friche.*” Uma parte do termo que se distingue por da sua gestão urbanística estar encarregado o município. Como explica a mesma autora: “*De fait, cette double connotation du terme vila se rapporte aux deux attributs spatiaux inhérents au modèle portugais d’organisation municipale: le termo et le rossio.*

Le premier, comme nous venons de l’indiquer, corresponda u territoire contrôlé para la câmara. La taille des termos des vilas du Minas Gerais varie [entre] 2500km2 [et] 70000km2 (...) C’est en revanche à des portions de terrain de taille bien plus réduit que se réfère, quant à lui, le terme rossio – dans le Minas Gerais, entre 9 et 148 km2. Il s’agit de terrains cédés par la couronne à la res publica afin de constituer le patrimoine de la municipalités. (...) Le rossio est délimité à partir d’un centre géométrique, que l’on fait coïncider idéalement avec le pelourinho (pilori), au coeur même de l’agglomération.”. Respetivamente pp. 419 e 22.

atlânticas que lhe trazem riqueza e trato mercantil. Não é por acaso que são precisamente cidades do litoral e intervenientes no processo de Expansão as primeiras a completarem-se com praças enquanto elemento morfológico e urbanístico.

Mas se em Angra não se projetou uma praça quer no programa original quer, como se viu, na fase seguinte de crescimento, projetou-se, em troca, uma *rua principal* onde couberam, à exceção da igreja matriz, todos os equipamentos que no dealbar do século XV português vinham conformando funcional e materialmente a praça enquanto elemento urbano.

Assim, enquanto projeto urbanístico pode dizer-se que a rua principal de Angra se faz equivaler às praças programadas para os casos do Funchal e Vila do Conde, sendo que na cidade açoriana se optou em consciência por um tipo de configuração da centralidade diverso, contudo consentâneo ainda com os princípios reconhecidos do urbanismo português.

Apenas em 1611 a Praça de Angra ganhou uma nova configuração e dimensão, autonomizando-se da Rua Direita. O projeto que nesse ano tomou forma ganha extensão pelo recuo acentuado do edifício camarário, até então alinhado com a frente nascente da Rua Direita, conformando efetivamente, e finalmente, uma praça enquanto especificidade tipológica urbanística.

Aliás, estas modificações tornaram obsoleto o velho caminho que ligava, por trás da câmara, a Rua de Santo Espírito à casa do capitão, transformando a Rua do Monturo num beco.

O cronista seiscentista Frei Diogo das Chagas dá conta no seu Espelho Cristalino de como decorreu o processo de abertura da obra “*Em Abril de 1610, se ajuntarão em camara os officiaes della, o Bispo, que então era Dom Hieronimo Teixeira e o Governador do Castello Dom Pedro Sarmiento, e o corregedor Roque da Sylveira, com o Capitão Mor Manoel do canto do Castro, e mais nobreza da Cidade, e assentarão, que a Camara, e praça por ser muito pequena se acrescentasse, tomando todas as cazas, e quintais uizinhos, e desfazendo se, se*

conuertesse tudo em Praça o que assim se fez, pera que tiveram prouizão de Sua Magestade.”²¹⁵

Pelo que se vê este foi na realidade um duplo projeto. Por um lado de cariz urbano, dando efetiva conformação a uma praça no cruzamento da Rua Direita com a Rua da Sé, e desse modo reformulando em definitivo a hierarquia viária, atribuindo à Rua da Sé um carácter se não superior (por desaguar em frente à câmara) pelo menos idêntico ao da até então única rua principal da malha, a Rua Direita. Por outro, de cariz arquitetónico, já que um novo edifício camarário foi construído, obedecendo aos princípios tipológicos que se vinham definindo de trás.²¹⁶ De resto, por esta descrição parece até que a praça em boa medida se construiu em exclusivo para albergar o paço municipal.²¹⁷

Veja-se como na continuidade do relato acima transcrito, Diogo das Chagas de imediato dá conta do início da obra da câmara sem retomar mais a descrição da configuração da praça propriamente dita: “(...) logo, vespora de Reis, 4 de Janeiro de 1611 se abirão os liceses de toda a obra, na altura e largura seguintes os da banda do Leste ficam em dez palmos de alto, e seis de largo; os do Norte em 12 de alto e cinco de largo, os do Ponente em 15 de alto, e seis de largo; os da banda do Sul em 9 palmos e seis de largo, de mui grossas, e fortes paredes, de pedra e cal, o que se ordenou assim, a respeito que nas logias ficão as cadeas; e logo se correu com a obra, com muito fervor e officaes, de modo, que em breue se acabou e se pos em perfeição, que hoje está (...)” Adiantando apenas que, “Começarão se estas obras com finta, que se lansou polla Cidade, e continuarão se ate acabarem com a fazenda de Sua Magestade dizem que se

²¹⁵ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, pp. 273-274.

²¹⁶ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição ...*, veja-se o capítulo a Casa da Câmara, pp. 743-802.

²¹⁷ Outros casos documentados são: a já referida Praça do Funchal na Madeira, onde o D. Manuel ainda duque de Beja e donatário da ilha manda ao seu ouvidor uma carta datada de 1485 onde afirma “*Eu tenho determinado que por nobreza e honra da dita ilha desse chão que aí houver dar ao Concelho para uma igreja e praça e Casa do Concelho (...)*”, Helder CARITA, *Lisboa Manuelina...*, pp. 49-50; e a Praça do Sapal em Setúbal, com estudo de Teresa Bettencourt da CÂMARA, *A praça do Sapal em Setúbal...* Sobre o tema da implantação e tipologia da Casa da Câmara nesta praça veja-se: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição ...* pp. 796-800.

*gastaram em ellas outo pera nue mil cruzados, que foram muito bem empregados, porque ficou a cidade com este edificios, e Praça mui autorizada (...)*²¹⁸

Pelo contrário a descrição que cronologicamente se segue, a do Padre António Cordeiro, prima por descrever em pormenor não só o paço, mas também a praça em si. Praça onde, na segunda metade de XVII se fazem já “(...)exercícios de milícia, & fe correm todos os annos touros, tranqueyradas as ruas que à praça vem.”²¹⁹ Conta o padre que se “(...) levantarão os fobreditos Paços, torre, & cadeas, & gafatarão nove para dez mil cruzados, que mais em dobro cufatarião hoje (...)”, contudo menos de meio século passado sobre o início da obra registam-se já queixas, “(...) devem alargar mais para traz o edificio da publica Audiencia, e da Camera, inda que feja comprando alguma morada de cafas, por fer affim neccessario ao bem commum, & à decência.”²²⁰



A casa da Câmara construída em 1610-1611, edifício substituído em 1849 pelo atual. Postal da Loja do Buraco, nº 49, s.d.

Sobre a conformação da praça propriamente dita António Cordeiro acrescenta “Da parte do Sul cerca a esta praça nobre cafaria, e da mesma forte da parte do Occidente, do lado do Norte corre a largo corpo da Guarda da Cidade, bayxo, & alto, & logo se segue uma celebre Ermida de Nossa Senhora da Saude, ao depois da qual fahe da mefma praça huma traveffa que fe chama da

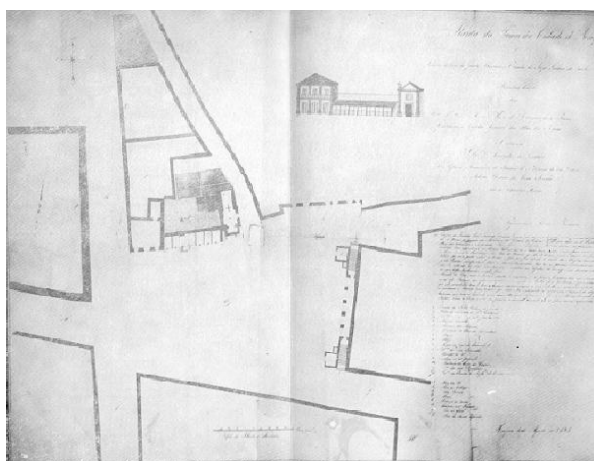
²¹⁸ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...* p. 274.

²¹⁹ António CORDEYRO, *História Insulana...* p. 272.

²²⁰ António CORDEYRO, *História Insulana...* p. 272.

Saude, e que vay dar ao chafariz junto ao Collegio”,²²¹ trajeto entretanto encerrado.

É esta configuração que pode ser observada num levantamento da praça efetuado em 1825.²²² Onde se regista também um último arruamento aberto na sequência das obras da praça, trata-se da Ladeira de São Francisco projetada em 1612²²³ para ligar de forma mais cómoda o convento franciscano à praça. A abertura desta rua permitiu enquadrar urbanisticamente o edifício que ficou assim ladeado por duas ruas, a Rua Nova ou Rua dos Frades, como terá inicialmente sido nomeada, e a Rua do Galo que prolongava já a Rua da Sé no sentido nascente.



Planta da Praça Velha em 1825. Pode ver-se em pormenor o piso térreo do corpo da guarda, as barracas do mercado e a Ermida de Nossa Senhora da Saúde, com respetiva elevação de alçado. A arcaria, escadaria e chafarizes da Casa da Câmara também aparecem representados. (reproduzido em Jorge FORJAZ, “As casas de Luís Meireles...”, s.p.)

Registe-se ainda que apenas pelos mesmos anos do projeto da praça (1610-1611) se iniciou o calcetamento das ruas da cidade, por iniciativa do mesmo corregedor que havia ordenado a praça. Segundo Chagas, por ordem de Roque da Silveira foram as ruas lageadas “*ao longo das cazas como hoje estão*”.²²⁴

²²¹ António CORDEYRO, *História Insulana...* p. 272.

²²² Publicada em: Jorge Pamplona FORJAZ, “As casas de Luis Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um palácio”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1978, vol. XXII, pp. 9-29.

²²³ Agostinho de MONTE ALVERNE (1629-1726), *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols., 1988, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. III, p.31.

²²⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 261. Registe-se como em pleno século XVII se

4. Angra cidade e sede episcopal²²⁵

A elevação de Angra a cidade e a constituição formal da diocese açoriana, são processos em tudo paralelos, pelo que o enquadramento simultâneo dos dois é essencial para se entender a evolução urbana da cidade a partir de 1534.

Em Angra reorganização municipal e eclesiástica, e renovação urbana, não estão dissociadas e embora não seja o âmago deste debate averiguar as especificidades jurídicas, nomeadamente discutir se a elevação a cidade foi ou não uma consequência direta da constituição da diocese, a clara e evidente coincidência de datas, e a ilação sustentada a partir da própria bula²²⁶ papal de criação do bispado, obrigam a atender ao seu estudo conjunto. Com efeito, se se fizer uma leitura exclusivamente a partir desse documento a elevação de Angra a cidade afigura-se como um passo necessário à constituição da nova diocese.



A Sé vista a partir da Memória.

A instituição do bispado angrense enquadra-se na estratégia global dinamizada por D. João III para a reorganização do império. O todo, bispado e

utilizam as mesmas tipologias de calcetamento de rua identificadas para a Idade Média: Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 117-137.

²²⁵ Sintetizado no desenho de análise *Angra 8.4*.

²²⁶ Bula traduzida do latim em: Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, pp. 261-267.

cidade, nos Açores enquadra-se na reorganização e consolidação do processo de ocupação, com reflexos ao nível da hierarquização, nomeadamente administrativa dos núcleos urbanos, com tradução direta na morfologia e paisagem urbana.

O processo de instituição episcopal teve início em data indeterminada com o pedido de D. João III a Clemente VII para a criação de uma nova diocese, desmembrando do bispado do Funchal o arquipélago dos Açores, permanecendo este como sufragâneo do primeiro entretanto elevado a arquidiocese e cobrindo nessa condição os novos prelados de Cabo Verde, São Tomé e Goa. O Papa aceitou o pedido de D. João III e na "*data do dia antecedente às calendas de Fevereiro [31 de Janeiro] do décimo ano do seu pontificado [1533], tomada sobre isso madura deliberação (...) erigiu e instituiu a cidade ou vila em que existia a mesma igreja do Santo Salvador, em cidade que se chamaria do Santo Salvador, e erigiu a mesma igreja do Santo Salvador em igreja catedral, sob a invocação do Santo Salvador, para um bispo que se chamaria do Santo Salvador, Bispo que presidiu à mesma igreja do Santo Salvador, e nela, na cidade e na diocese dela velasse.*"²²⁷

Clemente VII veio a falecer antes do documento ser expedido, pelo que foi promulgado apenas a três de Novembro do ano seguinte, 1534, pelo seu sucessor Paulo III, seguindo contudo as premissas ditadas pelo primeiro.²²⁸

O diploma papal de criação do bispado é um documento complexo na sua formação e cronologia, mas cuja análise é essencial ao tema aqui tratado. Por ele se entende a ligação entre a questão formal enunciada, da fundação da cidade e do bispado, e a sua materialização traduzida no terreno. Designadamente pela construção da catedral e pela organização territorial do bispado e em particular da sua sede, com a progressiva definição dos limites de paróquias e vigarias, e respectiva construção ou renovação de templos, bem como pela introdução de

²²⁷ Bula traduzida do latim em: Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 265.

²²⁸ Vale a pena acrescentar, sem querer prolongar o tema da burocracia que não cabe aqui tratar, que, precisamente com a data de 31 de Janeiro de 1533, foram emitidas as Bulas de criação das dioceses de Cabo Verde e Goa. E a 3 de Novembro, data final do diploma angrense, a Bula de criação da diocese de São Tomé.

ordens religiosas e construção de estruturas conventuais. Elementos que vieram alterar profundamente, não apenas a imagem da cidade, como também, a funcionalidade da sua malha e que permitem caracterizar este período como decisivo para o crescimento e consolidação de Angra.

No documento pontifício, Paulo III relata que o "*nosso dito predecessor desmembrara e separara para sempre, das ilhas, terras e províncias, designadas à dita igreja funchalense para sua diocese, toda a referida ilha de São Miguel e as que lhe ficam próximas, chamadas Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo, que anteriormente eram da diocese funchalense, com todas as aldeias, vilas, lugares e territórios (...) Concedeu e designou, para sempre, à mesma igreja do Santo Salvador o lugar ou povoado para cidade erecta.*". À parte da confusão entre Terceira e São Miguel e ausência da ilha de Santa Maria, por manifesto desconhecimento da geografia das ilhas, novamente se frisa a elevação de Angra a cidade como um dado, do mesmo modo que adiante se ordena que a Igreja de São Salvador, ereta em primaz, tem de "*tomar, em tudo e por tudo, a forma de catedral*".

O entendimento de que o povoado deveria ganhar a configuração de cidade, está também perceptível no plano de intenções "desenhado" no mesmo documento, quando Roma adianta que o rei português, como cabeça da Ordem de Cristo, estava "*obrigado também a fazer, construir e erigir nas referidas cidade e diocese do Santo Salvador novas cousas: - igrejas paroquiais, vigararias, capelas, templos e lugares piedosos, onde e quantas vezes for oportuno, segundo a qualidade e necessidade dos tempos e dos lugares*". Diretivas com inevitável influência no plano urbano em formação.

Entretanto em Agosto de 1534, D. João III emite em Évora a carta de elevação de Angra a cidade, dando conformação a um processo iniciado anteriormente que integra a cidade no Império ultramarino como escala da navegação. As decisões de D. João III da criação da Provedoria das Armadas, em 1527, da fixação do corregedor na cidade, da criação de um provedor da fazenda também aqui sediado e por fim a criação da diocese integrada na rede das dioceses ultramarinas, teve naturalmente consequências na materialidade urbana e até no

crescimento da cidade, de que a construção do novo edifício da Sé é um dos aspetos mais relevantes não só pelo edifício em si, mas também pelas consequências urbanísticas da sua implantação.

Tendo sido elaborado um projeto monumental para o nova Sé e decidindo-se implantá-lo na mesma área da igreja de São Salvador era obviamente impossível manter a mesma orientação porque o espaço entre as antigas “rua do adro” depois Carreira dos Cavalos e a “rua por trás da capela do Salvador” hoje Rua do Salinas, era exíguo. Restava construir o novo edifício com a frontaria virada à actual Rua da Rosa, primitiva “rua que vai pêra as dadas”, já então um importante eixo urbano, ou em alternativa virá-la ao caminho “da praça às covas”, que tudo leva a crer que sendo estruturante a nível territorial não era ainda um eixo de cariz urbano.

Convém lembrar que entretanto se havia desenvolvido um importante polo urbano com o desenho da Rua Direita e Rua de São João, que ligando à rebatizada Rua da Sé,²²⁹ redefiniram a funcionalidade da malha, tornando-se estes nos mais destacados eixos da cidade, o que fica realçado na carta de Linschoten (1595), como testemunho da consolidação urbanística angrense, genericamente como hoje se conhece. A concretização deste projeto torna hoje difícil identificar o núcleo fundacional que perdeu a individualidade ao integrar-se no todo da malha.

Com esta leitura conclui-se que o eixo estruturante da Rua da Sé é afinal tardio enquanto elemento urbano e afirma-se apenas numa terceira fase da evolução do tecido, como uma consequência direta da elevação de Angra a cidade e sede episcopal, cronologicamente datada a partir de 1534.

²²⁹ Não é possível alcançar a data exata em que o topónimo foi adotado, mas registe-se que ainda em 1668 aparece inscrita nas notas do tabelião de Angra uma escritura de “*huas casas telhadas, altos e baixos cõ seu quintal, cittas na rua que vay da prasa p^a a See, antes de chegar à irmida de S. João*”, Henrique BRAZ, “Ruas da Cidade”, *Ruas da cidade...* p. 251.

4.1. A obra da Sé, igreja do Salvador

A Sé de Angra enquanto objeto de estudo arquitetónico é um tema recorrente da História da Arte e da Arquitetura portuguesa²³⁰.

A individualidade arquitetónica da construção no meio insular e as características formais únicas, em particular a solução do deambulatório exclusivo no universo arquitetónico da época em Portugal, têm instigado os investigadores que mais aprofundadamente se interessam pelo tema e época, a dirigir as suas preocupações para a identificação da autoria da obra. Acreditando que o traço de uma catedral, e para mais com esta erudição formal, coube necessariamente a uma só pessoa experimentada e com obra reconhecida.

Tais estudos optaram por uma abordagem metodológica essencialmente de base comparativa, condicionados que estavam pela escassez de documentos. Diversas propostas têm sido anunciadas, apresentando-se como teorias críveis, mas na realidade sem sustentação factual.

Rafael Moreira²³¹ atribui a traça da catedral de Angra a António Rodrigues.

Vítor Serrão²³² propõe Jerónimo Ruão como arquiteto do templo angrése, embora com reservas, assenta a ideia na proximidade cronológica e formal das estruturas da sé açoriana e da Matriz de Fronteira, isto depois de analisar pormenorizadamente o trajeto do arquiteto.

O ensaio mais detalhado sobre a catedral açoriana tem como autor Mateus Laranjeira e intitula-se “*São Salvador de Angra – Uma catedral sebástica*”.²³³ O trabalho inclui um estudo histórico e a análise morfológica do edifício, sendo que,

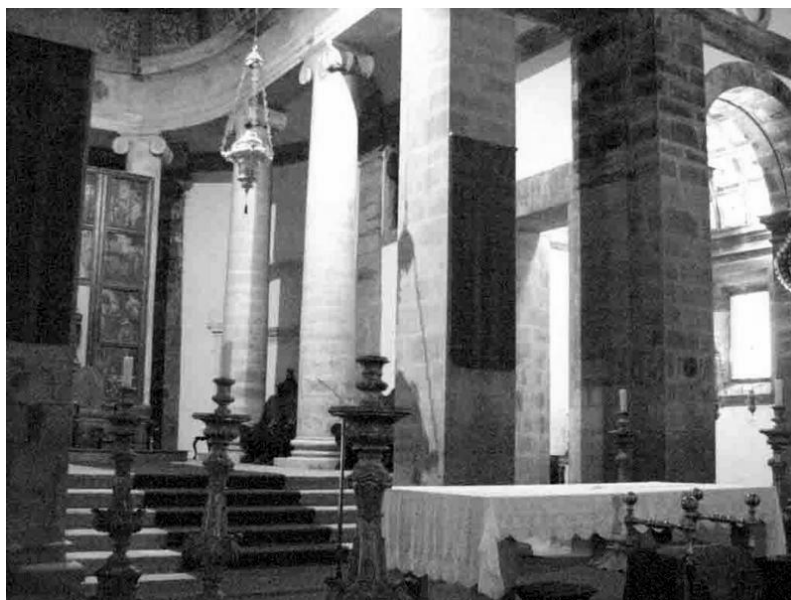
²³⁰ Veja-se: José Eduardo Horta CORREIA, “A Arquitectura - Maneirismo e ‘Estilo Chão’”, Vítor SERRÃO (coord.), *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Lisboa, Alfa, 1993, vol. 7, pp. 110-111; Rafael MOREIRA, “Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coords.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 397; Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, vol. III, p. 196.

²³¹ Rafael MOREIRA, “Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)”... p. 397.

²³² Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo...* vol. III, p. 196.

²³³ Mateus Eduardo da Rocha LARANJEIRA, *São Salvador de Angra...* em especial as páginas 71-76.

no que respeita à atribuição da autoria do risco da nova igreja angrense, sem descartar todas as dúvidas, concorda genericamente com Vítor Serrão, e acrescenta a fundamentação com o estudo comparativo das cabeceiras da Sé de Angra e dos Jerónimos.



Pormenor do altar mor.

A investigação levada a cabo no âmbito da presente tese, mais dirigida a problemáticas urbanas, permitiu o acesso a um conjunto limitado, mas muito útil, de documentos referentes ao processo construtivo da Sé, o qual vale a pena explorar. A maior parte desses diplomas, incertos no *Primeiro Livro de Registo de Angra*²³⁴, são conhecidos do meio historiográfico, trazidos há muito à luz pela historiografia setecentista e oitocentista das ilhas, respetivamente pela *Fenix Angrense*²³⁵ de Maldonado e pelos *Anais da Ilha Terceira*²³⁶ de Drumond. Contudo, estes autores não transcreveram os documentos originais na íntegra, omitindo o que lhes pareceu lateral e sem importância, pormenores que para o caso são da maior relevância, como adiante se mostra.

²³⁴ *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 435.

²³⁵ Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrense...* vol. I, pp. 222-223.

²³⁶ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...* vol. I, pp. 121-124.

Não obstante, o primeiro documento referente ao processo construtivo da Sé tem outra origem, tratando-se precisamente da bula²³⁷ papal de criação da diocese. Datada de Janeiro de 1533, mas apenas confirmada e expedida em Novembro 1534, nela se encomenda a construção de uma igreja catedral, capaz de representar condignamente a qualidade e a primazia da igreja e do lugar enquanto sede ereta do bispado. Nesse mesmo documento, Roma lembra a Coroa portuguesa da obrigação que nessa matéria lhe advém do Direito de Padroado (aliás renovado pela Bula). O diploma pontifício refere designadamente a responsabilidade que ao rei português cabe, como administrador da Ordem de Cristo, de prover na construção e manutenção dos edifícios religiosos. O Papa “*além de tudo quis, estabeleceu e decretou que também, desde então para o futuro, o mesmo Rei João e ao tempo existente administrador ou mestre da referida Milícia ampliassem os edifícios da mesma igreja do Santo Salvador e a fizessem tomar em tudo a forma de igreja catedral*” .²³⁸ Acrescentando ainda, que “*estaria gravemente obrigado a prover (...) a igreja do salvador (...) para nela[s] se manter decentemente o culto divino*”.

Seguindo a cronologia possível, encontra-se o primeiro documento referente à materialidade da nova Sé datado já de 1557²³⁹. Incerto precisamente na primitiva compilação angrense, nunca foi abordado na sua totalidade sob o ponto de vista da história da arquitetura e urbanismo e é um dado essencial para a compreensão e revisão do tema.

Trata-se do traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao monarca, levados no ano de 1557 ao reino por um procurador, expondo os problemas do concelho. No que respeita à Sé as preocupações municipais prendem-se com o atraso do processo que se havia iniciado algum tempo antes, em data ainda por determinar.²⁴⁰ Por aí se sabe que antes de 1557 e a pedido do rei, de Angra saíra já uma traça para a nova igreja, provavelmente um

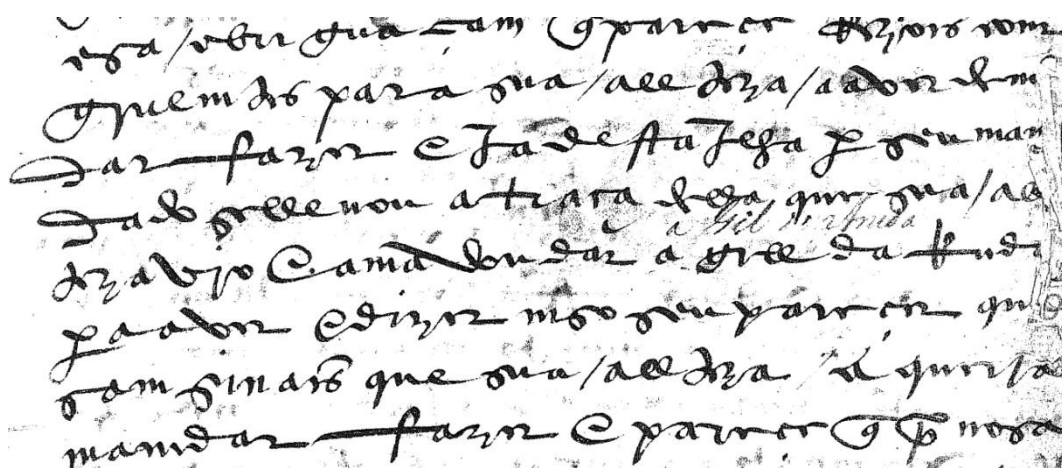
²³⁷ Bula traduzida do latim em: Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 261-267.

²³⁸ Bula traduzida do latim em: Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...* vol. III, p. 265.

²³⁹ “Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao rei em 1557”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 3-7.

²⁴⁰ “Carta pera amtonio pinnheiro // senhor”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 8-9.

levantamento topográfico do local e condicionantes prévias, nomeadamente a primitiva igreja do Salvador que servia de Sé, e as extremas e limites a considerar. Traça essa, diz-nos o mesmo documento, que o rei “vjo e a mandou dar a gill d'aRuda pera ver e dizer niso seu perecer”.



na/obra qua sam q parer qzior som
quem do para qua/ace dita/edon d m
dar fazer e faze a faga p qzior
da b pree nou a terra faga qm qua/aa
dza bjo Cama boudar a gila da fuda
pa obr edizor mo qm parer qzior
sam pizar qm qua/ace dita/edon d m
mandar fazer e parer qzior

Excerto da reprodução do “Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara ao rei em 1557”, Livro do Registo da Câmara de Angra, fol. 8.

Gil de Arruda, afastada a hipótese de se tratar de uma abreviatura de Miguel de Arruda, é o mais que provável autor da nova traça da Sé entretanto enviada de volta a Angra. O nome não vem acrescentado de qualquer qualificativo, pelo que, se desconhece a sua posição na hierarquia do funcionalismo especializado da época. É, apesar de tudo, importante referir que pelo menos o apelido, Arruda, induz a sugestão de se estar perante um membro, ainda desconhecido (?), do clã de mestres construtores portugueses com forte implantação na arquitetura portuguesa de Quinhentos.²⁴¹ Por entre todos destaca-se Miguel de Arruda, nomeado *Mestre de obras dos muros e das fortificações do Reino, Lugares d'Além e Índia*, desde 1548,²⁴² cargo criado por D. João III e logo por ele ocupado.

É relevante que precisamente na década de cinquenta Miguel de Arruda esteja a trabalhar no projeto da Sé de Miranda, cuja primeira pedra foi lançada no

²⁴¹ Consulte-se: SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1904 da Biblioteca da INCM, 1988, vol. I, pp. 46-75 e 513-517.

²⁴² SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...* vol. I, p. 72.

ano de 1556, e que a historiografia²⁴³ aceite a sua intervenção, direta ou não, nas Sés de Leiria, Portalegre e Goa.

De acordo com os dados documentais disponíveis, observa-se que a longa fase processual e projetual se divide em dois períodos, o primeiro enquadrado pelo reinado de D. João III conforma-se pela ereção de Angra em sede episcopal e a da Igreja de São Salvador em Sé, o segundo inscrito no período da regência (de D. Catarina entre 1557 e 1562, e do Cardeal Infante até 1568), tem por marca a decisão de fazer avançar o projeto, elaborado no reinado anterior.

Quando D. Sebastião assume o governo do reino, dá-se início à campanha de obras. Uma nova fase, também ela demorada, e a que faltarão muitos dados, porventura essenciais para a compreensão de partes do percurso da obra e até de partes do edifício.

A primeira pedra da obra da catedral angrense foi lançada quando a diocese contava já com 36 anos (1570),²⁴⁴ enquanto a provisão régia que ordenou a feitura da obra foi emitida apenas dois anos antes, a 8 de Janeiro de 1568,²⁴⁵ pela mão do cardeal infante, ainda regente do sobrinho neto, D. Sebastião, cargo que ocupou até 20 desse mesmo mês.

A dimensão da obra, aliada às condicionantes da história político social local, proporcionaram que a construção da catedral angrense se estendesse por um tempo longo. De resto, uma obra como esta terá exigido a montagem de uma logística complexa, ao nível da disponibilização de materiais construtivos, mas também pela reunião de mão-de-obra qualificada. Tudo, enquanto se procedia à consolidação do processo de colonização da ilha e arquipélago, de que afinal a organização da diocese e a construção da Sé são partes integrantes.

²⁴³ Este é o panorama apresentado por Vítor SERRÃO em *História da Arte em Portugal - O Renascimento...* vol. III, p. 189.

²⁴⁴ “dia da primeira pedra e comeso da see noua que ajnda não he acabada a temto tempo”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 138-139.

²⁴⁵ “proujsam del Rej Noso Senhor sobre o faziemnto da see”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 112-113.

Com efeito, no período que mediou os anos de elaboração do projeto catedralício e o início efetivo da construção, nos Açores e em particular em Angra, tiveram lugar outros acontecimentos da maior importância para o entendimento da evolução morfológica das cidades das ilhas, episódios que ao mesmo tempo refletem o contexto genérico de evolução da urbanística portuguesa. Não é por isso de todo despidendo referir-se neste ponto do texto a vinda de técnicos especializados às ilhas, para entenderem em questões de fortificação, primeiro em 1552, o engenheiro Isidro de Almeida, e em 1567 a viagem dos italianos Tommaso Bennedeto e Pompeu Ardití.

Mais sobressai se se observar que a nomeação de Luís Gonçalves²⁴⁶ (a quem a história local atribui a autoria do projeto da Sé) em 1567²⁴⁷ como *mestre de obras*, não será de todo alheia à estadia dos últimos em Angra, atendendo a que, no alvará régio de nomeação, Luís Gonçalves surge precisamente como "*mestre de obras de fortificação da ilha Terceira*" e que a condição de coordenador do estaleiro da igreja apenas se reconhece no diploma que descreve a cerimónia de lançamento da primeira pedra da catedral em 1570, onde aparece como "*mestre da dyta hobra da se e outras cousas*".²⁴⁸

A historiografia que trata o assunto tem tido por base um equívoco, que não sendo determinante para a compreensão do processo global, também não permitiu apreciar a questão da obra da Sé na sua verdadeira dimensão e contexto. Tal equívoco decorre da leitura feita sobre a figura de Luís Gonçalves, e sobre as funções que lhe estavam atribuídas pela coroa, que afinal são bem mais abrangentes do que as de mestre das obras da Sé.

Sousa Viterbo, no seu Dicionário, chega a Luis Gonçalves pelo alvará régio de nomeação do seu sucessor na obra da Sé²⁴⁹. Um documento de 27 de Janeiro de 1608, data em que "*Luiz Mendes, morador na cidade de Angra da ilha Terceira*" recebeu a "*merce do officio de mestre das obras de pedraria e alvenaria da see da*

²⁴⁶ "Alluara do mestre das obras", *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 102-103.

²⁴⁷ Esta data foi erradamente transcrita por Drummond, nos *Anais da Ilha Terceira*, como 1562. Erro sucessivamente repetido pela historiografia dedicada à questão.

²⁴⁸ "dia da prjmeira pedra e comeso da see noua que ajnda não he acabada a temto tenpo", *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 139.

²⁴⁹ Entrada 163- Cotta (Luiz Gonçalves), SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...* vol. I, p. 247.

dita cidade e de todas as mais obras que eu mandar fazer na dita ilha, asy e da maneira que o tynha e seruia Luis Gonçalves Cotta, por cujo falecymto vagou o dito offycio, com o quoal auera o mantymto a elle ordenado e os proes e percalços que lhe diretamente pertencerem asy e da maneira que os tynha e avia o dito Luis Gonçalves."²⁵⁰

Mas Luís Gonçalves, foi nomeado em primeiro lugar como engenheiro militar, numa época em que a ilha Terceira planeava a construção de uma complexa rede defensiva. Por inerência dessa função cabia-lhe assumir a direção de todas as obras reais, pelo que passou também a mestre das obras da catedral. Está-se perante um caso particularmente esclarecedor da forma como processualmente se desenrolam e gerem as obras reais além-mar, e da relevância da engenharia militar na montagem de todo o processo de construção do império, bem como das competências dos engenheiros militares enviados aos lugares, mais do que a projetar, a dirigir obras.

Vale por isso a pena juntar a este discurso alguns factos importantes para o entendimento global deste sistema e estratégia. Deve destacar-se especialmente a nomeação de Mateus Fernandes, por esses mesmos anos de 1567, provido como *mestre das obras de fortificação da ilha da Madeira*",²⁵¹ e, tal como Luís Gonçalves para o caso açoriano, na sequência da passagem dos italianos Tommaso Benedito e Pompeu Arditi por aquele arquipélago.

O percurso de Mateus Fernandes está já estudado,²⁵² trabalho possível por estar documentalmente fundamentado, nomeadamente pelo regimento supra

²⁵⁰ "Alvará de nomeação de Luiz Mendes como mestre de obras de pedraria e alvenaria da see (...) e das mais obras", SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...* vol. II, p. 166.

²⁵¹ "Treslado do Regimento que Sua Alteza enviou a MATEUS FERNANDES, fortificador e Mestre das Obras da Ilha da Madeira, o qual é de Pero Mã. Dias Gaspar (?) e passado por Álvaro Pires em Lisboa, a 14 de Março de 1567", Rui CARITA, *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572 e a carta da madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, Governo regional da Madeira. Secretaria Regional da Educação, 1984, pp. 41-42.

²⁵² Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal - O Renascimento...*, vol. III, pp. 192-194. Este autor regista Mateus Fernandes no mesmo capítulo que dedica a Miguel Arruda e António Rodrigues, capítulo intitulado *Miguel Arruda, António Rodrigues e Mateus Fernandes (III): da Engenharia Militar às Novas Pesquisas Espaciais* (pp.187-194). Neto e provavelmente filho de arquitetos, respetivamente Mateus Fernandes I e II, Vítor Serrão anuncia-o como "*arquitecto e engenheiro militar tal como Miguel Arruda*", especifica as obras que desenvolveu na Madeira a partir de 1567 e encontra-o a trabalhar no continente em 1595, concretamente em São Vicente de Abrantes, nesse mesmo ano documenta-o também em Abrantes a trabalhar como "*arquitecto e*

citado, mas também pelos trabalhos a este mestre atribuídos na ilha de que se destacam a autoria das peças cartográficas identificadas por Rui Carita²⁵³ como suas. Não se conhece documentação tão aprofundada para sustentar um estudo sobre o nomeado mestre-de-obras reais na Terceira, contudo os diplomas até aqui enumerados são bastantes para que se proponha uma equivalência não só dos cargos, mas também das funções efetivamente desempenhadas por cada um nas respetivas ilhas.

Na entrada que faz para Luís Gonçalves, Sousa Viterbo admite não conhecer o documento da nomeação do mestre de obras, contudo lembra outro documento importante para a interpretação agora proposta. Trata-se da carta enviada pelo corregedor de São Miguel, Christovão Soares da Albergaria, ao vice-rei em Outubro de 1585, avisando que lhe "*pareceo bem deter por alguns dias nesta terra a Luis Gonçalves, mestre das obras da ylha Terceira, que vae ao Reino sobre seus negocios, para que, por sua ordem e traça, se faça hua plata-forma na fortaleza diante da cortina de São Bras (...) e com ele se entenderá em o que mais for necessario, por que não há na terra engenheiro ou pessoa que o entenda.*"²⁵⁴

Retomando a condução do fio cronológico existente, tem-se que ainda antes do lançamento da primeira pedra (1570) e após a nomeação de Luís Gonçalves, foram emanadas duas ordens régias de provimento das obras, ambas datadas de 10 de Janeiro de 1568: uma determinando 3000 cruzados anuais²⁵⁵ para o "*fazimento da Sé enquanto a obra dura*",²⁵⁶ outra um alvará "*sobre as Justicas darem pesos*

mestre das obras de El-Rei" na traça na nova casa de vereação. Já entrado o século seguinte trabalha na Igreja da Misericórdia de Torres Novas, obra onde segundo o historiador "*se sente a frieza e o rigorismo de concepção militarista*".

²⁵³ Rui CARITA, "A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c.1570)", *Separata do Boletim da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983, vol. CXLVII, série de separatas, pp. 9-57. E com maior desenvolvimento: Rui CARITA, *O regimento de fortificação... em especial* pp. 45-73.

²⁵⁴ "Carta de Christovão Soares de Albergaria ao Archiduque Alberto", SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...* vol. I, p. 247.

²⁵⁵ Esta fórmula já estava previamente definida na "proujsam del Rej Noso Senhor sobre o faziemnto da see", *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 112-113.

²⁵⁶ "proujsão sobre o dinheiro que ell Rej noso senhor mamda dar pera a See", *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 125-126.

que syruão na obra da see".²⁵⁷ A primeira garantindo o financiamento da construção a segunda assegurando mão-de-obra.

O tema do financiamento da obra é mais um detalhe relevante para o entendimento global da estratégia real naquilo que respeita às estruturas construtivas da sua responsabilidade. Por isso, vale a pena recuar um pouco e recuperar o conteúdo possível desta questão particular.

Em rigor quase todos os documentos que foi possível recolher referentes à Sé de Angra, têm invariavelmente como preocupação central a questão do financiamento. O documento que acima se citou, datado de 1557,²⁵⁸ tem interesses para o tema em estudo que vão além de resolver a dúvida sobre a autoria da traça da Sé angrése nomeadamente no que toca à forma como se custeou a obra. É que, o tema da gestão dos custos e despesas da "obra pública" nas ilhas era ainda uma questão não totalmente resolvida, sendo a busca de uma solução uma das justificações plausíveis para o atraso da obra da catedral. A que se juntam outros contributos evidentes e mais imediatos, como o distanciamento da terra à corte, mas essencialmente, a sobreposição ao problema de questões que entretanto surgiam e colocavam progressivamente, Angra e os Açores, numa posição de importância relativizada a um todo que era cada vez maior. Note-se, como exemplo que precisamente pelos anos da criação do bispado açoriano se redefinia a estratégia para o Brasil com a instituição das capitânias-donatárias em 1535.

No diploma de 57, ressalta precisamente a súplica da Câmara para que o rei atenda a que a cidade é pobre e não tem condições de por si só efetuar a obra da Sé, mais lembra à coroa que a ela cabe a construção do templo: "*Pedjmos a vosa allteza que mande [fazer?] nesta cidade see porque a Igr[eia que] serue de see he muyto pequena [e não se com]fforma com a gramdeza e no[breza da cidade?](...) mas çertificamos a vosa allteza que esta [terra é] pobre e as novidades acodem tão mal e as teRas sam fraquas (...) E tambem parece que vosa allteza em allgua maneira esta a iso hobriguado por Respeito dos dizimos que lleva que são da IgreJa."*

²⁵⁷ "sobre as Justicas darem pesoas que syruão na obra da see sendo-lhe pididas pelo Recebedor" *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 124-125.

²⁵⁸ "Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao rei em 1557", *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 3-7.

Mas muito antes, em 1536, num dos poucos diplomas conhecidos referentes à Sé do reinado de D. João III, o primeiro bispo de Angra, D. Agostinho Ribeiro, escreve ao rei nos seguintes termos: “*Senhor- eu tenho falado com hos da Camara desta cidade dangra e assy com ho corregedor sobre o fazer desta see // todos dizem que he bem que se faça, mas ategora nunca pude acabar co elles, que se tomasse conclusam nem cuidado que a ha tomaram, se V. a. Lho nam mandar (...) beyjarei as mãos de V. a. Querer entender nisso e mandar que se faça e lancem taxa porque doutra maneira nunca se fara.*”²⁵⁹ Desconhece-se a resposta em particular a esta carta, mas conhece-se um traslado de um alvará régio datado de Setembro de 1550, sobre o código que o *Provedor dos Residuos e Capelas e Hospitais* nomeado para Angra devia cumprir, esclarecendo precisamente que o *regimento* devia ser cumprido na integra, excepto no que “*toquar as terças das Rendas dos Comcelhos e obras (...) porquoamto na djta jlha não ha as djtas tercas*”.²⁶⁰

Um privilégio talvez decorrente ainda dos primeiros diplomas conhecidos da história açoriana que, isentando os moradores do pagamento de impostos, perspectivava atrair novos colonos. Certo é que o tema do financiamento se resolveu apenas no reinado sebástico, seguramente impulsionado pela necessidade premente de construir fortificações, numa época em que a cobiça pelo domínio português do atlântico colocava as ilhas em permanente perigo de invasões e ataques corsários.

O caso particular da obra da igreja catedral seria até formalmente simples de resolver dado que, por inerência, ao rei cabia custear a fábrica da Sé, como desde início alegara o Papa, na bula de criação do bispado, e a câmara de Angra, nomeadamente no documento que se tem vindo a analisar.

Contudo, na prática, o controle e fiscalização deste processo, à distância, não seriam fáceis de manter, pelo que se observa que um quadro alargado de funcionários começa a construir-se. São os provedores da Fazenda, que habitualmente acumulam a provedoria das obras, ou fortificação, como também

²⁵⁹ AA ...vol. II, p. 68

²⁶⁰ “Trellado de hum aluara dell Rej noso senhor que esta no fym do Regimento de manuel meres”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 61.

aparece documentado. Tal é precisamente o caso de João da Silva Canto designado Provedor da Armada, da Fazenda e desde pelo menos Março de 1567 também “*emcargado de prouedor das dytas obras*”²⁶¹, e tal como a nomeação de Luis Gonçalves enquadrada no contexto construtivo da época, de raiz militar.

É também de referir, por exemplar, o “*Alvará sobre as capella das igrejas Parochiais que de nouo se fizerem no Bispado*”²⁶², datado de 1568, pela mão de D. Sebastião e enviado a *João da Sylva do Canto* que ocupa o cargo de “*Provedor de minha Fazenda e Armadas na cidade d Angra da Ilha Terseira e mais Ilhas de Baixo*”. Neste documento o rei diz: “*hey por bem, e me praz por cumprir assim ao serviço de nosso senhor, e ueneração do Culto Diuino, que as capellas das igrejas que forem de minha obrigação nas ditas Ilhas que estiverem derribadas, ou por uizitação do prelado estiver assentado que se consertem, ou fação de novo onde os corpos das igrejas já estiverem feitos, se fação e consertem (...) à custa de minha fazenda.*”

O auto do lançamento da primeira pedra da Sé nova em 1570, é um documento de extrema importância para o reconhecimento da história urbana e da evolução morfológica de Angra, em particular no período em que a urbe passa de vila a cidade, a partir de 1534, e cresce sobre a zona a poente do núcleo mais antigo, na extensão precisamente entre a Sé e São Gonçalo, no limite oeste da malha.

Iniciadas as obras, novas adendas ao projeto inicial foram introduzidas, procedimento inevitável numa obra transversal a tempos, reinados e governos episcopais diversificados. Veja-se como o processo em 1570, aquando do lançamento da primeira pedra, conhecia já a intervenção de quatro governantes, D. João III, D. Catarina de Áustria, o Cardeal Infante D. Henrique e D. Sebastião, sendo que rapidamente se viu perturbada pelas circunstâncias da crise dinástica,

²⁶¹ “*trellado do regimento das tersas que se am-de ffazer pera se ffortificar esta sydade*” *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 78-83.

²⁶² “*Copia do alvará sobre as capellas das igrejas Parochiais que de nouo se fizerem no Bispado*”, Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. I, p. 217-218.

com particulares especificidades na Terceira, conquistada apenas em 1582. Circunstâncias que, de resto, terão levado á suspensão da obra entre 1580 e 1585.

A introdução de alterações ao projeto fica comprovada em quatro documentos, dois ainda dos anos setenta da era de quinhentos, e outros dois da primeira década de seiscentos. Ainda que em número reduzido, pela especificidade do seu conteúdo, estes diplomas permitem especular sobre a existência de outras modificações, ainda desconhecidas, ao projeto inicialmente delineado, pelo que, nesse sentido, se pode dizer que o figurino inicial foi sendo acrescentado por outros técnicos, de acordo com as necessidades dos diversos tempos e a vontade dos principais protagonistas.

Note-se ainda, como os documentos que se passa a analisar, se sujeitaram todos à chancela superior da provedoria das obras reais ou do próprio rei, sendo que a Sé, como obra régia, ter-se-á sempre submetido à vontade do poder central, contrariando dessa forma a tese de reinterpretação regionalista e local da linguagem renascentista e maneirista.²⁶³

O primeiro diploma do conjunto anunciado está datado de 6 de Outubro de 1572 e vai assinado pelo rei, respeita à introdução no projeto de dois arcos para abertura de capelas e de duas portas laterais. Diz o monarca: “ (...) *me praz que os arcos que vão tracados na traça da se que mamdej ffazer na cydade d'amgra da jlha terceira que se ffação de pedrarja a custa de mjnha ffazemda do dinheiro que he apljado pera as hobras da dita se os qoais arcos se ffarão comfforme e como vão traçados de Risqos vermelhos na mesma traça e os corpos das capellas que se am-de ffazer nos ditos arcos se ffarão a custa das pesoas a que se derem e asy ey por bem que se ffação na dita se duas portas travesas no corpo da igreja em hos lugares que pera iso vão asynados na trasa a qual he asynada por jom carvalho ffdalguo de mjnha casa e prouedor das mjnhas obras (...)*”²⁶⁴

²⁶³ Parece ser esta a interpretação de Pedro Dias, veja-se Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo. O espaço Atlântico*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, pp.252-253.

²⁶⁴ “poujsão de Sua Alteza sobre os portais e arcos da se per as capelas dos deuotos”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* pp. 159-160.



Interior da Sé de Angra. Altar mor e deambulatório enquadrados por uma enorme *serliana*.

Este desenho redefinidor da traça da igreja angrense, tem por curiosidade estar assinado pelo provedor das obras e não por um arquiteto ou outro técnico.

Com data de 8 de Junho de 1573, surge um segundo documento referente a alterações à traça original, novamente pela introdução de arcos. Trata-se de uma “*prouizão pera se acrescentar na se mais dois arcos*”, desta feita a pedido de Angra. Segundo relata o documento, “*(...) avendo Respeito e emfformasão que ouue da necesjdade de que hauja de se acrescentar a se que tenho mamadado ffazer na cjdade d'amgra da jlha terceira allem da traça em que primeiro estava ordenado que se ffizese o corpo della ej por bem e me praz que se lhe acrescentem dous arqos em cada nave comfforme aos mais arcos que na dita traça tem ordenados pelo que mamdo aos officjciais que entendem na obra da dita se d'amgra e ao mestre della que lhe ffação acrescentar e lhe acrescentem dous arcos em cada nave como dito he (...)*”.²⁶⁵

À parte da redefinição morfológica imposta ao edifício, estas ordens vêm alterar o conceito tipológico inicial, que não previa capelas laterais, bem como a

²⁶⁵ “*pouizão pera se acrescentar na se mais dois arcos*”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...* p. 178.

funcionalidade geral do espaço, nomeadamente no que respeita à inserção urbana do edifício que se vê acrescentado de duas portas laterais comunicantes com a cidade. Ligação intermediada, é certo, pelo adro, contudo alinhada, na porta do lado poente, com a Rua do Barcelos, enquadrando-se portanto num traçado urbano que lhe era prévio.

Os dois documentos seiscentistas, datados de 1609, referem-se ambos à mesma questão, a possibilidade de introdução de uma *claustra* na Sé. Tema, de resto, da maior relevância no âmbito do estudo tipológico da catedral em sentido lato.

O primeiro dos dois intitula-se “*Consulta sobre o claustro da Sé d'Angra*”,²⁶⁶ e consiste no auto da consulta à Mesa da Consciencia enviado por esta ao rei, elaborado a partir de um pedido do bispo de Angra “*dizendo que a obra da See daquella cidade estava já em bons termos, porem que ficará imperfeita, se não tiver uma claustra derredor, como tem as mais Sees do Reino, por ser muito necessaria, o que se não faz por ser fora da traça e modelo*” continua o bispo, pedindo que “*da mesma fabrica, podesse elle Bispo ordenar o que lhe parecesse*”. A isto “*(...) foi servido mandar-lhe responder que pera se poder resolver no que se deve fazer àcerca da dita obra lhe era necessário ver trasumpto da traça que está feita para esta obra com o sitio e tençam que o bispo tem donde se haja de fazer a claustra com o orçamento do que poderá fazer de custo (...)*”, mais se acrescentou que o “*(...) dito orçamento se fizesse pelos officiais de V. Magestade havendo-os na dita ilha e que em falta se faria por outros ajuramentados (...)*” e que tudo se enviasse de volta.

Segue o documento relatando que “*o Bispo satisfez com os papeis*” os “*(...) quaes foram mostrados a Balthazar Alvarez, architecto de V. Magestade para os ver e fazer outra traça, com as mais declarações que lhe parecessem necessarias, ao que satisfez com a traça e relação della, ao que todo, uma e outra enviamos a V. Magestade para poder mandar o que houver por serviço.*”

A referida Mesa da Consciência, recebeu como resposta um novo pedido: “*(...) antes de me resolver, [quero] encomendar-vos (como o faço) que ordeneis*

²⁶⁶ “Consulta sobre o claustro da Sé de Angra; de 3 d'agosto de 1609”, AA... vol. IX, pp.232-233.

se declare se esta fabrica é perpetua e que dinheiro há de presente caído, e se estão de todo acabadas as obras daquela See, ou que falta, enviando-se uma particular relação de tudo isto.”²⁶⁷ Pedido enviado em carta de 25 de Agosto de 1609, assinada pel' *O Marquez*. Não se conhece a sequência direta deste último pedido, mas note-se como o *Marquez*, Cristovão de Moura Corte Real, vice-rei de Filipe II, era também o capitão de Angra.

Do mesmo modo, permanecem desconhecidos os papeis que junto com o primeiro pedido foram expedidos de Angra, tão pouco se conhecem os desenhos que Baltazar Alvares elaborou para o claustro da catedral angrense. Contudo sabe-se que uma *claustra* foi construída na parte tardoz da igreja, pelo que é crível que esse elemento, entretanto desaparecido, seja na realidade da autoria do arquiteto das obras reais, como sugerem os documentos citados.

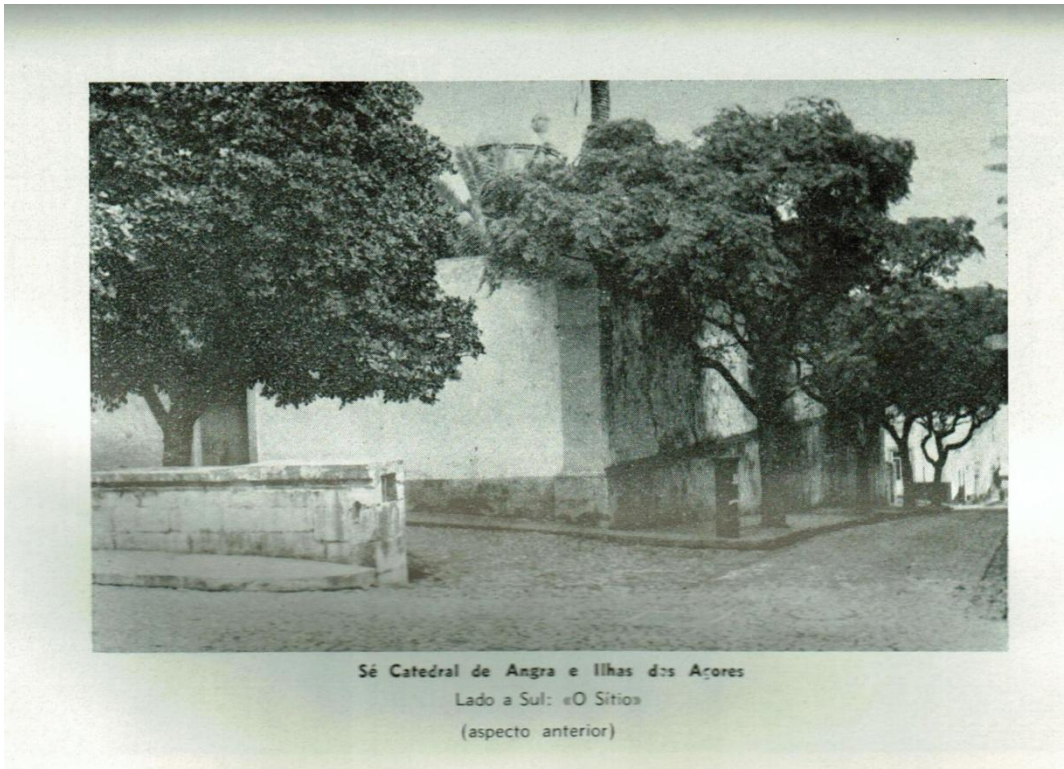
À parte disso, é insuficiente a informação para com rigor se fazer uma análise à sua forma e funcionalidade, apenas se conhece uma fotografia do aspeto exterior desta construção, anterior à sua destruição, cerca de 1950, não existindo qualquer outro registo iconográfico da área. Por essa fotografia, apenas e tão só se percebe a existência de um corpo adossado ao volume da cabeceira da igreja, limitado à largura da própria cabeceira nos lados, estendendo-se no topo sul à extrema do quarteirão, mas não a ultrapassando, cumprindo portanto o regime de quarteirões alinhados, inscrito na malha angrense.

Depreende-se ainda dos dados disponíveis que esta estrutura terá sido profundamente alterada no século XVIII, quando se construiu o volume ocupado pela sacristia grande, no piso térreo, e pelo tribunal eclesiástico, no superior. Bem como no século XIX, quando o espaço serviu de cemitério, para finalmente ser destruído nos anos cinquenta do século XX, dando lugar à forma atual do lugar.

²⁶⁷ “Resposta”, AA... vol. IX, pp.233.



Vista atual da parte traseira da Sé.



Fotografia da parte traseira da Sé de Angra.

Ficam ainda por preencher muitos espaços na cronologia histórica do edifício. Lacunas difíceis de eliminar na íntegra, contudo, é possível compilar um conjunto alargado de dados que não sendo conclusivos, não são também desprezíveis e podem ajudar a compreender o projeto, a obra e os seus tempos.

Durante as fases projetual e construtiva, entre data anterior a 1557 e 1618,²⁶⁸ Angra conheceu o governo de dez prelados, com reflexos determinantes nos avanços e recuos do processo construtivo da Sé. Seguramente que não apenas por coincidência, durante precisamente os períodos de *sede vacante*, reconhece-se uma estagnação do processo, enquanto que nas épocas em que a diocese conheceu o bispo se registam avanços consideráveis.

Tal é o caso da prelatura D. Jorge de Santiago,²⁶⁹ que segundo as crónicas imprimiu uma nova dinâmica ao governo da diocese. Seguiu-se a D. Rodrigo Pinheiro,²⁷⁰ segundo bispo de Angra, bispo ausente que deixou o governo da diocese entre 1540 e 1552 entregue a visitadores e ao cabido.

Com o bispo Jorge de Santiago dá-se início e andamento ao projeto que, como antes se viu, em 1557 já estava aprovado no Reino. Em rigor não se sabe que influência o seu perfil terá tido no projeto mas vale a pena referir que no ano de 1545, em Trento, D. Jorge assistiu ao concílio como enviado de D. João III. E que, em 1559, promove na sede episcopal um sínodo diocesano de onde emergem as *Constituições Sinodais da Diocese de Angra*²⁷¹ publicadas pela primeira vez no ano seguinte, ainda antes de terminado o Concílio, apenas encerrado em 1563.

²⁶⁸ “Memória do dinheiro que se despendeu nas obras da See d Angra do anno de 1568 que se comessou the o anno de 1618”, por: Manuel MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. III, pp. 441-443. Por aqui se vê que apenas faltava o douramento do entalhamento do altar-mor, caixotões para a sacristia, estando terminada toda a obra de pedraria.

²⁶⁹ Manuel MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. III, pp. 99-100.

²⁷⁰ Manuel MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. III, p. 99.

²⁷¹ D. Jorge de SANYAGO, *Constituições Synodaes do Bispado d'Angra. Approvadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Cathedral no anno de 1559*, Angra do Heroísmo, Typographia do Correio da Terceira, 1881, nº 7.

As constituições angrenses não incluem referências diretas às formas arquitetónicas, mas incluem já regulação que condiciona a liturgia e consequentemente a tipologia espacial.²⁷²

Enquanto bispo. D. Jorge de Santiago, tomou ainda medidas organizativas com reflexos importantes no território, nomeadamente determinou que os lugares com mais de 30 fogos fossem considerados como vigarias, e os com mais de 20, curatos. Lugares estes que deviam estar dotados de sacrário e capazes de celebração da Semana Santa.

Entre 1564 e 1567, o bispo voltou a ser ausente. E mais uma vez, consequência directa ou não dessa situação, não se conhecem quaisquer dados referentes ao processo da Sé para esses anos. O bispo nomeado, D. Manuel de Almada,²⁷³ terminou a prelatura no ano em que foi nomeado confessor da rainha viúva, Catarina de Áustria.

Com a entrada de D. Nuno Alvares Pereira²⁷⁴ cuja prelatura decorre entre 1568 e 1570 dá-se início efetivo ao processo construtivo da Sé, conjugando-se os esforços técnicos e financeiros para o lançamento da primeira pedra.

O período da crise dinástica, particularmente conturbado em Angra com a aclamação de D. António Prior do Crato e resistência à tomada espanhola da ilha, determinou, segundo conta a tradição histórica, que as obras da Sé tenham parado por completo entre 1580 e 1585. Opção crível dadas as circunstâncias impostas pela situação da ilha, que terão obrigado à canalização total de meios e fundos para as obras de fortificação num primeiro momento, seguido pela penalização do

²⁷² Veja-se em especial a constituição nona do título 17: “*Que se nã encostem aos altares, nem os leigos estem na capella mor, nem no coro, e que acabados os officios divinos se cerrem as ygrejas. Aos altares, sobre os quaes se celebra o corpo e sangue de nosso Redemptor, e aa capella moor que he lugar dos sacerdotes e por isso se chama presbyterio, e ao coro onde os sacerdotes e ecclesiasticos cantão os divinos officios, se deve toda reuerenciae acatamento, por nenhuma deve, ser profanados. Por tanto polla presente, defendemos a todas as pessoas, assi ecclesiasticas como seculares, que em nheum tempo se encostem aos altares, nem ponham cotovelo ou braço sobre elles... nem se assentem sobre os livros per que se cantão os divinos officios... E mandamos ao vigayro, rector, ou cura, que com a dita pena não consinta chegar as mulheres aos altares sob color de dauação.*

E assi mesmo conformandonos com o direyto, defendemos que quando se celebrão dos divinos officios, nhum leigo esté na capla mór nem no coro onde cantão os clérigos (...)” Obrigando claramente ao encerramento, à assistência leiga, do espaço compreendido pelo coro e altar.

²⁷³ Manuel MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. III, pp. 100-101.

²⁷⁴ Manuel MALDONADO, *Fenix Angrence...* vol. III, pp. 101-102.

governo militar imposto à ilha e a Angra na sequência da difícil conquista em 1582.

Não deixa contudo de ser curioso, que nessa fase²⁷⁵ e desde 1578 o bispo nomeado para dirigir a diocese, D. Pedro de Castilho,²⁷⁶ fosse filho de Diogo de Castilho (e sobrinho de João de Castilho).

Chegado à ilha apenas em 1579, acompanhado do irmão Frei Jorge, não se lhe reconhece documentalmente nenhum crédito específico na obra da Sé, mas tanto Pedro como Jorge de Castilho, requisitado pelo irmão para gerir a sua casa, não seriam de todo indiferentes à qualidade arquitetónica da obra então em curso, para mais, registou-se como D. Pedro de Castilho, uma vez bispo de Leiria (a partir de 1582), interveio na qualificação daquela Sé com a encomenda da obra do adro que ainda hoje a rodeia.²⁷⁷

Sabe-se que a estadia dos Castilho em Angra foi curta e conturbada, fortes apoiantes da opção filipina, o choque com a elite angrense dedicada à causa de D. António Prior do Crato, aclamado rei na Terceira, obrigou a que, em 1580, D. Pedro se retirasse para São Miguel, onde a sua ação foi determinante para o apoio da ilha à causa espanhola.²⁷⁸ Grandemente reconhecido pelos feitos do bispo em seu favor, D. Filipe nomeou-o de seguida bispo de Leiria e chegou a ser nomeado vice-rei de Portugal por dois momentos (1605-1608 e 1612-1614), depois de ter sido presidente da Mesa da Consciência e inquisidor geral.²⁷⁹

²⁷⁵ Para uma visão sobre este período nos Açores: Avelino de Freitas de MENESES, *Os Açores e o domínio filipino: 1580-1590*, Angra do Heroísmo, 2 vols., Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987. Veja-se também: Paulo Drummond BRAGA, “Espanhóis, continentais e açorianos”, *História dos Açores* ... vol. I, pp. 236-266.

²⁷⁶ Manuel MALDONADO, *Fenix Angrense* ... vol. III, pp. 105-106.

²⁷⁷ “Em 14 de Abril de 1603, iniciou ainda o bispo D. Pedro de Castilho o arranjo do “taboleiro da sé, todo em roda, com suas escadas; e para isso comprou casas, e quintaes, que n’aquelle sitio havia”. *Estes trabalhos demoraram dezoito meses a concluir. O laborioso prelado encomendou, igualmente, a pia baptismal, monolítica, e duas de água benta, e adquiriu alfaias de prata e paramentos.*” Virgolino Ferreira JORGE, “A arquitectura da Sé de Leiria. Perspectiva semântica, histórica e artística”, *Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*, Leiria, 1988, p.48

²⁷⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, pp. 39-42.

²⁷⁹ Sobre a “carreira fulgurante” de D. Pedro e o contexto em que se insere, consulte-se, José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, pp. 363-367 e Carlos Margaça VEIGA, “D. Pedro de Castilho: esboço de uma carreira no governo espanhol de Portugal”, *Actas das primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, 1986, pp. 355-370.



O castelo de São Filipe (*Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas, Guerra e Marina (1590-1605)*, CD 1, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004.)

CAPÍTULO II . PRAIA

Praia e Angra partilham o território da Terceira como as mais destacadas localidades da ilha e cabeças das capitânias aí criadas no ano de 1474. Mas se Angra desde muito cedo se evidenciou, tornando-se rapidamente na principal urbe da ilha (e arquipélago), a Praia, por isso, mas também pela sua história difícil marcada por catástrofes naturais,¹ nomeadamente os terramotos de 1614,² 1841³ e 1980, viu-se sempre, relegada para um segundo plano, até no panorama historiográfico.

Porém, na perspetiva desta investigação, que se centra no (re)conhecimento dos processos dirigidos de fazer cidade no arquipélago, a Praia, enquanto caso de estudo de história do urbanismo e da urbanística portuguesas, revela-se de enorme importância.

¹ Félix José da COSTA Jr, “Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória”, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória - Seguida de Coleção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Dita Vila e Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 1983, pp. 187-268. Este autor menciona, além dos terramotos ocorridos em 1614 e 1841, outras catástrofes menos destruidoras como sejam, um terramoto a 26 de Setembro de 1588 e outro a 26 de Julho de 1591, assim como, tremores nos anos de 1641, 1647, 1690, 1698, 1757, 1761 e 1801. Refere ainda uma enchente de água que no ano de 1755 atingiu a cidade de Angra, dando conta do marmoto que se seguiu ao terramoto que arrasou Lisboa. Neste contexto importa ainda lembrar que a Praia foi muito abalada pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980, pelo que o registo construído mais antigo é precisamente a sua estrutura viária, o seu esqueleto, já que praticamente tudo o resto foi necessariamente repetidamente substituído.

² José Guilherme Reis LEITE, “Terramotos, conflitos e fiscalidade nos Açores do século XVII”, *Anais de História de Além Mar*, Lisboa, CHAM, nº1, 2000, pp.198-204.

³ Félix José COSTA Jr, “Memória Histórica do Horrível Terramoto...”, pp. 187-268.

Não é naturalmente a sua dimensão ou extraordinária evolução urbana que o justifica, tão pouco a complexidade morfológica da sua malha, que é até simples, nem a sua arquitetura, que não sendo originalmente rica foi sucessivamente substituída. A Praia destaca-se sim, por ser de entre as vilas açorianas do período donatorial aquela onde melhor se identifica o processo fundacional, apresentando-se como um exemplar morfológicamente único, onde, apesar das sucessivas destruições, ainda se pode ler o programa base.

Aliás, a Praia ressalta de entre todas as primeiras vilas açorianas como o exemplar mais completo, integrando de origem a trilogia do programa essencial fundacional, ou seja a cerca (hoje totalmente desaparecida), o casario e a igreja.

Para mais, a Praia surge como uma entidade privilegiada no respeitante ao corpo documental que informa as suas diferentes fases de crescimento, não tanto sobre a perspectiva da sua materialização, a propósito da qual a documentação é praticamente omissa, mas sim do ponto de vista das práticas e dos intervenientes no processo. Refira-se desde já e a título de exemplo, a ordem do donatário determinando a sua fundação (c. 1482), a única, mesmo que por via indireta, conhecida para o espaço islenho. Mas merecem igualmente destaque os documentos de emanção régia que dispuseram e, mais do que isso, obrigaram à reconstrução da vila após o terramoto de 1614, na segunda fase de crescimento da urbe. Temas e datas determinantes para compreender a malha urbana em estudo.

1. Principais fontes e historiografia urbana

A Praia, não compreendendo um panorama historiográfico rico, conhece, apesar de tudo, um conjunto considerável de textos e obras que lhe estão dedicadas. Crónicas e estudos de história local que se conjugados com a (escassa) documentação conhecida e integrados em âmbitos historiográficos mais alargados e análogos, permitem compor um quadro bastante completo sobre a evolução urbanística e morfológica da cidade. Quadro a que acresce um conjunto importante de cartografia e iconografia, não obstante toda ela ser posterior a 1800.

As mais antigas descrições do lugar são as dos cronistas que o expõem cuidadosamente, no conjunto das suas ruas e principais edificações, dando conta de uma vila de fundação que ainda antes do final do século XVI se encontrava já consolidada na sua primeira forma, anterior ao terramoto. O primeiro cronista, Frutuoso, diz que a vila da Praia era “(...) *nobre e sumptuosa e de bons edifícios, edificados por muito bom modo, cercada de boa muralha, com seus fortes e baluartes toda em redondo, povoada de nobres e antigos moradores (...)*”⁴ Diogo das Chagas, cuja obra, *O Espelho Cristalino*, terá sido terminada cerca de 1646, conheceu-a já no período pós terramoto de 1614, pelo que a leitura sequencial dos dois é fundamental para compreender a estratégia de recuperação da vila. A investigação tem de ser coadjuvada pela interpretação das restantes crónicas históricas,⁵ narrações que pontualmente acrescentam informação às descrições de Frutuoso e Chagas, referindo a evolução toponímica e até do processo de recuperação e ampliação da vila, quando não deslocalização de edifícios importantes, designadamente dos conventos da Luz e de São Francisco, processos de que se dá conta ao longo do texto.

No quadro historiográfico praiense verifica-se que foram quase sempre as circunstâncias trágicas da sua história o grande catalisador da investigação, muito em função de assinalar as efemérides.

Apesar disso, e do elevado número de catástrofes, são afinal poucas as obras exclusivamente dedicadas à história urbana da Praia. De evidenciar, como particularmente relevante, é a obra de Francisco Ferreira Drummond, *Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Villa da Praia da Vitória*⁶ datada de 1846, obra vinda a lume na sequência do terramoto de 1841, episódio que incitou

⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 8.

⁵ Nomeadamente Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província ...*, vol.III, pp.113 – 150 e António CORDEYRO, *História Insulana ...*, pp. 253-259.

⁶ Francisco Ferreira DRUMMOND, “Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Villa da Praia da Vitória”, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória - Seguida de Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Dita Vila e Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 1983, pp. 19-82.

o autor a registar para memória futura o que ainda era possível reaver da história do lugar.

Em 1983, passados três anos sobre o terramoto de 1 de Janeiro de 1980, este trabalho surge integrado numa republicação, patrocinada pela Câmara Municipal da Praia, da “*Memória histórica do horrível terramoto de 15.VI.1841 que assolou a Vila da Praia da Vitória. Seguida de colecção de documentos sobre os trabalhos de reedificação da dita vila e memória histórica da capitania da muito notável Vila da Praia da Vitória*”,⁷ edição que compila num só volume três trabalhos,⁸ todos produzidos na sequência do terramoto que arrasou a vila na década de 40 do século XIX, particularmente relevantes para a época oitocentista, mas que acabam por refletir amiúde sobre a situação urbana anterior ao terramoto.

Desta breve resenha faz também parte a obra organizada por Vitorino Nemésio em 1929, o “*Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*”,⁹ publicada em comemoração do centenário da batalha de 11 de Agosto de 1829, batalha decisiva para a vitória do liberalismo em Portugal e que acrescentou à Praia o cognome *da Vitória*. Saliente-se como o escritor deixa o aviso “*não é uma história*”, na *Carta-Prefácio* com que abre o livro, adiantando ainda que “*(...) de verdadeiramente original há aqui apenas três coisas, duas das quais [considera] preciosas: a monografia sôbre A Acção do dia 11 de Agôsto de 1829, que se deve ao sr. Major Belisário Pimenta (...) e [com particular interesse para a área de investigação de que se ocupa esta tese] Os portais da Matriz da Vila da Praia da*

⁷ *Memória Histórica da Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória - Seguida de Colecção...*, 279 pp.

⁸ Félix José COSTA Jr, “Memória Histórica do Horrível Terramoto...”, pp. 187-268; José Ignácio d’Almeida MONJARDINO (1844), “Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Villa da Praya, e Villa de São Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praia, Fontinhas, Lajes, Vila Nova, e Agoalva, da Ilha Terceira, ocasionados pelo terramoto de 15 de Julho de 1841”, *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória - Seguida de Colecção de Documentos...*, pp. 83-191; Francisco Ferreira DRUMMOND, “Memória Histórica da Capitania da Muito Notável...”, pp. 19-82.

⁹ Neste trabalho usa-se a reedição aumentada do *Memorial da muito Notável Vila da Praia da Vitória* (coordenação de Vitorino Nemésio), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, publicação que veio a lume com o título *Memorial da Praia da Vitória. Edição refundida e aumentada do Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória, organizado por Vitorino Nemésio (Coimbra, Imprensa da Universidade, por ordem da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1929)*, (direcção de Eduardo Ferraz da Rosa), Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002, 422 pp.

Vitória, em que o sr. Dr. Vergílio Correia (...) pela primeira vez classifica, com raro saber e elegância, essas duas jóias desprezadas do manuelino arcaico.”¹⁰

Por último deve destacar-se o *Esboço Histórico*¹¹ que abre o volume dedicado à Praia do Inventário do Património Imóvel dos Açores, uma síntese essencial da história urbana da vila mas também da história da capitania e do concelho.

São duas as interpretações sobre a evolução urbanística da malha da Praia.

A primeira, publicada num breve parágrafo da obra *Arquitectura Popular dos Açores*¹² é, quanto a nós e apesar das suas características de simplicidade, a mais objetiva e certa na interpretação, muito embora não fundamente a análise com sustentação factual, além da evidente constatação morfológica. Identifica à partida duas malhas (a que numa linguagem mais dirigida se podem chamar unidades morfológicas) que admite corresponderem a diferentes épocas de desenvolvimento, não propondo contudo datas para a sua conformação. Segundo esta interpretação, o primeiro e mais antigo núcleo constitui-se pelo “(...) feixe de ruas que divergem e descem do alto de uma vertente, formando quarteirões muito estreitos e abrindo suavemente em direção à baía.”¹³ Enquanto que a fase seguinte se destaca por corresponder a uma área mais “interiorizada, [com] um traçado reticulado com ruas mais largas e quarteirões profundos (...)”,¹⁴ não se estendendo o texto mais sobre o assunto.

A segunda interpretação é também o único estudo exclusivamente dedicado ao urbanismo da Praia. Trata-se de um trabalho de José Manuel Fernandes¹⁵ inscrito no volume do *Inventário do Património Imóvel dos Açores* dedicado ao concelho e à cidade.

¹⁰ Vitorino NEMÉSIO, “Carta–Prefácio”, *Memorial da Praia da Vitória...*, pp. 9-13.

¹¹ José Guilherme Reis LEITE, “Breve esboço sobre a história da Praia”, *Praia da Vitória Terceira - Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, IAC, 2004, pp. 11-30.

¹² *Arquitectura Popular dos Açores*, Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2000, pp. 200-201.

¹³ *Arquitectura Popular dos Açores...*, p. 200.

¹⁴ *Arquitectura Popular dos Açores...*, p. 200.

¹⁵ José Manuel FERNANDES, “Da Praia às Lajes. Reflexão sobre as estruturas urbanas do concelho”, *Praia da Vitória Terceira...*, pp. 31-40, em especial a primeira parte do trabalho intitulada “Algumas considerações e hipóteses sobre a evolução histórica da estrutura urbana da Praia”, pp. 31-36.

Aí, o autor começa precisamente por alertar para as dificuldades acrescidas impostas a quem tem por objeto de estudo esta cidade, atendendo aos sucessivos episódios de destruição a que foi sujeita e que impossibilitam “*saber-se com rigor que parcelas da forma e estrutura urbana original ainda existem na actual conformação da urbe (...)*”,¹⁶ avisando em seguida que, por isso, “*serão em parte conjecturas e em parte conclusões de ordem geral*”¹⁷ que focará no texto. Não obstante, apresenta uma nova teoria sobre a evolução morfológica da cidade, a que se voltará mais à frente nesta tese.

2. A ilha, a capitania e a baía¹⁸

Os moldes em que se processou a ocupação inicial da ilha Terceira são ainda hoje motivo de debate no meio historiográfico.¹⁹ Apesar do tema não ser essencial para a análise que aqui se pretende fazer, importa abordá-la, mesmo que a traços largos, pelos dados relevantes e documentalmente comprovados, que ajudam a compreender, a enquadrar e a datar o processo de fundação da vila da Praia.

O primeiro documento relativo ao povoamento da Terceira data de 1450, ano em que a ilha foi entregue como uma capitania, pelo donatário, Infante D. Henrique, a Jácome de Bruges, “*homem rico, natural do condado de Frandes e framengo de nação (...) pera que a viesse povoar de qualquer gente que quisesse, com condição que fossem católicos.*”²⁰

Em data incógnita, provavelmente a partir de 1460,²¹ o flamengo ter-se-á instalado na baía da Praia, estabelecendo a primeira ocupação humana da área e

¹⁶ José Manuel FERNANDES, “Da Praia às Lajes...”, p. 31.

¹⁷ José Manuel FERNANDES, “Da Praia às Lajes...”, p. 31.

¹⁸ Vejam-se os desenhos de análise *Praia 1 e Praia 2* do vol. II.

¹⁹ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, em especial o Capítulo I intitulado “*O processo de humanização da ilha: uma abordagem*”, p. 25-118 em especial até à página 69; e José Guilherme Reis LEITE, “Uma Floresta de Enganos...”, p.671-676.

²⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 6.

²¹ Ano da morte do Infante D. Henrique primeiro donatário das ilhas. Deste ano em diante, D. Fernando, sobrinho e herdeiro do Infante, imprime uma nova dinâmica ao processo povoador do senhorio herdado. Sobre este tema veja-se: José Guilherme Reis LEITE, “Uma Floresta de Enganos...”..., pp. 671-676, para o caso da Terceira e José Guilherme Reis LEITE, “O Infante D. Fernando e os Açores - Uma Intervenção na Periferia”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*,

distribuindo as terras da baía pelos povoadores que o acompanharam. De que Bruges aqui se instalou e deu terras, não restam dúvidas. Disso mesmo dá conta a documentação do final do século XV relativa a pleitos jurídicos entre os herdeiros dos primeiros povoadores, designadamente do próprio Jácome de Bruges,²² mas também a carta de doação da capitania a Álvaro Martins Homem, capitão da Praia a partir de 1474, onde se diz que João Vaz Corte Real escolheu ficar na parte de Angra “ e deixou a parte da Praia em que o dito Jácome de Bruges tinha feito o seu assento”.²³ Mas sobre esse primitivo *assento*, em rigor, nada é dito.

Se de facto existiu uma povoação ainda no tempo de Jácome de Bruges, mesmo que apenas proto-urbana, a sua dimensão seria muito reduzida, dado ser também crível que a seguramente diminuta população da área não se encontrasse reunida num povoado, mas sim dispersa pelas diversas dadas de terra, entregues na zona da baía e convertidas em unidades de exploração familiares.²⁴

Desconhece-se, portanto, em absoluto o que seria este primeiro assentamento. E pelos dados disponíveis apenas se pode conjecturar que no período em que Jácome de Bruges esteve à frente da ilha-capitania (1450-c.1470) o desenvolvimento da baía da Praia terá ficado muito aquém das expectativas.

Vale a pena expor o relato algo pitoresco elaborado por Frutuoso a partir da tradição oral, recolhida junto dos mais antigos da ilha, do que terão sido os primórdios da humanização deste espaço. “*Afirmava (...) Bartoleza Roiz que se acordava no princípio da povoação da ilha Terceira não haver mais de duas povoações de muito pouca gente, uma na banda da Praia, onde se chama o Paúl do Beljardim, que fica antre a vila que agora é da Praia, e o Cabo da mesma Praia (...)*” Conta também o cronista que “*Ainda neste tempo havia guerras antre Portugal e Castela, donde vinham armadas de castelhanos (...)*” e que certa vez “*(...) foram ter à Praia, e cometendo o lugar e freiguesia, os freigueses, por não terem armas com que se defender e serem poucos, se esconderam pelo mato; indo*

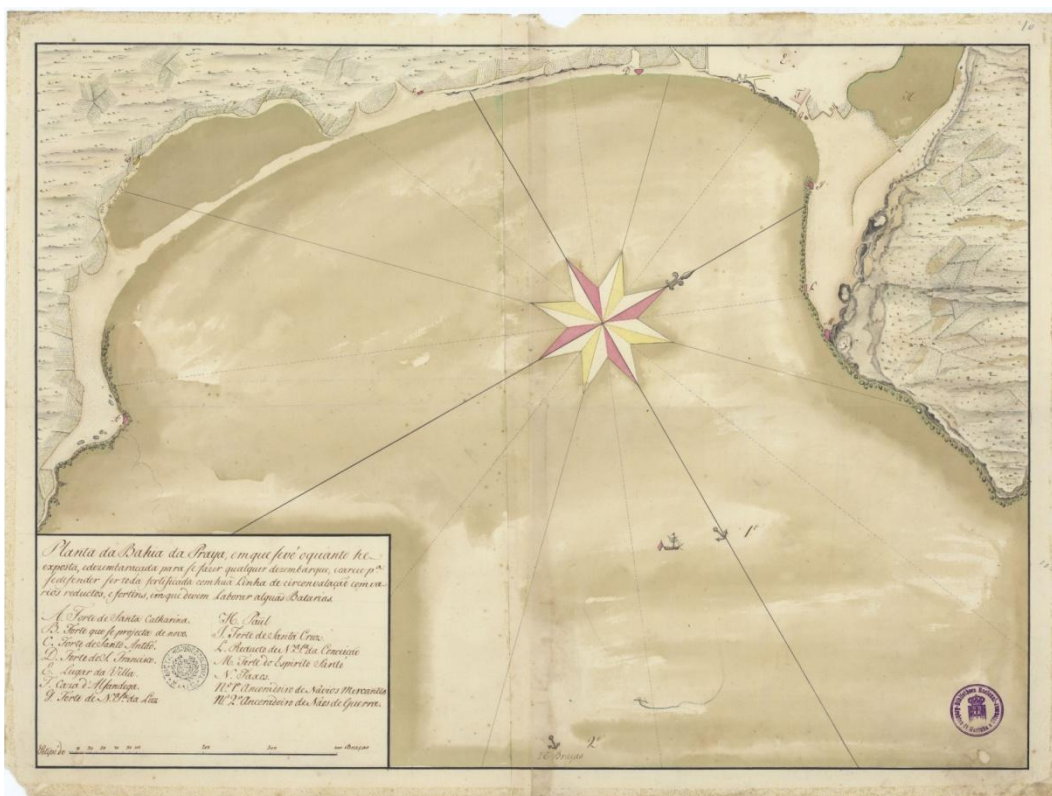
Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, nº40, pp. 75-86. José Guilherme Reis LEITE, “Breve esboço...”, pp. 11-30.

²² Elementos probatórios de que à frente se dará conta em pormenor.

²³ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Álvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1474”, *Colecção de documentos...*, p. 163.

²⁴ Sobre a questão do *assento* ou *assentamento* como núcleo essencial do povoamento consulte-se: Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, pp. 294 em diante.

então, os castelhanos por um abobral e meloal, apanhando a eito e pondo as abobras e melões em um monte, antes de chegarem ao lugar, se subiu um dos escondidos sobre uma árvore, pelos ver melhor de mais alto, e, em subindo mais, quebrou um ramo, com ele fazendo grande estrondo, o qual ouvindo os castelhanos, cuidando ser tiro de fogo, largaram logo tudo, pondo-se em fugida pera os barcos que os esperavam na areia, o que vendo a atalaia da terra, com que caiu o ramo, e dizendo-o a seus companheiros, saíram todos do mato correndo e bradando «mata, mata», em alcance dos contrários (...)²⁵



“Planta da Bahia da Praya em que se vé o quanto é exposta e dezembarrada...”, Arquivo Histórico Ultramarino

Frutuoso situa este episódio no “*tempo das guerras com Castela*”, cabendo portanto entre os anos de 1474 e 1479, como de resto já se explicou no capítulo dedicado a Angra.²⁶ Assim sendo, os indicadores mais antigos sobre os primeiros povoados da ilha enquadram-se já numa segunda fase de definição estratégica de

²⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 6.

²⁶ Veja-se especificamente sobre a Praia o que pode a historiografia avançar a este propósito em: José Guilherme Reis LEITE, “Breve esboço...”, pp. 11-30.

colonização da ilha iniciada após o desaparecimento misterioso de Jácome de Bruges, o seu primeiro capitão, em data ainda não esclarecida, mas seguramente anterior à divisão da Terceira em duas capitánias no ano de 1474.

A D. Beatriz, viúva do donatário D. Fernando, morto em 1470, enquanto tutora dos filhos sucessivos herdeiros da donataria, se deve a decisão política de dividir a ilha. Mas a estratégia havia sido previamente definida pelo donatário falecido, estratégia que apenas pode ser compreendida se inserida num plano maior de reestruturação administrativa e territorial da donataria no seu todo, de que a reorganização do povoamento da baía da Praia da Terceira é apenas um exemplo,²⁷ ainda que da maior relevância.

Nesse sentido, assiste-se em 1474 à divisão da ilha Terceira em duas capitánias, a de Angra e a da Praia, cabendo a da Praia a Álvaro Martins Homem, a quem D. Fernando havia primeiramente incumbido de povoar o lado de Angra, como se pode aferir do documento de confirmação da capitania ao seu primeiro capitão-donatário, onde se lê, “(...) *considerando eu como antre Jacome de Bruges e Alvaro Martins capitão da sua Ilha Terceira de Jhu Xpº sempre houve alguns debates por a terra da dita ilha não terem de todo partida*”.²⁸

No mesmo documento se percebe que de facto o processo se gere ao nível do território–ilha no seu todo, sendo que, inclusive, o Infante donatário havia riscado já sobre uma *pintura* da ilha a divisão pretendida.²⁹ Isso mesmo esclarece D. Beatriz, quando justifica a fronteira traçada, “(...) *conformandome com huma pintura que della foi trazida ao dito meu senñor e em a qual ele tinha começado a riscar a partilha*.”³⁰

É precisamente inserida nesta estratégia de âmbito territorial alargado que se compreende a fundação da vila da Praia, empreendida no sentido de colmatar a

²⁷ Serve também de exemplo a autorização da venda da ilha de São Miguel, transformada em capitania, a Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo do capitão da ilha da Madeira.

²⁸ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Alvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1474”, *Colecção de documentos...*, p. 163.

²⁹ Tema interessantíssimo do ponto de vista das práticas de gestão do território, desde logo porque são quase inexistentes os vestígios, que como este, ajudam a compreender o tema. Este assunto será retomado na II Parte da tese, precisamente quando se tratam os *intervenientes e práticas* identificadas na construção do território nos Açores.

³⁰ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Alvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA, *Colecção de documentos...*, p. 163.

falha na defesa de toda a ilha que representaria não ocupar, explorar e fortificar devidamente a enorme baía e os férteis terrenos que integravam a capitania.

Assim se funda a Praia como cabeça da entidade administrativa recém-criada.

3. A fundação da vila³¹

Não se conhece carta de foral, ou outro documento fundacional equivalente, para a Vila da Praia, como de resto para nenhuma vila fundada nas ilhas anteriormente a D. Manuel,³² mas a sua condição de vila de fundação é clara tanto na sua morfologia, que tem o urbanismo como um indicador determinante do qual adiante se ocupará o texto, e corroborada também em documentação produzida lateralmente à questão e onde se refere inequivocamente a ordem do donatário para que a vila se faça, ordem emitida por D. Beatriz durante o seu consulado à frente dos destinos dos senhorios do filho menor, o Duque D. Diogo.

Trata-se do “*requerimento que se fez a Duarte Payim acerca de lhe tomarem a terra para a Villa da Praya se fazer*”,³³ documento datado de 1482. Nele se pode ler que a Infanta enviara já uma carta a Álvaro Martins Homem, capitão da Praia, seguramente em data anterior a 1482 e posterior a 1474, ano da sua nomeação no cargo, mas cuja antiguidade não se pode averiguar com rigor, onde entre outros assuntos tratados mandava “*fazerem povoação junto da ditta Praya*”³⁴ autorizando que, em conjunto, capitão e moradores da capitania escolhessem o melhor sítio para o efeito. Nas palavras da Infanta: “*aonde elle ditto Capitão, e moradores uirem que he melhor, e mais defensauel.*”³⁵

A tomada de medidas tão enérgicas justifica-se, no mesmo documento, pelo facto de “*os fins de Castella, não andarem bem assentados com Portugal, e pollos*

³¹ Sintetizado nos desenhos de análise *Praia 5, 5.1 e 5.2.*

³² Assunto que já se frisou quando se tratou da fundação de Angra.

³³ Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 650.

³⁴ Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 650.

³⁵ Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 650.

navios de Castella já começarem a fazer alguns Danos nestas Ilhas”,³⁶ mas também, como adiante se lê, para que os moradores melhor aproveitassem as suas fazendas, subentendendo-se que o desenvolvimento da capitania-território exigia uma nova e melhor definida estratégia, do que aquela que até então se executava.

Naturalmente a eficácia de tal estratégia estaria dependente da capacidade defensiva do novo lugar, pelo que, não só a acertada escolha do sítio como também a posterior construção deviam salvaguardar medidas no sentido da defesa da ilha e, naturalmente, da população. Note-se como o ataque castelhano ao primeiro núcleo populacional da baía, localizado a poente do atual conjunto urbano no lugar do Belo Jardim, ocupando uma zona plana, aberta e desprotegida, serviu ele próprio de motivo e justificação para a fundação *ex-novo* da Vila da Praia. Ataque, aliás, descrito por Frutuoso e referido no documento senhorial agora analisado.

Observa-se que na Praia, para cumprir a ordem senhorial de fundação de uma vila, recorre-se ao programa básico de um assentamento novo, usado e aperfeiçoado ao longo dos séculos da baixa Idade Média para fomentar, estabelecer e depois proteger a população nas zonas fronteiriças do continente. Nos Açores recuperam-se métodos e formas de organizar o espaço, de modo natural e numa atitude de grande pragmatismo, vê-se a tradição já cimentada e o sistema previamente instalado, com provas dadas nos territórios peninsulares, a ser decalcado nas ilhas.

Assim, a vila cresce informada pelo programa base simplificado já conhecido, onde se articulam três elementos: casario, igreja e cerca, aos quais muito cedo se juntam a alfândega e o porto, o hospital, a misericórdia e a casa da câmara, bem como as primeiras estruturas conventuais. Evolução patente entre os desenhos de análise 5.1 e 5.2 que sintetizam, respetivamente, a primeira e segunda

³⁶ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 650. Sobre este assunto veja-se: José Guilherme Reis LEITE, “Breve esboço...”, p. 12, onde se esclarece que o ataque castelhano à primeira povoação praiense, referida na carta da donataria, decorreu entre 1474 e 1479, durante a Guerra da Sucessão de Castela, único período em que castelhanos e portugueses estiveram em guerra durante a segunda metade do século XV, portanto, já no período em que a capitania pertencia a Álvaro Martins Homem.

fases de crescimento identificadas e que abaixo se desenvolvem pormenorizadamente.

Acresce que a forma urbana é ao mesmo tempo objeto de estudo e prova explícita de que a Praia é um claro caso de fundação de vila. A provar que assim é, além da morfologia geral do núcleo, apresentada nas rúbricas seguintes, e da documentação já referida, convém lembrar que ao ato de cercar um povoado com obra defensiva chamava-se ao longo de toda a Baixa Idade Média “fazer vila”.³⁷ Na Praia como em muitos outros casos de que reporta a história urbana portuguesa,³⁸ também a imagem e não só a forma representava a função.

Mas o processo fundacional começava sempre, pela escolha apropriada do sítio onde implantar a vila, e também nisso a Praia não foi exceção, como deixa claro o documento senhorial já citado.

3.1. A escolha do sítio

É possível fazer uma leitura aclarada desta questão atendendo a alguns conceitos importados da Geografia. Esta disciplina, quando se refere à localização de cidades,³⁹ costuma distinguir as noções de sítio e posição. Assim, quando se fala em posicionamento de um aglomerado, deve referenciar-se a sua inserção numa escala de âmbito mais alargado, de carácter regional e territorial, mencionando aspetos respeitantes ao contato com as vias de comunicação, distâncias a outros aglomerados ou mesmo às atividades que estiveram na sua origem e definiram a sua funcionalidade primária, como seja ser uma cidade portuária ou acumular outras funções, como de resto é o caso da Praia que, sendo

³⁷ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, “Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal”, *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 138. Temática também desenvolvida em: José Custódio Vieira da SILVA, “Castelos e Cercas Medievais Séculos XIV e XV”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (direção de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, p. 62.

³⁸ A título de exemplo veja-se a documentação referente ao caso de Miranda do Douro estudado por Luísa Trindade, onde D. Dinis, a quem se deve a sua fundação, refere explicitamente “lavor de villa”, expressão que como explica a autora significa precisamente a edificação da muralha e do castelo: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 372.

³⁹ Por todos veja-se: Carlos Alberto MEDEIROS, “Ponta Delgada no Contexto das Cidades Insulares Portuguesas” *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999, pp. 51-65.

vila e cabeça de capitania, era também um centro de serviços, nomeadamente de assistência religiosa, hospitalar, mas também um porto. A referência ao sítio, por outro lado, atende sobretudo à forma como se implanta a urbe numa escala de dimensão local. A questão do sítio em si define-se pelas condicionantes mais específicas e determinantes para o assentamento da vida naquele espaço particular e respeita, por isso, a questões como a existência de água potável ou a disponibilidade geomorfológica em termos defensivos.

A problemática da escolha do sítio exige o entendimento de um vasto conjunto de condicionantes geográficas naturais, essenciais à manutenção de um povoado, como seja a existência de água potável ou a proteção natural, mas também, pré condicionantes implantadas pelo homem que se constituíram já como marcas territoriais, como sejam caminhos e muros ou outras estruturas divisórias da propriedade.

No caso em estudo, a precocidade do processo não deixa prever a existência de uma rede viária com grande complexidade aquando do início da construção da vila. Ainda assim, é de assinalar que, na transição de Quatrocentos para Quinhentos, estavam já abertos três caminhos para Angra, segundo se entende pela “*Sentença do Concelho sobre o Caminho dos Fanais*”, emitida em 1548 e trasladada no *Livro do Tombo da Vila da Praia*.⁴⁰

Nesse documento pode ler-se que “*tinha de trinta para corenta, cinquenta e mais annos a esta parte que elle concelho estaua em posse do dito caminho*”,⁴¹ feito portanto no início do povoamento e que entretanto outros dois caminhos, mais um que ia pelo mato, tinham sido abertos. Como se explica no documento, “*(...) no tempo da primeira abitacão desta ilha e Villa da Praia por as terras todas que erão serem limpas e lauradias por ao tal tempo serem todas pouoadas de mato muito brauo que os homens não podião nem sabião caminhar desta villa pera a jurdicão da cidade d Angra, ao tal tempo as pessoas que vinhão e hião de huma iurdicão pera a outra todas hião e caminhauão ao longuo da rocha por ao loguo do mar e calhaos por outro caminho e seruentia ao tal tempo não terem*

⁴⁰ “Traslado da sentença do concelho sobre o caminho dos Fanais, 1548, Usurpação de serventia pública por particular”, *Livro do Tombo...*, pp. 21-29.

⁴¹ “Traslado da sentença do concelho sobre o caminho dos Fanais, 1548, Usurpação de serventia pública por particular”, *Livro do Tombo...*, p. 23.

*outro caminho e seruintia somente ao longuo da rocha e praia do mar como era dito o qual caminho era pera de pe tam somente e que dipois das terras do mato brauo serem descubertas et roçadas de corenta a cincoenta annos a esta parte auia hai duas estradas e caminhos públicos de pee e de cauallo e de carro que hião desta Villa da Praia pera a iurdição d Angra por onde se seruião e caminhauão os caminhantes que de huma iurdição (...) e que por estes dous caminhos e outro que hia pello mato que erão três caminhos se servião todas as pessoas desta villa pera a cidade (...)*⁴²



“Planta de Bahia da Villa da Praia...”[1805]

Esta sentença, embora referente a uma área não urbana, na zona do Porto Martins, termo da Praia, indicia a definição prévia e muito antiga de limites de propriedade e a consequente definição dos limites do público e do privado, não só no respeitante à área que se devia reservar à construção da vila (que alimentou um pleito jurídico entre a donataria e os que se consideravam legítimos herdeiros da capitania praiense),⁴³ mas também, por ser necessário atender à possibilidade de

⁴² “Traslado da sentença do concelho sobre o caminho dos Fanais, 1548, Usurpação de serventia pública por particular”, *Livro do Tombo...*, p. 24.

⁴³ Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 650.

existirem já percursos definidos, caminhos do concelho ou outro tipo de serventias públicas.

A rápida distribuição e ocupação das terras da capitania na área da baía da Praia, fica também exposta na disputa dos terrenos da Serra de Santiago que se estende a norte da vila da Praia. Conta a tradição que a querela antiga mantida entre Diogo Paim e João de Teive, herdeiros dos primeiros povoadores da baía, respetivamente Jácome de Bruges e Diogo de Teive seu ouvidor, apenas se resolveu com a intervenção direta do rei D. Manuel, que, segundo Frutuoso, ordenou que “(...) *a partissem pelo meio e cada um deles houvesse sua metade (...)*”,⁴⁴ resultando daí a estrada cumeeira que ainda hoje risca o planalto que no topo da serra se forma e assim divide as férteis terras desde tempos antigos.

A eleição do local para implantar o núcleo urbano passa então, pela análise conjugada dessa panóplia de fatores condicionantes a que se deve atender e que vão desde a acertada escolha do sítio, em termos físicos, até à tomada de terras para a vila se fazer. Salvaguardando, contudo, a ordem da donataria que permitia, no quadro das suas competências e direitos sobre o território do senhorio, a tomada de medidas mais drásticas incluindo a reabsorção de terras já distribuídas, como, de resto, terá sido o caso, já que não se conhece com certeza o desfecho da contenda que marcou o início do processo.

Ainda no documento de 1482 atrás apresentado, referente à tomada de terra a Duarte Paim, pode ler-se que no cumprimento da ordem de Dona Beatriz “(...) *todos forão juntos com o ditto Capitão, e acordarão, que não auia hy outro lugar pera se fazer a dita pouoação, que tam bom fosse, e tam defensauel como na terra de Sancha Rodriguez, e melhor que em outra parte algua; E porquanto o ditto Duarte Payim he herdeiro segundo se diz da ditta terra, lhe requeremos da parte da ditta Senhora, que elle diga, e declare logo, onde quer que lhe seia feita outra tanta terra, quanta lhe assim he tomada pera a ditta pouoação, segundo diz a carta da ditta Senhora Infante.*” Adiantando que “*os ditos moradores lhe farão logo [a terra], como de effeito estão prestes pera lhe fazerem logo, e não querendo elle o ditto Duarte Payim faz elo, a ditta Senhora manda, e dizer onde assim quer*

⁴⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 27.

que lhe fação a ditta terra, nos protestamos em nome do ditto Concelho não lhe sermos obrigados a nenhua outra couza ett^a.”⁴⁵

No que estritamente toca à área que se destinou à construção da vila sabe-se, portanto, que pertencia a Duarte Paim (genro do primeiro capitão da ilha Terceira, o flamengo Jácome de Bruges e de sua mulher Sancha Rodrigues), mas desconhece-se qual a dimensão da propriedade, tal como se desconhece que parte dela foi efetivamente requisitada para a vila. Tão pouco se sabe se se limitou ao contorno definido pela cerca, ou se a tomada de terrenos englobou terras adjacentes, definindo uma área de reserva no entorno dos muros da vila, demarcando uma zona mais alargada para concessão da sua gestão à câmara, como parece ter acontecido em Angra, onde o concelho recebeu ele próprio terra urbanizável para gerir e doar. Mas registre-se desde já, que na fase seiscentista de expansão da malha esta cresceu sobre o rossio da vila, uma área previamente pertencente ao concelho, desde tempos antigos mas não desde a génese do lugar. Com efeito, segundo assegura o historiador oitocentista Ferreira Drummond, lamentavelmente sem citar fontes, a Praia “*Tem muito bom concelho, porque antigamente lhe deixou certa matrona da mesma vila os campos denominados – Rossios – que se estendiam desde os muros da vila, pela parte do norte, confinando ao ponente com o lugar chamado – paço do Milhafre – em direitura à Cruz do Marco, e cortando para o nascente até à canada da Saúde, de cujo fundo, excepto o que em 1614 se converteu em povoação de casas (...)*”⁴⁶

Entretanto, observa-se que a terra escolhida para a fundação da vila na extensa baía da Praia é quase totalmente delimitada pelas condicionantes geográficas locais, a nascente pelo mar, a norte pelo paul, ele próprio protegido pela Serra de Santiago e a poente pelo declive natural do terreno, sobrando uma frente, a frente sul, livre de qualquer barreira natural.

Encravada num declive, numa ponta de terra levemente sobrelevada ao mar, onde se conformava um pequeno porto que permitia a acostagem e o embarque de mercadorias, acomoda-se o núcleo inicial cercado, característica que o distingue

⁴⁵ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 650.

⁴⁶ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos para as História dos Açores ...*, p.253 - 254.

por ser a única vila murada desde a origem, nas ilhas atlânticas. Núcleo esse, identificado pela unidade morfológica autónoma que ainda hoje o denuncia e adiante se analisa em pormenor.

Com efeito, apesar do ameno areal, a baía aberta ao mar apresentava-se desprotegida das correntes marítimas e dos principais ventos, além de não estar autorizado o desembarque em grande parte dela pelos bancos de areia ocultos e altos rochosos imersos na água. Em boa verdade, só aparentemente o território desta zona oferece disponibilidade para o assentamento humano, já que, a demasiada abertura da baía dificultava a defesa, tanto a fatores naturais, como tempestades, assim como a fatores humanos, os temidos ataques corsários, obrigando a uma ação refletida e pensada de forma a conciliar a resolução de diferentes problemas, de que a escolha do sítio foi apenas um deles.

3.2. O casario,

O circuito murado (analisado à frente em rúbrica própria) corresponde aproximadamente ao perímetro urbano definido pelas atuais Rua da Alfândega a sul, paralela à costa, pela Rua do Conde de Vila Flor a nascente e paralela ao paul, a norte limitado pela Rua Capitão Borges Pamplona, infletindo para sul, de modo a abraçar a Matriz e o respetivo adro pelo lado poente, descendo daí novamente até ao mar, onde encontrava o caminho que seguia para o convento franciscano, até 1614 situado extra-muros,⁴⁷ caminho que corresponderia aproximadamente, embora de modo mais irregular, às atuais Rua Conselheiro Nicolau Anastácio e Rua da Graça.

⁴⁷ De que assim era dá conta o “Documento nº 5 Auto que fes a Camera da Villa da Praia a respeito da reedificaçam, pelo terremoto da 1614: está a fl. 141 do livro dos Acodãos”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...*, p.484-486, onde se diz claramente “Assentação que por quanto os Padre de São Francisco desta Villa tinham começado a obra do seo Convento, que trasladando-o para dentro desta Villa com licença desta Camera e aprovação delle dicto Corregedorse lhe desse agora ajuda para as muitas obras que havião de fazer (...)”



Fotografia aérea da Praia. [c. 1943]

Dentro deste cenário, que abarca uma vasta área, distingue-se um agregado de ruas e quarteirões que pela sua morfologia e dimensões se define a si mesmo no tempo e no espaço, ou seja, congrega em si características formais por um lado datáveis, porque com um desenho enquadrável no ascendente urbanístico fundacional, por outro, com um carácter morfológico único divergente do restante espaço da vila.⁴⁸

⁴⁸ Uma leitura diferente da morfogénese desta cidade é defendida por José Manuel Fernandes, autor que propõe que a Praia, à semelhança de inúmeras vilas medievais do continente, organizou o seu núcleo genético sobre uma malha urbana estruturada em “fuso”. Fuso esse, “sugerido” em particular pela cartografia oitocentista que, como se sabe, é na sua maioria, pelo menos no que toca ao miolo das fortificações, verdadeiro objetivo dos levantamentos, não rigorosa e, por isso, indutora de erro se não devidamente criticada.

Segundo esta interpretação a malha delimitava-se por dois percursos aproximadamente paralelos entre si e convergentes nas extremidades, definidos pelas atuais ruas Conselheiro Borges Pamplona, Travessa de São Salvador, adro da Matriz, escadaria/rua da Matriz e Rua Serpa Pinto, a poente, e pelas ruas Conselheiro Borges Pamplona, São Paulo, Praça e Rua Aniceto de Ornelas, a nascente. No miolo deste tecido incluía-se a igreja Matriz, cujo adro, nessa perspetiva, elemento central do plano, ligava diretamente ao mar e ao convento de São Francisco, por qualquer um dos alinhamentos descritos.

Fatores que aliados ao reconhecimento do desígnio, pela entrega da capitania a um capitão com a respetiva definição jurisdicional e territorial, e ainda a uma cronologia de ação definida e curta, permitiram o desenvolvimento regular e geometrizado da malha urbana.



Vista aérea da Praia. (*Arquitectura Popular do Açores*, p. 200)

Esta unidade morfológica, que se crê ser a original, identifica-se facilmente na fotografia aérea, particularmente na fotografia aérea antiga, mas também numa vista aérea fotográfica tomada a partir do topo norte do núcleo e publicada na *Arquitectura Popular dos Açores*, também aqui reproduzida, não obstante seja

Os acentuados desníveis que existem neste circuito de ruas, e que inviabilizam à partida o desenho urbano defendido, explicam-se, segundo o autor, como alterações topográficas provocadas por derrocadas e desmoronamentos em consequência dos violentos sismos sofridos pela vila e que, admite, impossibilitam ter hoje uma leitura adequada da situação geográfica inicial. Acredito que tais alterações orográficas, a existir, teriam deixado decerto algum registo, se não em documentos, ao menos nas crónicas da época, o que de facto não se verifica.

Acresce, do ponto de vista da tese agora defendida, um outro dado, é que a localização do convento de São Francisco, que o autor considera como uma âncora para a definição deste circuito inicial, era até 1614 outra. Com efeito, o primitivo convento franciscano situava-se, mais a poente do edifício seiscentista, no lugar conhecido como Paço do Milhafre e apenas depois do sismo de seiscentos foi para aqui transferido. José Manuel FERNANDES, “Da Praia às Lajes...”, p. 34-35.

igualmente bem visível na cartografia oitocentista e até na cartografia rigorosa atual, embora esta apenas esteja disponível na grande escala (1:25000).⁴⁹

O esquema compositivo da malha original praiense, apesar de muito desfeito ao nível do cadastro interno do quarteirão, conserva-se quase integralmente ao nível do desenho/limite do quarteirão, pelo que permite elaborar propostas sobre a sua génese e evolução morfológica global, sem particularizar ao nível da partição e utilização do lote, tema para o qual não existe sequer cartografia atualizada.

Com base em evidências morfológicas, traduzidas no desenho de análise 5.1, é possível propor que o núcleo genético se compõe por dois grupos de três quarteirões paralelos entre si e levemente torcidos de modo a adaptarem-se ao terreno. O esquema viário que organiza os quarteirões estrutura-se por uma rua central, a Rua da Misericórdia, que vence o desnível acentuado do lugar e divide os dois grupos referidos, rua esta que é cruzada perpendicularmente no sentido aproximadamente norte-sul por quatro ruas estreitas e muito alongadas, de nível para as quais dão as frentes de lote, são elas as atuais Rua de São Paulo, Rua Corregedor João de Mesquita, a Rua Conde Sieuve de Menezes e a Rua do Hospital.⁵⁰

Como se disse, já não é possível analisar que tipo de organização estruturava internamente o quarteirão, se este se compunha de lotes costas com costas ou se os lotes tinham frente para uma rua e traseira para outra. Porém, deve dizer-se que este último esquema, habitual em muitas malhas urbanas medievais,

⁴⁹ Por informação dos serviços camarários competentes sabe-se que está já em curso o processo de elaboração de cartografia à escala 1:10000, tendo-se procedido já ao levantamento aerofotométrico. Lamentavelmente os trabalhos não estarão completos em tempo útil para utilização nesta tese.

⁵⁰ Também no que se refere à estruturação desta unidade morfológica esta tese se distancia da interpretação de José Manuel Fernandes que defende não só que este núcleo se estabeleceu de seguida à conformação da área que considera inicial, ou até em época praticamente coetânea, como que, primeiro terão surgido os quarteirões localizados a sul-nascente da praça, uma zona delimitada nessas frentes pelo mar e pelo paul e a norte pelas estruturas do hospital e da misericórdia e apenas num momento seguinte o setor mais a norte configurando a estrutura em leque, que irradia, segundo explica, a partir do largo Primeiro de Dezembro. Assim, divide em duas zonas distintas uma área que na perspetiva desta tese se identifica precisamente como uma unidade morfológica clara, não obstante se lhe reconheçam especificidades internas que deixam adivinhar a sequência do seu crescimento, mas precisamente na direção oposta desta. José Manuel FERNANDES, “Da Praia às Lajes...”, p.35.

é identificado ainda hoje em alguns lotes da Rua do Hospital dando os logradouros para a Rua do Monturo, espaço tratado na rúbrica que se segue, mas que se sabe localizar-se tradicionalmente no limite do espaço urbano, ajudando a comprovar que os quarteirões descritos serão de facto os originais. Além do mais, a cartografia oitocentista, em particular a carta de 1805, sugere que este tipo de organização se tenha estendido a toda a malha urbana.⁵¹



Excerto da parte urbana da “Planta da Bahia da Villa da Praia...” [1805]

Ainda no que respeita à morfologia da Praia falta acrescentar um parêntesis para estabelecer algumas analogias com outros casos de cidade programada que recorreram ao mesmo modelo formal e que o validam como tal.

Efetivamente, com facilidade se observa que a morfologia da malha urbana fundacional da Praia tem declaradas afinidades com alguns núcleos programados do continente, marcas ainda hoje bem patentes na sua forma urbana, pese embora

⁵¹ Há, contudo, que referir a hipótese adiante apresentada de no século XVII estas ruas terem sido alargadas e cordeadas de novo. Veja-se a rúbrica dedicada ao *plano de 1614* mais adiante neste capítulo.

as já várias vezes mencionadas destruições da vila.⁵² Como exemplos morfológicamente mais aproximados à tipologia do casario praiense conhecem-se os casos de Viana do Alentejo⁵³ e de Monção,⁵⁴ esta última também uma vila cercada.



Fotografia aérea de Monção [1958] (Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*, p.100)

Estas comparações não se podem estabelecer ao nível das proporções, que na Praia assentam numa estreiteza extrema quer do quarteirão quer dos arruamentos. Com efeito, enquanto em Viana e em Monção respetivamente 40 metros e 17/18 metros, na Praia a largura dos quarteirões ronda, ainda hoje, entre os 13 e os 15 metros, ou seja entre cerca de 60 e 70 palmos craveiros, o que desde logo indicia uma profundidade de lote demasiado curta para integrar um esquema de lotes costas com costas.

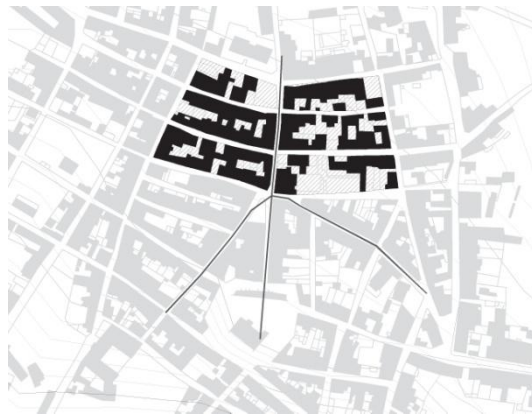
Note-se ainda, que enquanto tipologia a morfogénese da Praia pode também ser comparada à vizinha Angra na versão do plano fundacional, inclusivamente quando se observa o posicionamento da igreja relativamente ao casario, pese embora, uma vez mais, a enorme diferença de proporções encontrada para cada um dos conjuntos de quarteirões das vilas, substancialmente mais generosas em

⁵² Este será de resto um excelente caso de constatação da “lei da persistência do plano”.

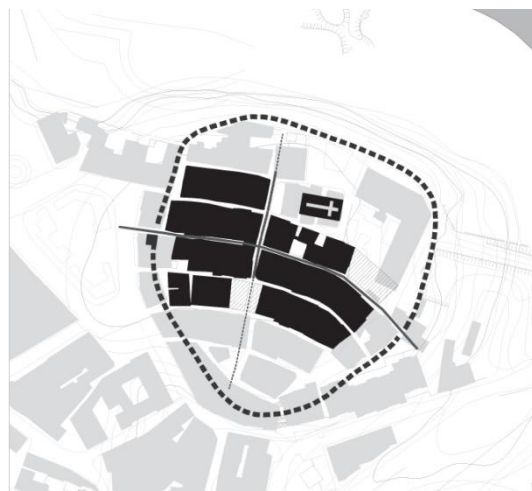
⁵³ Sobre a morfologia desta vila veja-se: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição...*, pp. 579-599.

⁵⁴ Para conhecer a evolução morfológica desta malha consulte-se: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição...*, pp. 385-400.

Angra (atingindo os 44 metros), embora aqui o núcleo genético apenas se componha de dois quarteirões e não três.



Excerto da planta de análise de Viana do Alentejo, referentes à interpretação e reconstituição do tecido urbano medieval (Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* p. 589)



Excerto da planta de análise de Monção referentes à interpretação e reconstituição do tecido urbano medieval (Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* p. 394)

3.3. a matriz

A igreja matriz, excêntrica à mole dos quarteirões, posiciona-se a uma cota mais elevada e porque se orienta, em obediência à fórmula canónica, a nascente, vira costas ao casario. Esta articulação entre casario e igreja, importada das práticas fundacionais da Idade Média, é igualmente detetada em outras vilas

açorianas, nomeadamente em Angra e Horta, também cabeças de capitania, como se pode observar na análise publicada em cada um dos respetivos capítulos.



Matriz da Praia

Com certeza sabe-se que a Igreja de Santa Cruz da Praia foi sagrada em 1517 por D. Duarte,⁵⁵ bispo enviado como visitador às ilhas, onde sagrou além desta matriz também a da Ribeira Grande em São Miguel, no mesmo ano.⁵⁶ Porém, a história local mais antiga acredita que a construção do edifício foi bastante anterior, opinião sustentada por uma pedra gravada com o ano 1456, supostamente encontrada nas paredes da igreja quando em 1810 se procedeu a uma campanha de obras de fundo. Uma nova pedra foi mandada gravar e embutir na frontaria da igreja, com a data mais que improvável, impossível mesmo, de acordo com o que hoje se conhece sobre o povoamento da ilha e da baía.⁵⁷

A carta de sagração da igreja em 1517 dá conta de facto de um edifício já existente, contudo não regista nenhuma data credível para a sua construção,

⁵⁵ “Treslado da Carta de Sagração da Igreja Matriz da Praia”, *Livro do Tombo...*, pp. 177-178.

⁵⁶ Frei Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 233.

⁵⁷ Vitorino NEMÉSIO, “História Geral da Vila”, *Memorial da Praia da Vitória...*, p. 32.

apenas que nesse ano estava seguramente completa. Vale a pena reproduzir um troço da descrição do ritual de consagração que existe no *Livro do Tombo* onde isso fica perceptível: estando presentes o “capitão e alcaide mor (...) fidalguos e caualeiros e escudeiros e homens bons da camara da dita villa em a igreja de Santa Crus jgreia principal da dita villa onde pera a sagração forão mettidas doze pedras nas paredes da dita jgreia da parte de dentro e em cada huma pedra huma cruz aberta e assi meteo o dito Senhor Bispo no altar da capella principal huma buceta com reliquias (...)”⁵⁸

Sobre este edifício, Frutuoso, autor do final de Quinhentos, adianta pouco, diz apenas ser uma “(...) sumptuosa igreja de três naves, com capela mor de abóbada e portais e pilares bem lavrados de pedra de mármore, toda cercada de capelas de grandes morgados.”⁵⁹

Porém, segundo se apura das palavras de Frei Diogo das Chagas escritas cerca de 1646, a matriz da Praia foi muito afetada pelo terramoto de 1614, impondo alterações relevantes à forma original. Conta o cronista que a igreja do “Orago de Santa Cruz” é “mui fermosa Igreja ainda que não tanto, como era antes dos tremores com que esta Villa cahio (...) porque todos os pés direitos, e arcos das naues do meio erão mui altas (por a Igreja assim os demandar) erão de mármore pedras trazidas do Reino, como he a porta principal e trauessas della, que ainda hoje estão.”⁶⁰ Deste relato se apura que também a capela-mor e arco triunfal, bem como capelas laterais ao altar e respetivos arcos, seriam de mármore, como são os portais que se acredita terem vindo já esculpidos do reino.⁶¹

⁵⁸ “Treslado da Carta de Sagração da Igreja Matriz da Praia”, *Livro do Tombo...*, p. 177.

⁵⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 8

⁶⁰ Frei Diogo CHAGAS, *Espelho cristalino...*, p. 233.

⁶¹ Sobre estes portais e arquitetura desta época nos Açores consulte-se: Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822) O espaço Atlântico...*, pp. 234-238. Consulte-se também como caso análogo o estudo de: Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, veja-se em particular o capítulo e imagens referentes à Matriz de São Sebastião, pp.97-126. Veja-se ainda a leitura resumida de: Rui CARITA, “Os portais manuelinos das ilhas dos Açores”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, vol. XLIX, pp. 87-92, onde apresenta uma reflexão sobre a matriz da Praia e sobre a matriz de Ponta Delgada, realçando a mais que provável oferta régia dos portais de pedra mármore, como se sabe inexistente nas ilhas, deixando a interrogação “porque não existem exemplares semelhantes na Madeira?”

Mas a reconstituição da evolução morfológica da Praia apenas se pode compreender pela análise da forma urbana como um todo, em particular da área que se aponta aqui como inicial, ela própria provavelmente consequência do desenho que tomou o elemento muro que, sendo intrínseco ao conjunto da mole, foi também, enquanto objeto arquitetónico individual, um forte constrangimento da evolução morfológica do conjunto, deixando marcas reveladoras na forma da urbe.

3.4. e a cerca

A existência de uma malha urbana concebida cercada nas ilhas atlânticas em finais do século XV é um facto que tem sido totalmente ignorado pela historiografia especializada⁶² e até mesmo pelas obras dedicadas ao estudo do urbanismo e arquitetura militar desta época e neste contexto geográfico,⁶³ não obstante as crónicas, bem como a historiografia açoriana, a terem sempre incluído nos seus capítulos.

Há apenas a ressaltar uma exceção. Trata-se de um artigo ainda recente de Manuel Faria intitulado *O sistema fortificado do arquipélago dos Açores. Do povoamento à extinção da Capitania-Geral*,⁶⁴ onde o autor aponta, ainda que abreviadamente, a existência inicial de um muro na Praia. Não obstante, desvalorizar o facto no que toca à sua importância enquanto elemento defensivo e não o incluir no estudo alargado do urbanismo do lugar e da época, única forma de entender a opção tomada pela construção de tal estrutura neste tempo e espaço.

⁶² Para uma visão geral sobre a abordagem comum ao tema veja-se: Rui CARITA, “O Atlântico: Ilhas e Costa Africana”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (direcção de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, p. 188.

⁶³ Para uma visão mais dirigida ao espaço das ilhas atlânticas consulte-se, Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, 2 vols., Funchal/Lisboa, Universidade da Madeira, Direcção Regional de Assuntos Culturais, 1998, vol. I, p.62. em especial a nota 95 lugar onde se estabelece a analogia entre a cerca projetada no final do século XV para o Funchal e o caso de Angra, embora com reservas, já que aí João Vaz Corte Real construiu um castelo senhorial e não uma cerca.

⁶⁴ Manuel Augusto de FARIA, “O sistema fortificado do arquipélago dos Açores. Do povoamento à extinção da Capitania-Geral.”, *Actas do Congresso Internacional dos Monumentos Militares realizado em Faro em 2009*, Associação portuguesa dos amigos dos castelos. Universidade do Algarve, no prelo. Agradeço ao Dr. Manuel Faria a disponibilização do texto apresentado ao congresso.

Por tudo isso, cabe aqui não apenas expor os dados compilados e analisados por esta investigação, como incluir o tema no contexto do universo urbanístico português seu contemporâneo, questão que, de imediato, obriga à revisão de alguns pressupostos que se vêem assim ultrapassados. Nomeadamente a ideia de que as vilas açorianas, à imagem de todas as urbes atlânticas, nasceram já à sombra de um paradigma defensivo Moderno,⁶⁵ o qual assentava exclusivamente em sistemas defensivos abaluartados apoiados em pontos fortificados externos à composição urbana, embora, como é óbvio, estes existissem para a defender, e o seu posicionamento dependesse das características geoestratégicas do sítio e da localização da urbe.

Este foi efetivamente o sistema que se implantou a partir da segunda metade de Quinhentos nos Açores, mas apenas após a visita às ilhas de Isidoro de Almeida em 1552,⁶⁶ e em particular depois de 1567,⁶⁷ quando Tomaso Benedetto⁶⁸ e Pompeu Arditì⁶⁹ são enviados pela coroa ao arquipélago para propor sobre a defesa de toda a costa das ilhas, sendo a Praia um dos locais onde mais se fizeram sentir os efeitos da nova estratégia, já que ao longo da baía se

⁶⁵ Assim defendem: Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira...*, vol. I, p. 62; Pedro DIAS, “As Ilhas Atlânticas Próximas – Açores”, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822) - O Espaço Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998-1999, pp. 234-235; José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996, pp. 137-138.

⁶⁶ Da visita às ilhas deste especialista dão conta vários documentos: “Carta de El’rei de Outubro de 1552. Defesa contra os corsários na Terceira”, *AA...*, vol. XII, p. 417, carta onde o rei diz “(...) enviar à ilha Isidro d’Almeida, cavaleiro fidalgo da minha casa, por ter conhecimento das coisas de fortificação.” A confirmar a sua actuação na Praia está a “Carta a El Rei do Capitão da Vila da Praia sobre corsários franceses e necessidade de munições: 2 de Setembro de 1553”, *AA...*, vol. VIII, p. 418.

⁶⁷ Da viagem destes engenheiros às ilhas dão conta vários documentos e estudos. Veja-se entre outros: “Viagem de Pompeu Arditì de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores. Documentos para o Estudo das Relações Culturais entre Portugal e Itália” (leitura de Guido Batteli e Trindade Coelho), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VI, 1948, pp. 173-183; Rui CARITA, “A Viagem de Pompeu Arditì aos Arquipélagos Atlânticos em 1567”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira...*, 1990, pp. 89-101; Silvano PELOSO e Carmen M. RADULET, “Documentos e Textos Sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos Italianos: Uma Pesquisa Histórica e Bibliográfica”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira...*, 1987, vol. XLV (I), pp. 163-180.

⁶⁸ SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos Engenheiros...*, vol. I, p. 98.

⁶⁹ SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos Engenheiros...*, vol. I, p. 512.

vieram a construir vários pontos fortificados de que hoje apenas resta o forte de Santa Catarina no extremo sul do areal.⁷⁰

Data de 1513 a primeira referência documental objetiva ao muro da Praia. Trata-se de um acórdão divulgado por Francisco Ferreira Drummond na *Memória Histórica da Vila da Praia*⁷¹ onde se informa que nesse ano se acabou de cercar o povoado que dos muros para dentro contava já com 400 vizinhos. Relevante para a análise pretendida, não só a óbvia confirmação da construção da cerca, mas, acima de tudo, o reconhecimento da opção pelo cercar da vila numa fase prematura da sua existência, sugerindo a rapidez do processo que a vila e a cerca são coincidentes não só nos tempos mas também na génese, enquanto objeto uno, resultante de uma escolha consciente pela construção de um núcleo murado na desprotegida baía da Praia.

Vale a pena voltar aqui a referir a vinda para a ilha Terceira de um enviado de D. Beatriz (administradora da donataria entre 1470 e 1486) com a função de prover nos assuntos respeitantes à fortificação. Como se explicou já para o caso de Angra, também no caso da Praia o comissário de D. Beatriz, de nome Pero Anes Rebelo,⁷² terá participado na escolha do sítio e optado pelo amuralhamento da vila, opção justificada pela necessidade de existir um ponto onde se pudessem recolher os moradores, dado ser impossível com os meios então disponíveis defender toda a baía.⁷³

⁷⁰ Veja-se mais à frente neste capítulo a rubrica dedicada à muralha, onde se explica que este processo de fortificação ganha um forte dinamismo a partir de 1579, quando a ameaça de invasão espanhola da ilha se torna crescente.

⁷¹ Francisco Ferreira DRUMMOND, “Memória Histórica da Capitania da Muito Notável...”, p. 28.

⁷² “Pero Anes Rebelo - Título VIEIRA”, Jorge FORJAZ e António MENDES, *Genealogias da Ilha Terceira* ... vol. IX, p.790. Não se conhecem datas precisas, mas sabe-se que casou na ilha com Isabel Dias Vieira, nascida na ilha e filha de primeiros povoadores, sabe-se também que um filho do casal, João Pires Vieira, testou em 1578.

⁷³ Conta o historiador oitocentista, Ferreira Drummond que Pero Anes Rebelo após um reconhecimento geral da costa terceirense, e tendo em conta as condicionantes humanas, materiais e técnicas – “*a falta de gente e outros meios*”, optou por construir o Castelo dos Moinhos em Angra e pelo muramento da Praia, pontos onde era indispensável fortificar, deixando a restante costa aberta: Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol. I, p. 79. Este autor, que manuseou e cita documentação de origem vária, desde cartórios paroquiais a livros de vereação e tombos da câmara, peca neste ponto por não esclarecer de onde tomou a informação. É contudo, de forma generalizada, acreditado pela historiografia açoriana mais recente como uma fonte fiável. Veja-se sobre isso: José Guilherme Reis LEITE, “As fontes em Francisco Ferreira Drummond nos Anais da Ilha Terceira”, *Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLIII, Tomo II, 1987, 176 pp.

Não restam vestígios materiais desta construção, da qual Ferreira Drummond assegura ainda existirem alguns restos arqueológicos em meados do século XIX.⁷⁴ Nem tão pouco nos chegaram imagens do que poderá ter sido a sua forma, que já não aparece representada na cartografia oitocentista, talvez porque justamente não passassem já de escassos vestígios arqueológicos. Existem apenas alguns, poucos, documentos comprovando a sua existência e os relatos datados dos cronistas.⁷⁵

Gaspar Frutuoso, o mais antigo narrador da história do arquipélago, em finais da centúria de Quinhentos, na apresentação que faz desta vila diz ser a vila “*cercada de boa muralha*”,⁷⁶ identificando noutro momento, de forma distinta, os elementos que pertencem à muralha defensiva marítima Moderna, de que adiante se tratará, e que, em parte, foram construtivamente contemporâneos do autor. É interessante notar como a cerca ou muro quando mencionada por este autor está incluída na descrição da forma urbana, juntamente com os edifícios principais, enquanto os outros componentes do sistema defensivo, os que então “*novamente*”⁷⁷ (no sentido de novo e não de refeito) se faziam, se analisam como uma parte externa ao núcleo urbano e ainda que integrante do conjunto territorial alargado, não pertencente em exclusivo ao edificado da vila, como acontecia com a cerca. Por aqui se compreende o fim anunciado do primitivo conceito defensivo e a sua progressiva substituição por outro de características muito diversas, coexistindo e chegando mesmo a complementar-se os dois sistemas por algum tempo.

De entre o todo das construções defensivas antigas, ou seja o muro, Frutuoso evidencia dois elementos que denomina por “*fortalezas velhas*”, feitas,

⁷⁴ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol. I, p. 79, em especial nota 7.

⁷⁵ Pode juntar-se a estes relatos um episódio e documento citado por Paulo de Ávila de MELO, *Ruas e Lugares da Praya...*, p.115, que dá conta que em 1775 morreu uma menina “por lhe cair hua pedra do portão de Jesus quando se desmanchou e logo a matou”, segundo apurou o autor o Liv. 5 dos Óbitos de Santa Cruz, f. 125. A última vez que este autor encontra o portão de Jesus referenciado na documentação por ele consultada foi num documento datado de 1791.

⁷⁶ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

⁷⁷ Por exemplo, quando fala do forte mais tarde denominado de Santo Espírito situado “*na ponta da Serra de Santiago*” onde “*está uma fortaleza, que se fez agora novamente pera resguardo da terra*”: Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

segundo o autor, “quando se amurou a vila, as quais têm muita artilharia grossa de bronze, a melhor que há na ilha (...)”.⁷⁸

O cronista referindo-se ao lugar das fortalezas adianta que estas estão “(...) na ponta do calhau, que é desembarcadouro e serventia desta vila (...)”.⁷⁹ Refere-se, pois, aos cubelos construídos para proteção da Porta do Porto, a principal entrada da vila, que pela sua função e forma se mantiveram adequados e compatíveis com o novo paradigma estratégico moderno implantado a partir de meados de Quinhentos, sendo esta a única parte da cerca de que se conhecem registos, mesmo que não da forma original, nomeadamente uma fotografia antiga tomada a partir do areal a nascente.



Vista antiga do lugar da porta do mar, com a alfândega ao fundo.

A ausência de documentação dificulta a análise no que toca não só à datação exata da cerca e dos seus elementos, cuja construção apenas foi concluída em 1513, segundo cita Drummond, como também torna difícil a identificação da sua forma. Com efeito, restam como dados apenas algumas menções a elementos construtivos excepcionais, como sejam as *fortalezas velhas* descritas por Frutuoso e

⁷⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

⁷⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

pelos cronistas que se lhe seguiram⁸⁰ e as portas de acesso ao interior do espaço murado, que ajudam a propor uma hipotética reconstituição do perímetro da cerca.

Pelo que é possível aferir dos dados acima expostos, a construção da cerca e dos cubelos para proteção da porta do porto enquadram-se em plena fase de transição da arquitetura militar em Portugal, quando a morfologia das fortificações procurava adaptar-se à passagem da neurobalística à pirobalística.⁸¹ Nesse longo processo de adaptação, os cubelos, destacam-se precisamente como um dos elementos introduzidos na fortificação tradicional com vista a melhorar a sua capacidade de defesa, em termos da sua morfologia evoluem depois para o baluarte, cujo conceito integra já plenamente, também, uma componente ofensiva, que de resto definirá em grande medida a arquitetura militar Moderna, por oposição à sua precedente de cariz mais defensivo. O reinado de D. Manuel concentrou grande parte dessa experiência e pode, segundo os especialistas dividir-se em duas partes, cujo marco são a construção do baluarte do Paço da Ribeira, no final do elemento que liga o palácio ao rio e fecha o terreiro a poente,⁸² e o levantamento ordenado por aquele rei a Duarte de Armas de uma série de fortalezas da fronteira portuguesa. O resultado foi um códice único que “*para além do inesgotável manancial de informações (...) que encerra, e que ajuda a caracterizar o estado das nossas fortificações num momento preciso (...) no fim de uma fase significativa de intervenções, quando o monarca sentiu que devia fazer um balanço antes de lançar obras de outro folgo.*”⁸³ Elaborado entre 1509 e 1510 o *Livro das Fortalezas*,⁸⁴ é um catálogo essencial para se

⁸⁰ Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 233-234; Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, pp. 117-145; António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 258.

⁸¹ Sobre este tema e época veja-se com particular atenção, Mário Jorge BARROCA, “Tempos de resistência e de inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, vol. XXIV, Nova Série, pp. 95-112, mas também do mesmo autor, “Arquitectura Militar”, *Nova História Militar de Portugal* (coord. José Mattoso, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vol. I, pp. 95-121. Veja-se também, Luís Miguel DUARTE, “1449-1495: O triunfo da pólvora”, *Nova História Militar de Portugal ...* vol. I, pp. 347-391 e, João Gouveia MONTEIRO, “Castelos e Armamento”, *Nova História Militar de Portugal ...* vol. I, pp. 164-191.

⁸² Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Notícias editorial, 2002, em especial pp. 54-62, mas também pp. 84-89 e pp. 162-164, onde o tema da construção do baluarte é retomado. Veja-se também Mário BARROCA, “Tempos de resistência e inovação ...”, p.98-99.

⁸³ Mário BARROCA, “Tempos de resistência e inovação ...”, p.99.

⁸⁴ Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo nacional da Torre do Tombo e

compreender a arquitetura militar da transição de Quatrocentos para Quinhentos e, assim, da adaptação arquitetónica das fortificações ao uso da pólvora, mas também para se conhecer a morfologia urbana da época, com especial ênfase para os aspetos da fortificação e da sua interação com o edificado.



Castelo de Portel



Castelo de Évora-Monte

São vários os aspetos de pormenor que vão alterando a imagem destas fortificações, de entre eles ressalta um que é a substituição das troneiras, elementos normalmente cruzetados que visavam a introdução de peças de artilharia primitiva (trons) nos cubelos incluindo aberturas ao nível inferior que permitiam o tiro rasante, pelas primeiras canhoeriras. A primeira experiência portuguesa, segundo Mário Barroca, data de 1510 em Portel, onde nos cubelos, ou bastiões, foram abertas as primeiras canhoeriras, a experiência derradeira a este nível foi o castelo de Évora Monte em 1525, entre um e outro caso a forma deste elementos evoluiu ganhando dimensão.⁸⁵

Estes bastiões, explica o mesmo autor, eram sempre (re)feitos sem cobertura para que os fumos libertados no momento do disparo das bombardas se dispersasse. Não se sabe, pois, se na Praia os cubelos receberam na origem troneiras ou canhoeriras, nem se seriam cobertos. Sabe-se apenas que no final do século XVI, quando Frutuoso a descreve, estava apetrechada com artilharia “*grossa*”.

Edições Inapa, 2006.

⁸⁵ Mário BARROCA, “Tempos de resistência e inovação ...”, p.103.



9 TORRES VEDRAS – Torreão do Castelo

FOTO-ESTÚDIO – Torres Vedras

Castelo de Torres Vedras em 1953.

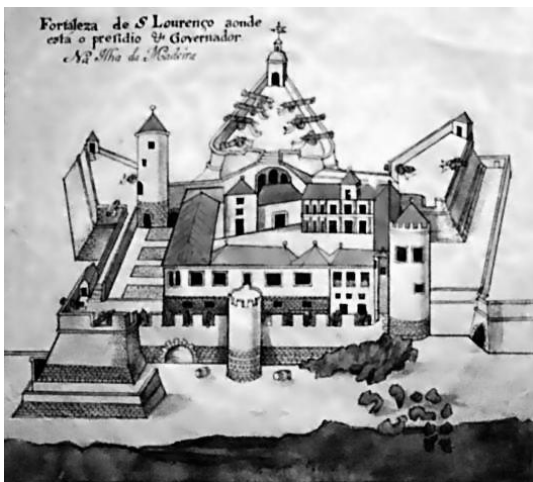
A obra da porta da Praia é coetânea, além dos exemplos já citados equipados com canhoeriras, de construções como Torres Vedras (1519) e de obras não datadas, mas seguramente posteriores a 1510, já que não são representadas por Duarte de Armas, como Elvas e o castelo do Alvito.⁸⁶ Mas ainda próxima da porta fortificada por dois cubelos, da couraça de Alcácer Ceguer, esta apetrechada por troneiras e com cobertura, cujo projeto de 1502 é bem conhecido.⁸⁷ Já de 1525 data a fortaleza de São Lourenço no Funchal,⁸⁸ um caso mais tardio que demonstra a persistência e propagação deste tipo de estrutura defensiva. Exemplos que servem para identificar o tipo morfológico corrente na época e que, por isso,

⁸⁶ Mário BARROCA, “Tempos de resistência e inovação ...”, p.102-103.

⁸⁷ Sobre este projeto, cujo regimento foi entregue a Pêro Vaz a 16 de Junho de 1502, veja-se Pedro DIAS, “Marrocos Fortificação e Obras Públicas”, *História da Arte Portuguesa no Mundo. O Espaço Atlântico...*, pp. 20-71, em especial a rúbrica dedicada a Alcácer Ceguer, pp. 26-32. O regimento e desenho da obra, estão conservam-se na Torre do Tombo, o regimento está publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1965, vol. V, pp.213-217. O desenho tem a cota, ANTT, Gavetas, XV, 18-26. Ainda em África importa referir as intervenções de 1514 em Safim, Mazagão e Azamor, também em Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo. O Espaço Atlântico...*, respectivamente, pp. 158-166, pp. 135-138, pp.118-124. Para compreender a integração destas obras no conjunto Mário BARROCA, “Tempos de resistência e inovação ...”, p.103. Veja-se também Pedro DIAS, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415- 1769*, Livraria Minerva Editora, Coimbra, 2000.

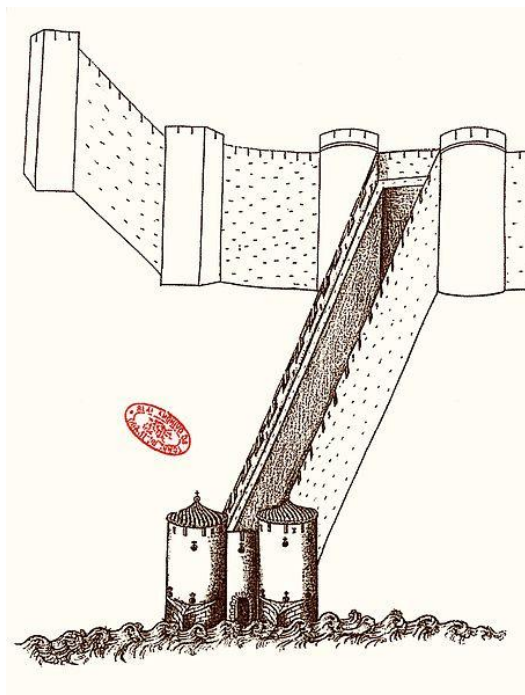
⁸⁸ Sobre esta estrutura defensiva consulte-se o capítulo “A construção do baluarte do Funchal (1529-1540)” em Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Funchal e Lisboa, Universidade da Madeira, 1998, vol. I, pp. 92-100.

terá sido seguido pelas “fortalezas velhas” da Praia, cuja forma, com ou sem cobertura, com troneiras ou já canhoeirias, seguramente se aproximaria morfologicamente das estruturas referidas.



Fortaleza de São Lourenço no Funchal, Bartolomeu João, meados do séc. XVII.

Projeto de couraça para Alcácer-Seguer, 1502



À parte do relato breve de Gaspar Frutuoso, que garante a existência do muro e da porta fortificada junto ao porto, os dados mais antigos referenciados ao espaço urbano da Praia datam já de meados do século XVII, proferidos por Frei Diogo das Chagas,⁸⁹ posteriores, portanto, ao terramoto de 1614 que arrasou a vila. Resta, por tudo isso, fazer um exercício de aproximação hipotética ao que seria a forma da cerca e consequentemente também da vila, antes e depois do terramoto, análise contudo assegurada pelas provas materiais fornecidas pela atual morfologia do núcleo, onde ficaram registadas as etapas do seu desenvolvimento, expressas nos desenhos de análise.

É que apesar das transformações a que o tecido foi sujeito no decorrer dos tempos, a planta atual da cidade da Praia permite, ainda hoje, uma identificação precisa das unidades morfológicas que se distinguem por se corporalizarem sobre

⁸⁹ Frei Diogo das Chagas é o cronista que com maior pormenor descreve o espaço urbano da Vila da Praia, propondo um percurso pelas principais vias e equipamentos da urbe: Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, pp. 233-236.

matrizes diferenciadas. O reconhecimento destes conjuntos e a análise dessas matrizes formalmente distintas, deixa propor com segurança sobre a evolução morfológica que seguiu o construído, como aliás já avançavam os autores da *Arquitectura Popular dos Açores*⁹⁰ sendo que, a documentação conhecida corrobora a interpretação proposta, como se demonstrará nos pontos seguintes.

Se é evidente que os limites sul, nascente, e norte se definem pela orografia do terreno escolhido, com, respetivamente, o mar, o paul e o acidentado topográfico a definirem a forma possível do muro (e da vila), é também notório que todo o território adjacente ao primeiro bairro, no sentido poente, pelas suas características físicas, visto ser menos acidentado, levanta dúvidas quanto ao percurso adotado pela cerca, que por este lado podia assumir diversas formas e diferentes dimensões.

Além da Porta do Porto, os relatos dos cronistas posteriores a Frutuoso descrevem ainda a localização das outras três portas existentes no circuito, pelo que o trajeto da cerca fica hipoteticamente repostado pela união das quatro portas conhecidas.

Vale pois a pena observar com cuidado as descrições feitas por Frei Diogo das Chagas⁹¹ e António Cordeyro acerca destes elementos.

Chagas descreve a vila seguindo um circuito com início na matriz, de onde parte. Conta o cronista que “ *Abaixo della [matriz], pera o Porto fica a Santa Casa de Misericordia que he muito rica, e mui fermosa Igreja e a caza em si muito grande e perfeita; descendo della pera abaixo como quem uai pera o Porto, entra a primeira e mais principal rua da Villa [a atual rua da Alfândega] que a fende pollo meio d’alto a baixo, de cujo portão [do Porto] pera dentro, que he o que sahe na area, entrando logo a mão direita fica hua fermosa, e perfeita Alfândega (...)*Continuando esta rua acima hum pouco da Igreja [da Luz] passa hum cabo da praya deixando ficar a mão direita aonde também fica a Caza da Camara e a esquerda por hua rua que dece pera baixo fica a cadea da Villa, e no

⁹⁰ *Arquitectura Popular dos Açores...*, p. 200-201.

⁹¹ Sobre este autor franciscano vale a pena salientar que em 1627 ocupava o cargo de guardião do convento da Praia, pelo que é uma fonte particularmente importante e fiável para o seu estudo: Artur Teodoro de MATOS, “Frei Diogo das Chagas”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 27.06.2011.

alto della caminhando pera cima perto do Portão que sahi fora da Villa esta o Conuento de Jesu, de cujo Orago he a Igreja de freiras também de Santa Clara (...) ao longo do qual pela banda de cima, caminha outra rua, que sahindo por outro portão, que ahi tem os muros da Villa, uai fenecer no sitio, aonde esteve o nosso Conuento antigo que por arruinar com os tremores de Mayo de 1614, se mudou pera o sitio, donde hoje está, do portão que se diz da área, que fica a esta mesma banda pera dentro (...).”⁹²

À parte dos edifícios e equipamentos mais relevantes do circuito, adiante individualmente abordados em rúbrica própria, Chagas assinala quatro portões, o do Porto, já referenciado por Frutuoso; o portão junto ao convento de Jesus; e o que fica no caminho que vai para o convento franciscano velho, ao qual não atribui nenhum nome; e finalmente o portão da Areia, junto ao novo convento de São Francisco, situado, como explica, na *banda* de dentro do muro.

António Cordeyro, cerca de meio século depois de Chagas diz sobre a Praia que “(...) he cercada de muralha com quatro baluartes, & quatro portas, a do Porto, a do Rocio, a de Noffa Senhora dos Remedios, & a das Chagas: dentro das muralhas paffa, de quinhentos, & com os que vivem em redor paffa de fetecentos, por fer cercada de muytas, & muyto ricas Quintas (...)”.⁹³ Portas, todas já com nome atribuído e que correspondem às mesmas descritas por Diogo das Chagas. A porta principal, a do Porto não levanta reservas. A porta denominada de Jesus por Chagas coincide com a do Rocio segundo Cordeyro. De resto, à saída desta porta situava-se efetivamente o rossio da vila, como atestam os cronistas e a documentação relativa à reconstrução pós terramoto de 1614, já referida e adiante analisada.

O nome, Portão dos Remédios, inscrito por Cordeyro, advém da ermida consagrada a Nossa Senhora dos Remédios que aí se construiu nos anos quarenta do século XVII, em tempo posterior à estadia de Frei de Diogo das Chagas na Praia⁹⁴.

A última porta da cerca de que dá conta o padre Cordeyro, a porta das

⁹² Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 234.

⁹³ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 258.

⁹⁴ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 262.

Chagas, antes porta da Areia, tomou o nome do recolhimento que existiu aproximadamente na zona do atual bairro da Chagas. Casa fundada em 1543,⁹⁵ junto ao mar, no final da atual Rua da Lapa, rua por onde provavelmente seguiria o muro, unindo a portão dos Remédios a este último portão do circuito.

O muro definido pelos dados acima expostos, resulta numa cerca de enorme extensão que, por isso, parece pouco adequada à época da sua construção,⁹⁶ assim como aos meios materiais e humanos disponíveis nessa fase inicial do povoamento da ilha,⁹⁷ onde de algum modo se podem catalogar como experimentais todas as tentativas de fixação de população.

Mas, como explica Carlos Ferreira de Almeida numa perspetiva genérica e como explicação para espaços com uma história urbana mais prolongada que a Praia: *“Devido à sua expansão, a cidade do século XIII começa a ter fora das muralhas, novos bairros burgueses, burgos com arruamentos artesanalmente e comercialmente especializados, como Rua dos Açougues, dos Couros(...). É tradicionalmente junto desses mesteres e novos burgos que por motivos até institucionais se começam a estabelecer as novas ordens mendicantes, os franciscanos e os dominicanos (...) Estes fenómenos começam já a notar-se bem no séc. XIII e por isso, as cercas góticas, quando feitas a partir de meados do século XIV, costumam abrigar já dentro do seu perímetro estes novos conventos e os bairros que os acompanham.”*⁹⁸

⁹⁵ Sobre a história deste recolhimento consulte-se: Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, pp. 262-264.

⁹⁶ Sobre esta questão assiná-la João Gouveia Monteiro que *“a superfície coberta pelas muralhas era geralmente diminuta”* acrescentando que *“não teria realmente grande sentido investir na construção de muros muito amplos, que depois, em tempo de necessidade, não pudessem ser convenientemente defendidos, por falta de recursos humanos”*: João Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses de Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Coimbra, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p. 51. Embora tantas vezes, na perspetiva de um crescimento acelerado e contínuo, certos núcleos investiram em cercas cuja área inteira só muitos séculos depois viria a ser totalmente ocupada. Casos de Évora, Porto ou Miranda.

⁹⁷ Argumentos que, como se viu, terão servido de pretexto a Pero Anes Rebelo, o provedor enviado por Dona Beatriz, para decidir a favor do muramento da Praia.

⁹⁸ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *“Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal”*, *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, p. 140.

Na Praia, com todas as diferenças histórico-cronológicas salvaguardadas, pode ter-se passado exatamente o mesmo, servindo o caso de exemplo tardio de um fenómeno reconhecido para a evolução morfológica das urbes medievais do continente, já em pleno século XVI, englobando a cerca do convento de Jesus que se situava no limite oeste da urbe, erigido depois de 1534,⁹⁹ junto a uma das principais saídas da vila, a Porta do Rossio¹⁰⁰ e onde antes ficavam as casas do primeiro capitão, patrocinador do convento.

Importa ainda referir, que se desconhecem quaisquer referências à materialidade desta cerca, pelo que não se sabe se se construiu na totalidade em pedra, nem que dimensão tomou. Poder-se-ia admitir que, particularmente na área em questão onde não chegava o mar, se construísse a barreira em materiais de menor durabilidade e de fácil substituição, mas Linschoten afasta essa hipótese.

A descrição breve, mas precisa, da vila publicada pelo viajante holandês Linschoten que permaneceu na ilha Terceira entre os anos de 1589 e de 1592, referente pois a uma época anterior ao terramoto de 1614, diz que a “*vila da Praia é cercada de muralhas muito bem fabricadas*”,¹⁰¹ o que indicia uma construção consistente de características perenes e não em materiais facilmente perecíveis.

De esclarecer ainda, que na época a que se referencia esta descrição, aproximadamente coincidente com a crónica de Frutuoso, existia já o novo sistema defensivo, programado a partir de 1552 para a ilha e particularmente para a baía, tema que se expõe com profundidade no ponto que se segue. Pelo que se deve admitir que, ainda que essa não seja a interpretação aqui sustentada, que a referência do holandês à boa qualidade das muralhas se referiria a esse sistema moderno e recente, ou pelo menos ao conjunto dos dois sistemas. Parece, no entanto, mais convincente acreditar que as poucas palavras de Linschoten se dirigem em concreto à vila e à sua cerca, desde logo por referir-se objetivamente ao facto da Praia ser cercada (o que implica um circuito ou perímetro murado em

⁹⁹ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, pp. 136 e p. 279.

¹⁰⁰ Assim nomeada por: António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 258.

¹⁰¹ “História da Navegação do Holandês João Hugo de Linschoot às Índias Orientais” (Fragmentos vertidos para o português por José Agostinho da edição francesa, que saiu a lume em 1619 dos prelos de Cloppenburch em Amsterdam), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, IHIT, Angra do Heroísmo, 1943, nº1, vol./ano 1943, pp. 145-168, p. 151.

torno do aglomerado). Por outro lado, porque pela leitura integral do texto se entende que o autor, à semelhança de Frutuoso, trata a costa num ponto separado, referindo aí que a ilha Terceira, a principal do arquipélago, “*tem quinze ou dezaseis léguas de circuito, com rochedos altos e sobranceiros, de que é cingida, como se fossem muralhas levantadas pela natureza, que a tornam inexpugnável, [acrescentando que], onde quer que faltem esses rochedos existe sempre fortaleza de boa defesa.*”¹⁰²

Conclui-se, pois, que na Praia recorreu-se ao expediente usado e aperfeiçoado ao longo dos séculos da baixa Idade Média para fomentar, estabelecer e depois proteger a população nas zonas fronteiriças do continente. De forma renovada, nos Açores recuperam-se métodos e formas de organizar o espaço, porventura já ultrapassadas no território mãe. Note-se mesmo que os últimos¹⁰³ núcleos a serem murados no continente, Barcelos, Aveiro¹⁰⁴ e Viseu, estão referenciados para a primeira metade do século XV, e consta que ao longo do século XVI, obsoletas que estavam as cercas enquanto conceito defensivo, ultrapassadas pelas novas técnicas da pirobalística,¹⁰⁵ já não se fechavam diariamente as portas das cidades como nos séculos anteriores acontecia, abrindo-se até portas de aparato, “portas nobres” com uma função mais delimitativa do espaço urbano do que defensiva, e que por isso raramente se fechavam.¹⁰⁶

A tradição já cimentada e o sistema previamente instalado com provas dadas nos territórios peninsulares foi decalcado nas ilhas,¹⁰⁷ mas sempre adaptado às

¹⁰² “História da Navegação do Holandês...”, p. 150.

¹⁰³ Sobre o tema consulte-se: Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 79-80.

¹⁰⁴ Veja-se a entrada para Aveiro em: Maria João BRANCO, *Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)* ... vol. I, pp. 43-45.

¹⁰⁵ Nesse sentido importa referir que a cerca da Praia, enquanto único elemento defensivo da vila, teve uma duração curta a rondar o meio século.

¹⁰⁶ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal...*, p. 80. Atente-se, como exemplo específico deste fenómeno, ao crescimento de Coimbra e a progressiva marcação dos limites urbanos por novas portas, garantindo o controlo municipal sobre o novo espaço do arrabalde desde logo em tempos de epidemias mas também como delimitação fiscal. Primeiro, ainda no século XII, com a Porta da Igreja Velha, também referida na documentação como “arco do Alvasir” e, mais tarde, com o progressivo assoreamento do rio a Porta de Santa Margarida ereta em meados de 1500, no final da ainda recente Rua da Sofia: Walter ROSSA, *DiverCidade...*, p. 482.

¹⁰⁷ Em termos de enquadramento geral o exemplo mais próximo ao caso aqui analisado que se conhece é a cerca projetada para o Funchal a partir de 1492. Tema estudado por: Iria GONÇALVES, “Um projeto adiado: A muralha quatrocentista do Funchal”, *Um olhar sobre a*

condições e necessidades específicas dos lugares. Daí que, neste período tão inicial da ocupação do arquipélago apenas se conheça a Praia como núcleo cercado, talvez o único que pelas condições orográficas a isso obrigaria.¹⁰⁸

São contudo conhecidas outras estruturas e metodologias defensivas aplicadas em tempos iniciais nas ilhas e em concreto no espaço urbano, desde logo o recorrentemente citado, como exemplo único precedente às campanhas de obras militares quinhentistas, o Castelo dos Moinhos em Angra, alcantilado no morro sobre a baía e do qual se deu conta em ponto a ele dedicado. Para as restantes ilhas e povoados, aparentemente e de acordo com os dados disponíveis, foi suficiente tomar precauções mais simples como a escolha criteriosa do lugar do povoado, procurando a defesa natural, sendo que no caso da baía da Praia, onde, inclusive, um ataque já tinha sido tentado se considerava uma exigência não apenas a construção de uma vila mas de uma vila cercada.

Não pode deixar de assumir-se que a Terceira parece ter recebido um maior cuidado na sua organização espacial por parte do poder senhorial, desde logo como única ilha dividida em duas capitánias mas também, como se crê, indo além das preocupações básicas que, naturalmente, toda a restante população isleña tentaria suprir da melhor forma possível. Ambas as particularidades parecem advir da mesma raiz, o provável reconhecimento pelo donatário das mais-valias da ilha, porventura justificada por um relativo avanço do seu desenvolvimento produtivo, motivando a donataria na tomada de medidas que assegurassem a efetiva ocupação e rentabilização do território-ilha.¹⁰⁹

De resto, a defesa era desde há muitos séculos um dever que cabia assumidamente ao rei ou ao senhor do lugar, uma doutrina estabelecida com Afonso X de Castela nas *Siete Partidas* mas que se prolongou no tempo,¹¹⁰ nos

cidade medieval, Cascais, Patrimónia Cascais, 1996, pp. 211-220.

¹⁰⁸ Salvaguardando neste ponto que os dados hoje disponíveis sobre evolução morfológica de Vila Franca de São Miguel, a primeira cabeça da ilha e da capitania soterrada no ano de 1522, são diminutos e não permitem uma aproximação, ainda que hipotética, à inicial forma desta vila: Carlos Melo BENTO, *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982*, Ponta Delgada, Associação arqueológica do arquipélago dos Açores, 1989.

¹⁰⁹ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...*, “Introdução” em especial p.18 em diante.

¹¹⁰ AFONSO X Rei de Castela e Leão, *Las siete partidas del sabio Rey Don Alonso el Nono*, Nuevamente glosadas por el licenciado Gregorio Lopez, Valladolid, Casa de Diego Fernandez de Cordoua, 1587-1588.

Açores comprovam-no a obra do cerco da Praia, mas também a construção do castelo de Angra cuja alcaidaria foi entregue a João Vaz Corte-Real, capitão de Angra, pelo duque D. Manuel, donatário da ilha, em 1495.

Para mais, a opção pela construção de uma povoação enquanto símbolo de um território com competências autónomas é ela própria exemplo dessa pujança. Como regista Iria Gonçalves na introdução ao trabalho sobre a cerca programada para o Funchal, mas refletindo sobre a generalidade dos casos: “(...) *o significado da cerca passou a ser não só físico mas também simbólico. O ideário urbano medieval repousava, em primeiro lugar, nos muros de protecção que o envolviam. Uma cidade forte e por isso respeitável, estava fechada dentro das suas muralhas.*”¹¹¹

Com efeito, se se alargar um pouco o âmbito territorial, encontra-se, precisamente no projeto do Funchal um excelente exemplo para estabelecer comparações e possíveis analogias ao nível dos procedimentos.

A unir os casos está, obviamente, a situação atlântica e insular de ambos mas também o facto de não se conhecer a materialidade de nenhum deles. A distingui-los, por outro lado, está desde logo uma questão que por si pode justificar precisamente a importância do estudo complementar dos dois exemplos, é que, se para a Madeira se conhece, com pormenor, o projeto, a verdade é que este não se chegou a concretizar, não passando nunca do papel. Enquanto que para o exemplo açoriano, tendo sido efetivamente construído mas entretanto desaparecido, não se conhece o projeto mas apenas os relatos da sua materialidade.

Assim sendo, vale a pena observar o que diz Iria Gonçalves sobre o projeto funchalense e elencar possíveis semelhanças.¹¹²

O primeiro documento conhecido para o projeto funchalense data de 1492, e consiste numa queixa da cidade ao rei,¹¹³ onde alegava ser pobre e principalmente

¹¹¹ Iria GONÇALVES, “Um projecto adiado..”, pp. 213.

¹¹² Os próximos parágrafos acompanham de perto o trabalho: Iria GONÇALVES, “Um projecto adiado...”, pp.211-220.

¹¹³ A título de curiosidade note-se como esta obra parece ser exclusivamente de iniciativa real. Assim sendo, é um facto praticamente inédito, já que para a época donatorial nas ilhas atlânticas próximas, tanto quanto é dado a conhecer pela historiografia, não se registam outros casos de obra

considerar a cerca um equipamento desnecessário. O rei atende o pedido e desiste do projeto, reconsiderando e admitindo que a construção de alguns baluartes ao longo da costa seria suficiente para cumprir as necessidades de defesa. Contudo no ano seguinte D. João II relança a ideia e desta vez de forma mais consolidada apresentando já um projeto e um orçamento, definindo mesmo as fórmulas para o financiamento da obra.

O projeto para a cerca do Funchal seria de forma genérica copiado do projeto de Setúbal, o que em termos materiais correspondia a um muro com 1600 metros de extensão e cerca de nove metros de altura. Este traçado não se propunha abarcar toda a extensão da vila, mas apenas a mais rica e mais prestigiada, ou seja o lado ocidental da urbe entre as ribeiras de São Francisco e de Santa Luzia. De resto, este muro não devia cercar efetivamente a urbe mas apenas a sua frente marítima e no sentido do interior alguma extensão das frentes ribeirinhas de Santa Luzia e São Francisco. Não estava, pois, previsto o amuralhamento do sector norte e interior da urbe.

Lembra Iria Gonçalves que *“Naturalmente uma obra desta envergadura demoraria tempo a fazer, demoraria tempo a pagar. Sabemos como a construção de algumas muralhas citadinas se arrastava por largos anos, por vezes várias dezenas. Mas aqui, no Funchal, o rei queria uma obra mais apressada. Cinco anos era julgado tempo suficiente (...) No papel tudo parecia simples e facilmente exequível. (...) Mas não era assim visto da ilha, na perspectiva dos contribuintes, daqueles sobre quem o peso da obra ia recair.”*¹¹⁴

Por tudo isso, mas talvez também porque os tempos exigiam já uma estratégia mais atualizada,¹¹⁵ a coroa desistiu do projeto da cerca, optando finalmente pela construção de uma cortina abaluartada junto ao mar.

Os dados expostos sobre o projeto do Funchal obrigam a colocar algumas questões acerca do que se conhece do traçado da cerca praiense. Terá a cerca da

de iniciativa régia até à subida ao trono de D. Manuel.

¹¹⁴ Iria GONÇALVES, “Um projecto adiado...”, p. 220.

¹¹⁵ Esta tese defende: Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira...*, vol. I, pp. 53-67, no capítulo intitulado “As primeiras tentativas de fortificação”.

Praia alguma vez sido completada pelo lado de terra? Não obstante Linschoten descrever uma vila cercada, e Frutuoso uma vila amurada.

Conhece-se a este propósito um documento datado de 1575 que merece ser aqui referido. Ainda que respeite a outro tema, a construção da cadeia nova, acaba por informar sobre a cerca e a muralha que então já se construía na vila da Praia. Trata-se do *Treslado da Sentenca sobre a cadea...*¹¹⁶ que se analisa em outro momento deste capítulo quando se trata o “emergir da centralidade”.

Acerca das obras de defesa em curso, este documento avança que na “*capitania da Praia auia annos que toddos os moradores della andauão opprimidos e auexados com lancamentos que se deitarão pera os fortes da dita Villa da Praia os quais lancamentos ainda agora durauão pellos ditos fortes não estarem de todo acabados (...) e não podia a terra com tantas fintas por ser pobre a gente della e cada ora bramaua o pouo com tantas suieiões e parte da villa estava já amurada*”¹¹⁷ pediam, por isso, ao rei que os dispensasse de mais uma finta.

Este documento sugere que em 1575 a vila estava em parte “*amurada*”, não estando o cerco completo. E que as novas obras de fortificação da baía e capitania estavam já em execução. Daqui pode ainda aferir-se que se pretendia cercar totalmente a vila, não obstante apenas se saiba, com absoluta certeza, que no século XVII e início de XVIII, segundo apuram Frei Diogo das Chagas e o jesuíta António Cordeyro, só a parte ocidental da vila, bem como a frente de mar estavam efetivamente cercadas, pelo menos apenas deste lado existiam portas, provavelmente a parte de muro de que dá conta este documento. Fica a dúvida se alguma vez este cerco se completou ou apenas cobriu as partes mais sensíveis deixando os acidentes naturais, que a norte e nascente existem, a definir o limite urbano.

É também difícil imaginar que paredes com nove metros de altura tenham simplesmente desaparecido sem deixar rasto, seriam os muros da Praia mais baixos que os previstos para o Funchal e construídos em Setúbal? Pode

¹¹⁶ “Treslado da Sentenca sobre a cadea que o capittão a faça”, *Livro do Tombo...*, pp. 65-70.

¹¹⁷ “Treslado da Sentenca sobre a cadea que o capittão a faça” in *Livro do Tombo...*, p. 67.

efetivamente extrapolar-se e propor-se que após um projeto inicial medieval, os novos tempos tenham transformado o projeto do muro da Praia numa cerca mais delimitativa do que defensiva. Não é possível ignorar que desde meados do século XVI um plano defensivo Moderno se construía na baía, a que aliás também se refere o documento citado.

3.5. O porto

Importa distinguir entre os elementos urbanos que conformam e justificam esta área, o porto ou ancoradouro da vila, de resto um equipamento de reconhecida necessidade para qualquer núcleo urbano islenho, onde a presença de uma zona de acostagem protegida e defensável na proximidade do aglomerado se destaca como um dos mais importantes elementos para garantir o seu sucesso, ao ponto de se colocar a hipótese de o programa fundacional básico (casario, igreja e cerca), nas ilhas, incluir também o porto.

Em termos materiais o porto configura-se por um cais de acostagem e pela existência próxima do edifício da alfândega,¹¹⁸ e em boa verdade mais do que determinante para a definição da morfologia urbana é um elemento essencial para a demarcação da localização da urbe.¹¹⁹

¹¹⁸ Sobre a importância deste equipamento representativo do poder central veja-se o caso melhor conhecido e estudado da alfândega do Funchal, mandada construir por D. Manuel em 1508 e que por analogia importa a este caso. Luís Miguel DUARTE, “A construção da Alfândega do Funchal”, *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes), Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 207-216. José Pereira da COSTA, *A construção da Alfândega Nova do Funchal*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978.

¹¹⁹ A associação entre o porto enquanto equipamento e o desenvolvimento urbano é tema ainda pouco desenvolvido entre nós, a este propósito vejam-se os seguintes títulos., Amélia Aguiar ANDRADE, “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica”, *Ciudades y villas portuarias del atlántico en la edad media* (ed. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solárzano), Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, 2004, pp. 57-89. Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Angra do Heroísmo, Instituto Português de Arqueologia, 2003. Fernando PIRES e António Leão Correia e SILVA, “A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo”, *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822* (coords. Walter ROSSA, Renata ARAUJO e Helder CARITA), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 615-630.

Para mais, no caso em estudo, sendo a vila cabeça de um território-capitania com destacada capacidade produtiva, estaria naturalmente obrigada à definição de um ponto que concentrasse o escoamento dos seus produtos, salvaguardando também, dessa forma, os direitos régios que primeiro o donatário e depois a coroa esperava alcançar com a sua comercialização. Assim se compreende que o Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores, datado do ano de 1499, contemple já especificamente a vila e o porto da Praia, quando no ponto catorze ordena que os “(...) navios que forem ter à Praia no varadoiro carregarão e descarregarão dentro dos marcos que para isso estão ordenados (...)”.¹²⁰ Ainda que não seja exatamente claro, é razoável aceitar que o porto a que se refere o foral é já o porto que durante séculos serviu a vila e que descreve Frutuoso nos finais de Quinhentos, assim como os cronistas que nos séculos seguintes conheceram a Praia.



Acesso da praça para a Rua da Alfândega.

¹²⁰ “Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores”, Luís MALDONADO, Fenix Angrence..., vol. I, p. 134.

Designadamente, na segunda metade do século XVII, o Padre António Cordeyro, que propõe uma sequência cronológica para o crescimento inicial da Praia, onde se entende que existindo já o casario foi “(...) *murada a Villa, ha coufa de duzentos annos [e] fez-fe o porto, & defembarcadouro muyto apto (...)*”¹²¹ atirando a construção da cerca e porto para o ano de 1500, compatível portanto com a data proposta pelo Foral da Alfândega acima citado.

Se assim aconteceu o caminho direto da Porta do Porto à Porta do Rossio, que rapidamente se transformou em rua principal, estabeleceu-se de seguida mas, ainda assim, posteriormente ao núcleo fundacional de quarteirões, não sendo considerado, por isso, um caminho ancora e determinante para a escolha deste local para a vila se implantar, existindo antes em consequência da escolha deste sítio. Pelo que a principal rua da Praia, a que saía do Porto em direção à principal porta de terra, não se configurou numa tipologia de rua principal programada, como no caso estudado da Rua Principal de Angra. De resto refira-se que progressivamente a rua principal se foi transferindo para a Rua de Jesus, ou seja o troço do mesmo caminho acima da praça, em direção ao Convento de Jesus, protegida das investidas do mar que repetidamente desbaratavam aquele sítio.

4. Outros equipamentos e infraestruturas¹²²

Em redor da mole, que se acredita configurar a malha fundacional praiense, identificam-se alguns elementos urbanos que ajudam a descodificar e compreender o processo evolutivo deste núcleo e que vale a pena apresentar. São elementos que, como o porto, equiparam e infraestruturaram a vila nova, sendo, por isso, na sua maioria imediatamente contíguos ao casario original, constituindo-se como extensões integrantes dessa unidade morfológica. Mas existem também alguns elementos mais deslocados, nomeadamente os conventos de Jesus e de São Francisco, um convento feminino e o outro masculino. Se o último se construiu fora de portas, o primeiro construiu-se dentro, porventura ditando mesmo o perímetro alcançado pelo muro por esse lado, como se deu já

¹²¹ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 257.

¹²² Veja-se o desenho Praia 4. Localização e cronologia dos edifícios mais destacados, do vol. II.

conta na rúbrica dedicada aos muros da vila. Vale pois a pena elaborar um pouco mais sobre estes temas.

4.1. As casas religiosas

Os terrenos onde de seguida à fundação da urbe se instalaram os primeiros mosteiros da vila, em redor do núcleo urbano fundacional, no setor poente e sul, eram já pertença dos patrocinadores dessas casas religiosas, na maior parte familiares ou povoadores mais destacados que acompanhavam os Homem, capitães desta parte da ilha desde 1474.¹²³ A ter em consideração o pleito jurídico em torno da “*tomada de terras para a vila se fazer*” é possível extrapolar, sendo admissíveis dois cenários uma vez definida a área reservada à vila ou, com maior precisão, ao seu limite cercado: num primeiro cenário a terra reintegrada na donataria terá sido novamente dada pelo capitão, desta vez aos seus mais próximos. Na outra possibilidade, o restante dos terrenos que envolvem a vila, foram adquiridos pelos novos terra-tenentes da capitania ao primitivo detentor Duarte Paim e a eles coube a sua gestão a partir de então.

Em todo o caso se conclui que os espaços circundantes ao núcleo fundacional se constituíram como unidades de propriedade particular, ainda que, na maioria, dado a aplicação destinada pelos seus detentores, convertidas que foram em mosteiros com as respetivas cercas, se tenham vindo a constituir na prática como uma espécie de área expectante durante séculos. Colocando-se

¹²³Ainda que no decorrer do texto se volte a tratar estes equipamentos vale a pena referi-los aqui na perspetiva enunciada de perceber que grandes proprietários se apoderaram cedo do contorno imediato da urbe. Acompanhando a crónica de Agostinho de Montaleverne vê-se que o convento de São Francisco “foi plantado em um sítio (...) *que grátis ofereceu, com uma ermida de Nossa Senhora da Conceição e nove ou dez alqueires de terra, Afonso Álvares de Antona, homem virtuoso e nobre, um dos primeiros povoadores que vieram às ilhas, da Província de Portugal* (...)”. O convento da Luz, o primeiro convento feminino da ilha, já estava fundado em 1512 segundo apurou o padre cronista que adianta ainda que “(...) *fora edificado este mosteiro por Catarina de Cristo, que no mundo se chamava Catarina Ornelas de Teve, filha do capitão Diogo de Teve Gusmão e de Dona Leonor Gonçalves de Ornelas. Nas casas de seus pais fundou o mosteiro* (...)”. O convento de Jesus cujo breve data de 1534, terá sido encomendado pelo primeiro capitão da Praia, Álvaro Martins Homem, a sua mulher, a quem morrendo pediu “(...) *que nas casas em que moravam fizesse um mosteiro, no qual recolhesse as filhas que tinham*”. O recolhimento das Chagas, foi fundado por Domingos Homem, neto do primeiro capitão. Tudo em Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, respectivamente p. 117, p. 133 e p. 127, p. 135, p. 141.

inclusive, na fase seguinte da evolução morfológica do tecido, como um interregno do espaço urbano, já que, quando a vila se expandiu a seguir ao terramoto de 1614, cresceu para lá dessas cercas, temática que se desenvolverá de modo mais aprofundado no ponto dedicado a essa fase de evolução morfológica da Praia.



O que resta hoje do convento seiscentista da Luz.

O primeiro convento feminino fundado na Praia, o Convento da Luz, é também o primeiro das ilhas. Afirma Chagas que se situava “*a mão esquerda*” quem sai do porto, onde “*(...) começa o dormitório do nosso Convento das Madres da Luz freiras de nossa obdiência, que foi o primeiro que se fez e fundou neste mar oceano (...) No cabo deste dormitório, que corre polla rua acima fica a Igreja que he do mesmo Orago de Nossa Senhora da Luz.*”¹²⁴

Esta localização que de início beneficiava da proteção da cerca e da proximidade ao núcleo genético, cedo se revelou imprópria pela demasiada proximidade ao mar. Conta Montalverne que “*(...) as religiosas viviam temerosas*

¹²⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*, p. 234.

com as avexações que lhe fazia o mar, e as mangas de água eram tantas que arruinaram os muros do castelo que por mar as cercava (...),¹²⁵ contudo, foi preciso chegar a 1614, quando a estrutura ficou definitivamente comprometida pelo terramoto, para as freiras determinarem a sua saída deste lugar, num processo que se dá conta mais adiante e que foi determinante para a conformação do ensanche do rossio.



Arcaria do antigo claustro do Convento da Luz no rossio da Praia.

Mais distante do núcleo genético, mas também mais tardiamente, funda-se o Convento de Jesus. Sobre ele disse-se já que foi patrocinado por Álvaro Martins Homem e sua mulher que lhe deixaram as casas onde viviam e mostrou-se

¹²⁵ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 128.

também que junto dele se situava uma das portas da vila. O breve deste convento data de 1534.



Restos de elementos construtivos do Convento da Luz, hoje transformado em armazém e espaço comercial.

Em 1543, Domingos Homem da Câmara, neto de Álvaro Martins Homem fundou o recolhimento das Chagas,¹²⁶ a sul do Convento de Jesus, nas suas casas. Por aqui se confirma que a faixa de terra no sentido norte-sul desenhada pelo Convento de Jesus e pelo Recolhimento das Chagas pertenceu aos Homem, justificando a baixa densidade da área, mantida durante muito tempo pela quase exclusiva ocupação com cercas conventuais.

Por outro lado, a localização das casas do capitão (depois casas religiosas) excêntricas à mole fundacional, além de indiciarem a existência de povoamento disperso ao redor do núcleo mais denso, serve de (única) justificação para a imensa extensão dos muros da vila.

¹²⁶ Sobre a história deste recolhimento consulte-se: Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, pp. 262-264.

4.2 O monturo

A nascente do núcleo identificado como original existe uma rua denominada Rua do Monturo, que corresponde a uma quinta via desenhada paralela às quatro primeiras e cuja nomenclatura sugere que este tenha sido, até determinado momento do crescimento da urbe, que não se pode precisar, o limite da malha. Com efeito, o monturo, ou lixeira, situava-se habitualmente nas fronteiras do espaço urbano,¹²⁷ pelo que é crível que assim tenha acontecido na Praia, sendo que, nesse caso, as duas ruas que abaixo desta se estruturaram serão seguramente posteriores. Note-se, aliás, como na cartografia oitocentista, de forma genérica, estas ruas aparecem bastante menos preenchidas de casario que as restantes, não obstante, também as primeiras não mostrem quarteirões totalmente preenchidos, porventura em resultado dos já referidos sismos.



Rua do Monturo

¹²⁷Sobre este assunto veja-se: BEIRANTE, Maria Ângela, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais”, *O Ar da Cidade* ... p.181.

4.3. A misericórdia

Outro equipamento que terá integrado desde muito cedo o núcleo inicial programado foi o hospital. Segundo atesta Ferreira Drummond este terá sido criado em simultâneo com o de Angra, em 1492. Por certo sabe-se que em 1499 existia já formalmente, dado que nesse ano Pedro Álvares da Câmara deixa em testamento um legado à instituição.¹²⁸



O Hospital e Igreja da Misericórdia vistos a partir do largo da Alfândega.

Em 1521, no cumprimento da política régia relativa às Misericórdias¹²⁹ o hospital da Praia integrou-se na Misericórdia,¹³⁰ aprovando-se nesse ano o

¹²⁸ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos para a história dos Açores...*, p. 265.

¹²⁹ Para uma visão geral sobre o tema consulte-se: Isabel dos Guimarães de SÁ, *História breve da*

compromisso por carta de D. Manuel passada em Lisboa a 11 de Julho.¹³¹ Nesse documento pode ler-se “*Nós El-Rei (...) fomos informados, que nessa villa queria ordenar-se nella fazer a confraria da Misericórdia com que nós houvemos muito prazer (...) nós queremos que o façam no hospital da dita Villa, vos mandamos que ordenando-se a dita confraria, lhe entregueis o dito hospital ao provedor (...)*” adiantando que a nova administração deverá cumprir todos os encargos e gerir as rendas e que “*depois de cumpridos os ditos encargos, se alguma coisa sobejar das ditas rendas, a despenderão nas obras da Santa Misericórdia.*”¹³²



Rua do Hospital. À esquerda o portão do hospital.

Não se conhece documentação que permita estudar convenientemente a obra do hospital e da igreja da misericórdia da Praia, no entanto a imensa mole que compõe o conjunto bem como algumas particularidades da arquitetura da sua

Misericórdias Portuguesas: 1498-2000, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, 159 pp.

¹³⁰ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol I, p. 98.

¹³¹ “Documento nº13. Creação da casa da Misericórdia da villa da Praia, por carta d’El –Rei D. Manuel” in Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 498.

¹³² “Documento nº13. Creação da casa da Misericórdia da villa da Praia, por carta d’El –Rei D. Manuel” in Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 498.

igreja obrigam a incluir neste estudo, mesmo que abreviadamente, outras informações.

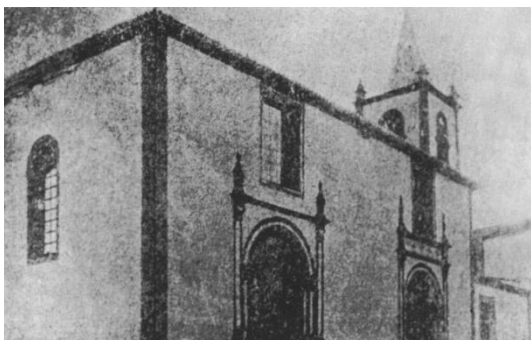
O conjunto assistencial está situado imediatamente abaixo da unidade morfológica que se julga ser a malha fundacional, pertencendo, portanto, a uma fase de crescimento imediatamente sequente à do núcleo fundacional.



Vista nordeste-sudeste, do gaveto que divide a Rua do Hospital da Rua Conde Siúve de Meneses.

É um complexo que ocupa um enorme quarteirão cuja morfologia sugere, ainda hoje, que a sua forma resultou da união de dois quarteirões previamente estabelecidos. Esta dedução faz-se a partir da observação em planta do conjunto, onde se evidenciam como elementos centrais no sentido norte-sul dois vazios ou becos alinhados com a Rua do Monturo, artéria de que se deu conta acima. Porém, esta continuidade observada em planta, não existe de facto no terreno, não só porque pelo meio existe o adro da Igreja da Misericórdia como também, conformando o adro no topo norte, existe uma construção que interrompe efetivamente o espaço e que divide a Rua do Monturo, do adro da Misericórdia.

Por último, no que toca à Misericórdia, observe-se a tipologia da igreja, ainda hoje singular, não obstante as profundas obras que sofreu na sequência do violento incêndio de 1921¹³³ que praticamente a destruiu.



Em cima vista exterior da Igreja da Misericórdia até 1921.

Ao lado fotografia antiga onde se vêem os dois altares ainda existente, e onde se percebe a estrutura antiga dos tetos e arranque da arcaria que dividia o espaço em dois.



Igreja de S.º Cristo. Estado interior deste templo após o incêndio no ano de 1921.

Atente-se às palavras de Frutuoso que quando descreve a vila da Praia não se esquece de incluir a Misericórdia, como uma das suas principais estruturas, referindo que na vila “(...) há casa da Misericórdia e hospital, com duas igrejas, uma do hospital do Santo Espírito e outra de Nossa Senhora, com uma nave pelo meio de obra de macenaria (...)”, dando precisamente conta da tipologia que particularizou as igrejas das misericórdias construídas na Terceira¹³⁴ que se

¹³³ Valdemar MOTA, *Misericórdia da Praia da Vitória . Memória Histórica (1498-1998)*, Praia da Vitória, Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, Edição Comemorativa dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, 1998, pp. 136.

¹³⁴ Os exemplos conhecidos não são em número suficiente para se adiantarem conclusões, neste momento apenas se pretende anunciar o tema que obriga a uma investigação de pormenor que não cabia aqui fazer, já que esta tese se ocupa em primeiro lugar de história do urbanismo e urbanística portuguesa e não de história arquitetura. Registe-se, contudo, que a igreja da Misericórdia da Ribeira Grande, não tendo dois altares-mores, tem duas portas principais. Veja-se: *Inventário do Património Imóvel dos Açores. São Miguel. Ribeira Grande* (coord. Jorge A. Paulus Bruno), Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2007, pp. 218-

compunham de dois altares mores lado a lado, como ainda hoje existe na Praia. Também a igreja da Misericórdia de Angra terá tido na versão inicial dois altares-mores, são os altares hoje laterais da parte direita, mais profundos que os restantes e que foram reaproveitados pelas obras setecentistas que projetaram o templo na forma e posição atual, perpendicularmente à posição inicial.

4.4. O sistema de distribuição de água

Falta referir o sistema de distribuição de água, tão importante para a manutenção da vila e sobre o qual pouco se sabe.

A mais antiga e completa referência à obra da água são as *Saudades da Terra* de Frutuoso, que adianta que “*Nesta vila havia antigamente mais de duzentos poços de água doce, de que bebiam todos os moradores, deles baixos, deles altos, e não havia casa que tivesse quintal fora da vila ou dentro nela, que não tivesse pera si poço, até que haverá menos de vinte anos se acordaram trazer à vila uma água perenal, que estava fora dela meia légua, somente arriba donde se chama Casa da Ribeira, com a qual fizeram seis chafarizes dentro na vila, e é coisa notável ver o descuido dos moradores, como tendo tanta e tão boa água tão perto da vila, a não trouxeram mais cedo, pois custou muito pouco trazê-la.*”¹³⁵ Desta descrição se afere que a obra tomou lugar cerca de 1570, data de resto confirmada por uma escritura de 1573,¹³⁶ inserta no *Livro do Tombo da Praia*, pela qual se dava água aos padres de São Francisco.

Por esse documento se percebe que o sistema de distribuição estava já montado e em funcionamento nesse ano quando se lê que o “ (...) *Mosteiro de São Francisco apresentou petição pela qual pedião se lhe desse da aguoa pública deste concelho desta villa certa quantidade de aguoa pella muita necessidade que della auia no dito mosteiro e com tanto que não perjudicasse ao pouo et a que*

219. O recente trabalho de Isabel Soares de Albergaria sobre a desaparecida igreja da misericórdia de Ponta Delgada sugere que esta se comporia de apenas um altar: Isabel Soares de ALBERGARIA, “A Igreja da Misericórdias de Ponta Delgada. Considerações em torno de um monumento perdido”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009, vol. XIII, 2ª série, pp. 21-48, em especial pp. 42-44.

¹³⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV, pp.8-9.

¹³⁶ “Escritura da Aguoa que se deo aos Padres de Sam Francisco Anno 1573”, *Livro do Tombo*..., pp. 134-138.

*estava dada ás religiosas do Mosteiro de Jesu que fora cause de se praticar no dito negocio e se assentou que antes de se conceder se visse a água do recio para ver se dela se podia dar e em que altura em comprimento do qual [foram] ver a dita agua e arca do recio et pella entrada do alcatrus que nella virão e enformarão que tomarão de pessoas que têm experiencia a dita agua lhes pareceu que lhes poderia conceder (...)*¹³⁷



Imagem antiga da Câmara da Praia onde se pode ver um chafariz, adossado ao antigo presidio.

Porém, na segunda metade do século XVII, segundo apurou António Cordeyro dos seis chafarizes que dava conta Frutuoso apenas existiam cinco, sendo que desses apenas quatro tinham água corrente, “(...) porque o quinto que é de mármore esse não corre.”¹³⁸ Não se conhece outra referência a esse chafariz de mármore, por ventura coetâneo dos portais da matriz, pelo que, fica apenas o registo da sua existência.

4.5. A praça, a câmara e a cadeia.

Quanto à área da praça são poucos e muito inconsistentes os dados sobre a sua conformação. Conhece-se, contudo, um documento importante, o traslado

¹³⁷ “Escritura da Agua que se deo aos Padres de Sam Francisco Anno 1573”, *Livro do Tombo...*, p. 135.

¹³⁸ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 259.

inserto no *Livro do Tombo da Praia*, datado de 1541¹³⁹ com o título *Alvará de Sua Alteza sobre que todos os julgadores façam as Audiencias na Casa do Concelho*, pelo qual se percebe que a obra da Casa do Concelho estava terminada, havia pouco tempo. Diz o alvará, “*Eu El Rei mando (...) que daqui em diante facais as audiencias ordenadas na casa do concelho que se ora pera isso fez segundo forma da ordenação e não em outra parte porque são jnformado que as fazeis em uossas casas(...)*”¹⁴⁰



Edifício da Câmara da Praia. Escadaria de Acesso.

Pode aceitar-se que também a praça enquanto tipologia morfológica se conformou por estes anos, confirmando o processo tradicional de implantação destes espaços públicos que, como se estudou no capítulo dedicado a Angra, não

¹³⁹ “Treslado de Alvará de Sua Alteza sobre que todos os julgadores façam as Audiencias na Casa do Concelho passado no ano de 1541”, *Livro do Tombo...*, p. 18.

¹⁴⁰ “Treslado de Alvará de Sua Alteza sobre que todos os julgadores façam as Audiencias na Casa do Concelho passado no ano de 1541”, *Livro do Tombo...*, p. 18.

fazem nunca parte do programa fundacional inicial quer nas ilhas quer no território peninsular.¹⁴¹

É, aliás, interessante notar-se como, apesar de à data de fundação das urbes açorianas estar já assumida no continente a relevância da praça enquanto espaço de protagonismo dos poderes, nenhuma das vilas das ilhas a integrou no seu programa fundacional.¹⁴² De resto, é de referir que também no Funchal, onde o hiato temporal relativamente às fundações continentais permitiria igualmente a inclusão de uma praça na malha urbana desde a origem, se passa o mesmo.¹⁴³ As razões que assistem a esta constatação serão múltiplas, destacando-se principalmente a crescente urbanidade, sem a qual a vila ou cidade dispensava a existência de uma praça enquanto elemento urbano.



Praça da Praia, ainda com o presidio ao fundo.

Há, contudo, que lembrar que as cidades islenhas, sendo de fundação senhorial do donatário, mas localmente lançadas pelos capitães, a quem coube o poder executivo, tiveram de lidar com a interferência de vários poderes na sua gestão. A história do poder local concelhio nas ilhas é de resto marcada por conflitos entre precisamente capitão e concelhos, para quem progressivamente o

¹⁴¹ Consulte-se Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição...*, em particular o capítulo intitulado “o emergir da centralidade”, pp. 687-741, em especial p. 708.

¹⁴² Veja-se em particular a p.709, onde a Luísa TRINDADE descreve a “nova atitude para o espaço em si”.

¹⁴³ De 1495 data a abertura da praça do Funchal, sobre o tema veja-se Helder CARITA, *Lisboa Manuelina ...*, pp.49-50.

capitão perdeu poder, nomeadamente ao nível da gestão da terra.¹⁴⁴ Assim, não será de estranhar que apenas tardiamente, quando o poder concelhio ganhou solidez o seu espaço de representação se tenha construído.

A esse nível é também interessante notar, como o próprio donatário impulsiona o desenvolvimento do poder concelhio, como por exemplo se passa na Madeira, com a abertura do campo do duque (donatário), já referida atrás. Aliás, desenvolver aprofundadamente o poder concelhio foi a estratégia seguida a partir de D. Manuel para recuperar o poder efetivo sobre o território, poder que havia sido delegado aos capitães, quando, no início da colonização se definiu o sistema de donatarias e capitánias. Essa questão fica particularmente clara no caso dos Açores, onde entre os reinados de D. Manuel e D. João III se fundaram 10 novas vilas que se vieram sobrepor aos territórios definidos pelas capitánias.¹⁴⁵

A praça da Praia, mais uma vez à semelhança dos exemplos metropolitanos, conformou-se exatamente para cumprir a função de albergar não apenas a praça/mercado mas também os edifícios e símbolos concelhios,¹⁴⁶ nomeadamente o Paço Municipal, mas também, no caso em estudo, a torre do relógio e a cadeia, dando resposta e forma ao “emergir da centralidade” nesta vila cabeça de capitania. Com efeito só muito tardiamente se encontram referências concretas e explícitas à praça.

A tipologia seguida pelo edifício da Câmara da Praia coincide com o modelo tradicional consolidado, ainda que na versão mais simplificada, integrando alpendre/varanda com dupla escadaria de acesso e com arcada/pórtico no piso térreo.¹⁴⁷ Este modelo foi também o seguido pelo primeiro paço concelhio de Angra, como se observa na gravura de Linschoten. Convém, no entanto, acrescentar que o terramoto de 1614 obrigou a obras profundas de reconstrução, não sendo possível descrever com exatidão o que foi alterado nessa campanha de

¹⁴⁴ Tema que se trata em profundidade na segunda parte desta tese.

¹⁴⁵ Pretende-se dar desenvolvimento a este tema em futuras investigações.

¹⁴⁶ Sobre este tema além do título acima citado, consulte-se também: Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa...”, pp. 99-109.

¹⁴⁷ Sobre a evolução da tipologia dos edifícios dos Paços do Concelho veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição...*, pp. 473-802 e em especial p. 800.

obras,¹⁴⁸ é contudo de acreditar que o edifício não terá sido reformulado mas apenas reconstruído, note-se como a torre dos sinos acoplada à Casa do Concelho ainda presente, gravado no lintel da porta de entrada, o ano 1596,¹⁴⁹ e como o edifício manteve, no geral, a estrutura reconhecida para época.



Obras de demolição da cadeia da Praia. [anos 50]

A cadeia, que não integrou nunca o edifício camarário, acabou por ser construída também na Praça junto à Casa do Concelho, preenchendo o topo norte. Este edifício, demolido nos anos 50 do século XX, veio transferido de um espaço junto às “*barrocas do mar*” segundo atesta Drummond,¹⁵⁰ sendo que esse primitivo edifício junto à costa existia desde pelo menos 1540, data apurada de um documento de 1575 trasladado no *Livro do Tombo da Praia*,¹⁵¹ documento onde se ordena ao capitão que construa uma nova cadeia, datando esta, portanto, de anos seguintes a 1575.

¹⁴⁸ “Documento nº4 Treslado do precatório que se acha a fl. 121 verso do Livro dos Acordãos sobre a reedificação da Villa da Praia pelo terramoto de 1614”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...*, p.480.

¹⁴⁹ “Ficha de Inventário nº 57: Paços do Concelho da Praia da Vitória”, *Praia da Vitória Terceira...*, pp. 153-154.

¹⁵⁰ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol. I, p. 111.

¹⁵¹ “Treslado da Sentença sobre a cadea que o capitão a faça”, *Livro do Tombo...*, pp. 65-70.

Pelo documento acima citado, o *Treslado da Sentença sobre a cadeia que o capitão a faça*, se entende que a questão da construção de uma cadeia nova decorria já há algum tempo, sendo que o que estava em causa era aceitar, ou não, que uma nova imposição se derramasse sobre a vila, como primeiro autorizou o rei, ou, se o custo da obra devia caber por inteiro ao capitão como era tradição e por regra lhe competia. Foi efetivamente esta a solução tomada, ordenando-se ao “(...)capitão que fizesse huma cadeia na dita Villa da Praia boa, e forte e sufficiente pera os prezos com dous apartamentos pera as mulheres e os homens (...) e por remate de tudo (...) fora contente o capitão de fazer a cadeia que ora pretendia fazer a sua custa e dissera que lhe amostrassem o chão e sitio e que elle o queria cumprir.”¹⁵²



Fotografia da Praça da Praia depois de demolida a cadeia a escadaria que dava acesso à Rua de São Paulo, ainda visível na primeira fotografia mostarda do edifício camarário, com a escadaria e o chafariz adossado à cadeia.

Entretanto, em espaço próximo da praça, na rua que vai do adro da Misericórdia até à parte traseira da Matriz, o eixo estruturante do tecido fundacional,¹⁵³ ajustou-se com o pedreiro Bastião Fernandes a obra da escadaria

¹⁵² “Treslado da Sentença sobre a cadeia que o capitão a faça”, *Livro do Tombo...*, p. 66.

¹⁵³ Sendo seguro que este eixo se traçou logo no princípio da construção da vila de fundação, a sua conformação e infraestruturção foi demorada, como de resto acontecia quase sempre na cidade medieval. Disso mesmo dá conta Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, pp.

que dá acesso à plataforma da igreja, obra ajustada em 6 de Janeiro de 1577, segundo apurou Drummond no 3º Livro de Registo da Câmara da Praia,¹⁵⁴ quando estava passado quase um século sobre a fundação do lugar.



Acesso à Matriz a partir da Rua da Misericórdia e Rua de São Paulo.

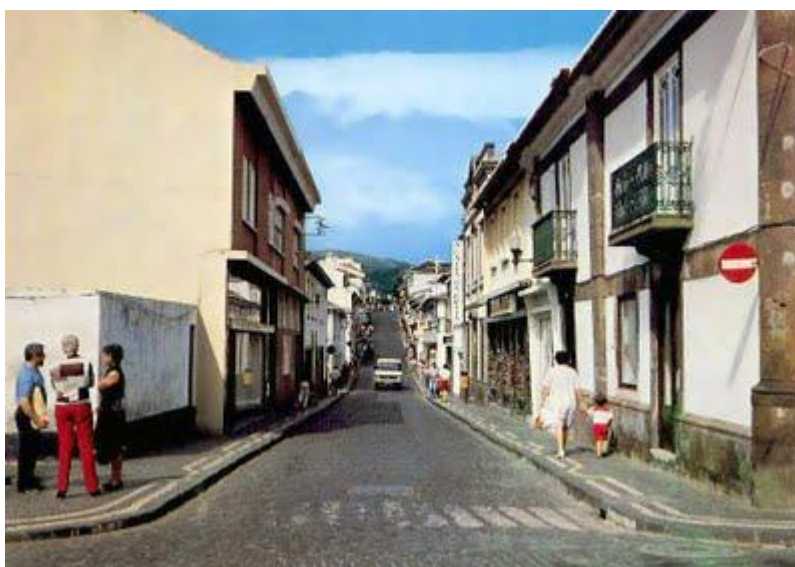
Note-se na proximidade da data desta empreitada ao processo de construção da cadeia, processo iniciado em 1575. Resta saber se a escadaria que existiu lateralmente à cadeia, a ligar a praça à Rua de São Paulo, é também desta época, sendo muito provável que todo o arranjo se tenha conformado ao mesmo tempo.

À parte disso, apenas se pode realçar que a praça se estruturou adjacente à rua e caminho principal da vila, servindo de espaço de ligação entre este percurso paralelo ao mar e que se desenvolve a sul da praça e o casco genético situado a norte, constituindo-se o porto, a praça e a rua como um sistema articulado ribeirinho. Se em termos de expressão morfológica este não se pode comparar aos

117-137.

¹⁵⁴ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol I, p. 174.

casos estudados atrás, no capítulo de Angra, em termos funcionais essa analogia pode ser estabelecida. Com efeito, a Praia e a sua evolução morfológica vêm confirmar rotinas e métodos continuados de estruturação da cidade portuguesa, observando-se que o sistema no qual assenta “o emergir da centralidade”¹⁵⁵ na Praia não é processualmente muito diferente dos casos de Angra, Porto¹⁵⁶ e Lisboa,¹⁵⁷ em todos os casos desenvolvido pela articulação dos espaços ribeirinhos.



Vista da Rua de Jesus a partir da praça. Este foi o eixo estruturante do crescimento para fora do núcleo primitivo.

Sobre o espaço onde se conformou a praça há ainda a considerar uma hipótese avançada pela história local, de que a atual Praça Capitão Francisco Ornelas da Câmara, onde em 1541¹⁵⁸ existia já a Casa do Concelho, configuraria

¹⁵⁵ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal...*, em particular o capítulo intitulado “o emergir da centralidade”, pp. 687-741.

¹⁵⁶Luís Carlos AMARAL e Luís Miguel DUARTE, “Os homens que pagaram a rua nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”, *Revista de História*, Porto, Centro de história da Universidade do Porto, vol. VI, 1985; José Ferrão AFONSO, “A construção de um novo centro cívico: notas para a história da rua nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV”, *MVSEV*, Porto, Publicação do Museu Soares dos Reis, 2000, nº9, ano 2000, pp. 29-70; Adelaide Pereira Millán da Costa COSTA, “O ‘refazimento’ da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos”, *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira. Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade*, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996, pp. 31-34.

¹⁵⁷ Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval...”, pp. 117-137; Iria GONÇALVES, “Na Ribeira de Lisboa...”, pp. 61-75.

¹⁵⁸ “Treslado de Alvará de Sua Alteza sobre que todos os julgadores façam as Audiencias na Casa do Concelho passado no ano de 1541” in *Livro do Tombo...*, p. 18.

antes dessa data e antes de albergar a função de praça da vila, o rossio da vila.¹⁵⁹ A lógica não é descabida, e enquadra-se dentro do sistema habitual de ordenamento das áreas envolvente dos núcleos urbanos medievais, mesmo dos fundacionais. Lamentavelmente o autor não cita fontes ou acrescenta qualquer sustentação factual que permita avançar mais sobre a questão.

5. O sistema fortificado Moderno ...

Na Praia, o muro como sistema de defesa, mercê da época da sua implantação, rapidamente se extinguiu enquanto paradigma e a cerca foi progressivamente substituída por uma inovadora linha defensiva marítima, apoiada em fortes abaluartados individuais, compatível com as necessidades introduzidas pelos avanços quinhentistas da tecnologia militar.



Iconografia da Praia e das suas defesas no século XIX.

O envio do engenheiro militar, Isidoro de Almeida¹⁶⁰ aos Açores no ano de 1552, marca o início de um novo ciclo na história da fortificação do arquipélago. El'Rei, tendo sido informado dos danos e roubos que corsários causavam nas

¹⁵⁹ Teoria defendida por: Gervásio LIMA, “História Geral da Vila da Praia”, *Memorial da muito notável Vila da Praia da Vitória no centenário da acção de 11 de Agosto de 1829*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002, p. 65.

¹⁶⁰ SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros...*, vol. I, p. 7. Sousa Viterbo chama-o de Isidro de Almeida, e conta que “se não era arquitecto militar, era pelo menos engenheiro de fogos, entendido na defesa de praças (...) engenheiro de minas” no entanto refere também que se “depreende de que ele era arquitecto ou engenheiro militar de uma carta, de que Fr Luis de Sousa nos dá a sumula, dirigida por el rei a Pedralvares Correia, em que lhe ordena que ‘veja com Isidro de Almeida como se pode estreitar e acomodar o sitio de Tanger para um caso de necessidade’ ” (Annaes de D. João III, p.463). Conta ainda Viterbo que Isidoro de Almeida acudiu ao cerco de Mazagão, escreveu e publicou uma obra intitulada Quarto Livro de Isidoro de Almeida. Das Instruções Militares, (1573), sendo que, os três primeiros nunca terão sido publicados.

ilhas, ordena fazer-se nelas o que necessário fosse para a sua defesa, deslocando para esse fim ao arquipélago o referido engenheiro, fidalgo da casa real e com “conhecimento das coisas de fortificação”.¹⁶¹ A Praia, segundo se comprova em carta enviada pelo seu capitão ao rei no ano seguinte, integrou de imediato o périplo pelas ilhas da comitiva enviada pela coroa. Nela, o capitão lembra ao rei que o informara previamente “como com Isidro d’Almeida vira a terra e o que parece necessário para fortificação dela”,¹⁶² sendo que para assentar o material bélico que na carta pedia, se propunha construir desde já uma estância de madeira.



Imagem oitocentista da Praia, onde se podem ver alguns dos fortes entretanto desaparecidos. Em primeiro plano o forte do Espírito Santo.

Não se conhece a carta mencionada por Antão Martins Vaz, o capitão da Praia, onde este descrevia o plano proposto por Isidoro de Almeida para a vila, contudo, afere-se que pelos anos de 1552-53 se deu início a um novo paradigma defensivo no arquipélago e na Praia. De realçar, contudo, que ainda não se

¹⁶¹ “Carta d’Elrei de 18 de Outubro de 1552 sobre a defesa contra os corsários na Terceira”, AA..., vol. XII, p. 417.

¹⁶² “Carta a El Rei do Capitão da Vila da Praia sobre corsários franceses e necessidade de munições: 2 de Setembro de 1553”, AA..., vol. VIII, p. 418

abdicava da estrutura defensiva primária, a cerca, com menos de meio século de existência e que perduraria pelo menos até inícios do século XVIII.¹⁶³

A situação reflete a um tempo o contexto evolutivo da ilha e da vila, mas também, o período transitório em que se encontrava a engenharia militar portuguesa. Evidencia-se assim a Praia e a mais-valia do seu estudo, no âmbito alargado da urbanística no mundo português, como exemplar onde se sintetizam, num curto período de tempo, métodos e formas, ecos de uma cultura urbanística, reconhecendo-se o contributo (ainda que se desconheça em concreto a sua ação) de um dos principais engenheiros e teóricos do reino na sua época, Isidoro de Almeida.¹⁶⁴

Em 1567,¹⁶⁵ mais uma vez gerida a um nível político superior, inicia-se uma nova campanha de fortificação das ilhas, na sequência da visita dos italianos Tomaso Benedetto de Pesaro e de Pompeu Arditi,¹⁶⁶ que no conjunto do

¹⁶³ Como comprova a História Insulana do Padre António Cordeyro publicada em 1717: António CORDEYRO, *História Insulana...*, pp. 253-260, em particular p. 258.

¹⁶⁴ Para uma visão mais profunda da importância e influência da Isidoro de Almeida na cultura urbanística e fortificadora da época, consulte-se Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, *Da Cidade e Fortificação em textos Portugueses (1540-1640)*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura na especialidade de Teoria e História da Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, pp. 279-299. Além de explicar a possível responsabilidade do fortificador numa eventual tradução do tratado de Albert Durer (1527), a autora analisa ainda o único trabalho impresso de Isidoro de Almeida bem como o contexto temporal que o enquadra. Trata-se do Livro Quatro da Instruções Militar, a única parte publicada de um projeto editorial maior, ainda assim, sublinha a autora na p. 286 “o Livro Quarto [...] tem a importância, ou precedência, de constituir a primeira obra portuguesa impressa exclusivamente dedicada à formação militar.” Quanto à eventual responsabilidade por uma tradução para vernáculo do *De urbibus, arcibus, castellis que condensis ...*, a versão latina da obra de Durer, peca por ter em exclusivo uma fonte, curiosamente a informação de Frutuoso que ao descrever a ida de Isidoro de Almeida a São Miguel, assunto que se trata no capítulo dedicado a Ponta Delgada, adianta que este “andava compondo um livro – *De Contendis Arcibus*”, Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, *Da Cidade e Fortificação...* p. 284.

¹⁶⁵ 10 anos depois da viagem aos Açores, em 1562, as fontes localizações Isidoro de Almeida a trabalhar no cerco de Mazagão, mais interessante é notar que nesse ano, aos técnicos portugueses que assistem o cerco se junta “um italiano”, segundo explica Margarida Tavares da Conceição restam duas possibilidades para a sua identificação, Alexandre Urbino ou Tommaso Benedetto de Pesaro, engenheiro que em 1567 passa aos Açores, circunstância interessante que “também nos dá alguma medida da dinâmica do período sebastico nestas matérias.” Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, *Da Cidade e Fortificação...* p. 281.

¹⁶⁶ Além das obras já citadas: “Viagem de Pompeu Arditi de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores. Documentos para ...”, *Boletim do Instituto Histórico ...* vol. VI, 1948, pp. 173-183. Rui CARITA, “A Viagem de Pompeu Arditi aos Arquipélagos ...”, *Boletim do Instituto Histórico...* 1999, pp. 89-101. PELOSO, Silvano; RADULET, Carmen M., “Documentos e Textos Sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos Italianos: ...” *Boletim do Instituto...*, 1987, vol.

arquipélago começaram a definir mais eficazmente medidas no sentido da fortificação das ilhas.¹⁶⁷ Contudo, reconhecesse-se que a concretização das medidas propostas se tenha dilatado por um tempo muito longo, e, naturalmente sujeita a ajustes, tendo sido especialmente impulsionada a partir dos finais da década de setenta de Quinhentos pela ameaça crescente da conquista espanhola concretizada em 1582.

Na Praia, facto mencionado por todos os autores que abordaram o assunto, desde Gaspar Frutuoso até aos nossos dias, em resultado destas campanhas e até à conquista da ilha em 1582, construiu-se uma forte cortina marítima apetrechada por fortes, baluartes e estancias. É unanimemente¹⁶⁸ aceite que o plano de

XLV (I), pp. 163-180. FARIA, Manuel Augusto de, “O sistema fortificado do arquipélago dos Açores. Do povoamento à extinção da Capitania-Geral.”, *Actas do Congresso Internacional ... no prelo*. Veja-se ainda: Rafael MOREIRA, “O enquadramento geoestratégico da arquitectura militar no atlântico norte no início da Idade Moderna”, *Arquitectura Militar do conhecimento histórico à sua função actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005, pp. 25-33; Alberto VIEIRA, “Da Poliorcética à Fortificação”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira - Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico do Descobrimento à II Guerra Mundial (Actas do II Colóquio Internacional, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de Julho a 2 de Agosto de 1987)*, IHIT, Angra do Heroísmo, 1988, vol. XLV, tomo II, pp. 1525-1544 +20 quadros e mapas.

¹⁶⁷ No Arquivo dos Açores vem publicada uma *Informação dos Portos das Ilhas dos Açores*, anónima e não datada, com letra do século XVI segundo interpretação de quem a transcreveu. É muito provável que o autor desta informação ao rei seja Manuel Álvares e que esta tenha sido elaborada em 1567, tendo este acompanhado o périplo pelas ilhas dos Italianos. A propô-lo está o facto de Manuel Álvares ter sido corregedor nas ilhas entre 1535 e 1544 (Manuel Luis MALDONADO, Fenix Angrence..., vol. I, p. 115) e de a carta, escrita claramente por alguém que conhecia bem as ilhas, como aconteceria com um corregedor, avançar que o seu autor há vinte e dois anos que não visitava São Miguel. Partindo do princípio que a Informação foi feita em 1567, e retirando-lhe os 22 anos chega-se a 1545 o ano seguinte a Manuel Álvares terminar a sua comissão como corregedor nas ilhas. Sobre a Praia esta informação não adianta muito, diz apenas que é “nobre rica tem grande praia onde se pode mui facilmente desembarcar parece deve ser provida sendo cousa tão importante”, AA..., vol. IV, pp. 120-123. Há ainda a dizer que Manuel Álvares integrou também a comitiva liderada por Isidoro de Almeida que visitou as ilhas em 1552, como atesta a “carta d’El rei de 18 de Outubro de 1552. Defesa contra os corsários na Terceira”, AA..., vol. XII, p. 417, documento onde se pode ler “Por ser informado do roubos e dannos que os corsairos fazem em cada anno nessa ilhas dos Açores ordenei de mandar fazer em ellas o que for necessário pera a sua defensão e pera isso envio ora a essa ilha Terceira o Doutor Manuel Álvares, do meu desembargo e corregedor dos feitos cíveis d’esta cidade de Lisboa Isidro d’Almeida, cavaleiro fidalgo de minha casa (...) para verem o que se pode fazer na cidade de Angra, da ilha Terceira, e assim em todas as povoações e portos (...) conforme regimento que vos, o dito Manuel Álvares mostrará (...)”. Sendo de aceitar que nessa viagem o corregedor Manuel Álvares não visitou a Praia.

¹⁶⁸ Veja-se Rui CARITA, “As defesas da antiga vila da Praia na Ilha Terceira nos séculos XV e XVII”, *Francisco Ornelas da Câmara - Actas do Colóquio Comemorativo dos 400 anos do seu Nascimento*, Angra do Heroísmo, IAC, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2007, pp. 81-93. Neste trabalho esclarece sobre a organização da Provedoria das Obras e apresenta um parecer geral sobre a organização logística das gentes de guerra e dos dinheiros destinados à construção de defesas. Porém acaba por não mencionar diretamente a Praia nem tão pouco a morfologia das estruturas, mas sim o contexto geral das ilhas.

fortificação seguido, se deve (pelo menos na sua génese) ao engenheiro Benedetto, ainda que se reconheça o importante papel na gestão e execução por parte de Ciprião de Figueiredo, o corregedor nas ilhas entre 1579¹⁶⁹ e o ano da conquista espanhola,¹⁷⁰ bem como dos seus sucessores, em particular em contexto de manutenção ou reconstrução. Nesse âmbito é de realçar o corregedor João Correia Mesquita a quem coube superintender nas obras de recuperação da vila, mas também no restauro do sistema fortificado.¹⁷¹

Do que foi este sistema defensivo, hoje quase todo desaparecido, dá conta pormenorizadamente Gaspar Frutuoso na sua *Saudades da Terra*. “(...) [C]omeçando na ponta da Serra de Santiago, pela costa da banda do sul, junto a ela, ao pé da rocha está uma fortaleza, que se fez agora novamente pera resguardo da terra (a qual não vêem os navios que vão da banda do leste, senão quando vão dar debaixo dela), com algumas peças de artilharia, e logo se faz uma grande enseada, que é o porto da vila da Praia, por ser uma praia de areia branca em toda ela, que será, em redondo, de comprimento de meia légua (...)” junto ao porto “(...) onde se carregam os navios de trigo e pastel e de quanto há na terra, por não se poder carregar nada em outra parte da baía, por serem bancos de areia, está também outra fortaleza bem provida de artilharia, e dela por todo o areal até o calhau de Santa Catariana, que está adiante, no fim da baía, antre as fortalezas e o mar todo está atrincheirado de trincheiras de pau pique de uma banda e de outra, atupido por dentro de rama e areia de quantidade de quinze a dezoito palmos de largo, com suas ruas abertas de serventia pera o mar, onde estão postos seus tiros de campo (...)”.¹⁷² Esclarece ainda que na zona do porto “(...) que é o desembarcadouro e serventia desta vila, todo o espaço que o mar dá lugar a desembarcarem batéis, que será meio tiro de besta, dali até chegar às trincheiras está provido de muito número de brolhos pregado em

¹⁶⁹ Segundo o “Catalogo dos sogeitos que occuparão o cargo de corregedores na comarqua destas Ilhas” elaborado por: Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 115.

¹⁷⁰ Sobre a acção deste corregedor consulte-se: Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira...*, vol. I, pp. 233-234.

¹⁷¹ “Documento nº4 Treslado do precatório que se acha a fl. 121 verso do Livro dos Acordãos sobre a reedificação da Villa da Praia pelo terramoto de 1614”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...* p.480.

¹⁷² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

távoas, que se põe e tiram a seus tempos necessários (...)”.¹⁷³ Descreve em seguida as *fortalezas velhas* junto da Porta do Porto de que já se deu conta neste trabalho e que se integraram no sistema descrito.



Fotografia do Forte da Chagas, visto do areal. Situar-se-ia aproximadamente entre o Largo João de Deus e o final da Rua da Lapa.

Ao longo do texto o autor vai dando conta das restantes fortalezas e postos defensivos que completavam o sistema e que à exceção do Forte de Santa Catarina desapareceram, engolidos pelo mar. Tal é o caso de Forte de Santo Antão¹⁷⁴ que ficava “(...) *no caminho que vai pera a cidade de Angra, saindo da vila da Praia (...)*” onde “(...) *está uma ermida de Santo Antão, pegada na rocha, junto à qual igreja de Santo Antão está a fortaleza, novamente feita, pegada com o mar e caminho do concelho, das trincheiras pera dentro de terra, também guarnecida de sua artilharia e bombardeiros*”¹⁷⁵

À parte desta descrição, apenas se encontrou outro documento referente ao que terá sido a materialidade destas estruturas. Trata-se de um regimento datado

¹⁷³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 7.

¹⁷⁴ Tal é também o caso do Forte das Chagas de que ainda se guardam registos fotográficos.

¹⁷⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*, Livro VI, p. 8.

de 1567,¹⁷⁶ sequente à inspeção dos engenheiros italianos, que está inserto no *Livro de Registo da Câmara de Angra* e que inclui uma proposta de modelo tipo a ser seguido pelos recintos de vigia a construir na costa. Este regimento explica: *“Fareis estancia conforme o número de pessoas que nela hão de estar (...) a praça de cada uma dessas estâncias será chão de calçada como convém de modo que possam as peças facilmente correr para onde for necessário (...) As quais estâncias serão reparadas o melhor que poder ser para que artilharia do mar lhes não faça dano e far-se-ão de maneira que se possam fechar. E cada uma das peças grossas de artilharia que não estiverem em coberto se lhes fará cobertura de tabuado de duas águas que cubra reparo e rodas e serão levadiças de maneira que dois homens as possam por e tirar quando necessário (...) E em cada uma das ditas estâncias se fará uma guarita para recolha das coisas que servem a dita artilharia. E o condestável e bombardeiros pouzaram nas casas que mais perto estiverem da estância (...) E a pólvora que estiver em poder do almoxarife estará em uma casa sobre si apartada das outras e será sobrada para estar guardada da humidade e forrada de madeira no telhado cuberto de cal e terá escada para fora com dois portões um que feche a escada e outro que feche a casa.”*¹⁷⁷

O envio dos especialistas justificou-se sempre por ser o rei informado de que às ilhas, em especial à Terceira *“(...) vam tantas vezes armadas de cosajros (...)”*¹⁷⁸ A mesma razão levou o rei a ordenar o regresso à sua capitania de Antão Martins Homem, em 1571, mandando ainda *“que tanto que embora chegardes a Villa da Praia de que sois capitão onde ora his pera entenderdes na cousas da deffensão della façais pór os moradores e mais gente della e de seu termo em ordenança (...)”* adiantando ainda que *“Cumpre muito fazer sse o assima dito com toda a brevidade (...) porque tenho nouas que se faz na Arrochella huma grossa*

¹⁷⁶ “Regimento da ordenança da capitania da cidade d’amgra // outro Regimento”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, pp. 97-102.

¹⁷⁷ “Regimento da ordenança da capitania da cidade d’amgra // outro Regimento”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, p. 100.

¹⁷⁸ Veja-se por exemplo “Regimento pera o capitão manoell corte reall sobre a goarda desta cidade”, *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, pp. 91- 97, a transcrição é da p. 91.

*armada de luteranos e reparar uos eis o mais deffencauelmente que puderdes e o mais conforme que for possiuel pera a fortificação que está ordenada.”*¹⁷⁹

A fortificação que estava *ordenada* é, naturalmente, o projeto de 1567, e, pelo que se subentende deste e doutro traslado,¹⁸⁰ igualmente inserto no *Livro do Tombo da Praia*, as obras da muralha moderna da vila estavam ainda muito atrasadas. Nesse documento o rei dá conta ao “*prouedor das fortificações e fortalezas da jlha Terceira que eu invio ora á Villa da Praia por ter noua de cosairos a Antão Martins Homem, fidalguo de minha casa capitão della na qual mando fazer repairos pera se poder deffender pera o que he necessário cortar e derribar algumas casas e quintais na dita villa que se han de pagar a seus donos (...)*”¹⁸¹.

5.1. ...e o plano de 1614¹⁸²

Foi este o sistema defensivo que a partir da segunda metade do século XVI acompanhou e protegeu o desenvolvimento urbanístico da vila extra muros. Uma evolução que progrediu mais pela necessidade imposta pela destruição pós terremotos e pela ameaça crescente de corsários do que por uma exigência efetuada por via de um progressivo e coincidente aumento demográfico. Com efeito, o aumento populacional praiense, não parece ter sido demasiado relevante em algum dos períodos de reformulação urbanística da vila.

Apontando precisamente nesse sentido ressaltam alguns dados relativos ao processo de reconstrução do Mosteiro de Jesus, arruinado pelo sismo de 1614, mas também da Igreja Matriz, do Convento da Luz e do Convento Franciscano, processos bem documentados que vale a pena analisar em pormenor.

¹⁷⁹ “Teslado de huma Carta d El Rei Nosso Senhor ao capitão Antão Martinz Homem sobre os Repairos”, *Livro do Tombo...*, p. 55.

¹⁸⁰ “Treslado de huma Prouizão de Sua Alteza ao Capitão Antão Martinz Homem sobre os Repairos e tomar Casas”, *Livro do Tombo...*, pp. 55-56.

¹⁸¹ “Treslado de huma Prouizão de Sua Alteza ao Capitão Antão Martinz Homem sobre os Repairos e tomar Casas”, *Livro do Tombo...*, pp. 55.

¹⁸² Sintetizado no desenho de análise Praia 5.4. Veja-se também o desenho Praia 5.

Sobressai o processo referente ao Convento de Jesus por ser particularmente elucidativo das dificuldades implicadas, expostas no conjunto de dezanove documentos insertos no *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia*.¹⁸³

¹⁸³ Vejam-se todos os documentos no *Livro do Tombo da Vila da Praia*... respetivamente: “Traslado de uma carta de Sua Majestade ao corregedor da comarca das Ilhas dos Açores sobre a reedificação da Vila da Praia”, p. 198; “Traslado da provisão de Sua Majestade sobre a reedificação da Vila da Praia” pp. 198-202; “Traslado de uma provisão de Sua Majestade sobre os dois mil cruzados para a [reedificação] das capelas-mores [destruídas pelo terramoto de 1614] por tempo de quatro anos, 1615”, pp. 204-206; “Traslado de uma petição e provisão de Sua Majestade por que fez mercês dos caídos de todas estas ilhas para reedificação dos Mosteiros desta Vila, 1615”, pp. 206-207; “Traslado de uma petição feita a Sua Majestade e de uma provisão do dito Senhor por que manda que as obras do Convento de Jesus se façam e comete a reedificação dele ao capitão-mor desta Vila Francisco da Câmara Paim, 1617”, pp. 209-210; “Traslado de uma sentença de Sua Majestade que houveram os oficiais da Câmara da Vila da Praia contra os oficiais da cidade de Angra, sobre os embargos [à contribuição do concelho de Angra para a reedificação da Praia], 1616”, pp. 211-235; “Traslado de uma carta de Sua Majestade sobre a reedificação do Convento de Jesus desta Vila, 1618” p. 235; “Traslado do alvará de Sua Majestade por que manda se finte as fazendas da capitania de Vila da Praia para se reedificarem os corpos da igrejas que caíram com o terramoto de 24 de Maio de 1614, 1620” pp. 263-265; “Traslado de um alvará e provisão de Sua Majestade sobre a mudança das religiosas do convento de Jesus para esta Vila da Praia, 1619”, p. 265; “Traslado de uma provisão de Sua Majestade mandada ao corregedor da comarca destas ilhas Manuel Correia Barba sobre a mudança das religiosas do Convento de Jesus para esta Vila, 1619, pp. 266-267; “Traslado da mesma provisão acima que veio por outra via”, pp. 267-268; “Traslado de outras provisão de Sua Majestade sobre a mudança das mesmas religiosas, 1620”, p. 268; Traslado de uma carta que os oficiais da Câmara desta Vila escreveram a sua Majestade sobre a mudança das religiosas do convento de Jesus para esta Vila e da provisão que sobre isso o dito Senhor mandou passar para o corregedor da comarca as mandar para o seu convento, 1621”, pp. 268-269; “Traslado de uma carta mandada ao Bispo D. Agostinho Ribeiro sobre a mudança das religiosas do Convento de Jesus para esta Vila, 1618”, p. 301; “Traslado de uma alvará e provisão por que Sua Majestade manda que o recebedor da fabrica da Sé da Cidade de Angra desta Ilha Terceira entregue ao procurador da Câmara desta Vila da Praia quinhentos mil reais para os sinos e órgãos para esta igreja de Santa Cruz, 1624”, p. 303; “Traslado de um alvará e provisão de Sua Majestade pela qual faz mercê de seiscentos mil reais para ornamentos e coisas mais necessárias da Igreja Matriz de Santa Cruz desta Vila da Praia, 1625”, pp. 304-305; “Traslado da provisão de Sua Majestade sobre os ornamentos, sinos e órgãos [para a igreja de Santa Cruz], pp. 307-308; “Traslado de uma provisão de Sua Magestade por que manda que o capitão-mor Francisco de Câmara paim corra com a obra da Igreja Matriz desta Vila”, pp. 308-309. “Traslado do alvará que Sua Majestade mandou e esta câmara sobre se não mandarem as freiras da Luz [para Angra] sem provisão sua”pp. 331-332.



Uma das abóbadas da matriz que resistiu ao sismo de 1614 (e seguintes).

Desse vasto conjunto, em diversos momentos se subentende que a determinação do poder régio em repovoar a vila tem por objetivo maior garantir o amparo da rede defensiva costeira da ilha (assegurando que a baía permaneceria inexpugnável), por via da manutenção do povoado. Desde logo porque a própria construção e conservação da rede fortificada se fazia com o recurso a imposições *autorizadas* (ou melhor dito ordenadas) pelo rei, mas lançadas e geridas pela câmara e uma vila despovoada não conseguiria nunca arrecadar o suficiente para cumprir a função.

Disso mesmo dá também conta a ata da reunião camarária transcrita por Drummond onde o corregedor Doutor João Correia de Mesquita, a quem o rei “*commeteeo a superentendencia da reedificaçam*”,¹⁸⁴ capitão-mor e oficiais da câmara trataram da “*Reedificação desta Vila*”. No caso específico do convento de Jesus, esclarece a câmara ao corregedor “*que a obra que mais importava a esta*

¹⁸⁴ Assim explicado no “Documento nº4 Trespelado do precatório que se acha a fl. 121 verso do Livro dos Acordãos sobre a reedificação da Villa da Praia pelo terramoto de 1614”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...*, p.480.

vila é o mosteiro de Jesus (...) por depender da reedificação da Praia (...)”, explicando que o rei já havia ordenado o regresso das freiras à Praia, para depois lhe pedir “(...) *que assente com quanto deve o mosteiro contribuir para as obras da vila*” enquanto alertam para o facto de “*terem as religiosas maliciosamente retirado quase todas as rendas da capitania, para não terem de contribuir para as obras de reedificação da vila (...)*”¹⁸⁵

Impulsionada por fatores de ordem natural, aliados a uma forte determinação política em assegurar a ocupação efetiva e eficaz da baía da Praia, a evolução morfológica da vila, assim como a evolução do sistema defensivo foi sempre determinada a um nível político superior, sendo a sua imagem reflexo das diferentes épocas em que se inserem as fases de crescimento ou evolução morfológica, como parece mais acertado definir a expansão urbanística da vila.

Contudo, além de “obrigar” os cidadãos praienses a regressar à vila e às suas propriedades após o sismo de 1614, o rei Filipe II, disponibiliza-se a enviar à ilha um arquiteto para traçar de novo a vila, caso não existisse na ilha ninguém habilitado a fazê-lo.

Na *Provisão de Sua Majestade sobre a Reedificação da Praia* pode ler-se “(...) *me constou pelas cartas que me escreuerão ho Cabido da See da çidade de Angra da jlha Tesseira & os officiais da camara della & da Villa da Praia & e o corregedor da comarca e o meu provedor da minha fazemda da ditto jlha do grande terramotu que aos vinte & coatro dias do mês de Maio do anno passado ouue na ditto Villa da Praia com que de todo cairão todas as igreias mosteiros & cazas (...) e de quam impossibilitados ficarão pera se poderem tornar a restaurar de tam grande perda & a reedificar a ditto villa há que comuinha mandar acudir com breuidade pera de todo não se perderem as fazendas que os moradores dela e os dittos mosteiros tinhão na mesma uilla e seu termo e por em alguma maneira se poder mandar acudir ao que assim me emuiarão pedir e*

¹⁸⁵ “Documento nº 5 Auto que fes a Camera da Villa da Praia a respeito da reedificaçm, pelo terremoto da 1614: está a fl. 141 do livro dos Acordãos”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...*, p. 484-486.

reprezentar(...) lhes fazer mercê (...) pera ha ditta uilla çe poder tornar a pouoar e reedificar (...)”¹⁸⁶

Como medidas de persuasão ao retorno à vila o rei impõe no que se refere a capelas e conventos que o corregedor “(...) *conforme o que achar e ao rendimento dos morgados sobre que forem fundados obrigara os admjnistradores e testamenteiros dos defuntos que as deixarão a que também as reedifiquem conforme ao que as ditas jnstituções dispuzeram socrestamdo lhes dos rendimentos das fazenda que tiuerem applicados as dittas capellas et cazas dos dittos morgados o que paresser que comuira pera as obras dellas se poderem tornar a fazer (...)*”. Para as obras de reedificação particular regulamenta que “*Toda a pessoa que quizer reedificar e aleuantar as suas próprias cazas que cairão ho poderá fazer e aleuantar dentro em tres annos e não temdo cabedal pera o fazer poderá uemder o sitio dellas a quem assim as possa reedificar e não o fazendo demtro o ditto tempo de tres annos ficarão os sítios e chão deuolutos ao comcelho da ditta uilla pera (...) os poderem dar a quem os reedifique ou os poderem converter em ruas publicas com tal considerassão & aduertencia que no fabricar das dittas cazas & ruas se hordenem as seruentias dellas com melhor trassa do que dantes estauam e as ruas se lamssara cordel por ordem de algum architecto pratico que pera isso ira há ditta villa desta cidade não o auendo nas ditas jlhas e se faça tudo de meneira & com tanta hordem que a ditta jlha fique melhorada na fortificação porque terei disso particular satisfação.*”¹⁸⁷

Não chegou até nós nenhum documento dando conta do envio de um *architecto pratico* do reino, mas sabe-se pela tradição histórica¹⁸⁸ que após o terramoto, um novo conjunto de quarteirões se delinearão depois do convento de Jesus, no rossio da vila junto ao principal caminho de saída,¹⁸⁹ quarteirões a que se associou, a realocização do Convento da Luz e o novo Convento da Graça. Sabe-se também pelo “precatório” datado de 1618, onde o corregedor Correia

¹⁸⁶ “Traslado da provisão de Sua Majestade sobre a reedificação da Vila da Praia”, *Livro do Tombo...*, pp. 198-199.

¹⁸⁷ “Traslado da provisão de Sua Majestade sobre a reedificação da Vila da Praia” in *Livro do Tombo...*, p. 200.

¹⁸⁸ Veja-se, por exemplo: Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos para as História dos Açores ...*, p.253.

¹⁸⁹ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos para as História dos Açores ...*, p.253 - 254.

Mesquita faz a sua alegação de serviços, que nesse ano já estavam arrematadas as “*obras da Igreja Matriz, e as do Paço do Concelho da Casa da Audiência*” bem como cordeadas as ruas. Isso mesmo confirma o superintendente quando diz “(...)*cordeei as ruas como Sua Magestade ordenou tomando os sítios necessários, e ordenei a praça e tratei da reedificação dos conventos (...)*”,¹⁹⁰ não querendo com isso alegar que materialmente o tenha feito sozinho, tão só reivindicar a coordenação do todo.



Obras de reabilitação das ruínas do Convento de São Francisco seiscentista.

Além disso, sabe-se que às obras do convento de São Francisco, o primeiro que se reedificou na vila após o terramoto, embora em novo lugar, assistiu o *mestre-de-obras da Sé*. Disso dá conta pormenorizadamente Frei Agostinho de Montalverne na sua crónica, onde também o apelida por *mestre das obras de El-Rei*.¹⁹¹ Poderá deduzir-se, que ordenando o rei a presença de um perito na Praia, o

¹⁹⁰ “Documento nº4 Treslado do precatório que se acha a fl. 121 verso do Livro dos Acordãos sobre a reedificação da Villa da Praia pelo terramoto de 1614”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos Topográficos, Políticos ...*, p.480.

¹⁹¹ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónica da Provincia...*, vol. III, pp. 118-126, em especial

mestre das obras de Sé, na verdade responsável por toda a obra régia da ilha,¹⁹² terá sido o autor não só do projeto de reedificação da vila e principais edifícios como também do ensanche seiscentista projetado extramuros no rossio do concelho. Este projeto urbano demorou tanto a completar-se, que apenas em 1686 se conclui a obra da Luz que delimita a poente o novo núcleo.

Este núcleo configura uma unidade morfológica conformada a poente, como se disse, pelo convento da Luz, a sul pela atual avenida do Passo do Milhafre, a nascente pela rua que tomou o nome do convento dos agostinhos, Convento da Graça, aqui instalado desde 1650, e finalmente a norte pelo caminho que vai para Angra na continuação da Rua de Jesus.



Rua maestro João A. das Neves, antiga 3ª Rua do Rossio.

Este núcleo organiza-se em dois conjuntos de quarteirões divididos pela atual Rua Frei Diogo das Chagas, que corta pelo meio um conjunto de ruas que

p. 120 e p.125.

¹⁹² Tema que se tratou já na rubrica referente à obra da catedral no capítulo dedicado a Angra.

até tarde foram conhecidas por Ruas do Rossio,¹⁹³ respetivamente de poente para nascente ficava a primeira, a segunda e a terceira Rua do Rossio. Os quarteirões do lado norte, entre o *caminho que vai para a cidade* e a Rua Frei Diogo das Chagas, são em número de três, enquanto que, os da parte sul são apenas dois, dado que o Convento da Graça ocupava sozinho dois quarteirões. Tal esquema compositivo ainda hoje se observa, não obstante o convento ter desaparecido.



Rua dr. Sousa Júnior, antiga 1ª Rua do Rossio.

No limite poente deste conjunto, entre a primitiva Primeira Rua do Rossio e o Convento da Luz estruturam-se dois outros quarteirões paralelos aos primeiros. Estes dois últimos quarteirões não se incluem na referida unidade por serem muito mais estreitos e disformes. Serão aparentemente resultado apenas do preenchimento de um espaço residual mas de pouca dimensão que restou entre o convento e o novo casario.

¹⁹³ Sobre a toponímia destas ruas veja-se Paulo de Ávila de MELO, *Ruas e Lugares da Praya...*, pp. 107-108.

Por comparação com o núcleo fundacional primitivo os novos quarteirões do ensanche apresentam-se com medidas muito mais generosas, aproximando-se em largura ao dobro da medida da largura dos primeiros, cumprindo cerca de 30 metros entre ruas. O que é interessante realçar é que as ruas de um e outro núcleo apresentam dimensões muito aproximadas, entre os 5 metros e os 5,50 metros. Tal constatação faz supor que as ordens reais para que as “*ruas se hordenem (...) com melhor trassa do que dantes estauam*”¹⁹⁴ se cumpriu efetivamente, mesmo no núcleo genético.

Aceite esta hipótese, a traça do ensanche do rossio será da autoria do mestre das obras reais na ilha Terceira, que no ano do terramoto era Luís Mendes, o segundo a ocupar o cargo. Vale a pena observar o documento da sua nomeação como mestre-de-obras da Sé, reproduzido por Sousa Viterbo no seu *Dicionário*, em especial quando diz: “*D. Filipe (...) faço saber aos que esta minha carta virem que auendo respeito e informação que se ouue de suficiencia e verdade a Luis Mendes, morador na cidade de Angra da ilha Terceira, hey por bem e me praz de lhe fazer merce do officio de mestre de obras de pedraria e alvenaria da see da dita cidade e de todas as mais obras que eu mandar fazer na dita ilha (...)*”¹⁹⁵.

Luís Mendes foi nomeado para o lugar a 27 de Fevereiro de 1608, cargo que exerceu até 1633 quando morreu e foi empossado o seu sucessor, Bartholomeu Fernandes por alvará de 20 Setembro de 1633.¹⁹⁶ Conhecendo-se a delonga que teve o processo é de aceitar que também este último, nomeado nas mesmas condições do seu antecessor, tenha participado nas obras de recuperação da vila da Praia.

Há ainda a juntar outra intervenção urbanística conhecida para a época. Trata-se da abertura da Rua dos Remédios, via delineada para separar as cercas do convento das freiras de Jesus, da cerca do novo Convento de São Francisco. Isto

¹⁹⁴ “Traslado da provisão de Sua Majestade sobre a reedificação da Vila da Praia”, *Livro do Tombo...*, p. 200.

¹⁹⁵ “Alvará de nomeação de Luís Mendes”, SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, vol. II, pp. 166-167.

¹⁹⁶ “Alvará de nomeação de Bartholomeu Fernandes”, SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, vol. I, pp. 326-327.

depois das freiras terem apresentado um embargo à obra franciscana “*visto ficarem muito vizinhos*”, o qual foi contestado por um “*(...) treslado de sentença de legacia, em favor dos padres terceiros de Santarém para fundarem convento junto ao mosteiro das freiras de São Domingos das Donas a qual forma é a seguinte: (...) têm de fazer muro alto, de feição que nunca se possa devasar o dito mosteiro das embargadas (...)*” e ainda que “*(...) em nenhum tempo nem por si nem por seus sucessores, poderão abrir janela nem fresta para aquela parte (...)*”.¹⁹⁷ A solução acabou por ser a abertura da rua que atravessa as cercas no sentido nascente poente, unindo a Rua da Graça à atual Rua Serpa Pinto.

Além do exposto é difícil coligir uma cronologia precisa para a ocupação efetiva da nova área. Resta analisar os dados relativos às principais edificações, naturalmente a construção ou reconstrução dos conventos.

António Cordeyro, adianta a data de 1650 para fundação de um “*Convento de Eremitas de Santo Agostinho, que fe chamão Frades Gracianos*” localizado “*junto à Villa, & fora della*”.¹⁹⁸ Trata-se precisamente do convento da Graça hoje desaparecido, mas que deu nome à rua, a Rua da Graça, coincidente com o percurso descrito por Diogo das Chagas como a rua que, “*caminhando por cima*” do convento de Jesus, vai ter ao sítio do antigo convento franciscano.

Sobre a deslocalização, pós terramoto, dos conventos de São Francisco e da Luz, vale a pena seguir a crónica de Agostinho de Monte Alverne.

O convento da Luz acabou transferido da sua localização inicial, junto ao porto do lado da cerca em local já muito afetado pela proximidade ao mar, para o rossio, sendo que as queixas eram já antigas e segundo apurou Montalverne o mosteiro, o mais antigo da ilha, em 1512 já estava fundado.¹⁹⁹ Na verdade essa transferência apenas se efetuou pela total ruína da casa pelo sismo de 1614, tendo as freiras antes de reunirem as condições para voltar à Praia vivido no convento da Esperança em Angra até 1686, ano em que se concluíram as obras do novo mosteiro, três anos depois de benzido o lugar e 34 anos passados sobre a doação

¹⁹⁷ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 122.

¹⁹⁸ António CORDEYRO, *História Insulana...*, p. 259.

¹⁹⁹ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 133.

do terreno pela câmara em 1652.²⁰⁰ O novo mosteiro construiu-se em terrenos do concelho negociados com a vila, sendo entregues às madres da Luz as “*ermidas de São Sebastião*”²⁰¹ e *Santo Antão, fora de muros, as quais de lhe foram dadas e sítio pelos senado da Câmara (...) tudo confirmado por alvará de D. Pedro segundo.*”²⁰²

Os estragos provocados por terremotos e pela violência do mar na zona ribeirinha, foram também a razão, segundo explicam Montalverne²⁰³ e Drummond,²⁰⁴ para em 1679, o já muito decadente recolhimento das Chagas, ao qual chegaria com frequência o mar, se incorporar no convento da Luz, juntando-se as mulheres que aí se recolhiam às freiras da Luz no novo convento do rossio.

Em “*(...)terra do concelho(...)*”, também “*(...) junto da igreja de São Sebastião(...)* no rocio do concelho”,²⁰⁵ tiveram os frades franciscanos negociados com a câmara vinte e cinco alqueires, em 1615, passado um ano sobre o terremoto que lhes destruiu o primitivo convento. Esta terra que obtiveram do concelho por troca com os “*dezoito para vinte alqueires*” que libertavam com o abandono do lugar do primitivo convento, comprometendo-se que “*poriam no dito novo sítio, à sua custa, toda pedra, madeira e telha que está no convento velho, e abrirão e encherão os alicerces dele, de maneira que não se gaste no novo mosteiro por conta das imposições mais do que se houvera de gastar se se reedificara no sítio velho*”²⁰⁶.

Porém, os franciscanos abdicaram deste negócio e por troca fizeram “*(...)outro acordo para se fundarem onde hoje está, [o convento] em quintais e*

²⁰⁰ Para uma visão mais completa do processo veja-se: Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 127-133.

²⁰¹ Segundo explica Ferreira Drummond esta ermida “*Estava situada defronte do caminho que vem da cidade detrás do chafariz do Rossio, parece que era boa igreja com sua capela, púlpito, e com adro em roda dela: que fora feita em 1599 pela Câmara Municipal por voto, a respeito do flagelo da peste que assolou aquela vila e toda a ilha Terceira: quando porém defronte se estabeleceram as religiosas da Luz por contrato com a Câmara foi a santa imagem do mártir levada para a sua igreja, e ficou sendo ali hospício dos três frades franciscanos que lhes administravam os socorros espirituais.*” Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 261.

²⁰² Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 132.

²⁰³ Agostinho de MONTE ALVERNE, *Crónicas da Província...*, vol. III, p. 141.

²⁰⁴ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, pp. 262-264. Para uma visão de conjunto sobre esta zona veja-se também: Paulo de Ávila de MELO, *Ruas e Lugares da Praya (notas para a sua história)*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 1994, pp. 55-63.

²⁰⁵ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 121.

²⁰⁶ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 120.

casas de vários donos, que com o terramoto caíram, comprando-as por mais do que elas valiam(...).²⁰⁷ Fica a suspeita de que o terreno tomado pelas freiras da Luz coincide com a terra primeiramente negociada com os franciscanos. O novo convento de São Francisco foi o primeiro a edificar-se na vila após 1614, edifício que já em 1619 recebia a comunidade.²⁰⁸



Vista do núcleo central da Praia a partir do mar.

A estrutura defensiva poderosa que se construiu na Praia deriva exatamente da importância em termos geo-estratégicos que representa a ilha Terceira no contexto das rotas atlânticas e é por isso que numa análise primária e por comparação com outros aglomerados urbanos açorianos essa estrutura defensiva pode parecer desmedida. A Praia, enquanto estrutura urbana, aceite que está o seu valor inicial como cabeça de um território capitania, é mais relevante como complemento de apoio ao sistema defensivo, desde logo como importante marca territorial e política, do que o inverso. Com efeito, a desproporção entre a dimensão urbana, relativamente pequena, e a dimensão da rede defensiva de larga importância, justifica-se, não por via da vila mas por via da defesa da ilha em si. Ainda assim é seguro adiantar que, por tudo isso, a Praia se desenvolveu morfologicamente segundo planos e modelos, e ainda que, no conjunto da documentação, não apareçam materialmente os projetos, parece claro que a construção da vila, descendeu sempre de ideias concretas, definidas e dirigidas para o seu espaço.

²⁰⁷ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 121.

²⁰⁸ Francisco Ferreira DRUMMOND, *Apontamentos...*, p. 124.

A valorização das ilhas açorianas no contexto da Expansão determina que se protejam eficazmente os seus lugares, ainda que se reconheça que uma estratégia defensiva global do arquipélago se iniciou efetivamente pela defesa do seu mar, com a constituição da Provedoria das Armadas, sediada em Angra a partir do ano de 1527, e com o envio anual da Armada das Ilhas,²⁰⁹ com a função atribuída de comboiar as frotas da Carreira da Índia e mais tarde também as da América no seu regresso à Europa carregadas das riquezas importadas desses novos territórios. Naturalmente, a cobiça dos corsários, que a partir dessa época intensificam a sua ação no mar Atlântico, recaía essencialmente sobre esses tesouros, virando-se para terra só e apenas quando lhes era totalmente negado o acesso a bens indispensáveis como a água, ou então, quando a terra por si só representava já um valor justificativo do saque, ou ainda simplesmente como meio de retaliação.

Em consequência deste enquadramento genérico, que se prende com razões que aqui não cabe desenvolver mas apenas lembrar, como seja a visão da coroa para a Expansão ultramarina e o reconhecimento da importância estratégica dos Açores nesse contexto, levam a que também no capítulo da fortificação das ilhas e dos seus núcleos urbanos se proceda de forma a integrá-los na rede alargada que representam os diferentes pontos de apoio ao comércio marítimo atlântico, garantindo assim a manutenção do monopólio detido pelos portugueses.

Impulsionada por fatores de ordem natural, aliados a uma forte determinação política em assegurar a ocupação efetiva e eficaz da baía da Praia, a evolução morfológica da vila, assim como a evolução do sistema defensivo foi sempre determinada a um nível político superior, sendo a sua imagem reflexo das diferentes épocas em que se inserem as fases de crescimento ou evolução morfológica, como parece mais acertado referir a expansão urbanística da vila, que se deveu essencialmente a fatores diversos da exclusiva capacidade de albergar um número crescente de população.

²⁰⁹ Artur Teodoro de MATOS, “A Armada das Ilhas e a Armada da Costa (novos elementos para o seu estudo)”, *Memórias*, vol. XIV, Lisboa, Academia de Marinha, 1985.

CAPÍTULO III . HORTA

A Horta, vila cabeça da capitania do Faial formalmente criada em 1468, destaca-se no conjunto das ilhas mais ocidentais como o maior centro administrativo dessa parte do arquipélago açoriano.

A sua dimensão e importância tem pois de ser analisada num contexto diferente das demais vilas aqui estudadas, que conheceram um desenvolvimento assente na posição estratégica privilegiada e/ou na sua dinâmica económica, quase desde o primeiro momento, estabelecendo malhas urbanas que expressam, por isso mesmo, maior determinismo e resolução, se não no seu todo, ao menos em parcelas importantes do seu tecido urbano.

Situada numa ilha pequena e com recursos limitados, quando comparada com Angra, Praia e Ponta Delgada, ganha contornos de urbe de segunda linha, situação que ficou sempre espelhada na expressão material do seu tecido urbano.

Mas, não é por isso que a Horta deixa de ser no contexto desta tese um importante caso de estudo. Pode até dizer-se que, por isso mesmo, deve ser aqui integrado, enquanto elemento menos excepcional e, nesse sentido, dito mais “normal”, descrevendo as dificuldades e ambições do percurso evolutivo de uma pequena cidade açoriana, problemas, por certo, semelhantes à maioria e assim melhor demonstrativos da realidade e da rotina.



*The town and platform of Fayall wonne by the right Honorable Earle os Cumberland, Septemb. Ii Anno. 1589, por Edward Wright, British Library, Foreign State Papers. Reproduzido em Mário Viana(coord.), *História da Ilha do Faial (das origens a 1883)*, vol. II, Património Cartográfico e Artístico, Horta, Câmara Municipal da Horta, p. 54.*

1. Principais Fontes e historiografia urbana

Em 1589 a Horta foi atacada e saqueada pela esquadra inglesa do Conde Cumberland que durante meses ameaçou o mar dos Açores. Dessa incursão resultou a mais antiga imagem que se conhece da cidade, um retrato desenhado pelo capitão Edward Wright, o *excelente engenheiro, matemático e mestre* que acompanhou a campanha.¹

Reproduzido pela primeira vez em Inglaterra, em 1599, este desenho é coevo do retrato de Linschoten conhecido para Angra. Destaca-se, pois, desde logo, como uma das duas únicas imagens para a cidade açoriana do século XVI, sendo que estes desenhos são, não apenas os únicos registos para esse século, como as primeiras imagens que com pormenor e o realismo possível para a cartografia da época,² registam o espaço urbano das ilhas. O desenho inglês é portanto uma fonte essencial para a análise urbanística da vila da Horta e acompanhará, por isso, com insistência o presente texto.

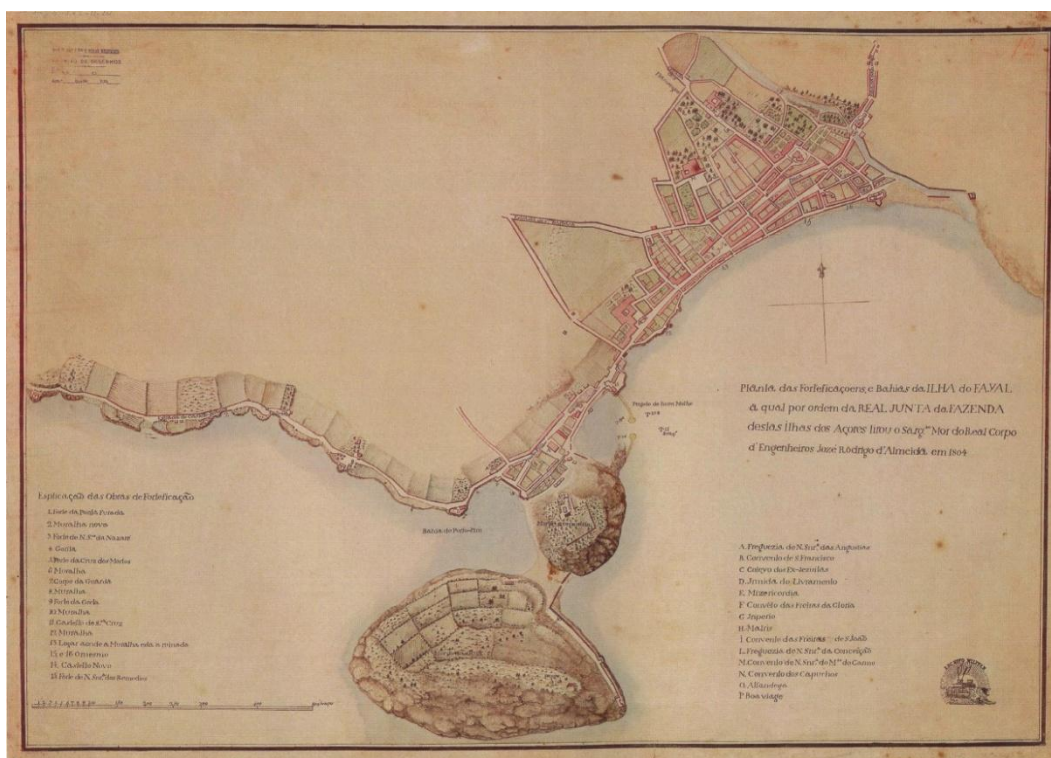
Será, aliás, necessário esperar mais de 200 anos por um novo levantamento do espaço urbano da Horta, quando em 1804 o engenheiro militar José Rodrigo de Almeida desenha uma planta da cidade, à qual acrescenta uma legenda pormenorizada, em particular no que respeita à localização e estado de conservação dos elementos defensivos, e onde propõe a construção de um molhe no porto de Santa Cruz.

Contemporânea da carta inglesa, a descrição da vila deixada por Gaspar Frutuoso na sua obra *Saudades da Terra* mostra a imagem “...da vila principal da

¹ O mesmo autor escreveu também um relatório onde, além dos factos relacionados com o assalto, deixa algumas impressões sobre a vila e os seus habitantes. Edward WRIGHT, “Viagem do muito ilustre George, Conde de Cumberland, aos Açores, escrito pelo Excelente Matemático e Engenheiro Mestre Edward Wright” (tradução de João A. Anglin), *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX, 1963, pp.40-79, volume onde está a descrição da Horta. O relato da segunda parte da viagem está publicado na mesma revista vol. XX, 1964, pp.27-54.

² Ambas as imagens representam vistas perspectivadas das urbes, colocando-se o observador a uma certa distância e elevação relativamente ao objeto. Sobre os modelos de representação usados no século XVI e sobre as potencialidades do seu estudo consulte-se, Lucia NUTI, “The Perspective Plan in the Sixteenth Century: The Invention of a Representation Language”, *The Art Bulletin*, Nova Iorque, College Art Association, 1994, vol. 78, nº1, pp.105-128.

ilha, que se chama vila Dorta...”,³ referindo os conventos e as igrejas, mas apenas abreviadamente a estrutura urbana onde se inserem.



José Rodrigo de ALMEIDA, *Planta das fortificações e baías da ilha do Faial ...* 1804. (Reproduzido por Mário VIANA, *História da Ilha do Faial ...* vol. II, p. 124.

Contudo, o documento mais antigo que se conhece referente ao Faial é a carta de atribuição da capitania a Josse Hurtere datada de 1468.⁴ Documento primeiro, definidor de uma forma organizacional de ocupar esse território, através da criação de uma capitania, é no entanto omissivo quanto a quaisquer outros dados referentes à tarefa em si, pelo que do ponto de vista dos factos históricos conhecidos a reconstituição possível da evolução morfológica da Horta começa com a descrição de Frutuoso e a carta de Edward Wright acima referidos.

Resta pois, entre o documento de nomeação do capitão e essas fontes, o espaço de mais de um século difícil de historiar dada a escassez de fontes conhecidas. Mas pode prever-se que foi um período experimental e de

³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI p.101. Não é seguro que Frutuoso conhecesse o Faial, tendo provavelmente assentado o seu discurso em relatos de outros.

⁴ “Cartas das Capitánias da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra: de 21 de Fevereiro de 1468 e 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* p. 152-155.

(in)definição, com certeza difícil, de resto, à imagem dos outros processos de assentamento inicial tratados nesta tese.

É, aliás, um facto conhecido e descrito pela bibliografia referente ao tema, que o Faial nos primórdios da sua ocupação conheceu episódios complicados dos quais ressalta a *Revolta dos Flamengos*,⁵ levada a cabo pela primeira vaga de colonos que chefiados por Josse de Hurtere, futuro capitão por carta do Faial, vieram ocupar a ilha a mando do donatário D. Fernando e que contra o líder flamengo conspiraram. Terá mesmo sido este episódio que precipitou a entrega formal da capitania ao flamengo Hurtere no ano de 1468, de modo a acalmar os ânimos e a regular uma situação de descontrolo provavelmente causada por alguma frustração das expectativas de lucros demasiado altas prometidas aos seus conterrâneos.

A carta de 1468, sobressai no contexto da história dos Açores, porque Josse Hurtere se transforma no primeiro e único capitão formalmente empossado pelo então senhor das ilhas o donatário D. Fernando,⁶ já que à época os homens que exerciam o cargo de *capitão de facto* na gestão das ilhas açorianas não o eram formalmente,⁷ situação alguns anos depois revista por D. Beatriz, viúva de D. Fernando, que enquanto tutora do donatário seu filho, D. Diogo, reorganizou de forma sistemática as capitánias das ilhas.⁸

Nesse quadro organizacional vale a pena referir que em 1482 a infanta aprovou a entrega da vizinha ilha do Pico ao já capitão do Faial, dando solução ao problema do (des)povoamento e total desaproveitamento desta ilha, para onde o primeiro capitão nomeado, Álvaro de Ornelas, nunca sequer viajou. Nesse documento pode ler-se, “(...) *me praz não indo alvaro ornelas cavaleiro de Casa*

⁵ António Ferreira de SERPA, “Revolta dos Flamengos”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, nº4 da 22ª série, pp. 142-148. Veja-se também de António Ferreira de SERPA, “Os Flamengos na Ilha do Faial - A Família Utra (Hurtere)”, *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, Lisboa, Conselho Nobiliarchico de Portugal - Centro Tipográfico Colonial, 1928, vol III, pp. 123-282.

⁶ José Guilherme Reis LEITE, “O Infante D. Fernando e os Açores - Uma Intervenção na Periferia”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp. 75-86, em especial, p.86.

⁷ Veja-se o caso de Álvaro Martins Homem que antes de ser formalmente empossado como capitão da Praia em 1474 exercia de facto o cargo no lado de Angra. Veja-se: José Guilherme Reis LEITE, “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, *Os Reinos Ibéricos ...* vol. II, 2003, pp. 671-676.

⁸ Como já se viu para o caso estudado das cabeças de capitania da Terceira.

del-Rey meu senhor morador na Ilha da madeira pouorar a Ilha do pico, daqui athe o Mez de Setembro próximo que vem ou Enviando a ellas pouoadores que ayão de Romper terras E fazer bemfeitorias , eu não lhe dar mais espaço algum E passado o dito tempo dar Carta de Capitania della a Jos Dutra capitão da Ilha fayal, Em forma que, se elle a quizer pouorar Seja assim capiotão della como o he da dita ilha Do fayal(...).⁹

Mas a tarefa de povoar uma segunda ilha, quando o processo de povoamento da primeira era ainda muito prematuro, levou D. Beatriz a reconsiderar e autorizar o capitão do Faial, não querendo ou conseguindo povoar outra ilha, a apenas utilizar as terras do Pico como pastos, pelo menos até que um povoador disponível se encontrasse. Como explicita o documento: “*E não a querendo pouorar de gente me pras que elle a reparta pera criação de gado aos moradores da dita Ilha do fayal que tragam nella seus gados empero se depois o dito senhor ou acharmos alguém que a queira pouorar Eu lha possa dar E elles tirem logo seus gados porque com esta condição lhe dou Licença que os ditos gados em ella aião de laurar (...).*”¹⁰

No que respeita à análise da forma urbana, tem de partir-se da leitura conjugada das duas fontes quinhentistas, as *Saudades da Terra* e o retrato inglês, leitura que justaposta à cartografia atual permite esboçar o que seria o espaço urbano da Horta no final do século XVI, e a partir dela recuar ou avançar no tempo num exercício de análise morfológica fundamentado nas fontes disponíveis. Daqui resulta o conjunto de desenhos que sintetizam e informam cada uma das rúbricas que se seguem. Com exceção para os desenhos referentes ao Porto Pim, área que não aparece representada na carta inglesa.

Desde logo, pode concluir-se em antecipação que, no que concerne ao núcleo central, o tecido viário atual é praticamente coincidente com o registado no

⁹ “Cartas das Capitánias da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra: de 21 de Fevereiro de 1468 e 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Velho ARRUDA (ed.) *Colecção de documentos relativos ...* p. 154.

¹⁰ “Cartas das Capitánias da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra: de 21 de Fevereiro de 1468 e 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ...* p. 154.

desenho quinhentista e muito resumidamente descrito por Frutuoso, pelo que se pode afirmar que a consolidação da malha urbana se completou ainda no século XVI.



Excerto do desenho de análise 5.6, “interpretação para os finais do séc. XVI”, construída a partir da sobreposição da vista de Edward Wright à cartografia atual.

Isto, apesar de o grosso do edificado arquitetónico mais relevante e expressivo datar já dos séculos XVII e XVIII, quando se construíram os conjuntos religiosos monumentais dos Jesuítas (1652), dos Franciscanos (1696) e do Carmo (1650-1797). Equipamentos a que se juntou a construção de uma muralha marítima que modificou em muito a imagem e funcionalidade geral do espaço, em particular da frente marítima que deixou de ser apenas a traseira da cidade,

ganhando, entre o muro e o limite dos lotes, uma nova rua, a Rua do Mar ou da Areia, onde antes ficava apenas um caminho tantas vezes tomado pelas ondas.

Contudo, no seu conjunto, muralha e construções religiosas, emprestaram à urbe uma dimensão que não encontra correspondência quer na demografia quer na malha urbana que permanece no essencial a mesma do século XVI, como bem se vê na análise comparada dos levantamentos de 1589 e 1804.

Nessa perspetiva é interessante notar que nem mesmo a dinâmica que desde o século XVII,¹¹ mas de forma mais eficiente apenas no século XIX,¹² a capacidade portuária da baía imprimiu ao lugar, conseguiu ser verdadeiramente consequente ao nível da urbanística e urbanismo que se manteve quase inalterado.

Aliás, as descrições da vila conhecidas para o século XVII, nomeadamente os cronistas Frei Diogo das Chagas,¹³ Frei Agostinho de Montalverne¹⁴ e Padre António Cordeiro,¹⁵ no que concerne ao plano urbano, apenas vêm confirmar o que o desenho e a crónica quinhentista adiantam.

Não obstante tudo o que se disse, o século XIX foi o período mais rico do ponto de vista da produção de informação sobre a cidade da Horta, quer pelos relatos de viajantes, acompanhados de vasta produção iconográfica,¹⁶ quer pelas

¹¹ António Ferreira de SERPA, “Um projetado pôrto militar na ilha do Fayal em 1629”, *Boletim Marítimo da Liga Naval Portuguesa*, Lisboa, Publicado pelo Conselho Geral da Liga, 1910, nº2, tomo IX, pp. 27-30. Para o século XVIII conhece-se a “ Informação para se fazer um porto seguro na Horta”, AA...vol. VII, pp. 298-304, que inclui um levantamento apenas da linha de costa, não reproduzido com o documento e que se encontra na Torre do Tombo com a cota IAN/TT, Ministério do Reino, maço 614.

¹² Artur Teodoro MATOS, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, pp 349-350.

¹³ Frei Diogo das Chagas, foi o primeiro provincial da ordem franciscana no arquipélago, conheceu e percorreu todas as ilhas, ainda antes da criação da Província de São João Evangelista (1640), enquanto visitador geral da ordem, pelo que, a sua obra se reveste de grande valor para o reconhecimento do que seria a Horta (e o arquipélago) na segunda metade de seiscentos., Artur Teodoro de MATOS, “Chagas, Frei Diogo das”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/caa/enciclopedia>, consultado a 27.06.2011.

¹⁴ A Crónica da Província de São João Evangelista, do micalense Frei Agostinho de Montealverne dedica bastante informação à história inicial do povoamento da ilha do Faial até à fundação da Horta, assim como aos processos individuais de fundação e crescimento de cada um dos conventos e igrejas da vila, não integrando, no entanto, as construções numa leitura geral sobre o espaço urbano.

¹⁵ Padre António CORDEYRO, *História Insulana ...* pp. 528. Em especial, Livro Oytavo Das Ilhas do Fayal e Pico, pp.451-480.

¹⁶ Vejam-se, por exemplo as gravuras do Almirante Sartorius, comandante da expedição inglesa

impressões sobre a ilha e o lugar da vila deixadas por personalidades ligadas à companhia dos cabos e à indústria baleeira que aqui estabeleceu a sua base e que, ofereceram à vila uma forte dinâmica. Desse contexto temporal importa destacar a família Dabney e particularmente a obra da filha do cônsul inglês em serviço na ilha, o *diário* de Roxana Dabney, como essencial para entender o quadro de referência social da ilha.¹⁷

Mas a principal obra publicada na época oitocentista com interesse para esta tese, até pela seu cariz historiográfico abrangente, foi a *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*¹⁸ de António Lourenço da Silveira Macedo. Obra impressa pela primeira vez em 1871, com o subtítulo *Desde a época do seu descobrimento até á presente comprovada com documentos authenticos, extrahidos das repartições publicas, e comentada com as opiniões dos historiadores açorianos e algumas do auctor*, trata-se de um documento essencial para o conhecimento da história desta vila.

Deve ainda lembrar-se o volume dos *Anais do Município da Horta*, de Marcelino Lima, apenas editado em 1940, mas que veio dar resposta a uma determinação bem anterior, datada de Novembro de 1847 e emitida pelo Ministério do Reino que obrigava as câmaras “a disporem de um livro exclusivamente destinado ao relato de todos os sucessos notáveis da sua jurisdição, antigos e modernos que merecessem apreço histórico”.¹⁹

Convém, por fim, notar, como elemento essencial para se compreender a história deste lugar, que a Horta conheceu um percurso histórico marcado por

que acompanhou D. Pedro e que permaneceu nas ilhas entre 1832 e 34. Algumas dessas gravuras podem ser revistas, entre outros, em Carlos SILVEIRA, *A Horta Antiga*, Horta, edição do autor, 2007.

¹⁷ Roxana L. DABNEY, *Anais da família Dabney no Faial* (tradução João C. S. Duarte), Horta, IAC e Núcleo Cultural da Horta, 2004-2006, 3vols. Veja-se também, Maria Filomena MÓNICA (coord.), *Os Dabney: uma família americana nos Açores*, Lisboa Tinta da China, 2004, 541p., uma síntese do diário.

¹⁸ António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta* (Reedição Fac-Similada da Edição de 1871), 3 vols., Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

¹⁹ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, Horta, Edição Fac-Similada da edição de 1940, Câmara Municipal da Horta, 2005.

catástrofes naturais e ataques corsários que foram indiscutivelmente determinantes para a sua evolução e fraco desenvolvimento urbano.

No final do século XVI a vila foi por duas vezes invadida e saqueada por esquadras inglesas. Em 1589, pelo Conde Cumberland²⁰ e em 1597 pelo Lord Essex, deixando os corsários, na última vez e depois da recusa da população em entregar um resgate, um rasto de destruição que levou décadas a colmatar, queimando as principais igrejas e conventos.²¹ No século XVII, após anos de esterilidade das terras, rebentou o vulcão do Cabeço do Fogo em 1672²² e assistiu-se, em 1675²³ e 1677,²⁴ à saída de duas levas de 50 casais para o Brasil, para povoar o Grão-Pará. Além do exposto a capitania e a vila sua cabeça, foram por diversas vezes afetadas por sismos de diversas intensidades²⁵ e tempestades que atingiram em especial a frente marítima da vila.²⁶

Os terramotos mais destruidores a atingir a Horta datam, contudo, já do século XX, o primeiro de 1926 e o último de 1998.²⁷ Momentos que redefiniram progressivamente o perfil arquitetónico da urbe, mais do que o seu tecido urbano que se manteve praticamente inalterado.

É que a Horta, muito em função do seu enquadramento geográfico único, criou de si uma imagem muito própria, não obstante se estructure urbanisticamente recorrendo às fórmulas mais primárias de conformação do espaço. Sobre este tema avançar-se-á, naturalmente, em profundidade e com pormenor, adiante, mas

²⁰ Além do já referido relato de Edward WRIGHT, “Viagem do muito ilustre George, ...”, *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX, 1963, pp.40-79, veja-se também o documento da época, a “Carta de Gaspar Dutra a Lopo Gil Fagundes sobre os acontecimentos na Ilha do Fayal em 1589”, AA ... vol. II, p. 304.

²¹ Veja-se por exemplo o relato de Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...* p.476.

²² “Allegação de Serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel Capitão Mor da Ilha do Fayal 1660-1676”, AA ... vol. I, p.369.

²³ “Allegação de Serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel Capitão Mor da Ilha do Fayal 1660-1676”, AA ... vol. I, p. 369.

²⁴ “Auto que mandou fazer Jorge Goulart Pimentel sobre a condução dos segundos 50 casaes, que do Fayal foram para o Grão-Pará em 1677”, AA..., vol. I, pp.371-370.

²⁵ Para obter um panorama geral do quão atingida foi a vila e a capitania ao longo dos cinco séculos de existência veja-se o título *Horas trágicas* em: Marcelino LIMA, *Anais ...* pp. 627-707.

²⁶ Sobre as diversas reconstruções e construções de troços do muro no penúltimo quartel de seiscentos veja-se o documento já citado, ²⁶ “Allegação de Serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel Capitão Mor da Ilha do Fayal 1660-1676”, AA ... vol. I, pp. 368-370.

²⁷ Sobre a ação do sismo de 1998 vale a pena ver: Jorge A. Paulus BRUNO (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 1999 (Pico – São Roque), 2000 (Pico – Lajes), 2003 (Faial – Horta),

registre-se, desde já, como primeiro e mais evidente elemento dessa imagem, a "rua única" que atravessa de ponta a ponta toda a baía, rua que é "percorrida" sem exceção, por todos os autores que se dedicaram a descrever a urbe. De Gaspar Frutuoso²⁸ a Diogo da Chagas,²⁹ mas também de Júlio Verne³⁰ (1907) a Raul Brandão³¹ (1926) e Vitorino Nemésio³² (1956), todos assentam a descrição, real ou ficcionada da vila e envolvente nesse trajeto, verdadeira espinha dorsal do desenvolvimento da baía, e em conjunto com a topografia e paisagem do lugar, verdadeira imagem de marca da cidade.



Fotografia tirada a partir do Monte da Guia, com o Porto Pim e o início da rua única em primeiro plano. (A. Reis Leite 2009)

²⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI pp.101-103.

²⁹ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* pp.475-477.

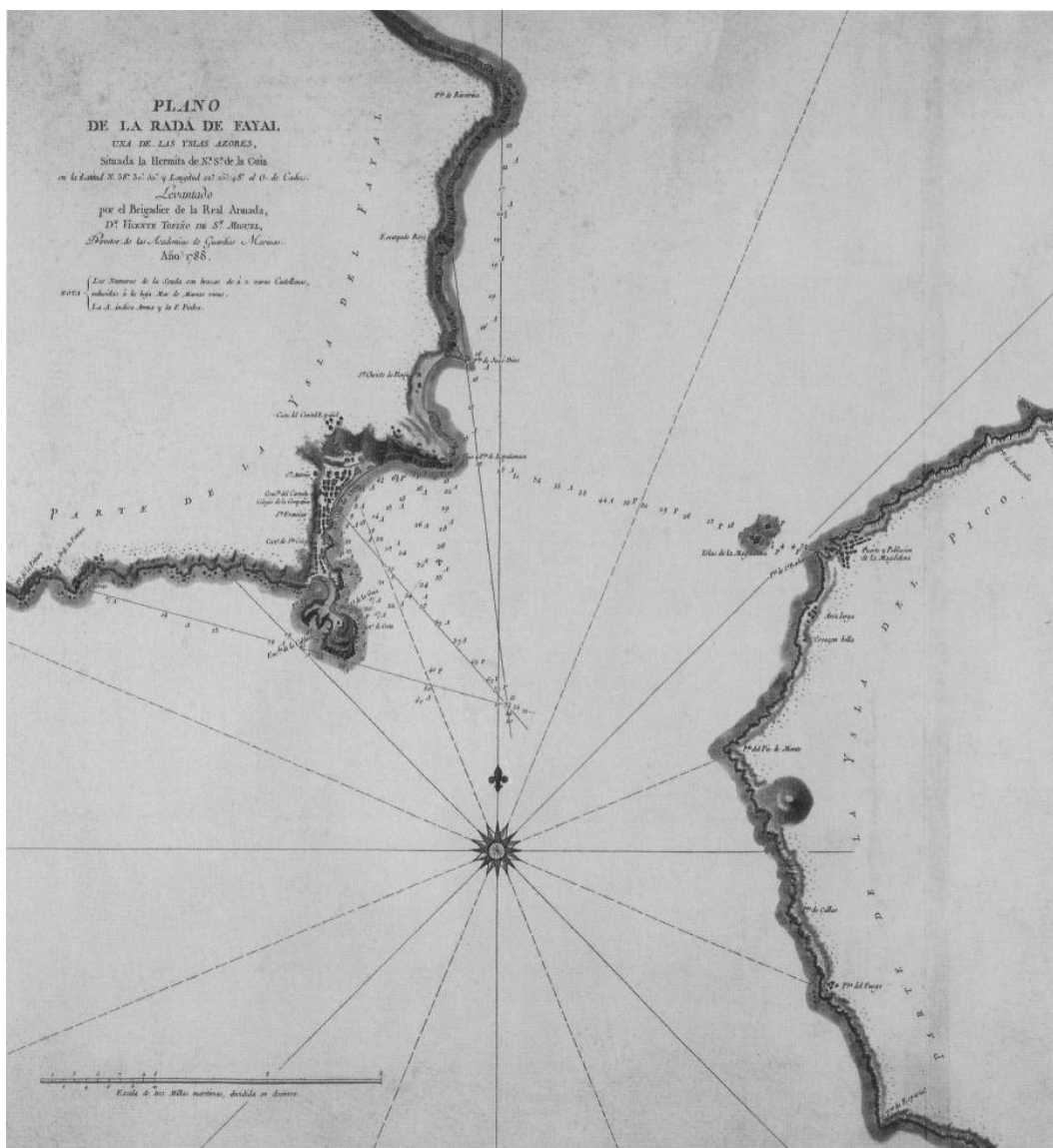
³⁰ Jules VERNE, *A agência Thompson e comp^a* in *De Dentro para Fora. Antologia* (org. Fernando Ribeiro Mello, ilus. Jorge Costa Martins), Lisboa, Edições Afrodite, 1973.

³¹ Raul BRANDÃO, *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2009.

³² Vitorino NEMÉSIO, *O Corsário das Ilhas*, Lisboa, Bertrand, 1956.

2. A geografia do lugar e os primeiros assentamentos³³

O espaço onde se desenvolveu a cidade da Horta e os seus arrabaldes distingue-se por ser dotado de características geográficas únicas que vale a pena esclarecer, até porque, em grande medida, servem de explicação tanto para as opções tomadas ao nível do ordenamento do território da área, como da estruturação urbanística do lugar.



Vicente TOFIÑO de San Miguel, *Plano de la rada de Faial, una de las Islas Azores*, 1788. (Reproduzido por Mário VIANA, *História da Ilha do Faial ...* vol. II, p. 98). Note-se a relação estreita Faial Pico.

³³ Sintetizado nos desenhos de análise *Horta 1* e *Horta 2*, do vol. II.

Situado na costa nascente-sul do Faial, este complexo geográfico³⁴ define-se por duas baías separadas por uma península composta por dois montes, o Monte Queimado e o da Guia. A maior, a imensa baía da Horta, disposta em anfiteatro, encara de frente a montanha do Pico e está limitada a Norte pela serra da Espalamaca, no sopé da qual desagua a Ribeira da Conceição, ou dos Flamengos como também é conhecida, estendendo-se a baía, daí até ao Monte Queimado, ao longo de cerca de dois quilómetros. Ultrapassada a referida península, já voltada a sul, está a praia do Porto Pim, localizada numa baía muito fechada, apenas aparentemente defensável e ancoradouro seguro.

Nos dois extremos norte e sul do conjunto geográfico descrito nasceram dois assentamentos. No topo norte junto à Ribeira da Conceição ou dos Flamengos, nasceu aquele que veio a vingar como base da vila e de que adiante se tratará em pormenor, no limite Sul entre a enseada de Santa Cruz, a última enseada da enorme baía, ainda virada a nascente e a praia do Porto Pim, cresce o núcleo designado precisamente por Porto Pim, nascido de um assentamento desde cedo aí estabelecido. Segundo se apura, assentamento iniciado pelo próprio capitão.

3. O Porto Pim casa do primeiro Capitão

De que no Porto Pim se estabeleceu um assentamento primitivo não restam dúvidas. Disso dá conta a historiografia mais antiga³⁵ e comprova a documentação

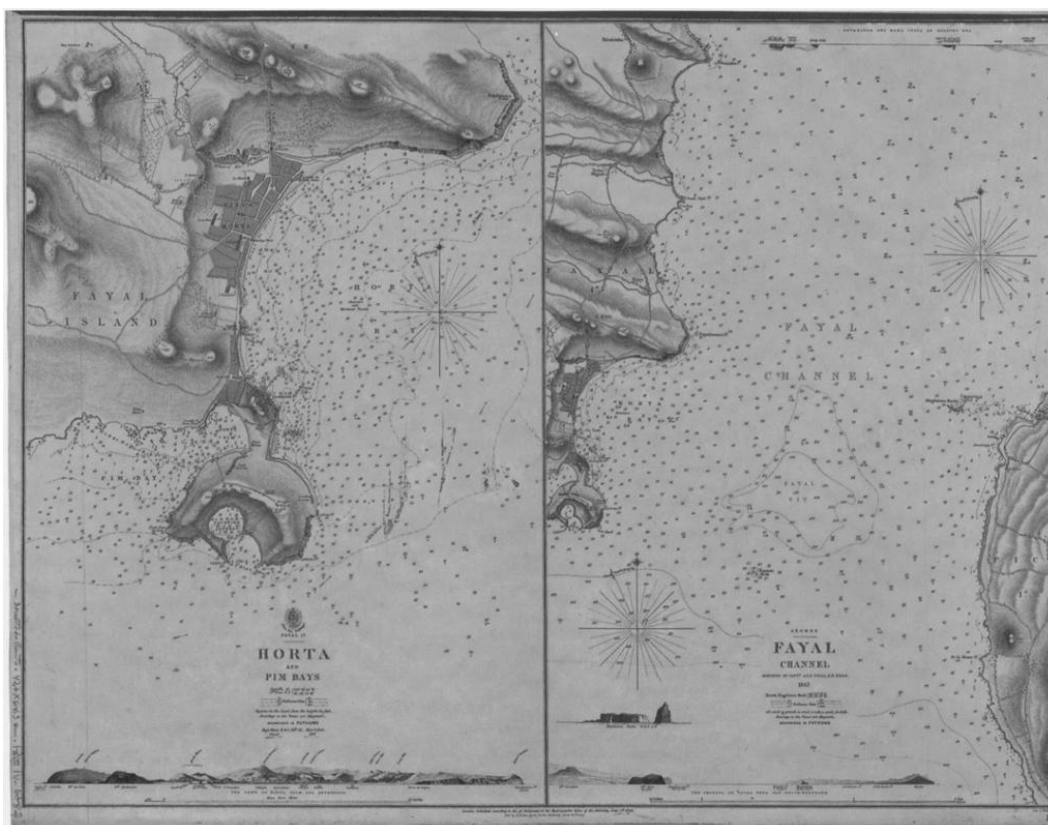
³⁴ Para informações de maior pormenor ao nível da topografia, geologia e clima, consulte-se: Katharina Elisabeth GYGAX, “Contribuições para a geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores)”, *Boletim do Instituto Histórico ... a Monografia da Horta* entre as pp.215-268.

³⁵ Todos os cronistas apresentam leituras semelhantes para este processo, como adiante se dá conta. Apenas Frei Agostinho de Montalverne apresenta uma versão alternativa, contudo muito menos fundamentada. Ainda assim vale a pena deixar aqui transcrito o que conta o frade, segundo o qual após uma breve e primeira instalação na Praia do Almoxarife, passaram os colonos para a Ribeira dos Flamengos, “(...)por ser lugar de verdura de que os flamengos são muito amigos; e daqui ficou este nome a este lugar, mas como ficava longe do mar, vieram correndo para o Farrobo, com intento de meterem braço de mar pela alagoa que chegasse ao Salto, onde intentavam com que os navios fariam negócio muito a salvo. Saíram frustrados seus desvelados intentos, porque as enchentes da ribeira desmanchavam quanto eles obravam; por onde se passaram a Porto Pim, aonde um dos que vieram, chamado Copim, fabricou a ermida de Nossa

testamentária da capitão aí residente, D. Beatriz Macedo,³⁶ mulher do primeiro capitão o flamengo Josse Hurtere, morto em 1495.

Já a precedência do Porto Pim sobre o núcleo instalado junto da Ribeira dos Flamengos, é um tema mais difícil, desde logo porque não se conhecem documentos que objetivamente o declarem, não obstante nisso acreditem os cronistas e aconselhe a lógica, dado este ter sido o lugar eleito pelo próprio capitão para se instalar, segundo se deduz e explicita adiante.

Em todo o caso, os dados disponíveis, aliados à conformação morfológica do lugar, justificam que se aprofunde a análise deste que foi e é ainda, um arrabalde importante da cidade da Horta.

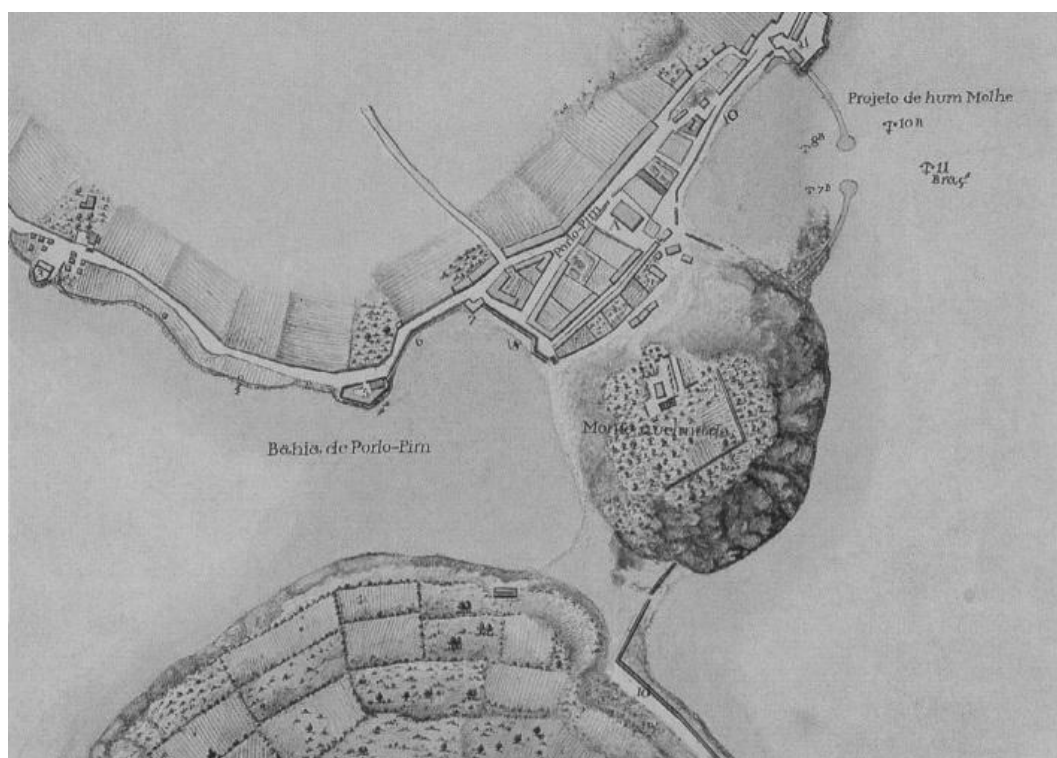


Alexander Thomas Emeric VIDAL, *Horta and Pim Bays, Fayal Channel*, 1843. (Reproduzido em Mário VIANA (coord.) *História da Ilha do Faial ...* vol. II, p. 136)

Senhora das Angústias.». Agostinho de MONTALVERNE, *Crônicas da Província de S. João ...* vol. III, p.151.

³⁶ “Testamento de Beatriz de Macedo, viúva do Capitão Jos Dutra, feito no Fayal a 24 de Abril de 1527”, AA ... vol. I, pp. 164-169, e, “Aditamento de Testamento de Beatriz de Macedo, Capitã Velha desta Ilha de Fayal, 13 de Fevereiro de 1531”, AA ...vol. I, pp. 170-174.

Nos documentos testamentários acima citados, publicados no *Arquivo dos Açores*, datados de 1527 e 1531 (algo tardios, portanto) pode ler-se que: “(...)em o limite de Porto Pim d’esta Villa do Fayal em as casas da Senhora Beatriz de Macedo, Capitoa da dita Ilha(...). Mandou ella dita Senhora que quando Deos aprouver de levar a sua alma desta vida presente, que o seu corpo seja enterrado na Igreja de Santa Chruz na cova onde jáz Francisco Dutra, seu filho.” Mandou mais a testamenteira: “(...) que sendo caso que depois que a dita Igreja de Santa Cruz ser feita e acabada d’ahi por diante em cada um anno se deem para as obras da Santa Misericórdia e hospital mil reis por alma do dito seu marido e sua d’ella dita Senhora do que remanescer das ditas rendas de cada anno.”³⁷



O Porto Pim num excerto da planta da Horta de Rodrigo de Almeida.

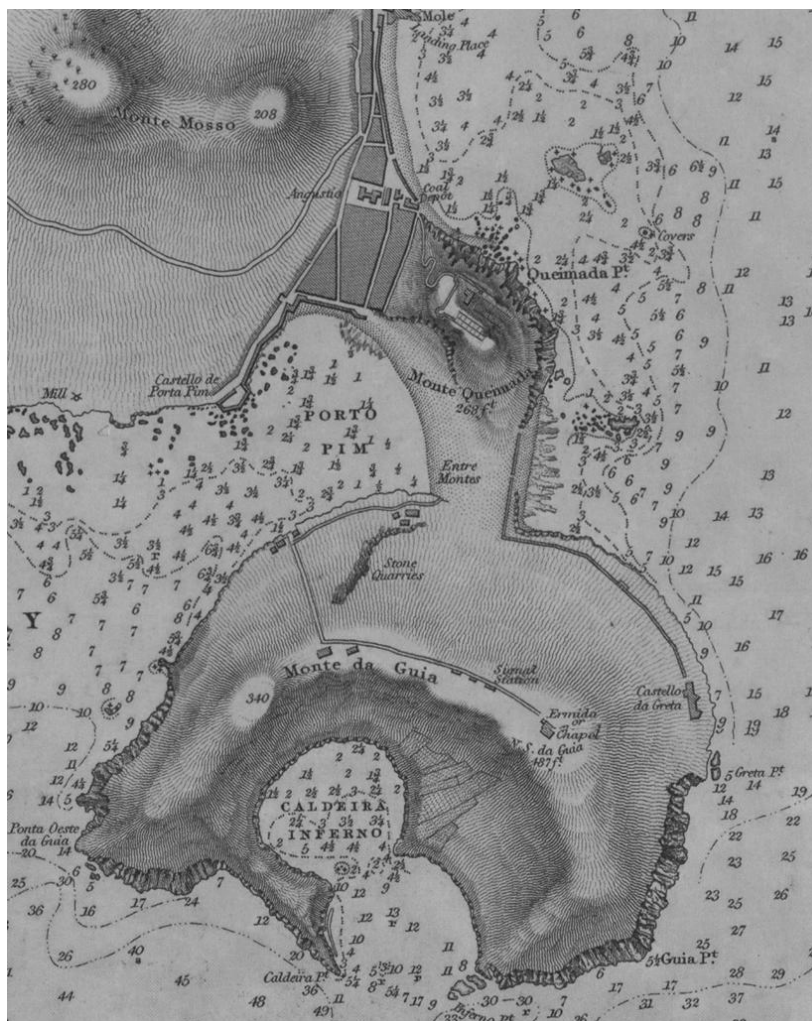
Daqui entende-se que até aos anos trinta da centúria de quinhentos está em construção, ou a ser refeita, a igreja de Santa Cruz, na qual um filho do primeiro capitão estava já sepultado, constatação de resto corroborada pelo segundo testamento, com quatro anos de diferença, onde se pode ler que D. Betariz Macedo “(...)ordenava e de facto ordenou fazer e mandou fazer nova declaração

³⁷ “Testamento de Beatriz de Macedo, viúva do Capitão Jos Dutra, feito no Fayal a 24 de Abril de 1527”, AA ... vol. I, pp. 164-165.

neste adimento de testamento(...) e assim para se fazer Santa Cruz se acabar de fazer a Igreja com uma casa para o Capellão ella dita Senhora lhe apraz que as terras que ora traz Anna Vicente, mulher que foi de Gonçalo Nunes, que sejam para das rendas dellas se fazer a dita Igreja de Santa Cruz e a dita casa para o Capellão, e depois de feita e acabada a dita igreja e casa d'ahi por diante todas as rendas que renderam as ditas terras e a dita Igreja reparada honestamente(...)”³⁸

Os documentos aqui analisados não especificam se a igreja de Santa Cruz terá ou não sido a primeira igreja da baía, nem mesmo comprovam a primazia do lugar do Porto Pim enquanto núcleo embrionário da formação da Horta, mas apenas que em 1527 existia já uma igreja dessa evocação, da qual os primeiros capitães foram fundadores, que nesse ano a igreja sofria obras, e ainda, que à época vivia D. Beatriz de Macedo naquele lugar.

³⁸ “Aditamento da Senhora Beatriz de Macêdo, Capitoa Velha desta Ilha de Fayal, 13 de Fevereiro de 1531”, AA ...vol. I, pp. 170-174.



Excerto com o Porto Pim do levantamento de Vidal de 1843.

Mas Frei Diogo das Chagas, em meados do século XVII, afirma, sem margem para dúvidas, que a primeira igreja da ilha foi a igreja de Santa Cruz construída no lugar do Porto Pim. Apoia-se documentalmente, segundo relata, nas mesmas fontes aqui analisadas, os testamentos de Beatriz Macedo, documentos a que teve acesso durante a sua estada na Horta, e onde, em boa verdade, não se encontra nenhuma referência à precedência desta igreja. É contudo possível que Chagas tenha conhecido outras fontes que corroboram a hipótese por ele defendida, de resto uma teoria que não está desprovida de lógica, dado, como acima se disse, este ter sido o lugar eleito pelo próprio capitão para se instalar. Nas palavras seguras do frade cronista, “(...) a Igreja de Santa Cruz a Porto pym,

que foi a primeira que na Ilha se fez, e em aquelle tempo Parochia, e oje hermida(...)"³⁹.



Luís TEIXEIRA, *Descrição da ilha do Faial*, 1587 (Reproduzido por Mário VIANA, *História da Ilha do Faial ... vol. II*, p.50)

Sem especificar grandes referências à materialidade de Santa Cruz, Chagas acrescenta que a dita igreja era no tempo inaugural uma paróquia e que em meados do século XVII, quando a conheceu, era tão só uma *hermida*. A acreditar que no Faial se adotou o modelo organizacional reconhecido no início do povoamento das ilhas, onde a cada unidade, ilha ou capitania, correspondia apenas uma paróquia e assim uma igreja matriz, conclui-se, de fato que a igreja de Santa Cruz no Porto Pim era a paroquial nos primórdios da ocupação da ilha.⁴⁰

Sobre Santa Cruz o cronista esclarece ainda que da primeira igreja "(...) oje não está em pé mais que uma Capellinha della, que era do primeiro Capitão, e Capitoa, e lhe deixarão fabrica com que se sustenta, e se diz missa nella

³⁹ Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino...* p.473.

⁴⁰ José Guilherme Reis LEITE, "A igreja", A.H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa - Artur Teodoro de MATOS(coord.), A colonização Atlântica*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1º Tomo, 2005, pp. 492-517. Em particular o título "A Ordem de Cristo e a sua Jurisdição", pp. 492- 496.

domingos, e santos, que ouue muito pouo, que por aly mora, que sendo como arrabalde da Villa, que dista a banda do Sul(...)”⁴¹



O Porto Pim, com a indicação de Villa do Faial, num excerto do mapa de Luís Teixeira de 1587.

Se Chagas defende que Santa Cruz foi a primeira igreja, sustentando implicitamente a área do Porto Pim como o lugar da primeira vila, Frutuoso afirma muito sumariamente que “(...) defronte [da] ermida de Santa Cruz está um pico, no qual dizem que foi primeiro situada a vila dos primeiros povoadores que entraram na ilha.”⁴², sem juntar qualquer outro dado que o comprove.

Esta informação foi repetida pelo Padre António Cordeiro quando conta que foi junto a um pico no lugar do Porto Pim que “(...) os primeiros povoadores primeiro fundaram a sua vila de horta e que depois se mudou para onde está(...)”⁴³, acrescentando que a primeira igreja, de que trata Diogo das Chagas e que acima se fez menção, a igreja de Santa Cruz, no seu tempo, estava já transformada em paróquia das Angústias, lugar que se sabe ter sido (re)elevado a paróquia urbana da vila da Horta apenas em 1684.⁴⁴

⁴¹ Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino...*p.476.

⁴² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI p.103.

⁴³ António CORDEIRO, *História Insulana ...* p.454.

⁴⁴ Segundo aferiu Marcelino Lima para os Anais da Horta, em 28 de Novembro de 1684, a igreja foi consagrada a Nossa Senhora das Angústias, sendo elevada a paróquia na mesma data, para quatro anos depois receber a visita pastoral do Bispo D. Clemente Vieira. Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta...* p. 246.

O que estes documentos e fontes analisados permitem objetivamente concluir é que a área correspondente à atual freguesia das Angústias foi um lugar preferencial do povoamento inicial, resultando de um assentamento estabelecido pelo próprio capitão, antes de 1495, sendo que a “*capitão velha*” aí habitava no início da década de 30 de quinhentos.

Em síntese pode dizer-se que este assentamento original foi rapidamente substituído em termos de primazia por outro no topo Norte da baía, sendo que, dada a cronologia factual conhecida, estes foram na prática quase coetâneos, e que o Porto Pim se transformou, em dado momento não especificado, num “*arrabalde da vila*”,⁴⁵ como lhe chama Frei Diogo das Chagas já no século XVII.

Vale por isso a pena destacar dos factos cronológicos conhecidos, os anos já referidos, designadamente 1468, ano da formalização da entrega da capitania a Josse Hurtere e 1495, ano da sua morte e ano em que o seu filho homónimo assumiu a direção da capitania que governou até 1541⁴⁶ e a partir daí conjecturar que a passagem da primazia para o povoado situado a Norte se deve à ação do segundo capitão e que este assumiu, após a morte do pai, uma nova estratégia de ocupação, porventura no lugar onde ele próprio já havia estabelecido um assentamento.

No que à morfologia do núcleo do Porto Pim respeita, exposto nos desenhos 5.2 e 5.3, observa-se que o crescimento do pólo do Porto Pim, se estrutura sobre o alinhamento da “rua única” e que a partir desta se desenham os lotes estreitos e compridos com a frente do casario para a rua e quintal alongado nas costas com saída para uma rua de traseiras, rua que ainda hoje se identifica como tal, não obstante já aí existirem algumas construções. Observa-se, portanto, o processo típico e mais elementar de crescimento urbano,⁴⁷ onde por paralelas a uma

⁴⁵ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino* ... p.476.

⁴⁶ Sobre estas datas consulte-se, por exemplo Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino* ... p.473.

⁴⁷ Nos Açores, situação claramente verificada em *Inventário do Património Imóvel dos Açores, Vila do Porto - Santa Maria* (cord. Jorge A. Paulos Bruno) Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura – Instituto Açoriano de Cultura, 2005. No continente serão inúmeros os casos, mas veja-se a título de exemplo os casos evidentes de Montalvão e Terena. Luísa TRINDADE,

primeira via, se começam a organizar quarteirões alongados. Esta situação que ainda hoje se lê perfeitamente na malha desta área, desenhando um “fuso” criado pela estruturação em vias aproximadamente paralelas, e no caso entaladas entre o Monte Queimado e outra elevação a poente, o tal pico onde primeiro se povoou como dão conta Frutuoso e Cordeiro.

De resto, uma das principais condicionantes ao êxito deste núcleo de povoamento foi o espaço limitado entre estas duas elevações que, se por um lado o protegiam, por outro condicionavam fortemente o seu desenvolvimento. À parte disso, cedo se tornou evidente que a baía do Porto Pim só em condições meteorológicas excepcionais podia servir de porto, não assegurando convenientemente as necessidades permanentes do povoado, sendo que o porto é um equipamento, por razões óbvias, essencial a um povoado ilhéu.

Isso mesmo esclarece Frutuoso num discurso, que apesar de paradoxal, exprime bem a situação e que vale por isso a pena aqui transcrever. Diz o cronista: *“Dando a volta pera o Porto Pim, às banda do oeste, se faz uma grande enseada, que se chama Porto Pim, onde antigamente foi ter uma nau da India que se carregou e descarregou por ser muito bom porto, o melhor que há nas ilhas, senão com o tempo sudoeste, que o lava todo, porque, então é muito perigoso e se perdem muitas naus e navios, se estão dentro com este vento; mas com todos os mais estão seguros nele (...)”* afirmando mesmo que *“(...) este é porto principal da vila da Horta(...)”*⁴⁸. Mais adiante no texto escreve que *“Neste Porto Pim se começou a fazer um cais, que não houve efeito, onde ainda está muita pedra afora a outra que saiu pera São Francisco e outras obras (...)”*, dando conta, portanto, de um projeto ainda quinhentista para um porto acostável nesta baía, porto que não veio nunca a ser construído, seguramente pelos inconvenientes que o sítio oferecia. Contudo, Frutuoso refere também que em finais do século XVI⁴⁹ esta baía estava toda cercada de muro.

urbanismo na composição de Portugal... respetivamente pp. 411-419, e pp. 491-502. Veja-se também na p. 140 a comparação morfológica de todos os núcleos estudados na tese.

⁴⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro VI, p. 103.

⁴⁹ Também a baía da Praia da Graciosa, nos últimos decénios de quinhentos, quando Frutuoso escreve a sua crónica, estaria protegida por muro e porta. Construção que o cronista descreve nas páginas que dedica a essa ilha e que vale a pena transcrever aqui pelo pormenor com que o faz, dando assim conta do que pode ser uma tipologia de muro marítimo à época, estrutura que de resto

Como nota final sobre este núcleo do Porto Pim, registre-se ainda, que também aqui se verifica a separação da igreja relativamente ao casario, como é tradicional no urbanismo de fundação.

Se outros assentamentos existiram ao longo da extensa baía não guarda memória a história ou o cadastro do lugar. Contudo, é certo que cedo se estruturou um caminho de ligação entre os dois assentamentos primordiais referidos, percurso paralelo à costa e ao qual corresponde, no espaço da baía, o anel viário que circunda a ilha. Este percurso foi certamente um elemento inicial do ordenamento deste território e que deriva diretamente da lógica primeiro estabelecida para a ocupação do espaço das ilhas, lógica que favorecia a implantação de uma faixa livre junto ao mar com cerca de 80 passadas onde caberia o (primeiro) *caminho do concelho*.⁵⁰ Tal situação é muito mais evidente no caso de Ponta Delgada, capítulo desta tese onde a temática se aborda com maior pormenor.

Certo é também que o assentamento que efetivamente deu lugar à vila instalou-se, como se disse, junto da ribeira no topo Norte da baía, protegido pelo maciço da Espalamaca. Um lugar acolhedor dentro do contexto geográfico descrito, fosse pela existência de água corrente, fosse pela associação entre o outeiro alto (onde se construiu a matriz) e a enseada que podia servir de ancoradouro, em particular na zona mais a Norte na margem esquerda da ribeira. Foi, aliás, precisamente por aqui que desembarcaram os ingleses em 1589 como informa o capitão Wright.⁵¹

ainda existe: “No areal está uma fortaleza mui forte que o cerca todo, de quatrocentas braças de compridão e vinte palmos de alto e dez de largo, e a cada cinquenta braças tem um cubelo, em as quais estão duas peças de artilharia com as quais defendem o areal; e na altura dos vinte palmos tomaram cinco pera andaimo, e de outros cinco fizeram uma cortina, com que se defendem os que andam por dentro do andaimo, sem ter mais que uma porta por onde se servem, a qual é muito forte e espaçosa e tranca-se com duas madres mui grossas (...)”, Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 127.

⁵⁰ Assim aparece nomeado desde cedo, por exemplo, no concelho da Praia. Veja-se, “Traslado da sentença do concelho sobre o caminho dos Fanais, 1548, Usurpação de serventia pública por particular”, *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia - 1450-1666* (fixação do texto por José Sintra Murtinheira, apresentação por José Guilherme Reis Leite), Praia da Vitória, IHIT, 2005, pp.21-29

⁵¹ Edward WRIGHT, “Viagem do muito ilustre George ...”, *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX,



O Pico visto da encosta da Horta.

4. A vila da Horta

O nome de Horta, diz Frutuoso,⁵² deve-se às inúmeras hortas que lá existem, no entanto é hoje consensual que Vila da Horta surge como uma derivação de Vila de Hurtere,⁵³ em clara alusão ao seu capitão donatário, o flamengo Josse Hurtere e muito provavelmente em alusão ao segundo capitão que governou a capitania entre 1495 e 1541.

4.1. A vila velha⁵⁴

O mesmo autor afirma que a vila da Horta conheceu uma primeira localização junto ao mar na foz da Ribeira da Conceição ou dos Flamengos. Diz Frutuoso que “*Entrando pela vila ao longo do mar, está um pedaço dela que se*

1963, p.47. O desembarque neste lugar também aparece representado no desenho do autor inglês.

⁵² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI p.101.

⁵³ Ricardo Madruga da COSTA, “Breve Esboço Sobre a História do Faial”, *Inventário do Património Imóvel dos Açores Horta – Faial* (coord. Jorge A. Paulus Bruno), Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 2003, p.23.

⁵⁴ Sintetizado no desenho de análise *Horta 5.4*, do vol.II.

*chama Vila Velha, porque naquele lugar se começou primeiro a povoar; e agora está muito desbaratada por causa do mar e areias que a derrubam.”*⁵⁵

Do que transparece da leitura do texto, esta primeira escolha, que se revelou inconveniente, terá sido corrigida com a transferência do centro um pouco para o interior, mantendo-se esta zona como um bairro velho do núcleo urbano. Situação exposta na toponímia de uma das ruas da área, até tarde conhecida por Rua Velha, a atual Rua do Bom Jesus.

Este núcleo “velho” identifica-se tanto na cartografia contemporânea como na planta quinhentista. Na cartografia atual aparece representado no conjunto de quatro quarteirões que se conforma a nascente do eixo estruturador do crescimento, a “rua única” que atravessa toda a baía e liga a vila ao Porto Pim, e na planta inglesa figurado também como um conjunto de quatro quarteirões, contudo, aqui apresentados com um aspeto muito menos rigoroso, dando precisamente conta do estado de degradação em que se encontrava a área, segundo a crónica citada.

Hoje, como no tempo de Frutuoso e Wright, este bairro configura-se como uma zona menos consolidada da malha, preenchida com casas modestas, denunciando a ausência de condições de acolhimento que o lugar sempre apresentou. Por tudo isso não é possível tecer mais considerações sobre a sua morfologia e desde logo é impossível concluir sobre o seu formato inicial.

⁵⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p.101.



A Rua do Bom Jesus hoje.

No entanto, vale a pena adiantar que a construção da muralha seiscentista, e em particular do Forte do Bom Jesus instalado na frente marítima na mesma época, trouxe a esta zona algum conforto e uma melhoria substancial da qualidade do espaço que, pelo menos até ao abandono e desmoronamento da estrutura militar, engolida pelo mar e pela areia já no século XX, ficou protegido das investidas desses agentes. A distância entre a conformação morfológica atual e a forma apresentada pela carta de Edward Wright, deriva com certeza desse facto.



A parte urbana central da Horta num excerto da planta de Rodrigo de Almeida.

4.2. A vila nova⁵⁶

O historiador oitocentista António Lourenço da Silveira Macedo,⁵⁷ repetindo o que por tradição lhe chegou, refere a transferência para a *vila nova*, nomenclatura adotada aparentemente apenas por oposição à *vila velha* referida pelo padre Frutuoso.

Mas o designativo, vila nova, quando analisado à luz da história e teoria do urbanismo remete obrigatoriamente para contextos de urbanismo dirigido e em

⁵⁶ Sintetizado no desenho de análise *Horta 5.5*, vol. II.

⁵⁷ Veja-se: António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas ...* vol. I, p. 119.

particular para processos de fundação ou (re)fundação de cidade,⁵⁸ pelo que a simples referência ao conceito exige que se aprofunde um pouco a questão, desde logo no sentido de perceber se foi este o caso, ou não.

De facto a afirmação de Silveira Macedo por si só não consegue justificar que de uma fundação regida *ex-novo* se tratou. Acresce que, além de não se conhecer documentação que o comprove, o cadastro urbano também não demonstra uma intenção irrefutável de dirigismo urbanístico,⁵⁹ reconhecido no tipo de fundação formalizada de que são habitualmente caso as vilas novas. Formas urbanas assim denominadas, quer se trate de processos de fundação de cidade, quer quando se fala da construção de ensanches ou extensões de cidade,⁶⁰ são em todo o caso sempre ações urbanísticas programadas.

Nesta vila açoriana, pelo contrário, o processo de evolução morfológica terá sido contínuo mas paulatino. O crescimento demográfico ditou o avanço do casario e a reorganização adaptada a condições mais favoráveis de implantação e crescimento da vila, não se tratando, em absoluto, de um episódio único temporal e espacialmente fechado de mudança de sítio e refundação do lugar.

⁵⁸ Sobre a fundação de vilas novas no contexto de processo de colonização e ordenamento do território agrícola vejam-se os trabalhos de Jean-Loup ABBÉ para o caso do Languedoc Francês, nomeadamente “Le parcellaire rural des bastides du sud-ouest de la France: l’apport des sources écrites et planimétriques”, *Rural Settlements in Medieval Europe - Papers of the “Medieval Europe Brugge 1997 Conference”* (edited by Guy De Boe & Frans Verhaeghe), Institute for the Archaeological Heritage, 1997, vol.6, e “De l’espace rural à l’aire urbaine: enquête sur la villa nova en Languedoc méditerranéen et en Roussillon pendant le Moyen Âge”, *Habitats et territoires du Sud* (Sous la direction de Benoît Cursente), Toulouse, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2004, pp. 47-63.

⁵⁹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ...pp. 95-230. Sobre a correspondência entre determinação urbanística e capacidade política consulte-se: Walter ROSSA, Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, Luísa TRINDADE, “Raia e cidade”, *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2008, nº28, pp. 6-21, em especial pp.10-14.

⁶⁰ Constatação a que chega Luísa Trindade no capítulo intitulado *forma(s)*, precisamente quando definia a importância dos *conceitos na definição de uma amostragem*. Veja-se em particular a página 117, onde se esclarece que “*Não por acaso umas e outras [cidades ou parte delas, de fundação ex-novo, com uma expressão morfológica regular] foram frequentemente designadas da mesma forma, como Vilas Novas.*”, citando a título de exemplo do primeiro caso Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Portimão e Vila Nova de Milfontes, e para o segundo os casos de Vila Nova de Cascais, em Lisboa os casos de Vila Nova às Portas de Santa Catarina, Vila Nova de Oliveira, Vila Nova de Andrade e Vila Nova de Gibraltar, ou ainda o caso do Outeiro da Vila Nova em Évora ou a Vila Nova de Aveiro.

Aliás, uma mudança de implantação deste tipo seria efetivamente um forte indicador de se estar perante um processo determinado de fundação dirigida, como já se teve ocasião de esclarecer nesta tese e como atestam diversos casos de estudo do urbanismo português.⁶¹ Efetivamente na Horta assim não se terá passado, terá antes ocorrido uma decisão de mudança de local sem que isso tenha sido acompanhado de um plano, uma atitude pragmática tomada à escala maior do ordenamento do território, e a esse nível importante, mas que foi inconsequente à escala do plano de pormenor urbanístico.

Não obstante a intenção de povoar o lugar tenha seguramente existido, como comprovam as cartas de entrega de capitania, que tinham como principal funcionalidade promover o povoamento das ilhas, sendo que a criação de uma cabeça para o novo território jurisdicionalmente determinado é, não apenas uma necessidade, como uma constante observada no processo de ordenamento do território açoriano.

*Estrutura viária e equipamentos*⁶²

Duas constatações ressaltam da análise do processo de construção da cabeça da capitania entregue aos Hurtere: por um lado, a reafirmação de um modelo de cidade que se constrói experimentando e adaptando-se às circunstâncias, por outro, o quão pouco ponderado foi o percurso fundacional da vila da Horta, com um processo de urbanização diluído num tempo muito longo, porventura debatendo-se com dificuldades demográficas. Estas razões, que explicam a falta de resolução da malha urbana da Horta, em particular quando confrontada com as também cabeças de capitania Angra e Praia, são de resto as mesmas razões que explicam a dificuldade em identificar no conjunto do tecido, não só o grupo de quarteirões iniciais (da *vila nova*), como todo o processo evolutivo de consolidação da malha.

⁶¹ Nomeadamente de entre os casos estudados por Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*, veja-se Caminha que corresponde à deslocação do lugar de Vilarelho para a zona costeira, pp. 313-330; Terena pp. 491-502, e Viana da Foz do Lima, pp. 559-577.

⁶² Veja-se em especial os desenhos de análise *Horta 5.4 e 6* do vol. II.



Duas fotografias antigas da Rua Serpa Pinto.

Apesar de tudo o que acima ficou exposto, é possível identificar no traçado da Horta a presença de algumas características típicas dos processos fundacionais, o que permite descortinar que houve alguma intenção planeadora e por essa via concluir que apenas não existiu a capacidade executora, sendo que o processo se revestiu de hesitações, avanços e recuos que, naturalmente, deixaram marcas no tecido construído, nomeadamente na resolução pouco precisa da malha urbana.

No que toca ao casario, a forte transformação interna dos quarteirões, fruto da destruição da mole construída por terramotos, não permite identificar unidades onde ainda se leiam as métricas com que se distribuíram os chãos, para mais não se conhecendo cartas de entrega de sesmarias urbanas no Faial, não é de todo possível adiantar qualquer informação sobre o tema.⁶³

Já a evolução do tecido viário merece uma análise de pormenor, atendendo às conclusões que daí se podem aferir, nomeadamente no que respeita à conformação do traçado e à orgânica da sua funcionalidade, que compreende não só a definição de trajetos mas também a instalação dos principais equipamentos.

Para isso, é essencial acompanhar o texto com os desenhos de análise correspondentes ao processo de desenvolvimento da vila da horta depois de “abandonada” a vila velha, desenhos que permitem uma leitura clara da sequência de crescimento da vila.

O tecido urbano da Horta dispõe-se apoiado em caminhos estruturantes para o território, caminhos que progressivamente foram absorvidos pela malha, transformando-se em ruas urbanas nesses troços. Como eixo primordial, claro está, aparece o caminho paralelo à costa de que se deu já conta, a famosa “rua única”, artéria que também assegurou uma função estruturante no pólo do Porto Pim e que se destaca ainda por cerzir o espaço a que corresponde à *vila velha* à área de expansão urbana, a *vila nova*.

⁶³ A análise do lote e de aspetos de mais pormenor ao nível da estruturação do quarteirão revela-se uma tarefa impossível de fazer em consequência das sucessivas destruições do tecido construído, nomeadamente pelos sismos de 1926 e mais recentemente em 1998, que abalaram demasiado a vila, em especial o de 1926 que obrigou a uma reconstrução quase total do edificado, facto bem notório na arquitectura da cidade. Sobre o sismo de 1926 consulte-se: Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...* em especial o capítulo *Sismos* pp. 649-659, onde apresenta um importante mostra de fotografias. Sobre os efeitos do último grande sismo veja-se, *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Faial. Horta* (coord. Jorge A. Paulus Bruno), Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 2003, pp.321. Sobre a dificuldade que representa analisar o edificado quinhentista nas ilhas veja-se, Isabel Soares de ALBERGARIA, “Tipologias construtivas da arquitectura doméstica quinhentista nas cidades atlânticas: heranças medievais e inovações renascentistas”, *Construir la ciudad en la Edad Media* (ed. Beatriz Arízaga Bolumburu, Jesús Ángel Solárzano), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2010, pp. 395-420.

Nessa nova área, a poente do primeiro caminho, identifica-se a estruturação no sentido do interior de mais duas vias (quase) paralelas, linhas que se identificam quer na planta atual da urbe quer na gravura quinhentista.

A segunda e mais interior, a Rua de São João, corresponde no entender desta tese a um momento posterior de desenvolvimento da malha e por isso apenas se trata no ponto seguinte.



Rua de São João com a Torre da Matriz ao fundo.

Quanto à primeira, é de admitir que se tenha estabelecido como um avanço dianteiro, aproveitando ainda a cota baixa e a área nivelada, resultando também daqui a forma curvilínea que define este trajeto que acompanha a topografia do terreno permitindo assentar numa zona plana o grosso dos equipamentos, designadamente a misericórdia e o hospital (c.1528),⁶⁴ o convento feminino da Glória (apenas em 1608) e grande parte do casario, bem como, com especial relevância para a conformação da malha, a praça/mercado que corresponde a um enorme alargamento dessa via no limite da parte rasa do terreno que a partir daqui

⁶⁴ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta* ... pp. 247.

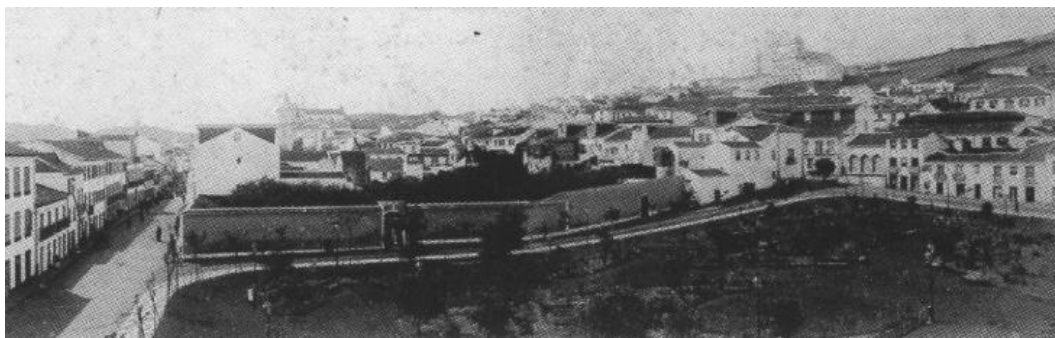
para poente se desenvolve em acentuado declive, nomeadamente sobre o outeiro onde se vai instalar a matriz.



À esquerda o Convento da Glória, desaparecido para dar lugar à Praça da República.

Mas, para se compreender a organização desta malha e a sua relação com território, há que destacar outro eixo. Trata-se do caminho que se implanta a sul do outeiro da igreja matriz, paralelamente à ribeira, ligando o mar ao interior, à freguesia de Flamengos, pela atual Rua Advogado Graça e antiga Calçada de São João. Sem adquirir a importância do primeiro caminho paralelo à costa, é, ainda assim, um elemento importante a considerar se se atender, não só que até tardiamente terá sido o único trajeto na direção do interior, como atesta a carta de Wright, que ainda em 1589 assim o apresenta, como também, porque do seu cruzamento, com a segunda rua paralela ao mar, surge o lugar onde se vai instalar a praça da Horta, de que adiante se dará conta com maior pormenor.

Em síntese, observa-se que entre a primeira e a segunda vias norte-sul criaram-se quarteirões, cortados no sentido nascente poente por ruas paralelas ao caminho que leva aos Flamengos, quarteirões que assumem uma forma irregular, ainda que aproximadamente quadrangular e que alinham um fuso, forma que permite otimizar a utilização da parte baixa do terreno, potenciando ao máximo a construção em zona plana.



A Praça da República.

Note-se, aliás, como as duas vias que desenham o fuso serão daqui em diante, até aos dias de hoje, as principais artérias da urbe,⁶⁵ leitura reforçada pela análise toponímica que mostra que a segunda rua no sentido interior, foi conhecida por Rua dos Mercadores, como atesta um documento do segundo quartel do século XVI citado nos *Anais*,⁶⁶ para em seguida aparecer nomeada por Rua da Misericórdia, porventura depois de concluídas as obras da igreja⁶⁷ da instituição aí implantada. Em todo o caso, nomenclaturas que apontam para a sua distinção e importância no conjunto da malha.

Sobre o troço urbano do primeiro caminho, hoje denominado Rua Serpa Pinto, sabe-se que até ser assim batizada e desde a construção do mercado na esquina desta com a Travessa da Carrasca, em 1841,⁶⁸ chamava-se Rua do Mercado. Mas antes disso, segundo informa Marcelino Lima, foi conhecida sucessivamente por Rua de Cima (acima da Praia, talvez?) e de seguida Rua do Meio, a rua do meio da vila, no caso entre o caminho da praia, ou do calhau e a então Rua dos Mercadores ou de Misericórdia. É ainda de referir que Carlos Silveira,⁶⁹ um autor local, embora sem referenciar fontes, afirma que esta rua foi também sempre conhecida por Rua Direita, o que faz sentido se atendermos a que este terá sido desde cedo o trajeto de união de uma ponta da vila à outra, bem como aos núcleos periféricos da Conceição a norte e do Porto Pim a sul.

⁶⁵ Veja-se o desenho número 6 da coleção de desenhos de análise da Horta e a planta toponímica *Horta 3*, vol II.

⁶⁶ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta* ... p.294.

⁶⁷ Igreja demolida em 1836 em consequência do avançado estado de degradação. Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta*... p.246.

⁶⁸ Sobre a construção do novo mercado consulte-se, Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta* ... pp.150-154.

⁶⁹ Carlos SILVEIRA, *A Horta Antiga*, edição do autor, Horta, 2007, p.210.

Para a conformação da malha neste espaço e com esta morfologia foi decisiva, a geografia, mas também a distribuição dos equipamentos, pelo que a partir deste momento se abordará a integração e intervenção de cada um deles neste primeiro momento de desenvolvimento da malha.

São praticamente inexistentes dados sobre os primórdios da matriz de São Salvador da Horta, da qual não resta qualquer imagem do edifício demolido em 1825.⁷⁰ A exceção é um documento datado de 1514, o *Alvará de paramentos para S. Salvador da ilha do Fayal*,⁷¹ por onde se afere que pelo menos nesse ano já estava a igreja edificada e recebia, por isso, do rei, administrador da ordem de cristo, paramentos e ornamentos.

Frutuoso, cuja descrição é já do final do século XVI, descreve-a da seguinte forma, situada “(...) em um alto a igreja principal, da advocação do Salvador, [é] mui fresca, de três naves, com seis colunas de cada banda e duas capelas de cada lado (...)”,⁷² denunciando a um tempo e de forma abreviada, a tipologia que segue e o posicionamento, em ponto elevado e destacado do casario, como é comum no programa urbanístico base reconhecido para as cidades de fundação medieval.⁷³

São Salvador é, muito provavelmente, um equipamento original do processo de ocupação da vila nova. Não se conhecendo outros dados, é pois de admitir que entre cerca de 1495 (ano de transferência do governo da capitania para o segundo Josse Hurtere) e 1514, se deslocou a principalidade da igreja de Santa Cruz, a primeira paróquia da ilha, para o novo templo edificado no topo norte da baía, junto à Ribeira dos Flamengos, onde uma nova vila nascia.

⁷⁰ Veja-se Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta* ... p.245.

⁷¹ “Alvará de paramentos para S. Salvador da ilha do Fayal, de 28 de Junho de 1514”, AA...vol. II, p. 15.

⁷² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV, p.102.

⁷³ Segundo apurou Luísa Trindade, o caso de Monsaraz será uma das poucas exceções a confirmar a regra, incorporando a igreja na mancha de ocupação do casario. Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*...pp.401-409.

Com uma localização bastante recatada, nas proximidades da matriz fundou-se em 1538⁷⁴ o primeiro convento feminino da vila. Como explica Frutuoso “*junto da igreja grande está um mosteiro de freiras da ordem de Santa Clara da advocação de São Gonçalo (...)*”.⁷⁵ Este mosteiro de São Gonçalo foi rebatizado de São João Baptista em data incerta, mudando-se para um novo edifício, entretanto também desaparecido, construído na mesma área, em 1660.⁷⁶



A travessa da Misericórdia a partir da Rua Serpa Pinto.

Outro equipamento destacado da vila foi o complexo formado pelo hospital e misericórdia, sumariamente apontado por Frutuoso⁷⁷ e hoje totalmente desaparecido. Enquadrava-se inteiramente num quarteirão da malha urbana, cumprindo o alinhamento viário. Deste conjunto edificado, que incluía uma igreja de duas torres, segundo aparece representado no desenho inglês, pouco se sabe, até porque nenhum dos cronistas se preocupou em registar o seu processo construtivo ou tipologia. Marcelino Lima afirma que em 1528 já estaria concluída,

⁷⁴ Data apontada por Frei Fernando da SOLEDAD, *História Seráfica*, parte IV, Livro II, cap. 26, citado por Marcelino LIMA, *Anais do Município da ...* pp. 284.

⁷⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 102.

⁷⁶ Agostinho de MONTALVERNE, *Crónicas da Província ...* vol III, 168.

⁷⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 102.

sendo demolida em 1836.⁷⁸ À data de publicação dos Anais, anos 40 do século XX, ainda estaria visível o resto de um arco duma das portadas da igreja, elemento construtivo aproveitado por um dos prédios entretanto construídos no lugar. A única marca que sobrevive deste complexo prevalece na toponímia, com a travessa lateral à primitiva igreja a manter o nome da Travessa da Misericórdia.



Localização atual do Convento de São Francisco.

Agarrado ao caminho que atravessa a baía de norte a sul instala-se o convento franciscano, para o lado do mar sensivelmente a meio caminho entre a extremo norte do Porto Pim e o limite sul do núcleo da Horta. Segundo se apura das crónicas, uma localização escolhida depois de os frades terem tentado outras duas instalações desde a chegada à ilha, primeiro na Praia do Almojarife para lá

⁷⁸ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta* ... pp. 247.

da Espalamaca e depois na zona do Porto Pim, num processo que é, aliás, bem demonstrativo da dificuldade que foi definir a implantação da vila, mas que também elucida sobre a transferência da principalidade do Porto Pim para o topo norte da baía.

Invulgar na sua localização, este convento franciscano ocupava, contra aquilo que é usual na vivência urbana desta ordem, um ou vários lotes de um quarteirão, pelo que não teriam espaço para a construção de um conjunto conventual tradicional, com igreja e claustro, nem naturalmente, para uma cerca.

Talvez por tudo isso na planta quinhentista não se identifica facilmente o convento, embora uma estrutura algo diferenciada das restantes construções do quarteirão se evidencie pela representação tímida do que parecem ser duas torres.⁷⁹ Ainda assim, a sua localização neste sítio é confirmada por Frutuoso e pelos cronistas que se lhe seguiram. Além do mais, de que o convento de facto existia dá também conta o capitão inglês, se não no desenho, no relatório que o acompanha, onde deixa escrito que: *“O convento da terra abrigava e mantinha trinta frades franciscanos dentre os quais não encontrámos um único que soubesse falar bem latim; o mosteiro foi edificado por um frade de Angra, da mesma ordem, cerca do ano de 1506. As mesas no refeitório tinham lugares apenas de um lado e estavam sempre cobertas, prontas a todo o momento para o jantar ou a ceia.”*⁸⁰

Frutuoso, sobre o convento franciscano avança que fica adiante das casas do capitão *“pela rua dois tiros de besta”* e que *“Abaixo, ao longo do mar, onde sai a porta do mosteiro pera ele, pescam os religiosos com seus caniços”*, acrescentando ainda que *“antigamente estava ali uma ermida da Piedade que o mar levou, a qual tinha uma escada pera o areal, por onde entrava a ela a gente da vila, abaixo da qual ermida, ao longo mar, iam carros carregados com trigo, e agora é costa brava e, quando o mar anda furioso, entra na horta dos religiosos*

⁷⁹ Veja-se a planta de Wright, mas também o desenho de análise *Horta 4*, “localização e cronologia dos edificios destacados”.

⁸⁰ Edward WRIGHT, “Viagem do muito ilustre George, ...”, *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX, 1963, p.49.

com o vento de sueste e lesueste.”⁸¹ Discurso onde fica clara a falta de proteção a que estava votada a frente marítima da Horta.



No lugar das Casas do Capitão construiu-se o Colégio dos Jesuítas.

As casas do capitão localizadas desde cedo, em data que não se pode precisar mas, depois de 1495, na ponta sul do fuso formado pela rua Direita e pela rua dos Mercadores (atuais Serpa Pinto e Ernesto Rebelo), no lugar onde a rua única se bifurca em duas e onde se forma um largo que limita, por este lado, o núcleo urbano central.

Uma situação que é bem visível no desenho 5.3 que sintetiza esta fase de crescimento da malha, mas que se observa também nas restantes fases de crescimento. Aliás, Diogo das Chagas, em meados do século XVI, não hesita chamar de *rossio* o enorme vazio de forma triangular que ali se molda, dando assim conta do limite do espaço urbano que se definia. Conta o cronista que *“Andando polla rua auante sempre por entre cazas se sahie a hum Rocio, a mão*

⁸¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro VI, p.102.

esquerda do qual fica o pateo das cazas do Capitão em uma terra alta que aly se faz (...)”⁸²

A conformação da praça

Mas o principal espaço público da Horta foi até ao século XIX a praça, espaço que se evidencia pela morfologia mas também dimensão, não obstante não corresponder a uma praça projetada como elemento físico, com características morfológicas próprias, como hoje entendemos o conceito.⁸³



O enorme largo que recebeu a praça da horta.

A praça estabeleceu-se na sequência da Rua do Mercadores, num espaço onde se torna possível, dada a geografia do local, conformar um enorme vazio, proporcionado pelo encurvamento da rua na direção do mar, ganhando espaço contra o outeiro onde se construiu a matriz, aproveitando os últimos metros de

⁸² Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*p.476.

⁸³ Consulte-se para uma visão alargada do tema em Portugal, Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* “o emergir da centralidade” pp.687-741 em especial pp.705-719, páginas exclusivamente dedicadas à praça. Para uma visão mais abrangente cronologicamente do tema consulte-se, Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones”, *La Plaza en España* ...pp. 99-109.

terreno plano ainda livres, já que, a partir daqui a topografia acentua fortemente o seu declive conformando o anfiteatro que acima se apresentou e que se prolonga ao longo de toda a baía.



A praça a ser transformada em alameda.

Em rigor, a praça da Horta corresponde a um progressivo alargamento e depois estreitamento de rua,⁸⁴ sendo que o espaço onde esta “rua praça” ganha maior dimensão é precisamente no sítio do cruzamento com o eixo que lhe fica sensivelmente perpendicular e leva ao interior da ilha, a antiga Ladeira de São João e atual Rua Advogado Graça, de que se deu já conta.

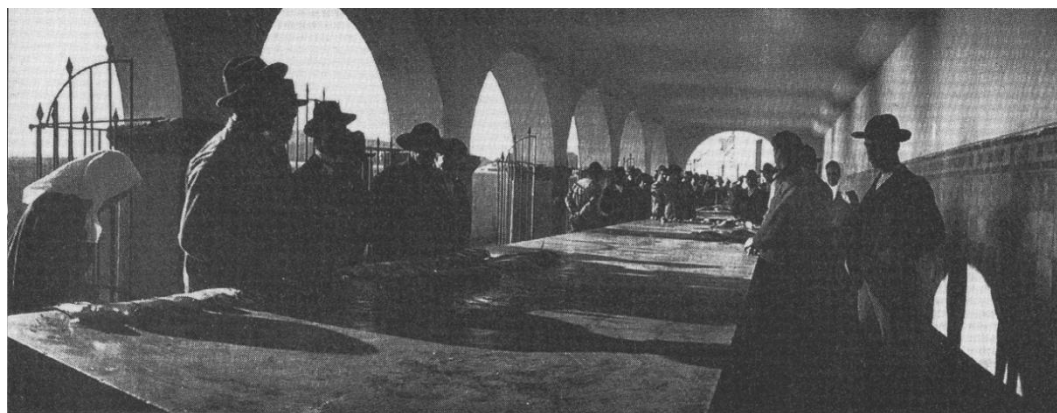
Ao mercado, rapidamente outras funções se lhe agregam ajudando na conformação do espaço, se não urbanisticamente pelo menos pela arquitetura. É o

⁸⁴ Vejam-se a secular Praça Velha de Coimbra ou a Praça do Giraldo em Évora, onde também se acumularam progressivamente um conjunto de funções vitais ao funcionamento da vida urbana, ambas claramente resultantes de processos de alargamento de via. Sobre a conformação da Praça Velha de Coimbra veja-se, Walter ROSSA, *Diversidade. Urbanografia ...* pp. 442-444 e Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* p.713. Sobre a conformação em praça deste espaço veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* p.707. Para uma visão genérica do tema veja-se, Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora”, *O Ar da Cidade: Ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 177-191, em especial pp.181- 183.

“emergir da centralidade”,⁸⁵ conceito a que por diversas vezes já se recorreu ao longo desta tese. Segundo se apura, na Horta este terá sido um processo algo lento, como bem explica a transferência e construção do edifício da Casa de Câmara e Cadeia, que apenas tomou lugar na década de 30 de seiscentos, naturalmente no espaço que servia já de praça, processo que abaixo se apresenta em pormenor.

No que respeita à expressão morfológica, note-se como a extensa praça que se desenvolve no sentido norte-sul, fica efetivamente dividida em dois sectores pelo atravessamento que leva da praia ao interior. Com a transferência da câmara para este local, a área mais a sul especializou-se enquanto sector cívico e o resto do espaço permaneceu essencialmente como mercado.

Na praça cívica situou-se o pelourinho, desde data que não se pode precisar. Sabe-se apenas que em 1790 se transferiu para o cruzamento da Praça com a Ladeira de São João, segundo apurou Marcelino Lima em documento de vereação inserto no *Livro de Actas da Câmara da Horta*⁸⁶.



O desaparecido Mercado da Boa Viagem,

A história local é omissa no que respeita à definição deste como o primeiro espaço do mercado da vila. Contudo, a sua configuração funcional, toponímica e morfológica, não deixa margem para dúvidas.

⁸⁵ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* “o emergir da centralidade” pp.687-741.

⁸⁶ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...* p.132.

No que à toponímia respeita, veja-se como esta “rua praça”, transformada em Alameda no século XIX, se chamou até tardiamente Rua da Praça,⁸⁷ confirmando que aqui se realizava o mercado.

A omissão historiográfica resulta da construção em época ainda recuada, mas já no século XVII de um espaço exclusivamente dedicado ao mercado, Mercado da Boa Viagem, tema a que se voltará quando se tratar da conformação da frente marítima da Horta. Por razão desconhecida os autores locais optaram por ignorar a segura antecedência da praça da vila como mercado, onde apenas localizam a praça do gado, que aí se continuou a realizar até 1870,⁸⁸ quando a atual Rua Barão de Roches, a velha Rua da Praça, foi arborizada e transformada em Alameda da Glória.

A lenta conformação da malha da Horta reconhece-se, por exemplo, no processo paulatino de transferência da casa da câmara da vila velha para a praça.

Na chamada Rua Velha,⁸⁹ situada no núcleo original da Horta que no final de quinhentos Frutuoso informa encontrar-se já muito desbaratado situava-se o primitivo edifício camarário. Apesar do mau estado do edifício e do lugar, apenas em 1632,⁹⁰ mais de quarenta anos passados das declarações do cronista, foi decidido mudar de instalações e de sítio, desta feita para uma das esquinas da praça da cidade, incluindo a nova construção instalações para a cadeia e açougue.

Em rigor, o que a documentação conhecida explicita é a necessidade de construção de uma nova cadeia. O auto de correição de Fernão Gameiro Massam,⁹¹ informa que o corregedor “*Achou que a cadeia era incapaz por seu acanhamento, visto estarem os homens e as mulheres todos juntos: e não ter o*

⁸⁷A historiografia especializada dá conta de pelo menos mais uma rua assim denominada em Ponte de Lima. Veja-se Amélia ANDRADE, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.22. No espaço do arquipélago conhece-se na Ribeira Grande de São Miguel uma rua com esta mesma designação.

⁸⁸Veja-se Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...* p.295.

⁸⁹Sobre a localização da câmara velha veja-se Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...*, pp.123-126.

⁹⁰“Documento nº19 Extrato da correição do corregedor Fernão Gameiro Massam no Fayal, 1632”, António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta ...* vol. I, pp. 389-390.

⁹¹Corregedor Fernando Gameiro Mação, corregedor entre 1630-1634. *História dos Açores ...* Anexos, vol II, p. 651.

*carcereiro onde morasse; por isso mandou que se intimasse o procurador do marquez donatário da ilha para mandar fazer uma cadéa de dois andares com as commodidades necessárias.*⁹² Porém, a interpretação tradicional divulgada pela história local é que dessa ordem terá resultado em simultâneo a construção da casa da câmara até aí igualmente mal instalada, recorrendo-se à tipologia habitual para estes equipamentos, que nesta época já integrava comumente todos os serviços acima referidos.⁹³

A forma deste edifício apenas se pode aferir a partir de documentação muito posterior, uma vez que acabou demolida em 1873⁹⁴ e não se guarda qualquer imagem dela. É a partir de um relatório de inspeção ao edifício, datado de 1822,⁹⁵ inspeção ordenada precisamente por se encontrar a construção em “(...) *hum a total ruína de maneira, que já a Camara se não atreve a fazer alli as suas Sessoens nem os prezos se podem mandar recolher ás ditas prisões sem que a sua vida fique exposta ao mais imminente perigo (...)*”,⁹⁶ que se têm elementos acerca do edifício.

São, contudo, poucos os dados objetivamente referentes à morfologia da casa da câmara e cadeia da Horta. Apesar disso Carlos Caetano,⁹⁷ num artigo dedicado ao edifício desaparecido e apoiando-se na documentação citada, a qual transcreve, propõe um diagrama com hipóteses de distribuição dos espaços e serviços que funcionavam no prédio. O que leva o autor a concluir que “*apesar de localizada em pleno Atlântico, nada na Horta se encontra que, naquele domínio, não partilhe a condição geral das demais casas de câmara portuguesas, nada que não nos remeta para casos, modelos e soluções bem familiares, muito comuns e*

⁹² “Documento nº19 Extrato da correição do corregedor Fernão”, António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas ...* vol. I, p.369.

⁹³ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* a Casa da Câmara pp. 773-802

⁹⁴ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...* pp. 126-127.

⁹⁵ “Documento nº 1 Informações dos Governadores e Magistrados das Ilhas Adjacentes e Ultramar. Representação de 24-1-1822 da Junta Provisional da Comarca da Horta”, Carlos CAETANO, “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga casa da Câmara da Horta”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, vol. XLIX, pp. 140-149.

⁹⁶ “Documento nº1 Informações dos ...”, Carlos CAETANO, “No rasto de um monumento perdido...”, *Atlântida ...* vol. XLIX, pp. 140.

⁹⁷ Carlos CAETANO, “No rasto de um monumento perdido ...”, *Atlântida ...* vol. XLIX, pp. 123-152.

espalhadas pelo país inteiro.”⁹⁸ Como, de resto, nesta tese se observa, tanto em Angra como na Praia e em Ponta Delgada onde os paços municipais cumpriam, naturalmente, a tipologia conhecida para este equipamento, desde datas bem anteriores à construção hortense. Um fenómeno que, aliás, se verifica não só nos Açores como no resto do império, reconhecendo-se a aplicação do modelo.⁹⁹

De entre os aspetos morfológicos e construtivos descritos no *Auto de Vistoria* citado, ressaltam com particular interesse algumas informações, nomeadamente que o edifício tem a frontaria virada a leste, para a praça portanto. Diz também que se principiou “(...) *já a demolir o archete sobre que se firma uma Escada de pedra que dá servidão centrada para as cazas de Camara(...)*”, recomendando mais adiante “*Que a escada de pedra que dá servidão para o segundo andar da caza da camara está muito arruinada como já declararão e he prejudicial a sua conservação pela introdução de agoas no interior do edefício que o arruinão, e por isso julgavam ser mais conveniente huma escada de madeira coberta com huma varanda.*” O pouco que é descrito parece de facto apontar para um edifício de tipologia muito parecida à ainda existente câmara da Praia, esta com duplo “*archete*”, mas também com a primitiva câmara de Angra representada por Linschoten cerca de 1590, não obstante à data da construção do edifício da Horta (1632) a câmara de Angra conhecesse já um novo edifício que, além de maior, era mais consentâneo com a tipologia reconhecida e perfeitamente divulgada para o século XVII.¹⁰⁰

Vale ainda a pena frisar uma curiosidade que respeita à autoria do dito auto, pois ele foi elaborado pelo Coronel Engenheiro Joze Rodrigo d’Almeyda, também autor do levantamento da Horta datado de 1803.

⁹⁸ Carlos CAETANO, “No rasto de um monumento perdido ...”, *Atlântida ...* vol. XLIX, pp. 123-152.

⁹⁹ Vejam-se por exemplo as Casas de Câmara brasileiras de Ouro Preto ou Mariana. *Atlas dos centros históricos do Brasil* (organização de José Pessoa e Giorgio Piccinato), Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2007, respetivamente p.72 e p.79.

¹⁰⁰ Sobre a evolução tipo-morfológica das casas de câmara portuguesas consulte-se: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ... a Casa da Câmara* pp. 773-802, vejam-se em especial os pontos: o edifício pp. 761-765, a consolidação do tipo pp. 765-784 e a organização funcional pp. 784-802.



Vista da Horta a partir da Espalamaca. Note-se a estrutura defensiva.

No contexto da infra-estruturação do espaço urbano deve dizer-se que a Horta apenas em 1909¹⁰¹ foi dotada de um sistema de distribuição de água, sendo que até essa data a população da vila se servia de poços públicos que existiam dispersos pela malha urbana, quase todos poços de maré, mas também de poços privados e cisternas para armazenamento de água existentes em muitos dos logradouros interiores dos lotes. Em 1589 era esta a situação do edificado e das infra-estruturas da água. Segundo o capitão inglês da frota de Cumberland: “A cidade tinha quase trezentos fogos, as casas eram bonitas e solidamente construídas de pedra e cal, cobertas de duas camadas de telhas côncavas, parecidas com as dos nossos telhados (...)” e ainda que “(...) quase todas as casas tinham uma cisterna ou poço num quintal nas trazeiras.”¹⁰² Frei Diogo das Chagas sobre este tema acrescenta que a ilha “Não tem ribeiras nem fontes de água perene, nem pela costa do mar, nem pelo sertão, de modo que sendo fértil de tudo só de água é estéril (...)” para depois acrescentar que “(...) tem a vila de

¹⁰¹ Para um retrato mais completo da complexa e demorada tarefa de trazer água de nascente à cidade consulte-se Marcelino LIMA, *Anais da Município da Horta* ...pp. 163-165.

¹⁰² Edward WRIGHT, “Viagem do muito ilustre George...”, *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XIX, 1963, p.48.

Orta poços de boa e excelente água , e de alguns tão bons que da fonte não será melhor.”¹⁰³

A vila da Horta, implantada numa vasta baía, tirava dessa circunstância vantagens, nomeadamente de acesso a ancoradouros, mas por outro lado essa localização levantava problemas de defesa, deixando-a exposta quer a intempéries quer a ataques corsários, problemas de difícil resolução porque pressupunham obras complexas e caras, que ocupavam muita mão-de-obra e réditos indisponíveis na ilha.

Com a campanha de estudo de um sistema fortificado para as ilhas, ordenada pela coroa em 1567, deslocara-se ao arquipélago Tommaso Bennedeto e Pompeu Arditi,¹⁰⁴ que no seu périplo estiveram também no Faial. O que, desde logo, documenta que a coroa estava consciente e informada sobre a dificuldade da situação.

Terá sido em resultado desta visita que se elaborou o relatório onde se diz que “*A ilha do Faial tem a villa d’Orta que é a principal povoação que há em toda a ilha, esta em uma praia defronte e pegado com a vila que é mui bom desembarcadoro e logo ali junto uma calheta grande que se diz o Porto Pim onde carregão navios pegados com a terra creio que está isto mui desamparado e já tenho escrito acerca disso algumas vezes é necessário prover-se nisso (...)*”¹⁰⁵

Nessa altura ficou seguramente delineado o programa genérico que deveria ser executado, mas que levou mais de um século a cumprir, o que teve consequências trágicas para a ilha e para a vila, que foi por duas vezes atacada e saqueada, em 1589 e 1597, como se explicou atrás, sem que pudesse ser eficientemente defendida.

¹⁰³ Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 482.

¹⁰⁴ “Viagem de Pompeu Arditi de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores. Documentos para o Estudo das Relações Culturais entre Portugal e Itália” (leitura de Guido Batteli e Trindade Coelho), *Boletim do Instituto Histórico ...* vol. VI, 1948, pp. 173-183; Rui CARITA, “A Viagem de Pompeu Arditi aos Arquipélagos Atlânticos em 1567”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira...*, 1990, pp. 89-101; Silvano PELOSO e Carmen M. RADULET, “Documentos e Textos Sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos Italianos: Uma Pesquisa Histórica e Bibliográfica”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira...*, 1987, vol. XLV (I), pp. 163-180.

¹⁰⁵ “Informação dos Portos das Ilhas dos Açores”, *AA...* vol. IV, pp. 120-123.

Segundo se apura de Frutuoso a pequena baía do Porto Pim, já analisada em rúbrica própria, nos finais do século XVI, antes mesmo de 1582 quando os espanhóis tomam a ilha, já estava “*toda cercada de muro fechado com uma porta para o dito Porto Pim*” obra levada a cabo “(…) *no tempo da alterações, sendo provedor das fortificações da dita ilha Gomes Pacheco de Lima, que a fez cercar (…)*”.¹⁰⁶ Isto é, no Faial, a fortificação entre 1579 e 1582, quando a ameaça da invasão espanhola se pôs, foi levada a cabo pelo provedor que foi ainda responsável pela construção do forte da Praia do Almojarife e pelo forte da Feteira.¹⁰⁷ Porém é de crer que o projeto tenha sido pensado pelos italianos, segundo se deduz do documento acima citado e transcrito.

Mais difícil, contudo, foi garantir uma defesa eficiente para a extensa baía da Horta. Começou por se construir o forte de Santa Cruz,¹⁰⁸ que era o elemento central do projeto dos italianos e que também estaria completo antes de 1582, mas que isolado se mostrou ineficaz, como comprova a facilidade da ocupação espanhola da ilha, bem como os referidos ataques ingleses.

Situado quase no extremo sul da baía, absolutamente alienado da área urbana principal, o forte devia cruzar fogo com outras estruturas que apenas tardiamente foram construídas. Com efeito, uma defesa eficaz obrigava à construção de pelo menos mais duas fortalezas na costa, uma a norte e outra a sul do forte principal, nas extremidades da baía de modo que, cruzando fogo com este, evitassem desembarques inimigos.

¹⁰⁶ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 103.

¹⁰⁷ Sobre Gomes Pacheco de Lima consulte-se: Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...*, Livro VI, p. 280 e ainda Jorge FORJAZ e António MENDES, título Quadros, *Genealogias da Ilha Terceira*, Lisboa, Dislivro, 2007, vol. VII, p.739.

¹⁰⁸ Manuel FARIA, *Forte de Santa Cruz*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, consultado a 07.09.2010. Veja-se também CARITA, Rui, “Arquitectura Militar nos Açores: Ilha do Faial: Iconografia e Informações dos Arquivos Militares”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX - Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e pico de 10 a 13 de Maio de 1993*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 161-173.



Plano de defesa para a Horta, com construção de um forte em terra e “afixe” no monte queimado. Francisco La Rua. [1597] (*Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas, Guerra e Marina (1590-1605)*, CD 1, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004.)

De que assim é dá conta o *Relatório do Capitão Francisco de La Rua*, comandante da terço espanhol no Faial, enviado ao rei, relatando todos os pormenores do ataque liderado pelo conde de Essex, em 1597.¹⁰⁹ Conta o capitão LaRua que determinou a construção apressada de um forte em terra e “afixe”, de que se conhece o projeto,¹¹⁰ forte localizado no extremo sul, cobrindo toda a península do Monte Queimado e que permitia uma defesa já em terra contra as tropas desembarcadas, uma vez que impedir o desembarque era impossível. A solução mostrou-se catastrófica acentuando que qualquer defesa eficiente teria de evitar o desembarque.

Ainda que essa consciência existisse a verdade é que só no século XVII, esse plano foi concretizado, pelo que este tema se recuperará na última rúbrica

¹⁰⁹ Manuel Augusto de FARIA, “Relatório do Capitão Francisco de La Rua sobre a incursão do Conde de Essex na Horta, em 1597”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, nº16, pp. 175-195.

¹¹⁰ “Projecto defensivo para a Horta”, *Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas, Guerra e Marina (1590-1605)*, CD 1, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004.

deste capítulo. Por agora convém assinalar como no caso em estudo, fortificação e urbanismo não conseguiram nunca alinhar estratégias, crescendo a cidade até ao ponto de consolidação da malha sem que qualquer proteção eficaz fosse construída.

*A consolidação da forma urbana*¹¹¹

Entretanto a malha urbana da Horta consolidava-se, por volta de meados do século XVI, com a abertura de uma terceira via paralela à costa, a Rua de São João, e pelo prolongamento das travessas orientadas de nascente a poente no sentido do interior.

Isso mesmo pode ser observado no desenho de análise 5.6 que sintetiza esta fase de crescimento do aglomerado, desenho elaborado pela sobreposição à cartografia e cadastro atual do desenho inglês de 1589, observando-se entre um e outro a quase total coincidência dos alinhamentos viários.

Apesar do exposto, deve notar-se que na carta quinhentista as vias aparecem representadas com um rigor que não encontra correspondência na realidade construída, sugerindo até a formação de uma unidade morfológica compreendida pelos quatro quarteirões situados mais a sul do núcleo, estruturados pelas atuais Travessa da Misericórdia e Rua de São Pedro no sentido nascente-poente e pelo alinhamento hoje denominado Rua Ernesto Rebelo e Rua D. Pedro IV no sentido sul-norte, o que na verdade não acontece, correspondendo a uma ilusão do desenho, que, como fonte deve ser utilizado de forma crítica.

Terá sido de resto esta situação exposta pela carta inglesa, a mais antiga imagem da vila, que levou os mais recentes trabalhos de análise sobre o tecido urbano da Horta¹¹² a encontrar uma estrutura de “*cinco ruas no sentido nascente*”

¹¹¹ Sintetizado no desenho de análise *Horta 5.6*, vol II.

¹¹² Vejam-se César Gabriel BARREIRA, *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta - Do Passado ao Presente : Roteiros*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, 148 pp. Trabalho que serve de base à análise de José Manuel FERNANDES, “Horta. Uma leitura da sua evolução urbana.”, *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Horta Faial* (coord. Jorge A. Paulus Bruno), Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 2003, pp. 35-41. Consulte-se do mesmo autor o título “urbanismo” na entrada “Horta (cidade)” in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado em Outubro de 2010.

poente, e de outras cinco no sentido Norte-Sul”,¹¹³ considerando-os “arruamentos fundadores”,¹¹⁴ que atribuíram dimensão urbana à vila, a qual, até então, teria um cariz essencialmente proto-urbano, sugerindo que este conjunto estruturado de ruas resultou de um desígnio determinado e resoluto.



A Vila da Horta num excerto da levantamento de Vidal. Note-se no pormenor da muralha marítima.

Ora, a realidade da cartografia atual, corroborada pela análise morfológica e pelas fontes históricas, nomeadamente toponímicas, não mostra exatamente isso, e como se disse já, parece antes apontar para um crescimento progressivo,

¹¹³ José Manuel FERNANDES, “Horta. Uma leitura da sua evolução urbana.”, *Inventário...*, pp. 37-38.

¹¹⁴ José Manuel FERNANDES, “Horta. Uma leitura da sua evolução urbana.”, *Inventário...*, p.37.

estruturado por três ruas aproximadamente paralelas ao mar cortadas por travessas no sentido nascente -poente, favorecendo a definição de um esquema hierárquico de rua-travessa e não a definição de uma retícula apenas de ruas como sugere o discurso citado.

Por tudo isso e para um cabal entendimento do carácter do tecido urbano da vila da Horta no final de quinhentos, é imprescindível a leitura paralela ao desenho de Edward Wright (1589), da cartografia atual e do texto dedicado à vila por Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, não obstante a exiguidade do discurso do cronista. Assim, no essencial, esta rúbrica resulta da combinação dessas três fontes, intercaladas, naturalmente, por outros factos e evidências cotejadas no processo de investigação, nomeadamente ao nível da análise toponímica.

Frutuoso, que descreve a Horta entrando pelo norte, passando pela ponte que une a Conceição, nessa época já paróquia urbana,¹¹⁵ à freguesia da Matriz, assinala a igreja de São Salvador, definitivamente abandonada em 1825 em avançado estado de degradação e da qual, hoje só resta a torre dos sinos, convertida em torre do relógio.¹¹⁶ Apresenta também o convento de São João, localizado nas imediações, como se explicou acima, adiantando que “*Há nesta freiguesia trezentos e vinte e um fogos e almas de confissão mil cento e trinta e uma das quais de comunhão setecentas e quarenta e uma.*”¹¹⁷

Passando pelo interior da malha, o cronista não descreve a praça nem os quarteirões mas dá conta da existência da misericórdia que “*está no meio da vila*”.¹¹⁸

Frutuoso segue a descrição, agora peri-urbana, pela *rua única* paralela ao mar e que por muito tempo se terá denominado Rua da Areia.¹¹⁹ O percurso a

¹¹⁵ Maria Fernanda Dinis Teixeira ENES, “Uma Carta de D. Filipe I Sobre o Clero das Ilhas dos Açores de 1590”, *Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores in Memoriam de João Teixeira Soares de Sousa no I Centenário da Sua Morte*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, nº especial 1993, série ciências humanas, pp. 61-95.

¹¹⁶ “Auto de trasladação do Santíssimo”, António Lourenço da Silveira MACEDO, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta ...* vol. II, p. 433.

¹¹⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 102.

¹¹⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* vol. VI, p.102.

¹¹⁹ Marcelino LIMA, *Anais do Município da Horta ...* pp. 295.

partir daqui desenrola-se de forma linear abandonando a estrutura em quarteirões que caracteriza a parte urbana do povoado sobre o qual é omissa. Este circuito, exclusivamente linear, tem início na zona em que prematuramente se instalaram as casas do segundo capitão do Faial (a partir de 1495), e prolonga-se até ao Porto Pim.

Fora do núcleo central, tanto Gaspar Frutuoso como o desenho inglês registam, associadas à propriedade do capitão, localizada no lado poente da rua, para a banda do interior, a ermida de Nossa Senhora da Beata “*pegada com as casas do capitão*” e a ermida de São Tiago. Daqui em diante este lado da rua aparece limpo de casas, demonstrando o carácter extraurbano deste troço nos finais do século XVI.

Com efeito, do lado de terra a rua é limitada, segundo o desenho, praticamente na sua totalidade por um muro talude contínuo às casas do capitão. Este muro é interrompido sensivelmente a meio para aí se formar um quarteirão, no sítio que corresponde à zona onde a partir de 1696¹²⁰ se estabeleceram os frades franciscanos, que durante os séculos XVI e XVII ocuparam um terreno, defronte deste, onde usufruíam de saída direta para o mar.

Segundo aparece na carta quinhentista a caracterização da rua muda por completo a partir daqui, com a construção a cingir-se aos dois quarteirões compridos do lado do mar, onde se integrava o convento franciscano, quarteirões divididos por uma única travessa que faz a comunicação entre a rua e a praia.

Os quarteirões que se desenvolvem entre esta rua e o mar (não só neste troço, mas ao longo de toda a vila) caracterizam-se por ter apenas uma frente construída, naturalmente a que se vira para a rua, sendo que nas traseiras das casas apenas existem logradouros estruturados de forma perpendicular à praia. De resto, essa imagem tem uma leitura muito clara na vista da Horta levantada pelo capitão Wright. De referir ainda a grande regularidade com que os lotes eram divididos, deixando transparecer indícios de ordem na distribuição da propriedade urbana.

¹²⁰ António Lourenço de Silveira MACEDO, *História das quatro ilhas ...*, vol. I, p. 44.

O desenho de Edward Wright não representa nada mais além do Forte de Santa Cruz, o único equipamento representado em pormenor no desenho inglês.



A frente marítima da Horta.

Em síntese sobre a morfologia da vila da Horta, consolidada ainda no século XVI, conclui-se que a primeira paralela à praia é a rua única que atravessa toda a baía e contínua quer para norte, na direção da Conceição quer para sul no sentido do Porto Pim; a segunda via norte-sul corresponde ao troço que em parte da sua extensão é ocupado pela praça; a terceira e última, denominada Rua de São João, por desaguar no topo norte junto do convento deste santo construído em frente da Matriz, mais interior e correndo a uma cota mais alta, conforma-se como uma via absolutamente retilínea e definidora do limite poente da vila.

O limite sul é o espaço residual, que ainda hoje se identifica na malha urbana, como o largo do antigo colégio dos Jesuítas (hoje igreja matriz, museu e câmara municipal), que a partir de 1652¹²¹ aqui se instalaram nos antigos terrenos da casa do capitão cedidos pelos herdeiros dos Hurtere. A norte a ribeira estabelece o limite natural do povoado central que, não obstante, se prolonga em

¹²¹ Ano em que foi lançada a primeira pedra do conjunto. Sobre este colégio consulte-se: Rui CARITA, “O Colégio Jesuíta de São Francisco Xavier no Faial”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX - Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e de São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, p.131.

ponte para a margem esquerda desta onde ainda, em data anterior a 1568,¹²² se estabeleceu a segunda paróquia da vila, a paróquia da Conceição.

Note-se, como todos estes limites da malha urbana, ainda hoje perfeitamente definidores do enquadramento urbano, ficam também muito claros na planta do capitão Edward Wright.

Que o tecido urbano da Horta cresceu sobre as três ruas acima enunciadas, esclarece também a análise toponímica às ruas da Horta, muito embora a maioria dos dados conhecidos apenas tenha chegado aos dias de hoje por tradição oral e poucos encontrem sustento documental em primeira mão.¹²³

Sabe-se que a rua onde se conformou a praça, especialmente o troço que a antecede, denominava-se ainda no século XVII, segundo confirma Diogo das Chagas, Rua do Meio, referência adiantada quando o padre descreve a localização do convento da Glória instituído em 1608.¹²⁴ Nas palavras do cronista o convento situava-se “*Em o meio da Villa rua que se diz do meio, perto da praça(...)*”.¹²⁵ Esta transcrição dá conta do processo tradicional e mais comum de crescimento da cidade, pela estruturação de ruas paralelas (ou aproximadamente paralelas, como é o caso desta) a caminhos previamente traçados, processo que frequentemente estabelece um quadro toponímico onde se inclui a rua do meio, a rua de baixo e/ou a rua de cima.¹²⁶

Vale a pena adiantar que este edifício integrou-se totalmente na malha urbana previamente estabilizada, e embora se conheçam algumas fotografias foi inteiramente demolido no século XIX para dar lugar à atual Praça da República, o grande espaço público contemporâneo da vila nascido, assim, pela supressão total de um quarteirão.

¹²² Maria Fernanda Dinis Teixeira ENES, “Uma Carta de D. Filipe I Sobre o Clero das Ilhas dos Açores de 1590”, *Arquipélago* ... pp. 61-95.

¹²³ Veja-se a planta toponímica, *Horta 4*, vol. II.

¹²⁴ António Lourenço de Silveira MACEDO, *História das quatro ilhas...*vol I, p.119.

¹²⁵ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...*p.477.

¹²⁶ Acerca da conformação desta tipologia e toponímia no urbanismo português medieval consulte-se: Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* p. 172.

No que respeita à rua, segundo Chagas denominada em meados do século XVII de Rua do Meio, sabe-se que antes foi também conhecida como Rua dos Mercadores e Rua da Misericórdia, como já se disse. A cronologia da toponímia desta rua vem de algum modo confirmar a dedução acima exposta de que o crescimento se fez no sentido do interior pelo desenho sucessivo de três paralelas. Com efeito, apenas com a definição da última, a de São João, esta rua poderá ter sido apelidada de Rua do Meio. Não se pode apurar em que data exatamente, mas apenas assegurar que a Rua de São João já existia em 1589 quando o capitão inglês desenha a cidade, e que em meados de XVII a rua que ficava entre o caminho primevo e esta se chamava Rua do Meio. A Rua do Meio (antes Rua dos Mercadores e Misericórdia), corresponde às atuais Ruas Ernesto Rebelo e D. Pedro IV.



O forte de Santa Cruz.

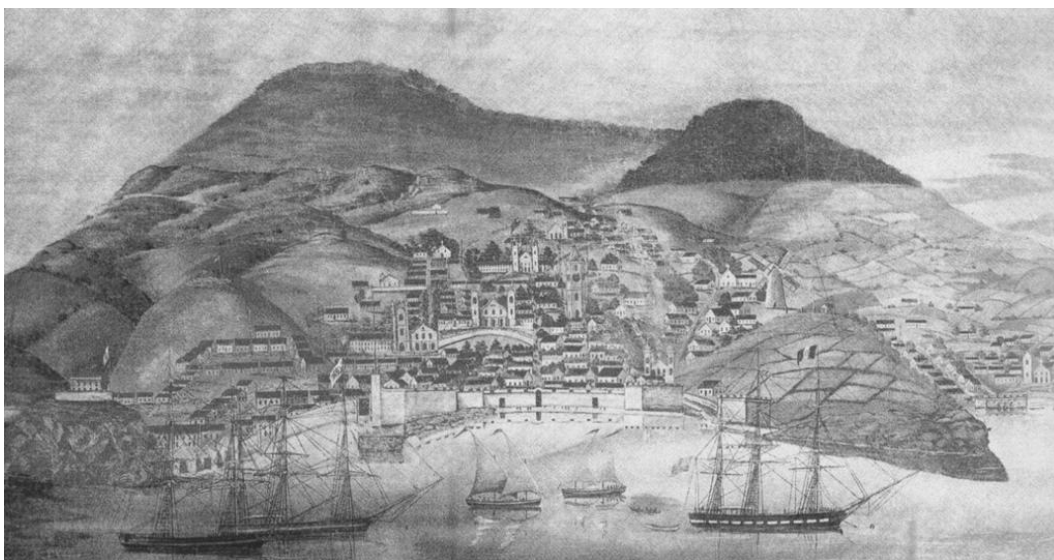
Vale ainda a pena lembrar que também a primeira rua paralela à praia se denominou *do meio*, o que vem mais uma vez atestar a teoria defendida, sendo de admitir que enquanto não existiu a Rua de São João foi esta, e não a seguinte, a cumprir a função de mediana.

A terceira paralela, a Rua de São João, corresponde a um último avanço, desta feita sobre o anfiteatro, unido à cota mais baixa pelas travessas íngremes de São Pedro e São Paulo e ainda pela Ladeira de São João, atual Rua Advogado Graça.

A consolidação da frente marítima e da imagem da vila.

Por fim, falta analisar a redefinição da imagem da vila no século XVII. Uma questão determinante para a definição da expressão material da Horta, não obstante o reduzido efeito ao nível do plano urbano.

Com efeito, ao nível da planta, como bem se observa no desenho de análise 5.7, as alterações concentram-se na marginal marítima, onde o progressivo amuralhamento permitiu a regularização das margens e criação de um novo alçado, onde antes ficavam as traseiras dos lotes com frente para a primitiva rua única.



Excerto de uma vista da Horta pertencente ao New Bedford Whaling Museum. [1848] Embora fora de escala veja-se em especial a muralha da frente marítima e a implantação dos conventos do Cramo e Franciscano, bem como do Colégio Jesuíta ao centro. (Reproduzida em Carlos SILVEIRA, *A Horta antiga...* p. 64)

Se a fortificação até este momento pareceu andar alheada da realidade urbanística da Horta, no século XVII transformou-se na sua protagonista. Depois das experiências traumáticas dos ataques ingleses, em particular do Conde de Essex, que queimou todas as igrejas, conventos e muitas das casas, apressou-se a

construção de um forte em pedra na parte sul da baía, o forte da Greta, e um outro no topo norte, junto à foz da Ribeira, implantado na praia junto da “vila velha”, o forte do Bom Jesus. Não é possível aferir com exatidão as datas em que estas infraestruturas foram construídas, mas de 1621 data a primeira referência seiscentista conhecida sobre a necessidade de mais estruturas defensivas na baía.¹²⁷ Este documento veio juntar-se a todos os factos quinhentistas conhecidos e onde o corregedor mandava que se começasse por fazer “(...) *um baluarte de terra e cannas, no montículo de João da Silveira, assim para daí se defender com alguma peça d’artilharia, como para experimentar se fica obra segura e fixa para se ir continuando pela mais praia.*”¹²⁸

Em 1624, lançava-se a imposição do real d’água ilha do Faial, precisamente “(...) *pela necessidade que tinha de ser provida d’armas e munições para sua defesa e também de se fortificar por ser mui aberta com grandes bahias e areas* (...)”¹²⁹



A muralha da Horta depois de um temporal,

¹²⁷ “Doc. nº17 Correição do Corregedor Manuel Corrêa Barba no Fayal”, António Lourenço de Silveira MACEDO *História das Quatro Ilhas...* vol. I, pp. 382-387.

¹²⁸ “Doc. nº17 Correição do Corregedor Manuel Corrêa Barba no Fayal”, António Lourenço de Silveira MACEDO *História das Quatro Ilhas...* vol. I, p.384.

¹²⁹ “Doc. nº18 Alvará para a imposição do real d’água na ilha do Fayal”, António Lourenço de Silveira MACEDO *História das Quatro Ilhas...* vol. I, p.387-388.

Na década de 1670 estava no essencial construída a muralha marítima que veio unir o Bom Jesus ao velho forte de Santa Cruz, como comprova a *Allegação de Serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel Capitão Mor da Ilha do Fayal 1660-1676*.¹³⁰ Não obstante se trate de um documento escrito pelo próprio, dando conta á coroa dos serviços prestados e querendo, sem dúvida, ser por eles beneficiado, trata-se de um rol relevante de obras, de onde sobressai precisamente a construção e reconstrução de troços da muralha marítima sobre a qual o mar teimava avançar.

A construção da muralha veio alterar profundamente a imagem da vila, porque permitiu ocupar com segurança a zona ribeirinha, abrindo, inclusive, uma nova via, entre a muralha e o casario denominada Rua do Mar. Rua em breve ocupada por casas, mas também equipamentos, com destaque para o Mercado da Boa Viagem construído junto da ermida e travessa do mesmo nome na frente marítima da vila, agora protegida pela muralha.



A Rua do Mar depois do sismo de 1929.

¹³⁰ “Allegação de Serviços feitos por Jorge Goulart Pimentel Capitão Mor da Ilha do Fayal 1660-1676”, AA... vol. I, pp. 382-387.



Fotografia do desaparecido forte do Bom Jesus

Ficava finalmente na segunda metade do século XVII a vila da Horta com uma estrutura defensiva consolidada, restando provar se ela seria eficiente, porque não consta que a vila tenha sido novamente atacada, a não ser pelo mar que por variadas vezes derrubou panos da muralha e acabou por engolir, já no século XX, o forte do Bom Jesus.

Para a redefinição do alçado da horta, mais uma vez sem qualquer implicação ao nível do desenho urbano que permaneceu no essencial o mesmo, contribuíram também em muito os novos complexos religiosos já referidos, o novo convento dos Franciscanos, o colégio dos Jesuítas e o convento do Carmo, implantado já em plena encosta.





Fotografia aérea de Ponta Delgada (*Arquitetura Popular dos Açores ... p.98*)

CAPÍTULO IV . PONTA DELGADA

Ponta Delgada destaca-se de entre o conjunto de casos de estudo agora analisados como a única vila que não foi desde início cabeça do território da capitania que integra. Esse lugar foi ocupado por Vila Franca do Campo fundada mais a oriente, também na costa sul da ilha, no início do povoamento.

Ponta Delgada reveste-se, por isso, de outras particularidades históricas, diferentes das enunciadas para Angra, Praia e Horta, singularidades que não apenas a evidenciam de entre o conjunto, como fundamentam o seu estudo.

Desde logo, ressalta como a primeira vila açoriana de criação manuelina e a primeira vila açoriana a conhecer carta de foral. Foi também a única vila, além de Angra, a conhecer o título de cidade ainda no século XVI. Mas, acima de tudo, sobressai, para a temática que interessa debater, como um exemplar morfologicamente singular que resulta mais de um programa de ordenamento territorial do que de um programa de fundação de cidade, até porque, como se verá, quando a vila é criada, Ponta Delgada existia já enquanto lugar, sendo a sua forma urbana resultado de um crescimento contínuo, mas paulatino, sobre um território já estruturado, embora por uma malha não de carácter urbano, mas sim agrícola.

1. Principais fontes e historiografia urbana

A historiografia tem reforçado por diversas vezes que “*Ponta Delgada, mau grado seu, não nasceu para cidade*”,¹ tecendo, inevitavelmente, a partir daí comparações com Angra, a qual, nasceu de facto com esse destino.²

Mas se em Ponta Delgada o estabelecimento de um programa e processo fundacional tradicional foi ignorado, produzindo, em resultado, um urbanismo que nas palavras de Carreiro da Costa, escritas em 1946 “(...) *não é mais que um amontoado de casas dispostas segundo arruamentos tortuosos e praças de acanhadas dimensões, sem molduras apropriadas nem exposição conveniente(...)*”³ é também verdade que a morfologia resultante, até pela sua dimensão e expressão material singular, deve ser individualmente analisada sem se deixar restringir por comparações, neste contexto objetivamente inúteis, que além de reduzirem a um contorno empobrecido o significado da sua estrutura urbana, debilitam pelo preconceito o estudo aprofundado da sua história e morfologia, precipitadamente considerada de “menor” importância.

Tal facto conduziu a visões demasiado abreviadas sobre o tecido construído de Ponta Delgada, abrindo uma clareira no que ao tema da urbanística respeita, dentro do campo da bibliografia contemporânea dedicada à cidade. Campo, aliás, bastante extenso, particularmente no que respeita à história da arquitetura.

Nesse âmbito, devem realçar-se os trabalhos de Nestor de Sousa,⁴ com particular atenção para a obra *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos*

¹ Carreiro da COSTA, “Etnografia da Cidade II. Ponta Delgada e a sua formação topográfica”, *Insulana*, Ponta Delgada, vol. II, (2-3), 1946, p. 419.

² Dentro do panorama mais dirigido à análise urbanística veja-se, José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996, e, José Manuel FERNANDES, o título *A Cidade de Ponta Delgada* na entrada “Ponta Delgada (concelho)”, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 02.09.2011.

³ Carreiro da COSTA, “Etnografia da Cidade II...”, *Insulana* ... vol. II p. 419.

⁴ Deste autor veja-se, Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, 480 pp. Nestor de SOUSA, “Programas de Arquitectura Militar Quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, Italianização e Intervenções até ao século XVIII: a ermida de S. João Baptista na fortaleza do Monte Brasil”, *Arquipélago- História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, vol. VI, 2ª série, pp. 53-224; Nestor de SOUSA, “Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista”, *Revista de Cultura Açoreana*, Lisboa, Casa dos Açores, 1991, nº3, pp. 137-160; Nestor SOUSA, “Arquitectura Barroca nos Açores”, *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Cívico do Porto, 1991, vol. II, pp.

séculos XVI a XVIII, onde, apesar de ter por objeto de estudo preferencial os edifícios religiosos, inclui na introdução, intitulada *Ponta Delgada e os seus sinais urbanos no decurso dos séculos XVI a XVIII*,⁵ uma abordagem ao estudo da malha urbana, muito por via da toponímia que expõe com minúcia, e naturalmente da inserção no tecido dos “*objetos urbanos*”, os edifícios de que trata.

Esta continua hoje a ser a obra de referência a quem trabalha sobre o espaço urbano de Ponta Delgada, sendo por isso citada por todos os que por último têm escrito sobre a cidade, quer no âmbito da história da arquitetura⁶ como em outros enquadramentos científicos, desde a história das instituições⁷ às abordagens de cariz mais histórico-sociológico.⁸

Muito apoiado em Frutuoso, a quem se deve a primeira descrição da cidade, cronista que de resto cita amiúde, mas também em vasta documentação notarial,⁹ Nestor de Sousa procura reconstruir a rede de ruas referidas, de modo bastante abreviado, diga-se, pelo padre micaelense no último quartel de quinhentos.

Conta Frutuoso que “*Esta cidade de Ponta Delgada é assim chamada por estar situada junto de uma ponta de pedra de biscouto, delgada e não grossa como outras da ilha, quase rasa com o mar, que depois, por se edificar mais perto dela uma ermida de Santa Clara se chamou ponta de Santa Clara; antre a qual ponta e a da Galé se faz uma grande enseada (...) de compridão de três léguas.*” É dentro desta grande baía que fica a cidade que segundo o cronista “*Tem um*

463-482.

⁵ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* pp. 17-93.

⁶ Veja-se a título de exemplo, Isabel Soares de ALBERGARIA e Maria Alexandra Trindade Gago da CÂMARA, “A Casa Urbana de Setecentos em Ponta Delgada. Um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura civil açoriana”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2002, vol. XLVII, pp. 59-70.

⁷ Como exemplo, José Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas - Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994 e Margarida LALANDA, “A Ilha de São Miguel e a Sua Cabeça no Século XVII”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999, pp. 89-104.

⁸ Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense no Século XVII (Estruturas e Comportamentos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

⁹ Veja-se o elenco documental que acompanha a obra, mas também a profusão de notas que completam o referido capítulo da introdução. Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* respetivamente pp.261-377 e pp. 49-93. Refira-se que o autor teve acesso ao manuscrito de Rodrigo Rodrigues dedicado ao estudo de Ponta Delgada, não disponível para consulta pública, intitulado *Apontamentos sobre as ruas da cidade de Ponta Delgada, Vilas da ilha de São Miguel e outras notas sobre Toponymia da mesma ilha.*

quarto de légua de comprimento, e de largo, no meio do corpo dela, um bom tiro de escopeta; começa sua compridão na casa de Baltazar Rebelo, da parte do oriente, e acaba em casa do esforçado e forçoso que foi Baltazar Roiz, de Santa Clara, ou ainda além, da banda do poente; e, posto que no princípio e fim tenha uma só rua, pelo meio tem três, quatro, cinco ou seis, atravessadas de norte a sul, em sua largura, com mais de dezasseis notáveis ruas, afora muitas azinhagas e becos e outras ruas menos principais e cursadas.”¹⁰

É, aliás, nesse texto inaugural que invariavelmente se apoiam os autores que tratam o espaço urbano de Ponta Delgada e que adiante se apresentam. Há ainda a acrescentar os três cronistas do século XVII, Diogo das Chagas,¹¹ Agostinho de Montalverne¹² e António Cordeiro,¹³ que contribuíram com elementos indispensáveis para a história de Ponta Delgada.

Contudo, há que dizer que do ponto de vista da história urbana, além da referida obra de Nestor de Sousa, Ponta Delgada conhece um conjunto importante de artigos e trabalhos que lhe estão dedicados, particularmente no âmbito da história local. Sem ser exaustiva, há que referir o esforço de autores como Carreiro da Costa,¹⁴ já citado, mas também Humberto Bettencourt,¹⁵ João

¹⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 172-173.

¹¹ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*, pp. 139-154.

¹² Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de São João...* vol. II, pp. 23-242.

¹³ António CORDEIRO, *História Insulana...* pp. 136-139.

¹⁴ Francisco Carreiro da COSTA, "Toponímia micaelense - topónimos protéticos" in *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1944, nº 2, vol. I, pp. 254-258. Francisco Carreiro da COSTA, "Ponta Delgada ao tempo da sua elevação a cidade", *Insulana ...* 1946, nº 2 e 3, vol. II, pp. 355-359. Francisco Carreiro da COSTA, "O antigo porto de São Braz de Ponta Delgada", *Insulana...* 1946, nº 2 e 3, vol./ano II, pp. 370-374. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade I - Ponta Delgada na Geografia Humana", *Insulana...* 1946, nº 2 e 3, vol. II, pp. 389-393. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade II - Ponta Delgada e a sua formação topográfica", *Insulana ...* pp. 419-423. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade III - Ponta Delgada e os elementos que colaboraram no seu povoamento", *Insulana ...* pp. 444-449. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade IV - Ponta Delgada e as suas relações com o restante da ilha", *Insulana ...* pp. 453-457. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade V - Ponta Delgada e alguns dos seus aspectos mais característicos", *Insulana ...* pp. 466-470. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade VI - Ponta Delgada - Aldeia Grande", *Insulana ...* pp. 477-481. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade VII- Ponta Delgada e a sua religiosidade", *Insulana ...* pp. 487-492. Francisco Carreiro da COSTA, "Etnografia da Cidade VIII - Ponta Delgada na expressão popular", *Insulana ...* pp. 503-511. COSTA, Francisco Carreiro da (1947), "Toponímia Micaelense - Água de Pau ou Água do Paúl", *Insulana ...* 1947, nº 1, vol. III, pp. 176-178. Francisco Carreiro da COSTA, "Toponímia Micaelense - Relva, Relvão e Relvinha", *Insulana ...* 1947, nº 1, vol./ano III, pp. 178-179.

¹⁵ Humberto BETENCOURT, "Conceito histórico da titulação de cidade em relação a Ponta Delgada", *Insulana ...* 1946, nº 2 e 3, vol. II, pp. 323-330. Humberto BETENCOURT,

Bernardo de Oliveira Rodrigues¹⁶ e Rodrigo Rodrigues,¹⁷ que em particular durante os anos 40 do século passado deixaram publicados na revista *Insulana* uma série de artigos, designadamente acerca da toponímia da cidade, de enorme relevância.

Com uma visão mais dirigida ao espaço urbano em concreto, devem destacar-se as páginas dedicadas a Ponta Delgada na *Arquitectura Popular dos Açores*¹⁸ e o mais recente texto de José Manuel Fernandes sobre a cidade inserto na *Enciclopédia Açoriana*,¹⁹ bem como a síntese que publica na obra *Cidades e Casas da Macaronésia*.²⁰ Estes trabalhos caracterizam-se por serem mais expositivos do que interpretativos e por seguirem de perto a descrição da cidade, feita por Frutuoso, apoiando-se na bibliografia acima exposta. Apenas Manuel Teixeira e Margarida Valla apresentam uma nova perspetiva, particularizando uma interpretação sobre o que terá sido o embrião urbano inicial.²¹

Resta ainda registar uma fonte essencial ao processo de análise morfológica de Ponta Delgada. Trata-se do conjunto de dados cartográficos e iconográficos do núcleo conhecidos para épocas anteriores ao século XX, um conjunto resumido e seletivo de que, precisamente pela raridade, vale a pena destacar os elementos de maior importância para este trabalho.

“Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Calço da Má Cara”, *Insulana* ... 1947, nº 1, vol. III, pp. 174-175. Humberto BETENCOURT, “Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Aditamento a Água de Pau e Margaça”, *Insulana* ... 1947, nº3 e 4, vol. III, pp. 546-548.

¹⁶ João Bernardo de Oliveira RODRIGUES, “Ponta Delgada”, *Insulana* ... 1946, nº 2 e 3, vol. II, pp. 339-352.

¹⁷ Rodrigo RODRIGUES, “A ermida do paço dos donatários desta ilha, em Ponta Delgada, e a desaparecida igreja de S. Mateus da mesma cidade”, *Insulana* ... 1944, nº 1, vol. I, pp. 61-70. Rodrigo RODRIGUES, “Vária- O licenciado António de Frias e a Rua de Santa Ana”, *Insulana* ... 1944, nº2, vol. I, pp. 290-291. Rodrigo RODRIGUES, “Notas sobre a toponímia de Ponta Delgada”, *Insulana* 1945, nº3, vol. I, pp. 455-456. Rodrigo RODRIGUES, “Domus Municipalis” de Ponta Delgada . Câmara Velha e Câmara Nova”, *Insulana* ... 1946, nº 2 e 3, vol. II, pp. 383-388.

¹⁸ *Arquitectura Popular dos Açores*... pp. 98-101.

¹⁹ José Manuel FERNANDES, “A Cidade de Ponta Delgada”, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 02.09.2011.

²⁰ José Manuel FERNANDES, *Cidades e Casas da Macaronésia* ... pp.185-194.

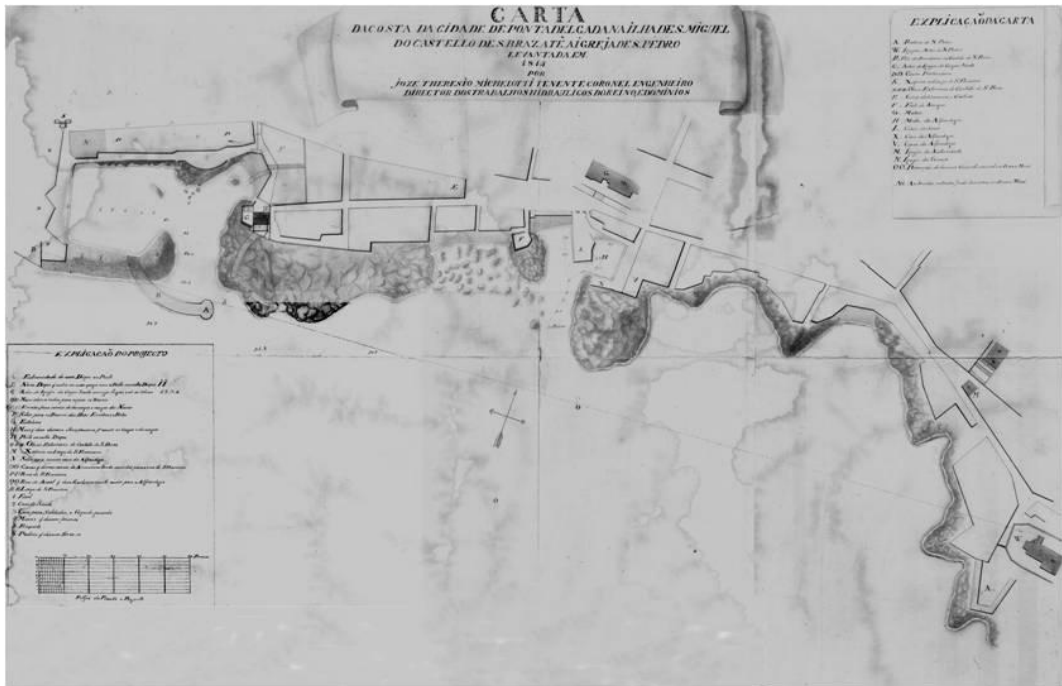
²¹ Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII* ... pp. 54-58, imagens e cartografia entre as pp. 70-82. Referência que se retomará mais adiante quando se tratar a questão do nascimento da vila.

O primeiro levantamento da totalidade do espaço urbano de Ponta Delgada, foi o levado a cabo por António Ferreira Garcia de Andrade em 1831 e do qual resultaram duas plantas da cidade. Uma aguarelada, que é também a mais divulgada, e outra de carácter mais técnico, obedecendo a critérios de representação mais rigorosos, nomeadamente pela informação da escala do desenho. Foi a partir da sobreposição deste levantamento, como primeira referência conhecida à materialidade da cidade, à cartografia atual, que, num processo de decomposição progressiva do espaço construído, se elaboraram os desenhos de investigação morfológica que mais adiante se apresentam e analisam.



Planta da Cidade de Ponta Delgada tirada e desenhada em Setembro de 1831 por António Ferreira Garcia D'Andrade. (digitalização cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada)

Mas há também que referir o levantamento levado a cabo por Jose Therezio Michelotti, cerca de 15 anos antes, incidindo particularmente sobre a costa da cidade. Aliás, o propósito deste levantamento foi mesmo a produção do projeto de um molhe novo junto ao castelo de São Brás e que aparece representado a amarelo naquele que será o desenho final da série, tratando-se os outros desenhos, nomeadamente o que inclui uma parte alargada da malha urbana, de estudos prévios a esse projeto. Estes levantamentos foram no seu conjunto muito úteis à reconstituição, nos desenhos de análise apresentados, da linha de costa anterior aos aterros que vieram regularizar a margem marítima do espaço urbano.



Borão e Carta da Costa da Cidade de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel, do Castello de S. Braz até à Igreja de São Pedro. Levantada em 1814 por Joze Therezio Micjelotti Tenente Coronel Engenheiro Director dos Trabalhos Hidráulicos do Reino e Domínios (digitalização cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada)

Os restantes itens cartográficos que merecem destaque são levantamentos parcelares de áreas de intervenção dirigida. Tal é o caso dos levantamentos do Campo de São Francisco e da Praça e Cais da Cidade, respetivamente datados de 1801 e 1802 e que foram úteis à reconstituição funcional e formal desses espaços, também analisados neste capítulo.

Ao nível da iconografia deve destacar-se a vista da cidade datada do século XVIII que sobressai por ser a representação mais antiga de Ponta Delgada. Esta imagem, de autor anónimo, é seguramente anterior a 1763, ano em que construíram as portas da cidade, ainda não representadas na panorâmica da urbe.

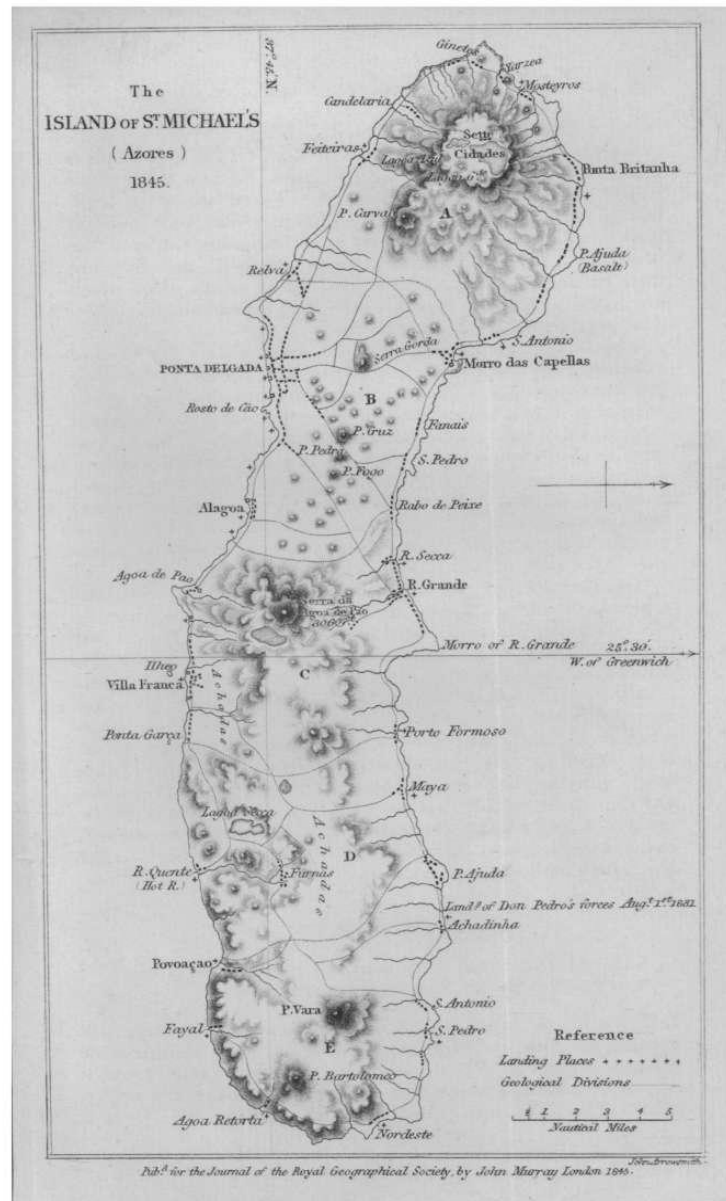


Vista da costa sul da ilha de São Miguel, centrada em Ponta Delgada mas estendida até à Lagoa a este. [antes 1763] (digitalização cedida pela Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada)

Como se vê, ao contrário de Angra e Horta que foram retratadas ainda no século XVI, quando o espaço urbano de Ponta Delgada começou a ser materializado em imagem, estava não só consolidado, como assistia já aos primeiros passos de renovação urbana contemporânea da malha. Na realidade estes elementos cartográficos mostram precisamente a entrada num período áureo em termos de história urbana da já então maior cidade açoriana, tema que ultrapassa cronologicamente o contexto desta tese e que não cabe, por isso, aqui analisar.²² Vale contudo a pena registar como, no que respeita à abertura de novas ruas, ou bairros, o urbanismo respeitará sempre a ordem urbanística ancestralmente imposta, matéria que neste texto se estuda em pormenor, e bem

²² Para uma visão dedicada a Ponta Delgada oitocentista veja-se Nestor de SOUSA, “Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista”, *Revista de Cultura Açoreana*, Casa dos Açores, Lisboa, 1991, n.º3, pp. 137-160. Para uma visão de contexto da cultura material de elite na ilha de São Miguel no século XIX, veja-se: Pedro Maurício BORGES, *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na Segunda Metade de do Século XIX. Através de um dos seus protagonistas*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2 vol.s, Coimbra, 2007. (policopiado)

visível no primeiro levantamento da cidade, nos chamados *forais novos*, as ruas abertas nos limites nascente e poente da cidade.²³



John MURRAY, The Island of St. Michael's (Azores), Journal of the Geographic Society, Londres, 1845. [Imagem orientada a poente]

²³ Sobre o tema veja-se por exemplo: *Arquitetura Popular dos Açores...* p. 100.

2. Ponta Delgada no quadro da ocupação da ilha

A estratégia de povoamento das ilhas fixou-se, força das condicionantes temporais e geográficas, num registo necessariamente experimental. Em consequência disso, o processo de ocupação do espaço conheceu avanços e recuos que deixaram marcas na estruturação do território, em especial nas ilhas de ocupação mais antiga como São Miguel.

O lugar de Ponta Delgada, antes de ser vila em 1499, integrou um primeiro sistema de ocupação do território que se aplicou pela instalação ao longo da costa de diversos assentamentos, que assim experimentavam o sítio e a terra.

Este método reconhecido na generalidade das ilhas do arquipélago fica especialmente evidente em São Miguel, desde logo pela dimensão da ilha mas também pelo grande número de assentamentos que se instalam, particularmente na costa Sul e pela relativa equidistância verificada entre eles. Reflexo da precocidade dentro do contexto da história do arquipélago e demonstrativo da expressão empírica do processo inicial de povoamento e ocupação do território, esses assentamentos realizaram-se no sentido nascente-poente, acompanhando o trajeto de ocupação do arquipélago. Como que a demarcar esse andamento, que em contínuo parte do conhecido (último assentamento) para o desconhecido, criou-se um cordão de ocupação costeira e pontual. Compõem-no de forma ainda hoje visível, a Povoação Velha, Vila Franca do Campo, Água de Pau, Porto Carneiro, Lagoa e Ponta Delgada, todas na vertente sul da ilha.

O gradual conhecimento do território, a ilha/capitania, permitiu que sucessivamente se ajustasse o sistema de hierarquias entre os lugares, ascendendo uns em detrimento e queda de outros. Mais uma vez esta premissa, válida para a análise global das diferentes fases de implementação e estruturação da ocupação humana em todo o conjunto das ilhas, se demonstra em São Miguel e em Ponta Delgada de forma exemplar.

De facto, na ilha do arcanjo, constata-se que ao contínuo processo de ocupação/conhecimento do território se sobrepõe um processo de reorganização hierárquica dos lugares. O exemplo mais antigo e também mais claro é o caso da Povoação, assim denominada por durante um período ter sido “a” povoação da

ilha, passando a Povoação Velha quando a rede de povoados se desenvolveu, obrigando à revisão da sua importância relativa dentro desse sistema hierarquicamente organizado.

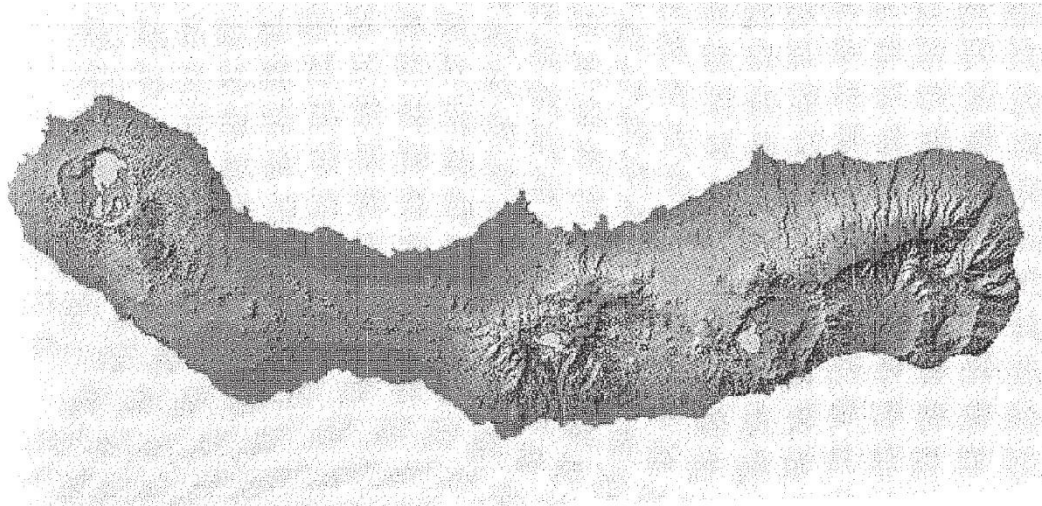
Mas do mesmo modo se pode interpretar a ascensão de Ponta Delgada, que paulatinamente ganhou dimensão física dentro do sistema hierárquico e territorial, passando de conjunto de assentamentos a lugar, assimilando depois funções que lhe permitiram requalificar-se como vila em 1499 e já em 1546 como cidade, num percurso que à frente se observará em pormenor, marcado pelo reconhecimento progressivo do elevado potencial económico e agrícola daquela área geográfica, que se caracteriza como uma enorme extensão de terra fértil, quase plana, que liga a costa sul à costa norte, unindo os dois enormes maciços montanhosos que se distinguem na geografia da ilha – o maciço das Sete Cidades a poente e o do Fogo e Furnas a nascente.²⁴

A estas características acrescenta-se o melhor porto da ilha,²⁵ sendo o porto um equipamento essencial para a sobrevivência dos espaços ilhéus. De resto, foi em função disso mesmo que ainda antes do terramoto e destruição de Vila Franca em 1522, no ano de 1518,²⁶ já a alfândega se mudara, por ordem régia, para Ponta Delgada.

²⁴ Para uma melhor compreensão das condições geográficas da plataforma de Ponta Delgada consulte-se: Raquel Soeiro BRITO, *São Miguel a Ilha Verde ...* e Katharina Elisabeth GYGAX, “Contribuições para a geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta ... pp. 31-34. E ainda João Mora PORTEIRO, “Geografia” na entrada *Ponta Delgada (concelho)*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 26-08-2010.

²⁵ Não obstante quando avaliado à luz das necessidades do século XIX o porto de Ponta Delgada tenha merecido os seguintes reparos de Mouzinho de Albuquerque: “*Se a Ilha de S. Miguel offerecesse aos Navios hum abrigo cómodo, e seguro, a sua posição geográfica, a natureza dos seus produtos, e até o numero, e variedade das suas importações (sic exportações) attrahirão a ela grande cópia de Navios, e traficantes. S. Miguel porem não tem porto, pois tal não se pode chamar o fundeadouro em frente de Ponta Delgada, que desabrigado de todos os ventos dos quadrantes de S. O., e S. E., e mal protegido contra os de N.O., apenas contra os ventos de N. até E. afferece hum abrigo toleravel. Os Navios, que fundêão naquelle ponto, vêm-se obrigados a levantar ferro continuamente, e frequentes vezes no meio de carregações, e descargas, para virem, passados dias de laboriosa bordejação, e ás vezes com grande risco, completar estas operações....*” Luis da Silva Mouzinho ALBUQUERQUE e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro MENEZES, *Observações sobre a Ilha de São Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo ano*, Câmara Municipal da Povoação - edição fac-simile da edição de 1826, 1989.

²⁶ “Alvará de 12 de junho de 1528”, AA... vol. XII, p. 158. O ano foi erroneamente transcrito por Ernesto do Canto, o que prolongou no tempo a interpretação equívoca de que apenas o terramoto de 1522 tinha ditado a substituição de Vila Franca por Ponta Delgada na função de cabeça da capitania.



São Miguel (*Atlas Básico dos Açores*, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, Ponta Delgada, 2004, p. 18)

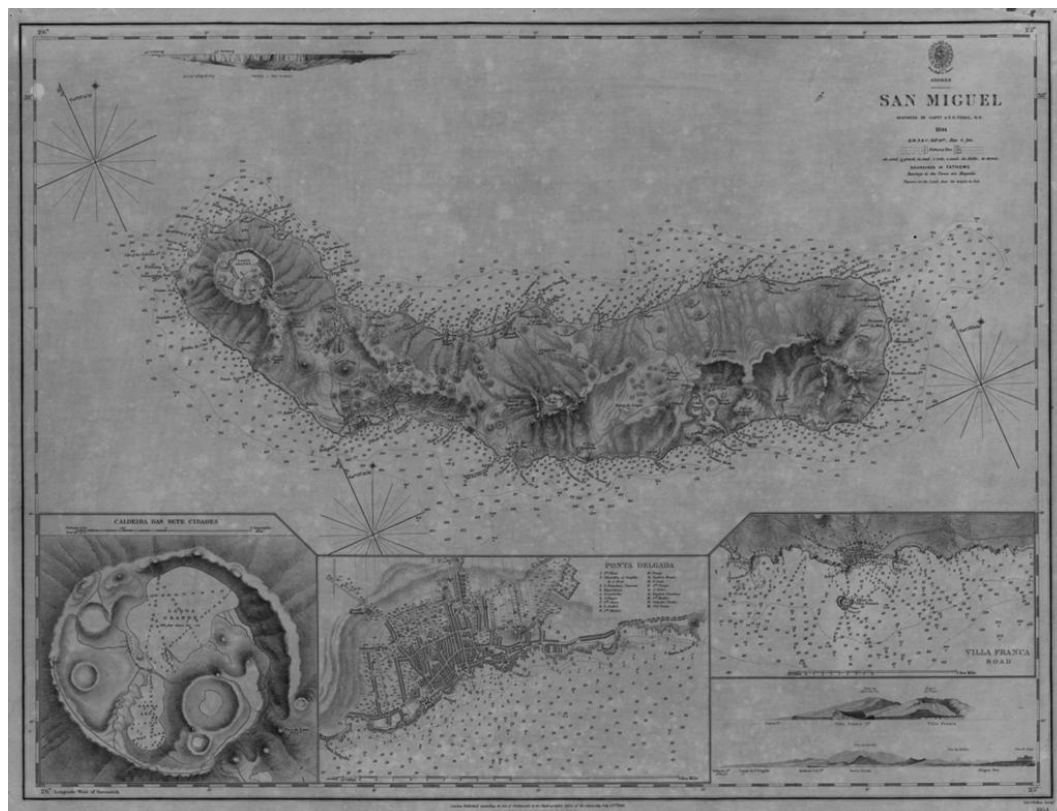
O tema em análise importa substancialmente porque é esta revisão da importância relativa dos lugares dentro do espaço, justificada por uma conjuntura complexa de fatores mais abrangente do que o exclusivo conhecimento do território, como sejam catástrofes naturais ou fatores económicos, que legitima o crescimento urbano de determinada área num dado período e a queda ou suspensão do crescimento de outros sítios. Esta situação é especialmente clara em Ponta Delgada, o que em parte explica a sua forma urbana inicial, condicionando fortemente a evolução da sua morfologia, como adiante se desenvolverá.

Mas importa também, porque aclara a ideia consensual e tantas vezes mencionada, de que o traçado de Ponta Delgada e o traçado divisor do campo em seu redor se continuam.²⁷ Acrescenta-se aqui que, mais do que se prolongarem, as malhas rural e urbana completam-se. Porque Ponta Delgada transforma-se progressivamente no centro nevrálgico de um sistema, como tal, seu representante e imagem. Acima de tudo, realça que esse sistema é de âmbito territorial e só nesse sentido pode ser inteiramente compreendida e explicada a sua forma e funcionalidade.

Esta constatação é atestada não só pela marca física que uniformiza o traçado do espaço territorial disposto acentuadamente no sentido norte - sul, mas também pela utilização que se faz do território gerindo espaços/equipamentos

²⁷ Veja-se por exemplo: *Arquitectura Popular dos Açores...* pp. 98-101.

dispersos, por exemplo com a instalação dos moinhos em espaços externos à vila, onde a força motriz das ribeiras das vilas de Água de Pau e da Ribeira Grande garantia superiores ganhos.



“San Michel”, Captain A.T.E. VIDAL, Royal Navy 1844 ; sculpt. J. & C. Walker. Londres : Hydrographic Office. (digitalização disponível na Biblioteca Nacional Digital)

Outros dados corroboram a existência do sistema territorial aqui sugerido, como seja a utilização do ancoradouro do lugar de Porto Carneiro a sul, como porto da vila da Ribeira Grande situada na costa norte da ilha e com deficientes acessos ao mar.

Esta informação é transmitida por Frei Diogo das Chagas quando menciona a elevação a vila da Lagoa em 1522, referindo que o novo concelho “(...)inclui o lugar de Porto Carneiro que era (é) a porta da Ribeira Grande que não tem na sua costa lugar que sirva de porto.”²⁸ Inscrição que vem confirmar as palavras escritas por Gaspar Frutuoso em finais de quinhentos, onde se lê que no Porto Carneiro “(...) se carrega todo o pão que vai da banda do norte, como da vila da Ribeira Grande e seu termo, como obrigação que têm ali de guarda , sem

²⁸ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 171.

contradição, os despachos que pelos oficiais da Câmara dela vão assinados, porque assim o tem a vila da Ribeira Grande por sentença, em um litígio que sobre isso tiveram.”²⁹

Observa-se, portanto, a instalação de uma estratégia de especialização das várias zonas, que visava otimizar a produção e em que a ilha-capitania aparece como um espaço territorial uno sobre o qual se dispõem funções e atividades e onde os lugares e vilas se entendem não só como aglomerados autónomos mas também, eles próprios, como equipamentos integrantes de um sistema maior que apenas pode ser entendido como uma rede de pontos interdependentes.

É, de resto, dentro desta leitura territorial e funcional em rede da ilha de São Miguel que Ponta Delgada vai ganhando proeminência até ocupar o lugar de vila *cabeça* da ilha.

A sua maior valia no contexto da ilha foi assegurada pela superior fertilidade das terras da sua área de influência mas também e acima de tudo pelo seu porto, que oferecia melhores condições de operacionalidade que o de Vila Franca do Campo, lugar primeiro da *cabeça* da ilha e da capitania a que Ponta Delgada se vem sobrepor.

Para este entendimento abrangente da ocupação terá seguramente contribuído o facto da ilha se ter mantido desde cedo e até tardiamente como uma unidade administrativa única, a capitania, o que permitiu que a colonização se produzisse numa base territorial otimizada e explorada ao seu máximo potencial. Com recurso à referida estratégia de especialização das várias zonas, São Miguel, foi integrando no seu espaço físico um sistema de gestão que conduziu a um programa próprio de ordenamento do território.

3. A malha urbana: Evolução histórico-morfológica

“A nobre e populosa cidade de Ponta Delgada, tão célebre com generosos e poderosos moradores; tão rica, provida e abastada com diversos comércios e grossos tratos de mercadores riquíssimos; tão fortificada com fortaleza, baluartes, e cubelos, tão acrescentada com custosos edifícios e casaria; tão

²⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 166.

religiosa com sumptuosos templos e mosteiros; tão visitada e acompanhada dos naturais da terra; quase sempre tão frequentada de navios e infinita gente forasteira, em todo o tempo – primeiro foi solitário ermo, saudoso lugar e pobre aldeia, e depois pequena vila, a que agora é grande, rica, forte e afamada cidade (...)”³⁰

Com base nesta definidora asserção de Frutuoso, José Damião Rodrigues avançou a explicação do crescimento de Ponta Delgada em *continuum*, acrescentando, no entanto, que: "*Se assim poderá ter sido do ponto de vista do tecido urbano e da complexificação da vida social e económica a autonomização de Ponta Delgada com a outorga do foro de vila em 1499 e posterior confirmação em 1507 representa por um lado a diminuição da jurisdição de Vila Franca e por outro a possibilidade dos moradores do novo município se autogovernarem no quadro das liberdades e privilégios concedidos.*"³¹

Com isto se entende que, apesar da (aparente) simplicidade transposta na expressão da sua malha urbana adiante analisada, Ponta Delgada seguiu na realidade um percurso tortuoso do ponto de vista do seu crescimento administrativo, desde logo pela resistência de Vila Franca, a vila cabeça de capitania, às pretensões do lugar se elevar a vila, mas também pela oposição declarada do corregedor,³² sendo de prever que também o capitão discordasse da ambição.

Lutando pelos direitos que acreditavam ter os "*homens nobres e poderosos que viviam no lugar de Ponta Delgada*"³³ acordaram entre si, conta Frutuoso, após episódios de disputa com Vila Franca, não obedecer mais à primaz e alcançar fazer Ponta Delgada vila. Secretamente enviaram ao reino um dos seus e assim conseguiram que D. Manuel elevasse o lugar a vila no ano de 1499.

³⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 171.

³¹ Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas. Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 39.

³² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 172. Conta o cronista que "(...) *todos os deste acordo [juraram] de o terem em segredo até serem providos, porque além dos de Vila Franca serem contra isso, também o era um corregedor, chamado Maracote que então nestas ilhas residia com alçada.*"

³³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 171.

À vontade dos cidadãos de Ponta Delgada ter-se-á juntado a vontade régia em desenvolver o poder concelhio no arquipélago, de resto integrando o espaço na estratégia maior delineada pela coroa, emergindo assim, no reinado de D. Manuel, na ilha de São Miguel, além de Ponta Delgada também a Ribeira Grande (1507), Nordeste (1514) e Água de Pau (1515).³⁴

Os documentos foraleiros de Ponta Delgada perderam-se, mas deles dão conta as crónicas. Efetivamente, hoje não se conhecem tanto o foral de 1499, que por ser feito em papel se rompeu, como o de pergaminho que “*mandou o mesmo Rei D. Manuel passar (...) feito na vila de Abrantes, onde então estava aos vinte e oito dias de Maio da era de mil quinhentos e sete (...)*” adiantando Frutuoso que desta feita o fez “*(...) com uma légua de termo ao redor(...)*”.³⁵ Chagas, que ainda consultou o documento nos tomos da câmara, transcreve um pequeno excerto do foral de 1507, que confirma o antecessor “*(...) a qual carta acima escrita lhe tínhamos outorgada, e passada que foi feita na dita era, de 499, por ser feita e[m] papel e se rompia, lhe mandamos dar esta em pergaminho, em que lhe damos hua legoa de districto pera sua jurisdição (...)*”.³⁶

A dois de Abril de 1546, menos de meio século passado sobre a elevação do lugar a vila, foi a vez de D. João III, em Almeirim, fazer Ponta Delgada cidade, por estar “*(...) agora tam acrecentada em povoação e asy nobrecyda, que merece bem ser cydade(...)*”.³⁷

A cronologia apertada mostra bem o quão rápido foi o crescimento da urbe que de forma muito célere assume o papel de cabeça da ilha, ao menos do ponto de vista económico e social, já que simbolicamente, pela mudança tardia do capitão para a cidade, essa posição não se tenha verificado tão facilmente.

De facto, apenas em 1587³⁸ o Capitão assenta a sua residência na cidade, com a construção do paço do conde, em lugar proeminente mas não central, em

³⁴ Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas...* p.39. Já com D. João III a Lagoa, também na costa sul de São Miguel passa a vila.

³⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 172.

³⁶ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 152.

³⁷ “Elevação de Ponta Delgada a cidade por alvará de D. João III”, AA... vol. I, p. 323-324.

³⁸ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, p. 41 e p. 45, veja-se também a nota 245 da Introdução.

terras que lhe pertenciam e que, aparentemente, para si havia reservado.³⁹ Para tal terão contribuído vários fatores que conjugados corroboram a tese aqui proposta de que apenas à escala territorial e compreendendo um contexto alargado, São Miguel e os seus lugares, designadamente Ponta Delgada, podem ser histórica e morfológicamente entendidos.

Note-se, por exemplo, o episódio que opôs a câmara de Ponta Delgada ao capitão, na pessoa do seu ouvidor no ano de 1557.⁴⁰ Se é verdade que as discórdias entre a câmara e o capitão refletem a habitual disputa entre o poder senhorial e o poder local generalizado a todas as capitánias, é igualmente plausível depreender-se que Ponta Delgada era mais “território” dos seus cidadãos terrenos do que do capitão. Esta ideia fica particularmente explícita quando se lê numa carta enviada a el-rei pela câmara de Ponta Delgada que: “*Os vereadores e procuradores da Cidade de Ponta Delgada de São Miguel e procurador dos mesteres, fazemos saber a VA que por dúvidas que o Ouvidor do Capitão Manuel da Câmara teve com os oficiais da Câmara desta cidade VA proveu e ouve por seu serviço q o Ouvidor não estivesse na cidade e estivesse em outros lugares da ilha até VA mandar (...)*”.⁴¹

Confirma este documento de meados de quinhentos que a já cidade de Ponta Delgada, seguramente cabeça da ilha, não era ainda sede de capitania, e que o ouvidor do capitão estava mesmo impedido de entrar no circuito urbano, excluindo de certo modo a cidade de Ponta Delgada à alçada do capitão e ao território da capitania, reservando-lhe um papel autónomo não reconhecido para outro lugar das ilhas.

De resto, a situação não seria novidade, segundo atesta Diogo das Chagas, no artigo 3º do seu Espelho Cristalino, onde dá conta da criação do concelho de Ponta Delgada e “*(...) de outras cousas dignas de memória, tiradas [d]os tomos de suas Camaras(...)*”. Pelo que apurou o cronista nesses livros antigos, ainda em 1507 “*El Rey Nosso Senhor , logo no 1º de Julho (...) passou um aluara pollo qual prohibe, que nem os dittos Capitães com seus Ouuidores, nem os Ouuidores sem*

³⁹ Gaspar FRUTUOSO *Saudades da Terra* ... Livro IV, p. 173.

⁴⁰ “Carta a El rei, da Câmara de Ponta Delgada de 27 de Janeiro de 1557”, AA... vol. V, pp. 78.

⁴¹ “Carta a El rei, da Câmara de Ponta Delgada de 27 de Janeiro de 1557”, AA... vol. V, pp. 78.

elles, fossem a ditta Camara senão quando lhe emportar requerer alguma couza ou sendo chamados pellos dittos officiais, e indo acabado o negocio pera que forem, se sahirão logo da Camara e deixirão os dittos officiais fazer seus acordos, sem que os perturbem nem inquietem.”⁴²

Estes factos enunciam alguns pressupostos que ajudarão a compreender a morfologia urbana de Ponta Delgada, nomeadamente que a sua forma e expressão material resulta mais do sistema económico e administrativo que a produziu, do que de um processo fundacional tradicional onde a atuação do povoador, ou seja o capitão da ilha, seria fundamental.



A igreja Matriz de São Sebastião, vista a partir do norte.

⁴² Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* pp. 152-153.

Note-se que, até tardiamente, uma certa distância de Ponta Delgada em relação aos poderes pré instalados permitiu-lhe crescer urbanisticamente de forma autónoma, sem as condicionantes impostas por esses poderes, designadamente ao nível da representatividade. Nesse sentido e ao contrário de Angra, eleita como sede episcopal tendo subjacente o papel de capital das ilhas, e da Horta, bem como da Praia que despontam e crescem como sedes de capitania, Ponta Delgada cresce essencialmente como base organizacional de um grupo de cidadãos que vive de um forte sistema económico e territorial onde outros poderes têm pouco lugar.

Assim, além da matriz, imagem do poder religioso e da casa da câmara e cadeia, representativa do enorme poder dos seus cidadãos, verdadeiros *autores* do lugar, da vila e cidade, apenas existia em Ponta Delgada, no âmbito do poder central, a alfândega, que atestava a importância do poder económico que a sustentava.

3.1. O lugar (de) Ponta Delgada⁴³

A verdade incontestável é que antes de ser vila a zona de Ponta Delgada era já um território “fundado”, um lugar, com ocupação consolidada de forma ordenada pelo que vale a pena, na senda de entender a morfogénese da vila, procurar os princípios que primeiro regeram a sua fundação como “território”.

Para tal há que retomar alguns dos tópicos, nomeadamente as questões respeitantes ao ordenamento do território e ao quadro normativo e regulamentar conhecido para os primórdios da ocupação das ilhas, mas também, fazer o reconhecimento, ainda que breve, do quadro geográfico que acolheu o povoado, isto é, conhecer o lugar de Ponta Delgada.

⁴³ Sintetizado no desenho de análise 5.1.

Mas este não foi o eixo fundamental de estruturação do crescimento, que avançou desde início assegurado pelo caminho paralelo à costa, cuja origem, diretamente relacionada com a normativa imposta ao ordenamento do território, se analisa com pormenor em seguida. Vale contudo a pena notar, desde já, que a linha de água acima referida, serviu de âncora para que nesse preciso ponto da baía assentasse o embrião do núcleo urbano. Com efeito, é nesse ponto médio e em contacto com o mar que se vai instalar a igreja principal do lugar, templo substituído posteriormente pela igreja de São Sebastião e que, segundo se crê, será também o mais antigo da baía, definindo-se desde então este espaço, como o coração da urbe.

No que respeita ao quadro normativo e regulamentar de referência,⁴⁶ as primeiras referências conhecidas à sua aplicação são facultadas por Frutuoso que conta que se deram “(...) *dadas [precisamente] no lugar da Ponta Delgada e no de Água de Pau (...) aos dezasseis dias do mês de Abril de mil e quatrocentos e setenta e dois anos, delas de duzentas delas de cento e trinta passadas de largura, direito para a serra, quanto os possuidores pudessem romper com a condição que a cortassem até cinco anos (...) porque para isso davam as terras, deixando o caminho necessário para o concelho; e, da banda do mar, oitenta passadas, para canadas e pasto dos gados que se ouvessem de criar.*”⁴⁷

Não obstante tratem-se de regras universais a todo o arquipélago, são particularmente perceptíveis neste lugar, onde a geografia serena da envolvente favoreceu a aplicação simplificada do modelo sugerido pela regra.⁴⁸

São três os factos que sobressaem desta citação como relevantes para a análise da estruturação inicial de Ponta Delgada, como elementos reguladores da primeira forma de ocupação do território.

⁴⁶ Tema que se trata em capítulo dedicado na Parte II da tese.

⁴⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 230.

⁴⁸ Para uma compreensão mais precisa da definição de modelo e da possibilidade da sua aplicação veja-se o capítulo intitulado *Espaço-modelo, espaço de abordagem fenomenológica*, e dentro deste em particular o ponto *Espaço-retrato e espaço-modelo* em: Françoise CHOAY, *A Regra e o Modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2007, pp. 149-151.

Desde logo a partição da terra em faixas que se estendem no sentido sul – norte (até à serra) favorecendo a frente de mar como única a que se atribui medida, valorizada que é como *espaço conhecido* em oposição ao interior que além de estar por desbravar pertencia ainda ao *mundo do desconhecido*. É este sentido de orientação que ainda hoje se observa na extensão da malha, na melhor das hipóteses com origem neste sistema distributivo.

Ressalta também o facto de se reservar o espaço de oitenta passadas⁴⁹ ao longo da linha de costa, entre o mar e a frente da dada, esclarecendo o cronista que esse espaço se destina a *canada*, na linguagem local, ainda hoje, o mesmo que caminho e *pasto dos gados*, ou seja, terra baldia de uso comunitário.⁵⁰

Ressalta ainda que sempre que as câmaras necessitem podem requisitar terra para caminho do concelho.

O conjunto das três condicionantes prefigura um primeiro momento de leitura da paisagem construída, onde se lê, respetivamente “*do mar à serra*”, uma franja de terrenos de reserva pública ou baldios, a que se seguem parcelas de largura diversa demarcadas perpendicularmente à costa com limite interior por definir que, por sua vez, podem ser atravessadas e cruzadas por caminhos do concelho que nascerão das necessidades ditadas pelo processo de ocupação em curso.

A forma resultante sugere que o trajeto que nasce da união dos núcleos originais e que estão na origem de Ponta Delgada seja coincidente com esta margem de oitenta passadas, ou sessenta metros.

Como bem se pode observar nos desenhos estas primeiras regras, associadas à geografia física do lugar vieram caracterizar em definitivo a imagem da Ponta Delgada, que como sabemos não nasceu para cidade, e que ainda espelha na sua malha a prévia ocupação territorial e agrícola, regulada por esta normativa simples e eficiente.

⁴⁹ Oliveira Marques na entrada dedicada ao tema “Pesos e Medidas” do *Dicionário de História de Portugal* não inclui nas medidas elencadas a *passada*, inclui, contudo a medida *passos ou passal*, aceitando que *passos* e *passadas* se correspondem fica-se com as duas medidas propostas pelo autor para o *passo* que pode ser *menor* ou *maior* medindo respetivamente 0.7 m ou 1.5m.

⁵⁰ No tempo de D. Beatriz o concelho de Vila Franca terá recebido em carta de dada 100 passos ao longo do mar para caminhos. Informação veiculada por Rute GREGÓRIO, “Formas de Organização do Espaço”, *História dos Açores* ...vol.I, pp. 117-118.



Vista aérea de Ponta Delgada, tirada de poente. [c. 1950]

O espaço físico configurado pela vila de Ponta Delgada, resulta da estrutura viária nascida quando ainda era *lugar*. Isto é, mesmo não se conhecendo documentos comprovativos, é admissível propor que ainda nos últimos anos do século XV o lugar de Ponta Delgada via os percursos que uniam os pontos de povoamento original, as *dadas*, serem progressivamente preenchidos com a ocupação linear em lotes que subdividiam, limitavam, desenhavam e definiam a primeira *rua*, atribuindo, deste modo, consistência ao conjunto formado pelas entidades que eram dissociadas e autónomas - os *assentamentos*, e pelos *caminhos* de ligação entre esses núcleos embrionários. Caminhos esses, estruturados sobre a franja de 60 metros que a normativa dirigida ao território definiu como limite da área comunitária por oposição ao espaço das *dadas* de terra de concessão privada que, para lá desses 60 metros, se estruturava.

Dos ditos *caminhos* continuamente transformados em *ruas* e dos primitivos assentamentos resulta uma entidade una com uma imagem que se estrutura de forma cada vez mais homogénea. A *rua* ganha forma mas também uma dimensão

funcional que vai além da razão primeira da sua existência (junção de dois pontos) alcançando o agregado um carácter eminentemente urbano.

O traçado do *lugar* de Ponta Delgada nasceu então da união de *assentamentos* iniciais, traduzindo-se morfologicamente na rua *corredor* que ocupa paralelamente ao mar a zona ribeirinha da urbe e que ainda rural parte da Ponta da Galé passando pelo *assentamento* das casas de Baltazar Rebelo⁵¹, pela Calheta de Pedro de Teve situada “(...) *depois da casa de Baltazar Rebelo, passadas algumas ruas que vão da principal dar ao mar, [onde] está um pequeno porto de Cascalho chamado Calheta de Pero de Teve, do nome de um homem honrado que ali morava onde hoje seus herdeiros têm suas lustrosas casas (...).*”⁵²

Desconhece-se a cronologia inicial destes assentamentos, mas deduz-se que sejam coevos. Com dimensões diversas e funcionalidades também diversificadas estabeleceram-se ocupando com casas, com capelas ou com atividades produtivas o percurso que estrutura as primeiras vias do conjunto, que por estes assentamentos é formado, numa primeira fase ainda limitados pela regra da margem de reserva pública junto ao mar. Veja-se a esse propósito como hoje as ruas que limitam pelo norte as igrejas de São Sebastião e de São Pedro continuam a definir com extrema precisão uma linha paralela à costa distando sessenta metros desta.

Sobre o conteúdo destas primeiras ocupações sabe-se hoje pouco e a confirmação da sua existência por vezes apenas nos chega pelos cronistas. Além das casas acima citadas por Frutuoso sabe-se existirem outras também aí referenciadas como propriedades privadas e casas edificadas por herdeiros dos primitivos proprietários a quem as terras haviam sido dadas. Algumas dessas referências são respeitantes a propriedades que se localizam ao longo do trajeto linear e paralelo à costa mas além do perímetro urbano, por isso cristalizadas enquanto propriedade rural, menos sujeitas ao processo de transformação do espaço em espaço urbano. São, por isso, a descrição mais aproximada à primitiva forma dos assentamentos iniciais.

⁵¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... livro IV, p. 172.

⁵² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... livro IV, p. 177.

Frutuoso, quando descreve o caminho que sai de Ponta Delgada pelo lado poente, diz que a Relva (freguesia que hoje se segue nessa direção) fica a meia légua da cidade se se seguir pela rocha, acrescentando que se se optar pelo caminho que vai por terra, direto a esse lugar, leva a mesma distância, sendo que, ao longo desse trajeto “(...) *estão feitas as quintas de Francisco Ramalho, de seu sogro Afonso Anes, de João Arruda da Costa e de João Roiz Ferreira, e casas de outros moradores (...)*” termina este parágrafo comparando este trajeto ao percurso que leva de Lisboa a Belém, porque em ambos os casos “(...) *quase tudo é a mesma cidade(...)*”⁵³. Estas afirmações traduzem um espaço continuado, onde os limites do rural e do urbano se confundem, mas acima de tudo, reflete o espaço construído nos finais de quinhentos, quando ainda se liam as marcas de divisão inicial do espaço, que progressivamente se partiu e repartiu, resultando na forma urbana que agora se estuda.

3.2. A Vila⁵⁴

Em 1515,⁵⁵ revelando a pujança do lugar, Ponta Delgada recebe, para integrar o seu termo, os lugares de Feteiras, Mosteiros, Capelas e Fenais, desanexados do concelho de Vila Franca. Em 1518⁵⁶ foi a vez da alfândega se transferir por ordem régia da Vila para Ponta Delgada, onde o porto oferecia melhores condições de operatividade.⁵⁷ Tudo antes mesmo da destruição de Vila

⁵³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro IV, pp. 178 e 179.

⁵⁴ Sintetizado no desenho de análise 5.2.

⁵⁵ “Carta de D. Manuel desanexando os lugares das Feteiras – Mosteiros – Capellas – e Fenaes, do concelho de Villa Franca, e unindo-os ao de Ponta Delgada na ilha de São Miguel, em 8 d’Agosto de 1515”, AA... vol I, pp.63-64.

⁵⁶ “Transferência da Alfândega de Vila Franca para Ponta Delgada”, AA... vol. XII, p. 158

⁵⁷ Sobre a escassez de dados relativos a “*problemáticas associadas às vilas e cidades portuárias da Idade Média (...)* para o caso português.” veja-se Amélia Aguiar ANDRADE, “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica” in *Ciudades y villas portuarias del atlántico en la edad media* (ed. Beatriz Arizaga Bolumburu, Jesús Ángel Solázano), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 57-89. Veja-se, como único trabalho que trata o tema sob o ponto de vista do espaço urbano, Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 338. Trabalho que é tão abrangente em termos cronológicos e geográficos quanto, por isso mesmo, pouco aprofundado na análise que faz aos 35 casos de estudos.

Franca no ano de 1522,⁵⁸ que em definitivo ditou a sua secundarização em relação à florescente Ponta Delgada.

Daqui em diante crónicas e documentos atestam o progressivo e continuo acrescentamento da vila de Ponta Delgada.

Nesse mesmo ano, 1522, por alvará de 22 de Julho, D. Manuel, manda que “(...) todos os moradores da jurdição da Villa de Ponta delgada fossem fintados e pagassem pera as obras da agoa que então se trazia pera a Villa e que a nenhum valesse previlégio que tiuesse(...)”.⁵⁹ Frei Diogo das Chagas, o segundo cronista a descrever o lugar, apurou que até então deviam os moradores da vila servir-se exclusivamente de poços e cisternas, “(...) porque nella [em 1646, ano em que escreve a sua obra] não há outra agoa mais que esta que então traziam.”⁶⁰

São, portanto, ainda estes os canos de que dão notícia os documentos de 1551,⁶¹ 1557⁶² e 1561⁶³ insertos no *Archivo dos Açores*, e que nesses anos continuavam a contar para as imposições, por em permanência precisarem de conservação, mas seguramente também de ampliação já que a vila ia em crescendo. De resto, isso mesmo atesta a obra *Saudades da Terra* onde se lê: “[...] arriba da cidade da Ponta Delgada, perto da fonte de água que vai dali a ela, de cuja frescura (segundo alguns) a melhor que há na ilha, bebem os moradores da cidade e das partes de redor dela, que custou muito levá-la por longos caminhos e alcatruzes, e não custa menos conservá-la.”⁶⁴

Embora não restem grandes evidências no terreno desta rede de distribuição de água ficaram marcas na toponímia, nomeadamente uma rua ainda hoje chamada Rua da Água,⁶⁵ a poente do convento de Santo André e a Rua do Pau do

⁵⁸ Veja-se o relato desta catástrofe em Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...*” Do grande e furioso tremor de terra que houve na ilha de São Miguel, em tempo de Rui Gonçalves da Câmara, quinto capitão dela e segundo de nome, com que se subverteu Vila Franca do Campo, a mais nobre e principal das vilas que nela havia”, Livro IV, pp. 279-286.

⁵⁹ Citado por: Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*p.153.

⁶⁰ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*p.153.

⁶¹ “Petição da Câmara de Ponta Delgada e Alvará de 15 de Maio de 1551 para conservação do cano d’ágoa”, AA ... vol. IV, pp. 60-61.

⁶² “Carta a El Rei, da Câmara de Ponta Delgada, de 27 de Janeiro de 1557”, AA... vol. V, pp.78-80.

⁶³ “Alvará de 3 de Julho de 1561, por que foi concedido à Câmara de P. Delgada o rendimento da imposição, por 6 anos”, AA ... vol. V, pp. 80-81.

⁶⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* livro IV, p.209.

⁶⁵ Amélia ANDRADE, “Conhecer e Nomear: A toponímia das cidades medievais portuguesas” in

Conde. Esta última tirou o nome de uma calha de madeira que transportava, em forma de aqueduto, a água para o Paço do Conde, sistema que era usual na ilha, segundo apurou Humberto de Bettencourt.⁶⁶



Vista sul-norte da Rua da Água

Nem mesmo a peste, que grassou com especial incidência no concelho de Ponta Delgada entre 1523 e 1531, e que obrigou ao isolamento da vila⁶⁷, terá invertido o processo explosivo de desenvolvimento de Ponta Delgada. De que assim foi, dá conta a imediata decisão de construir a (nova) matriz, agora dedicada a São Sebastião em reconhecimento da população ao santo mártir pelo fim da praga.

Nas palavras de Frutuoso, escritas no último quartel de quinhentos, a igreja “(...) é de bom grandor de naves e muito alta, com uma alta e graciosa torre do

Horizontes Urbanos Medievais... p.90. Por Rua da Água era conhecida uma artéria de Leiria medieval, mas era também usual aparecer o topónimo Rua do Cano, dos Canos ou do Cano Real, caso de Braga, Santarém, Torres Vedras e Évora. Consultem-se também as entradas respeitantes a cada uma destas cidades no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas...* 96 p.

⁶⁶ Humberto BETENCOURT, “Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Água de Pau”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1947, nº2, vol.III, pp. 348-350.

⁶⁷ Veja-se em Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* o título “Da peste que houve da ilha de São Miguel, no tempo de Rui Gonçalves da Câmara, quinto capitão dela, segundo de nome” no Livro IV, pp. 298-302.

relógio, junto da capela mor do norte, e outra fortíssima, ainda não acabada para os sinos, pegada com a fronteira da entrada principal, da parte do sul; com ricas capelas de uma e outra parte (...) provida de bons ornamentos de das mais ricas peças de toda a ilha.”⁶⁸



Portal da Matriz de São Sebastião

O cronista descreve em pormenor o processo construtivo da nova igreja, adiantando que existia “*Um poço de água salobra que estava no adro da igreja pequena, que se fez junto da porta travessa da banda do norte, de que dantes, quando não tinham fonte, bebiam os moradores de Ponta Delgada, fazendo-se depois maior a igreja como agora está, ficou dentro nela (...)*”.⁶⁹ Dando ainda conta que em 1533, chegou do reino “*(...) muita pedraria de mármore para os portais e peares(...)*”, as pedras que ainda hoje diferenciam o edifício em terra de construção em pedra de lava preta, mas que também o distinguem como obra, muito provavelmente, régia.⁷⁰ De resto, assim parecem indiciar os factos mais antigos documentados pela historiografia relativamente ao edifício,

⁶⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 173.

⁶⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 174.

⁷⁰ Sobre a questão veja-se nesta mesma tese o que se diz acerca da Matriz da Praia, com data um pouco anterior (1517) mas também guarnecida com portais de mármore.

nomeadamente o alvará de mercê enviado por D. João III a 22 de Agosto de 1532⁷¹ ordenando ao rendeiro das rendas das ilhas a entrega de 400 cruzados para as obras da igreja.

Não cabe aqui analisar com minúcia o processo de construção desta igreja, tão pouco a tipologia e morfologia da obra, trabalho de resto já produzido por Nestor de Sousa,⁷² autor que conclui que a obra decorreu entre 1531 e 1545, sendo que a primitiva “igreja pequena” que a antecedeu, existia seguramente desde 1514, ainda que haja um documento testamentário de 1504⁷³ que já alude ao templo, não ficando contudo claro se o edifício já estava construído.



Gaveto da R. dos Mercadores com a R. da Misericórdia e Gaveto da R. Ernesto do Canto com a R. dos Clérigos

Ainda antes de avançar a ocupação para o interior, desenhando no seu traçado caminhos de penetração no sentido do norte, a urbe duplicou pontualmente a rua original que estruturou a sua forma enquanto *lugar*.

De facto, como bem se observa no desenho em análise 5.2, não ao longo de todo o comprimento da vila, mas em alguns pontos que se evidenciam da malha, o primitivo eixo paralelo ao mar bifurca-se, formando fusos sucessivos de duas ruas que dão corpo à primeira fase de crescimento e estruturação viária da vila.

Este esquema de ruas mantém a morfologia observada na primeira fase de crescimento, de carácter essencialmente linear e paralela à costa, agora marcada não só pela duplicação da rua mas também por espaços de contacto pontual com o

⁷¹ “Alvará concedendo 400 cruzados para as obras da Igreja de São Sebastião”, AA... pp. 49-50.

⁷² Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...*pp.97-126.

⁷³ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...*p.97.

mar, aproximadamente equidistantes e onde se implantam os principais equipamentos urbanos, desta forma articulados entre si. Refiro-me concretamente à praça-porto e adro da igreja principal, ao centro, a nascente deste conjunto o adro de São Pedro também ele associado a um pequeno ancoradouro,⁷⁴ ao qual se segue a Calheta (Pero de Teve) limite nascente da vila, enquanto para o lado poente existe o Campo (de São Francisco) cuja margem foi sempre um local privilegiado de contacto com o mar.⁷⁵



A Calheta Pero de Teve antes dos aterros.

Observa-se no desenho em análise e comprovam-no os factos históricos, que a partir de um centro difusor, a praça-porto que se configurou no cruzamento da primitiva linha de água com o caminho estruturante paralelo ao mar, instalam-se não só os mais importantes equipamentos como aqueles a que se reconhece maior antiguidade.

Desde logo a igreja, depois erigida em matriz do lugar, ocupando o espaço central, mas também a misericórdia, criada em tempos primevos do lugar e

⁷⁴ Diz Frutuoso que junto à paróquia de São Pedro “(...) está uma ponta pequena ao mar, de penedia, à maneira de cais (...) onde embarcam e desembarcam algumas pessoas para irem a outras partes da ilha e fora dela.” Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 177.

⁷⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 178.

demolida no século XIX,⁷⁶ se localizou desde sempre no quarteirão situado a nordeste da igreja.⁷⁷ Note-se como também o poço, segundo atestam os cronistas e a documentação, a única água “*de que bebiam*” os moradores de Ponta Delgada pelo menos até findar o primeiro quarto de quinhentos, se localizava precisamente no adro desta igreja.



A Rua dos Mercadores vista do poente.

A estes juntou-se desde 1518 a alfândega, do lado sul junto ao porto e em frente à igreja a câmara, sobre a qual restam poucas informações além da sua localização, fornecida por Frutuoso.

É ainda de assinalar que a análise toponímica indicia que o sector para nascente da praça e igreja (matriz) ter-se-á firmado urbanisticamente primeiro. Note-se como ainda hoje a rua mais chegada ao mar no troço imediatamente anterior à matriz se denomina Rua dos Mercadores,⁷⁸ topónimo característico da

⁷⁶ Em 1515 a Misericórdia estaria já em pleno funcionamento, veja-se, Isabel Soares de ALBERGARIA, “A Igreja da Misericórdias de Ponta Delgada. Considerações em torno de um monumento perdido”, *Arquipélago. História*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2009, vol. XIII, 2ª série, pp. 21-48, em especial p. 27.

⁷⁷ Em 1527 entregava o ouvidor à misericórdia, depois de formalizado o pedido, terra para adro. “Pedido de adro para a Misericórdia de Ponta Delgada” in *AA...* vol. XIV, p. 228.

⁷⁸ Sobre as potencialidades da análise toponímica no estudo da urbanística veja-se Amélia

parte mais consolidada das urbes, onde o comércio, catalisador do desenvolvimento urbano, se instala. Por outro lado, ultrapassada a matriz pelo lado sul em direção a poente, no mesmo alinhamento da Rua dos Mercadores, fica a Rua da Carreira (dos cavalos), hoje Rua de Santa Luzia, equipamento que habitualmente se situava em espaços limítrofes do espaço urbano, pelos inconvenientes que a sua utilização, correr cavalos, implicava.



Passagem da Rua dos Mercadores para a Rua da Alfândega.

Assim, é de acreditar que a rua única paralela à costa se duplica, primeiro no sentido nascente⁷⁹ a partir da matriz, desdobrando-se em Rua da Misericórdia e Rua dos Mercadores, e só depois para poente em direção ao campo de São

ANDRADE, “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 83-96. Sobre a hierarquização viária e relevância do topónimo Rua dos Mercadores veja-se em particular as pp. 88-89 da obra citada. Sobre a hierarquização e significado da terminologia aplicada ao espaço público na Idade Média veja-se também, Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora”, *O Ar da Cidade: Ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 177-191.

⁷⁹ Manuel Teixeira e Margarida Valla em o *Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII*, propõem uma explicação alternativa para o processo morfológico fundacional inicial, reconhecendo contudo que ao longo da costa se estabeleceu um caminho desde os primeiros momentos do povoamento do lugar. Veja-se Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 54-58, imagens e cartografia entre as pp. 70-82.

Francisco onde apenas em 1525 se instalam os franciscanos.⁸⁰ Desta feita duplicando-se nas paralelas, rua da Cadeia (hoje Rua Açoriano Oriental) e na referida Rua da Carreira (hoje Santa Luzia). Existe ainda uma terceira bifurcação, para nascente das duas anteriores, na zona da igreja de São Pedro, outro dos pontos de contacto com o mar. Trata-se da atual Rua Ernesto do Canto e da Rua dos Clérigos que partem da rua única que vem da Calheta e se reúnem de novo no atual largo Camões.



Bifurcação entre a Rua dos Mercadores e Rua da Misericórdia à direita.

É de notar que no quadro da urbanística portuguesa estas ruas, na verdade “ruas diretas” que uniam os diversos assentamentos e polos de crescimento, foram em diversos momentos da sua evolução designadas por “ruas direitas”. Nomeadamente a atual rua João de Melo Abreu, um troço do primitivo caminho do lado nascente da vila, foi conhecida por “*Rua Direita que vai para a Calheta*”.⁸¹ A atual Rua do Calhau, uma outra bifurcação da rua principal, que desvia até ao mar junto a São Pedro, foi sucessivamente conhecida por Rua abaixo

⁸⁰ A informação é comprovada por Nestor de Sousa que publica o documento de doação da terra. “doc. 16 Cessão de posse da Ermida de Nossa Senhora da Conceição, feita pela Câmara de Ponta Delgada aos franciscanos, para início do seu convento, 20-7-1525”, Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* pp. 305-306, veja-se também na mesma obra pp. 187-197.

⁸¹ Nestor SOUSA, *A arquitectura religiosa ...* p. 35 e nota 128.

de São Pedro, Rua Direita de Baixo e Rua de Baixo,⁸² dando conta do esquema compositivo habitual nos processos de crescimento urbanístico que se estruturam a partir de uma rua principal. No extremo urbano aposto a este, a poente, o prolongamento da atual Rua do Açoriano Oriental, antiga Rua da Cadeia, denominou-se “*Rua Direita que vai para São Francisco*”.⁸³



A antiga Rua direita para São Francisco, aqui vista partir do Campo. Atual Rua Luís S.de Sousa.

Vale por fim, fazer realçar que no período em análise e representado pelo desenho se começa a conformar o Campo⁸⁴ no extremo poente da urbe, espaço, que pela sua dimensão, desde tempos primevos da vila, se evidenciou no contexto desta malha urbana que se manteve muito contida na escala, usando com parcimónia a área destinada a uso urbano. Fenómeno ainda hoje observável na estreiteza das ruas e dos lotes, por ventura consequência do sistema económico de base agrícola que preferia reservar a terra, quase exclusivamente para esse fim.

⁸² Nestor SOUSA, *A arquitectura religiosa...* p. 33.

⁸³ Nestor SOUSA, *A arquitectura religiosa...* p. 43.

⁸⁴ Veja-se a propósito do topónimo *campo* as observações de Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* na rubrica dedicada ao estudo dos rossios, terreiros e campos, pp. 722-727.



Vista do campo de São Francisco, já com o edifício conventual transformado em Hospital, e o espaço tratado como jardim público, com arborização, coreto e bancos.

Este espaço foi enformado pelo convento de São Francisco, o primeiro convento masculino da urbe, construído depois de 1525⁸⁵ em terrenos e ermida situados no limite poente do lugar e que foram oferecidos pelo concelho aos frades, edificado, segundo opinião dos cronistas,⁸⁶ à custa do povo auxiliado por nobres; e pelo convento da Esperança, este construído a partir de 1535⁸⁷ no topo Norte. Até meados do século XVII foi também conhecido por Campo da Conceição,⁸⁸ em razão do orago da ermida também adotado pela igreja franciscana.

Além destas referências, sabe-se pouco acerca do processo de conformação deste espaço. Desde logo desconhece-se com que estatuto se reservou tão grande porção de terra, mas o Campo era o limite urbano antes mesmo da instalação dos

⁸⁵ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa ...* pp. 305-306, veja-se também na mesma obra pp.187-197.

⁸⁶ Veja-se Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*p.151, Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de São João...* vol. II, pp.67-68.

⁸⁷ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...* pp. 209-211.

⁸⁸ Por campo da Conceição aparece referenciado em documento de 1554. “Carta a El-Rei por Gaspar do Rego Baldaya, em 1554, fazendo vários pedidos e queixas do Dr. Manuel Alvares”, AA, vol. I, p.233.

conventos, o de São Francisco e o da Esperança, correspondendo muito provavelmente este espaço, porventura até mais extenso, ao rossio da vila. Esta dedução fundamenta-se nos documentos citados por Rute Gregório que atestam a dada de chãos urbanos em sesmaria, pelo ouvidor do capitão, no rossio de Ponta Delgada⁸⁹ no ano de 1500, data anterior, portanto, à fundação do convento de São Francisco (1525).



Convento da Esperança no topo norte do Campo.

À parte disso pouco mais se pode adiantar, por ser documentação ímpar para Ponta Delgada, mas acima de tudo por tratar-se de um universo demasiado curto para conclusões mais demoradas. A entrega de sete chãos, com 30 por 15 côvados, apenas comprovam que também à escala do quarteirão e do lote, existia desde tempos antigos da vila, fundada em 1499, um ano antes da entrega destes chãos, regulação dos procedimentos de ordenamento urbano e que essa função cabia ao capitão.

⁸⁹ Rute GREGÓRIO, “Formas de Organização do Espaço”, *História dos Açores ...* vol. I, pp. 117-118.

Por fim, não deixa também de ser interessante notar-se, a partir do desenho de análise que sintetiza esta fase de crescimento da vila que esta é, na realidade, a estrutura que Frutuoso fixou resumidamente na primeira parte da sua invocação da cidade quando comentou que “(...) *posto que no princípio e no fim tem só uma rua(...)*” acrescentando em seguida o que foi a fase posterior de crescimento “(...) *pelo meio tem três, quatro, cinco e seis, atravessadas de norte a sul, em sua largura, com mais de dezasseis notáveis ruas, afora muitas azinhagas e becos e outras ruas menos principais e cursadas.*”⁹⁰ Ou seja, o corpo urbano correspondente ao momento de elevação de Ponta Delgada a cidade e que em seguida se trata.

3.3. De Vila a Cidade⁹¹

Uma delimitação a norte do primeiro sistema surgiu com uma nova rua que, como o caminho da costa, também unia a Calheta de Pero de Teve ao Campo de São Francisco, conformando-se em data que não se pode precisar mas ainda na primeira metade do século XVI. Porém há que distinguir que esta segunda rua vem morrer no Campo, enquanto a primeira se prolonga além do perímetro urbano continuando o caminho junto ao mar.

Esta via, em arco acentuado, ajustou-se primeiramente como uma cintura do espaço urbano e transformou-se progressivamente numa das principais ruas de Ponta Delgada, sendo isso testemunhado pela toponímia. Apesar de ser um trajeto contínuo e sem bifurcações parece nunca ter tido uma designação única para toda a sua extensão. Veja-se como a Rua do Peru, no lado nascente do percurso, cuja designação já existia no século XVI,⁹² foi sintomaticamente conhecida também por Rua de Cima.⁹³ Frei Diogo das Chagas⁹⁴ anotou que a Ermida de São Brás, que se sabe ter sido transferida do campo de São Francisco para o troço poente

⁹⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro IV, pp. 172-173.

⁹¹ Sintetizado nos desenhos de análise 5.3 e 5.4.

⁹² “Correição na Câmara de Ponta Delgada, de 1584”, AA... vol. V, pp. 92-94.

⁹³ Francisco Afonso de Chaves e MELO, *A Margarita Animada* (edição comentada e anotada por Nuno Pereira e Hugo Moreira), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 132.

⁹⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino...* p. 189.

desta rua, em 1584, ficava na Rua Direita. Posteriormente, com a fundação do convento de São João, em 1595, cuja portaria dava para essa rua, o troço entre a Rua do Peru e a Rua Direita (de São Brás) passou a designar-se por Rua de São João. São designações algo tardias, mas que não invalidam a precedente consolidação da rua, antes corroboram a sua progressiva ascensão hierárquica.



Dois troços da Rua Direita que une a Calheta ao Campo

Esta nova via, em conjunto com a primitiva artéria paralela à costa, desenha um fuso cujos limites são a Calheta e o Campo de São Francisco, fuso esse que foi sendo sucessivamente preenchido por ruas “*atravessadas de norte a sul*”⁹⁵ e que vieram estabelecer ligações entre o novo limite urbano a norte e a marginal há muito estabelecida a sul. Contudo, estes atravessamentos que existem ao longo de todo o fuso, são mais densos na zona da matriz, que foi, como se sabe, desde muito cedo o coração da urbe.

Nos desenhos de análise que auxiliam este texto, particularmente no desenho 5.3 observa-se com clareza que os primeiros caminhos a despontar no sentido do interior foram precisamente os mais próximos do adro norte da matriz, sendo que as fontes disponíveis permitem estabelecer a sequência cronológica com que se arrumaram.

A primeira foi a rua de Pedro Homem, assim chamada pelo menos desde meados de quinhentos⁹⁶ mas aberta sobre o trilho que se estabeleceu com a génese

⁹⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV, p. 172.

⁹⁶ Segundo Gaspar Frutuoso, Pero Homem, morador na cidade de Ponta Delgada, em 1561, com outros cidadãos do lugar, largou a mando do capitão, perdizes na envolvente de Ponta Delgada. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV, p. 312-313. Já, Falcão Afonso, sem contudo

do núcleo, acompanhando a linha de água pré-existente. Esta rua no seu troço sul, entre a Rua Direita e o adro da matriz, chama-se hoje Rua Hintz Ribeiro, e caracteriza-se por ser um alinhamento contínuo, prolongando-se “do mar à serra”.



Rua Pedro Homem (setor norte) e Rua Nova, atual António José de Almeida.

Ainda antes de 1514, abriu-se a Rua do Valverde,⁹⁷ atual Manuel Inácio Correia, que se prolonga para norte pela Rua dos Manaias, e que, por sua vez, foi também conhecida por Rua Nova de Santo André,⁹⁸ assim batizada depois de construído o convento a partir de 1567, provavelmente quando o caminho que aí já existia ganhou a configuração de rua. Frutuoso, sem avançar com datas precisas, deixa claro que esta fiada de ruas (as atuais Manuel Inácio Correia e Rua dos Manaias) formou-se enquanto unidade desde cedo, fenómeno facilitado por pertencer toda a rua ao mesmo dono, Aires Pires Rodovalho que nas palavras expressivas do cronista “(...) *possuiu a rua de valverde (...) do mar à serra*

citar fontes, assegura que em 1593 a câmara de Ponta Delgada concedeu a Pedro Homem um anel de água, o mesmo privilégio concedido ao capitão D. Rodrigo Gonçalves da Câmara. Carlos Falcão AFONSO, *Ponta Delgada, Vandalismo ou Desenvolvimento?*, Ponta Delgada, Câmara Municipal, 2007, p. 59

⁹⁷ Como atesta uma escritura de venda feita nesse ano de uns chãos “*em V^a de Ponta Delgada, na Rua do Ververde*”. Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p. 39, e nota 183.

⁹⁸ Como aparece nomeada no testamento de Aires Pires Rodovalho citado por Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 94.

(...).”⁹⁹ Pelo que este alinhamento é, na maior das hipóteses, uma evidência que permaneceu no tempo (e no espaço) como memória do processo inicial de distribuição de terras que favorecia precisamente a formação de propriedades estreitas e bastante longas, como se deixou explicado atrás.

Em 1554 abriu-se a Rua Nova,¹⁰⁰ na época conhecida por Rua Nova da Matriz e hoje Rua António José de Almeida. Foi das três que partem da matriz a última a ser aberta, num processo que atesta bem o crescimento exponencial, desde 1546, da, a partir daí, cidade de Ponta Delgada e como ainda hoje evidencia o território.

De que assim foi, mostra a leitura sequencial dos desenhos de análise, observando-se como em cerca de meio século se procedeu ao total preenchimento com mancha construída do fuso descrito no início desta rúbrica. Os desenhos reforçam também que a rua aberta a norte, e que delimita o fuso por esse lado, a rua direta da Calheta ao Campo, se configura como uma verdadeira fronteira entre espaço urbano e espaço rural, não obstante essa qualidade ter durado pouco tempo, já que a malha avançou em crescendo contínuo até ao final do século XVI com o tecido urbano a ultrapassar esse limite, prolongando-se para Norte sobre o território agrícola próximo.

Se do ponto de vista da densificação da malha urbana fica clara e justificada a ascensão de Ponta Delgada a cidade, traduzindo, de resto, o forte crescimento demográfico que motiva D. João III a conceder-lhe esse título, como expressa o diploma régio joanino quando diz “(...) *vemdo eu como a villa de Pomta Dellgada da ilha de Sam Miguel he agora tam acrescemtada em pouoação e asy nobrecyda, que merece bem ser cydade (...)*”,¹⁰¹ no que respeita a melhoramentos ao nível da qualificação arquitetónica e do espaço público, nomeadamente pela introdução de equipamentos e infraestruturas, como sejam conventos e estruturas fortificadas, será preciso avançar pela segunda metade do século XVI para se encontrarem determinações com expressão material a esse nível.

⁹⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 93.

¹⁰⁰ Como atesta um documento notarial de 1554 onde aparece como “*rua nova que ora se abriu*”. Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p. 39 e nota 182.

¹⁰¹ Elevação de Ponta Delgada a cidade por alvará de D. João III, AA... vol. I, p. 323-324.

3.4. A cidade¹⁰²

Quando Frutuoso escreve a sua crónica (c.1580-1591)¹⁰³ o forte de São Brás estaria já terminado, julga-se que desde 1580.¹⁰⁴ Disso mesmo dá conta em diversos momentos do seu discurso, em particular quando descreve a costa da cidade, a única parte que acabou pontualmente fortificada, como, de resto, já se viu ser a prática recorrente nas ilhas.¹⁰⁵ Diz o cronista que a “(...) *Fortaleza está provida de furiosa e temerosa artilharia (...)*” não se estendendo muito em considerações sobre a sua forma, adiantando apenas que tem “(...) *grande poço de água salobra e uma cisterna (...) muito custosa, formosa e boa, e de muito artifício, que dentro ordenou fazer-se o insigne mestre de campo Agostinho Inhiguez, que nesta ilha governou gente de guerra, que nela ficou para conquista da Terceira [em 1582] que leva (...) mil e duzentas pipas de água (...) que se toma dos telhados das casas que dentro tem (...)*”.¹⁰⁶

Sobre os primórdios desta fortaleza dita de São Brás, sabe-se que o processo começou a meados do século XVI, depois da coroa ter mandado “(...) *que se tomassem huas certas medidas no porto desta cidade de Ponta Delgada, da Ilha de São Miguel, pera se fazer uma fortaleza pera guarda do dito porto (...)*”.¹⁰⁷

A 23 de Março de 1551 escrevia o ouvidor ao rei, informando que “(...) *as quais medidas se tomaram perante os juízes e vreadores e muita parte do povo, estando eu presente, e se fizeram conforme ao matiz que Manuel Machado levava, por quem o mandou fazer, e nam leva duvida nhum que aja mister outra declaração mais que a que pello matiz claramente consta (...)*”. De seguida, avisa o ouvidor “*crea VA que he muito neçessario fazer-se loguo a dita fortaleza, e mandar alguma artilharia pera defensão dos navios que surgem no porto, porque depois que se escreveo a VA sobre esta fortaleza vierão aqui por duas ou três*

¹⁰² Sintetizado no desenho análise 5.5.

¹⁰³ Luís ARRUDA, *Gaspar Frutuoso* in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 04.08.2011.

¹⁰⁴ Nesse ano termina na ilha os seu mandato Pedro de Maeda, mestre das obras reais desde pelo menos 1567.

¹⁰⁵ Excetua-se o caso da Praia da Terceira, tema que se desenvolveu em capítulo próprio.

¹⁰⁶ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p.178.

¹⁰⁷ “Carta a El rei, sobre as medidas e risco da fortaleza de Ponta Delgada, de 23 de Março 1551”, AA... vol. II, pp. 18-19.

*vezes ãos francezas e tomaram alguns navios, em que tomarão hum com vinte e sete pessoas, em que entravão nove mulheres, do qual navio e gente não há nova e há mais de dez meses que o tomaram.”*¹⁰⁸

Como se vê pelo documento agora citado o primeiro responsável técnico foi Manuel Machado¹⁰⁹, a quem o rei encomendou o “*matiz*” do plano, desenho que serviu para que no local se apontassem as medidas, estabelecendo as devidas demarcações.

Logo no ano seguinte, no mês de Outubro, deslocou-se às ilhas Isidoro de Almeida. Segundo se apura pela carta enviada pelo rei a Pero Anes do Canto, provedor das armadas, a visita começou nesse mês pela Terceira, partindo depois, o engenheiro e Manuel Álvares, enviado do rei, para as restantes ilhas como mandava a coroa: “*E por que mando ao dito Manuel Alvares e ao dito Isidro d’Almeida que tanto que tiverem acabado de ver convosco toda a ilha se partam e vejam, por a dita maneira as outras ilhas dos Açores (...)*”¹¹⁰

Informação confirmada por Frutuoso que a propósito conta que em 1552 o capitão Manuel da Câmara, há muito a viver no reino, volta à ilha de São Miguel “*(...) por mandado do rei (...)*” que “*(...) temendo que os luterano cossairos saqueassem esta ilha e outras, determinou mandar fazer nelas alguns fortes, querendo que os Capitães residissem em suas terras (...)*”¹¹¹ Adiantando em seguida que o capitão “*Desembarcou no lugar dos Mosteiros (...)* [e] *Trazia em sua companhia ao doutor Manuel Álvares, que fora corregedor nesta ilha, com armas para a gente e com carregamento de fazer o primeiro lançamento de trinta e três mil cruzados, sendo avaliadas todas as fazendas de Sua Alteza, para se pagar a artilharia que trazia e se começar uma fortaleza nesta ilha, cuja traça havia de*

¹⁰⁸ “Carta a El rei, sobre as medidas e risco da fortaleza de Ponta Delgada, de 23 de Março 1551”, AA... vol. II, pp. 18.

¹⁰⁹ Veja-se a entrada dedicada a Manuel Machado em Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos ...* vol. II, pp. 111-113. Mas a mais antiga referência que se encontra a este mestre-de-obras açoriano, inscreve-se nas *Saudades da Terra...* Livro IV, pp. 190, trata-se da encomenda para a construção de uma capela e de um portal no mosteiro de Jesus da Ribeira Grande de São Miguel, no ano de 1545. Segundo relata Frutuoso “*(...) D. Margarida de Betencor [e o marido] fizeram partido com Manuel Machado, mestre de obras filho de Afonso Machado, de lhe fazer uma capela de abóbada, com seu corochéu alto e um portal da igreja do Bom Jesus do dito mosteiro, por oitenta e cinco mil réis, aos dezasseis dias do mês de Março do dito ano (...)*”

¹¹⁰ “Carta d’Elrei de 18 de Outubro de 1552 - Defesa contra os corsários na Terceira, 18 de Outubro de 1552”, AA ... vol. XII, pp. 417.

¹¹¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 311.

dar um Isidoro de Almeida, discretíssimo, douto e curioso homem, que, então, andava compondo um livro “De Condendis Arcibus”; e vinha com o dito Capitão, ele e um seu irmão, Inácio de Gouveia, também de raro engenho e descrição.”¹¹²



Forte de São Brás, vista do lado poente.

À parte da informação registada nas *Saudades da Terra* não se conhece qualquer documentação que permita aferir com maior pormenor sobre a intervenção de Isidoro de Almeida¹¹³ no processo que estava já em curso em São Brás. Porém, sobre a atuação de Manuel Machado na fortificação de Ponta Delgada, Sousa Viterbo¹¹⁴ transcreve dois documentos bem elucidativos, que

¹¹² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 311.

¹¹³ Rui Carita admite que o primeiro plano da fortaleza da autoria do mestre regional em 1551 terá sido no ano seguinte alterada por Isidoro de Almeida, concluindo que Manuel Machado terá conduzido até à chegada de Almeida os trabalhos de terraplanagem. Rui CARITA, “Ponta Delgada e os Problemas de Defesa nos Séculos XVI e XVII, os militares e os jesuítas”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999, pp. 67-88.

¹¹⁴ Veja-se a entrada dedicada a Manuel Machado em Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos ...* vol. II, pp. 111-113.

incluem referências a adendas possivelmente já feitas por Almeida ao projeto inicial de autoria local.

O primeiro documento data de 12 de Dezembro de 1553, posterior portanto à visita de Isidoro de Almeida. Trata-se de uma carta régia ao capitão da ilha, Manuel da Câmara,¹¹⁵ onde se dá conta de um aditamento ao projeto, tratando ainda de outros assuntos relativos à construção, designadamente relativos à insubordinação dos serventes da obra, mas também relacionados com os “(...) *inconvenientes que os oficiais e moradores da cidade de Ponta Delgada dessa ilha punham a que se faça a obra do Porto de São Brás (...)*” que complementariza o projeto da fortaleza, mas que também a encarecia.

O aditamento tenta colmatar parte dos problemas. Afirma o rei que avaliadas as informações previamente enviadas pela câmara “(...) *e as mais informações que sobre isso mandei tomar ouve por meu serviço que a dita obra se fizesse por ser mui necessario ao nobrecimento e fortificação da dita cidade, contando que se recolhesse o molhe que se faz no dito porto mais para dentro do que ia assinado na traça que levou Manuel Machado, mestre da dita obra, do qual recolhimento mandei fazer traça que hora leva o dito Manuel Machado (...)*”.¹¹⁶ Dando assim conta de uma primeira alteração ao projeto, quem sabe já sob influência de Isidoro de Almeida.

Pelo que se entende deste documento, a obra principiou pelo molhe e ancoradouro de São Brás, não estando ainda iniciada a do forte propriamente dito. De que assim é dá notícia a mesma carta, um pouco adiante, quando manda que entretanto se “ (...) *faça uma estância de pedra ensonsa para guardar a artilharia à ponta de São Brás.*”¹¹⁷

¹¹⁵ Registe-se que Manuel da Câmara estava no reino e apenas regressa à ilha em 1552, de modo a acompanhar Isidoro de Almeida e Manuel Alvares na vistoria à costa da ilha. Veja-se Cesar SUPICO, “O Castelo de São Brás e Ponta Delgada”, AA..., vol. IX, pp. 160-182, em especial p. 170.

¹¹⁶ “Excerto de carta régia a Manuel da Câmara”, Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros ...* vol. II, p. 112. Note-se como já na Praia, e depois da visita de Isidoro de Almeida, o capitão informa o rei que adiantará o plano previsto com o engenheiro com a construção de uma estância em madeira. “Carta a Elrei, do capitão da Villa da Praia, sobre corsayros francezes e necessidade de munições: 2 de Setembro de 1553”, AA ... vol. IIX, p. 418.

¹¹⁷ “Excerto de carta régia a Manuel da Câmara” in Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e*

Se em 1551, como comprova a carta do ouvidor atrás citada, se compreendia na ilha e na vila ser muito necessária a construção da fortaleza, iniciados os trâmites burocráticos e administrativos começaram também as dúvidas, desde logo pela taxa imposta para custear a obra e com a qual, naturalmente, discordava a população. Logo em 1553, ano em que se deu início à imposição,¹¹⁸ começam os protestos, como informa a carta régia de 12 de Setembro, analisada nos parágrafos anteriores. A imposição administrada por Manuel Alvares visava arrecadar 30000 cruzados, valor em que se havia orçado a obra, sendo que para “(...) *menor opressão das partes (...)*” se decidiu dividi-la por três partes iguais.



Plano do molhe e caldeira do areal do Castelo de São Brás, 1804. (Reproduzido em, Rui Miguel Goulart de ALMEIDA, *Território e Paisagem na Ilha de São Miguel...* p. 94)

Documental dos Arquitectos Engenheiros ... vol. II, p. 112.

¹¹⁸ Como comprova o alvará de 12 de Dezembro de 1553, inserto na folha 169 vº do Livro Velho dos Registos da Câmara de Ponta Delgada e citado por Cesar SUPICO, “O Castelo de São Brás e Ponta Delgada”, AA..., vol. IX, pp. 160-182, em especial p. 170. Manuel Alvares, ficou ainda encarregue de estabelecer imposição de 2% sobre o valor do açúcar e pastel que se exportar, para aplicação na defesa da ilha.

Assim, em Novembro de 1554, é ao juiz de fora que cabe arrecadar a segunda parte da imposição. Isso mesmo comprova a *Provisão para o Licenciado Lourenço Corrêa, Juiz de Fora de Ponta Delgada, arrecadar o lançamento dos 10.000 cruzados para as fortificações*,¹¹⁹ inserta no *Arquivo dos Açores*, mas não sem antes nova contestação chegar ao reino, desta feita pela voz de Gaspar do Rego Baldaya,¹²⁰ um proeminente cidadão de Ponta Delgada.

Nesta carta, Gaspar Baldaya, alegando “*que sou de V.A. e dos principais e honrados de toda a ilha (...)*”, aproveita para apresentar um conjunto de queixas contra a atuação de Manuel Alvares na cidade. Diz a carta “*E poy a V.A. dey esta conta pareceu-me rezam pelo que vaya a sua conscyencya, dyzer lhe o grande clamor, que vai de grandes e pequenos nesta terra dos agrauos que nela nos tem feito o doutor Manuel Aluares, com o carrego e confiança de V.A. dele confyou, pera as avaliações das fazendas dos moradores, pera XXX (30.000) cruzados das fortaleza, artilharia e munição.*” Acrescenta à queixa “*(...) a desomanidade e crueza que fez e mandou fazer contra nós, residindo sempre nesta cidade, mandadando arear de área, que não custaua pouco a trazer, tres ruas principaes e de mais vizinhança, pera nelas corer carrairas de canas (...) até que se sentiu ho agrauo que os moradores recebiam e se avoreceram, hocupando pera sy que leua cada dia de seu ordenado quinhentos reis, afora aposentadoria de duas casas que ele doutor ocupa, sobradas, com lhe fazerem portaes pera se servir de hua pera outra, podendo se agasalhar em hua soo (...)*”, tudo caprichos que seriam pagos pelo contribuinte micaelense.

Ainda que devagar a obra continuou, bem como as objeções. Nos anos seguintes, tanto quanto é dado entender apenas a estância e o cais de São Brás estavam em construção e as queixas ao rei continuavam. Em 1555¹²¹ a câmara

¹¹⁹ “Provisão para o Licenciado Lourenço Corrêa, Juiz de Fora de Ponta Delgada, arrecadar o lançamento dos 10.000 cruzados para as fortificações, 20 Novembro de 1554”, AA... vol. V, p. 75.

¹²⁰ “Carta a El -Rei por Gaspar do Rego Baldaya, fazendo vários pedidos e queixas do Dr. Manoel Alvares 12 de Abril de 1554”, AA ... vol. I, pp. 232-238.

¹²¹ “Extrato de apontamentos pedidos a El rei pela Câmara de Ponta Delgada”, AA... vol. V, pp. 76-77.

enviava ao rei uma carta pedindo que se repensasse a imposição e, novamente, a necessidade de construção do cais novo.

É este o cais de que fala Frutuoso, aquele onde “(...) *se fez grandes gastos, e um cais de tão grande penedia de pedra ensossa, que quase uma custou, posta nele, como pedra preciosa, cinco, seis cruzados, fazendo um porto para por ele se servira a mesma fortaleza.*”¹²²

De resto é unanimemente aceite pela historiografia especializada que a obra e a forma do forte de São Brás, que ainda hoje marca a silhueta da baía, datam de anos posteriores, correspondendo seguramente ao projeto estabelecido pelo engenheiro italiano Tommaso Benedetto, enviado à ilha em 1567, naquela que foi a segunda campanha de fortificação dirigida ao arquipélago. Esta opinião é partilhada e defendida quer por Rui Carita¹²³ quer por Nestor de Sousa,¹²⁴ em dois estudos essenciais dedicados ao tema.

Há, contudo, um aspeto que tem de algum modo sido descuidado pelos especialistas, exceção apenas feita para Nestor de Sousa que o refere no artigo citado, embora não seguindo a interpretação aqui proposta. Trata-se da construção “*do cerco novo*” referida em dois documentos de 1577,¹²⁵ obra que tem sempre sido vista como um complemento ao já existente forte de São Brás e não como um projeto destacado e autónomo, como de facto parece mais acertado pensar-se. A leitura dos documentos citados assim o aconselha, em particular a petição ao rei, de Pedro de Maeda, mestre das obras reais em São Miguel, que acompanhou a execução do projeto de defesa a partir de 1567, a que se junta um despacho do provedor.

¹²² Gaspar FRUTUOSO, Saudades da Terra ... Livro IV, pp. 178.

¹²³ Rui CARITA, “Ponta Delgada e os Problemas de Defesa nos Séculos XVI e XVII, os militares e os jesuítas”, Actas do *Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999, pp. 67-88.

¹²⁴ Nestor SOUSA, “Programas de Arquitectura Militar Quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, Italianização e Intervenções até ao século XVIII: a ermida de S. João Baptista na fortaleza do Monte Brasil”, *Arquipélago- História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, vol. VI, 2ª série, pp. 53-224, em especial pp. 59-63.

¹²⁵ “Petição de Pedro de Maeda para lhe passe certidão do dinheiro despendido na cava e obras do cerco novo, de 5 de Fevereiro de 1577”, Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros...* vol. II, p. 119. E, “Carta a El rey da Camara de Ponta Delgada, de 29 de Abril de 1577”, AA ... vol. IV, p. 79.

Por esta documentação e pelas demandas¹²⁶ dos frades de São Francisco e das freiras da Esperança, vizinhos da obra que veriam as cercas amputadas, fica claro que o cerco novo não era mera obra de reforço do castelo de São Brás, mas sim a intenção de fazer uma muralha que protegesse a cidade de um ataque por terra, defendendo-a caso uma invasão da ilha tomasse lugar por outro ponto da costa.¹²⁷

Segundo ordena a Provisão dada aos conventos franciscanos do Campo de Ponta Delgada, a partir da sede da província, o convento de Enxobregas, pelo reverendo padre frei António Pereira, sob pena de excomunhão os religiosos e religiosas daqueles conventos ficavam proibidos de “*embargar essa obra da cerca ou muro que sua Alteza manda fazer para defesa dessa ilha*” tudo em nome do “*bem comum que há de prepor ao particular*” não obstante considerar “*causas justas para a dita cerca e muro não se fazer por donde está balizado e demarcado pelo circuito das cercas.*”¹²⁸

Dadas as circunstâncias os conventos respondem ao provincial admitindo que “*(...) posto que tenhamos algumas razões para alegar (...) cumprimos as ordens superiores permitindo a construção da fortificação pela traça que está feita, constando que a perda e dano se nos satisfaça em coisa equivalente (...)*”. Alegam nomeadamente que o capitão Manuel da Câmara, sucedido por seu filho Rui Gonçalves da Câmara, tentou “*(...) levar a dele adiante e sem sermos ouvidos e em coisa de tanto prejuízo como é derrubar muros e cercas de religiosos e religiosas e perturbar a sua clausura (...) não se fazendo primeiro exame devido e ponderando a utilidade da obra o que feito não ouvera este dano porque se podia alargar a obra e a traça*”, adiantam ainda que já tinham sido emitidas autorizações régias “*para tomar chãos e quintais*” o que no parecer dos conventos não era o mesmo que “*derribar muros e cercas*” e fecham a alegação lembrando

¹²⁶ “Resposta do Convento de São Francisco à provisão do reverendo padre Frei António Pereira em demanda com os conventos da Esperança e São Francisco, por causa das fortificações de Ponta Delgada, de 12 de Janeiro de 1577”, AA ... vol. VIII, p. 425-428.

¹²⁷ Não é demais lembrar que foi assim que aconteceu com a conquista castelhana de Angra, tomada pelo lado de terra em 1582, após tentativa frustrada de a invadir pelo mar.

¹²⁸ “Provisão do Reverendo padre frei António Pereira”, AA ... vol. VIII, p. 425.

que a pretendida cerca “*não se pode acabar sem grande vexação do povo como o confessam os mestres dela*”.¹²⁹

Esta muralha começou efetivamente a ser construída, como se lê na certidão do provedor acima citada: “*(...) vimos o lliuro de despeza na obra da cava he cerco nouo que se faz nesta cidade de Pomta Dellgada e pello dito liuro consta serem gastados he despendidos de folhas huua volata ate folhas setemta he sete volta tres comtos e hoito semtos e simco mil e trezemos vinte e tres reaes (...)*”.¹³⁰

Mas o rei, perante a contestação da cidade, chamou o mestre de obras Pedro de Maeda à corte para ser informado “*(...) das empossibilidades desta nova fortificação que he começada (...)*”.¹³¹

Não havendo mais notícias deste assunto parece legítimo deduzir-se que a coroa desistiu do projeto da fortificação nova, adjetivo que claramente a distingue da obra “velha” de São Brás, que entretanto foi concluída.

Mas o cotejo de dados relativos ao tema da fortificação quinhentista deixa ainda claro que os capitães da ilha de São Miguel foram os principais impulsionadores do projeto que propunha muralhar Ponta Delgada. Por isso, além de referir que Rui Gonçalves da Câmara foi o primeiro capitão a construir residência na cidade, bem como o principal impulsionador da construção de uma igreja nova para a Misericórdia,¹³² cabe também realçar alguns elementos acerca destes homens, cujo espírito informado desejaria, por ventura, converter Ponta Delgada não apenas na capital mas também na imagem da capitania rica que já então era, desde logo pela construção de uma muralha.

¹²⁹ “Resposta do Convento de São Francisco à provisão do reverendo padre Frei António Pereira em demanda com os conventos da Esperança e São Francisco, por causa das fortificações de Ponta Delgada, de 12 de Janeiro de 1577”, AA ... vol. VIII, p. 425-428.

¹³⁰ “Petição de Pedro de Maeda para lhe passe certidão do dinheiro despendido na cava e obras do cerco novo, de 5 de Fevereiro de 1577”, Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros...* vol. II, p. 119.

¹³¹ “Carta a El rey da Camara de Ponta Delgada, de 29 de Abril de 1577”, AA ... vol. IV, p. 79.

¹³² Rui Gonçalves da Câmara foi também o principal impulsionador da construção de uma igreja nova para a Misericórdia. Tema que se trata mais adiante.

Nesse contexto, vale a pena referir que ambos seriam entendidos em questões de fortificação. Manuel da Câmara (1504-1578),¹³³ nasceu na ilha, donde saiu “*secretamente*” ainda em vida do pai para África num “(...) *formoso galeão (...) bem artilhado e armado com munições de guerra, de modo que podia navegar sem medo de cossairos (...)*”.¹³⁴ Conheceu Azamor, Mazagão e Safim, donde foi chamado ao reino pelo rei para casar.

Não se podem averiguar datas exatas para esta sucessão de acontecimentos, mas quando em 1541 se soube que Santa Cruz do Cabo Gué estava cercada pelos Mouros, o rei “(...) *mandou muito depressa ao Capitão Manuel da Câmara com alguma gente, dizendo-lhe que nas suas costas lhe mandaria socorro; o que ele fez à sua própria custa e levou consigo muitos criados seus e de seu pai e de parentes, e se meteu na vila e a defendeu valorosamente quatro meses, com que lhe mataram muita gente (...)* E depois da cava entupida e os muros batidos e postos por terra e o baluarte, onde estava a pólvora, ardido, com alguns duzentos homens o entraram os mouros e o tomaram sem nunca lhe ir socorro dentro desses quatro meses. (...) E quando os socorros chegaram havia três dias que eram tomados (...). Esteve Manuel da Câmara um ano e meio cativo, três meses metido numa masmorra por prometer pouco de si. Depois que se resgatou o trataram muito bem (...).”¹³⁵

O seu filho, Rui Gonçalves da Câmara¹³⁶ não partiu para África. Contudo auxiliado pelo pai chegou a preparar uma frota que pretendia, de São Miguel, reforçar a investida de D. Sebastião sobre Alcácer Ceguer, mas a viagem acabou cancelada, porque veio carta para D. Manuel de “(...) *el-Rei, que estava em África, em que lhe mandava que não partisse seu filho de sua casa sem outra carta sua em contrário, a qual carta não veio, por ter a guerra infelissimo*

¹³³ Para uma visão biográfica de Manuel da Câmara consulte-se o capítulo “Da vida e costume do muito ilustre Manuel da Câmara, sexto capitão da ilha de São Miguel, único de nome, e dos filhos que teve” em Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 307-314.

¹³⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 307.

¹³⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 309.

¹³⁶ Veja-se “Da vida e costumes do ilustríssimo senhor D. Rui Gonçalves da Câmara, conde de Vila Franca, do concelho de sua majestade, capitão e governador da ilha de São Miguel, deste nome o terceiro e dos capitães o sétimo; e dos filhos que tem”, Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 378-384.

sucesso. Pela qual razão o dito Rui Gonçalves da Câmara não passou então às partes de além, como tinha determinado, estando preparado para isso (...).¹³⁷

O que merece ser realçado desta campanha gorada,¹³⁸ além do facto de ter sido preparada a partir da ilha, é a análise dos elementos que a integravam, dados importantes para se conhecer não só a cultura material dos personagens responsáveis, mas também os conhecimentos técnicos à época. À parte de muita gente de pé “(...) *toda vestida de verde com sua espadas prateadas (...)*” e “(...) *vinte e sete homens de cavalos todos de esporas e estribos prateados (...)*”,¹³⁹ Rui da Câmara “*Levava três tendas, uma dos cavalos, outra da gente, outra para ele, afora outras (...) que mandou fazer nesta ilha, e afora quatro casas de madeira lavrada, levadiça, que ia metida em caixões, que se armavam cada vez que era necessário, e um catre de sanguinho, e para isto doze homens reposteiros que não serviam de mais que para armarem e desarmarem as casas todas, a que pagava a cada mês seu salário.*”¹⁴⁰

Para finalizar o já longo resumo sobre a fortificação da cidade, falta lembrar o desenho da fortaleza de São Brás que integra o álbum guardado no Rio de Janeiro¹⁴¹ e cujo estudo foi já realizado por Rui Carita,¹⁴² autor que defende tratar-se de um conjunto de desenhos originais do século XVI, na maior das hipóteses da autoria de Tomaso Benedeto e Pompeu Arditì, os engenheiros responsáveis pela campanha de fortificação das ilhas em 1567, quando foi levantado o forte de Ponta Delgada.

¹³⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 380.

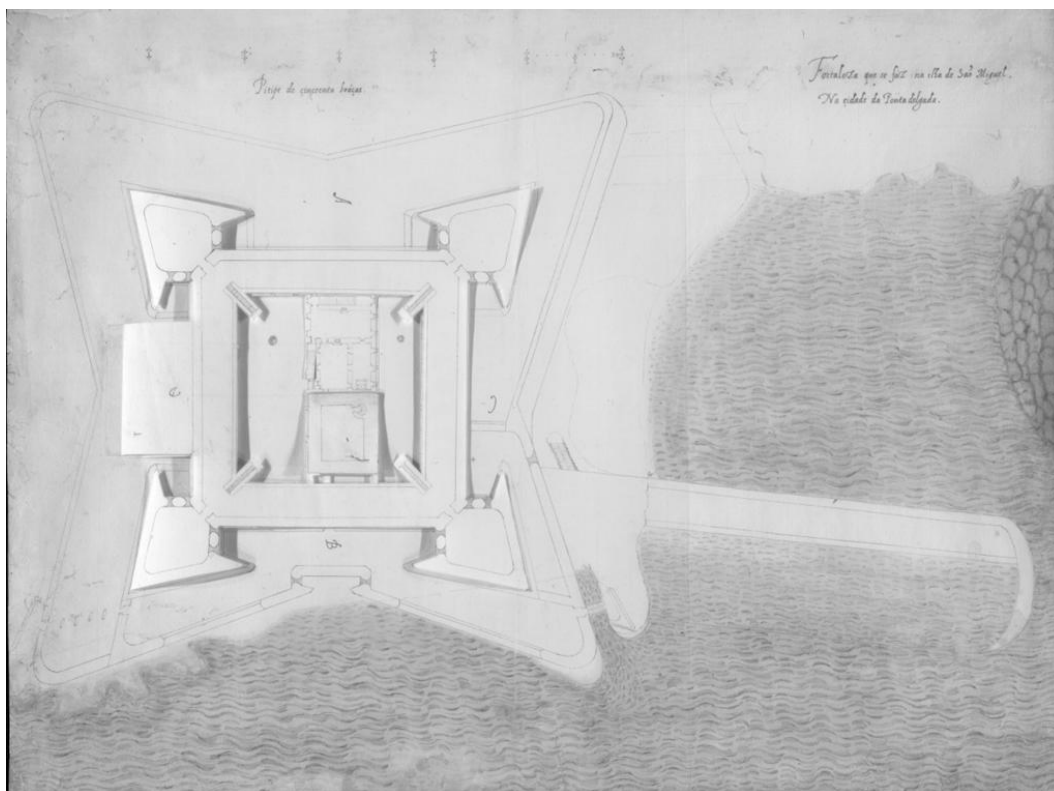
¹³⁸ Para uma leitura mais aprofundada destes preparativos leia-se Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 379-380.

¹³⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 179.

¹⁴⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 379.

¹⁴¹ Publicado em Armando CORTESÃO, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, Comissão para as comemorações do nascimento do Infante D. Henrique, 1960, vol. V.

¹⁴² Rui CARITA, “A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c.1570)”, *Boletim da Universidade de Coimbra...* CXLVII, pp. 9-57 e Rui CARITA, “A Viagem de Pompeu Arditì aos Arquipélagos Atlânticos em 1567”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira ...* 1999, pp. 89-101.



“Fortaleza que se faz na Ilha de São Miguel na Cidade de Ponta Delgada” (Reproduzida em, Armando CORTESÃO, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. V, est. 596 B)

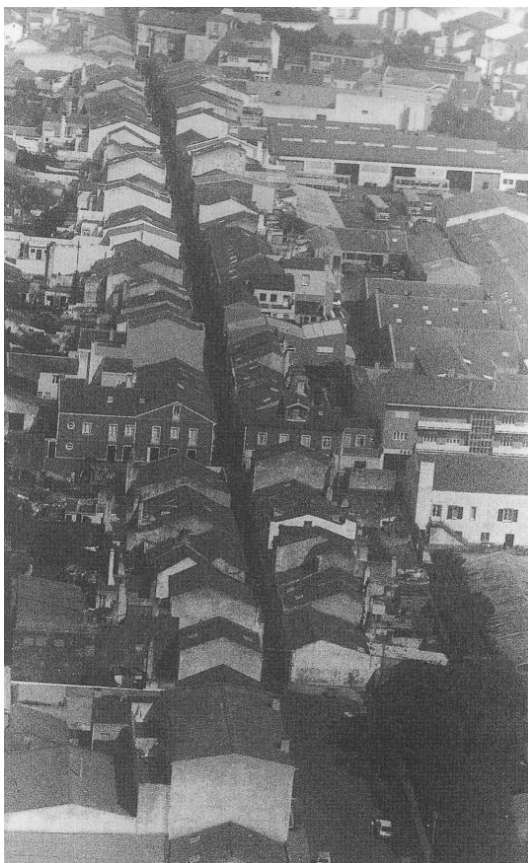
Pelo que acima se escreveu entende-se que São Brás foi a mais distinta empreitada realizada na cidade na segunda metade do século XVI. Contudo, este não foi o único acrescentamento consequente em termos urbanísticos, e, além da construção do convento de Santo André, edificado entre 1567 e 1585,¹⁴³ bem como do paço do conde de Vila Franca, o capitão da ilha, ambos em áreas do limite norte da malha, apontando em que direção cresceria o tecido urbano nas décadas seguintes, outras obras foram sendo realizadas, transformando progressivamente a imagem da cidade, nomeadamente na sua área já consolidada.

Com segurança sabe-se que para norte da Rua Direita, entre a Calheta e o Campo de São Francisco estavam já abertas, antes de acabar quinhentos, a Rua do Saco, mas também a Rua do Sardoal, que se vieram juntar a alinhamentos que iam “do mar à serra”.¹⁴⁴ Tal é o caso da já referida correnteza de ruas que incluía a

¹⁴³ Edificou-se a partir de 1567 nas casas dos seus patrocinadores, mas apenas obteve bula papal em 1585. Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...* pp. 211-213.

¹⁴⁴ Veja-se o desenho de análise *Ponta Delgada 5.5*, vol. II.

Rua do Valverde e a Rua Nova de Santo André¹⁴⁵ (atuais Rua Manuel Inácio Correia e Rua dos Manaias), mas também a artéria que acompanha aproximadamente a primitiva linha de água, bem como o alinhamento que parte do porto pela atual Rua Manuel da Ponte e segue para norte delimitando a propriedade do capitão pela Rua do Castilho, no século XVI conhecida por Rua dos Gulas.¹⁴⁶



Uma Rua de Ponta Delgada. (*Arquitectura Popular dos Açores ...* p.100)

Estas ruas, que se estruturam para além do perímetro urbano previamente definido, surgem quer de intervenções urbanísticas de natureza privada, quer de iniciativas públicas de urbanização, contudo, fortemente condicionadas pela normativa imposta ao território desde o início da colonização, vêm, em qualquer

¹⁴⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 93.

¹⁴⁶ Gula seria a alcunha de João Lopes (Cardoso, diz Gaspar Frutuoso), “nobre mercador” segundo Frei Diogo das Chagas que terá morrido cerca de 1590. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...*, Livro IV, p. 216-217 e Frei Diogo das CHAGA, *Espelho Cristalino ...*, p. 208.

caso a sua morfologia colar-se obrigatoriamente às linhas estruturadoras da propriedade e da paisagem.

O alinhamento Rua do Valverde e Rua Nova de Santo André que, nas palavras de Frutuoso pertencia a um único dono do “mar à serra”, será um bom exemplo da urbanização privada do território envolvente do núcleo primitivo. Mas também o é a Rua do Sardoal, cujo processo de abertura está sumariamente documentado num inventário datado de 1613, onde se dá conta de “*uma tulha na rua Nova que abriu o Sardoal*”.¹⁴⁷ Esta rua, hoje conhecida por Rua dos Foros, sabe-se pelo mesmo documento que foi aberta ainda antes de 1588, sendo então designava por Rua dos Foros do Sardoal, correspondendo, portanto, a uma iniciativa privada de urbanização, subordinada às linhas mestras que estruturavam o território.

Já acerca da Rua do Saco, aberta pelo menos desde 1572¹⁴⁸ quando primeiro aparece documentada, desconhece-se com segurança se partiu de iniciativa privada ou pública. Sabe-se contudo, que nesta rua existia grande número de tulhas. Ora, tulha significa ainda hoje “*Casa ou compartimento onde se depositam ou guardam cereais em grão*”,¹⁴⁹ o que leva a acreditar que esta zona do tecido, conhecida por Maranhão da cidade,¹⁵⁰ ter-se-á conformado no último quarto do século XVI como o celeiro da urbe.¹⁵¹ O que faz sentido se atendermos à localização limite desta área, entre o rural, fortemente agrícola e particularmente fértil em trigo e o urbano, configurando-se, contudo, como um núcleo isolado da malha embora diretamente ligado ao mar e ao porto de São Brás pelo Rua da Cruz.

Em todo o caso é de frisar que a abertura destas ruas veio forçar e existência de um eixo a elas transversal que mais a norte facilitasse os acessos e as interligações viárias. Assim, para norte do alinhamento da Rua Direita, Rua de São João e Rua do Perú fixou-se uma nova rua que se estruturou entre as últimas

¹⁴⁷ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p.41, e notas 208 e 209.

¹⁴⁸ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p.43, e nota 226.

¹⁴⁹ “Tulha” in <http://www.priberam.pt>, consultado a 18.04.2011.

¹⁵⁰ O maranhão da cidade é um toponímico frequente nas ilhas e que significa o fim ou limite, neste caso do espaço urbano.

¹⁵¹ Em Angra, por exemplo, os cereais guardavam-se em covas, facto que ficou documentado na toponímia local no largo ainda hoje denominado Alto das Covas.

décadas do século XVI e o início do século seguinte, como bem se observa nos desenhos de análise 5.6 e 5.7. Aliás esta via foi o limite norte da cidade até ao século XVIII,¹⁵² sendo que na primeira metade do século XIX eram ainda poucas as ruas urbanas que se prolongavam além desse limite, como atesta a carta de António Ferreira Garcia d'Andrade, datada de 1831.

Sobre este limite falar-se-á mais adiante no ponto e desenho dedicados ao processo de consolidação da malha urbana que apenas estabilizou no século XVII.

Quanto às obras de maior relevância deste período, mais além das ações urbanísticas dispersas e acima sumariamente descritas, é outra vez Frutuoso quem melhor informa sobre a questão, não obstante por vezes seja difícil distinguir com precisão no discurso do cronista o que é obra nova e o que já existia com antecedência.



Igreja e convento de Santo André. Atual Museu Carlos Machado.

Com segurança pode dizer-se que a praça e o porto da cidade terão sofrido obras pontuais de melhoramento, nomeadamente pela requalificação de alguns

¹⁵² Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p. 36.

dos seus edifícios, obras sem grande significado em termos da expressão urbanística do lugar, ao contrário da introdução quer do Convento de Santo André, quer do paço do capitão, já referidas e também anunciadas pelo cronista, embora com pouquíssimas referências à morfologia concreta dos edifícios.

Sobre a casa do capitão escreve, quando discursa genericamente sobre o casario urbano de Ponta Delgada, que “(...) *há casas sumptuosas e ricas, sobradas e muito altas, mas poucas de dois sobrados, e há paços, de fidalgos e homens poderosos, bem lavrados, afora os que agora começa o senhor Conde, quase no meio dela (...)*”,¹⁵³ sobre o qual acrescenta que no “(...) *ano de mil quinhentos e oitenta e sete, começou o dito conde a mandar fazer [as] sumptuosas casas que, segundo mostram em seus princípios, depois de acabadas, virão a ser como uns riquíssimos e soberbos paços, situados quase no meio da cidade da Ponta Delgada, com que lhe dá muito lustro.*”¹⁵⁴ E sabe-se, pela correição de 1597, que a câmara tinha dado “(...) *água para o jardim do senhor conde (...)* com a obrigação para o povo usar dela (...), compromisso que o capitão não cumpria, pelo que a câmara ameaçava “ (...) *meter [a água] dentro do cano da cidade.*”¹⁵⁵ Por aqui se comprova estar à data o paço concluído.

Quanto ao convento de Santo André após explicar que “(...) *à sua custa mandou fazer e dotou Diogo Vaz Carreiro, e sua mulher Beatriz Camela, principalmente para suas parentas pobres (...)*”,¹⁵⁶ Frutuoso diz depois que foi já o filho destes, Diogo Vaz Carreiro, quem efetivamente “*Fez o mosteiro de freiras, da invocação de Nossa Senhora, em uma ermida de Santo André na cidade de Ponta Delgada (...) tendo-o já quase acabado (...).*”¹⁵⁷

A misericórdia, desde tempos antigos localizada para cima da cabeceira da matriz no adro norte, sofreu profundas obras de beneficiação,¹⁵⁸ como atesta o

¹⁵³ Gaspar FRUTUOSO *Saudades da Terra* ...Livro IV, p. 173.

¹⁵⁴ Gaspar FRUTUOSO *Saudades da Terra* ...Livro IV, p. 384.

¹⁵⁵ “Correição do Dr. Diogo Monteiro de Carvalho, na câmara de Ponta Delgada, no ano de 1597”, AA ... vol. V, pp. 425-427.

¹⁵⁶ Gaspar FRUTUOSO *Saudades da Terra* ...Livro IV, p. 175.

¹⁵⁷ Gaspar FRUTUOSO *Saudades da Terra* ...Livro IV, p. 213.

¹⁵⁸ Segundo o estudo de Isabel Soares de Albergaria sobre a Misericórdia, Pêro de Maeda, como se viu acima, mestre-de-obras del rei na ilha e responsável pelo projeto de execução da fortificação de São Brás, terá contribuído para esta obra, se não como autor, ao menos com pareceres técnicos. Isabel Soares de ALBERGARIA, “A Igreja da Misericórdia de Ponta Delgada. Considerações em

cronista “(...) agora se vai edificando uma sumptuosa e custosa igreja da advocação do Spirito Santo, por outra que tem, com uma capela de São João Baptista, ser muito pequena.”¹⁵⁹



Vista aérea antiga de Ponta Delgada. (*Arquitectura Popular dos Açores ...*p. 101)

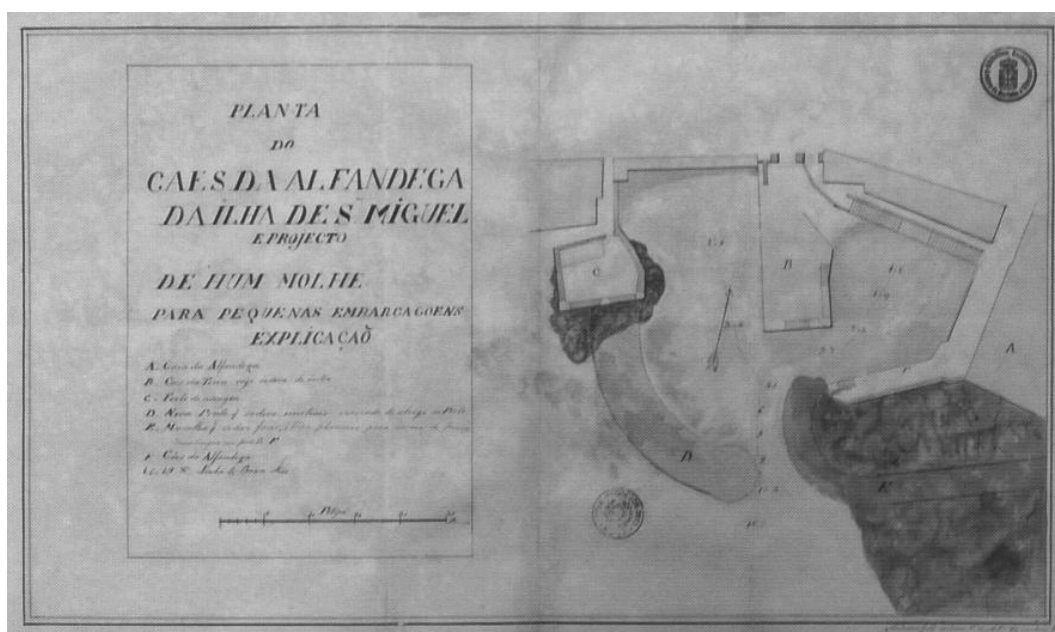
Além disso, o porto e a envolvente também foram beneficiados. Sobre a morfologia desta área vale a pena, mais uma vez, considerar a descrição do padre cronista, segundo a qual o porto de Ponta Delgada no último quarto de quinhentos conformava-se da seguinte maneira “(...) muito bom, com dois custosos e fortes cais, que servem de muro, e um deles de despejos de mercadorias com que se reparte em dois; e, para se servir melhor, se quebrou debaixo de água uma pedra de rocha, que estava no meio dele, com que dantes perigavam os navios, ao entrar (...)”.¹⁶⁰ O autor não deixa, contudo, de lhe apontar defeitos, nomeadamente que a “costa é brava” e que os navios devem abandoná-lo quando

torno de um monumento perdido”, *Arquipélago...* vol. XIII, tomo 2ª série, p. 10 e seguintes e p. 25.

¹⁵⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 175-176.

¹⁶⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 176.

faz vento, sob risco de se perderem. Isto, apesar de compreender dois cais, um “(...) de leste [onde] entram os navios (...)” e o de “(...) loeste [para] batéis(...)”. “Sobre o cais da banda do levante está a alfândega com muitas oficinas e ameias”, com certeza um edificio morfologicamente destacado do conjunto. Enquanto que “(...) da banda de terra, está um peitoril, com porta, como muro, com suas bombardeiras, que aparta a cidade de ambos os portos e do porto dela (...)”¹⁶¹



Planta do cais da alfandega da Ilha de São Miguel, 1804 (Reproduzido por Rui Miguel Goulart de ALMEIDA, *Território e Paisagem na Ilha de São Miguel...* p. 268)

É de crer que a descrição feita por Frutuoso inclui já a obra do cais ordenada na correição de 1585, quando o corregedor Christovão Soares de Albergaria “mandou que se concertasse o cais desta cidade à custa da imposição por estar em muitas partes danificado e para cair, e se caísse de todo seria de muito custo para a câmara”¹⁶².

Sobre a envolvente ao porto o cronista acrescenta apenas que junto ao cais onde entram os batéis está o pelourinho, novo, deduz-se, já que, noutra lugar¹⁶³

¹⁶¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 176.

¹⁶² “Correição na Câmara de Ponta Delgada, pelo Corregedor Christovão Soares de Albergaria”, AA ... vol. V, pp. 92-94.

¹⁶³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 229.

refere que o “*pelourinho velho*” ficava “*defronte da cadeia dos presos*” que então se localizava face à matriz, nos baixos do edifício da câmara.

De que a câmara funcionava num edifício frente à igreja não restam dúvidas e comprova o autor das *Saudades da Terra*, num parágrafo que, além do mais, é bem elucidativo da centralidade definida neste ponto preciso da baía pelo espaço que integra a praça, o porto e o adro da igreja principal de Ponta Delgada e que por isso vale a pena transcrever aqui. Diz o cronista que “(...) a igreja à advocação do mártir São Sebastião [está] na praça (...) defronte da casa da câmara, junto do porto e alfândega, pelo que é sempre acompanhada e frequentada de muita gente, e poucas igrejas haverá em tão bom lugar situadas.”¹⁶⁴

Que o mesmo edifício albergava a câmara e a cadeia asseguram as correições de 1572, 1578, 1585 e 1597, onde repetidamente os corregedores deixaram expressas queixas sobre o mau estado desta, reforçando os inconvenientes que daí provinham para a câmara.

Logo em 1572, Diogo Alvares Cardoso “Achou (...) que no verão principalmente não se podia fazer audiência na casa do concelho por o mau cheiro que procedia da cadeia de baixo pelo que mandou que a dita casa de cima se lageasse com lages de argamassa de cal, porque desta maneira ficava a cadeia mais forte e a casa mais lustrosa e de menos fedor.”¹⁶⁵ Mas seis anos depois os problemas parece terem-se agravado e além de já não ter “(...) condições para prender gente de qualidade (...)” o edifício era “(...) ruim prisão e dela fugiam os presos (...)”, a juntar a isto a casa do carcereiro estava quase no chão. Então, o corregedor Cyprião de Figueiredo alerta “(...) que já mandara ao capitão fizesse as obras que lhe cabem (...)” lembrando que “(...) na Praia da Ilha Terceira também o capitão tinha sido obrigado a cumprir o que lhe cabe (...)”,¹⁶⁶ processo analisado nesta tese quando se tratou a vila da Praia.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV, p. 173.

¹⁶⁵ “Provimento e correição que fez o Corregedor Diogo Alvares Cardoso na cidade de Ponta Delgada, no ano de 1572”, AA ... vol. V, pp. 84-86.

¹⁶⁶ “Correição da Câmara de Ponta Delgada, pelo corregedor Cyprião de Figueiredo”, AA... vol.V, p. 87.

¹⁶⁷ Veja-se o capítulo dedicado à Praia e o documento que aqui faz jurisprudência “Treslado da

Na correição seguinte que se conhece, a de 1585, percebe-se que o problema não estava de todo colmatado. Nesse ano o corregedor, Cristovão Soares de Albergaria, mandava ainda que “(...) consertassem ou acabassem de concertar a casa da cadeia.”¹⁶⁸ Contudo, na última correição conhecida para o século XVI a questão, ao menos no essencial, já estaria resolvida e o problema que em 1597 se põe é o da construção de uma capela, por “(...) *os presos desta cadeia não ouvirem missa (...)*” não obstante “(...) *estar começada há muitos anos uma capela para esse efeito há mais de 20 anos (...)*” Além de mandar acabar a dita capela ordenou “(...) *que se abrisse uma janela de altura e largura que parece-se bem aos oficiais, na qual se porão grades para segurança.*”,¹⁶⁹ obra paga, no que toca à cadeia, pelo capitão, como anota o corregedor.

Por fim, câmara e cadeia foram trasladadas para um novo edifício construído no século seguinte, integrando a mais importante renovação urbanística do espaço urbano consolidado no século XVII, com a construção de uma praça enquanto tipologia morfológica definida, como adiante se demonstra em rúbrica própria.

Da descrição da área feita por Frutuoso é ainda de realçar a referência à materialidade da entrada principal da cidade, uma “*porta, como muro*”, isto é, uma porta fortificada como as que se vêem na mesma época representadas por Linschoten em Angra, quer no cais da cidade quer no Fanal, mas também em São Pedro e em São Bento nas portas de terra da cidade. A vista de Ponta Delgada do século XVIII, anterior portanto à construção barroca de 1783 das novas portas da cidade, mostra como esta estrutura era simples, incluindo apenas um muro com porta, donde se conclui que o Forte do Açougue, representado na cartografia oitocentista a nascente do cais, é uma estrutura posterior.

Além da porta do porto, sabe-se que em Ponta Delgada pelo menos uma porta de terra existiu, curiosamente associada a uma casa fortificada privada, tipologia ignorada no contexto das ilhas açorianas, mas pode prever-se não

Sentença sobre a cadeia que o capitão a faça”, *Livro do Tombo...*, pp. 65-70.

¹⁶⁸ “Correição na Câmara de Ponta Delgada, pelo corregedor Christovão Soares de Albergaria”, AA... vol. V, pp. 92-94.

¹⁶⁹ “Correição do Dr. Diogo Monteiro de Carvalho, na câmara de Ponta Delgada, no ano de 1597”, AA ...vol. V, pp. 425-427.

constituir, na realidade, um exemplar único.¹⁷⁰ Segundo Frutuoso, “(...) além pouco da fortaleza para loeste, está uma ponta chamada dos Algares (...) e logo está uma pequena baía de areia, defronte das casas do generoso em tudo grandioso Francisco de Arruda da Costa, merecedor de grandes coisas, toda por sua indústria e grande custo seu cercada de muro e cubelos, com sua porta para o mar, tudo muito defensável, e pegado com a porta, chamada de Santa Clara, por estar ali a igreja (...) desta Santa, onde se acaba a principal costa desta cidade.”¹⁷¹

3.5. A consolidação da forma urbana¹⁷²

Entretanto, quatro novas casas religiosas foram fundadas depois da descrição de Ponta Delgada por Frutuoso, pelo que entre 1591 e 1664, quando se funda o convento de freiras da Conceição, o último da cidade, Ponta Delgada assistiu a uma verdadeira campanha de obras.

Segundo a ordem cronológica, primeiro foram os Jesuítas que se vieram estabelecer no limite setentrional da urbe, na mesma latitude do Convento de Santo André, mas ocupando a frente norte do caminho que já então delimitava deste lado a malha urbana. O local escolhido proporcionou um enquadramento urbanístico distinto, como é de resto apanágio desta instituição, tema que adiante se trata em pormenor.

De 1595, data a fundação do mosteiro de São João, de freiras clarissas, erigido no lugar onde hoje está o teatro micalense, pelo mercador e tabelião Manuel Martins Soares e sua mulher Maria Jácome Raposo, como dá conta um *Contrato de dote e doação* ao convento de 1602,¹⁷³ feito pela fundadora após a morte do marido, também fundador.

¹⁷⁰ Embora para tempos mais recuados Rui Carita inventaria na ilha da Madeira um exemplar de casa fortificada, uma torre, hoje conhecida por Torre do Capitão. Rui CARITA, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, Funchal, Universidade da Madeira, 1998, vol. I, pp. 54-58.

¹⁷¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 178.

¹⁷² Sintetizado nos desenhos 5.6 e 5.7.

¹⁷³ “Doc. 38 [Contrato de] Dote e fundação do [mosteiro] de S. João [de Ponta Delgada, 1602]”, Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* pp.352-356.

O convento tinha a frontaria da igreja virada a nascente e a portaria a norte, dando para a segunda grande via paralela à costa que já então, como ainda hoje, se evidenciava claramente na malha urbana como um eixo estrutural, de resto bem visível nos desenhos de análise que sintetizam o processo de consolidação da malha agora estudado. O troço em frente a este mosteiro adotou o nome de Rua de São João, toponímia que ainda mantém.



O Convento da Conceição, na antiga Rua do Maranhão. Atual R. Coronel Silva Leal.

Com a entrada no século XVII funda-se o convento de frades agostinhos, dedicado a Nossa Senhora da Graça. Os frades chegaram à ilha em 1606, instalando-se no recolhimento de Santana,¹⁷⁴ situado no extremo norte de Ponta Delgada, em zona de arrabalde no limite do eixo estruturado pela linha de água primitiva. Não é conhecida sustentação factual que assegure datas precisas para a construção do edifício conventual, mas Frei Agostinho de Montalverne admite que em 1618 os frades se mudaram para o novo convento e que as obras se deram

¹⁷⁴ Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino...*p. 148.

por terminadas apenas em 1680.¹⁷⁵ Certo, é que o convento se edificou em zona baixa da cidade, com a frontaria a dar para primeira paralela à costa que iniciou a estruturação urbanística da urbe, do seu lado nascente imediatamente antes da Rua dos Mercadores.

O último convento a ser fundado na cidade foi o mosteiro das freiras da Conceição. Um pouco descontextualizado cronologicamente, relativamente aos seus congéneres, instalou-se em terrenos doados pelos seus fundadores na zona oeste da urbe, entre o paço do conde e o convento da Esperança, no Maranhão, perto da já documentada Rua do Saco. A primeira pedra da obra foi lançada a oito de Setembro de 1664,¹⁷⁶ segundo apurou Nestor de Sousa, não sendo conhecida data para o findar dos trabalhos.

Com a fundação do Convento da Conceição, ou até antes, dada a instituição tardia do mosteiro, ainda na transição do século XVI para XVII, conforma-se o perímetro urbano de Ponta Delgada, que se vê delimitado em todo o seu circuito por mosteiros e pelas suas cercas, imagem que ainda se pode ler na cartografia e cadastro atuais, não obstante a reformulação morfológica tomada por muitos destes espaços, em especial pelas suas cercas, progressivamente diminuídas pela crescente urbanização.

Não será por acaso que também de finais de quinhentos data a conformação paroquial da urbe, traduzindo o forte impulso demográfico que sustentou a sua elevação a cidade.

São pouco seguros os dados conhecidos para a formação das duas primeiras paróquias,¹⁷⁷ a de São Sebastião e a de São Pedro. De certo apenas se sabe que de

¹⁷⁵ Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de São João...* vol. II, pp. 153.

¹⁷⁶ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* pp. 216. Veja-se em especial a nota 15 deste capítulo.

¹⁷⁷ Por exemplo na crónica setecentista *A Margarita Animada*, defende-se que primeiro se terá fundado São Pedro. Diz o autor que “*Tem esta cidade três freguesias; foi a primeira a do Príncipe dos Apóstolos S. Pedro, fica à parte de leste.*”, acrescentando depois que “*Foi crescendo o povo e erigiram segunda freguesia em uma ermida do Martir São Sebastião; como o povo o tomou por padroeiro e seu advogado no tempo da peste (...) e determinaram fazer-lhe um sumptuoso templo, para cuja fábrica mandaram vir oficiais do reino, portadas e colunas de mármore. É esta igreja matriz principal de toda a ilha e o mais sumptuoso templo deste bispado.*”, Francisco Afonso de Chaves MELO, *A Margarita Animada* (ed. comentada e anotada por Nuno Pereira e Hugo

data incerta até à década de 70 de quinhentos eram apenas estas as paróquias urbanas de Ponta Delgada, sendo que nesses anos, foi criada por D. Gaspar Faria (bispo entre 1571-1576) uma terceira paróquia, a paróquia de Santa Clara, cujos limites eram o extremo poente da urbe, acomodando-se como uma paróquia suburbana para lá do convento franciscano, com a ermida de Santa Clara por paroquial.¹⁷⁸ Em 1581, D. Pedro de Castilho ordena a construção de um novo templo, ao mesmo tempo que aumenta os limites geográficos da paróquia, acrescentando-a com parte do circuito urbano poente.

Disso mesmo dá conta Frutuoso quando afirma que “*A terceira freguesia, novamente feita, de Santa Clara, antes de ser acrescentada, tinha sessenta e dois fogos e almas de confissão duzentas e noventa e sete, das quais eram de comunhão duzentas e três (...)*” adiantando em seguida que “*(...) o ilustríssimo bispo D. Pedro de Castilho acrescentou os fregueses, que tirou de S. Sebastião, partindo a freguesia pela rua da Cruz; e tem agora duzentos e dez fogos e setecentas e sessenta e seis almas de confissão (afora duzentos e oitenta soldados que estão na Fortaleza) das quais são de sacramento seiscentas e quinze.*”¹⁷⁹ A Rua da Cruz, que corresponde à atual Rua da Diário dos Açores, é a primeira a nascente do campo de São Francisco que leva do mar ao interior, e segue pelo caminho conhecido por Rua da Canada, que se prolonga até ao lugar suburbano dos Arrifes, cortando diagonalmente as longas faixas de terra em que se divide o território.

Os jesuítas e a conformação do ensanche do colégio¹⁸⁰

Os jesuítas, chegados à ilha em 1591, instalaram-se na misericórdia antes de darem início às obras do colégio em 1592. Segundo rezam as crónicas, a primeira

Moreira), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 57-58. A historiografia contemporânea discorda desta cronologia. Veja-se: Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada ...* pp.95-147, do capítulo dedicado às igrejas paroquiais de São Pedro e de São Sebastião.

¹⁷⁸ Susana Goulart da COSTA, “A paróquia de São José de Ponta Delgada. Da sua criação a meados do século XVIII”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, 2ª série, VII, 2003, pp. 61-78.

¹⁷⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, pp. 174-175.

¹⁸⁰ Sintetizado nos desenhos 6 a 6.11.

igreja ter-se-á construído com “*pilares de pau*”,¹⁸¹ para depois, a partir de 1625, se construir “de pedra e cal”, dando-se por terminadas as obras da igreja nova em 1666.¹⁸² A fachada barroca do edifício data já do século XVIII e segundo apurou Nestor de Sousa levantou-se à frente da primeira, pelos anos de 1738-1740.¹⁸³



Igreja do Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada.

¹⁸¹ Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de São João...* vol. II, pp. 143-144.

¹⁸² Agostinho de MONTALVERNE, *Crónica da Província de São João...* vol. II, pp. 143-144. Para uma visão mais aprofundada da história desta construção veja-se Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...* pp. 149-183.

¹⁸³ Nestor de SOUSA, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos ...* p. 166.

Ao contrário do colégio de Angra, mas à semelhança do da Horta,¹⁸⁴ a fundação deste colégio foi de iniciativa privada, não teve, por isso, assegurados os réditos reais para a sua construção, que assim se prolongou por mais de um século, sem nunca efetivamente se concluir.¹⁸⁵

Instalado em espaço fronteiro ao tecido urbano no topo norte, sobre o terceiro caminho paralelo ao mar, que entretanto se vinha a definir, e ancorado na primitiva linha de água, trilho há muito transformado em artéria importante do núcleo. O posicionamento do colégio neste lugar veio bloquear o desenvolvimento do troço central obrigando a mancha de crescimento a contornar os seus muros. A cartografia oitocentista conhecida evidencia que os quarteirões entre o Colégio e Santo André, mais próximos da primitiva linha de água, se prolongam, enquanto a poente morrem no largo do Colégio.

A fixação dos jesuítas em 1592, veio pois condicionar o crescimento da malha no sentido norte, mas também densificar intensamente toda a área que lhe ficava a sul, e que a partir de então ficou encerrada, conformando-se como uma unidade morfológica, que ainda hoje se identifica.

Este bairro “do colégio” ficou assim delimitado a norte pelo próprio Colégio, a nascente pelo Convento de Santo André, a poente pelo paço e terra do capitão e a sul pela malha consolidada, mais concretamente pela Rua Direita, a primeira circular do espaço urbano, entretanto transformada em eixo central e estruturador do seu desenvolvimento.

O construção jesuítica assumiu com rapidez a centralidade do sector norte da urbe e o caminho onde assentou assumiu um carácter marcadamente urbano

¹⁸⁴ Rui CARITA, “O Colégio Jesuíta de São Francisco Xavier no Faial”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX - Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e de São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 113-153.

¹⁸⁵ José Maria Teixeira DIAS, *Todos os Santos. Uma casa de assistência religiosa em São Miguel* (dissertação e doutoramento na área de História, especialidade História da Educação, apresentada à Universidade dos Açores), Angra do Heroísmo, 1997. (policopiado)

entre o Colégio e o convento de Santo André, sendo conhecida neste troço por “*Rua que uaj pera Santo André*”¹⁸⁶ e entre o colégio e a as traseiras do paço do conde por “*Rua direita que vae do Colegio para o Pau do Conde*” ,¹⁸⁷ partindo ambas, como fica evidente, do próprio Colégio. Tanto assim é que para nascente do convento de Santo André, a continuação deste trajeto, possivelmente aberto já no século XVII, manteve-se até tardiamente como caminho e não como rua urbana, o que ficou registado na sua toponímia, pois até tarde ficou conhecido por “*Caminho novo*”.

A centralidade do colégio, como é óbvio, não é geográfica mas sim simbólica,¹⁸⁸ não obstante enquadrada urbanisticamente, em resultado de um processo de ordenamento.

Vale a pena acompanhar de perto os dez desenhos de análise que registam o processo de consolidação deste bairro, referenciados como *Ponta Delgada 6 a 6.II*, sintetizando cada um dos passos que levou a sua consolidação.

O primeiro desenho desta coleção reconhece a situação territorial de base, nomeadamente fazendo sobressair as linhas estruturadoras do cadastro, identificadas a negro porque são as que ainda hoje têm continuidade do “mar à serra”, e deixa perceber a métrica utilizada na partição do território.

Mostra ainda que por a baía ser arqueada, as linhas divisórias da propriedade, as tais do mar à serra, não são exatamente paralelas entre si, mas sim perpendiculares à costa, observando-se em resultado, uma abertura progressiva, cada vez mais acentuada, quanto mais para o interior avançam, um desajuste que vai influenciar a conformação irregular dos quarteirões e que implica também a acumulação de erro.

¹⁸⁶ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa* ... p.36, veja-se também a nota 150 da Introdução.

¹⁸⁷ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa* ... p.36.

¹⁸⁸ Do mesmo modo que desde início a igreja (matriz) e o porto foram o coração da urbe, sem que essa posição se materializasse fisicamente no território conjunto do tecido urbano.

O desenho que se segue, ainda a uma escala territorial, mostra a estrutura que provavelmente existia aquando da instalação dos jesuítas. Esta estrutura deduz-se, quer a partir das fontes, designadamente relativas à conformação viária e toponímica que se apresentam dispersas pelo texto, quer da própria estruturação cadastral do território. Com efeito, verifica-se que as primeiras extensões urbanas a norte da Rua Direita se acomodam à estrutura agrícola prévia, com os quarteirões a encaixarem na perfeição nas faixas de courelas que dividem o território. Esse é o caso do quarteirão mais a poente, definido pela Rua do Castilho e pela Rua do Sardoal, e dos quarteirões mais a nascente delimitados pela Rua de Pedro Homem, Rua da Água e Rua dos Manaias, um conjunto com maior densidade por corresponder ao corredor de ruas que aproveitando o trilho aberto pela primitiva linha de água primeiro irrompeu para o interior. É de salientar que estes quarteirões mais antigos da extensão norte usam todos como medida para a sua largura dois módulos, ou seja duas courelas, isto é 20 braças ou 44 metros, que devem ser medidas ao eixo da rua, sobre o qual correria a divisão primitiva da propriedade.

Aos jesuítas foi entregue a faixa que restava entre os quarteirões acima descrito, com a largura de cinco módulos, ou seja, cinco courelas, na latitude onde corria o caminho novo a norte, já que, força das condicionantes geográficas, as faixas de terreno alargam progressivamente para o interior.

Importa destacar neste momento que este terceiro caminho paralelo à costa posiciona-se aproximadamente a 220 metros para norte do seu antecessor, a Rua Direita, ou seja, determinando como comprimento para as ruas e quarteirões deste núcleo a medida da courela em extensão, as 100 braças.

Delimitado que está territorialmente o núcleo do colégio, convém aproximar um pouco a escala de modo a fazer-se uma análise mais pormenorizada da sua evolução morfológica e em particular de como o Colégio Jesuíta se enquadrou, organizando urbanisticamente todo o conjunto.

No quarto desenho de análise desta coleção, ressalta que a abertura das ruas a sul do colégio, não se fez exclusivamente em função da modelação prévia do território, mas procurando uma articulação mais elaborada em termos de qualificação urbanística, que implicou readaptar a métrica do território à implantação do edifício. Observa-se assim, que a frente do Colégio, que dista 44 metros (duas courelas) do topo dos quarteirões, ocupa no sentido nascente poente, quatro módulos dos cinco em que se divide esta faixa, deixando livre o módulo mais a nascente. Os quarteirões a sul, sem abdicar da métrica territorial, reinterpretem-na organizando-se em três quarteirões, um central com a mesma largura dos quarteirões que existiam previamente e dois laterais a medirem apenas um módulo e meio.



Antiga Rua dos Apóstolos. Atual Rua Carvalho Araújo

Estas medidas garantiram, por um lado, a total harmonia entre o Colégio e malha urbana, com o edifício a agarrar-se ao terreno, encaixando os seus quatro módulos exatamente nos alinhamentos das courelas, com a linha média a passar precisamente no eixo central do pátio, bem como do quarteirão do meio e as linhas laterais a servirem de eixo às alas nascente e poente. Por outro lado, o enquadramento destacado da igreja, coloca-a visualmente alinhada com a antiga Rua dos Apóstolos, atual Carvalho Araújo, que é o verdadeiro eixo de simetria de todo o conjunto, como bem demonstram os desenhos seguintes.

Note-se que para isto acontecer as duas ruas abertas em terrenos jesuíticos, a dos Apóstolos e a Rua do Gaspar, atual Rua Bruno Tavares Carreiro, não têm continuidade a sul, morrendo na Rua Direita.

Que esta rua e bairro “pertenciam” ao colégio deixa clara a toponímia. Com efeito, o designativo *dos Apóstolos*¹⁸⁹ comprova isso mesmo, se não bastasse a própria morfologia do conjunto.¹⁹⁰

Tudo isto corrobora a existência de um plano integrado entre o Colégio dos Jesuítas e os quarteirões adjacentes. Plano hipotético que os últimos cinco desenhos desta coleção expõem, procurando a regra algébrico-numérica utilizada e a sua relação com o cadastro agrícola do território, num processo de desmontagem sucessiva dos desenhos a partir do retrato objetivo da situação atual, até à formulação teórica que suporta esse mesmo plano.

A abertura da Rua Nova de São Miguel e a confirmação do modelo

Já no século XVII, em 1624, a câmara procedeu, em terras expropriadas a privados, à abertura de uma rua paralela à Rua do Saco, então chamada Rua Nova de São Miguel, hoje apenas Rua de São Miguel.

¹⁸⁹ A primeira referência a esta toponímia ficou atestada num documento de 1587 onde se refere “*uma casa na Rua dos Apóstolos, junto dos padres da companhia*”. Nestor de SOUSA, *Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada ...* p. 83, nota 210.

¹⁹⁰ A este propósito é de lembrar que em Coimbra a rua que leva da baixa ao complexo jesuítico da alta se denomina ainda hoje Couraça dos Apóstolos e que em Lisboa, na freguesia de São Paulo, existe um beco com este nome, por ter sido aberto em terreno jesuítico, segundo apurou Gomes BRITO, *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisbonenses*, Lisboa, Sá da Costa, 1935.

A rua foi aberta “(...) *direita do sul p^a o norte* [com] *duas varas de 12 palmos de largo.*”,¹⁹¹ ou seja, conformando-se ao traçado agrícola envolvente, dividido por linhas paralelas entre si e perpendiculares ao mar, e medindo 4,40 metros, duas braças de largura,¹⁹² medida que cobre aproximadamente toda a teia de ruas de Ponta Delgada, sendo por isso mais um indicador da aplicação efetiva de uma normativa dirigida ao ordenamento do território.

A abertura desta rua e de outras duas paralelas, a nascente a atual Coronel Silva Leal, antiga Rua do Desterro, onde em 1629 foi construída a ermida da mesma invocação e para poente a Rua dos Capas, conformaram no maranhão da cidade um bairro que acrescentou a malha para norte, como pouco anteriormente o dos Jesuítas. Este novo núcleo foi sempre de feição mais popular, e até de cariz menos urbano, uma espécie de subúrbio, ficando efetivamente dividido do resto da cidade pelo Convento da Conceição e sua cerca, construído a partir de 1664, entre as Rua do Desterro e São Miguel.

Do adro à praça. A câmara nova como indicador.

Para a compreensão do “emergir da centralidade” urbana em Ponta Delgada assume relevância o estudo do adro que envolve o edifício da matriz, o primeiro e mais distinto espaço público da urbe. Desde logo se observa que a igreja adota uma posição de centralidade em relação à malha.

Em Ponta Delgada o adro é o centro simbólico, mas não geográfico e o espaço embrionário em torno do qual se desenvolve a malha e a vida urbana, adquirindo essa área características de centro cívico, mais pela introdução de equipamentos do que pelo desenho do espaço público. A expressão material deste espaço central configura-se, pois, pela arquitetura e funcionalidade dos equipamentos que lhe estão associados e não pela urbanística em si.

¹⁹¹ Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* p.43, e nota 230.

¹⁹² O tema da metrologia é tratado em ponto próprio na segunda parte desta tese. Sobre a vara de 12 palmos (localmente denominada vara grande) veja-se também Mário VIANA, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas” *Arquipélago...* vol. III, 2^a série, pp. 487-493.

Constata-se que o adro envolvendo a igreja, faz destacar a sua volumetria e posição isolada e transforma-se em *praça* pela inserção dos edifícios característicos da função urbana em seu redor, como se apercebeu o próprio Gaspar Frutuoso quando anotou que a nova matriz se construiu sobre a primitiva “(...) *na praça da mesma cidade, defronte da casa da Câmara, junto do porto e alfândega, pelo que é sempre acompanhada de muita gente, e poucas igrejas haverá em tão bom lugar situadas (...)*”,¹⁹³ aproveitando portanto aquele que era já em meados do século XVI o lugar central da vila, não só do ponto de vista material, mas também simbólico.

Vale a pena relembrar que também o hospital e a misericórdia, desde data ignorada, mas seguramente muito antiga,¹⁹⁴ se situavam nas cercanias da matriz, mais precisamente no adro norte da igreja, para o topo da cabeceira.



Adro sul e ligação à praça, com a câmara ao fundo

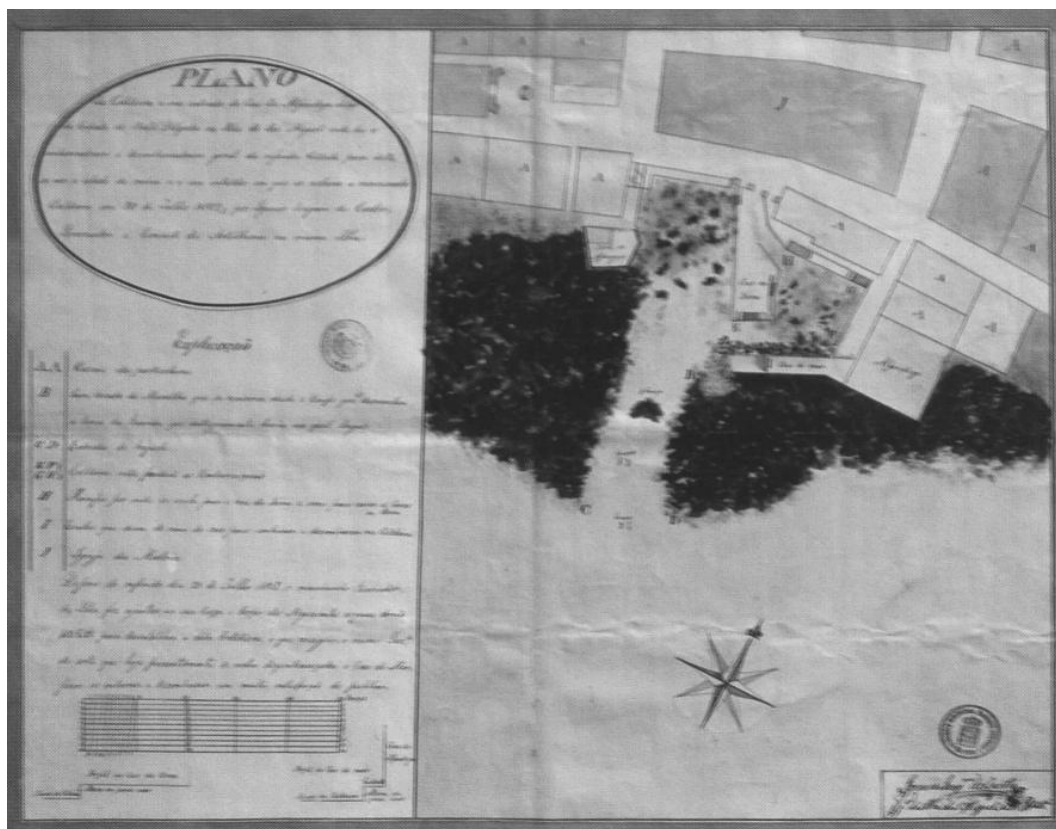
Se é verdade que a cidade medieval e de princípios da idade moderna, incluindo a de fundação, não integrou até muito tardiamente a praça, enquanto elemento morfológico projetado na sua malha,¹⁹⁵ é também certo que as funções que entretanto a vida urbana vinha exigindo, além do mercado/prança, nomeadamente a construção de paços para a câmara, foram necessariamente integradas ou em espaços já existentes no seio do núcleo, caso dos adros, ou em

¹⁹³ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 173.

¹⁹⁴ Sobre este edifício, desaparecido ainda na primeira metade do século XIX, quase sem deixar vestígios, Isabel Soares de Albergaria publicou um artigo ainda recente onde explora o que seriam os traços essenciais da igreja do complexo. Isabel Soares de ALBERGARIA, "A Igreja da Misericórdias de Ponta Delgada... p. 27.

¹⁹⁵ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...*, p. 708.

zonas livres, quase sempre no limite do espaço urbano onde ainda restava área vazia.



Plano da Caldeira e entrada do antigo Cais da Alfândega da cidade de Ponta Delgada(destruídos), desenhado por Inácio Joaquim de Castro, Coronel de Artilharia e Governador da Ilha de São Miguel, de 20 de Junho 1802, copiado do Plano original por Guilherme Hickling Read, negociante inglês na Cidade de Ponta Delgada, em de Março de 1804, (Reproduzido em Nestor de SOUSA, A arquitectura religiosa...)

No caso em estudo,¹⁹⁶ a câmara começou por se instalar no adro¹⁹⁷ da “igreja pequena”, onde permaneceu até que as circunstâncias de desenvolvimento da cidade aconselharam a construção de um edifício novo. A partir dessa decisão, sobre a qual não se conhecem muitos pormenores, criaram-se as condições para a conformação de uma praça autonomizada do adro e destinada às funções municipais, na qual se instala, não só a casa da câmara e cadeia, mas ainda os açougues e a fonte, bem como o mercado.

¹⁹⁶ Consulte-se o desenho de análise *Ponta Delgada 4*, onde se descreve a cronologia e localização dos principais edifícios.

¹⁹⁷ Amélia ANDRADE, “Um percurso através da paisagem urbana medieval”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 43-53, e, Amélia ANDRADE e Walter ROSSA, “La plaza portuguesa...”, p. 102-103.



A praça e a câmara na atualidade.

A decisão da construção do novo edifício da câmara estaria tomada cerca de 1630,¹⁹⁸ e a sua efetivação levou à criação em data incerta, mas certamente não muito afastada desta, de uma praça. Não se conhece qualquer iconografia deste espaço anterior a 1802,¹⁹⁹ mas um desenho de um plano de pormenor para a remodelação do cais, desta data, mostra a existência de uma praça autónoma do adro da matriz e que nasceu de um alargamento da rua marginal, ainda que seja um alargamento planeado e portanto conformado geometricamente. Tudo isto leva a uma revisão das interpretações²⁰⁰ que têm sido apresentadas, que ignorando este

¹⁹⁸ Rodrigo RODRIGUES, “Domus Municipalis” de Ponta Delgada. Câmara Velha e Câmara Nova”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1946, nº2 e 3, vol.II, pp. 383-388.

¹⁹⁹ Veja-se “Plano da Caldeira e entrada do antigo Cais da Alfândega da cidade de Ponta Delgada (destruídos), desenhado por Inácio Joaquim de Castro, Coronel de Artilharia e Governador da Ilha de São Miguel, de 20 de Junho 1802, copiado do Plano original por Guilherme Hickling Read, negociante inglês na Cidade de Ponta Delgada, em de Março de 1804” existente Arquivo Histórico Ultramarino e reproduzido por Nestor de SOUSA, *A Arquitectura Religiosa ...* Apenso Gráfico, nº3.

²⁰⁰ José Manuel FERNANDES... *A Cidade de Ponta Delgada ...* <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 02.09.2011, e Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português ...* pp. 54-58, imagens e cartografia entre as pp.70-

desenho, tomam por princípio que a praça de Ponta Delgada se estruturou desde o seu início como uma continuação do adro da matriz, quando afinal só depois de 1802 ela se ligou ao adro pela demolição de um edifício que os separava e que aí aparece representado. O erro de interpretação nasceu, certamente, da leitura feita a partir da carta de José Therezio Michelotti, datada de 1814 e habitualmente tida pela mais antiga representação da cidade de Ponta Delgada.

O edifício camarário conhecido na historiografia local por “câmara nova”, segue uma tipologia reconhecida para os paços municipais desde quinhentos,²⁰¹ na sua versão mais simplificada, com escadaria central apoiada num único arco e sem alpendre, sem fontanário agregado, mas com cadeia no piso térreo.

Pode-se concluir que a evolução morfológica de Ponta Delgada, se desenvolve em três grandes etapas, entre o século XV e o século XVII, assegurado por um conjunto de normas dirigidas ao território agrícola, que esteve na origem do lugar.

Em resultado nasceu e desenvolveu-se uma cidade em que a norma, com expressão na métrica agrícola transposta para o desenho urbano, foi um importante instrumento de planeamento.

Note-se como as sucessivas etapas de crescimento urbano se foram expandindo para o interior norte, sobre uma demarcação regulada do território, seguindo-se à estrutura linear inicial outras duas ruas, aproximadamente paralelas à primeira, entre as quais se estabelece um conjunto de perpendiculares que encontra apoio na “*moldura morfológica*”²⁰² que envolve a urbe.

Essa demarcação regulada partiu de uma primeira delimitação costeira, a 80 passadas da costa, terra entregue ao concelho, onde coube a primeira vila. Uma segunda demarcação foi estabelecida, com meia courela de comprimento (50

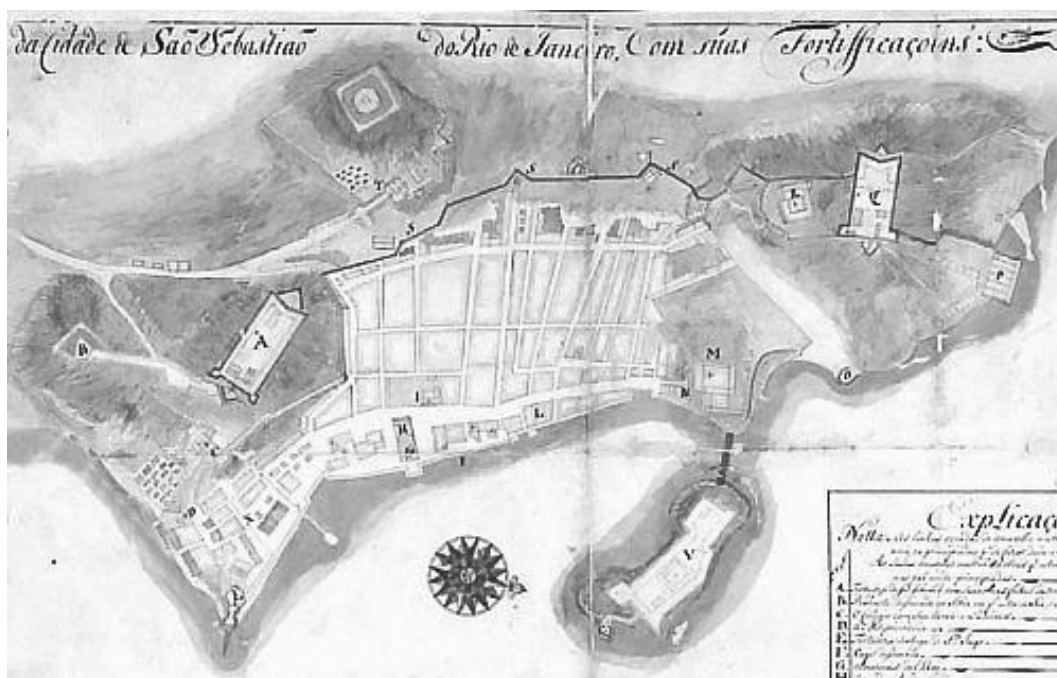
82.

²⁰¹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal...* veja-se o capítulo dedicado às casas de câmara pp. 743-802.

²⁰² Sobre este conceito, “Morphological frame”, aqui apresentado com tradução livre como “moldura morfológica”, consulte-se, M.R.G. CONZEN, *Alnwick, Northumberland - A study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers, London, 1969, p.137, do capítulo intitulado “Glossary of technical terms”.

braças/ 110 metros), onde se alojou a cidade. Por fim, dois ensanches, o dos jesuítas e o do maranhão, para norte desse limite cresceram com uma courela de comprimento até um novo alinhamento que definiu a fronteira norte da cidade até ao século XVIII.

Para finalizar, sem todavia fechar o tema, pelo contrário abrindo novas perspectivas de análise que não se aprofundam aqui, estabelece-se uma breve comparação com o Rio de Janeiro²⁰³ cidade com a qual Ponta Delgada encontra afinidades evidentes.²⁰⁴



Detalhe de carta do Rio de Janeiro. João MASSÉ, *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações*, 1713.

As duas cidades têm origens muito distintas, nomeadamente pelo facto do Rio decorrer de um processo fundacional formal e Ponta Delgada não, a que se

²⁰³ Essencial para compreender o processo de formação e evolução da cidade do Rio de Janeiro: Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, 2 vol.s, Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson, 2010.

²⁰⁴ Facto também observado por outros autores, sem contudo serem consequentes ao nível da comparação objetiva. Veja-se Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII* ...pp. 54-58, páginas em que os autores afirmam não só as semelhanças Ponta Delgada e Rio, como também entre estas e Angra, tecendo argumentos que se prendem mais com o caráter destas cidades portuguesas do que com as suas morfologias concretas.

junta uma geografia distante e uma cronologia difusa. Curiosamente aproximam-se bastante no momento da consolidação das malhas, já que a cidade açoriana conheceu um percurso demorado de construção (final do século XV a meados do século XVII) enquanto a baixa carioca se conformou de forma mais acelerada entre a transição de quinhentos para seiscentos e meados do século XVII.²⁰⁵ A analogia entre as duas urbes estabelece-se essencialmente ao nível do resultado morfológico final da ocupação da várzea do Rio, a parte baixa a norte do morro, onde a estrutura urbana programada cresceu, e a malha da cidade micaelense.

Isto é, a comparação possível é feita entre uma cidade que cresceu sobre um território agrícola ordenado e uma extensão de cidade programada, contudo com princípios bem distintos dos propostos para o seu núcleo urbano genético, conferindo-lhe um carácter, ao menos no início, semiurbano, cujo desenho, por isso, se aproxima mais da malha açoriana do que do tecido primitivo, alcandorado no morro.

Objetivamente, Ponta Delgada e a várzea do Rio de Janeiro encontram afinidades na forma arqueada da baía, não obstante ser de amena praia no Rio e de rocha, por vezes alterosa, em Ponta Delgada, mas também na forma como o tecido se estrutura a partir de uma primeira paralela à praia da qual partem perpendiculares para o interior. É evidente que no Rio todo o processo se desenrola de uma forma mais apurada, bem visível na linearidade com que se estruturou a malha, livre dos solavancos administrativos que demarcaram o processo evolutivo micaelense e que deixaram marcas profundas na morfologia de Ponta Delgada. Nota-se ainda que os dois tecidos, além da primeira paralela ao mar, ancoraram o crescimento num eixo que abria caminho para o interior. Nos Açores foi uma linha de água que, além de marcar o trilho de penetração no território, definiu o centro do lugar. No Brasil foi um trilho indígena, prévio à ocupação portuguesa da baía, que estruturou interiorização da malha.

Mas o que se deve salientar com mais destaque, é que os dois núcleos se estruturaram com base no mesmo sistema de modelação métrica, que tem por

²⁰⁵ “A descida para a várzea”, Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. II, pp. 234-244.

suporte as 20 braças,²⁰⁶ ou seja, 44 metros, a medida da largura da courela, uma medida agrícola antiga.

Para o caso açoriano, além da própria malha urbana, não são conhecidos documentos originais que fundamentem a dedução, mas para o Rio, Maurício de Abreu conseguiu reunir um conjunto de fontes,²⁰⁷ nomeadamente de cartas de sesmaria, que lhe permitiu concluir que as frentes das dadas de sesmaria na várzea mediam constantemente 20 braças, enquanto as cartas de sesmaria referentes às dadas de chãos no circuito urbano fundacional, no morro, estabeleciam como frente da dada dez braças, metade da frente entregue na parte baixa onde a terra existia em fartura.

Contudo muito é também o que distingue os dois processos, desde logo ao nível do que efetivamente se sabe sobre os agentes e procedimentos em cada um dos casos, estando muito favorecido a esse nível o caso brasileiro.²⁰⁸ Embora não caiba aqui dissecar a questão, é de referir, por exemplo, que as dadas entregues na várzea do Rio não tiveram obrigatoriamente a frente de mar, ou as ruas paralelas ao mar, como frente principal, a partir de onde era dividida a terra. Pelo contrário, observa-se aí que muitas das dadas eram entregues já sobre as perpendiculares à baía, o que, necessariamente obrigou à conformação prévia de um plano²⁰⁹ mais complexo, gerido a um nível superior, e não, como parece ter acontecido em Ponta Delgada, um plano mais resumido para o qual o conjunto normativo simplificado já descrito, aliado à iniciativa privada, terá sido suficiente.

A esse nível é interessante notar-se que em consequência, no Rio estabeleceu-se um quadro de hierarquias viárias mais complexo, organizando-se desde o início as ruas em ruas principais e ruas de traseiras,²¹⁰ que tanto podiam

²⁰⁶ Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. II, pp. 213-266.

²⁰⁷ Veja-se com especial atenção os pontos 5 e 6 da Parte 2, respetivamente “Concessão de sesmarias expansão” e As terras da Câmara e a sua ocupação” in, Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. I, pp.205-261, e o ponto 14, da Parte 4 da obra, intitulado “Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião”, Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. II, pp. 213-266.

²⁰⁸ O melhor exemplo é precisamente a obra que se tem vindo a citar de Maurício Abreu sobre o Rio de Janeiro, fundamentada no cotejo exaustivo de documentação referente à entrega de sesmarias na baía de Guanabara.

²⁰⁹ Maurício Abreu denomina-o de “plano mental”. Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. II, p.244 e p.261.

²¹⁰ Sistema que pode ser observado com frequência na estruturação da cidade medieval, veja-se

ser paralelas ao mar como perpendiculares, dependendo de onde se tinha estabelecido a frente da dada.²¹¹

No contexto da estruturação viária é ainda de destacar que na várzea do Rio, todas as ruas deviam medir 30 palmos de largo, com exceção da Rua Direita, a primeira paralela ao mar que teria 40. Isso mesmo deixa clara a documentação relativa às sesmarias, com que se obriga todos os beneficiados com terras nessa área a dispensar ao concelho o espaço necessário para fazer cumprir essa premissa. Em Ponta Delgada só tardiamente se pode comprovar a existência de uma normativa a esse nível, quando a câmara manda abrir a Rua Nova de São Miguel (1624), todavia com uma medida que se comprova ser uniforme com a restante malha urbana.

Tudo isto é, por si só, revelador da persistência de uma metodologia de ocupação, metodologia que teve a sua coerência assegurada pelo sistema instituído para a distribuição da terra, as dadas, regido pela lei das sesmarias, de origem medieval mas que se soube ajustar às necessidades dos tempos e espaços,²¹² como também por um sistema de gestão local de ordenamento do território que evoluiu aprendendo com o passado sem nunca o negar.²¹³

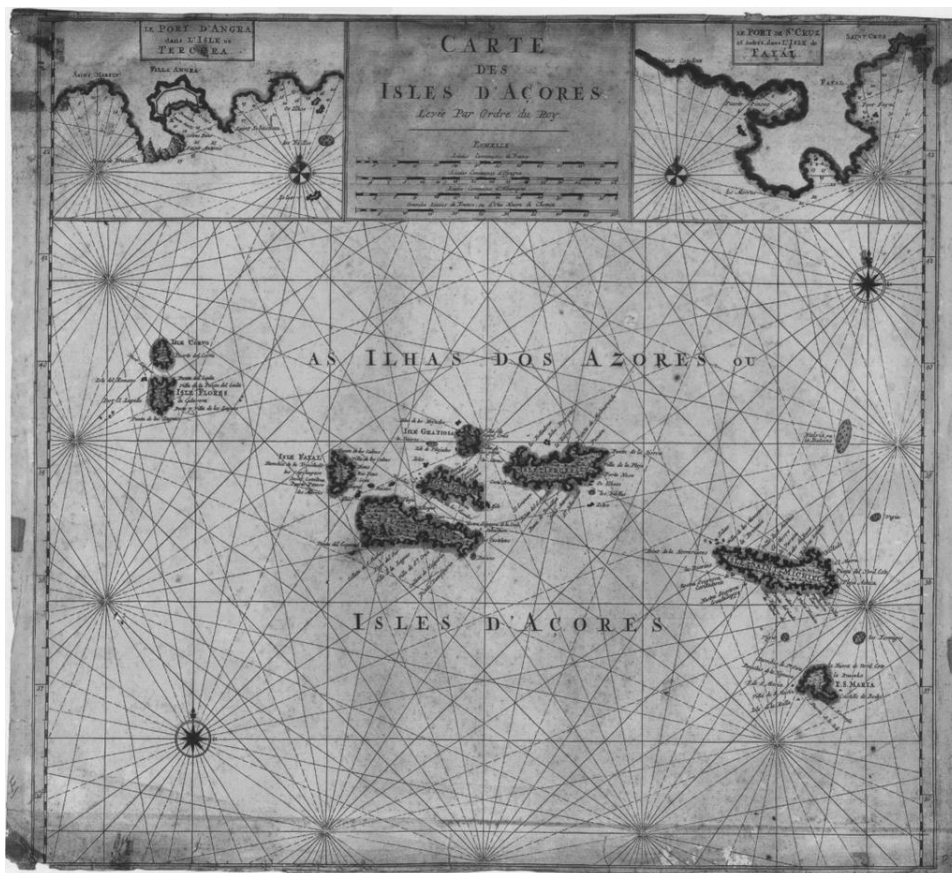
em Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...*, pp.421- 443 o caso de Nisa, onde uma organização deste tempo permaneceu patente.

²¹¹ Veja-se em particular o Mapa 21 publicado por Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, vol. II, p. 261.

²¹² Sobre a lei medieval das sesmarias consulte-se Virginia RAU, *Sesmarias medievais portuguesas ...*. Sobre a sua aplicação ao caso açoriano veja-se o capítulo dedicado ao tema na segunda parte desta tese. Para a sua aplicação no Brasil consulte-se: Costa PORTO, *O Sistema Sesmarial no Brasil*, Brasília, Universidade de Brasília, s.d.

²¹³ Note-se como a esse nível, no Rio, terá sido essencial a reunião de um património fundiário concelhio. “*As terras da Câmara e a sua ocupação*”, “*Os rossios da cidade*” e “*A construção do espaço urbano no século XVII*”, Maurício de Almeida ABREU, *Geografia Histórica do Rio ...*, respetivamente, vol I, pp. 234-261 e vol. II, pp. 277-300, pp. 302-351. Para o caso açoriano falta ainda averiguar muito a este nível, mas em todo o caso além da frente marítima de terra que estaria guardada destinada ao concelho, sabe-se, que o concelho podia requerer sempre que necessário terra para caminhos “do concelho”, como se disse e como melhor se explica mais adiante em ponto dedicado.

PARTE SEGUNDA . O TERRITÓRIO



“Carte des Isles d’Açores, levée par orde du roy” (Reproduzida Mário VIANA, História da Horta ... vol. III, p 112.

CAPÍTULO I . OCUPAÇÃO, GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Não são ainda totalmente conhecidos os contornos do processo de povoamento inicial do arquipélago.¹ A dispersão geográfica do território, associada à assimetria das características geofísicas, que vão desde a dimensão à capacidade produtiva de cada uma das parcelas e a que se junta a aridez de fontes, a isso conduziu. Situação particularmente notória no que se refere à análise da componente material, que aqui interessa estudar.² Contudo, os dados até agora reunidos pela historiografia e monografias das cidade da primeira parte desta tese, permitem sintetizar um quadro de leitura consistente, quer sobre os intervenientes,

¹ Dando conta do muito que já foi feito mas também do que falta fazer, de destacar, pela abrangência alargada em termos territoriais, mas também analíticos, incluindo a abordagem às metodologias administrativas, às formas produzidos, às fontes disponíveis, assim como ao contexto geral quer geográfico quer histórico: Avelino de Freitas de MENESES: “O Arquipélago dos Açores. O povoamento”, A. H. Oliveira MARQUES, Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão ...* vol.III, tomoI, pp. 209-306; “O povoamento”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...* vol. I pp. 63-109; e Artur Teodoro MATOS, “Povoamento e Colonização dos Açores”, Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Portugal no Mundo ...* vol. I, 1989, pp. 176-188.

² Neste contexto de destacar com relevo especial os trabalhos de Rute Gregório, que estuda com particular atenção o processo de ocupação da Terceira. GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna ...* Da mesma autora de ressaltar ainda os estudos sobre o património particular do primeiro Provedor das Armadas, GREGÓRIO, Rute Dias, *Pero Anes do Canto...* ; e GREGÓRIO, Rute Dias, “Uma exploração agro-pecuária terceirense (1482-1550)”, *Arquipélago. História*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2001, vol. V, 2ª série, pp. 13-50. É ainda obrigatório destacar-se, inserido na recém publicada *História dos Açores*, o trabalho de Rute GREGÓRIO intitulado “Formas de Organização do Espaço”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores ...* vol. I, pp. 111-140, como a análise mais profunda e abrangente até hoje concretizada sobre a questão, trabalho a que se juntam outros títulos da autora e que amiúde se referenciam na presente tese, obras de extrema importância pela consolidação sistematizada da informação, firmemente apoiada em documentação histórica, muita da qual transcrita. Devem ainda evidenciar-se outros estudos como, João Vieira CALDAS (coord.), *Arquitectura Popular dos Açores ...*; ou, Jorge A. Paulus BRUNO (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores ...*

quer sobre as práticas nos diferentes âmbitos de atuação no processo de construção deste novo território atlântico.

Os intervenientes no processo de construção e gestão do território agrupam-se numa estrutura funcional e hierárquica clara, constituída pela coroa, pela donataria, pela capitania, pelos concelhos e que têm já os seus âmbitos de atuação genericamente identificados.³

Porém, falta ainda uma abordagem à morfologia concreta das dadas e formas consequentes, associada a uma interpretação das implicações sobre o ordenamento do território, relacionando a metodologia administrativa com os meios técnicos e humanos. Isto, no sentido de procurar uma leitura contínua entre a forma construída, as marcas ainda existentes no território e o processo administrativo que a geriu, onde se inscreve a orgânica hierárquica acima referida.

A proposta desta segunda e última parte da tese passa pois por enquadrar a cidade na construção do território e a partir daí fazer o reconhecimento das continuidades e das inovações estabelecidas, num processo que se reveste de importância relevante no quadro do entendimento global da cultura urbana e territorial portuguesa.

Às estruturas superiores da organização administrativa se devem a maior parte dos dados relativos à ocupação e povoamento das ilhas açorianas, podendo mesmo ser atribuída ao respetivo conjunto de fontes, a informação que melhor consubstancia o esclarecimento do processo global de distribuição e gestão de terras, em particular para as épocas mais remotas da colonização.⁴

³ Veja-se José Guilherme Reis LEITE, “O Arquipélago dos Açores. Administração: as estruturas e as instituições” e “A Igreja e a cultura”, *Nova História da Expansão ...vol.III*, tomoI, respetivamente pp. 307-330 e 492-534. Avelino de Freitas MENESES, “Os ensaios de organização política e os seus resultados: as ilhas como modelo experimental para governo à distância”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLIII, pp. 577-592.

⁴ Um fenómeno que se repete não só no território reinol da Idade Média mas também por toda a Europa como exemplifica Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal*, p. 232. Não se encontra nos arquivos regionais documentação equivalente, por exemplo, à guardada nos arquivos das Canárias, cujo processo de colonização ganha fôlego precisamente em anos próximos do processo açoriano. “Las Datas de Tenerife. Libros de cédulas originales de repartimiento de la Isla, expedidas, desde 1497 por Alonso Fernández de Lugo con poder de sus Altezas.” (Extractos

Mas o evoluir do processo de povoamento e ocupação territorial fez-se acompanhar da complexificação da estrutura administrativa de que a organização concelhia,⁵ mas também a denominada *administración central periférica*⁶ são ambas faces importantes. O seu reconhecimento é pois relevante no contexto da construção do território e da cidade, desde logo porque sobre elas se conhece um corpo documental considerável e ainda pouco explorado do ponto de vista da cultura do território, em particular no que se refere a cargos e profissionais, que por via direta ou menos evidente exercem funções relevantes tanto na própria construção do território, como na sua gestão, conforme adiante se demonstra.

Ainda acerca das fontes disponíveis sobre a temática, também neste capítulo se tem de reiterar o muitíssimo importante contributo dos cronistas açorianos, em particular dos dois primeiros, Gaspar Frutuoso e Diogo das Chagas, aos quais se deve, quase em exclusivo, o registo de topónimos, nomes e cargos.

de Elías Serra Ràfols), *Revista de Historia Canaria*, La Laguna de Tenerife, Universidade de La Laguna. Faculdade de Filosofía y Letras, 1959, nº125-126, 127-128, pp. 254-269. “Las Datas de Tenerife. Libros de cédulas originales de repartimiento de la Isla, expedidas, desde 1497, por Alonso Fernández de Lugo con poder de sus Altezas.” (Extractos de Elías Serra Ràfols/continuación), *Revista de Historia Canaria*, La Laguna de Tenerife, Universidade de La Laguna. Faculdade de Filosofía y Letras, 1960, nº129-130, pp. 122-138. *Acuerdos del Cabildo de Tenerife III, 1514-1518: com apéndice de documentos sobre el gobierno de las Islas* (ed. y estudio de Elías Serra Ràfols y Leopoldo de la Rosa), La Laguna, Instituto de Estudios Canarios, 1965. Veja-se ainda Eduardo AZNAR VALLEJO, *La integración de las islas Canarias en la corona de Castilla (1478-1526)*, La Laguna, Secretariado de Publicaciones Universidade de La Laguna, 1983. Estudo dedicado às três maiores ilhas, Gran Canaria, Tenerife e La Palma, e últimas a serem povoadas, ilhas que não se constituíram como senhorios, tendo antes sido colonizadas diretamente pela coroa castelhana.

⁵ Para uma visão síntese dessa evolução consulte-se: Avelino de Freitas MENESES, “Os Açores na era de D. João III: uma interpretação da 1ª série do Arquivo dos Açores”, Avelino de Freitas de MENESES e João Paulo Oliveira e COSTA (coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa e Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Centro de História de Além Mar, 2007, vol. II, pp. 403-424.

⁶ Amélia Aguiar ANDRADE, “Estado, territórios e ‘administración régia periférica’”, Helena da Cruz COELHO e Armando Luís Homem de CARVALHO (coords.), *A Génesis do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV). Ciclo de Conferências* Maria, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999, pp. 151-187.

1. O sistema de donataria-capitanias. Antecedentes e consolidação

Esta fórmula administrativa surge porque novidade da tarefa de colonizar e descobrir terras, obrigou à criação de uma orgânica específica que enquadrasse o novo sistema geográfico e social nascido deste momento da Expansão.⁷

Colonizar e descobrir, porque efetivamente no início assim parece ter acontecido. Aliás a oferta do senhorio simples continuou a ser utilizada como um incentivo dado pela coroa aqueles que novas ilhas descobrissem.⁸

Contudo, não é fácil sintetizar uma problemática que se reveste de tantos e tão variados focos de abordagem, de resto, a complexidade da questão é denunciada pela origem diversificada dos estudos dedicados quer à temática geral das donatarias-capitanias, como aos subtemas que lhe são intrínsecos como o estudo das sesmarias, estudos que interessam ao direito, como à sociologia e à história.⁹

⁷ A obra que se tomou como referência para este tema: António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitanias do Brasil- Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional Comemorações Descobrimientos Portugueses, 2001. Veja-se também: António HESPANHA e Maria Catarina MENDES, “Os poderes num império oceânico”, José MATTOSO (dir.) *História de Portugal*, António HESPANHA (coord.) *O Antigo Regime* vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 395-414.

⁸ A título de exemplo vejam-se os documentos referentes à entrega do senhorio de ilhas vistas ou a descobrir: “Carta de D. Afonso V, de 19 de Fevereiro de 1462 – Doação a João Vogado de duas ilhas novas, Lono e Capraria, que se diziam já descobertas, mas não povoadas”, “Carta de D. Afonso V, de 29 de Outubro de 1462 – Doação ao Infante D. Fernando de uma ilha que Gonçalo Fernandes houve vista, vindo das pescarias do Rio do Oiro, do mesmo modo que já lhe fizera das outras sete ilhas, que Diogo Afonso, seu escudeiro, achou através de Cabo Verde”, “Carta de D. Afonso V, de 12 de Janeiro de 1473 – Mercê à infanta D. Brites e a seus filhos uma ilha que aparecera através da ilha de S. Tiago, que o infante D. Fernando mandara em vão procurar algumas vezes e que ela tencionava continuar a procurar”, “Carta de D. Afonso, de 28 de Janeiro de 1474 – Doação a Fernão Teles das ilhas que achar, pessoalmente ou por seus homens e navios, no mar oceano, para as povoar, não sendo porém nas partes da Guiné, e declarando que o mesmo poderá haver as ilhas Foreiras, que adquiriu por contrato com João de Teive, o qual juntamente com seu pai Diogo de Teive as descobrira havia pouco”, “Carta de D. João II, de 24 de Julho de 1486 – Confirmação do contracto feito entre Fernão Dulmo, que ia por mandado régio a descobrir a ilha das Sete Cidades, e João Afonso do Estreito, acerca das ilhas ou terra firme que o priemiro achasse”, “Carta de D. Manuel, de 12 de Maio de 1500 – Doação a Gaspar Corte Real de qualquer ilha ou terra firme que descobrir ou achar”, “Carta de D. Manuel, de 15 de Janeiro de 1502 – Doação a Miguel Corte Real, das terras que descobrir e confirmação das que lhe deu seu irmão Gaspar Corte-Real”, Manuel Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores...*, respetivamente pp. 145, 147, 156, 160, 187, 204, 209.

⁹ Virgínia RAU, *As sesmarias medievais portuguesas ...*, Costa PORTO, *O Sistema Sesmarial no Brasil*, Brasília, Universidade de Brasília, (s/d), Miguel Jasmins RODRIGUES, “Sesmarias no Império Atlântico Português”, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Instituto Camões, <http://cvc.institutocamões.pt/ear/colóquio/comunicações/sesmariasnoimperioatlanticoportugues>.

À história do ordenamento do território o estudo das donatarias e capitánias interessa enquanto sistema que gere a ocupação de vastas áreas do território ultramarino português. É, aliás, unanimemente aceite por todas as áreas de abordagem que “*o fim principal a que estão destinadas [as capitánias] é a povoação da costa e terra firme*”.¹⁰

Vale por isso a pena passar a analisar o contexto de conformação deste sistema, em grande medida coincidente com o processo de construção inicial do território dos Açores, não obstante, em boa verdade, ser certo que quando o povoamento do arquipélago açoriano se inicia, na Madeira o sistema de donataria-capitánias já estava em execução, servindo inclusive como base para a definição de todo o sistema, facto patente nas primeiras cartas de entrega das capitánias dos Açores, onde se pode ler “*faça-se como nas minhas outras ilha*” ou seja na Madeira.¹¹

De uma forma simples pode dizer-se que as donatarias são um expediente criado pela coroa para concessionar parcelas de território para que outros em seu nome as povoem. Na prática, a coroa delega a jurisdição cível e crime de uma determinada área a um senhor que se transforma no donatário desse território. Este é um direito de concessão hereditária, que permitia uma grande amplitude de atuação a que apenas se exclui a pena de morte e o talhamento de membro, na jurisdição criminal e a cunhagem de moeda e declaração de guerra na administração cível. Os donatários nomeavam delegados, os capitães, que atuavam com direitos semelhantes aos donatários em sub-espacos da donataria, as chamadas capitánias.¹²

Aos donatários e por delegação também aos capitães, cabia então governar a terra e administrar justiça. Mas, naturalmente, primeiro havia que colonizar a

pdf, consultado a 14.12. 2009.

¹⁰ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitánias do Brasil...*p. 96, citando o Cód. 7627 dos reservados da Biblioteca Nacional, fól. 41, de 1685.

¹¹ Veja-se por exemplo a primeira carta de doação de uma capitania nos Açores a Jácome de Bruges. “Doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, 2 de Março de 1450”, AA ... vol. IV, p.207-208.

¹² Siga-se por exemplo, José Guilherme Reis LEITE, “O Arquipélago dos Açores. Administração: as estruturas e as instituições”, *Nova História da Expansão* ... vol. III, tomo I, pp. 307-330.

terra, promovendo o povoamento e a agricultura. De que a colonização é a principal das tarefas a ser desempenhada deixam claro os primeiros documentos conhecidos, as cartas de doação das capitânicas, onde se especificam fórmulas como, “*dará [o capitão] toda a ordem á povoação della*”¹³, na carta da capitania de São Jorge entregue a João Vaz Corte-Real, já capitão de Angra, ou no caso da doação de 1474 a Martins Homem, lembrando que lhe cabe “*fazer crescer a povoação dela*”,¹⁴ ou ainda “*fazer povoar e aproveitar*”, como se lê na carta de doação a Ruy Gonçalves da Câmara das ilhas que descobrir.¹⁵

Foi já assinalado pela bibliografia especializada que “*ao contrário do que geralmente se crê, o título de Capitão não terá surgido com a criação das capitânicas pioneiras da Madeira. Segundo vemos, assim são já chamados os primeiros delegados do Infante e do Rei, no primeiro período de colonização do arquipélago, cerca de vinte anos anterior à concessão da primeira capitania do Machico*”.¹⁶ Sugere a cronologia dos dados que a definição do âmbito de atuação, bem como do próprio termo, evoluiu a par e passo com a própria consolidação da estratégia de ocupação atlântica, primeiro na Madeira e em seguida nos Açores, onde embora a experiência madeirense já pudesse servir de exemplo, também se reconhecem incertezas, avanços e recuos no que consigna à entrega e gestão de territórios.

A historiografia aponta para a definição de um padrão de atuação onde a coroa e o donatário exigem aos seus enviados garantias de sucesso antes de lhes entregarem formalmente terras. Com efeito, tal como nas capitânicas da Madeira, também no arquipélago açoriano as cartas de capitania foram maioritariamente

¹³ “Carta do Duque D. Diogo, De doação (e suas confirmações) da capitania da ilha de São Jorge a João Vaz Corte-Real: de 4 de Maio de 1483”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...*, p.183.

¹⁴ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Álvaro Martins, de 17 de Fevereiro de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...*, p. 164.

¹⁵ “Carta de doação de D. Afonso V a Ruy Gonçalves da Câmara das ilhas que descobrir, de 21 de Junho de 1473”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos... p. 157.*

¹⁶ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitânicas do Brasil...* pp. 142-144. Sobre esta questão veja-se: Fernando Jasmins PEREIRA, “Alguns Elementos para o Estudo da História Económica da Madeira (Capitania do Funchal - Século XV). Dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1959”, *Estudos Sobre a História da Madeira* (org. Miguel Jasmins Rodrigues), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991, pp. 3-281. Em especial o Capítulo I intitulado *Perspectivas dos primórdios da colonização*, pp. 15-29.

passadas após a pré-instalação dos seus povoadores/capitães nas respetivas capitánias, sendo mesmo relatados pela historiografia alguns casos fracassados e já mencionados, como o de Jácome de Bruges, na Terceira, ou de Álvaro Ornelas no Pico, quando se tratou respetivamente da Praia e da Horta.

Não obstante a opção antiga pelo sistema donatorial, para gerir a ocupação das ilhas, sobressai de um dos primeiros documentos conhecidos para os Açores, de 1443,¹⁷ o facto de se haver à data já instituído uma comenda, configurando esta, na verdade, a primeira forma de gestão ou administração do novo território, precedente, portanto, à instalação do regime de capitánias no arquipélago. Também sobre este tema são poucos os dados conhecidos em absoluto e que permitam em concreto esclarecer sobre questão da criação e duração desta comenda,¹⁸ nem tão pouco sobre a sua extensão territorial, não sendo claro se apenas respeitaria à ilha de Santa Maria, segundo se crê a primeira ilha a ser descoberta e povoada, ou se se estenderia a São Miguel que se sabe estar em 1447 entregue ao Infante D. Pedro.¹⁹

Mas, conquanto permaneçam as dúvidas expostas, é também sabido que o sistema de comenda configura a doutrina administrativa habitualmente instituída pela Ordem de Cristo nos territórios sob a sua jurisdição, integrando o poder temporal e espiritual usualmente entregues a um só responsável, o comendador. Molde em que terá sido constituída a comenda açoriana por mão do Infante D. Henrique, a um tempo senhor das ilhas e administrador, desde 1418, da Ordem de Cristo, e assim, entregue sob esta prerrogativa administrativa, ao comendador de Almourol, Gonçalo Velho Cabral.

Sobre a questão da comenda deve ainda registar-se que não se conhecem documentos que esclareçam sobre o momento claro da sua extinção. Contudo, num diploma régio de 1455 Gonçalo Velho Cabral não aparece referido como

¹⁷ “Carta Régia de recompensa pelo esforço dos povoadores, 5 de Abril de 1443”, AA ...vol. I, p. 6.

¹⁸ Para uma revisão do assunto veja-se: José Guilherme Reis LEITE, “O povoamento dos Açores. A comenda inicial”, *O reino, as ilhas e o mar oceano*... vol. II, pp. 437-442.

¹⁹ “Carta régia isentando para todo o sempre de imposições os produtos produzidos em São Miguel, 20 de Abril de 1447”, AA... vol. I, p. 6.

comendador, mas sim como, “*aquele que tem as ilhas a seu cargo*”,²⁰ o que no fundo pode querer dizer a mesma coisa.²¹ A dúvida reside em saber se ao tempo os poderes temporal e espiritual já estariam separados, como se confirma em 1504 com a renovação da comenda e atribuição em definitivo do poder temporal ao donatário (e por conseguinte aos capitães) e do espiritual à Ordem de Cristo,²² que se materializava na figura do comendador, consagrado como administrador espiritual das ilhas. Assim sendo, o primeiro comendador ter-se-á convertido no primeiro capitão das ilhas de Santa Maria (e eventualmente, São Miguel), enquanto a Terceira foi desde o início do povoamento uma capitania, entregue ainda em vida do Infante D. Henrique a Jácome de Bruges.²³ Bem como, as restantes ilhas do grupo central, progressivamente “descobertas”, convertidas em capitánias e entregues a capitães nomeados pelo donatário.

A donataria enquanto sistema administrativo extingue-se aquando da integração das ilhas no senhorio régio em 1495. Até aí as ilhas açorianas conheceram como donatários o Infante D. Henrique desde data incerta até 1460 e o infante D. Pedro por um período que se desconhece, em torno de 1447 como senhor de São Miguel. Depois o Infante D. Fernando num governo que durou uma década (1460-1470), a que se seguiram seus filhos, D. João (que morre cerca de 1472), D. Diogo (até à sua morte em 1484) e, finalmente, D. Manuel até ao ano da sua coroação.

Conquanto a donataria se extinga em 1495, data charneira no processo administrativo das ilhas, o cargo de capitão prolongou-se até ao século XVIII aquando da abolição das capitánias pelo Marquês do Pombal, a quem se deve a

²⁰ “Carta de D. Afonso V de perdão a João de Lisboa, degredado nas ilhas de Gonçalo Velho, de 22 de Maio de 1455”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores...*, pp. 127-128.

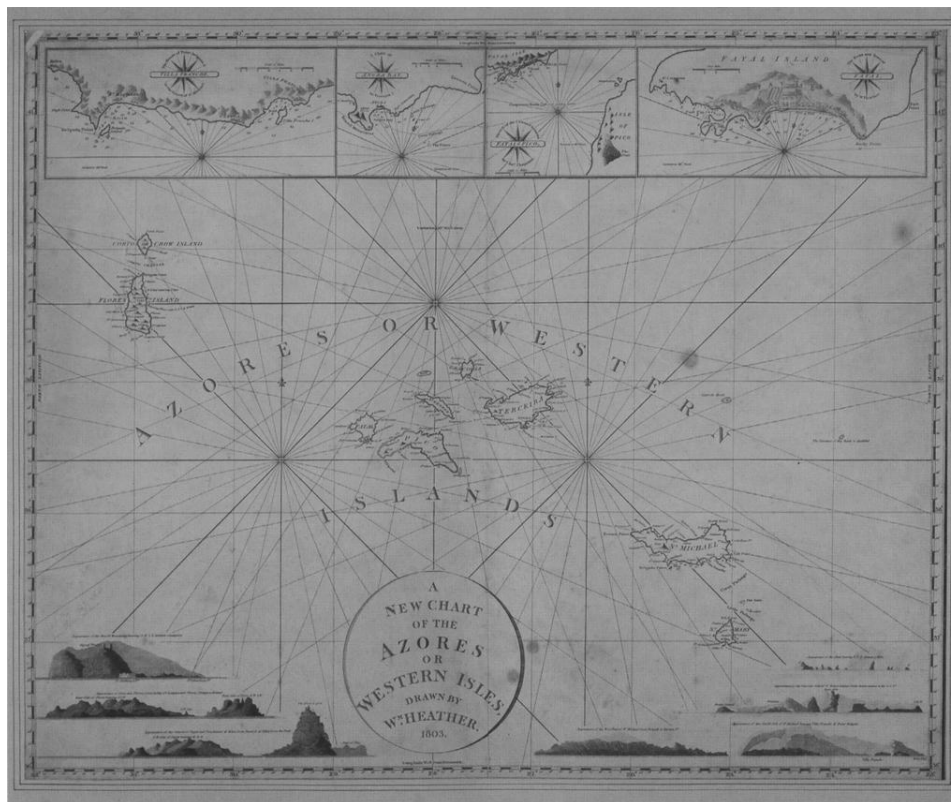
²¹ Sobre o uso simultâneo e equivalente de termos como *capitão*, *regedor*, *governador por mim*, ou *com o cargo* ou *carrego*, veja-se: António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitánias do Brasil...* pp. 142-144.

²² Importa referir que por Bula Papal de Eugénio IV de 5 de Janeiro de 1433 todas as terras descobertas ou a descobrir, eram concedidas à Ordem de Cristo no que se refere à gestão de âmbito espiritual, integrando de imediato o patronato desta ordem. Veja-se por exemplo o Índice cronológico Rui CARITA, *História da Madeira. Povoamento e Produção Açucareira (1420-1566)*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, vol. I, p. 428.

²³ “Doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, 2 de Março de 1450”, AA ... vol. IV, p.207-208.

instituição nas ilhas, pela primeira vez, de um governo central. A partir de 1766 a administração do arquipélago organiza-se numa Capitania Geral, órgão comandado por um Capitão General a quem se atribuem poderes quase absolutos e que se instala em Angra, nessa época elevada formalmente a capital do território da capitania dos Açores.²⁴

²⁴ Sobre este tema para uma visão geral consulte-se: “III Parte: Unir para dominar: a centralidade administrativa (1766-1836)”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores* ... vol. I, pp. 433-664.



William HEATHER, "The new chart of the Azores or Western Isles" (1803)
(Reproduzida Mário VIANA, História da Horta ... vol. III, p 122).

CAPÍTULO II . INTERVENIENTES E PRÁTICAS

1. Da Coroa

O reconhecimento da importância das ilhas pela coroa foi demorado. Em termos estratégicos o Norte de África continuava a ser o foco primordial da ação e a expansão atlântica fazia-se no sentido do sul ao longo da costa africana, na busca dos reinos de Preste João e do almejado caminho marítimo para a Índia. Contudo, referenciadas as ilhas com exatidão a partir de 1427, segundo assinala a carta de Valseca datada de 1439,²⁵ dá-se em poucos anos início ao processo colonizador.²⁶

A partir daí a documentação aponta a tomada de medidas decretadas ao nível mais elevado no sentido de garantir a integração e manutenção das ilhas no reino português, e, muito embora a coroa não guarde para si a empresa, incentiva e estimula a que outros em seu nome as explorem e povoem. Nesse mesmo ano,

²⁵ Entre outros consulte-se: Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores ...* p. XLII –XLIII.

²⁶ Sobre o processo de descobrimento das ilhas consulte-se, Rui CARITA, “O descobrimento dos Açores”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores ...* vol. I, pp. 49-61. Veja-se também a revista *Oceanos. Ilhas Fantásticas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 46, 2001., Luís Adão da FONSECA, *Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico. Século XIV-século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1999. Em especial as pp. 17-29 o ponto dedicado a *O imaginário das viagens atlânticas* no capítulo intitulado “os quadros intelectuais, espaciais e políticos da primeira expansão marítima”.

1439,²⁷ ainda antes de se conhecer formalmente a doação das sete ilhas até então descobertas ao Infante de D. Henrique, a rainha D. Leonor, curadora e tutora do filho menor, e o infante D. Pedro, tio do rei e defensor do reino, autorizam, em nome de D. Afonso V, que o infante D. Henrique as “*mande pobrar*”. Pelo mesmo documento se sabe que o infante experimentava já a ocupação das ilhas com o lançamento de ovelhas.

Data de cinco de Abril de 1443 o segundo documento em antiguidade respeitante ao arquipélago. Trata-se de uma carta de “*graça e merce a Gonçallo Velho*” intitulado “*comendador das ilhas dos Açores*” e ainda “*a todollos os povoradores q estam e vivẽ nas ilhas*”,²⁸ feita em nome de D. Afonso V e passada por D. Pedro, enquanto regente, a pedido de D. Henrique. A carta isenta do pagamento de dízima, ou qualquer portagem, todos os bens que produzidos nas ilhas sejam transportados ao reino, medida válida para os cinco anos seguintes. No mesmo sentido, a 20 de Abril de 1447 novo diploma é emanado, agora desobrigando apenas a ilha de São Miguel “*d’este dia para todo sempre a todollos moradores que ora vivem e moram, ou morarem d’aqui em diante em a dita ilha a dizima de todo o pão e vinho e pescados e madeira e legumes e todallas outras cousas que nella houverem e trouverem a estes nossos reinos por qualquer guiza.*”²⁹

Deste último documento sobressai o facto de se constituir como um instrumento de *graça e mercê* ao infante D. Pedro, atendendo que à data era ele o regente do reino, parece claro que o diploma visa o seu próprio favorecimento e assim a sua integração num contexto que no final da década de quarenta já se revelaria prometedora. À parte da importância como único documento que assinala o infante regente como detentor do senhorio da ilha de São Miguel, uma vez que até aqui aparecem entregues, no conjunto das sete até então conhecidas, ao seu irmão o Infante D. Henrique, o documento evidencia-se como demonstrativo da extrema proximidade ao rei de todos os personagens responsáveis desde o início

²⁷ “Autorização concedida ao Infante D. Henrique para o Povoamento das sete ilhas dos Açores”, 2 de Julho de 1439, AA ... vol. I, p. 5.

²⁸ “Carta Régia de recompensa pelo esforço dos povoadores, 5 de Abril de 1443”, AA ... vol. I, p.6.

²⁹ “Carta régia isentando para todo o sempre de imposições os produtos produzidos em São Miguel, 20 de Abril de 1447”, AA ... vol. I, p.6.

pela colonização das ilhas açorianas, facto que se manterá até 1495 quando D. Manuel, quinto donatário das ilhas, sobe ao trono, integrando-se o arquipélago no conjunto dos senhorios régios.

As cartas régias de isenção de impostos aplicadas às ilhas na década de 40 de Quatrocentos, são de extrema relevância para o tema estudado. Com efeito, os documentos antes enumerados representam em si mesmos uma das metodologias preferenciais de incentivo ao povoamento por parte do poder central. Não serão tão precisos como os diplomas equivalentes reconhecidos para territórios (menos inóspitos) do continente que, embora conhecendo muitos séculos de humanização, estavam vagos e por isso em risco de se perderem e que, durante a longa Idade Média se (re)conquistaram também pelo povoamento em processos fortemente impulsionados pela coroa que garantia aos que para esses lugares quisessem ir morar direitos e privilégios especiais, como os aqui descritos para as ilhas.³⁰ Estes dados contribuem para uma leitura contínua que tem de ser tomada de forma crítica e naturalmente ajustada à realidade geográfica e humana dos primórdios da ocupação do arquipélago, contudo credível e potencialmente frutífera para o melhor entendimento do processo construtivo de ocupação atlântica.³¹

Se é verdade que o grosso do processo de povoamento do reino³² se implanta e consolida ainda antes de descobertas as ilhas e iniciada a sua colonização,³³ é também verdade que o processo germinou e perdurou muitos

³⁰ Como exemplo cite-se a fundação de Vila Boa de Montenegro (forais de 1301 e 1303), vila de fundação onde os povoadores ficam isentos do pagamento anual de 3000 libras de moeda velha em tributos fiscais à coroa nos dois primeiros anos de fixação. Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ...p. 244. A isenção fiscal como uma benesse de incentivo ao povoamento, no mesmo trabalho, p.243.

³¹ Também para a Madeira existiram incentivos semelhantes, como lembra um documento de protesto da população do Funchal ao rei, repudiando a aplicação de imposições, onde afirma que “*apríncipall causa por que esta terra pouorou de seu principio e pouora oje em dia he principal mente por que sejam libertados de nã pagarmos peyta nem semelhantes tributos*”. Fernando Jasmíns PEREIRA, “Alguns elementos para a história económica ...”, p.11. O documento pode ser consultado no “Tombo 1º do Registo Geral da Câmara do Funchal (introdução e leitura de Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo)”, *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, vol./ano XV(1972), documento nº 14, p. 88.

³² Termo porque se regista na documentação da época o território matriz continental.

³³Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... pp. 7-11

séculos, desde logo na memória e no espaço construído, mas acima de tudo, no campo dos preceitos legais instituídos.

Assim, o processo de povoamento e colonização das ilhas entende-se como parte de uma ação continuada que a coroa portuguesa foi desenvolvendo e aperfeiçoando desde os inícios da nacionalidade e que perdura por séculos na Índia, no Brasil e em África.³⁴ Numa perspetiva de tempo longo, se se atender às diferenças e às particularidades geográficas, sociológicas e políticas, mas também às semelhanças e coincidências metodológicas, revelar-se-ão dados e factos que contribuem para a consolidação da ideia de uma cultura de território portuguesa.

Refira-se ainda neste contexto que a primeira vila instituída na ilha de São Miguel foi precisamente Vila Franca do Campo,³⁵ com um nome comum a muitas outras vilas e povoações fundadas em Portugal como meio de povoamento, ou repovoamento, de zonas pouco atraentes à permanência de habitantes.³⁶ A Vila, como ainda hoje se conhece, será na melhor das probabilidades contemporânea das cartas de desobriga endereçadas às ilhas em 1443 e particularmente a São Miguel em 1447.

Muito embora o nome indicie tratar-se de um núcleo de fundação, portanto intencional e superiormente decidido, não se conhecem documentos escritos que o autenticuem. Tal como acontece para as restantes urbes instituídas nas ilhas até ao reinado de D. Manuel I, também a fundação da Vila micaelense dispensou a formalidade de uma carta de foral, a que acresce a sua total destruição e subversão no ano de 1522,³⁷ não restando dela a memória material.

³⁴ RUSSEL-WOOD, A.J.R., "Patterns of Settlement in the Portuguese Empire, 1400-1800", Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (ed.), *Portuguese Oceanic Expansion 1400-1800*, Cambridge University Press, New York, 2006, pp. 161-196.

³⁵ A Povoação, como o próprio nome indica, foi a primeira e durante um primeiro período a única comunidade urbana da ilha, tendo passado a Povoação Velha, quando novos núcleos se criaram ao longo da costa micaelense.

³⁶ Sobre este tema importante e vasto da história do urbanismo consulte-se, por exemplo, acompilação de artigos de Charles HIGOUNET, *Paysages et Villages Neufs du Moyen Âge. Recueil d'articles de Charles Higounet*, Bordeaux, Fédération historique du Sud-Ouest, 1975. Ramon BETRAN ABADIA, *La Forma de la Ciudad Las Ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegacion en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragon, 1992.

³⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...*Livro VI, pp.279-286. Onde trata "Do grande e furioso tremor ou terramoto da terra que houve na ilha de São Miguel, em tempo de Rui Gonçalves da Câmara, quinto capitão dela e segundo do nome, com que se subverteu Vila Franca do Campo, a mais nobre e principal das vilas que nela havia."

Contudo, Vila Franca terá usufruído de outros preceitos que asseguraram a sua formação como cabeça de ilha e provavelmente do senhorio insular pouco duradouro do infante regente D. Pedro, morto em 1449 em Alfarrobeira.

Com efeito, além das isenções fiscais acima referidas,³⁸ convém mencionar que a historiografia recente, sustentada por documentos referenciados a questões com origem coetânea das ditas cartas, identificou o que conclui serem indícios que põe “*em evidência o propósito antigo de conversão do arquipélago em campo de desterro*”.³⁹

Esta teoria fundamenta-se numa série de cartas de perdão emitidas por D. Afonso V entre 1554 e 1555,⁴⁰ a degredados na ilha de São Miguel, vítimas do que terá sido uma arbitrariedade cometida por D. Pedro enquanto regente, cerca de 1444, portanto.

Na perspetiva desta tese, do conjunto documental sobressai em particular uma carta datada de 18 de Maio de 1454,⁴¹ cuja interpretação pode ser aprofundada, retirando-se ilações diretamente relacionadas com a construção do espaço, nomeadamente no que concerne às práticas utilizadas nos primórdios da arroteia das ilhas.

O documento anunciado trata-se de uma carta de perdão a “*afonso do porto estante que ora he em as Ilhas dos açores*” degredado. Por ela se averigua que o

³⁸ Vale a pena lembrar que no reinado de D. Afonso V, precisamente sob a regência do infante D. Pedro, sob o pretexto de se atraírem e fixarem populações, conhece-se a criação de seis feiras francas, criadas nas localidades de Alcácer do Sal, Almendra, Pombal, Sintra, Estremoz, Pedra Danta. Cite-se a título de exemplo um excerto da licença de feira franca à vila de Almendra, por carta dada em Cernache pela autoridade do Senhor Infante D. Pedro em 1441 que diz: “(...) *E ajnda seria aazo de se o dicto logar mjlor poborar que porem nos pidiam por merçee aa honrra da nosa Senhora Sancta maria que lhe desemos Lugar que podem fazer a dicta féira.*” Virgínia RAU (Introdução e índices por José Manuel Garcia) *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 148-150 e 152-158 e documento transcrito na p. 188.

³⁹ Avelino MENESES, “O povoamento”..., p. 90. Veja-se também do mesmo autor, “O Arquipélago dos Açores. O povoamento”, A. H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão ...* pp. 272-274.

⁴⁰ “Carta de D. Affonso 5º de Abril de 1455; perdão a catharina Fernandes” e “Carta de D. Affonso V, perdão a João de Lisboa, degredado nas ilhas de Gonçalo Velho, de 22 de Maio de 1455”, AA... vol. III, respetivamente, pp. 188-190 pp. 320-321. A estes pode juntar-se o caso de “*João Vasques, oleiro que foi mouro, degredado para São Miguel na regência de D. pedro*” e que em 1453 solicitou o regresso ao Reino, Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* p.86.

⁴¹ “Perdão a Afonso do Pôrto (Carta de)”, João da Silva MARQUES (ed.), *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*, 5 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (Facsimile da edição do Instituto de Alta Cultura, 1944-1971), 1988, vol. I. pp. 517-518.

Infante D. Pedro, na qualidade de regente, pusera Pero Afonso “*por Corregedor dantre doyro e mímho*” e que “*o dito Jfante lhe tijnha mandado que encamjnhasse quaees quer homens por degredo que podesse pera lhe povoararem as dictas ylhas que entom começava de pouorar*”.

Ora, à época as “*as ilhas dos açores*” eram ainda apenas Santa Maria e São Miguel, sendo que pela carta de isenção de 1447 se sabe que D. Pedro estava especialmente empenhado na colonização da segunda, donde é possível propor que na realidade o infante regente, tentava criar nas ilhas, mais especificamente em São Miguel, um couto de homiziados.⁴²

Se a toponímia por si só não valorizava a questão, a junção ao nome Vila Franca das cartas de isenção fiscal e da documentação relativa à muito provável formação de um couto de homiziados,⁴³ no seu conjunto, indiciam estar-se perante um caso de fundação de vila. Lamentavelmente, sobre o ponto de vista do estudo da cultura material improfícuo, porque a Vila, na sua forma original, desapareceu.

Ao tema da formação dos concelhos voltar-se-á adiante com mais pormenor. Por ora e por ser elucidativa do conceito de intervenção do poder central ao nível da gestão territorial e urbana deve referir-se neste ponto do trabalho a documentação relativa à reconstrução pós terramoto de Vila Franca do Campo em São Miguel no ano de 1522, bem como o processo de reconstrução da Praia após o terramoto de 1614, pese embora o distanciamento das datas. Releva em ambos os lugares a ordem explícita para a manutenção dos núcleos de povoamento após a catástrofe, considerando a sua reformulação urbanística ou reconstrução, em

⁴² A instituição dos coutos de homiziados foi estudada por Humberto Baquero MORENO, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa”, Os municípios portugueses nos séculos XIII e XVI, Estudos de História, Lisboa, Presença, 1986, pp. 93-138. Esta política foi iniciada por D. Dinis para povoamento de zonas remotas e inóspitas da fronteira e seguida pelos seus sucessores até D. Afonso V. D. João II utiliza com menos frequência este recurso e apenas no litoral, designadamente nas Caldas da Rainha, em Vila Nova de Mil Fontes e Mexilhoeira, no Algarve. Na regência de D. Pedro foram criados cinco coutos de homiziados, Bragança (1439), Monforte (1440), Vilar Maior (1440), Celorico de Basto (1441) e Palma (1442). Todos na mesma obra p. 97 e pp. 120-122.

⁴³ Sobre a relevância das isenções fiscais e da instituição dos coutos de homiziados no contexto da fundação de vilas na Idade Média em Portugal veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* em especial pp. 128-138, quando trata da questão do número de povoadores previstos para as vilas fundadas, da dificuldade em atrair colonos e nas fórmulas usadas para o conseguir.

todo o caso facilitada mas também exigida pela coroa. Entende-se nos dois exemplos a vontade de garantir que aqueles lugares não se despovoariam e as medidas tomadas vão precisamente no sentido de acautelar a sua continuidade.

A Praia e a sua reconstrução pós terramoto foi aprofundadamente estudada na primeira parte desta tese, na monografia dedicada a esta cidade, reconhecendo-se aí a participação do concelho, do corregedor, do capitão e do arquiteto das obras régia na ilha.

Vila Franca, destruída em 1522, recebe a atenção régia em 1524 por alvará enviado ao capitão, ao corregedor, ao contador e aos oficiais da dita ilha, onde se autoriza a expropriação de terras para a vila se reedificar, visto “*que onde a dita vila estava situada se não podia fazer povoação por causa da grande multidão de terra, que sobre ela correu*”.⁴⁴ Ordena o alvará que se calcule “*a quantidade de chãos que sejam necessários para a dita vila povoar*” e que se escolha “*a terra que mais perto e mais conveniente para isso for*”. Manda ainda que a área escolhida se avalie por “*peçoas ajuramentadas e sem suspeita*”. Da terra expropriada “*se darão chãos às peçoas que os quizerem pera nele fazerem casas e benfeitorias, dando a cada uma o que vires é necessário*”.

Além do capitão e do concelho, identificam-se o corregedor e o contador como figuras que em nome do rei, nas ilhas, tinham poder delegado caso a caso sobre estas questões. Mas aparecem também referidos técnicos a quem cabia o trabalho de medir o território, depois de definida a nova implantação e que estariam ligados ao poder concelhio, cuja ação específica se analisa adiante.

No que à ação do corregedor respeita, enquanto enviado da coroa ao arquipélago, vale a pena apresentar mais alguns casos conhecidos e exemplificativos do seu alcance operativo e mais comum,⁴⁵ já que os casos acima nomeados se tratam de situações excepcionais de catástrofe.

⁴⁴ “Artigo 2º. Em que se contem Alvara, que el Rey D. João 3º passou pera se tomarem os chãos pera a Villa Franca se tornar a reedificar, com o qual se proua o que digo acerca disto a fol. 180, e a fol. 181, Em quanto digo que sempre foi Villa, e nunca cidade como alguns pera si tiverão”, Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 632-633.

⁴⁵ Urbano Mendonça DIAS, “Correições de 1575 a 1716”, *A Vila. Publicação Histórica de Vila-Franca do Campo*, vol. VI, 1927. Sobre esta questão veja-se também nesta tese, no capítulo dedicado a Ponta Delgada, o ponto dedicado à câmara nova.

Mas antes convém esclarecer que o cargo foi criado nas ilhas por D. Manuel I, em 1503 com sede em Angra.⁴⁶ Entre 1534 e 1544 dividiu-se a corregedoria em duas, uma operando a partir de Angra cobria todo o Grupo Central e Ocidental, outra sediada em Ponta Delgada abrangia São Miguel e Santa Maria, visando uma mais eficaz administração “[d]as couzas da justiça em todas as ilhas dos Asores”.⁴⁷

A tentativa de recriar o sistema cai entretanto, sobretudo pela contestação do capitão de São Miguel, que sentia na presença constante do corregedor na sua ilha uma clara subtração dos poderes (direitos) que lhe estavam contratados. Por seu lado, a câmara de Ponta Delgada contestava o enorme agravo que era pagar aposentadorias ao corregedor, que estava quase sempre na vila.

O cargo de corregedor foi criado ainda no século XIV, e tinha por função “corrigir” eventuais erros de justiça praticados pelo poder local, certo é que serviu como elemento de controlo do poder central sobre as periferias em especial a partir dos finais da Idade Média, sendo o corregedor um funcionário régio atuante em seu nome junto do poder senhorial e municipal.

O âmbito da ação corrente dos corregedores nos Açores, no que ao tema que aqui se estuda fica bem demonstrada na compilação e estudo de Mendonça Dias dedicada às *Correições de 1575 a 1716*⁴⁸ feitas em Vila Franca do Campo, mas que, por analogia, servem de exemplo para as restantes vilas islenhas.

São múltiplos os exemplos e regra geral a ordem de problemas é no essencial a mesma ao longo dos séculos. Nas correições ao concelho o corregedor

⁴⁶ Sobre a implantação da corregedoria no contexto dos poderes administrativos nos Açores consulte-se José Guilherme Reis LEITE, “O Arquipélago dos Açores. Administração: as estruturas e as instituições”, *Nova História da Expansão ...* vol. III, tomo I, pp. 307-330, em especial pp. 324-327. Veja-se também João Marinho dos SANTOS, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura, 1989, vol. II, pp. 521-530, onde se apresenta uma listagem cronológica dos corregedores dos Açores. Para uma visão exclusivamente dirigida ao tema consulte-se: Humberto Baquero MORENO, “Os corregedores nos Açores durante os reinados de D. Manuel e D. João III”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 31-39.

⁴⁷ “Carta de D. João III, separando as ilhas de S. Miguel e Santa Maria da Correição d’Angra, e nomeação do corregedor o Dr. Francisco Toscano, em 2 d’Agosto.”, *AA...* vol IV., pp. 52-54.

⁴⁸ Urbano Mendonça DIAS, *A Vila. Correições de 1575 a 1716*, vol. VI, 1927.

despachava sobre o concerto de caminhos e pontes, sobre a retificação de obras em curso ou mesmo de obras ordenadas em correições prévias.

Aliás uma das preocupações repetidamente apontada pelos corregedores é o estado de conservação dos edifícios camarários, representante simbólico do Estado e que raras vezes cumpria os requisitos mínimos.⁴⁹

Pelo que se pode apurar, no caso de Vila Franca e posteriormente a 1522, ano do terramoto, em 1560 o rei autoriza o lançamento de uma finta aos moradores da vila e do termo para “*fazerem na dita Vila uma Casa do Concelho, para se fazerem nelas audiências e outra para nela fazerem eleição e cousas da Camara*”.⁵⁰

Dois anos passados, por alvará da coroa ao concelho, datado de 16 de Outubro de 1562, sabe-se da existência de uma imposição do vinho e carne anterior, taxa que tinha sido concedida “*por tempo de oito anos para com o rendimento delas fazerem certas obras*” e que já tinha sido gasta “*por a dita Vila não ter outra [renda]*”. Ainda pelo mesmo documento sabe-se que a vila “*ora tinha necessidade de fazer uma Casa para as audiências e Camara e de fazer uma torre para o relógio da dita Vila e de fazerem uma ponte para a Ribeira das Tainhas junto da dita Vila*” obra para a qual não tinham dinheiro. Concede o rei, após informação do Corregedor das Ilhas dos Açores confirmando “*como [o concelho] não tem renda nem dinheiro para as fazer*”, “*a dita imposição do vinho e da carne da dita Vila por seis anos mais além do tempo que lhe já concedi e isto para com ela fazerem a dita casa das audiências e a Camara e torre do relógio e ponte e outra cousa alguma não (...)*”⁵¹

Contudo, em 1575 a obra ainda não estava feita, segundo se apura da corregedoria de Diogo Alvares Cardoso, a 2 de Março desse ano: “*Achou, ele Corregedor, que a Casa do Concelho desta Vila, posto que mandada fazer de*

⁴⁹ Sobre esta questão veja-se também nesta tese, no capítulo dedicado a Ponta Delgada, o ponto dedicado à câmara nova.

⁵⁰ “Finta de duzentos mil reis lançada sobre os moradores de Vila-franca, para a construção duma Casa do Concelho”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, pp. 40-41.

⁵¹ “Alvará concedendo a Vila-franca a imposição do vinho e carne, para a construção da Casa da Camara, torre do relógio e ponte da Ribeira das Tainhas”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, pp. 41-42.

muitos anos, está parte e sendo concedido as imposições para esse efeito, não era até ora feita, parece ser por muito descuido e pouca obediência aos mandados do Corregedor (...)” depois de avaliar a situação “com as pessoas da governança” decidiu o corregedor que “(...) *seria bem do Concelho tomarem-se para isso umas casas de Gaspar Gonçalves Felgueira, mercador, morador em Ponta Delgada, que estão junto da Praça do chafariz, em logar conveniente e tais que podiam servir, que foi causa dele corregedor as ir ver, e por achar serem suficientes, mandou que as comprassem com o dinheiro da imposição (...)*”.⁵²

Apesar das decisões apresentadas as correições seguintes continuam a expor as debilidades do edifício onde funcionava a câmara e que não se pode precisar se seria o mandado comprar pelo corregedor se ainda o anterior. Assim, na correição feita em 1581, Cristovam Soares d’Albergaria “(...) *achou que as Casas do Concelho da audiência e Camara estavam por acabar e rebocar e que não tinham salas para se fazer as audiências, nem mesa da camara, mandou que as ditas casas se acabassem de rebocar e concertar (...) por quanto menos disto não convém a uma Vila tão honrada como esta (...)*”.⁵³ Entretanto, no sentido de reunir na vila todos os símbolos do poder concelhio, na correição de 26 de outubro de 1588, o Corregedor Soares de Albergaria, para “*não haver dúvidas, mandava que o pelourinho se puzesse na Praça, defronte da janela da Camara*”.⁵⁴

Mas o corregedor também entendia em questões de escala territorial, nomeadamente abertura de caminhos, definição de áreas de uso comum dos povos e necessidade de (re)arborizar os matos do concelho.

Ainda na correição de 2 de março de 1575, em Vila Franca, se vê o âmbito da ação destes officias, a propósito do Caminho do Pisão “*que vai desta Vila para a cidade, por baixo*”, obra que se havia ordenado na correição passada mas não

⁵² “Correição de 2 de Março de 1575, de Diogo Alvares Cardoso, Casa da Camara”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, pp. 40-41.

⁵³ “Correição feita no ano de 1581, de Cristovam Soares d’Albergaria, Concerto no edificio da Camara e assento do juiz”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, pp. 40-41. O tema volta a surgir na correição de Roque da Silveira em 14 de Fevereiro de 1609, veja-se p.94. Mendonça Dias avança que a câmara se mudou em 1621 para casas compradas a João de Brum, veja-se a p.40 da obra citada

⁵⁴ “Correição de 26 de outubro de 1588, de Cristovam Soares d’Albergaria, Pelourinho”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p.63.

estava feita. Analisado o processo com os da governança, chamados os empreiteiros a quem estava arrematada a obra, o corregedor tomou em suas mãos a resolução do problema “(...) indo ele corregedor a abaliza-lo, e mandou que se fizesse escritura de obrigação e fiança com os ditos empreiteiros que se obrigaram a dá-lo, o dito caminho, acabado por todo o mês de maio que ora vem.”⁵⁵

Da correição feita em 1579 por Ciprião de Figueiredo se percebe que de trás, do tempo do Corregedor Fernão de Pina, se mandava (re)arborizar partes do concelho segundo provimento deixado pelo dito corregedor. Mandava agora o novo corregedor que se cumprisse o dito provimento “na forma em que o dito doutor tinha mandado plantar” e se fiscalizasse o processo que devia ser contínuo como se percebe do ponto em que refere que a informação deve passar aos “moradores (...) e seus herdeiros e as pessoas que depois sucederem”.⁵⁶

De resto a questão da arborização é repetidamente levantada nas correições seguintes, para em 1602, na correição de 19 de Dezembro do Corregedor Leonardo da Cunha aparecer com um novo provimento que diz: “Achou ele corregedor não haverem cumprido os ditos vereadores o capitulo da correição passada no particular da plantação de árvores, pelo que mandou aos oficiais da Camara que ora são e ao adiante forem que nos montes baldios, nos termos desta vila, façam plantar pinhais e os façam defender e guardar em maneira que se possam bem criar” como alternativa propõe a plantação de castanheiros, amoreiras, nogueiras ou laranjeiras. Para o caso dos baldios não chegarem para “criar as ditas árvores em abastança (...) que se (...) constrandam os donos das terras, erdades, quintas e propriedades (...) nas partes em que menos ocupam as ditas terras, façam plantar as ditas árvores, fazendo disso posturas e vereações (...)”⁵⁷

⁵⁵ “Correição de 2 de Março de 1575, de Diogo Alvares Cardoso, Caminho do Pisão”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 43. Procedimentos deste tipo, mandando construir, mas principalmente reconstruir caminhos e pontes são norma nas correições quer quinhentistas quer seiscentistas. De notar que, pelo menos ao nível das correições, são raras as referências específicas a oficiais experientes nestas questões.

⁵⁶ “Correição 1579, de Ciprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos, Arborização”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 53.

⁵⁷ “Correição feita a 19 de dezembro de 1602”, de Leonardo da Cunha, *Plantação d’árvores*,”

A questão da arborização aparece ligada ao problema da falta de lenha para a vida diária, outro tema de que dão conta não só as correições, como também algumas vereações também transcritas por Mendonça Dias.⁵⁸ Questão que fica especialmente clara em 1594 na Correição de Diogo Monteiro Carvalho, que manda que “*se não corte lenha nenhuma para os engenhos, nem para mais, senão para o serviço desta Vila*”⁵⁹ impondo penas a quem o fizesse. As posturas vão mais longe e explicitam que está proibido o corte e transporte de lenha para fora do concelho, fica também interdita a produção de carvão, bem como o seu transporte e venda para fora do termo de Vila Franca.

Na correição de 1579, o corregedor Ciprião de Figueiredo, além de mandar reconstruir “*um chafariz desmanchado*” no terreiro do Mosteiro de Santo André, ordena a construção de uma ponte em madeira na Ribeira de Ponte-garça, “*para que a gente possa passar para a igreja. Por ser informado que muitas vezes as pessoas em tempo de inverno não iam à missa.*”. Mandou também que se reconstruísse uma ponte na Ribeira da Praia, porque a antiga a água havia levado e porque “*era muito necessária, pelo muito concurso de gente que ia desta Vila e seu termo e de outras partes para a Cidade de Ponta-Delgada e Vila de Água de Pau e Lagoa e ser o principal e mais continuado caminho que havia nesta ilha*”, ordenou o corregedor que “*dentro de um ano fizessem a dita ponte, a qual podiam fazer concertá-la, mas por cima de madres e vergas grossas, que possam passar gente a cavalo seguramente (...) a o qual ordenariam de maneira e altura que lhes parecesse necessário para a água a não levar (...)*”⁶⁰

Vale a pena juntar outro exemplo relativo à atuação do corregedor sobre o território micaelense, esta bastante anterior: a 25 de Maio de 1515 o recém nomeado corregedor dos Açores, Jerónimo Luís, escreve ao rei descrevendo a sua chegada e primeiras impressões sobre a ilha de São Miguel e entre outros assuntos avisa D. Manuel I que “*(...) e a cousa agora necessaria na terra (...) he huma*

Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 81.

⁵⁸ Sobre a questão da desflorestação acelerada da ilha de São Miguel veja-se: Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense ...* p.23.

⁵⁹ “Correição de 16 d’abril de 1594”, de Diogo Monteiro de Carvalho, Corte de lenha”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 66.

⁶⁰ “Correição 1579, de Ciprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcelos, Arborização”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 53.

ponte na villa de Ribeira Grande que segundo vy e a enformaçom que tenho nom se pode escusar porque he huua Ribeira cresçida que no inuerno enche muyto e haa hy huua ponte de paaõ que ha agoa leua de cada vez e perrigoa gente e gaado e bestas (...)”, avança ainda que “(...) *na ponte delgada he necessário abrir pocos que nom os haa hy nem haa outra agoa senom a que se toma na praya aa vazante da maree (...)*”⁶¹

A orgânica identificada nos primeiros patamares inclui implicitamente, ela mesma, uma escala de categorias de atuação e de interesses, que, além de evoluírem ao longo do processo de ocupação das ilhas, intervêm de forma distinta na estruturação do território. Deve, por isso, fazer-se um exercício de análise individual, sem esquecer o enquadramento que os une enquanto decisores do processo.

É que, se é verdade que a coroa (e os seus funcionários), e de seguida a donataria, detinham maior poder, também não é desprezável o facto de ser a capitania a entidade que se transporta e instala nas ilhas. No sentido de reconhecer o processo evolutivo das relações internas deste grupo decisor importa apresentar, ainda que de forma sucinta, a estratégia global de povoamento das ilhas atlânticas, procurando não só os intervenientes mas também como e com que papel se inserem no processo de construção em curso.

2. Dos donatários e capitães

2.1. Os donatários senhores da terra

A partir de 1460, ano da morte do Infante D. Henrique, o primeiro donatário das ilhas açorianas, a administração das ilhas é entregue ao Infante D. Fernando⁶²

⁶¹ “1515, Maio, 25, Vila Franca do Campo – Carta enviada ao rei D. Manuel pelo novo Corregedor dos Açores, doutor Jerónimo Luís” Documento nº1, Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense ...* pp. 75-81.

⁶² “Carta de D. Afonso V, de 3 de Dezembro de 1460 – Mercê a seu irmão o Infante D. Fernando, das ilhas da Madeira, Porto Santo, Deserta, S. Luiz, S. Diniz, S. Jorge, S. Tomaz, Santa Iria, Jesus Cristo, Graciosa, S. Miguel, Santa Maria, S. Jacobo, S. Filipe, das Maias, S. Cristovão, e de Lana,

que tomará nas suas mãos a conduta do processo de colonização. Reforçando a ação povoadora, o novo donatário impulsiona a ida de novos quadros para o arquipélago,⁶³ nomeadamente pela entrega de capitánias a gente da sua casa, portanto, da sua máxima confiança, de que se destacaram Josse Huertere, primeiro capitão do Faial e o único formalmente empossado nesse papel pelo Infante donatário,⁶⁴ mas também, Álvaro Martins Homem, enviado para a Terceira onde recebeu terras para povoar na costa sul no sítio onde veio a crescer a cidade de Angra, embora ainda sem a entrega formalizada do cargo de capitão que, segundo se pode interpretar da legislação, pertenceria no espaço de toda a ilha a Jácome Bruges, enviado à ilha ainda em tempo do Infante D. Henrique.⁶⁵ A história guarda outros nomes que por esse tempo também terão aportado nas ilhas mas o insucesso das suas ações não lhes guardou grande memória.⁶⁶ Todos estes temas serviram de fundamentação às monografias da primeira parte da dissertação.

A historiografia tem vindo a valorizar os consulados do donatário D. Fernando, sobrinho, “*amado filho*”⁶⁷ e herdeiro do Infante D. Henrique,⁶⁸ bem como o dos seus filhos e sucessores no cargo, com particular acento para o período em que a gestão foi entregue a D. Beatriz, viúva do infante donatário, enquanto tutora dos filhos, sucessivamente D. João e D. Diogo, entre 1470 e 1483, ano da maioridade do último.⁶⁹

com todos os direitos e jurisdições, e como as tinha o Infante D. Henrique”, Manuel Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* p.145.

⁶³ José Guilherme Reis LEITE, “O Infante D. Fernando e os Açores - Uma Intervenção na Periferia”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta ...* nº 40, pp. 75-86.

⁶⁴ “Carta da Capitania da Ilha do Faial e Ilha do Pico a Jos Dutra, 21 de Fevereiro de 1468”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* p. 152.

⁶⁵ “Doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, 2 de Março de 1450”, AA ... vol. IV, p.207.

⁶⁶ Sob esta primeira fase de difícil reconhecimento consultem-se: Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios ...* pp.49-53 e José Guilherme Reis LEITE, “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. ...* vol. II, pp. 671-676.

⁶⁷ “Testamento do Infante D. Henrique, 13 de Outubro de 1460”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* pp. 138-144.

⁶⁸ O processo de entrega dos bens de D. Henrique ao sobrinho D. Fernando conheceu alguns avanços e recuos ainda não definitivamente esclarecidos pela historiografia. Dispensa-se aqui avaliar em pormenor a questão dado que, não obstante o percurso perturbado, as ilhas terminam em definitivo entregues ao Infante D. Fernando passados três meses sob a morte do Infante donatário D. Henrique.

⁶⁹ Sobre este tema veja-se para os Açores José Guilherme Reis LEITE, “O Infante D. Fernando e os Açores - Uma Intervenção na Periferia”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta ...*, nº40, pp. 75-86. Sobre a intervenção destes donatários no contexto da colonização madeirense consulte-se Joel

A primeira conformação territorial e os primeiros concelhos

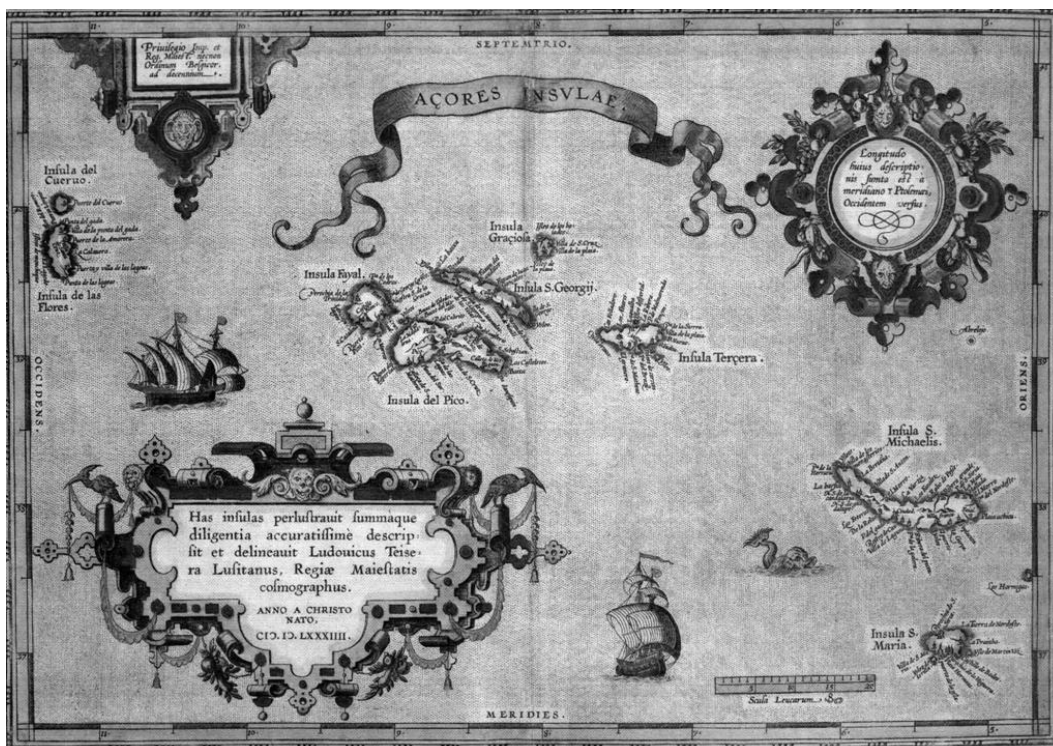
Determinante parece de facto a ação de D. Beatriz, desde logo por em definitivo organizar as capitánias do arquipélago dos Açores, formalizando o cargo de capitão com a entrega sistemática das circunscrições e das respetivas cartas de capitania, mas também pela reformulação legislativa em torno do processo de entrega de terras em sesmaria naquele que a historiografia convencionou já chamar o *regimento de D. Beatriz*, tema a que se volta adiante.⁷⁰

De facto, com particular ênfase para o ano de 1474, mas prolongando-se pelos anos seguintes, assiste-se no território açoriano da donataria (as sete ilhas do grupo oriental e central) a um ganhar de consistência no processo organizador, a que, porventura, corresponde uma noção mais clara do território e do seu potencial. Os documentos emitidos, embora de cariz essencialmente administrativo, são determinantes para a definição do território em termos globais e essenciais para a estruturação da primeira rede de núcleos urbanos que inicialmente seria muito simples, correspondendo a cada capitania necessariamente uma vila, sua cabeça ou sede, sendo que algumas já existiam enquanto vila/centro administrativo e religioso desde os tempos primevos do povoamento das correspondentes ilhas,⁷¹ como sejam, Vila do Porto em Santa Maria, Vila Franca do Campo em São Miguel, Santa Cruz na ilha Graciosa e a Horta no Faial.

SERRÃO, “O Infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470). Elementos para a formulação de um problema”, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992, pp. 29-49.

⁷⁰ “Regimento de D. Beatriz”, *AA ...* vol. XII, p.385, 390 e 398. Veja-se mais adiante o capítulo intitulado “o corpo normativo de referência”.

⁷¹ Frutuoso descreve Vila Franca no tempo do terramoto que a destruiu como a mais populosa das ilhas dos Açores, acrescentando que nela “*residiam os ministros da justiça eclesiástica e secular, e mais nobre gente da ilha (...) e estava o porto principal, e escala, e alfândega.*” Embora hoje se saiba que a alfândega se instalara em Ponta Delgada desde 1518 onde existia também um melhor porto, a descrição não deixa de ser elucidativa da constituição de um centro administrativo ao tempo. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro IV, p.279.



Luís TEIXEIRA, Mapa dos Açores, Abraam ORTELIUS, *Theatrum Orbis Terrarum*

Outras povoações existindo com antecedência foram renovadas no âmbito deste processo, caso de Angra e Praia nas duas recém-criadas capitâncias terceirenses, respetivamente com o mesmo nome. A partir destes tempos estabiliza-se o “eixo central” que define e estrutura todo o processo de crescimento e consolidação do território do arquipélago e que se compõe por São Miguel, Terceira e Faial, ilhas berço dos estudos de caso da primeira parte desta dissertação.

O sistema urbano evolui rapidamente para uma rede hierarquizada em que a cada capitania cabia uma vila. Assim criaram-se na ilha do Pico, depois 1482 (ano da entrega da ilha como capitania a Josse Hurtere) as Lajes,⁷² e em São Jorge, depois de 1483 a Vila de Velas.⁷³ A datação exata da fundação destas vilas é desconhecida, à semelhança do que se passou com as restantes vilas criadas durante a donataria. Sendo contudo de prever, como se explicou no caso de

⁷² “Carta da Capitania da Ilha do Faial e Ilha do Pico a Jos Dutra, 29 de Dezembro de 1482”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* pp. 154-155.

⁷³ “Carta do duque D. Diogo de doação (e suas confirmações) da capitania da ilha de São Jorge a João Vaz Corte Real, 4 de Maio de 1483”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* pp. 182-186.

Angra, Praia e Horta, vilas estudadas nas monografias da primeira parte, que à definição da própria capitania tenha correspondido a definição de uma vila cabeça desse território e jurisdição recém-criada, não obstante se tenha dispensado a formalização de um contrato, traduzido num foral.

A rede concelhia consolida-se nos reinados de D. Manuel I e D. João III, com a fundação de novas dez vilas nas ilhas, estas já formalizadas com a entrega sistemática de cartas de foral.



Mapa dos Açores com representação dos concelhos atuais.

Portanto, cresce nos Açores uma rede de núcleos urbanos que se consolida aproximadamente no espaço de um século, sendo que as primeiras oito vilas se terão instituído na sequência da ação reguladora dos primeiros donatários, D. Henrique, (D. Pedro) e D. Fernando, continuada por D. Beatriz em nome dos filhos menores e por D. Manuel primeiro como donatário e depois como rei, num arco temporal que cobre sensivelmente a segunda metade de Quatrocentos.⁷⁴

⁷⁴ Em especial o caso terceirense foi estudado por, Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios do Povoamento da Ilha Terceira (1450 ?-1550)* principalmente capítulo I “O processo de humanização da ilha: uma abordagem”, p.25 e seguintes.

Mais uma vez se frisa o facto de não se conhecerem, no período do governo senhorial das ilhas, diplomas concretos de formalização da fundação de povoações. No entanto, está implícito no desenrolar do processo de sistematização da divisão das ilhas em capitánias, criando e definindo novos territórios, a necessidade de uma correspondência administrativa em concelhos e obviamente nas suas sedes, de resto cumprindo um desígnio antigo do que é a fórmula portuguesa de organização do povoamento e consequentemente gestão do território.⁷⁵

Como um exemplo claro da estratégia apontada recorde-se a fundação da Vila da Praia na Terceira, ordenada por D. Beatriz, e da qual se conhece o “*requerimento que se fez a Duarte Payim acerca de lhe tomarem a terra para a Villa da Praya se fazer*”⁷⁶ em 1482 e que tem o urbanismo como um forte indicador, tal como em Angra, ambas monograficamente analisadas na primeira parte da tese.

O caso da Praia não deixa margens para dúvidas. D. Beatriz, mandou que na baía da Praia se construísse uma vila, diz o documento já citado “*he verdade que a Senhora Infante Dona Bretis enuiou ora hua Carta a Alvaro Martinz Capitão da ditta parte da Praya, em a qual se continha entre outras couzas, que por bem dos fins de Castella, não andarem bem assentados com Portugal, e polos nauios de Castella já começarem de fazer alguns Danos nestas Ilhas, que ella auia por serviço do Duque seu filho, e bem da terra e segurança dos moradores da ditta Ilha, de fazerm pouoação junto da ditta parte da Praya, aonde elle ditto Capitão , e moradores uirem que he melhor (...)*”⁷⁷

⁷⁵ Humberto Baquero MORENO, “O município nos séculos XV e XVI”, *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional. Funchal: 26 a 30 de Outubro de 1998* (coord. Alberto Vieira), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Região Autónoma da Madeira, 1998, pp. 37-47.

⁷⁶ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*p.650.

⁷⁷ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Paim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Diogo CHAGAS, *Espelho Cristalino ...*p.650.

Esta questão da fundação de vilas pelo poder senhorial, como passo essencial do processo colonizador, que nos Açores se procedeu sem normas expressas em lei geral,⁷⁸ acabou por ser codificado para as capitânicas do Brasil a partir de 1534 e integrado nas próprias cartas de capitania e nos respetivos forais. A carta de Duarte Coelho, capitão de Pernambuco, como as que se lhe seguiram, especifica que o capitão e seus sucessores “*posam por sy fazer villas todas e quaisquer povoações se na dita terra fezerem e lhes parecer que o devem ser as quaes se chamaram villa e teraam termo e jurdiçam lyberdades e insinias de villas segundo foro e costume de meus Reynos e esto porém entederá que poderão fazer todas as villas que quyserem das povoações que estyverem ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem porque por dentro da terra fyrme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de huma a outra pera que posam ficar ao menos tres legoas de terra do termo a cada huma dellas lhe lymitaram e asynaram logo termo pera ellas e depois nam poderam da terra que asy tyverem dada per termo fazer mays outra villa sem minha licença.*”,⁷⁹ especificando na lei o que na prática nos Açores aconteceu, quando às primeiras vilas de fundação senhorial e cabeça dos territórios das capitânicas, se sobrepôs uma nova rede concelhia de instituição régia.

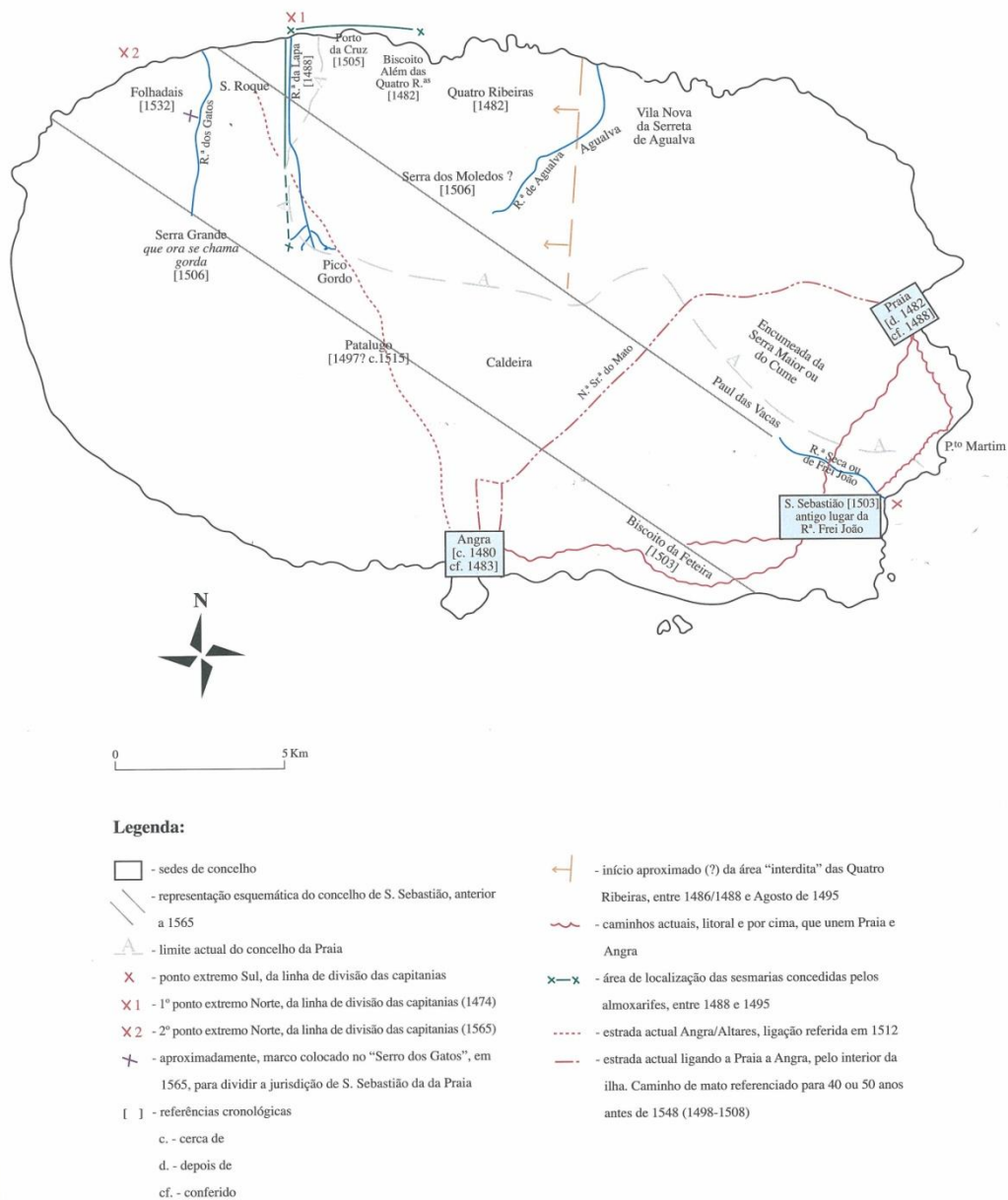
Na época da donataria os limites concelhios eram os termos da própria capitania, já que a cada jurisdição apenas correspondia uma vila. Por isso, dessa época, apenas se conhece a demarcação das capitânicas da Terceira, a única ilha dividida em duas jurisdições, (e consequentemente do termo concelhio de Angra e Praia), que aliás compreendeu um processo demorado que se analisa na rúbrica seguinte. A este limites, contudo, sobrepôs-se em 1503 o da vila nova de São Sebastião.

⁷⁸ À semelhança de outros aspetos dos poderes dos capitães, como por exemplo, o cargo de alcaide-mor, sistematicamente entregue aos capitães. Veja-se “outra doação d’allcajdarja e menayem”, *Livro do Registo da Câmara de Angra ...* p. 288. Situação igualmente notada na Madeira por: Nelson VERÍSSIMO, “Nascimento e morte da capitania do Funchal”, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Instituto Camões, disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicações/nelsonverissimo.pdf>.

⁷⁹ “Duarte Coelho. Doação da Capitania de Pernambuco de 10 de Março de 1534”, *Doações e Forais das Capitânicas do Brasil* (apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Bigotte Chorão), Lisboa, Torre do Tombo, 1999, pp. 11-19.

Com efeito, caso das vilas novas Manuelinas e Joaninas terá sido mais demorado e complexo, contando muitas das vezes com a oposição dos primeiros concelhos que viam vastas áreas do seu território serem amputadas.

Mapa IV - Capitánias e concelhos da Terceira
(1474 - 1565)



Mapa esquemático da Terceira com a representação dos limites dos concelhos e das capitánias nas diferentes fases do processo de ocupação. (Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* pp.147-148)

Veja-se, como exemplo, o caso de São Miguel que apesar da secura das fontes é o melhor documentado. Ponta Delgada, vila fundada em 1499,

inicialmente com um termo atribuído de uma légua, como deixa clara a transcrição de Diogo das Chagas, citada na monografia de Ponta Delgada na primeira parte da dissertação: “*lhe damos hua legoa de districto pera sua jurisdição*”.⁸⁰ Este termo primitivo foi-se progressivamente acrescentando pela desanexação de outros lugares do termo de Vila Franca, que até 1499 tinha como limite toda a ilha.

A Ponta Delgada, em 1515, por carta régia de oito de Agosto, juntaram-se os lugares de Feteiras, Mosteiros, Capelas e Fenais, todos localizados no lado poente da ilha, passando a integrar o seu termo. Diz o documento: “*(...) temos por bem, queremos e nos praz que os ditos lugares das Feteiras, Mosteiros, Capellas, Fenais, sejam daqui por diante da jurisdição de Ponta-delgada, assim como são da Villa Franca porque nós os desmembramos da dita Villa Franca se assim é que o mais longe deles não passam de quatro léguas da dita villa de Ponta-delgada.*”⁸¹

Em consequência num documento de cerca de 1515, *Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo*,⁸² queixa-se a Vila que “*(...) desta Ilha foy a Vossa Alteza hu procurador per mandado das villas e pouo todo a rrequerer alguas cousas que lhe eram neçesarjas o qual leouo nosos djnheiros e procuracam e sendo asy noso procurador despois de ter despachado o que lhe per nos foy encomendado elle por ser morador na vila da ponta dellgada foy em nome della pidir a Vossa Alteza o nosso termo (...)*”.

Vila Franca, além de contestar a situação dúbia do procurador, contestava, principalmente, o facto de se sentir lesada quanto à perda efetiva de território, alegando que “*o nosso termo de que estamos de pose de lxxx anos e mais não sendo contentes do termo que lhe Vossa Alteza deu quando os fez villa a qual merçe lhe Vossa Alteza ora fez pella enformaçam que lhe pera Iso foy feita a qual*

⁸⁰ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 152.

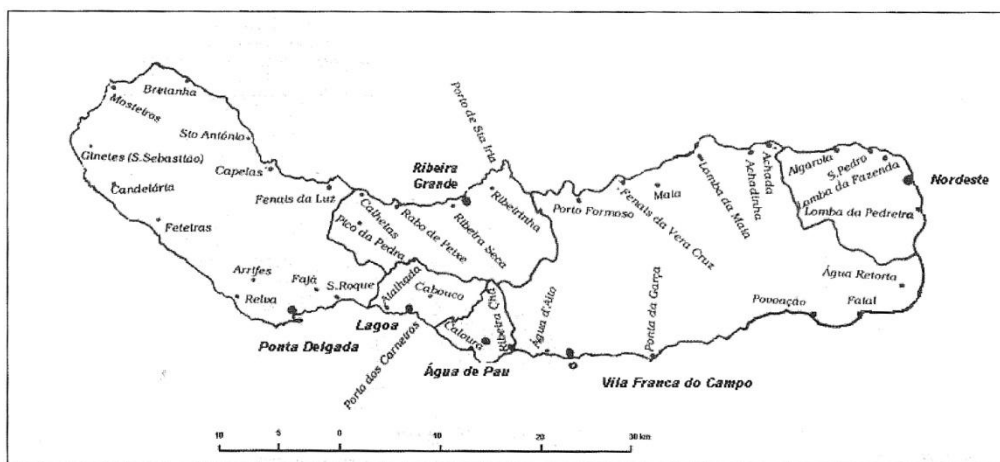
⁸¹ “Carta de D. Manuel desanexando os logares das Feiteiras, Mosteiros, Capellas e Fenais, do concelho de Vila- Franca e unindo-os as de Ponta Delgada da ilha de São Miguel em 8 de Agosto de 1515”, AA ... vol.I, pp. 63-64.

⁸² “Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo”, Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense ...*p. 83.

he como deus milhore e o Corregedor os meteo llogo de pose do dito termo e nos esbulhou sem nos querer mostrar a carta de merçe nem proujicar (...) pidimos por merçe nos queira ter em Justiça e ponha Jsto em direito tornando nos a nossa pose (...)»⁸³

Entretanto, outras quatro vilas foram fundadas na ilha e todas “comeram” território a Vila Franca,⁸⁴ mostrando tratar-se de um processo irreversível de reordenamento territorial.

Em 1507, D. Manuel I funda a Ribeira Grande, no Norte da ilha, “com uma légua de termo ao redor, contada do Pelourinho dele para todas as partes”.⁸⁵



Mapa das unidades concelhias que se definiram em São Miguel até 1522. (Margarida LALANDA, *A sociedade micaelense...* p. 48)

Em 1514 funda o Nordeste, como o nome indica localizado no extremo nascente-norte de São Miguel. Na carta de fundação desta vila pode ler-se “temos por bem e fazemos o dito logar do Nordeste villa e a desmembramos de ser do termo da dita villa de Villa-franca e de sua jurisdição como até aqui foi, e lhe

⁸³ “Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo”, Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense ...*p. 83.

⁸⁴ Sobre este tema veja-se: Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense ...*p. 46-66.

⁸⁵ Gapar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p.187. Sobre o foral da Ribeira Grande consulte-se: Jorge Gamboa de VASCONCELOS, “El-Rei D. Manuel I e as largas perspectivas urbanas que o seu foral de 1507 abriu à nova cidade da Ribeira Grande”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981/2, vol. XXXVI e XXXVII, pp. 111-169.

damos por termo aquella terra que ella tinha por limite (...)”⁸⁶ não especificando qual era esse limite.

No ano seguinte, a 28 de Julho, é elevada a vila a povoação de Água de Pau. D. Manuel outorga-lhe a carta dando-lhe “(...) *do termo do limite que até agora teve e esteve em posse meia legua ao redor de todallas bandas, e esto sem embargo de assim terem o dito termo sempre vizinhos e se logrem em toda boa vizinhança e logradouro com a villa de Villa-franca e logares com que até agora vizinhavam (...)”⁸⁷*

Por fim, D. João III eleva a Lagoa à condição de vila a 11 de Abril de 1522, por termo dá-lhe “(...) *o seu limite assim como parte com o termo de água de pau e da banda no norte o seu limite assim como parte com o termo da Ribeira Grande e da parte de Ponta Delgada pelos biscoitos meia légua e mais não (...)”⁸⁸*

As duas últimas vilas, vêm tripartir de forma aproximadamente equidistante, o espaço entre Vila Franca e Ponta Delgada, evidenciando a relevância que este troço da costa sul já detinha. Aliás também notada pelas corregedorias que, como se viu atrás, ressaltam a importância de manter em boas condições as ligações entre as duas principais vilas.⁸⁹

O processo de repartição do território micaelense por seis vilas deixou marcas na toponímia quinhentista da ilha. Nessa análise sobressai a Mediana “*terra assim chamada por ser o meio da ilha*”⁹⁰, diz Frutuoso. Margarida Lalanda acrescenta que a Mediana, que também aparece referenciada nas Vereações quinhentista por si consultadas, por vezes denominada por “*Merediana, é a linha-estrada que, para além do Pico da Pedra, demarca o concelho de Ponta Delgada, e as Lombas de Ribeira Seca, o Morro da Ribeira Grande, o Telhal, o Pico que*

⁸⁶ “Carta de D. Manoel, Elevando a villa o logar do Nordeste, na Ilha de S. Miguel, em 18 de Julho de 1514”, AA ... vol. I, p. 60.

⁸⁷ “Carta de D. Manoel, Elevando a Villa e povoação d’Água de Pau na ilha de S. Miguel, a 28 de Julho de 1515”, AA ... vol. I, p. 62.

⁸⁸ João José TAVARES, *A Vila da Lagoa e o seu concelho*, Ponta Delgada, Impracor, 1986, p. 67.

⁸⁹ “Correição de 2 de Março de 1575, de Diogo Alvares Cardoso, Caminho do Pisão”, Urbano Mendonça DIAS, *A Vila ...* vol. VI, p. 43.

⁹⁰ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 207.

Arde, as Caldeiras e o Monte Gordo fazem o mesmo quanto aos concelhos da Lagoa, Água de Pau e Vila Franca do Campo.”⁹¹

Frutuoso guarda ainda memória, que “(...) *na estrada que vai da Ponta Delgada para a vila da Ribeira Grande; ao pé do qual estão dois padrões afastados do caminho por marcos e balizas, que dividem os termos da dita vila e da cidade.*”⁹² Uma das poucas fontes, onde se encontra a explicitação do uso de padrões, marcos e balizas, para dividir e demarcar a terra, objetos que seguramente existiriam a estremar outros espaços da ilha.

Vale a pena, recuar um pouco na cronologia e olhar ainda para outros três casos paradigmáticos da ação do donatários no período do consulado fernandino e do de D. Beatriz que revelam uma forte intenção de (re)organização territorial. Assim, assiste-se em 1468 na Horta, ainda sob a égide de D. Fernando, provavelmente precipitado pelo desenrolar dos acontecimentos locais, a denominada “*revolta dos flamengos*”,⁹³ à emissão da carta de entrega de capitania a Josse Hurtere, ou seja, formalizando a função que de facto já cumpria. No consulado de D. Beatriz deve registar-se a autorização de compra da ilha de São Miguel por Rui Gonçalves da Câmara, e ainda a divisão da Terceira em duas capitanias, dando seguimento a um processo mal sucedido de povoamento e colonização iniciado por volta de 1450 encabeçado por Jácome de Bruges, o primeiro capitão da ilha, misteriosamente desaparecido.⁹⁴

Sobre o processo de instituição formal da capitania do Faial, a documentação é parca em informações concretas dirigidas ao território, contudo, revela-se de uma extrema evidência no que concerne à vontade implícita de conduzir a demanda da ocupação e povoamento a bom porto, e, por isso, particularmente elucidativo da escala de intervenção do donatário sobre a gestão territorial. Ressalta, como se disse, pela precocidade no contexto da organização

⁹¹ Margarida LALANDA, *A sociedade micaelense ...* p. 57.

⁹² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p. 208.

⁹³ António Ferreira de SERPA, “Os Flamengos na Ilha do Faial - A Família Utra (Hurtere)” ... pp. 142-148.

⁹⁴ Avelino Freitas MENESES, “O Povoamento”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores...*, p. 65.

formal das capitâneas e nesse sentido a insistência do donatário é possivelmente indicadora de um desenvolvimento positivo do processo de ocupação em curso, cujos resultados, mesmo que parcos, não seriam desprezíveis e por isso justificariam a ação enérgica ao nível superior. De sublinhar que como contrapartida da doação da capitania obriga-se que “*Jos dutra viva na dita Ilha E esté em ella continuamente*”,⁹⁵ regra repetida das cartas de entrega de capitâneas “*de outras minhas ilhas*” (Madeira e Porto Santo) e que serviram de modelo às capitâneas instituídas nos Açores, com exceção para essa prerrogativa ainda transcrita para o Faial, mas dispensada nas seguintes cartas entregues nas ilhas açorianas.

Deve ainda acrescentar-se que, na mesma linha de ação afirmativa da vontade colonizadora, em 1482⁹⁶ a curadora D. Beatriz emite um alvará de reformulação da capitania de Jos Dutra, integrando na mesma a ilha do Pico. De resto, no cumprimento da decisão decretada em Março do ano anterior, por um alvará onde se esclarecia que “*não indo alvaro ornellas cavaleiro da Casa del-Rey meu senhor morador na ilha da Madeira pouoar a Ilha do pico, daqui the o Mez de Setembro proximo que vem ou Enviando a ella pouoadores que ayão de Romper terras E fazer bemfeitorias, eu lhe não dar mais espaço algum E passado o dito tempo dar Carta da Capitania della a Jos dutra capitão da Ilha do fayal, Em forma que, se elle quizer pouorar seia assim capitão della como he da dita Ilha do fayal E não a querendo pouorar de gente me praz que elle a reparta para criação de gado aos ditos moradores da Ilha do fayal*”⁹⁷, prerrogativa válida até se encontrar quem se dispusesse a avançar com o efetivo povoamento da ilha, o que não aconteceu, passando o Pico a capitania também entregue ao flamengo Dutra.

Denuncia a documentação elencada referente ao processo de constituição das capitâneas faialense e picarota a acentuada dificuldade, não só em atrair colonizadores, como mesmo em cativar um povoador responsável pelo processo

⁹⁵ “Cartas das Capitâneas da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos* ...p.155

⁹⁶ “Cartas das Capitâneas da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos* ...p.155

⁹⁷ “Cartas das Capitâneas da Ilha do Faial e da Ilha do Pico a Jos Dutra”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos* ...pp.154-155.

de ocupação, ou seja, até a entrega do cargo de capitão era tarefa difícil. Não obstante os proveitos associados, a empresa suscitava dúvidas aos potenciais beneficiados.

Como patenteia o processo de colonização do Pico, o donatário entregaria formalmente as capitânicas depois de garantidas determinadas condições, como num espaço de tempo pré estabelecido fixarem-se povoadores no lugar “*que ayã de Romper terras E fazer bemfeitorias*”, estabelecendo igualmente sanções no caso de não conseguir o capitão cumprir o acordo prévio. No exemplo mostrado, sobre Álvaro Ornelas caía a ameaça de se lhe “*não dar mais espaço algum*”. O caso descrito releva ainda como demonstrativo do andamento da experiência de povoamento nas ilhas, e também do grau de conhecimento sobre o território por parte do longínquo poder senhorial. Nesse sentido deve registrar-se o diálogo entre os capitães já instalados, homens da casa do Infante D. Fernando, nomeadamente Hurtere, que informavam sobre a questão o senhor donatário, buscando por essa via algum proveito próprio, como aconteceu com o capitão do Faial que ganha uma nova capitania, sem se obrigar a mais contrapartida alguma.

A esse propósito serve de exemplo o processo madeirense, para o qual estão relatados informes mensais ao donatário e ao rei, sobre o andamento do povoamento e colonização. Segundo Frutuoso “*Tinha el-Rei e o Infante avisos, cada mês, da fertilidade e frescura da ilha, e das muitas ribeiras e fontes água de que a terra era abundante...*”, mais adiante transcreve mesmo as palavras do Infante D. Henrique que terá enviado dizer a João Gonçalves Zarco, descobridor da ilha e capitão da parte do Funchal, que “*Enviarmeis senhos pedaços de paus de toda a ilha, e senhos ramos dela, e escreveime como hão o nome, e o fruto também como se chama; enviame senhos pedaços de pedras, e um saco de terra e lembrevos o pão...*”.⁹⁸

Em 1474, D. Beatriz estabilizou o número de capitães, cinco no total, ainda que os seus limites e áreas de controlo territorial levem mais algum tempo a

⁹⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro II, respetivamente, p.31 e p.35.

consolidar, como se verificou para as capitânicas do Faial e Pico, ambas doadas em épocas distintas ao mesmo capitão.

Com efeito, neste ano, com o seu aval São Miguel, a maior ilha do arquipélago, na qual mais expectativas se depositariam em termos de rentabilização produtiva, é vendida a Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo do capitão do Funchal na ilha da Madeira,⁹⁹ portanto alguém com uma forte experiência colonizadora adquirida. O documento de 1474, uma carta emitida a pedido do próprio capitão, é ao mesmo tempo de autorização da venda da ilha e de confirmação da entrega da capitania, e distingue-se também por aprovar uma exceção à lei mental, imposta em regra à sucessão do título de capitão. Como se pode aferir pelo diploma, sendo o donatário conhecedor do facto de Rui Gonçalves da Câmara não ter filhos de seu casamento decide fazer-lhe “*allgua merce na sucesão della depois de seu fallecimento*”, justificando a exceção por “*a dita Ilha des o começo de sua pouoação ate o prezete he muy mall aproueitada e pouco pouoada pellas muitas mercadoria q della poderão vir avemdo respeito a desposição do dito Rui glz q per todas as razões he mto desposto p^a fazer pouoar a dita Ilha e a reger e gouernar*”.¹⁰⁰

Não se conhece com pormenor o início do processo de venda da ilha e a descrição de Frutuoso parece um tanto ao quanto tortuosa.¹⁰¹ No entanto e a julgar pelos documentos de autenticação que incluem, como se disse, a singular exceção à lei mental, não é difícil acreditar na intervenção direta da donataria, no sentido

⁹⁹ Rui Gonçalves da Câmara que era casado com Maria Betancor, filha do conquistador e povoador das Canárias Maciot Betancor. Este casamento traduz a consolidação de uma teia de união entre os diversos espaços atlânticos, com reflexos a diversos níveis, de que releva o trato comercial, a que crescem circuitos de emigração. Bem como a definição de um grupo social “especializado” na descoberta e colonização de novas terras. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro IV, p.265.

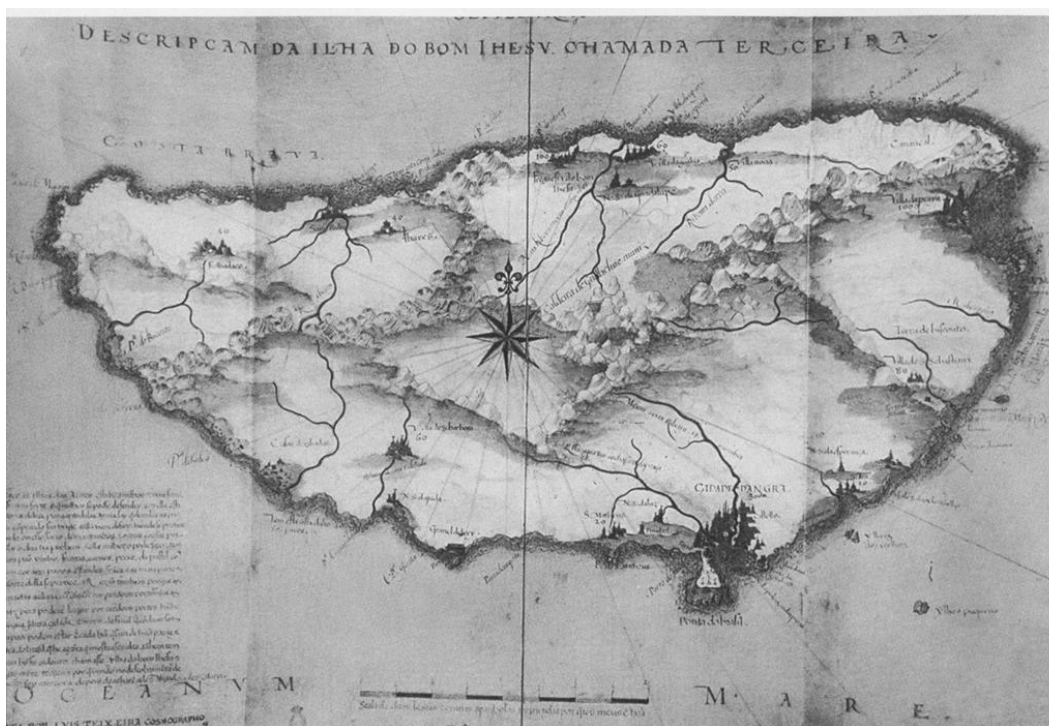
¹⁰⁰ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação (e confirmações) da Capitania da Ilha de São Miguel a Ruy Gonçalves da Camara e da sua compra a João Soares”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...*p. 168

¹⁰¹ Segundo o cronista, João Soares de Albergaria (segundo capitão da ilha de São Miguel, sobrinho de Gonçalo Velho, comendador de Almourol e primeiro capitão das ilhas de Santa Maria e São Miguel, a quem Soares de Albergaria sucedeu na capitania) tendo a mulher, Beatriz Godiz, muito doente a levou para a ilha da Madeira, onde já haveria médico. Mas a elevada despesa desta viagem e tratamentos obrigou-o, diz o cronista, a vender a ilha de São Miguel, a menos povoada (e por isso considerada menos valiosa) das duas de que era capitão. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 265-266.

de garantir um processo de ocupação, povoamento e exploração eficaz, ao contrário do que até então decorria.

A demarcação das capitanias terceirenses

Na demanda terceirense, decretada em 1474 por D. Beatriz, enquanto tutora de D. Diogo seu filho menor e herdeiro da donataria, importa destacar o que se sabe do processo de divisão da ilha.



Carta da Terceira [1587], Luís TEIXEIRA (Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartografica ...* vol. III, est. 359 A)

A infanta “(...) *ouve por bem repartir a dita ilha para cada hu haver em sua capitania a metade dela, segundo a tenção do infante meu senhor que Deus haja, e hora conformando me com uma pintura que della foi trazida ao ditto meu senhor, em a qual ele tinha começado a riscar a partilha (...)*”¹⁰². Embora a referida pintura incluísse, seguramente, referências geográficas importantes que permitiram ao donatário desenhar a fronteira entre as duas capitanias, cuja linha

¹⁰² “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Alvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1477”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* pp. 163-165.

divisória “(...) *parte pollo recife que é daquem da ribeira de frei João, ficando a ribeira da parte de Angra (...)*”¹⁰³, não terão sido de todo suficientes.

Com efeito o processo iniciado em 1474 apenas conheceu o fim em 1565,¹⁰⁴ como se entende da certidão retirada dos autos de sentença que deu fim ao pleito que contrapunha os dois capitães da ilha. A referida sentença permitiu que a “*demarcação das capitánias*” tivesse finalmente lugar, “*feita por pilotos*” que a dividiram com marcos, como se entende do documento.

Segundo se interpreta das fontes ligadas ao processo, com particular acuidade para as cartas de entrega de capitania a Álvaro Martins Homem¹⁰⁵ e João Vaz Corte Real¹⁰⁶ (documentos de 1474) o processo iniciara-se ainda em vida de D. Fernando, que determinara sobre uma *pintura*¹⁰⁷ da ilha a linha divisória que no terreno devia delimitar a área pertencente a cada uma das duas jurisdições. Contudo, a divisão *in loco*, não terá corrido de forma tão precisa e linear, possivelmente pela incapacidade do desenho apresentado ao donatário em demonstrar com suficiente definição a topografia do território, levando uma das partes interessada a recorrer e a exigir um processo de demarcação mais exato que terá mesmo incluído o recurso a meios técnicos especializados configurando o que se pode definir como o primeiro levantamento do território da ilha Terceira. Este foi um processo complexo apenas concluído quase um século passado sobre o termo de entrega das capitánias da Terceira e que contribuiu seguramente para uma melhor definição do seu território que, não sendo dos de maior complexidade geomorfológica do arquipélago, terá obrigado a esforçados trabalhos de reconhecimento do seu *hinterland* ainda bravo.

¹⁰³ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania João Vaz Corte Real; de 12 de Abril de 1474”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, pp. 173-176.

¹⁰⁴ “Última Demarcação da Terceira, 9 de Junho de 1565”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, vol. I, 1981, p. 606.

¹⁰⁵ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania a Alvaro Martins; de 17 de Fevereiro de 1477”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos ...* pp. 163-165.

¹⁰⁶ “Carta da Infanta D. Beatriz de doação de Capitania João Vaz Corte Real; de 12 de Abril de 1477”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*, pp. 173-176.

¹⁰⁷ Sobre a formalização em desenho de determinações ou planos superiores Luísa Trindade apresenta os alguns exemplos conhecidos para o território português. Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* p. 141 e nota 121. Realça-se o levantamento ordenado por D. João II da Rua Nova de Lisboa no ano de 1482, a propósito do seu calcetamento, temática tratada em pormenor em Iria GONÇALVES, “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval ...*pp. 117-137, em especial p. 125.

Frutuoso, passadas cerca de duas décadas sobre a conclusão da demanda, apresenta uma versão dos acontecimentos que embora potencialmente esclarecedora parece um pouco baralhada, porventura, por misturar no mesmo discurso tempos distintos de um percurso longo que se acredita terminado em 1565 mas do qual não se conhece o momento inicial. É previsível que a contenda tenha tido início nos primeiros anos da partição da ilha, mas, Frutuoso apenas diz que “*durou a demanda mais de vinte anos*”, o que recuando a traria apenas até aos anos 40 da era quinhentista.

No que toca a uma possível explicação para a razão da disputa é contudo mais preciso. Conta o cronista que D. Beatriz “*deu a ilha ao dito João Vaz Corte-Real e a Álvaro Martins Homem, da casa da mesma infanta, e foi a ilha partida antre eles, da ribeira Seca, da banda do sul, ao nornoroeste e quase do norte. A partilha foi que, vindo no reino o Álvaro Martins com a doação da metade da ilha Terceira, ao tempo que a houve de partir com João Vaz Corte-Real, conforme suas doações, foi partidador o Álvaro Martins e havia de escolher João Vaz Corte-Real, e Álvaro Martins, ao tempo que fez a partilha, por lhe parecer que João Vaz escolheria da parte da Praia, por ser nesse tempo o melhor porto que havia e estar a terra povoada, lançou à parte de Angra maior quantidade da dita ilha*”¹⁰⁸, gerando-se desde aqui a disputa que se prolongou pelo governo dos herdeiros dos primeiros capitães.

Refira-se ainda que as demandas jurídicas concluídas em 1565 foram iniciadas por Antão Martins Homem, ainda que ao seu pai, Álvaro Martins Homem, se deva a partição da ilha na forma em que foi feita, desfavorecendo em área de ocupação a capitania que lhe coube. Como atesta o documento citado e também Frutuoso “*finalmente foi sentenciado que a ilha se tornasse a partir pelo meio; e se partiu igualmente entre ambos*”.¹⁰⁹ Segundo se depreende de uma e outra fonte, uma vez definida a sentença em favor de Antão Martins, capitão da Praia, foi a “*demarcação feita por pilotos (...) e se lhe meteram marcos (...) e ficaram as ditas capitánias divididas*”.¹¹⁰ Acrescenta o cronista a estes dados a

¹⁰⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 33.

¹⁰⁹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p.33.

¹¹⁰ “Cópia da Carta de Doação da Capitania da Praia a Alvaro Martins Homem. 16 de Fevereiro de

informação de que no decorrer do processo o capitão da Praia “*pera corroboração de sua prova, fez petição aos juizes da vila da Praia que mandassem medir a ilha, a qual mediram dois medidores ajuramentados e um escrivão de cento e (?) em braças pela costa, ao longo da rocha do mar, e acharam que a capitania de Angra tinha vinte e uma e tantas braças, e a capitania da Praia treze mil e tantas, de modo que se achou ter toda a ilha Terceira, em redondo, trinta e cinco mil e duzentas e cinco braças.*”¹¹¹

De salientar no processo inicial a nomeação de Álvaro Martins Homem como *partidor*, ele que desde data incerta mas seguramente depois de 1460 estava encarregado de um núcleo de povoamento na parte de Angra, pelo que seria dos dois recém nomeados capitães o que melhor conhecia o território da ilha. Remete a atribuição desta função para um dos cargos que desde tempos antigos da estruturação do território português aparece referenciado na documentação com funções atribuídas determinantes para a definição dos espaços da reconquista, e segundo se vê, também nos espaços da conquista.¹¹²

Cabe aqui voltar a referir também, o pleito relativo à apropriação das terras da serra de Santiago, junto à Vila da Praia, por denunciar a metodologia então aplicada à divisão ou partição de bens territoriais. O conflito entre João de Teive e Diogo Paim, respetivamente herdeiros de Diogo de Teive e de Jácome de Bruges, dois dos primeiros povoadores da Terceira, resolveu-se, segundo contam as crónicas antigas, por intervenção direta de D. Manuel que ordenou a “*partissem*

1474”, Manuel Luís MALDONADO, *Fenix Angrense...* vol.I, pp. 90-93.

¹¹¹ 35.200 braças corresponderam no sistema métrico a 77.440 metros, sendo 1 braça igual a 2.20 m. A Terceira tem 90 km, pelo que o erro de cálculo andarà pelos 12560 m, o que representa um erro de 14%.

¹¹² No capítulo dedicado às fontes no estudo do regime das capitánias, Vasconcelos de Saldanha cita um documento do século XVIII, contudo referente a questões muito anteriores, que se relacionam com a génese da edificação do complexo legislativo de formalização das cartas de capitania, onde se pode ler que “*as cláusulas de umas e outras são as mesmas porque o Conde de Castanheira ou quem quer que tenha sido o partidor da América, compôs um formulário de chavão que inseriu em todas, só com a diferença de que nas cartas dos Fidalgos se acrescentou a cláusula que falta na doação do Tourinho e em mais alguma. Fora disto tudo, é o mesmo redundante formulário acomodado ao Fidalgo ou não Fidalgo, sem outra diferença do que ser Baía ou Pernanbuco, Francisco ou Duarte.*”, António Vasconcelos SALDANHA, *As Capitánias do Brasil...* p. 71.

*pelo meio e cada um deles houvesse a sua metade”.*¹¹³ Frei Diogo das Chagas desenvolve, relatando que os dois terceirenses “*dos quais dizem que erão tam grandes amigos, que estando no Reino com o pleito, morauam ambos em hua caza e comiam a hua meza e hiam a audiencia ambos juntos requerer cada qual seu direito, e que uendo os hua uez passar ambos juntos pello terreiro do Paço El Rey Dom Manoel, perguntara que homens erão aquelles, e dizendo lhe quem erão e o que passaua, os mandou chamar, e os compos, dizendo ja que soys tam amigos, não pleiteeis mais parta hum de uos essa fazenda pello meio e o outro que não partir escolha e cada hum assim ficara com sua ametade, e elles lhe beijarão a mão e se vierão, e Diogo Paim a partio com hua canada, que fizerão que corre d’alto abaixo ate uir dar no facho da Praya, e João de Teue escolheu pera a banda do Mar, que fica ao Norte, e Diogo Payim ficou pera a terra que fica pera o Sul, que oje anda em seus herdeiros, estando diuidida com a mesma canada, que por meio della uai que ficou concelheira.*”¹¹⁴

Tem-se então, mais uma vez, que a área a dividir é partida por um dos interessados (o partidor), enquanto outro tem o direito de escolher a parte que mais lhe convém.

A canada¹¹⁵ (ou caminho) com que se “partiu” a serra é, certamente, o alinhamento que ainda hoje a divide a meio e do qual se deu já conta no capítulo referente à Praia. Note-se ainda, como esta canada ficou, nas palavras do cronista, “*concelheira*”, ou seja, passou a caminho do concelho, tema a que se volta mais à frente.

¹¹³ Gaspar FRUTUOSO, Saudades da Terra ... Livro VI, p. 27.

¹¹⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino* ... p. 219-220.

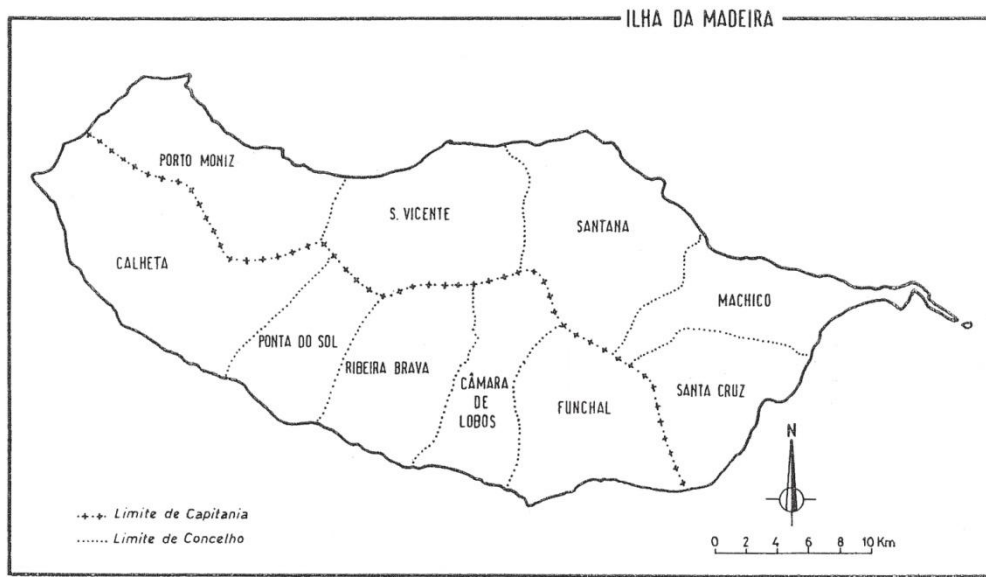
¹¹⁵ Terminologia ainda hoje comum no arquipélago para designar caminhos e ruas não urbanas. No dicionário setecentista de Raphael Bluteau aparece como: “He aquela entrada fora da commua, que costumam fazer os carros, e carretas, atravessando os campos, e conduzindo as lenhas.” Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatomico, architectonico* [...], 8 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, , 1712-1728, vol. 9, p.188.



Planalto da serra de Santiago, com o caminho que o parte a meio.

Como processo análogo,¹¹⁶ conquanto anterior, pode ainda referir-se a divisão da ilha da Madeira em duas capitánias. Não consta que se tenham gerado conflitos em torno da questão, e, talvez por isso mesmo, o que relatam as crónicas é o processo de demarcação em si, permitindo recuperar o panorama de uma ação deste tipo nos finais da Idade Média em tudo coincidente com o processo de ocupação e estruturação em curso nas ilhas açorianas. Tal como na partição das capitánias da Terceira, também na Madeira a divisão das jurisdições se fez a partir da costa, ou seja, o que se divide é o perímetro total, pela demarcação de dois pontos da costa que unidos formam uma linha imaginária de divisão da ilha. No caso terceirense foi precisamente a materialização desta linha que conduziu às demandas jurídicas já enunciadas, enquanto na Madeira o processo de (re)conhecimento da ilha, embora de dimensão muitíssimo superior e maior complexidade geográfica, permitiu construir a fronteira sem aparentes desentendimentos.

¹¹⁶ José Manuel Azevedo SILVA, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vol.s, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 1995, pp. 78-84.



MAPA VIII - ACTUAIS DIVISÕES ADMINISTRATIVAS. Note-se a configuração da linha divisória entre os Concelhos das duas antigas capitánias.

Mapa da Madeira. (José Manuel Azevedo e SILVA, *A Madeira e a construção do mundo atlântico...* vol. I, p.85)

Deve referir-se que, na Madeira, ainda que desde cedo dividida em duas administrações, reconheceu-se sempre o papel de primazia de um dos capitães, João Gonçalves Zargo, seu povoador mas também seu descobridor, pelo que as eventuais questões estariam resolvidas à partida pelo sobre poder de que estava investido.

De resto, no relato de Frutuoso da campanha de partição e demarcação da ilha da Madeira,¹¹⁷ adiante analisado, entende-se que todo o processo era comandado *in loco* por este capitão, que contornando a ilha ora de barco ora a cavalo e a pé pela costa de terrenos ainda bravios, “traçou” igrejas, assentos e povoações, e repartiu terras pelos povoadores que as quisessem aproveitar.

¹¹⁷Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro II, p.32-34.



A ilha da Madeira, com a marcação da linha divisória das capitánias, num excerto de: “Veduta della Città di Funchal nell’Isola de Madera”, Vicente CORONELLI, *Isolario*, 1699. (Reproduzida a carta inteira em Rui CARITA, *Arquitectura militar na Madeira...* vol. I, p. 427)

Este mesmo cronista dá conhecimento de uma “*escritura que têm os herdeiros de João Gonçalves*” que diz precisamente “*que ele foi o principal neste feitio*”, cumprindo as ordens do Infante D. Henrique que mandara dividir a ilha em duas capitánias.¹¹⁸

Sobre o instrumento que auxiliou o donatário a decidir sobre a divisão da ilha Terceira, a *pintura* referida na documentação, vale a pena realçá-lo pela sua precocidade enquanto levantamento do território. É que, a esse nível, apenas no reinado de D. Manuel, com as encomendas a Duarte de Armas primeiro para Marrocos (1507)¹¹⁹ e depois de toda a raia portuguesa (1509),¹²⁰ se tem conhecimento da encomenda deste tipo de recurso de apoio à gestão e conhecimento do território.¹²¹ Todavia, nesse caso, com o propósito absolutamente definido de fazer o reconhecimento das fortificações.

¹¹⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ... Livro II*, p. 10.

¹¹⁹ Na Segunda Parte, capítulo XXVII, fol. 45, da *Chrónica do Felicissimo Rei Dom Emanuel, composta per Damiam de Goes, dividida em quatro partes*, Lisboa, Francisco Correa Impressor do ferenissimo Cardela Infante, 1566. Damião de Góis esclarece que D. Manuel “*Mandou no ano de 1507 dom Joam de Meneses com tres caravelas (...) e hu Duarte de Armas, grande pintor, que traçou, & debuxou has entradas destes rios & há situação da terra (...)*” a excursão esteve em Azamor, Mamora, Salé e Larache.

¹²⁰ Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, 2006.

¹²¹ Sobre a importância do levantamento de Duarte de Armas para os estudos de cultura do território em Portugal, consulte-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...*, pp. 101-109. Veja-se também Pedro de Aboim Inglez CID, “Castelo de Vid e o álbum de Duarte de Armas: algumas notas”, *Estudos Património*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2005, pp. 108-119.

Ainda a propósito de Duarte de Armas é curioso notar como Damião de Gois, na crónica de D. João II,¹²² anuncia uma eventual passagem sua pelas ilhas açorianas, com a função de desenhar uma estátua equestre, *uma antiqualha*, segundo alguns de origem clássica ou mesmo anterior, encontrada no Corvo e cuja posição indicaria o caminho do ocidente. A historiografia desvaloriza, desde sempre, a existência da estátua, que podia ser apenas uma formação rochosa com morfologia sugestiva, a que acresce o facto das ilhas ocidentais e em particular o Corvo ser nesse tempo ainda praticamente desabitada. Convém, contudo, assinalar a possível viagem aos Açores de Duarte de Armas em data não especificada e sobre a qual não foi possível encontrar qualquer outra referência.

Conclui-se, portanto, que a atuação dos donatários é determinante essencialmente ao nível estratégico, definindo as circunscrições das capitânias e promovendo a fundação de vilas cabeça de território. Caracterizada na prática por uma ação de cariz administrativo, atuando preferencialmente sobre a escala do território.

Não obstante, influente de maneira determinante, condicionando a atuação dos operacionais que no terreno cumprem ou tentam cumprir as determinações pré estabelecidas através de códigos de normalização legislativa, como sejam os regimentos reguladores da forma de entrega das terras em sesmaria.

2.2. O corpo normativo de referência, construção e evolução

Entre as competências atribuídas aos capitães (de facto ou já formalmente nomeados) esteve sempre presente a prerrogativa da entrega de terrenos sobre a forma de sesmaria. Nesse sentido, o cargo de capitão e o sistema de capitania apresentam-se como uma síntese do processo metodológico medieval de

¹²² *Chrónica do Príncipe Dom Ioam, Rei que foi destes regnos segundo de nome, em que summariamente se tratam has cousas sustanciais que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei D. Afonso seu pai faleço. Composta de novo per Damiam de Goes, dirigida aho muito magnanimo, & poderoso Rei Dom Ioam Terço do nome.* (nova edição preparada por A: J. Gonçalves Guimarães), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905, cap. IX; p. 24.

repartição de terras e a legislação atlântica referente ao tema, como o corolário de metodologias costumadas e experimentadas nas terras da reconquista peninsular.¹²³ É óbvio que a base legislativa é a mesma, inserida na Lei das Sesmarias desde 1375,¹²⁴ mas a especificidade geográfica e do próprio contexto temporal exigiram novas anotações, onde fossem esclarecidos métodos e funções a atribuir aos diferentes delegados.

Com efeito, deve realçar-se que a Coroa em momento nenhum abdica da sua total soberania sobre os territórios da donataria e depois apenas das capitánias, contudo delega de forma repartida em personagens diferentes (ouvidores, contadores e corregedores), com diversos graus de autoridade funções que muitas vezes parecem sobrepor-se. Se por um lado a multiplicidade de cargos abria conflitos entre as autoridades representadas nas ilhas, por outro, e em consequência, garantia a autoridade do poder real como o único poder superior a todos os outros presentes no arquipélago.

A introdução desses cargos nas ilhas foi paulatina,¹²⁵ respondendo às necessidades de cada um dos momentos do processo de ocupação e se nos primeiros decénios bastaria a autoridade do capitão rapidamente os abusos, por parte deste, mas também, com certeza, a tomada de consciência da importância das ilhas e a construção do Estado em curso, levou a que se reorganizasse de forma cada vez mais consistente a administração do arquipélago, processo com reflexo claros no desenho do território pela introdução de legislação dirigida também ao seu ordenamento.

¹²³ Para uma visão dirigida à temática: Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas...* Consultem-se também as entradas referentes a presúrias e a sesmarias, respetivamente, Armando de CASTRO, “Presúrias” e A. H. Oliveira MARQUES, “Sesmarias”, Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal ...* vol. V, pp. 183-184 e pp. 543-545. Sobre os modelos de povoamento pré lei das sesmarias veja-se por exemplo, Pedro Gomes BARBOSA, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

¹²⁴ “Data da proclamação da Lei das Sesmarias. Seu conteúdo e significado ...”, Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas...*, pp. 89-93.

¹²⁵ António HESPANHA e Maria Catarina MENDES, “Os poderes num império oceânico”, José MATTOSO (dir.), *História de Portugal...* pp. 395-414.

A caracterização deste corpo normativo foi já genericamente estabelecida por Rute Gregório numa rúbrica intitulada *regimentação e práticas*,¹²⁶ no capítulo que dedica às *sesmarias* na sua tese de doutoramento. Vale por isso a pena acompanhar esse texto, preenchendo com os dados cotejados na investigação e que melhor expressam o ponto de vista que aqui se observa, isto é, o ordenamento do território.

Em síntese a autora regista três momentos distintos de consolidação dos regimentos e práticas, sequentes a um tempo inicial omissivo no que concerne a registos escritos.

É nesse primeiro tempo que se enquadram as *tomadas de terra*, assinaladas pelas crónicas e pela documentação, e que sugerem “*a possibilidade de um ‘pré-período’ de concessão formal das terras no qual os procedimentos (...) seriam mais fluidos e menos dependentes do registo escrito*”.¹²⁷

A este tema voltar-se-á adiante quando se tratar o papel do capitão como povoador. Há contudo que assinalar que a inexistência de regulamentos dirigidos particularmente ao território açoriano não significa a ausência de regras. Pelo contrário o que se pode concluir é que não existindo uma codificação dirigida, vigorariam os regimentos reinóis pré-existentes, nomeadamente a lei das *sesmarias*, que na prática de atuação se terá simplificado inicialmente no processo da *tomada de terras*.

As cartas de entrega das capitania traduzem, no que concerne ao regime de *sesmarias*, ou seja da distribuição da terra, o primeiro momento de definição legal especificamente dirigida ao arquipélago, não obstante, como já se teve oportunidade de dizer, o modelo destas cartas é importado do arquipélago da Madeira onde a experiência ia já mais avançada.

Aliás, a primeira carta de doação de capitania conhecida para os Açores, passada a Jácome de Bruges entregando-lhe a Terceira para “*que ele a povoe de qualquer gente que lhe a elle aprouver, que seja da Fé Catholica e santa de N. Senhor JESUS Christo*”, remete para as cartas “*que tem por mim João Gonçalves*

¹²⁶ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* pp. 122-133.

¹²⁷ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* p. 123.

Zargo na ilha da Madeyra, na parte do Funchal: e Tristão na parte de Machico, e Perestrelo no Porto Santo”¹²⁸ nomeadamente no que toca aos preceitos da governança que o documento açoriano nem sequer explicita.

De notar que as cartas madeirenses não distam temporalmente muito das açorianas, sendo que a de Zarco para o Funchal, foi emitida no mesmo ano da de Bruges para a Terceira, em 1450, não obstante cumprir a função desde os primórdios da colonização da ilha. A respeito da governança da terra, no que respeita ao território, ou seja ao formato que deviam cumprir as dadas de terra de sesmaria, as cartas madeirenses (e por imitação as açorianas) especificam que os colonos têm de ocupar a terra em cinco anos, antes de obterem direitos sobre ela, e que só se lhes passará a terra que conseguirem ocupar dentro desses cinco anos.¹²⁹

Já as cartas de entrega de capitánias passadas a partir do consulado de D. Beatriz especificam esses dados. Veja-se a título de exemplo a carta passada a Rui Gonçalves da Câmara para São Miguel, no que respeita à distribuição do território. “*me praz q elle posa dar p^r suas cartas as teras desta Ilha foras pello foral della a quem lhe aprouuer cõ tal cõdição q aquelle a q ele der a dita terá aproveite até cimquo anos e não aproueitãdo que a posa dar a outrem e depois que aproveitada ffor se a leixar p^r aproveitar outros cimquo anos yso mesmo a posa dar a outrem e isto que não embargue o diro sõr q se hy ouver terá q não seja dada p^r aproveitar q a possa dar q uem sua mercê for.*”

Data, aliás, do consulado de D. Beatriz à frente da donataria o primeiro regulamento dirigido ao tema das sesmarias, e por aí ao ordenamento do território. Trata-se do *Regimento Antigo* também chamado *Regimento de D. Beatriz*, do qual apenas se conhecem alguns capítulos publicados no *Arquivo dos Açores*¹³⁰ e que configura o segundo momento de consolidação da edificação do corpo legislativo dirigido ao território.

¹²⁸ “Doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, 2 de Março de 1450”, AA ... vol. IV, p. 207-208.

¹²⁹ Os regimentos joaninos anteriores às cartas de capitania madeirenses, nomeadamente os documentos de 1425 e 1426 determinavam um período de 10 para o colono ocupar a terra, esclarecendo “*E toda aquela (terra) que nos ditos dez anos aproveitarem lhes passará (,) e não a outra que não aproveitarem.*” Rui CARITA, *História da Madeira* ... vol. I, p.53

¹³⁰ “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”, AA ... pp. 385, 390, 392, 398 e 399.

Não se pode precisar com exatidão a data deste regimento, mas sabe-se que a infante regeu as ilhas como tutora dos filhos entre 1470 e 1482, pelo que enquadra seguramente nesse período. Contudo, Rute Gregório acredita que será provavelmente posterior a 1474, ano em que as ilhas, pela mão de D. Beatriz recebem um forte impulso dinamizando a colonização, nomeadamente pela venda de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara e pela divisão da Terceira em duas capitánias.¹³¹

É neste regimento, dito de Dona Beatriz, que se acrescentam os primeiros embargos à ação do capitão, determinando que o capitão dê as terras com o almoxarife, confiando o ato ao escrivão do almoxarifado. Diz o diploma que: *“Quando algumas terras maninhas se ouverem de dar de sesmaria me praz que o dito capitão as dê comvosco, presente o vosso escrivão e a elle mando que faça as cartas e escripturas das dadas d’ellas e outro nenhum não, porque as que de outra guisa derem eu as não hei por dadas.”*¹³²

Dona Beatriz esclarece ainda como se deve proceder no caso das terras dadas ao próprio capitão. *“Se os capitães para si, algumas terras quizerem, me praz, que ello se tenha esta maneira, a saber: que eles possam assinara aquela terra que lhes parecer que poderão aproveitar, e sobre ello requeirão ao almoxarife, ou a vós dito contador que a vejaes e por vossa carta(...) me notifiquem a terra quejanda é e com quem parte, e para que é mais disposta e quanto poderá levar em sementeira (...) [o capitão] me pode com a dita carta mandar requerer o dito capitão (...) para lhe eu dar a carta da dita terra ou fazer acerca della o que me parecer ser mais serviço do dito senhor meu filho.”*¹³³ Restringindo o acesso livre e direto à terra por parte do capitão que podia, contudo, entregá-la em sesmaria a parentes e gente de sua casa, mas agora com a aprovação do almoxarife ou do contador. De notar ainda, que introduz como preceito dizer com quem parte a terra dada, uma clara tentativa de identificar no espaço as parcelas entregues.

¹³¹ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... pp. 125-126.

¹³² Capitulo do regimento antigo, “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”, AA ... vol. XII, p. 390.

¹³³ Capitulo do regimento das sesmarias pela Infante D. Beatriz mãe e tutora de D. Diogo, Duque de Vizeu. “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”, AA ... vol. XII, p. 385.



Fotografia aérea da costa da Graciosa, arredores de Santa Cruz, zona ocupada por curraletes de vinha, note-se o caminho paralelo ao mar. (*Arquitectura Popular dos Açores ...* p.276)

Mas a referência mais antiga sobre legislação especificamente direcionada ao ordenamento do território está incerta na obra *Saudades da Terra*¹³⁴ de Gaspar Frutuoso, onde é relatada a entrega de um conjunto de sesmarias nos lugares de Ponta Delgada e de Água de Pau, datadas de 16 de Abril de 1472, data enquadrável no consulado de D. Beatriz e que poderá, eventualmente, corresponder a outro capítulo do *Regimento Antigo*.

Começa a informação do cronista por esclarecer que o beneficiado tem por obrigação “*deixar o caminho necessário para o concelho*”. Normativa repetida em diversos documentos posteriores e introduzida como preceito nas cartas de dada de sesmarias que especificam “*the assim dou [a terra] com tal condição que da feitura desta minha carta até cinco anos primeiros seguintes, elle roce os montes, lavre e aproveite as ditas terras dando por ellas caminhos e serventias e regos de agua pera o concelho se lhe necessários forem.*”¹³⁵

¹³⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro IV, p. 230.

¹³⁵ Como exemplo a “Carta de semaria -1504”, AA ... vol. XII, p. 395.

Impõe ainda uma faixa de oitenta passadas de distância à costa para “*canadas e pasto de gados que se houvessem de criar*”.

A mesma declaração acrescenta que as referidas dadas de sesmaria, com diferentes larguras, estender-se-iam do mar à serra “*quanto os possuidores pudessem romper com condição que a cortassem até cinco anos*”.

O que no conjunto das três condicionantes prefigura um primeiro momento de leitura da paisagem construída, onde se lê, respetivamente do mar à serra, uma franja de terrenos em reserva pública ou baldios, a que se seguem parcelas de largura diversa demarcadas perpendicularmente à costa com limite interior por definir que, por sua vez, podem ser atravessadas e cruzadas por caminhos do concelho que nascerão das necessidades ditadas pelo processo de ocupação em curso.

Dos casos urbanos estudados na primeira parte da dissertação, Ponta Delgada é aquele onde com maior facilidade se pode ler a aplicação do modelo configurado por estes regulamentos, como de resto aí se sublinhou. Desde logo pela acalmia da topografia da área que favoreceu a partição ortogonal da terra, por outro lado, a própria evolução morfológicamente faseada da cidade deixou marcas deste processo, com a marcação de um corredor na frente marítima e com o crescimento no sentido da “*serra*”, isto é, do interior, um desenvolvimento visualmente muito acentuado pelas divisórias dos terrenos, desenhadas perpendicularmente ao mar.



Excerto do desenho de análise Ponta Delgada 6.1 (vol. II, Peças desenhadas)

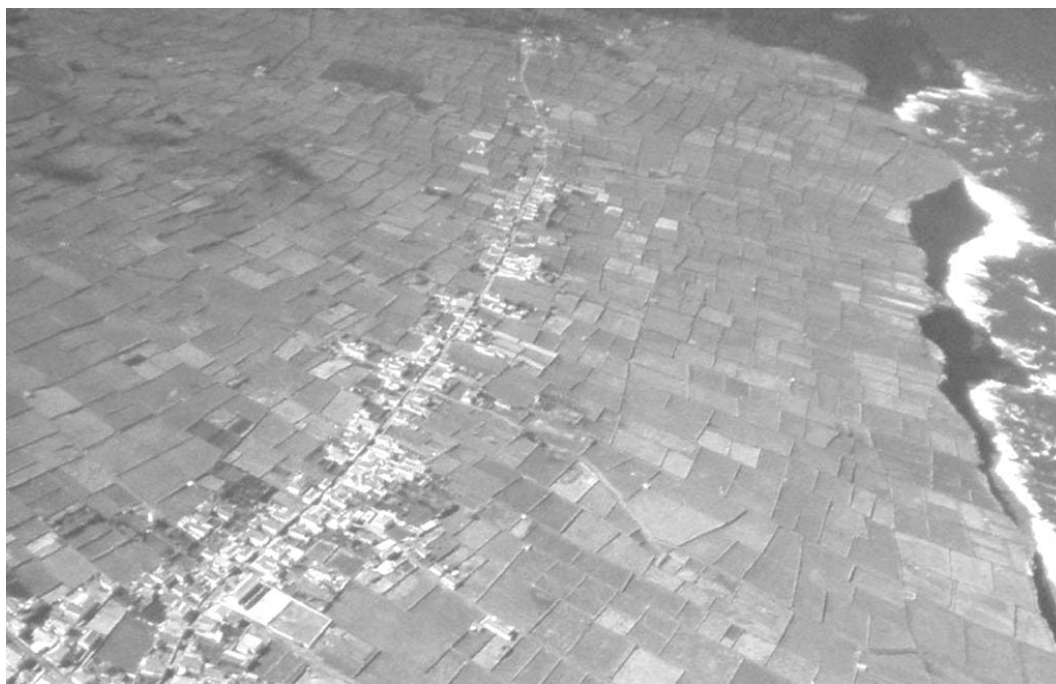
Pelo que até agora se disse, entende-se a suprema relevância das sesmarias no construir do território e em particular da documentação referente ao tema que configura um corpo normativo de intervenção sobre o ordenamento do território. É que, de grande parte das regras diretamente relacionadas com o ordenamento derivam algumas das constantes que definem e particularizam a forma de ocupação insular.

Nesse estudo são de realçar os caminhos de contorno das ilhas, que surgem quase sempre a uma distância constante do mar, salvo quando a orografia não o permite. Estes caminhos serão, porventura, herdeiros desta primeira normativa simples que salvaguardava a reserva de oitenta passadas junto à costa.

Por curiosidade refira-se que ainda hoje se reconhece a definição de uma área *non edificandi* e de usufruto público na orla costeira, a denominada Reserva Marítima, o que parece constituir uma particularidade portuguesa no que toca a princípios gerais de ordenamento do território e que se vê aqui aplicada no espaço ultramarino ainda no século XV.

Não sendo possível por ora encontrar dados mais concretos que consolidem o assunto, vale ainda assim a pena, apresentar o que foi possível recolher sobre o tema, em especial no espaço atlântico.

Em primeiro lugar há que referir, os *Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo*.¹³⁶ Documento que embora datado de cerca de 1515, refere questões que datam do início do povoamento, quando a vila se fundou.



O caminho paralelo à costa. Ilha Terceira.

Alega a Vila que *“no princípio d’ abitaçam desta jlha esta villa foy a primejra e nella os capitães tem seu apousentamento e os moradores della por lhe ser neçesarjo per toda esta jlha ao longo do mar ter camjnhos pera per eles averem de trazer seus gados de manadas de suas criações que per toda esta jlha tynham a esta villa pediram ao capitam que lhe desse certas passadas ao longo do mar pera os ditos gados serem trazidos e asy pera Repousarem nos ditos camjnhos peçendo dormindo descansando e o capitão lhe deu de largura çem passadas per sua carta de dada a qual é confirmada pella Jfante Vosa Madre pera senpre ao Concelho”* a queixa segue porque *“agora ao termo da villa da ponta delgada cayo hu pedaço desta canada (...) que ocupam de tall maneira que*

¹³⁶ “Documento 2 - Apontamentos e queixas enviadas ao rei D. Manuel em nome do concelho de Vila Franca do Campo”, Margarida LALANDA, *A Sociedade Micaelense* ...p. 84. Documento já referido neste capítulo quando se tratou da conformação dos limites concelhios. Este é de facto um documento precioso, dada a escassez de fontes dirigidas em concreto ao território, particularmente nos tempos mais recuados do povoamento.

nom pode o pouo servir della” pedem ao rei que mande os de Ponta Delgada desocupar as ditas cem passadas, que deviam ficar livres ao povo “*segundo condicam da carta de dada*”.

É fácil admitir que a franja de oitenta passadas referenciada por Frutuoso, corresponde a esta canada de cem passadas, em torno da ilha, doada nos primórdio da povoação ao único concelho da ilha, Vila Franca do Campo.

Mas reserva das frentes de água aparecia já como norma na documentação de D. João I para a Madeira (1425), nos primeiros capítulos que se conhecem sobre a distribuição de terra na ilha pode ler-se “*E (...) praias e costas do mar, rios e ribeiras particular algum não terá (...)*”¹³⁷

De resto, sistema equivalente terá sido aplicado no Brasil, segundo explica Costa Porto, também aí as frentes de água terão sido atribuídas às câmaras, como exemplifica com o caso de Olinda no foral de 1537. Frentes que depois, por pressão da população, começaram a ser ocupados por aforamentos feitos ao concelho. Contudo, a partir dos finais do século XVII nova legislação será produzida, regulando o uso das “*terras de marinha*” como terras de interesse da coroa, criando-se para tal um estatuto especial.¹³⁸

O terceiro momento de definição legislativa em torno da normativa dirigida ao território é protagonizado por D. Manuel, primeiro como donatário, depois como rei. Não obstante, há que frisar, como esclarece Rute Gregório “em termos globais, as regras não serão novas”, insistindo o novo donatário nos preceitos já implementados por D. Beatriz.¹³⁹

Contudo, D. Manuel, dentro da linha que vai definir todo o seu reinado, reedifica o sistema emitindo nova documentação onde os termos anteriores são reforçados.

¹³⁷ Silva MARQUES, doc. 82, p. 109.

¹³⁸ Costa PORTO, *O sistema sesmarial no Brasil ...* p. 133.

¹³⁹ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* pp. 126-127.

Ainda duque, em 1487,¹⁴⁰ emite o *Foral dos Almojarifados da Ilha Terceira*.¹⁴¹ Trata-se de um documento que abrange questões que extravasam o tema da ocupação da terra, mas, no que a esse tema concerne, apenas vem reforçar as definições anteriores, nomeadamente relembrando que o capitão deverá dar as terras com o almojarife, acrescentando, contudo, que “*as cartas velhas*” devem ser refeitas.¹⁴²

A partir de 1495, com a incorporação da donataria na Coroa, nova legislação é emitida, nomeadamente o *Regimento del Rei* cujos poucos capítulos que se conhecem estão publicados juntamente com o *Regimento de D. Beatriz* no *Arquivo dos Açores*.

Neste regimento¹⁴³ D. Manuel esclarece que no que toca à distribuição das sesmarias “*o capitão terá carrego de as dar principalmente*”, reafirmando em seguida as condições “*como em sua carta lhe é outorgado*”, nomeadamente que “*as dê com o almojarife do dito senhor, e com o escrivão do almojarifado*”. O regimento continua descrevendo os preceitos que deviam cumprir as cartas de sesmaria esclarecendo melhor, no que se refere à localização que o dito escrivão deve elaborar a carta de dada “*declarando bem as confrontações dellas* “. Mais ainda, acrescenta que “*se porventura o almojarife for desacordado com o dito capitão em tal caso mando que elle dito capitão dê as ditas terras com o contador e com o dito escrivão*” se o contador estiver indisponível “*me praz que elle dito capitão dê as terras com os juizes ordinários e que as cartas declarem que elles que foram nas dadas*”.¹⁴⁴

Rute Gregório ressalta duas redefinições introduzidas neste regimento real, relativamente ao regimento antigo. Por um lado assinala que ao capitão *principalmente* cabe dar a terra, o “*que parece mostrar duas preocupações: a de não negar direitos garantidos pelas cartas das capitánias, mas, em simultâneo, vincar que não apenas a ele cabe tal incumbência*”, se se esclarecia a posição do

¹⁴⁰ Apenas corretamente datada com a tese de Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p.128.

¹⁴¹ “Foral dos Almojarifados”, Manuel MALDONADO, *Fénix Angrense* ... vol. I. p. 143-152.

¹⁴² “Foral dos Almojarifados”, Manuel MALDONADO, *Fénix Angrense* ... vol. I. p.146-147.

¹⁴³ Outro capítulo do regimento de Elrei, “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”, AA ... vol. XII, p. 386.

¹⁴⁴ Outro capítulo do regimento de Elrei, “Regimen Primitivo da Propriedade nos Açores”, AA ... vol. XII, p. 386.

capitão, também se “*reforçavam as competências de outros na matéria*”. O que nas palavras de Pero Anes do Canto, citadas pela autora, tinha por objetivo distribuir a função por “*muytas pessoas por se nam fazerem maliçias e falsydades e Roubarem os homens*”¹⁴⁵

Por outro lado, tenta “*obstar a outro problema que na prática se teria naturalmente colocado.*”¹⁴⁶ Que é no caso de capitão e almoxarife estarem em desacordo, outros funcionários da “*administração central periférica*” poderem substituir o almoxarife na dada de terra com o capitão.

2.3. O capitão como povoador e “cismeiro das datas”

O regime de capitanias implementado no atlântico como forma de organização e governação, rege-se pela ação do seu capitão, cargo que se constitui, nas palavras de Vasconcelos de Saldanha, como “*passível de ser considerado como uma especificidade ultramarina do título de Senhor da terra*”.¹⁴⁷ O mesmo autor que, num curto parágrafo da referida obra, intui, naquele enquadramento com justas ressalvas, o que nesta tese se defende explicitamente: “*Parece mesmo pressentir-se, sem que o possamos afirmar com certeza, um intuito definido no emprego da palavra capitão. Nas ilhas - e desligada no fundo de qualquer consonância militar - a palavra parece andar associada ao poder e à função de dividir e distribuir a terra em sesmaria*”.¹⁴⁸

Merece, pois, a pena aprofundar a suspeita, enquadrando a análise no âmbito do estudo da implementação do sistema de capitanias nas ilhas açorianas mas também, cruzando a informação com o que sabe sobre o tema para os

¹⁴⁵ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 129.

¹⁴⁶ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 129.

¹⁴⁷ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitanias do Brasil...* p. 148.

¹⁴⁸ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitanias do Brasil...* p. 144. Há contudo que ressaltar que o capitão foi desde sempre o chefe também militar, o que fica bem expresso, por exemplo, no caso de Angra com a nomeação de João Vaz Corte Real para alcaide-mor do castelo dos moinhos, tema tratado na monografia desta cidade. Fenómeno também observado nas capitanias da Madeira como notou Nelson VERÍSSIMO, “Nascimento e morte da capitania do Funchal”, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Instituto Camões, <http://cvc.instituto-camões.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/nelsonverissimo.pdf>, consultado 14. Dez. 2009, onde explicita que apesar de não estar esclarecido nas cartas de entrega das capitanias, os capitães sempre se arrogaram do direito de serem também chefes militares.

períodos anteriores. Nomeadamente pela verificação de a quem e como cabia a divisão e distribuição da terra e se é possível encontrar continuidade de personagens e funções.

O cargo de capitão resulta da necessidade dos senhores das terras (os donatários) deslocarem para os territórios longínquos que lhes haviam sido doados quadros qualificados em quem pudessem delegar competências. São portanto os representantes, pode mesmo dizer-se, a encarnação do poder senhorial nas ilhas atlânticas.

Aos capitães ficam entregues a administração civil e judicial onde se excetua a execução de pena de morte e talhamento de membro, evidenciando-se, no que à administração civil concerne, alargados poderes que apenas excluem a cunhagem de moeda e declaração de guerra, ambos eles reservados ao rei e que não haviam sido delegados no donatário, como de resto já se adiantou.

Com a atribuição de poderes vinham também os benefícios materiais, de que se destaca a redizima¹⁴⁹ e as mercês de honra que garantiam a mais-valia do cargo. Na tradição senhorial do reino ao capitão cabem direitos de monopólio sobre o sal, sobre os moinhos e ainda sobre as serras de água, direitos consagrados nas respetivas cartas de capitania,¹⁵⁰ onde fica também esclarecido, como direito do capitão, que “(...) *elle possa dar per suas cartas a terra da dita ilha forra pelo foral, a quem lhe aprouver, com tal condição que ao que derem a dita terra a aproveite atee cinco anos e não a aproveitando que a possa dar a outrem, e depois que aproveitada for e a leixar por aproveitar atee cinco anos que isso mesmo a possa dar (...)*”, não obstante o donatário salvasse que “(...) *isto não*

¹⁴⁹ A redizima corresponde a um décimo da dízima das rendas pertencentes à Ordem de Cristo. A única contribuição a que estavam obrigados os povoadores iniciais.

¹⁵⁰ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitánias do Brasil...*, veja-se em particular no *Capítulo VII- Propriedade e Rendimentos dos Capitães* o ponto “Rendas e privilégios”, pp. 338-359. As cartas de capitania açorianas podem consultar-se em: Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, coletânea que se tem citado amiúde.

embargue a mym que se hy ouver terra por aproveitar que não seja dada, que a possa dar a quem minha mercê for (...).¹⁵¹

Com o evoluir do processo de colonização e povoamento o cargo de capitão vai gradualmente perdendo parte das funções atribuídas, “esvazia-se”, não por lhe serem retirados poderes, mas antes, por deixarem de fazer sentido à medida que a ocupação das ilhas se consolida. Tal facto é particularmente expressivo no contexto que aqui se estuda, ou seja, no que toca à gestão e ordenamento do território. Como dá conta a evolução legislativa estudada no ponto anterior.

Com efeito, desde o primeiro momento até ao limite temporal do fim das dadas, quando a última parcela de terra de sesmo é entregue, uma parte (grande) do poder que estava atribuído ao capitão deixa de existir. Continua a administrar o governo da capitania, mas a tarefa que lhe permitia dominar efetivamente o território esgota-se, ao mesmo ritmo das dadas destinadas a atrair povoadores, um problema que parece advir tanto da generosidade com que beneficiou os primeiros povoadores seus terra-tenentes,¹⁵² quanto da pequenez das ilhas.

Numa primeira fase colonizadora, que se estende dos primórdios da história do arquipélago até sensivelmente os finais do século XVI (quando se começa a registar um abrandamento na atribuição de dadas de sesmaria),¹⁵³ é essencialmente ao nível do governo da capitania que se identificam as responsabilidades no quadro da afirmação de competências sobre a definição e construção do território.

Coincidência ou não, parece certo ser precisamente por essa época, no último quartel de quinhentos, e portanto no contexto descrito, que as capitanias são “abandonadas” pelos seus chefes, numa atitude que a historiografia tem

¹⁵¹ Veja-se a título de exemplo a “Carta do Duque D. Diogo De doação (e suas confirmações) da capitania da ilha de São Jorge a João Vaz Corte Real: de 4 de maio de 1483”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos* ... p. 184.

¹⁵² A historiografia não conseguiu analisar ainda cada um dos casos individualmente, mas fortes indícios permitem extrapolar que o que se passou na Terceira, a ilha a esse nível melhor estudada se repetiu também nas restantes. Sobre este fenómeno veja-se Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...* em especial no primeiro capítulo *O processo de humanização da ilha: uma abordagem*, o terceiro ponto “Fases e protagonismos: tentames de periodização e de reconstituição prosopográfica”, pp. 36-72. Veja-se também opinião de João Marinho dos SANTOS, *Os Açores nos séculos XV e XVI* ... vol. I, em especial o cap. III, “A terra escassa e descontínua”, pp. 69-86.

¹⁵³ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...* pp. 136-137. Veja-se também mais adiante o ponto dedicado à “Distribuição e gestão da terra”.

justificado em exclusivo com a distância à metrópole e à corte onde esses homens fidalgos se integrariam melhor que nos ambientes isolados das suas capitânias.¹⁵⁴

Se a questão se porá nesses moldes para alguns dos capitães efetivamente detentores de cargos e lugares importantes junto do rei e das instâncias administrativas superiores, servindo de exemplo o caso de D. Manuel Corte Real, terceiro capitão de Angra e da ilha de São Jorge, o qual, segundo Frutuoso, fora “*vreador de Lisboa muitos anos*”, acrescentando ainda o cronista ser este capitão “*mui afábel fidalgo e de nobre condição, benquisto de seu povo e no reino muito privado de el-rei D. João, terceiro de nome, servindo-o sempre e residindo em sua corte.*”¹⁵⁵ Não se porá da mesma forma para todos que, ainda assim, prefeririam viver no reino, ostentando o título e os rendimentos de capitão, a viver nas ilhas com poderes claramente amputados.

A situação da redução de poderes agudiza-se com o terminar das dadas, mas vinha sendo já colocada, pelo menos, desde a subida ao trono de D. Manuel I que com o seu sucessor, emitem para os Açores um total de dez novos forais de vila, sobrepondo aos territórios controlados pelas capitânias novos territórios de jurisdição concelhia, como se demonstrou atrás. Maria Cecília Ferreira explica que “*com a transformação das donatarias atlânticas em terras realengas, D. Manuel, retalha a divisão administrativa das capitânias, cria novas vilas, minando assim a autoridade*”¹⁵⁶ dos capitães.

Aliás, a análise da documentação produzida em torno dos poderes, deveres e regalias atribuídos aos capitães, em grande medida coincidente com os regulamentos que dirigem o ordenamento do território e que atrás se estudaram, permite desde logo concluir que o legislador progressivamente cerceou a autoridade dos capitães. Ora diretamente chamando à atenção para questões concretas como por exemplo a questão das dadas de terra ao capitão e aos seus mais próximos, ou exigindo que este prosseguisse com a entrega de terras a quem

¹⁵⁴ António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitânias do Brasil...* em particular no capítulo Governo da Capitania o ponto “O problema da ausência dos capitães”, pp. 157-162.

¹⁵⁵ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro VI, p. 32. Veja-se também Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes, memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1883.

¹⁵⁶ Maria Cecília Cordeiro FERREIRA, “Capitão-donatário”, *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, vol.I/A-D, pp. 472-473.

a requeresse¹⁵⁷ e “*como cada um as merecer*”,¹⁵⁸ ora introduzindo novos cargos com quem agora tinha de dividir o poder, como é o caso dos corregedores, dos almoxarifes e dos contadores, a que acresce o referido reforço do poder concelhio.

A teia de poderes torna-se mais complexa, exigindo uma maior especificação das tarefas de cada um, em todo o caso reforçando o poder da coroa pela consolidação da imagem do Estado.

Feito um primeiro reconhecimento do cargo de capitão, evidenciando a sua relevância como primeiro gestor do território, importa agora enquadrar o encargo no contexto do que se sabe sobre os agentes e processos na construção do espaço durante o período medieval.¹⁵⁹

O capitão como povoador

A figura do povoador medieval foi já descrita por Luísa Trindade em *urbanismo na composição de Portugal*,¹⁶⁰ caracterização que aqui se acompanha com o objetivo de averiguar em que medida e como, o capitão, representante do donatário nas ilhas, absorve esta função essencial dos processos colonizadores internos.

Povoador era quem em nome do rei ou senhor da terra (no caso presente do donatário) e atuando em seu nome, geria *in loco* o ato de povoar, levando à prática determinações tomadas superiormente. São eles quem a documentação régia referente à fundação de vilas na Idade Média conhece por “*o meu probrador*”.¹⁶¹

Ao povoador medieval competia, nomeadamente, constituir o couto que incluiria não só o espaço intramuros mas também o termo. Depois de “*Reunida a*

¹⁵⁷ “Alvará de 23 d’Agosto de 1518, regulando o modo de dar os terrenos para cazas, 1518”, AA ... vol. IV, p. 35.

¹⁵⁸ “Regimento de Dona Beatriz”, AA ... vol. XII, p. 385.

¹⁵⁹ Temática profundamente analisada por Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... pp. 231-266.

¹⁶⁰ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... pp. 231-246.

¹⁶¹ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... p. 239. Veja-se a nota 21 onde a autora esclarece que: “*Quando o termo é utilizado no plural indica os povoadores, pobradores ou populadores com o significado de colonos ou moradores, no singular refere-se sempre ao representante do promotor.*”

área necessária ao novo concelho, impunha-se a demarcação clara dos limites através de 'padrões divisados', a selecção precisa do local de implantação da vila e a divisão e distribuição das parcelas."¹⁶² Trabalho também por si administrado.

Era ainda o povoador que negociava com a população, no sentido de reunir o número de colonos necessários e previamente determinado pelo promotor para povoar a área. Nesse sentido estava autorizado a negociar direitos e deveres, designadamente "*benesses capazes de atrair povoadores como o estabelecimento de um período inicial de dispensa de foro, a redução das taxas para os moradores de fracos recursos ou isenção de portagens*" às quais se "*associavam outras, de carácter restritivo, como a instituição de prazos mínimos de residência, apenas findo o qual os povoadores eram autorizados a transaccionar as parcelas recebidas.*"¹⁶³

A autora mostra ainda que muitas vezes o papel destes homens se estendia além do período inicial de instalação. Sendo "*chamados a inquirir e ajuizar contendas surgidas a propósito das delimitações entre municípios vizinhos, da insolvência de rendas ou ainda para avaliar as causas do insucesso do povoamento.*"¹⁶⁴

Todos estes papéis de que estava incumbido o povoador são corroborados por exemplos que se estendem não só ao longo dos reinados da Idade Média portuguesa, como abrangem diferentes espaços geográficos, confirmando a difusão a todo o território, por um lado, por outro atestando a consolidação das práticas. De resto, como também afere Luísa Trindade, práticas que eram comuns a outros reinos europeus.¹⁶⁵

¹⁶² Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... pp. 241- 242.

¹⁶³ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... p. 243.

¹⁶⁴ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... p. 243.

¹⁶⁵ Para os quais as fontes são mais ricas permitindo, por analogia, visualizar melhor, bem como confirmar, o perfil do povoador e o seu âmbito de atuação. Especialmente bem expressos em fontes como o *Libro del Repartimiento*, onde Afonso X de Castela regista o repovoamento do território de Múrcia integrado em 1266 na sua coroa.

Vale agora a pena observar melhor o perfil e âmbito de atuação dos capitães nas ilhas para se perceber o encadeamento com estes antecedentes continentais, não obstante a escassez de dados concretos e acima de tudo descritivos da sua forma de atuação no território físico.¹⁶⁶

Justifica-se, por isso, o recurso a elementos melhor conhecidos e aceites como análogos ao processo inicial de colonização e povoamento, como são os dados referentes ao processo de ocupação da Madeira. De resto, lembre-se aqui que as primeiras cartas de entrega das capitânicas açorianas remetem para os direitos e deveres anteriormente contratados com os capitães madeirenses, sendo que as cartas e modo de atuação destes serviram de modelo e exemplo aos capitães enviados aos Açores.

Assim sendo, é perfeitamente aceitável tomar como exemplo da atuação de um capitão (também nos Açores) os relatos que nos chegaram sobre os feitos de Gonçalves Zarco, descobridor da Madeira e o primeiro capitão do Funchal.

Tal como as ilhas açorianas, também a Madeira se descobriu despovoada, definindo-se por isso como um processo de ocupação de terra virgem. A demanda teve início cerca de 20 anos antes da ocupação de Santa Maria, a primeira ilha dos Açores a ser povoada. Dividida desde cedo em duas jurisdições,¹⁶⁷ a Madeira representa, em boa verdade, a primeira extensão atlântica portuguesa, e a estratégia implementada na sua ocupação a primeira experiência de fundação de lugares e repartição de terras fora do território continental já consolidado.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Para isso mesmo alertou já Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... pp.283-294.

¹⁶⁷ De realçar que apesar da situação exposta, as cartas de capitania do arquipélago da Madeira têm datas mais aproximadas do processo açoriano, não obstante o processo em curso estivesse legitimado pelo regimento dado pelo Infante D. Henrique a Gonçalves Zarco. Assim, de 1440 data a carta de Tristão Vaz Teixeira, de 1446 a de Perestrelo para o Porto Santo e de 1450 a do próprio Zarco para a capitania do Funchal.

¹⁶⁸ Fernando Jasmim PEREIRA, “Alguns Elementos para o Estudo da História Económica da Madeira (Capitania do Funchal - Século XV). Dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1959”, *Estudos Sobre a História da Madeira* ...pp. 3-281. Em especial o Capítulo I intitulado *Perspectivas dos primórdios da colonização*, pp. 15-29. Veja-se também Rui CARITA, *História da Madeira (1420-1566)*, 7 vol.s, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1989, vol. I, p. 103. Consulte-se ainda, José Manuel Azevedo e SILVA, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vol.s, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional dos Assuntos Culturais, Funchal, 1995, e particular o capítulo II dedicado à “organização do espaço”.

O retrato transcrito por Frutuoso do capitão Gonçalves Zarco,¹⁶⁹ onde se inclui a narração de *como o capitão João Gonçalves Zarco correu grande parte da costa da ilha, indo também com ele o capitão Tristão Vaz para repartirem a ilha*¹⁷⁰ e ainda, no ponto seguinte da mesma obra, a descrição de *como o capitão João Gonçalves Zargo traçou a vila do Funchal*,¹⁷¹ são ambos relatos especialmente elucidativos de como na prática e no terreno se procedeu à demarcação territorial das capitâneas, ao repartimento de terras e à fundação de povoações, circunstâncias, todas elas, lideradas pelo capitão.

Entende-se desta descrição o facto de, efetivamente, o reconhecimento e divisão das terras se fazer sobre a linha de costa, o espaço conhecido, uma simples evidência, mas que tem repercussões importantes na morfologia resultante, sempre construída a partir da costa e por isso deve ser ressaltada.

Conta o cronista que “*depois de ter o capitão João Gonçalves Zargo ordenadas as casas de devoção e outras para agasalho dos que vinham povoar, mandando chamar a Tristão Vaz (para descobrindo a terra) fazer antre ambos a partição da ilha, determinou correr toda a costa dela (...) e ordenou repartir a terra com quem a aproveitasse, para que mandou fazer prestes certos batéis que haviam de ir por mar, e ele com alguns cavalos e gente de pé por terra, uns dantes dos outros por não haver ainda caminhos; e com a detença que tinham em partir a terra andavam pouco cada dia.*”¹⁷² Assim, capitão e povoadores ao longo da costa, por mar ou por terra, demarcaram as parcelas a repartir pelos colonos. Entre elas destaca o relator duas terras muito altas acima de Câmara de Lobos

¹⁶⁹ Os capítulos décimos segundo, terceiro e quarto das Saudades da Terra são “quase na íntegra” transcritos de Jerónimo Dias LEITE, *O Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha* (introdução e notas de João Franco Machado), Coimbra, FLUC Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1947, estando devidamente assinaladas pelo anotador de Frutuoso as pequenas diferenças existentes entre um e outro texto. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro II, , pp.30-35. Note-se ainda que, o texto transcrito por Frutuoso corresponde a um relato por ele próprio encomendado ao cônego da Sé do Funchal Jerónimo Dias Leite, segundo conclui João Bernardo Oliveira Rodrigues à página V do citado volume das Saudades da Terra.

¹⁷⁰ Do título do capítulo décimo terceiro de: Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro II, p. 32.

¹⁷¹ Do título do capítulo décimo quarto de: Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro II, p. 34.

¹⁷² Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro II, p. 32.

onde o capitão “traçou” duas igrejas respetivamente do Espírito Santo e de Vera Cruz, assinalando as terras que “tomou para seus herdeiros”.

Releva de entre a terminologia utilizada nesta narração a referência persistente às igrejas e até lugares *traçados* pelo capitão. Além dos templos acima mencionados segue-se no percurso tomado pelo grupo a Ribeira Brava, aonde o capitão chegou por mar. Quando os que vinham por terra alcançaram o lugar já João Gonçalves Zarco “*tinha traçado uma povoação*”. Depois vem a Ponta do Sol, lugar onde o capitão “*também traçou uma vila, que depois se fundou*”. Continua a narrativa descrevendo o circuito da ilha: “*Daqui tornou o capitão a caminhar por terra, a cavalo, com os que com ele costumavam ir e, passando uma ribeira que está além desta Ponta do Sol, traçou uma igreja em uma ladeira, do Apóstolo Santiago.*” A partir daqui, novamente por mar, chegou o capitão a uma enseada, com um desembarcadouro, “*a que o capitão pôs nome Calheta (...)* Neste lugar da Calheta, mais abaixo, *chegado a uma formosa ribeira, se fundou a vila, que tomou o [mesmo] nome.*” Nas imediações deste lugar Zarco “*tomou uma lombada grande para seu filho João Gonçalves (...)* para o Ponente, *tomou outra para sua filha Beatriz Gonçalves. E logo aí em outra lombada da mesma filha, em lugar alto, de boa vista do mar e da terra, traçou de sua mão o mesmo capitão uma igreja de Nossa Senhora da Estrela (...)*”.

Resta saber o que, então, se entendia por *traçar* uma povoação ou uma igreja. O que, aparentemente, tanto pode ser decidir sobre a sua criação, quanto definir a localização e forma geral que devem tomar, ou ainda, significar efetivamente traçar “*pela sua própria mão*”, como aconteceu com a igreja erigida na terra que Gonçalves Zarco destinou a sua filha.

Apesar da distância cronológica vale a pena observar a definição de traçar apresentada por Bluteau no início do século XVII e que tanto pode ser “*Delinear. Lançar as primeiras linhas. Fazer o rifco de alguma obra mecânica. Traçar um edifício*”, como “*Inventar, & difpor os meyoys para executar alguma cousa.*”¹⁷³

Se fica assegurada a liderança do capitão no *inventar* do território, não se pode, com absoluta certeza, responsabilizá-lo pela demarcação efetiva do

¹⁷³ Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino ...* vol. 8, p. 232.

território, trabalho que caberia aos agrimensores que o acompanhavam e dos quais não rezam as crónicas. Excetua-se, talvez, a igreja que “*traçou pela sua mão*”, ou seja *delineada* ou *riscada*, efetivamente pelo capitão.

Ressalta ainda como termo constante nesta descrição a *tomada* de terras, tema a que já se referiu Rute Gregório para o caso açoriano e particularmente terceirense, definindo a tomada de terras como um processo prévio de ocupação da terra que posteriormente se confirmava pela demarcação efetiva dos limites e registo em documento escrito, numa atitude que a autora relaciona com a fase mais primitiva da colonização das ilhas,¹⁷⁴ e que seria anterior ao Regimento de D. Beatriz, a primeira codificação conhecida do procedimentos sobre a dada de terras.

Na primeira parte desta dissertação, no capítulo sobre os primórdios de Angra, houve já oportunidade de chamar a atenção para a comparação sugestionável, deste sistema de *tomada de terras* com o sistema de presúria praticado com maior densidade nas terras a sul do rio Mondego, durante o processo de reconquista. Processo que se caracterizava também por alguma informalidade, derivada por um lado da urgência da tarefa de povoar, por outro da fartura de terra.¹⁷⁵

Mas também Frutuoso detetou a utilização do termo *tomar terras*, pelo que será interessante acrescentar a explicação apresentada pelo cronista quinhentista para esta questão, inscrita precisamente quando refere os feitos do capitão Rui Gonçalves da Câmara. Conta o cronista que este capitão “*Repartiu a maior parte das dadas ou doações das terras desta ilha, de sesmaria, que é desta maneira: quando dava o capitão dada ou fazia alguma repartição de terra nova, povoada de mato e espesso arvoredado, a alguma pessoa, de obrigação, na terra que lhe davam fazia curral e cafua, curral para gado e casa para morar, e tudo era para tomar posse do que recebia.*”¹⁷⁶

¹⁷⁴ Veja-se Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... pp. 122-124.

¹⁷⁵ Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas* ... em particular pp. 27-41.

¹⁷⁶ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro IV p. 270.

Entende-se daqui que tomar a terra, com ou sem a formalização em documento escrito, corresponde, efetivamente, ao primeiro momento de instalação de colonos.

Em todo o caso este ato seria validado ou autorizado pelo capitão, cabendo dentro das suas competências de povoador. No que toca à questão da reunião de povoadores, que também se entendia como encargo do povoador, são poucos os documentos que o explicitam, contudo não restam dúvidas que com os capitães chegaram também colonizadores, desde logo as gentes de suas casas.

Não é possível averiguar números, mas a historiografia dá exemplos concretos desta prática. Veja-se o caso identificado por Velho Arruda para Santa Maria e analisado por Avelino Meneses na síntese dedicada ao povoamento na *História dos Açores*, que admite “o ingresso em 1444 de um numeroso contingente de colonos portugueses, possivelmente liderado por Gonçalo Vaz o Grande”,¹⁷⁷ lugar-tenente do Comendador Gonçalo Velho. Ou ainda, o caso do capitão do Faial que se fez acompanhar de conterrâneos flamengos, como de resto atesta, ainda hoje, a toponímia da ilha com a freguesia e a ribeira dos Flamengos.

Mas o(s) donatário(s) também não se terão demitido deste encargo, contribuindo em paralelo com o capitão para o sucesso da empresa, como de resto demonstra o ingresso de degredados, em tempos de D. Pedro e já referido atrás.¹⁷⁸

A título de exemplo cite-se também o documento do duque donatário anunciando o envio de uma nova vaga de povoadores e ordenando que os capitães distribuam terras por estes e pelos moradores que ainda não tinham sido beneficiados com dadas de sesmaria, deixando bem esclarecida a hierarquia que ordena o processo de povoamento do reino e das ilhas, com a coroa à cabeça. Diz o documento: “(...) *eu tenho tenção se enviar a essas ilhas algumas pessoas pera haverem de aproveitar algumas terras com os que as não tem e tirar alguma parte dellas a alguns que tem mais do que é razão, por que me afirmaram, que por se não darem as terras como se devem dar, deixam de ser essas ilhas melhor povoadas e elrei meu Snr. É em isto assim muito afirmado e S. Alteza n’o tem*

¹⁷⁷ Avelino MENESES, “O povoamento”... p. 66.

¹⁷⁸ A historiografia enumera ainda o ingresso de outros grupos como mouriscos e judeus, Avelino MENESES, “O povoamento”... pp. 64-65.

*encommendado que mande nisto provêr, e eu vos encommendo muito e rogo que vós tenhais logo nisso tal maneira que assi deis e repartaes as terras que quando eu enviar a repartil-as (...)*¹⁷⁹

O capitão como sesmeiro

O perfil do sesmeiro medieval foi há muito caracterizado por Virgínia Rau em *Sesmarias medievais portuguesas*,¹⁸⁰ obra que continua a ser o título de referência a estudos sobre o tema.

Em síntese pode afirmar-se que sesmeiro era aquele que demarcava as terras do concelho. Depois de abalizar as que caberiam aos povoadores e as destinadas a terras de logradouro comum, cabia-lhe repartir, ou sesmar, pelos povoadores as courelas talhadas numa área previamente determinada denominada como sesmo. A courela atribuída ao povoador denominava-se sesmaria.

O sistema surgiu no século XIII como substituto da presúria, traduzindo no território os efeitos da solidificação do poder da Coroa, pela atualização e difusão progressiva das práticas e dos agentes do poder central a todo o território.

Os sesmeiros eram inicialmente escolhidos pelos concelhos, não obstante a eleição estivesse sujeita a confirmação régia. No caso açoriano, como se esclarece a baixo na rubrica dedicada distribuição da terra, o encargo é determinado por uma redefinição da lei das sesmarias (1422) que permitiu aos donatários nomearem eles mesmos sesmeiros para as suas terras.

É um facto já assinalado pela historiografia que a designação sesmeiro está praticamente ausente das fontes ligadas ao tema nos açores, pela raridade vale a pena elencar aqui as até agora únicas duas referências cotejadas, bem como aventar uma hipótese para que tal aconteça.¹⁸¹

¹⁷⁹ “Carta do Duque de Vizeu para os Capitães, 13 de Maio de 1487”, AA ... vol. XII, p.386-387.

¹⁸⁰ Consultem-se os capítulos II-“A delimitação dos concelhos e a divisão das terras pelos povoadores. Coureiros e sesmeiros. Origem e significação do termo sesmo, sesmeiro e sesmaria” e III-“O cargo de sesmeiro e a hierarquia das magistraturas municipais. Eleição concelhia e confirmação régia durante os séculos XIV e XV. A quem competia a dada de sesmarias nos reguengos e terras particulares. Os juizes ordinários e o cargo de sesmeiro”, Virgínia RAU, *Sesmarias medievais ...* pp. 41-68.

¹⁸¹ Por alguma razão que ainda não foi possível decifrar o designativo sesmeiro passou a ser atribuído ao sesmado, ou seja ao beneficiário da sesmaria. No caso da documentação açoriana não

Num pleito datado dos primeiros anos de Quinhentos, referente à usurpação de terras na Silveira na capitania de Angra, Pero Anes do Canto, futuro primeiro Provedor das Armadas, dá conta que Fernão Vaz, então almoxarife terá atuado em abuso de poder sobre quem era “*proue e não ter com que se defender*” porque na condição de “*seismejro, creceo(-)lhe A cubiça da terá*”.¹⁸²

Não é de todo o pleito que aqui interessa, mas tão só a referência explícita ao sesmeiro. Rute Gregório acrescenta na nota que acompanha esta referência a um sesmeiro, a única em toda a documentação por si consultada, que “*a invulgar expressão nas ilhas explica-se aqui, porquanto Fernão Vaz, depois de ser almoxarife, teve incumbência das dadas*” em conjunto com o ouvidor do capitão então ausente, como de resto exigia a lei.

Ainda que a historiografia esclareça que o sistema senhorial implementado nas ilhas das Flores e Corvo fosse distinto do regime de capitanias do resto do arquipélago,¹⁸³ porque essas ilhas foram descobertas posteriormente aos grupos Oriental e Central, portanto com uma cronologia histórica e até contexto geográfico diverso do restante arquipélago, Frei Diogo das Chagas relata de forma particularmente elucidativa a transmissão dos poderes do “capitão”, ou senhor da ilha das Flores, ao seu procurador. Entre eles, o de sesmeiro, prefigurando esta a segunda e última referência a este designativo.

Conta o cronista que “*(...) os primeiros e mais principais povoadores (...) estas terras (que são as melhores da Ilha) tomarão em suas datas, as quaes lhe*

foi possível encontrar sesmeiro com esse significado, não obstante a historiografia há muito tenha assumido o sesmeiro com o sesmado. Contudo, para o Brasil Costa Porto refere que “Na colônia, mantém-se, de início, a mesma liguagem: terra de sesmaria é aquela repartida pelos sesmeiros (...) a, pouco e pouco, se foi modificando o sentido, passando sesmeiro a designar o que recebia a sesmaria (...) sentido usado em linguagem vulgar e, depois, introduzida nos documentos oficiais (...) cremos que a primeira vez, na carta de 28 de setembro de 1612.” Costa PORTO, *O sistema sesmarial do Brasil* ... p. 33.

¹⁸² Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 161. Na nota 242 da mesma página a autora acrescenta que de toda a documentação por si consultada esta é a única referência encontrada com a designação de sesmeiro atribuída ao concessor das dadas. Acrescenta ainda que “*a invulgar expressão nas ilhas explica-se aqui, porquanto Fernão Vaz, depois de ser almoxarife, teve incumbência das dadas*” em conjunto com o ouvidor do capitão então ausente.

¹⁸³ Sobre as particularidades das ilhas ocidentais dos Açores veja-se, José Guilherme Reis LEITE, “O povoamento das Flores”, *Actas do III Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Edição do Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 483-492 e do mesmo autor *O Povoamento do Corvo*, Lisboa, Academia da Marinha, Série separatas, 2002.

deu logo o Capitão Pedro da Fonseca, que com eles foi, e tornando-se pera o Reino na mesma embarcação pera ir mandando mais povoadores deixou por seu Loco Tenente, Capitão Mor, e Ouuidor e por Cismeiro das datas a Gomez Dias Rodoualho, e assim que elle foi o que deu as datas a todos os povoadores, excepto aquelles que forão em Companhia do Capitão, a quem elle deu o que lhe pereceu(...)”¹⁸⁴

De todas as fontes consultadas estas são as únicas que utilizam o termo sesmeiro, contudo, há que sublinhá-lo, a documentação relativa aos poderes adjudicados ao capitão no âmbito das dadas de terra ou sesmarias não deixa margens para dúvidas sobre a sua autoridade na matéria, aparecendo como preceito em todas as cartas de entrega de capitania. Contudo é de ressaltar estas referências a “*cismeiro das datas*” e “*seismeyro*”, evidenciado a tarefa como um dos encargos que cabia ao capitão, cobiçado pelos “concorrentes”, mas especialmente como um mais importante atributos do poder nas ilhas, particularmente nos primórdios do povoamento quando a terra a distribuir era ainda muita.

Pelo que se vê a figura do capitão congrega diversos encargos antes distribuídos por vários oficiais, não é por isso de estranhar que as designações que antes existiam para os intitular individualmente tenham caído em desuso por troca com o termo capitão que na realidade também significava, por exemplo, povoador e sesmeiro.

Em síntese, ao capitão como povoador cabia decidir sobre a forma e localização das primeiras povoações, como também atrair povoadores e incentivar o “crescimento” da terra. Como sesmeiro cabia-lhe distribuir a terra rural e urbana. Questões, aliás, já comprovadas pelos estudos de caso analisados na primeira parte da tese.

¹⁸⁴ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p. 535.

Contudo, é pouco o que se sabe objetivamente sobre cada um dos capitães, em particular sobre os primeiros: Quem eram? Porque foram eleitos para a tarefa? E principalmente que preparação teriam para a prática de povoar e urbanizar?

Às duas primeiras perguntas a historiografia tem respondido de forma genérica e assimetricamente aprofundada, evidenciando a aridez das fontes. Em todo o caso conseguindo compilar para alguns dos capitães e descendentes, bem como para os seus seguidores mais próximos, dados com tradução em estudos de cariz biográfico como *Os Corte-reaes*,¹⁸⁵ para os capitães de Angra e São Jorge, *Capitães Donatários (1439-1799) subsídios para a história de São Miguel*,¹⁸⁶ para os Velho, Soares de Albergaria e Câmaras, e *Os Flamengos na Ilha do Faial - A Família Utra (Hurtere)*.¹⁸⁷ Bem como em sínteses historiográficas de que são exemplo as rúbricas dedicadas aos protagonistas na *Nova História da Expansão* e na *História dos Açores*,¹⁸⁸ mas também, em particular para o caso da Terceira, a primeira parte da tese de Rute Gregório, onde esclarece o que é possível sobre os líderes do povoamento da ilha, mas também sobre o resto dos povoadores “*de que pouco rezam as crónicas*”.¹⁸⁹

A última pergunta (que preparação tinham estes homens?) é de resposta ainda mais difícil, já que tanto fontes como historiografia pouco dizem da ação concreta dos capitães sobre o território, quer da ação dos líderes como daqueles que os assessoravam. Todavia o cotejo das fontes e da historiografia justifica uma abordagem ao tema específico, na tentativa de perceber melhor o perfil destes “capitães urbanistas”.

¹⁸⁵ Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes, memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1883.

¹⁸⁶ Francisco de Athaide de Machado de Faria e MAIA (1876-1959), *Capitães Donatários (1439-1799) subsídios para a história de São Miguel*, 4ªed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988.

¹⁸⁷ António Ferreira de SERPA, “Os Flamengos na Ilha do Faial - A Família Utra (Hurtere)”, *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, Lisboa, Conselho Nobiliarchico de Portugal - Centro Tipográfico Colonial, vol. III, 1928.

¹⁸⁸ Avelino MENESES, “O Arquipélago dos Açores. O povoamento” ... *Nova História da Expansão...f) Os protagonistas*, pp. 257-264, e MENESES, Avelino de Freitas de, “O povoamento”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores ... Os chefes*, pp. 79-84

¹⁸⁹ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... pp. 25-118.

Antes de mais vale a pena observar o que diz Renata Araújo sobre o tema, ainda que focando a geração seguinte de capitães, a geração que foi povoar o Brasil mas que de modo genérico parece corresponder ainda ao capitão dos princípios da Expansão: “(...) *ainda não existe o técnico especializado, que só depois iria surgir, mas sim a figura polivalente do capitão, ao mesmo tempo conquistador, comerciante e construtor. O perfil do urbanizador português desses tempos de transição entre a herança do mundo medieval e as novas concepções da Idade Moderna reflecte-se em personagens como Martim Afonso de Sousa, que foi governador da Índia entre 1542 e 1545, participou activamente na construção das muralhas da primeira fortaleza de Diu (1535) e, na sua capitania no Brasil, emprestou os seus braços para a fundação da primeira vila daquele país, São Vicente, em 1532; ou como Duarte Coelho, o donatário da capitania de Perambuco, que provinha da alta estirpe dos conquistadores do Oriente. Também ele se responsabilizou pessoalmente pela fundação de Olinda (1537) e a construção do seu forte. (...)*”¹⁹⁰

No caso dos Açores, Avelino Meneses explica que “(...) *os líderes da arroteia são normalmente cavaleiros sem casa própria, o mais das vezes filhos segundos, ávidos de um modo de vida à laia de nobreza (...)*”.¹⁹¹ Não obstante, relevam ainda alguns protagonistas que não pertencendo, à partida, a nenhum grupo privilegiado logram alcançar nas ilhas estatuto social e económico. Exemplo máximo desse percurso é Pero Anes do Canto, que conseguirá nobilitar-se pelo extraordinário serviço à coroa como Provedor das Armadas.¹⁹²

Mas os capitães e os mais próximos da governança, terão sido quase sempre gente da casa dos donatários. Assim, Jácome de Bruges e Gonçalo Velho Cabral, pertenciam à casa do Infante D. Henrique, Corte-Real e Álvaro Martins Homem à “corte” de D. Fernando e D. Beatriz. Rui Gonçalves da Câmara, filho do primeiro capitão do Funchal, Gonçalves Zarco, pertence, por essa via também à casa dos donatários.

¹⁹⁰ Renata ARAÚJO “Engenharia Militar e Urbanismo”, Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 255-324.

¹⁹¹ MENESES, Avelino de Freitas de, “O povoamento” ... p.81.

¹⁹² Rute Dias GREGÓRIO, *Pero Anes do Canto - Um Homem e um Património (1473-1556)*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2001.

Aliás, a partir da experiência madeirense terão chegado às ilhas vários quadros, nomeadamente e entre outros, Diogo de Teive, lugar-tenente de Jácome de Bruges na Terceira, ocupando também possivelmente o lugar de ouvidor do donatário (que terá antecedido nas ilha o cargo de corregedor),¹⁹³ mas também o capitão da Graciosa, Pêro Correia da Cunha que povoou primeiro o Porto Santo, ilha que perdeu num pleito jurídico com Bartolomeu Perestrelo em 1473.¹⁹⁴ Uma curiosidade ilustrativa desta rotatividade de pessoas e experiências num território que era cada vez maior, é a possibilidade divulgada por Costa Porto de se ter tentado entregar uma parte do Brasil, como capitania, a um irmão do capitão de São Miguel.¹⁹⁵

O flamengo Hurtere, segundo alega Jerónimo de Utra Corte Real na sentença contra si proferida em 6 de Setembro de 1571 seria fidalgo e “(...) *que vivendo Joss Dutra seu avô (aliás bisavô) em Frandes, aonde tinha muita renda e fazenda, por ser fidalgo e pessoa nobre e muito aparentado na terrea, o Infante D. Fernando o fez vir da terra onde morava para que fosse povoar as ilhas do Faial e Pico que então estavam despovoadas de que lhe daria a capitania para elle e seus descendentes (...)*”.¹⁹⁶ Na perspetiva de Ferreira de Serpa, a vinda de Josse Huertere ad Flandres teria sido impulsionada pela duquesa da Borgonha, D. Isabel, Infanta de Portugal e mulher de Filipe o Bom, que teria influenciado os sobrinhos.¹⁹⁷

No caso do primeiro capitão se Santa Maria e São Miguel, Gonçalo Velho Cabral, sabe-se que pelejou em África, por diversas vezes. Participou na tomada de Ceuta em 1415 e nas décadas de 20 e 30 voltou a servir na guerra em Marrocos até iniciar a tarefa de povoar os Açores, entretanto descobertos. Em 1416 terá feito o reconhecimento da costa ocidental africana até à longitude das Canárias.¹⁹⁸

Um trajeto muito distinto do de Jácome de Bruges. Flamengo de nação, seria um criado do Infante D. Henrique, que o teria beneficiado com a capitania da

¹⁹³ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 42.

¹⁹⁴ Avelino MENESES, “O povoamento” ... p. 67.

¹⁹⁵ Costa PORTO, *O Sistema Sesmarial no Brasil*, Brasília Universidade de Brasília.

¹⁹⁶ António Ferreira de SERPA, “Os Flamengos na Ilha do Faial” ... p. 151.

¹⁹⁷ António Ferreira de SERPA, “Os Flamengos na Ilha do Faial” ... p. 153.

¹⁹⁸ Avelino MENESES, “Arquipélago dos Açores. O povoamento” ... p. 262.

Terceira pelos serviços prestados. É de crer que tenha vivido em Ourense e depois no Porto, durante cerca de 20 anos, até embarcar na aventura açoriana.¹⁹⁹

Também nas campanhas de África estiveram João Vaz Corte-Real e Rui Gonçalves da Câmara, bem como os seus descendentes (e ascendentes).²⁰⁰

Contudo, entre o conjunto de personagens cotejados pela investigação apenas um se distingue com um percurso eventualmente mais dirigido a questões específicas como “desenhar” ou planear a cidade e o território, pelo que vale a pena apresentá-lo: trata-se do quinto capitão da ilha Graciosa, Fernando Coutinho, que Frutuoso designa por “*castramentador, assentador dos arraiais de Sua Magestade*”,²⁰¹ denominação de uma função de cariz militar, que significa ser este capitão responsável pela instalação de acampamentos militares.²⁰²

Fernando Coutinho terá tomado a capitania cerca de 1507 quando foi deixada vaga.²⁰³ Porém, com os dados hoje disponíveis, não se pode averiguar qual foi a sua ação efetiva sobre o território da ilha. Mesmo assim, há que dizer que a Graciosa é das ilhas onde a partição do território é mais ordenada, com uma ortogonalidade que derivará também da ação dos seus povoadores, mas que foi em grande parte facilitada pela serenidade da paisagem, pouco agreste.

¹⁹⁹ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... pp. 41-42.

²⁰⁰ Consulte-se respetivamente, Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes* ... e Francisco de Athaide de Machado de Faria e MAIA (1876-1959), *Capitães Donatários* ...

²⁰¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 122.

²⁰² Segundo se averigua das definições de Bluteau para arraial e para castramentador, são palavras oriundas da terminologia militar. Arraial “*He tomado de real, que significa do mesmo (...) He pois arraial o alojamento de hum Exercito na campanha (...)*”. A palavra castramentador encontramos na entrada *Castramentação* que significa “*Terço militar. A acção de tomar as medidas de um lugar, em que se quer assentar um arrayal (...) o que faz a castramentação, tomando estas medidas (...) é o Castarmetator (...)*”, Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez* ... respetivamente, vol. I, p. 544 e vol. II, p. 197.

²⁰³ Susana Goulart COSTA, “Graciosa, a ilha esquecida”, Jorge A. Paulus BRUNO, *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Graciosa. Santa Cruz*, Direcção Regional de Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2010, pp. 11-23.



Courelas no interior da Graciosa. (*Arquitectura Popular dos Açores ...* p. 279)

Mas o que melhor e mais unanimemente distingue os principais povoadores dos Açores, desde logo os seus capitães, são os serviços prestados à Coroa e aos donatários, como navegadores e descobridores.

Veja-se, entre outros,²⁰⁴ o caso Rui Gonçalves da Câmara, que antes mesmo de receber a capitania de São Miguel, aventurava-se na descoberta de ilhas, recebendo de D. Afonso V a “*mercee de doaçom*” das “*ilhas que descubrir*”, por o “*dito Ruy Gomçallvez nos tem muyto bem servydo nas partes d Affrica e em outros lugares porque somos obrigados de o galardoar em todo o que bem possamos*”.²⁰⁵

Conta Frutuoso que “*João Vaz da Costa Corte-Real, primeiro capitão da ilha Terceira, da parte de Angra, por serviço que fez a el-rei de Portugal nas guerras contra Castela, andando por capitão de grossas armadas, do qual dizem que foi tão grande aventureiro no mar, que neste reino não teve segundo.*”²⁰⁶ Avança ainda o cronista que “*vindo (...) João Vaz Corte Real do descobrimento*

²⁰⁴ São em grande número este tipo de referências que se podem consultar na obra de Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...* Caso de Fernão Dulmo, flamengo, povoador da parte da Quatro Ribeiras na Terceira, que recebeu “Carta de D. João II de confirmação do contrato feito entre Fernão Dulmo, que ia por mandado regio a descobrir a ilha das Sete Cidades, e João Afonso do Estreito, acreca das ilhas ou terra firma que o primeiro achasse: de 24 de Julho de 1486”. Sobre Fernão Dulmo veja-se Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...*p.41.

²⁰⁵“Carta de doação de D. Afonso V A Ruy Gonçalves da Camara, das ilhas que descubrir, de 21 de Junho de 1473”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...*p. 157.

²⁰⁶ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ...* Livro VI, p. 29.

*da Terra Nova dos Bacalhaus, que por mandado de el-rei foi fazer, lhe foi dada a capitania de Angra, da ilha Terceira, e da ilha de São Jorge.*²⁰⁷

Gaspar e Miguel Corte-Real, seguindo o trilha do pai,²⁰⁸ o primeiro capitão de Angra, terão alcançado a Terra Nova cerca de 1500, desaparecendo em viagens de exploração precisamente do noroeste atlântico. Isso mesmo atestam as cartas de *Doação a Gaspar Corte Real de qualquer ilha ou terra firma que descobrir ou achar*, a de *Mercê a João Martins, companheiro dos descobrimentos de Gaspar Corte-Real* e carta de *Doação a Miguel Corte-Real, das terras que descobrir e confirmação das que lhe deu o seu irmão Gaspar Corte-Real*, documentos conhecidos e muito divulgados pela historiografia.²⁰⁹ Destas cartas se serviu, Manuel Corte-Real, terceiro capitão de Angra, para em 1567, a partir da Terceira, tentar povoar a Terra Nova, como testemunha a *Carta régia de 4 de Maio de 1567 de que consta mandava Manuel Corte Real uma expedição com três navios com colonos da ilha Terceira para povoarem a Terra Nova*,²¹⁰ preparativos que não terão tido sequencia.

Mas ainda antes disso, morto o primeiro capitão, cerca de 1497, assumiu a capitania o varão Vasco Anes Corte-real, já então vedor na corte em Lisboa,²¹¹ pelo que, Gaspar Corte-Real terá mesmo ocupado o lugar de ouvidor do irmão, repartindo dadas de sesmaria na ilha durante a última década de Quatrocentos e a primeira de Quinhentos.²¹²

²⁰⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 30. Ernesto do Anto na monografia que dedica à família Corte-Real adianta que João Vaz Corte Real “foi porteiro mor do Infante D. Fernando, pae del rei D. Manuel e depois capitão donatário de Angra”, Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes* ... p.18.

²⁰⁸ Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes* ... pp. 34-41.

²⁰⁹ “Carta de D. Manuel, de 12 de Maio de 1500 - Doação a Gaspar Corte Real de qualquer ilha ou terra firma que descobrir ou achar”; “Carta de D. Manuel, de 27 de Janeiro de 1501 - Mercê a João Martins, companheiro dos descobrimentos de Gaspar Corte-Real” e “Carta de D. Manuel de 15 de janeiro de 1502 - Doação a Miguel Corte-Real, das terras que descobrir e confirmação das que lhe deu o seu irmão Gaspar Corte-Real”, Manuel Monteiro Velho ARRUDA (ed.), *Colecção de documentos...* respetivamente, pp. 204-206, pp. 207-208 e pp. 209-210.

²¹⁰ “Carta régia de 4 de Maio de 1567 de que consta mandava Manuel Corte ...”, Ernesto do CANTO (1831-1900), *Os Corte-reaes* ... p. 161.

²¹¹ Acerca deste capitão veja-se o que diz Frutuoso. “Vasqueanes Corte-Real, que o imitou [ao pai] bem nas forças, condições e valentia, que lhe sucedeu na capitania e foi segundo capitão (...) Foi veador de el-rei Dom Manuel e foi com ele a Castela (...) E morava em Lisboa ao longo do rio, defronte da freguesia de São Paulo, ao cais, que do seu nome se chama o cais do Veador (...)”. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 31.

²¹² Sobre o tema veja-se Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 63. Consulte-se também Jorge

Sempre acompanhados de pilotos e demais oficiais marítimos, é natural que no medir e dividir da terra, estes “capitães navegadores”, fossem assessorados por eles, recorrendo aos instrumentos normalmente por eles utilizados. A propósito, refira-se novamente o caso da demarcação das capitânicas da Terceira, onde segundo atesta a sentença datada de 1565, “a demarcação [das capitânicas] foi feita pelos pilotos”,²¹³ não obstante também se reconheça a participação de “medidores ajuramentados”.²¹⁴ Fica por saber se não se tratam de designações diferentes para uma mesma função.²¹⁵

A título de exemplo da entrada nas ilhas de pilotos como povoadores, sem que isso, contudo, assegure a sua participação na partição e divisão do território, cite-se o caso de João Vicente, piloto algarvio que acompanhou Gonçalo Velho e com ele se instalou em Santa Maria.²¹⁶

Frutuoso, quando trata *Da fertilidade e coisas notáveis que há na ilha Terceira*²¹⁷ refere que da ilha “saíram mui insignes pilotos, como foi Aires Fernandes, e depois seu filho Luís Aires, pilotos da Índia antigos, o qual Aires Fernandes foi vinte vezes por piloto à Índia (...) E Manuel Fernandes, um dos insignes pilotos de toda a Espanha, o primeiro descobridor da primeira derrota de Portugal a Malaca, donde, partindo a primeira vez de Lisboa e um galeão levantado, levando consigo socorro, o levou a salvamentos sem tocar na Índia, com grande espanto de malca onde o cerco já estava alevantado (...) e se tornou ao reino da mesma maneira, sem tocar na Índia”, acrescenta o cronista que este mesmo Manuel Fernandes “é muito nomeado e afamado neste reino, e el rei D.

FORJAZ, “Cartas de ‘dadas’ do século XV na Ilha Terceira”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983, nº3 e 4, 1983, pp. 825-835.

²¹³ “Última Demarcação da Terceira, 9 de Junho de 1565”, Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira* ... vol. I, 1981, p. 606.

²¹⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 33.

²¹⁵ Sobre a variedade da cargos e topónimos inscritos na construção da cidade portuguesa e da possibilidade de se alimentarem suspeitas da sua ligação à atividade náutica veja-se; Walter ROSSA, “A cidade portuguesa”, *A urbe e o Traço* ... p. 259.

²¹⁶ Artur Teodoro de MATOS, “Origem e reminiscências do povoadores das ilhas atlânticas”, *Congresso internacional Bartolomeu e a sua época- Actas. Volume III Economia e comércio marítimo*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para os Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, p. 244.

²¹⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra* ... Livro VI, p. 24.

Sebastião lhe deu o hábito de Cristo e fez mercê, e ele foi o piloto da galé real e do galeão São Martinho, em que ia o dito senhor, quando a derradeira vez passou a África.” E dá ainda conta de outros pilotos, acrescentando que “*Houve outros muitos pilotos, na mesma ilha Terceira, insignes na arte de navegar.*”

Note-se ainda, num aparte geográfico e cronológico, como muito mais tarde no Brasil setecentista a inexistência de um engenheiro que coordenasse os trabalhos de fundação de uma vila devia ser suprida pela presença de um *arrumador de agulha*.²¹⁸ Sem prejuízo de voltar ao tema os técnicos “especializados” que atuam no território, nomeadamente dos técnicos que atuam em nome do concelho, note-se aqui como a designação deste cargo se aproxima muitíssimo da terminologia da navegação e dos instrumentos por ela utilizados. No caso, *arrumador de agulha*, surgirá da conjugação de *arrumar*, ou seja seguir o rumo, e *agulha* (de marear), isto é, o instrumento que permitia alinhar esse rumo, de acordo com as coordenadas geográficas.²¹⁹

Cabe por fim referir, Álvaro Vaz Merens,²²⁰ um dos primeiros e principais povoadores da banda de Angra, coevo de Álvaro Martins Homem, a quem terão sido entregues terras para povoar na zona do Porto Pipas. Segundo consta de um documento de 1542 consultado e citado por Rute Gregório, Vaz Merens, terá sido “*o primeiro homem que tratou de fazer edefiços*”²²¹ em Angra. Sem que esta informação autorize a compromete-lo com o planeamento da vila, não é de todo ilógico propô-lo como um dos construtores da cidade, de resto, a mesma documentação aponta-o como proprietário de um forno de cal nas suas terras do Porto Pipas.

²¹⁸ Beatriz Piccolotto Siqueira BUENO, *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, São Paulo, Trabalho apresentado como tese de doutoramento à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2001, 2003. (policopiado) p.429.

²¹⁹ Consulte-se “arrumar” e “agulha de marear” em Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatomico, architectonico ...* vol. I, respetivamente, p. 572 e p. 192.

²²⁰ É pouco o que se sabe com segurança sobre este povoador de primeira vaga, como intitula Rute Gregório os cabouqueiros do povoamento terceirense. Destacam-se das diversas possibilidades averiguadas pela historiadora o facto de ter eventualmente sido *particular creado do Infante D. Pedro*, tendo vindo para as ilhas refugiado depois de 1449, já na ilha terá sido pai de Margarida Álvares Merens, cuja filha casaria com Pero Anes do Canto. Sugerem ainda alguns documentos que sua mulher Isabel Velho, pertenceria à família de Gonçalo Velho, povoador de Santa Maria. Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* pp. 49-50.

²²¹ Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* p. 49, notas 161 e 162.

2.4. Distribuição e gestão da terra nos Açores

Não obstante reconhecer-se o recurso a fórmulas há muito instituídas e experimentadas enquanto estratégia de povoamento e colonização, a confrontação com as novas áreas de expansão ultramarina, desconhecidas e despovoadas, impeliu a uma postura renovada perante o território. Se é certo que o regime de sesmarias transposto ao espaço atlântico estava já inscrito como lei desde D. Fernando (1375), é também de crer que, tal regime, na realidade modelado com base em usos e procedimentos que a tradição progressivamente vinha assimilando, se terá continuado a acrescentar, dando resposta a recentes necessidades específicas dos novos tempos e espaços de atuação.

Com efeito, os novos territórios da conquista ocupam-se amparados por preceitos legais de base conhecida que, em muitos sentidos tornaram-se por necessidade inovadores, de que é exemplo o cargo de capitão.

Sesmarias e doações

Assumido que está o sistema de capitánias como modelo de gestão das ilhas, interessa agora estudar a entrega de sesmarias como principal expediente de ocupação e ordenamento do território. Convém, assim, apresentar um apanhado do modo como se enuncia e perpetua o regime no arquipélago, reconhecendo, desde logo, que não se prolongando por um tempo demasiado longo, terá, ainda assim, deixado marcas importantes na estruturação do território e na definição da paisagem.

O regime implanta-se nos arquipélagos atlânticos sob a premissa legalizada no reinado de D. João I, a 30 de Outubro de 1422, quando se autorizou o “*Infante D. Henrique, já regedor do mestrado de Cristo, [a] poder dar ou mandar dar de sesmaria herdades da ordem e as suas que estivessem desaproveitadas*”,²²² desde que, cumprindo a lei vigente. Coincidência, ou talvez não, certo é que a data deste diploma, assim como a da sua confirmação, a 11 de Março de 1449, se

²²² Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas* ... p. 101.

aproximam muitíssimo de marcos temporais importantes do processo colonizador atlântico, respetivamente, do início do povoamento do arquipélago da Madeira e em seguida dos Açores,²²³ ambos entregues no quadro do domínio sobre os novos territórios ultramarinos, à Ordem de Cristo e com a sua administração confiada ao Infante D. Henrique. Não cabe aqui estender a questão historiográfica, contudo importa assinalar que, no quadro da configuração do cargo de capitão nas ilhas e no espaço atlântico, esta poderá ser uma achega determinante para a compreensão da sua criação, no sentido em que, a nova função atribuída às ordens e senhorios, autorizando-lhes a dada de sesmarias, impulsionada por uma realidade territorial nova, poderá ajudar a justificar e enquadrar a criação do elevado cargo.²²⁴

Enquanto doutrina de atuação sobre o território, o regime de sesmarias, configura primeiramente um modelo económico de aproveitamento agrícola da terra, do qual deriva um importante sistema fiscal e comercial, já para não falar do modelo social e de propriedade que permitiu instaurar nas ilhas. Por isso, mesmo que de forma sucinta, cabe apresentar o quadro legal vigente que informou a constituição das sesmarias açorianas, num breve reconhecimento do que as particulariza.

No que em concreto respeita à figura do capitão, como importante interveniente na construção do território dos Açores, já se tratou. No entanto, e numa perspetiva operativa com vista à compreensão do processo de fundação e extinção do regime de sesmarias no arquipélago retomam-se aqui algumas das questões aí debatidas.

É que, sabendo-se hoje que o sistema de sesmarias como meio de gestão de terra termina com alguma brevidade (no caso Terceirense é apontado o ano de 1515 como o ano da última dada conhecida da documentação),²²⁵ algumas perguntas ficam por responder. Refletindo um pouco sobre o assunto, e limitando-o à Terceira, ilha onde se reconhece um complicado processo de partição e

²²³ “Confirmação da autorização concedida no ano de 1439 ao Infante D. Henrique para o Povoamento das sete ilhas dos Açores, 10 de Março de 1449”, AA ... vol. I, p. 7.

²²⁴ Mesmo o mais aprofundado estudo sobre a temática frisa o facto de ser indeterminada a origem da função. António Vasconcelos de SALDANHA, *As Capitánias do Brasil- Antecedentes...* p. 97-138 e p. 144.

²²⁵ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios* ... pp.136-137

demarcação de capitâneas que, de resto, deu origem a vários pleitos jurídicos que se estenderam muito além dessa data,²²⁶ resta saber se estaria de facto toda ilha “aproveitada” ou distribuída ainda no primeira quartel de quinhentos. Segundo Rute Gregório,²²⁷ autora do mais aprofundado estudo sobre a distribuição e composição da propriedade na ilha de Jesus, grandes dadas de terra foram entregues à primeira e segunda vaga de povoadores, conformando a primeira estrutura cadastral da propriedade muito cedo.

Se questão da extinção do regime de sesmarias no caso terceirense é implicitamente entendida pela inexistência de dadas, porventura porque toda a terra útil havia sido distribuída, como esclarece Rute Gregório. Deve referir-se que Mendonça Dias afirma que as sesmarias se proibiram no concelho de Vila Franca por D. Manuel por volta de 1518.²²⁸

Em Vila Franca a questão estará possivelmente relacionada com o tema da salvaguarda de terrenos para baldios de logradouro comum e especialmente como reserva florestal, tema já florado quando se referiram as corregedorias do século XVI naquele concelho, na rúbrica dedicada às *práticas e intervenientes* da Coroa no território.

O alvará régio de 24 de Julho de 1532, passado a Vila Franca do Campo vem confirmar uma decisão de 1518 que proibía a dada de terras de sesmaria, para que restassem terras “para geralmente todos criarem seus gados” .

Diz o alvará: “*Eu El rei faço saber a vós licenciado Aires Pinto Cabral, meu corregedor em as Ilhas dos Açores, que eu vi uns apontamentos que por parte dos Oficiais da Câmara da dita ilha de S. Miguel me fôram apresentados, entre os quais era um que os ditos Oficiais diziam que na dita ilha havia muitas terras altas e tais que não eram mais que para montados e pastos de gado, e que sendo El Rei, meu senhor e pai, que santa glória haja, informado por Jerónimo Luiz, que então era corregedor nessas ilhas, do grande dano e prejuízo que se seguia ao povo se as ditas terras se dessem a pessoas particulares [...] , o dito Senhor*

²²⁶ Em particular nas áreas onde a jurisdição era indeterminada e ambos os capitães deram terras, sobrepondo beneficiados.

²²⁷ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios ...* pp.133-139, especialmente p.138

²²⁸ Urbano Mendonça DIAS, *A vida dos nossos avós*, Vila Franca do Campo, (s/d), vol I, pp. 96-98.

*passara provisão no ano de de 1518, por que mandava que o dito Capitão não desse mais nenhuns matos, e ficassem devolutos e comuns ao povo para geralmente todos criarem seus gados, pelo assim sentir por bem da dita ilha e seu serviço e que sem embargo da dita Provisão o dito Capitão tinha dado muitas das ditas terras e matos e montado a algumas pessoas, por cuja causa os Concelhos da dita ilha recebiam muitas perda (...)*²²⁹

No caso madeirense, que mais uma vez elucida o tema, a extinção das sesmarias é explícita e confirmada por documentação.²³⁰

A falta de terra na Madeira revelou-se prematuramente, os primeiros informes de falta de terra datam de 1473.²³¹ Dez anos depois, a 12 de Novembro de 1483, na *Resposta do Duque a alguns apontamentos Sobre os Dyreitos* surgem os primeiros embargos às dadas de terras de sesmaria.

No documento pode ler-se: “*Y quanto Ao capitollo Em que dizem que o capitam De machico Da De sesmaria alguuas terras De lenha as quaees nam Sam boas pera aproueytar Em nehua cousa se nam emfeytaaes. O que faz nom com booa temçam por quanto as Ditas terras Sam m^{to} mays preto Da villa Do fumchall que De Machico (...) as quaes terras Sam hua legoa aa Reedor Do fumchall que nam tem Ja outro furnjmemto pera lenha pera Seus açucares (...). A estas queixas o duque donatário responde “E me praz lhe Dar aello Remedio Em esta maneyra que Eu mamdo por esta ao capitam do Machico que nos ditos logares em este capitollo apomtados nem em outros Em hua legoa aaredor Do*

²²⁹ Urbano Mendonça DIAS, *A vida dos nossos avós ...* vol. I, pp. 96-97.

²³⁰ Sobre este tema vale a pena acompanhar a rúbrica *Da fartura à fome de terra. Das sesmarias à colonia*, que José Manuel Azevedo e Silva dedica à questão na tese de doutoramento intitulada *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV-XVII)*, onde apresenta a evolução cronológica e geográfica do problema em tudo coincidente com a propriedade e aproveitamento agrícola da terra, tema que analisa em pormenor. José Manuel Azevedo SILVA, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico ...* vol. I pp. 184-202. Veja-se também a propósito do tema da falta de terra Joel SERRÃO, “Na Alvorada do Mundo Atlântico”, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992, pp. 9-27.

²³¹ “Despacho de certos apontamentos sobre os q vaam pedir terras Jadadas E dos que sam citados pa purtugall”, *Arquivo Histórico da Madeira...* vol. V, p. 71-72.

fumchall Daquj em Diamte nam De De sasmaria nehua terra que estee e mato Sem chamar o provedor”²³²

Em 1485 novo embargo, agora condicionando a entrega de terras exclusivamente se for para “fazer açucares”. Contudo salvaguarda o donatário repensar esta proibição no futuro, “*porem Resguardado a o adiamte fazer açerca deste caso ho que for mays proueyto e bem da terra.*”²³³

D. Manuel I em 1501, proíbe as sesmarias, para em 1506 assentar como definitiva essa decisão. Diz o rei: “(...) *nos praz por vos fazer merçee que em toda essa ylha Se nam Dem daquj em diante nehuas sesmarias E esto em quanto for nossa merçee.*”²³⁴

O *Regimento del Rey nosso Snnor Sobre alenha q se nam queyme mays q se guarde*, datado de 1508, vem não só reafirmar a proibição da entrega de terras em sesmaria, como impor que se guarde a terra para canaviais e arborização. Diz o documento “(...) *pera Remedio Disto Detrimjnamos que daquj em diamte Se nam Rompa em toda a essa ylha terra pera se em ella se aveer de lavrar E semear pam nem pera outra alguua cousa Soomente pera se fazerem canaveaas pera açuqueres. E esto dos canaveaes na aquellas terras que parecer que sam pera yso proueitossas (...)*”. E continua mais adiante, “*Outro sy por que nos parecee que allem deste Remedeo se Deuja Dar forma como pera toda essa ylha fosem semeados pinheyros E castinheyros E azinheyras E asy outros arvoredos de que se pode fazer lenha (...)*”²³⁵

Como se vê, no caso da Madeira a questão da extinção do sistema de sesmarias é clara, uma vez que se justifica o fim da entrega de terras exatamente pela necessidade de preservar a floresta como elemento essencial à manutenção do

²³² “Resposta do Duque a alguns apontamentos Sobre os Dyreitos”, *Arquivo Histórico da Madeira...* vol. V, p. 133.

²³³ “Apontamentos do Rey dom manuell sendo duque pera esta ylha Da Madeyra”, *Arquivo Histórico da Madeira...* vol. V, pp. 155-156.

²³⁴ “carta testemunhauell pera ho fumchall Sobre has sesamrias”, *Arquivo Histórico da Madeira...* vol. XVII, p. 423.

²³⁵ “*Regimento del Rey nosso Snnor Sobre alenha q se nam queyme mays q se guarde*”, *Arquivo Histórico da Madeira...* vol. XVIII, p. 508-509.

sistema económico instalado, visto os engenhos de açúcar requererem enormes quantidades de lenha para a sua laboração.

No caso dos Açores, a escassez de dados não autoriza afirmar-se que a extinção das sesmarias se assumiu como uma política para o território, nem é possível averiguar uma cronologia única para todo o arquipélago, nem tão pouco saber-se se a questão se pôs do mesmo modo e intensidade para todas as ilhas. Contudo, todos os dados apontam para uma atitude consciente por parte do poder central nesse sentido, aliás o próprio cerceamento legislativo e progressivo à atuação do capitão no dar das terras, tema atrás analisado, é um forte indicador disso mesmo.

Às dúvidas mencionadas sobre a extinção do sistema de sesmarias nos açores acresce que nessas ilhas prossegue a doação de terras após findar o processo de repartição inicial, até porque o efetivo aproveitamento com vista à manutenção do sistema económico baseado na cultura do trigo, tinha de ser assegurado. Alguns documentos comprovam que, pelo menos em São Miguel, doações de terra foram feitas pela própria coroa, com recurso ao sistema de enfiteuse,²³⁶ excluindo, desse modo, a participação do capitão na gestão do território, a quem apenas sob a condição de sesmaria se autorizava a distribuição de terras, segundo o preceito legal acima declarado e em vigor desde 1422.

O que parece acontecer é que na eventualidade de propriedades que por algum motivo retornarem ao estatuto alodial que lhes permitiria retomar o circuito de terras livres serão agora dadas sob a forma de mercês, como aforamentos em enfiteuse,²³⁷ ou como doação simples e direta a alguém que a coroa pretenda

²³⁶ Enfiteuse é um instituto jurídico que se define como um arrendamento ou aforamento por prazos longos, perpétuos ou em vidas, de terras públicas a particulares. O enfiteuta (o arrendatário) tem apenas o domínio útil da terra contratada. O regime de sesmaria difere deste desde logo porque prevê que o sesmado, se torne seu proprietário, uma vez cumpridas as cláusulas do contrato. Consulte-se Mário Júlio de Almeida e COSTA, “Enfiteuse”, e A. H. Oliveira MARQUES, “Sesmarias”, SERRÃO Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal...* respetivamente vol. II, p.379-383 e vol. V, pp.502-545.

²³⁷ Sobre a forma de enfiteuse conhece-se o aforamento das terras em São José da Relva, termo de Ponta Delgada, ao próprio capitão, Rui Gonçalves da Câmara, no ano de 1580. Embora se entenda da documentação que este contrato “em fatiota” surge, aparentemente, como uma forma de compensação a Gonçalves da Câmara por este se considerar lesado em área numa dada de terra que seu pai havia recebido e que entretanto se confirmava ter sido mal medida, resultando que na prática se via diminuído em quatro moios de terra, que cabiam agora às terras da Fazenda Real com que confrontavam. Não fica claro porque não se entrega a terra sob a forma de sesmaria, a

beneficiar.²³⁸ Como se fez já notar, a coroa, após um primeiro período de concessão quase total de poderes ao donatário e por este ao capitão seu delegado, passa progressivamente e na medida em que o processo de povoamento e colonização se torna eficaz e proveitoso, a cercear cada vez mais a ação dos capitães nas ilhas.

No que diretamente concerne à faculdade de dar as terras, uma das mais relevantes funções atribuídas, tornando-se até definidora da função do capitão, é paulatinamente, no contexto do arquipélago povoado, esquecida, sendo de relevar que as cartas de capitania ou de confirmação das capitanias açorianas emitidas em época filipina já nem incluam essa especificação.²³⁹

É certo que o donatário havia guardado sempre o direito de, quando e se o entendesse, doar ele própria terras. Como se percebe do que até aqui se disse, com a subida ao trono de D. Manuel I e a integração da donataria nos bens régios,²⁴⁰ alarga-se a possibilidade de entrega de terras nos Açores pela coroa, sob qualquer

não ser que se acredite na teoria acima apresentada, à qual, no caso específico, se acrescenta que tratando-se na prática de retirar terras ao poder central (que se quer mais forte) para o dar ao poder senhorial (que se pretende reduzir) seria contraproducente fazê-lo, mais que não seja sob o ponto de vista simbólico. “Aforamento das terras largas em S. José da relva, ao capitão donatário Ruy Gonçalves da Camara; 8 de Janeiro de 1580”, AA ... vol. III, 429-434.

²³⁸ Relevam ainda dois outros documentos relativos a doações de terra em São Miguel, desta feita sob a forma de mercê. Tratam-se de dadas de terras pertencentes à Fazenda Real e mostram-se de interesse a diferentes níveis. Antes de mais por na sua forma integrarem preceitos que respeitam ao sistema tradicional de sesmaria, contudo admitindo e integrando preceitos referentes à prática do aforamento, apresentando-se como uma forma de compromisso entre um e outro sistema legal. A questão ultrapassa os propósitos deste trabalho, particularmente no que toca complexidade jurídica. No entanto interessa notar, como de resto se percebe também no documento anteriormente referido, que, além de todos os diplomas respeitarem a terras da fazenda real, são terras que conheceram ocupação prévia, estando em causa, não o seu arroteamento mas sim o seu aproveitamento, aparecendo um pouco indefinido o processo formal que o valida. “Carta regia de D. João III, de 5 de Setembro de 1534, tirando certas terras na ilha de S. Miguel aos herdeiros de Martins Vaz, e fazendo mercê d’ellas a Fernando Alvares d’Andrade”, AA, vol. I, p.318-319 e “Carta regia de D. João III, de 9 de Julho de 1545, fazendo mercê de uma porção de terra na Ilha de S. Miguel a Balthazar da Costa e João Roiz”, AA, vol. I, p.319-320.

²³⁹ Embora não excluam a fórmula “com os foros e direitos como o tinham os passados capitães”, donde se pode interpretar que incluía a efetiva gestão do território. Certo é que um novo “modelo” de documento toma forma nesta fase em que o processo de colonização se encontra absolutamente estabilizado. A título de exemplo citem-se os documentos de entrega de capitanias a D.Cristovão de Moura em 1581 e 1582, “Doação das capitanias de Angra e Praia a D. Cristovão de Moura”, AA... vol. IV, p. 168-170, e a Jerónimo Dutra Corte Real em 1582: “Confirmação da Capitania do Faial e Pico a Jerónimo Dutra Corte Real”, AA... vol. IV, p.228.

²⁴⁰ Este é um dado implícito na atuação da ação ducal e depois régia sobre o território não sendo conhecidos documentos que confirmem legalmente esta integração reconhecida de forma generalizada pela historiografia dirigida aos Açores.

forma de doação, o que com a proibição de dadas de terras em sesmarias, quer, na prática dizer que o capitão fica excluído do processo de distribuição da terra.

Não é aqui o lugar para examinar tais questões, apenas se quis enfatizar o percurso ainda que talvez curto, muito pertinente, do capitão enquanto povoador e sesmeiro e da oportunidade do estudo das sesmarias, por via quer dos personagens que as ordenam, quer no que toca à normalização de preceitos e regimentos, com vista à conformação de uma estrutura normativa de referência base ao ordenamento do território, que, é de acreditar, se prolongou muito além do sistema que a informou e que se expõe refletida na imagem do território.

Atendendo tratarem-se os documentos antes citados de diplomas relativos a um período considerado pela historiografia como avançado no processo de ocupação da ilha a que respeitam, São Miguel, podem ser apresentados como comprovativos da já aqui muito referida transferência da prática da gestão do território das ilhas das mãos do capitão para a coroa e concelho. Contudo, há que assinalar que o universo de análise é demasiado pequeno para com absoluta segurança se tirarem conclusões, restando acrescentar que, com efeito, cessou a emissão de cartas de sesmaria dadas “principalmente” pelo capitão, não se conhecendo documentos desse tipo para épocas mais avançadas da história do arquipélago, o que vem provar o recurso às sesmarias para o arroteamento da terra virgem, mas não a subsistência do sistema de sesmarias como método de gestão do ordenamento do território.

É que, convém lembrar, o regime de sesmaria na versão original compreendia-se também como mecanismo de controlo e gestão do espaço, rural ou urbano, já que, terras, casas e pardieiros deixados ao abandono, depois de devidamente apregoados, deviam ser novamente dados de sesmaria. À exceção de alguns casos conhecidos de terras novamente dadas por incumprimento do prazo dos cinco anos inicialmente contratado, portanto referentes ainda ao período de arroteia ou início do povoamento, a bibliografia e a documentação não guardam exemplos desse procedimento nos Açores.

Falta juntar uma última comparação com a Madeira, onde a extinção do sistema de sesmarias, um processo mais resoluto que o açoriano, deu lugar a um

outro instituto jurídico de controlo sobre a terra, denominado colonia.²⁴¹ A colonia, uma exclusividade madeirense, parece ser uma evolução do regime de enfiteuse que, como se julga ter acontecido nos Açores, terá predominado na ilha aquando da extinção do regime de sesmarias. Segundo Azevedo e Silva este sistema, embora nascido no século XVI, apenas no século XVII se generalizou.

A principal característica deste sistema por comparação com a enfiteuse tradicional, explica o historiador, é que além de detentor do domínio útil o colono tornava-se proprietário das benfeitorias que fizesse na terra. Não obstante, com o fim das sesmarias, o facto é que a generalidade da população perdeu o acesso à terra como um bem, que se manteve sempre nas mãos dos grandes latifundiários.

Do ponto de vista espacial, as sesmarias mas também as doações podem enquadrar-se em dois cenários possíveis, as dadas territoriais, ou rurais e agrícolas, e as dadas urbanas. As primeiras, melhor conhecidas documentalmente e mais estudadas pela historiografia,²⁴² as segundas, embora se comprove a sua existência e utilização enquanto metodologia (não exclusiva) de ocupação do espaço urbano, ainda não tão exploradas no âmbito da história e menos referenciadas pelas fontes.²⁴³ Apesar disso, esses mesmos poucos dados foram suficientes para nas monografias sobre Angra e Ponta Delgada, se esclarecer sobre não só a fórmula de entrega da terra, mas ainda sobre a conformação de um sistema modelar, com particular vantagem para o caso angrense onde a existência de documentação dando conta da entrega pelo capitão de um chão de sesmaria na rua principal e ainda de doação de um chão pelo concelho junto à igreja, permitiram tirar conclusões significativas sobre a evolução morfológica da malha urbana, mas que ajudam também a compreender quem e como atuava sobre o ordenamento urbano.

²⁴¹ Sobre esta fórmula jurídica, exclusiva da Madeira consulte-se, José Manuel Azevedo SILVA, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico ...* vol. I, pp. 195-202.

²⁴² Jorge FORJAZ, “Cartas de ‘dadas’ do século XV na Ilha Terceira”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983, nº3 e 4, 1983, pp. 825-835. RIBEIRO, Luís da Silva (1946), “Influência das sesmarias no povoamento da Terceira”, *Obras. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol./ano II, 1983.

²⁴³ As únicas conhecidas são as recolhidas por Rute Gregório e já citadas nesta tese.

O estudo do território, mas também o do espaço urbano, têm tido a questão da distribuição da terra e em particular o estudo do sistema de sesmarias, as dadas, como um assunto chave para a compreensão do processo de colonização. No entanto, poucos foram os que relacionaram esse procedimento administrativo de entrega da terra com as formas construídas resultantes, perspectiva que esta tese defende, entendendo o sistema de distribuição da terra e a regulamentação que lhe está associada como um modelo intencional de ordenamento do território.

A tomada de consciência sobre a importância deste tema foi-se consolidando com o aprofundar do conhecimento das fontes disponíveis, mas também através de alguns textos seminais sobre a questão das sesmarias nos Açores.

Em 1936, Joaquim Leite Vasconcelos, na sua obra, *Etnografia Portuguesa*, dedica um capítulo às ilhas adjacentes,²⁴⁴ onde objetivamente pela primeira vez se sugere a continuidade das práticas colonizadoras testadas nas terras da reconquista nos novos espaços atlânticos insulares.²⁴⁵

Porém, a abordagem de Leite de Vasconcelos ao tema das dadas nos Açores é feita com a introdução de um modelo desenhado abstrato, a partir de dados conhecidos pelo autor para o Redondo no Alentejo e que, em boa verdade, serve de exemplo mas nada tem na realidade a ver com o arquipélago.

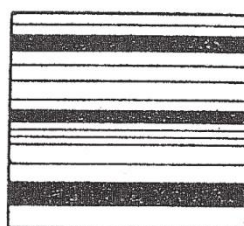
²⁴⁴José Leite de VASCONCELOS (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentativa de sistematização*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, vol. II, p. 527-537.

²⁴⁵ Este capítulo é suportado pela, então, mais atualizada historiografia regional, citando entre outros: Manuel Monteiro Velho ARRUDA, “Ensaio Crítico”, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1989, originalmente datado de 1934 e que é ainda hoje uma obra de referência na historiografia açoriana.

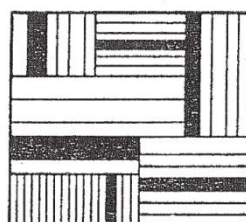


Esquema de distribuição de sesmarias. (José Leite de VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa* ... vol. II, p. 531)

Pelos mesmos anos o tema voltaria a ser abordado, ainda que sem diretamente tratar a componente morfológica, por Luís da Silva Ribeiro²⁴⁶ (1882-1955), numa perspetiva que visava sobretudo analisar os modos de administração territorial nos Açores. Além do artigo do autor sobre as sesmarias,²⁴⁷ deve realçar-se, o artigo sobre baldios,²⁴⁸ ambas interpretações inaugurais sobre estas formas de gestão do território, que tendo uma correspondência efetiva na ocupação da terra, se traduzem em formas construídas.



Esquema I



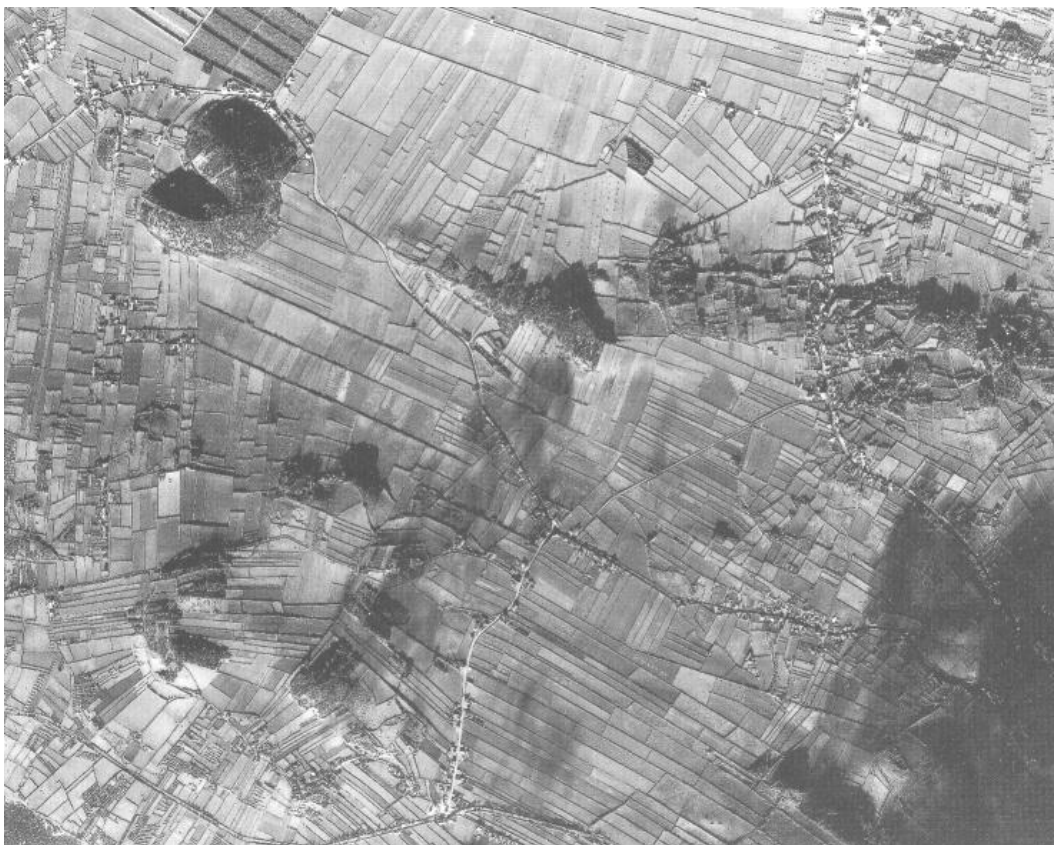
Esquema II

Evolução esquemática da repartição das terras agrícolas. (B.H. Slicher BATH (1960), *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, p. 59)

²⁴⁶ A obra de Luís da Silva Ribeiro está compilada em quatro volumes divididos em *Etnografia*, *História*, *Vária e Escritos Político-Administrativos*, em edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

²⁴⁷ Luís da Silva RIBEIRO, “Influência das sesmarias no povoamento da Terceira”, *Obras. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983, vol. II, pp. 85-103.

²⁴⁸ Luís da Silva RIBEIRO, “Baldios, derrubamentos e derrubadores”, *Obras. História...*, pp. 299-321.



Repartição da terra na zona de Guadalupe na Graciosa

Aliás, no que toca à forma propriamente dita, fica a análise reduzida à constatação, feita por Rute Gregório, de que o perfil habitualmente tomado pelas propriedades é o retangular, adiantando que *“na maioria das vezes o comprimento poderá mesmo triplicar ou mais a dimensão da largura, apresentando-se o terreno dividido em longas faixas na longitudinal”*²⁴⁹ Não obstante, consubstancie o estudo com outros dados relevantes como, reconhecer os sistemas de agrimensura disponíveis,²⁵⁰ os processos de desbravamento, e os métodos de demarcar e fechar campos.²⁵¹

²⁴⁹ Rute Dias GREGÓRIO, “Formas de Organização do Espaço...”, pp. 128-129.

²⁵⁰ Sobre a questão dos estudos de metrologia e agrimensura, consulte-se também o Anexo I desta dissertação.

²⁵¹ Rute GREGÓRIO, Terra e Fortuna ... p. 259-294.

De resto esta é, segundo atestam as histórias da agricultura,²⁵² a forma habitual tomado pelo encerramento de campos para a agricultura desde a baixa idade média, sendo que, por princípios as divisões são unidirecionais e só com a partição e repartição propriedade outras direções começam a ser introduzidas.

A título de exemplo cite-se, ainda, o caso estudado por Maria Helena Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*,²⁵³ onde as parcelas assumem sempre a forma retangular, mas uma orientação variável, podendo ser paralelas ou perpendiculares ao rio. A largura é variável, contudo a medida mais usual são as 12 aguilhadas enquanto o comprimento é constante nas 60 aguilhadas. Expressivamente estas terras são designadas localmente por *longaras*.

Nos Açores o traçado dos campos é de uma regularidade evidente e o seu estudo mereceria ser aprofundado, contemplando, nomeadamente, o estudo das métricas que o definiram e dos sistemas de agrimensura que o dimensionaram. Contudo esse trabalho exigira tempo e meios, distintos dos utilizados pela presente investigação, que não foi possível abarcar no âmbito desta tese.²⁵⁴



Fotografia do interior da Terceira e excerto de planta setecentista de Angra e arredores. (Arquitetura Popular dos Açores ... p. 189 e Rodrigo de ALMEIDA, *Planta da cidade de Angra ...* 1830)

Ainda assim pareceu útil apresentar esse território, para melhor se compreender a abrangência do estudo do construído que nesta parte da tese se têm vindo a analisar pelo lado dos *intervenientes e práticas*.

²⁵² B.H. Slicher BATH, *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Editorial Presença, 1984. A. H. de Oliveira MARQUES *Introdução à História da Agricultura em Portugal - A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, Edições Cosmos, 1978.

²⁵³ Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1988, vol. I, p. 85.

²⁵⁴ Como melhor se justifica no Anexo I desta dissertação.

3. Dos Concelhos

Verifica-se que “*desde que os colonos fossem bastante numerosos, surgiam as municipalidades coexistentes com os senhorios dos capitães donatários, o que por vezes provocava lutas, sendo o rei obrigado a intervir.*”²⁵⁵

Com efeito e como se frisou em pontos anteriores, a responsabilidade do poder concelhio sobre o território edifica-se progressivamente e na mesma medida em que o capitão perde autoridade sobre a questão. Na realidade, primeiramente apenas ao capitão competia gerir o espaço, contudo, como se viu, gradualmente e no mesmo compasso em que o território é entregue por si sob a forma de sesmaria aos povoadores, o capitão vê o seu poder efetivo sobre a gestão do território passar para a alçada do poder concelhio que assim se engrandecia na medida inversa ao capitão.

Há pois que ressaltar a importância do desenvolvimento do poder municipal, antes de se avançar sobre o que é possível aferir sobre a ação concreta deste sobre a construção e gestão do território, desde logo notando que essa afirmação de poder, no que ao ordenamento do território respeita, se faz em grande medida, com a organização sobre a égide dos concelhos de um corpo de funcionários, com responsabilidade sobre a sua gestão.

Deve realçar-se, uma vez mais, o facto de o arquipélago se colonizar numa época charneira da história, com reflexos profundos no campo concreto do urbanismo e da urbanística. Com efeito, é hoje claro que quando se inicia a ocupação do atlântico a cultura urbana e territorial portuguesa conhecia já um elevado grau de apuramento, consolidado em numerosos núcleos erguidos ou reformados ao longo da Idade Média. Está também assente que a esse programa urbano inúmeras vezes repetido, fruto do evoluir da própria vida vilã, se vieram paulatinamente juntar equipamentos e espaços que mais do que renovar os velhos cascos os completaram, como sejam os novos edifícios camarários ou as praças, reflexo da consolidação do espaço urbano essencialmente como espaço público. É este processo que ainda em fase de conformação se transporta aos Açores, facto

²⁵⁵ Maria Cecília Cordeiro FERREIRA, “Capitão-donatário”, *Dicionário de História de Portugal* ... vol. I, pp. 472-473.

de resto detetável em particular nas malhas dos núcleos urbanos de maior antiguidade, de que Angra e Praia são os casos mais evidentes, duas vilas implantadas a partir das últimas décadas do século XV que participam ativamente na construção ou aperfeiçoamento do modelo, como se deixou claro na primeira parte da tese.

Mas, paralelamente também o complexo administrativo, burocrático e legislativo referente ao tema urbano se vê a passo e passo ampliado, muitas vezes introduzindo questões que a prática já havia consolidado. O que na verdade se assiste é à redefinição da orgânica dos “funcionários do urbanismo”.²⁵⁶



Vista aérea a Ribeira Grande. Ilha de São Miguel.

É nesse sentido que deve ser entendida a nomeação do segundo arruador da Ribeira Grande em São Miguel, no ano de 1555. Vila de fundação manuelina (1507) que, segundo se depreende da leitura do documento, tinha desde a sua origem um responsável nomeado com a mesma função.

²⁵⁶ Renata Malcher de ARAÚJO, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP publicações, 1998, p.28.

Diz o documento de nomeação: “*Elegeram eles oficiais por arruiador nesta vila e seu termo dos chãos e ruas e casas que se fizerem a João Rodrigues da Lomba por ser falecido Pero Teixeira que era arruador do princípio desta vila o qual logo lhe foi dado juramento (...) a bem da vila fazendo arruamentos diretamente (...) e ele prometeu fazer assim e assinou.*”²⁵⁷

Embora a função há muito existisse Pero Teixeira parece ser o primeiro arruador de que a documentação dá conta, sendo que até aí o encargo surgia entregue a oficiais denominados de outras formas, por sesmeiros, coureiros ou quadrilheiros.²⁵⁸

É de referir ainda o facto de a nomeação do arruador o encarregar da vila e do seu termo, o que vem demonstrar a atuação dos mesmos oficiais tanto em espaço urbano como rural.

Com efeito, importa desde logo esclarecer que, no caso dos Açores, não se encontra na documentação consultada uma diferenciação clara entre a gestão do espaço urbano e do espaço rural, sendo que, algumas das funções se dirigem mais particularmente a um âmbito do que a outro não havendo categorias de funcionários diferenciadas para os dois meios. O núcleo urbano e o seu termo são de facto entendidos ao nível da gestão do ordenamento, como um território uno. A título de exemplo refira-se que no âmbito da administração de impostos, nos Açores e pelos estudos já elaborados, não parecem existir taxas distintas para quem vive na cidade ou no campo. Ainda como exemplo da visão administrativa unitária do espaço, refira-se que os termos das cartas de sesmaria, referentes quer a espaço rural quer a espaço urbano, seguiam os mesmos preceitos burocráticos,²⁵⁹ diferenciando-se apenas, como é óbvio, quanto à natureza da sua exploração que em qualquer dos casos devia estar instaurada no prazo de cinco anos.

Porventura patenteando a evolução que o próprio conceito de “urbano” vinha progressivamente a assumir e que sucintamente se explica com a

²⁵⁷ *Vereações da Ribeira Grande (1555-1578)* (Introdução, transcrição e notas de António dos Santos Pereira), Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006, p.108.

²⁵⁸ Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* p.250.

²⁵⁹ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios ...* pp.130-131. Para uma análise a este tipo de documentação consulte-se *O Tombo de Pero Anes do Canto ...* pp. 15-240.

consolidação e afirmação do espaço público enquanto tal, com carácter, com forma, programa e funcionalidades próprias, o arruador (que etimologicamente significa *o que faz ruas*) vem substituir os que definiam as parcelas, as courelas e as quadrelas (os coireleiros ou quadrilheiros).

Renata Araújo esclarece um pouco melhor o tema, quando diz que “*a prática de arruação era a verdadeira metodologia de projecto do urbanizador português, que incluía na elaboração conceptual do desenho a avaliação prática da viabilidade e adaptabilidade do terreno.*”²⁶⁰ Ou seja, a elaboração de um projeto verdadeiramente integrado no território.

De salientar, ainda, o facto de nem o termo arruador, nem mesmo o nome do escolhido voltarem a ser referidos no código de vereações da Ribeira Grande. Contudo, encontram-se no mesmo código documental diplomas de nomeação de profissionais para o cumprimento de funções precisas que podem ser enquadradas no âmbito das funções que se julgam atribuídas a um arruador.

É o caso da nomeação de quadrilheiros com a função atribuída de comandar homens na abertura de seis novos caminhos no termo da vila da Ribeira Grande,²⁶¹ enquadrando-os numa definição mais próxima da significação medieval da função que lhe correspondia, isto é, o equivalente a coireleiro²⁶² do que à das funções que à data já estavam redefinidas pelas Ordenações Manuelinas.

Com efeito o termo quadrilheiro evolui para um designativo diverso do medieval, na sequência da conformação dos diferentes grupos profissionais no quadro de uma organização concelhia mais complexa, como acima se disse, mas também reflexo de uma também mais complexa vida urbana. Assim, o quadrilheiro que a documentação portuguesa medieval reconhece como um responsável atuando particularmente em contexto de repartimentos rurais, fica consagrado nas ordenações manuelinas como um oficial camarário a quem cabe

²⁶⁰ Renata Malcher de ARAÚJO, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP publicações, 1998, p.42.

²⁶¹ Vereações da Ribeira Grande (1555-1578) ... p.108.

²⁶² Virginia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas* ... p. 46.

zelar pela ordem urbana num determinado lugar da cidade (bairro ou rua), regendo um grupo de seis cidadãos, a quadrilha, que lhe deviam obediência.²⁶³ Aliás, é também muito interessante notar que na vereação de 30 de Janeiro de 1555, antes mesmo de nomeados o novo arruador e os quadrilheiros para fazer caminhos do concelho, se encontra a nomeação de quadrilheiros e quadrilhas com a função de policiamento como mais tarde acabará por se definir a designação.²⁶⁴

Quanto à nomeação dos quadrilheiros para abrir caminhos, foi feita na vereação de 16 de Março de 1555, “(...) *acordaram que terça-feira primeira que virá que seram XIX dias deste mes se faram os caminhos do concelho*”, para tal organizam-se seis grupos, tantos quanto os caminhos a fazer. “(...) [O]s moradores da rua de Marcos Afonso pera Vallverde com toda a Ribeirinha vam ao caminho da Ribeirinha à Ribeira do Salto e á-de ir Garcia Rodriguez almotace com elles e iram os cavouqueiros todos (...)”, ao caminho da Ribeira do Salto até à Ribeira do Limo “*Irá por quadrilheiro pera reger a gente a Manoell d’Oliveira da Ribeirinha.*”, ao da Ribeira Seca até os Biscoitos da Medeana “*Irá pera mandar a gente e faze-los Joam Rodriguez.*”, o caminho “*Pera o Moro*” leva por quadrilheiro Rodrigo Alvarez sapateiro, e o para o Pico que Arde, Manuell Afonso. A quadrilha que vai fazer os caminhos para o Monte Gordo e para o Pico do Leitão, tem respetivamente como quadrilheiros Joam Afonso e Joam Goncalves de Leca.²⁶⁵

De todos apenas o primeiro integra o que se pode designar por técnicos especializados, os cavouqueiros sob as ordens do almotacé, talvez por ser um caminho mais importante. Certo é que para os restantes caminhos foram nomeados moradores aos quais não se reconhecem aptidões específicas na questão, entre eles um sapateiro. Pode deduzir-se que os caminhos estavam já traçados e que as quadrilhas iam apenas construir no terreno, mas nada na

²⁶³Ordenações *Manuelinas*, disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/>, consultado a 13.08.2011.

²⁶⁴ “Roll das pessoas que an-de ser da quadrylha De Gaspar Vaz quadrilheiro Rua das Pedras”, “Roll das pessoas que na-de andar na quadrylha de Baltazar Gonclaves quadrilheiro tres anos” e “Roll das pesoas da quadrilha de Joam Luis quadrilheiro por tres anos”, *Pesoas da quadrilha de Pero Manoell quadrylheiro, Vereações da Ribeira Grande (1555-1578) ...* respetivamente p.93, p.94 e p.95.

²⁶⁵ “Caminhos do concelho ...”, *Vereações da Ribeira Grande (1555-1578) ...* pp.108-110.

documentação assegura a intervenção do arruador no processo, nem tão pouco como este na prática atuava.

Não se conhecem documentalmente mais referências a arruadores nos Açores, mas alguns dados dispersos deixam adivinhar a sua presença na construção de outros espaços.

Nesse âmbito vale a pena expor a referência a um (segundo?) arruador do concelho de Vila Franca, também em São Miguel, mas que atuava a partir da Maia, lugar que organiza o setor norte do concelho de Vila Franca do Campo cujos limites se estabilizaram em 1522 depois de fundadas todas as vilas manuelinas e joaninas da ilha que progressivamente lhe “comeram” o termo.

A informação é avançada por Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda explicando que *“Uma primeira aglutinação de ‘toda a banda do norte’, é natural num concelho tão vasto e cortado a meio, longitudinalmente, por uma cadeia montanhosa; a zona tem como ‘cabeça’ a Maia, e conta com oficiais próprios: escrivão do público, judicial e notas (...) rendeiro do verde (...) afileador dos pesos e medidas; arruador para determinar o traçado de ruas e os limites das paredes exteriores das casas. No sul, a vila toma diretamente à sua conta os restantes lugares (...)*”²⁶⁶

À parte do interesse por dar a conhecer mais um arruador para as ilhas, deixando adivinhar que outros existiram, é relevante para o conhecimento das formas de gestão do território, saber-se da nomeação de um arruador com base de atuação definida fora da cabeça de concelho e para mais sediado numa freguesia, ainda que proeminente dentro da hierarquia interna do termo, apenas uma lugar.²⁶⁷

²⁶⁶ Margarida de Sá Nogueira LALANDA, *A Sociedade Micaelense no Século XVII (Estruturas e Comportamentos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 64.

²⁶⁷ A autora não deixa clara a fonte a que recorre, contudo cita a propósito da atuação dos jurados do rendeiro do verde, também da parte norte do concelho de Vila Franca os Livros de Vereações de 1679-1683 e 1695-1703. Margarida de Sá Nogueira LALANDA, *A Sociedade Micaelense no Século XVII...* p. 64, nota 118.



Vista aérea da vila de São Sebastião e envolvente. (*Arquitetura Popular dos Açores ...*p. 199)

É ainda no âmbito da atuação de um arruador que deve ser entendido o papel atribuído por Ferreira Drumond ao *engenheiro* que desenhou a Vila de São Sebastião na ilha Terceira. Diz o autor a propósito da fundação desta vila nova manuelina que, “*Foi então demarcado o terreno para se estabelecer a povoação em forma; e este negócio foi incumbido a um hábil engenheiro, que deu às ruas desta vila uma excelente direcção e regularidade, com saída para seis estradas, que também lhe foram feitas em direcção às povoações circunvizinhas.*”²⁶⁸

Talvez não seja coincidência que à semelhança da Ribeira Grande (1507) também São Sebastião seja uma das vilas fundadas por D. Manuel I nos Açores, esta com foral em 1503.

Se são poucos os arruadores, como tal designados, a surgir nas fontes, outros cargos podem ser identificados ao nível da atuação camarária com aparentes similitudes com estes. Nomeadamente medidores e demarcadores, a que acrescem os pilotos, de resto tema já abordado em rúbrica anterior.

²⁶⁸ Francisco Ferreira DRUMMOND (1850), *Anais da Ilha Terceira ...* vol. I, p. 89.

A documentação disponível a este nível para os Açores é escassa pelo que vale a pena referir um processo cotejado pela investigação referente à abertura de um novo caminho do concelho. Desta feita na Vila das Velas, onde na vereação de 16 de Junho de 1571, “(...) assentaram que todos os moradores desta vila e sua jurisdição fossem ao caminho que se há-de fazer o dito dia e mandaram e assentaram que se fizesse porquanto era necessário para serventia do povo (...)”²⁶⁹

Não é possível aferir sobre o processo de decisão ou sobre quem nele participava. Contudo, há que referir que no ano anterior, na vereação de 14 de outubro de 1570 se transcreve o *Auto de como os senhores oficiais fizeram medidores do conselho a João Fernandez tecellão nesta vila e a Belchior Gocallves morador em Rozalles*, “(...) eleitos medidores do conselho e demarcadores.”²⁷⁰

Naturalmente que nestes processos decisórios participariam os homens bons do concelho, servindo de testemunhas ou até conferindo autoridade ao ato. De resto a validação dos atos de demarcação estaria em grande medida dependente de um conjunto de procedimentos simbólicos e ritualizados.²⁷¹

Relembre-se aqui a abertura de um novo encanamento, em Angra, que traria água desde o Posto Santo até à Silveira, processo inscrito sob o título “*auto d'agoa do porto samto pera a sillueira*” no 1º *Livro de Registo de Angra*. Relata o auto que em 1576 foram juntos, o corregedor, o provedor e os oficiais da câmara, “(...) todos ao dito serado das fontes omde ay antes tynhão mamdado pedreiros e omes

²⁶⁹ “Vereação de 16 de Junho de 1571”, *Vereações das Velas (São Jorge) (1559-1570- 1571)* (Introdução, transcrição e notas de António dos Santos Pereira), Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura e Universidade dos Açores/Departamento de História, 1984, p. 386.

²⁷⁰ *Vereações das Velas (São Jorge) (1559-1570- 1571)* ... p. 287.

²⁷¹ Sobre esta questão na Idade Média veja-se Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal* ... p. 128. Consulte-se também, Rita Costa GOMES, “A construção das fronteiras”, A memória da Nação, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p. 367. A esse propósito e atestando a continuidade de práticas veja-se ainda no caso dos Açores o exemplo descrito na “*Carta do Duque de 27 de Julho de 1483*” que vem confirmar a entrega de uma sesmaria ao capitão, diz o documento que o capitão “*tomou [a carta de dada de sesmaria] em suas mãos e a poz sobre a cabeça e com os joelhos em terra dizendo que lhe obdecia segundo em ello é contheudo*”, AA ... vol. XII, p. 391. Note-se ainda, os rituais de posse de territórios conhecidos para o Brasil, consulte-se um exemplo de 1639 para a fundação de uma cidade: o “*capitão-mor (...) tomou posse pela Coroa (...), tomando terra nas mãos, lançando-as ao ar e dizendo em altas vozes: - Que tomava posse destas terras e do sítio em nome de el Rey (...)*” Renata ARAÚJO, *As cidades da Amazônia*... p. 90.

trabalhadores e levar cal e pedra pera ho efeyto do negocio e sendo no dito serrado das fontes omde he may da dita agoa que he de bras dias pamplona que presemte estaua e com hums bois e arado e os trabalhadores com enxadas e picois e comesaram a fazer Regos e abrir a dita agoa sendo o verador balltesar goncalues amtona o primeyro que em nome da sydade tomou o dito arado e veyo damdo Reguo e serventia a dita agoa abryndo a tera pello dito serado das fontes(...).²⁷²

Este processo estaria seguramente enquadrado pela lei que desde início, como se anotou no capítulo dedicada à normativa, autorizava os concelhos a requererem junto dos beneficiados com dadas de terra, quer a libertação de área para a construção de caminhos do concelho, quer de veios de água.

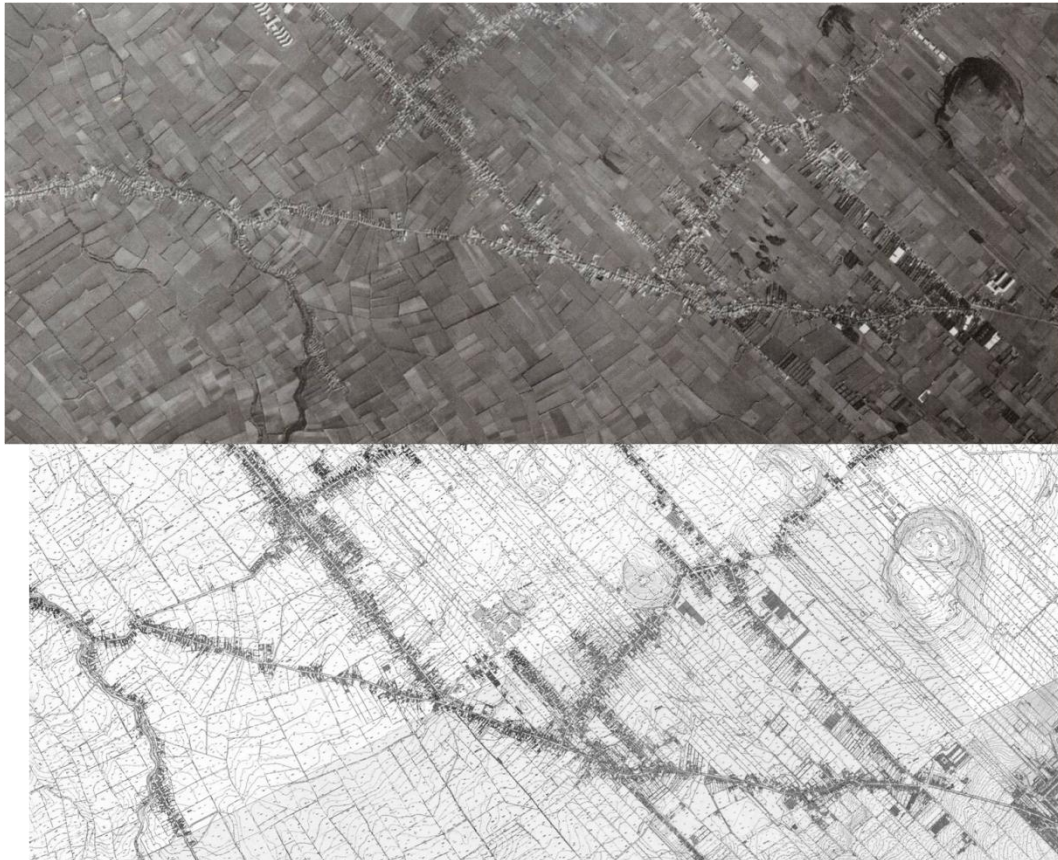
De que assim foi desde tempos primordiais dá também conta o *Treslado da Senteca do Concelho sobre o Caminho dos Fanais auida no anno de 1548*, incerta no *Tombo da Câmara da Praia*, dando conta de uma contenda em torno da usurpação de caminhos do concelho. Em defesa do seu património diz o concelho da Praia “(...) *que entendiam prouar (...) que no tempo que fora o começo de pouorar esta jlha e abitação della todas as serventias que se deram pera se servir ho concelho forão dadas pelos capitães passados e que a elles pertencia diretamente auerem de dar as terras de sesmarias de que loguo ao dar tais terras de sesmarias dauão os caminhos demarcados ao concelho pera se servirem pelos milhores lugares (...)*”²⁷³

Ainda na Praia se conhece a canada da Serra de Santiago, já mencionada que também ficou *concelheira*, isto passou a caminho do concelho. Assim terá acontecido com diversos percursos que estabeleciam a comunicação entre espaços importantes do concelho, nesse quadro se deve compreender, sem que exista outra fonte a atestá-lo, além do próprio desenho do território, a transformação em

²⁷² No *Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591)* (leitura paleográfica e introdução de Joana de Menezes Pinto Machado, prefácio de Avelino de Freitas Menezes), Secretaria Regional da Educação e Cultura-Universidade dos Açores, s.l., s.d (no prelo), pp. 206-209.

²⁷³ *Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia - 1450-1666* (fixação do texto por José Sintra Murtinheira, apresentação por José Guilherme Reis Leite), Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005, pp. 22-23.

caminho do concelho, do percurso que leva de Ponta Delgada aos Arrifes e que cruza diametralmente as courelas estendidas de sul a norte.



Saída poente de Ponta Delgada. (Junção de fotografia aérea *Arquitectura Popular dos Açores...* p 90 e de aérofotomapa disponibilizado pela Câmara de Ponta Delgada. Orientada a nordeste)

Mas ao concelho, além de “coordenar” a gestão de todo o território do termo, cabia ainda gerir o território que lhe pertencia e que lhe tinha sido entregue como sesmaria no início do povoamento, mais além do tema dos caminhos do concelho que se tem vindo a apresentar.

3.1. Baldios e terras do concelho.

O estudo dos baldios ou terras de logradouro comum dos povos é nas suas diversas vertentes de análise uma questão complexa que a historiografia tem debatido sem em definitivo resolver. No que aos Açores respeita deve dizer-se

que o tema é igualmente difícil,²⁷⁴ estando contudo assegurados um conjunto suficiente de dados que permitem tecer algumas considerações importantes ao presente estudo. O tema não é em nada desprezível, tendo em consideração a área de terra que estaria reservada sobre esta condição. Citem-se, a título de exemplo, os casos da Terceira onde, segundo números de 1873,²⁷⁵ à volta de dois terços da ilha seriam incultos e baldios, e São Miguel aonde dados de 1926²⁷⁶ incluem 39% da área da ilha nessa condição, registando contudo que uma parte dessa percentagem embora inculta era de propriedade particular. Diga-se, aliás, que o grosso das fontes diretamente respeitantes ao tema data precisamente do século XVIII, XIX e XX, quando entra em curso o processo de desamortização e extinção dos baldios, então denominados de incultos.²⁷⁷

A existência de terras de logradouro comum foi uma mais-valia garantida aos povoadores desde o início da colonização das ilhas. A prerrogativa inscrita nos primeiros diplomas legais que regeram o processo visava acautelar lugar para pastos dos gados, não só dos rebanhos de criação mas também dos animais de trabalho no campo, essenciais ao complexo económico de cariz agrícola que se implementou nas ilhas. Nestas reservas públicas estava também assegurado o

²⁷⁴ Luís da Silva RIBEIRO, “Baldios, derrubamentos e derrubadores”, *Obras. História...* vol. II, pp. 299-321. Esta obra apresenta-se hoje de forma indefinida entre o trabalho historiográfico e a própria fonte, dado que por um lado trata-se de um recurso a uma sentença de acusação por derrube de tapumes em terrenos tidos como baldios pela população, por outro, assenta toda a argumentação na análise histórica ao complexo regime de propriedade que classifica os baldios.

²⁷⁵ RODRIGUES, José Damião, “Baldios”, *Enciclopédia Açoriana*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, consultado em 09-02-2010.

²⁷⁶ Dados inscritos em: Urbano Mendonça DIAS, *Baldios de Logradouro Comum e de Particulares na Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1938, p.28. Este trabalho de Mendonça Dias surge aos olhos de hoje, tal como o artigo de Silva Ribeiro antes citado, entre a forma historiográfica e a fonte. Trabalho histórico, apresentado ao primeiro Congresso Açoreano, resulta de um relatório precedente elaborado pelo autor enquanto Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada nos anos de 1935 e 1936, então com o intuito de auxiliar a debelar a crise social e económica que atravessava o arquipélago, recomendando o autor nesse relatório o arroteamento dos baldios de logradouro comum e de particulares existentes na ilha de São Miguel. Aconselha ainda que novas aldeias e estradas se construam para que as zonas baldias e interiores da ilha se tornem mais acessíveis e a colonização progreda com sucesso. Trata-se, em suma, de um documento de grande interesse para estudos sobre o território na época contemporânea, mas com dados pertinentes para o presente estudo, particularmente no que se refere a permanência ainda na primeira metade do século XX de tão elevada percentagem de terra baldia.

²⁷⁷ Na verdade toda uma estratégia diferente para o território, onde se inclui também a extinção dos vínculos em 1843. No caso dos Açores e em particular de São Miguel, isso não impediu a manutenção da concentração da propriedade. Sobre este tema veja-se Pedro Maurício BORGES, *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem...* p. 45.

acesso a um recurso tão importante à vida diária das gentes como era a lenha, e ainda a importantes matérias ao mantimento dos campos como era a composição de estrumes animais e vegetais para afumar as terras.

As ordenações do reino compiladas no tempo de D. Afonso V, ao ponto 18 do título dedicado às sesmarias,²⁷⁸ apenas de forma indireta aludem à possibilidade de existirem terras conformadas enquanto logradouro comum. Com efeito, o que se verifica é a proibição a quem não tiver lavouras e sementeiras, quer em terra própria ou aforada, ter gados. Como se explica no início do artigo, “*porque alguuns dos que eram lavradores, e outros muitos, que o poderiam fer fe quiffeffem, compram e ganham grandes manadas e fomas de gaados, e os trazem e governam pelas coutadas e herdades alheas, e compram as hervas e pacigoos dos Senhores das herdades, de que effes Senhores das herdades ham algo, e effes Senhores dos gaados vendem os efetrcos de feus gaados, e ham por elles algo; e por esta razom os hu~us, e os outros, afsy os Senhores da herdades, como so dos gaados nom curam de lavrar nem aproveitar as herdades*”²⁷⁹. Criando-se a partir daí um ciclo económico viciado e fechado onde além do mais se deixava a terra por lavrar, tarefa trabalhosa e certamente de lucros mais difíceis que a pastorícia.

A compilação afonsina não fala nunca em pastos de logradouro comum, ou baldios. Não se alcança saber se por existirem reservas nessa condição, e dispensarem a menção na lei, se simplesmente por as terras incultas, mesmo considerando o incentivo à agricultura e ocupação da terra instituído com a Lei das Sesmarias, permaneciam em quantidade suficiente para o pascigo dos gados não sendo até aqui necessária a explicitação formal em lei da sua existência.

Se é verdade que o código quatrocentista é omissivo em mais anotações sobre a matéria, remetendo em exclusivo para a lei fernandina de 1375, certo é que o código manuelino é já muito esclarecedor da questão. Com toda a certeza acrescentado já da experiência adquirida no povoamento e ocupação por via das sesmarias implementadas nos reinados anteriores, D. Manuel pormenoriza os

²⁷⁸ *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, Título LXXXI, *Das Sefmarias*, p.281-304, <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas>, consultado a 10 .07. 2010.

²⁷⁹ *Ordenações Afonsinas...* Livro IV, p.293, <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas>, consultado a 10 .07. 2010.

limites e definições impostos às terras destinadas a serem entregues de sesmaria, muito por via da salvaguarda das terras incultas destinadas a logradouro comum dos povos, agora consideradas e formalmente definidas na lei.

Assim, em termos muito objetivos a lei esclarece que “ *E sendo as terras, que forem pedidas de Sesmaria, matos maninhos, ou matas e brauis, que nunca foram lavrados e aproueitados, ou nam há memoria de homens que foffem, os quaes nom foram coutados, nem refervados polos Reys, que ante Nós foram, e paffaram geeralmente pelos Foraes com as outras terras aos povoadores dellas, Mandamos que os Sesmeiros que forem requeridos para as dar as vam veer, e fe acharem que fe poderam laurar, e aproueitar, façam requerer o Procurador do Lugar, onde as terras efteuerem, que falle com os Vereadores, e diguam, que razam tem a fe taes matos, poufios, ou maninhos de Sefmaria nom darem (...) se acharem que as terras sendo rotas e aproueitadas, ou lauradas e sancadas daram pam, vinho ou azeite, ou outros frutos (...) e que nam faram grande impedimento ao geeral proueito dos moradores dos ditos Luguares nos paftso dos guados, e criações, e logramento de lenha e madeira pera fuas cafas e lavoiras, em tal cafo dem os ditos maninhos de Sefmaria.*” Acrescentando ainda que se atente para que “*nom seja maior o dãnno que algu-us por caufa dellas poffam receber, que o proveito que da lavoira dellas fe poffa feguir.*”²⁸⁰

Os primeiros diplomas açorianos que integram a constituição de reserva de terras para logradouro comum são anteriores à publicação das Ordenações Manuelinas, e em termos da forma do seu conteúdo encontram-se entre a indefinição fernandina e afonsina e a precisão manuelina. Aliás, deve salientar-se que, embora fontes anteriores abordem a questão, o primeiro documento a aprofundar o problema é precisamente de punho manuelino, emitido pelo ainda duque donatário, futuro rei D. Manuel, no ano de 1487,²⁸¹ o Foral do Almoxarifado.

²⁸⁰ *Ordenações Manuelinas*, Livro IV, Título LXVII, *Das Sesmarias*, pp. 169-170. <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas>, consultado a 10 .07. 2010.

²⁸¹ Não se dispõe de dados documentais ou bibliográficos que expliquem até que ponto e em que medida o fenómeno colonizador ultramarino e toda a experiência associada influiu na acção de D. Manuel enquanto rei. No entanto importa sublinhar que ainda como duque donatário dos Açores desenvolveu importantes acções de regulação dirigidas ao território.

A existência de áreas de baldio reservadas para logradouro comum da população é exigência sempre presente nos regimentos dirigidos ao ordenamento do território.

Vale a pena repetir o que a esse propósito refere Gaspar Frutuoso, quando explica como se procedia na entrega das sesmarias, esclarecendo que “para isso (...) deixavam o caminho necessário para o concelho; e da banda do mar, oitenta passadas para canadas e pasto dos gados (...)”²⁸²

Frutuoso em conjunto com a documentação atrás analisada que referência a entrega de 100 passadas ao longo de costa como dada ao concelho de Vila Franca, para passar e pastar os gados, são em boa verdade, as únicas fontes que referenciam a existência de baldios de logradouro comum com aquelas especificações funcionais junto ao mar, dado que estes espaços, em toda a documentação posterior, aparecem enquadrados em áreas interiores das ilhas. Chagas, por exemplo, a propósito da ocupação das Flores diz que é “*Toda por seu sertão dos bardos do conselho pera cima, que distam 500 braças da rocha do mar pera o sertão, que é comprimento que se deu a cada uma das datas (...)*”²⁸³ Ou seja, no interior da ilha, no *sertão*, ficariam os baldios, as terras de logradouro comum.

Contudo, pelo menos no caso da Terceira, Rute Gregório identificou a entrega de terras como dadas de sesmaria no interior da ilha, ainda no século XV não obstante uma ocupação mais efetiva apenas tome lugar na primeira década de Quinhentos, o que a leva, naturalmente, a concluir que nem todo o interior estaria reservado sobre esta condição.²⁸⁴

²⁸² Gaspar FRUTUOSO, Saudades de Terra ... p. 230

²⁸³ Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino* ... p.544.

²⁸⁴ Sobre este assunto consultem-se as rúbricas “Concessores e cronologia das dadas” e Considerações espaço-cronológicas” em Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna* ... p. 133-150.

Anexo Único

Durante o desenvolvimento desta tese sobressaiu o tema da metrologia como uma questão paralela mas também auxiliar da compreensão do processo de apropriação do espaço. A complexidade de que se reveste o tema, associada à escassez de dados concretos e definitivos, determinou a impossibilidade de enquadrar a informação recolhida no âmbito da tese. Optou-se assim, por apresentar os dados compilados e organizados sobre o tema como um anexo, cumprindo precisamente a função auxiliar que teve ao longo do processo de investigação.

1.As medidas na definição do território

Embora se tenham vindo a aferir com progressiva consistência que sistemas de medição existiam em Portugal antes da introdução do sistema decimal e em que âmbitos se reconhecem as suas aplicações¹, restam ainda muitas dúvidas a necessitar de esclarecimento. No caso concreto da área geográfica em estudo, e para a época em análise ressaltam, desde logo, questões tão primárias como: que sistemas se sabe vigorarem no arquipélago no período em estudo?, como funcionavam os mecanismos de controlo?, quem e com que funções atuava sobre a questão? Não cabe aqui aprofundar o tema em demasia, no entanto, e como é óbvio, este são tópicos incontornáveis para o entendimento da construção do território e da cidade, pelo que, ao menos sob esse prisma se obriga a inclusão desta reflexão.

¹ São muitas as obras que constituem o corpo de conhecimentos em torno do assunto, contudo, no sentido da clarificação e sintetização dos dados no espaço português são de realçar os artigos de Mário Viana: Mário VIANA, “Algumas Medidas Lineares Medievais Portuguesas”, *Arquipélago. História*, vol. III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, tomo 2ª série, pp. 487-493. Mário VIANA, “A metrologia nas posturas municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII)”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX. Actas do V Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp. 279-312.

Se para o território continental se reconhece uma imensa dificuldade de uniformização dos sistemas de mensuração,² no caso das ilhas e provavelmente também do alargado espaço ultramarino, as divergências foram, porventura, ainda mais profundas.

Contudo, é também verdade que no tempo em causa se assiste a uma gradual normalização burocrática, acentuada com a subida ao trono de D. Manuel em 1495 e, apesar da distância à metrópole eventualmente favorecer algum desleixo, no que toca à implantação e ajustes do sistema administrativo, é também verdade que o processo de arroteia das ilhas, descobertas desabitadas, permitiu desde início e sobre um território inexplorado implantar uma metodologia clara de distribuição da terra, formalizada pelas cartas de dada ou sesmaria, onde, entre outros preceitos impostos pela lei, devia figurar precisamente a medida da gleba entregue ao beneficiado.

A terra distribuída aos sesmados definia-se em unidades de medidas lineares (passadas,³ braças⁴, varas⁵ e côvados⁶) em pelo menos uma das direções, sendo o segundo eixo definidor da parcela habitualmente referenciado a elementos geomorfológicos marcantes. É o caso das sesmarias de maior antiguidade que associavam a uma largura pré definida, uma abstração espacial que sumariamente

² Mário Jorge BARROCA, “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, Universidade do Porto, 1992, vol. IX, tomo II série, pp. 53-81.

³ Conta Frutuoso que em Abril de 1472 se distribuíram no lugar de Ponta Delgada dadas de duzentas e de cento e trinta *passadas* de largura. Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra ... Livro IV*, p.230.

⁴ A unidade de medida que com maior frequência aparece na documentação. Tomem-se a título de exemplo as cartas de dadas, e documentação afim, pertencente a Pero Anes do Canto: *O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515) ...* vol. LX, pp. 13-240.

⁵ Na documentação consultada a vara e o côvado aparecem exclusivamente como unidade de medida de dadas ou doações urbanas. É o caso da sesmaria dada a Joana da Abarca de um chão para casas na rua principal de Angra com vinte e três por doze varas de medir pano (1504) e da doação entregue pela câmara de Angra ao vigário de São Salvador de chãos na Rua do Adro da mesma igreja com doze por vinte varas também de medir pano(1501). Ambos os documentos publicados em *O Tombo de Pero Anes do Canto ...* respectivamente como [documento 15] *chão da villa d'angra que esta junto das casas de joham lopez biscaynho*, p.77-78 e como [documento 23] *doaçom que fez ho conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes*, p. 89-91. Todos analisados no capítulo dedicado a Angra na primeira parte da tese.

⁶ Em côvados são entregues sesmarias no rossio de Ponta Delgada no ano de 1500, no total de 7 chãos, todos com trinta por quinze côvados. O conjunto de registos foi transcrito por Rute Gregório como: [documento 2] *1500. Abril e Agosto. Ponta Delgada. O capitão e o almoxarife de São Miguel dão, em sesmaria, uma terra e dois chãos a João de Matos e cinco chãos a João da Castanheira*. Publicado em: Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios...* p.384-385.

definia faixas *do mar à serra*, não concretizando em pormenor as extremas terminais do retângulo que se estendia da costa até à serra, que aqui ainda significa o desconhecido.

A complexificação gradual do sistema de distribuição de dadas, desde logo pelo aumento de interessados na arroteia, introduziu necessariamente maior exatidão na definição das confrontações dos terrenos, não só pela especificação das medidas na direção dos dois eixos ortogonais, mas também, recorrendo com muita frequência a marcos de referenciação geográfica cada vez mais pormenorizados,⁷ como ribeiras, pedras, rochas ou até mesmo a alusão a propriedades já estabelecidas, naturalmente reflexo do aumento de parcelas entregues em sesmaria e do incremento da população,⁸ mas, traduzindo também, um mais aprofundado conhecimento do território.

Importa salvaguardar, que no momento inaugural do processo de povoamento as ilhas eram ainda territórios desconhecidos, no sentido literal do termo, facto que contribui largamente para o carácter eminentemente experimental das primeiras fases de ocupação humana. Deve também ressaltar-se que à progressiva apropriação material do espaço se junta uma dimensão imaterial, acrescentando ainda que é a partir da associação destas duas dimensões que se consubstancia o real conhecimento da terra/ilha. Esse conhecimento evolutivo e rápido do território das ilhas,⁹ em grande parte assenta no processo contínuo de entrega de terrenos sobre a forma de sesmaria aos primeiros colonos. Com efeito, são precisamente essas parcelas e a informação sobre elas inscrita nas cartas de dada que estabelecem as primeiras referências à geografia do território que se desbravava, correspondendo a carta de dada a um primeiro momento de abstração

⁷ Sobre o processo de desbravamento, demarcação e fechamento de campos veja-se: Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna ...* p.285-294.

⁸ A mesma autora acima citada propõe para o caso da Terceira, com a ressalva de a análise se conformar com o universo das 57 dadas compiladas, um faseamento da dada de terrenos em sesmaria disperso por três vagas sucessivas. Sendo que a primeira vaga terminada ainda no século XV, por volta de 1490, é aquela onde se regista maior número de entregas, com um pico de intensidade no quinquénio de 1485/90. Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios...* p.138, com especial atenção para o *Quadro II – Ritmos de Dadas*.

⁹ A última carta de dada referenciada na Terceira data de 10 de Janeiro de 1515, passados apenas 65 anos desde o início da arroteia. Dado inscrito Rute GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios ...* p.137.

da forma do território,¹⁰ ao mesmo tempo que regula e ordena a sua construção e transformação em paisagem humanizada.

1.1 Das medidas de capacidade às medidas de superfície

Conquanto se reconheça que no que toca à documentação relativa à distribuição da terra em sesmaria se afirma, progressivamente, uma maior precisão na definição das medidas de carácter linear, a verdade é que no momento que se segue, o da exploração dessas grandes parcelas, a repartição de terras por foreiros ou por rendeiros, é quase em exclusivo quantificada pela sua capacidade produtiva,¹¹ numa associação da dimensão das porções de terra a distribuir às medidas de capacidade que naquele campo era expectável aproveitar. Espelho da consolidação do sistema económico apoiado essencialmente na produção de trigo, observa-se que a terra, em espaço rural e agrícola, toma como qualificativo do seu valor material, o valor atribuído à sua produção.¹² Assim sendo, o alqueire, os seus múltiplos e submúltiplos, na sua vertente de medida de capacidade traduzida em medida de superfície, quantificam a dimensão material e física da terra, mas também reflexivamente os níveis de riqueza dos seus proprietários.

¹⁰ Não se conhecem imagens do território para os primeiros anos de povoamento e as primeiras abstrações desenhadas que nos chegaram do arquipélago são as cartas de Luis Teixeira de 1587.

¹¹ É assinalável que em 1504 na ilha Terceira se dê em sesmaria uma terra que além de determinada pelas confrontações já estabelecidas já apareça precisamente medida em *moios em semeadura*. Publicado como: “[documento 13] *titollo da terra dos juncaes*”, *O Tombo de Pero Anes do Canto ...* p.75-76

¹² O trigo, como se disse, constitui-se como elemento principal da produção agrícola das ilhas desde cedo e durante séculos, mas outras explorações tomaram lugar nos campos das ilhas, e também nesses casos a dimensão da terra era mensurada em função da sua produção. De forma relevante saliente-se o cultivo de uma planta tintureira, o pastel, destinado aos mercados do norte da Europa onde a confeção de tecidos estava fortemente implantada. Gaspar Frutuoso quando toma nota “*do que rende a ilha de são miguel, e das grossa fazendas dos homens naturais que há e houve nela*”, especifica exatamente esses valores: a ilha “*...uns anos por outros rende cada ano para Sua Magestade, em dízimos e direitos de entradas e saídas, mais de cinco mil cruzados; e algumas vezes dá cada ano um conto e dois mil moios de trigo... Dá sessenta mil quintais de pastel, que valem cento e sessenta mil cruzados...*” Com carácter menos importante sabe-se que também a cana de açúcar conheceu algum desenvolvimento, particularmente em São Miguel, rendendo com as *miunças* “*...mais de mil e quinhentos cruzados.*” Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro IV, p.211.

alqueire e alqueire de terra

Ao que se sabe em Portugal o alqueire foi utilizado como medida de superfície desde pelo menos a Idade Média, podendo ser adjetivado como alqueire de terra. Topónimo de origem árabe, *al-kayl*,¹³ que significa *a medida*, durante o período islâmico aparece exclusivamente associado a medidas de capacidade de secos e estabelece-se em quantidade como a sexagésima parte do moio, que por sua vez corresponderá à capacidade diária de moagem do grão em equipamento mecânico.¹⁴

Como medidas associadas ao alqueire (medida de secos), como múltiplos ou equivalentes líquidos existem variadas outras medidas. No entanto e no âmbito em análise devem ser destacadas duas, a fanga e a quayra, que alcançaram valor semântico significativo na cidade e no espaço territorial português. Com efeito, os espaços de venda e controle municipal do trigo e outros cereais, o pão, tão importante à vida dos povos, tomou ele próprio o denominativo de *fangas*.¹⁵ Na origem, fanga era a medida correspondente a quatro alqueires. Deixa de ser referida nas tabelas de medidas oficiais durante um vasto período de tempo para reaparecer na reforma sebástica dos pesos e medidas (1575) como múltiplo do alqueire. À fanga reconhece-se um equivalente em medida de superfície, a *fanga de terra* desde pelo menos o período islâmico.¹⁶

¹³ Sobre o assunto consulte-se: António REI, “Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal - notas para o seu estudo”, *Chão de Letras*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1998, nº1, vol. IX, II série, p.12.

¹⁴ Não obstante, Oliveira Marques, confessando que sobre a medida moio a confusão é grande, esclarece que a palavra deriva do termo romano *módio*, sendo que por sua vez *módio* é apenas a versão latina do termo árabe *al-mude* (almude), medida também equiparada ao alqueire. Assim, no início da nacionalidade as três medidas correspondiam-se, fixando-se o moio, já na Baixa Idade Média, em torno dos 60 alqueires. Contudo o processo não é linear e reconhece-se nesse período a existência do *moio grande* mais frequente (56-64 alqueires) e do *moio pequeno* (por volta dos 16 alqueires)., A. H. de Oliveira MARQUES, *Pesos e Medidas, Dicionário de História de Portugal ...* p.70-71.

¹⁵ As casas do concelho acolhiam com frequência determinadas atividades comerciais das quais eram detentoras do monopólio, é precisamente o caso dos cereais mas também da carne, pelo que no próprio edifício camarário ou na sua proximidade se deviam implantar as *fangas* e *açougues*.

¹⁶ Correspondente a uma área de 2275,25m² e que levará em semente quatro alqueires de semente. António REI, “Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal - notas para o seu estudo”, *Chão...* p.16.

courelas

A quayra, na qualidade de um seu múltiplo - a quayrella,¹⁷ será por seu lado, na melhor das possibilidades, um ascendente da palavra *courela*, que significando ainda no séc. XVIII, segundo Bluteau, “*terra estreita e comprida*”.¹⁸ Em que momento e como se processou a absorção do termo¹⁹ está por esclarecer, mas a semelhança fonética autoriza a dedução.

Oliveira Marques regista o termo *courela* como unidade de medida de superfície, embora não avance com nenhuma estimativa para o seu dimensionamento,²⁰ esclarecendo mesmo que ao longo do tempo o termo passou a significar genericamente uma parcela de terra sem que lhe esteja associada uma dimensão concreta. É no entanto assinalável que os dicionários registem a palavra como significando *antiga medida agrária*, exibindo o dicionário de Morais Silva (1789) o numerário de 100 braças de comprimento por 10 de largura.²¹ De referir ainda, que não se conhece a que parte da medida de capacidade correspondia a *quayrella*, o submúltiplo do alqueire aqui proposto como ascendente (ao menos etimológico) da *courela*.

Não é corrente encontrar-se o termo *courela* na documentação relativa à terra²² rural ou urbana do arquipélago, tanto no que concerne à fase inicial de distribuição, como nos diversos registos referenciais à sua exploração. Contudo, enquanto topónimo persistiu, desde logo significando uma parcela de terra, mas

¹⁷ A quayra, do árabe *kayla* – a medida - portanto o mesmo que alqueire, e a quayrella, que quer dizer pequena quayra, são termos que se terão vulgarizado no norte do país onde perdeu o artigo *al*. António REI, “Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal - notas para o seu estudo” in *Chão...* p.11. De acrescentar que como medida de secos Oliveira Marques refere ainda o Alqueirinho, segundo descreve uma medida rara que valeria meio alqueire. A. H. de Oliveira MARQUES, “Pesos e Medidas”, *Dicionário de História de Portugal* ...p. 70-71.

¹⁸ Raphael BLUTEAU, *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatomico, architectonico* [...], Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, tomo II, p.595.

¹⁹ Como sinónimo de *courela* os dicionários atuais sugerem ainda o *hastim* igualmente uma *antiga medida agrária* de que não se conhece a medida.

²⁰ A. H. de Oliveira MARQUES, “Pesos e Medidas”, *Dicionário de História de Portugal* ...p.67-72.

²¹ António de Morais SILVA, *Diccionario da Lingua Portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado* [...], Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, vol. I, p. 488.

²² Entre a bibliografia e documentação compulsada apenas se registou uma utilização do termo em: Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios* ... 2007, p.261. A autora refere um documento de 1520, onde se diz que uma *courela* não pode ser tomada pela medida de 105 braças quadradas por ser de *somenos*.

também adjetivando ribeiras, canadas, ou montes, sempre em espaço rural e agrícola próximo de algum lugar, povoação ou vila.

Persistiu também no cadastro territorial atual com especial evidência em Ponta Delgada, onde os quarteirões que determinam o crescimento da malha para norte, sobre o prévio parcelário agrícola, assumem na sua largura medidas muito próximas à da *courela*.

Refira-se, ainda, que na *Enciclopédia Açoriana* encontram-se com o denominativo *courela*, ou no plural *courelas*, seis entradas referenciadas a lugares ainda hoje assim conhecidos: em Almagreira²³ na ilha de Santa Maria; na Horta²⁴, ilha do Faial; em São Miguel aparecem quatro referências, todas no concelho da Ribeira Grande;²⁵ em São Jorge, na costa meridional fica a Ribeira das Courelas,²⁶ e na Praia da Terceira, na vertente da serra do cume a Canada das Quarelas.²⁷ Conhecem-se ainda com este topónimo na ilha de São Miguel, em Água d'Alto, concelho de Vila Franca do Campo, a Canada das Courelas, hoje um acesso a um trilho pedestre no maciço do Fogo, e na Graciosa a planície que liga Santa Cruz ao lugar de Guadalupe.

Foi precisamente nesta última ilha que o topónimo melhor sobreviveu,²⁸ designando ainda hoje, as longas faixas de terra “estreitas e compridas”,²⁹ por oposição aos cerrados de forma aproximadamente quadrangular. Com efeito, na Graciosa, uma e outra forma de partição existem lado a lado, ocupando as mesmas

²³ Numa lomba entre a Ribeira das Covas e a de João Luis., Maria Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA, *Courelas*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.11.2009.

²⁴ No limite ocidental da freguesia das Angústias pelos 200 metros de altitude, Maria Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA *Courelas*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.Novembro.2009.

²⁵ Na freguesia de Rabo de Peixe, pelos 50 metros de altitude. Maria Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA *Courelas*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.Novembro. Na freguesia da Ribeira Seca junto ao lugar de Santa Bárbara, na mesma freguesia sobre a povoação entre os 60 e os 70 metros de altitude e em Porto Formoso pelos 140 metros de altitude. Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA *Courela*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.11.2009.

²⁶ Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA, *Ribeira da Courela*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.11.2009.

²⁷ Conquanto aqui se tenha de observar que o termo sugere também a referência a querelas. Até porque a documentação é rica em autos judiciais referentes à (in)definição de limites territoriais de propriedade. Ainda hoje na Terceira em memória de um desses pleitos ficou registada na toponímia de um lugar – as Contendas na costa nascente da ilha a sudoeste de São Sebastião. Eugénia Soares de Albergaria MOREIRA, *Canada da Quarela*, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.11.2009.

²⁸ *Arquitetura Popular dos Açores ... pp. 560*

²⁹ Como define Bluteau as courelas.

cotas, o que faz supor que a distinção formal apenas deriva do tipo de aproveitamento agrícola que lhes está associado, sendo que, nas courelas se produziriam preferencialmente culturas de sequeiro em extensão.

chãos.

Numa dedução a partir dos diplomas consultados pode avançar-se que o termo respeita essencialmente a espaço urbano ou urbanizável, distinguindo-se, pois, das restantes medidas aqui analisadas que se enquadram essencialmente no âmbito das parcelas agrárias, salvaguardando, desde já, a convicção de que um e outro âmbitos estão fortemente conectados, facto que parece mais reforçar a ideia do que contradiz-la.

Para mais, nos dicionários, chão, aparece como *antiga medida agrária*, mas o dimensionamento descrito não parece condizente com essa condição, 30 por 60 palmos, uma área de dimensão reduzida que aparece como medida base de lote encontrada em diversas malhas urbanas portuguesas.³⁰

À semelhança da courela também o chão assumiu a função de denominar genericamente parcelas de terreno. O termo aparece muitas vezes registado na documentação no plural o que parece conformar um conjunto composto por várias unidades porventura integrando uma mesma propriedade.

1.2. As medidas lineares e o dimensionamento de superfícies

Há muito que se conhece o alqueire e a sua utilização como medida de superfície. Não está, contudo, determinado em que moldes se inscreve no espaço, isto é, como se materializa. A historiografia açoriana tem dedicado alguns

³⁰ Reforçando a ideia de que na partição de terrenos rurais ou urbanos se recorre dos mesmos procedimentos e dos mesmos agentes Luísa Trindade refere que apesar de sinónimo de uma medida agrária é como medida de dimensionamento de lotes urbano em cidades novas que encontra paralelos, de que cita: Caminha, Salvaterra de Magos, Arronches ou Viana do Alentejo. Luísa TRINDADE, *urbanismo na composição de Portugal ...* pp.252-253 e para cada um dos casos enumerados respetivamente, pp.313-330, 457-470, 271-298 e 579-600. Para o Bairro Alto, urbanização posterior às referidas Helder carita já tinha encontrado o lote base de 30 por 60 palmos., Helder CARITA, *Bairro Alto - Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, p. 48.

capítulos ao tema,³¹ passos determinantes no reconhecimento das medidas dispersas em documentação, assim como no definir dos valores que lhes estão atribuídos, mas distante ainda da explicação material e morfológica a atribuir a essas estruturas. O tema suscita demasiados problemas e a sua resolução dificilmente será definitiva e inequívoca. Ainda assim, neste ponto a proposta é sobrepor aos dados referenciados em bibliografia e documentação, nomeadamente no que se refere à análise do território construído.

A esse nível vale a pena ver o trabalho iniciado por Filipa Leal de Carvalho,³² para o território agrícola da ilha Terceira. A óbvia regularidade das parcelas agrícolas, serviu de mote, o estudo prévio de Rute Gregório sobre a dimensão das propriedades autorizou a metodologia.

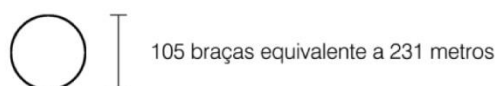
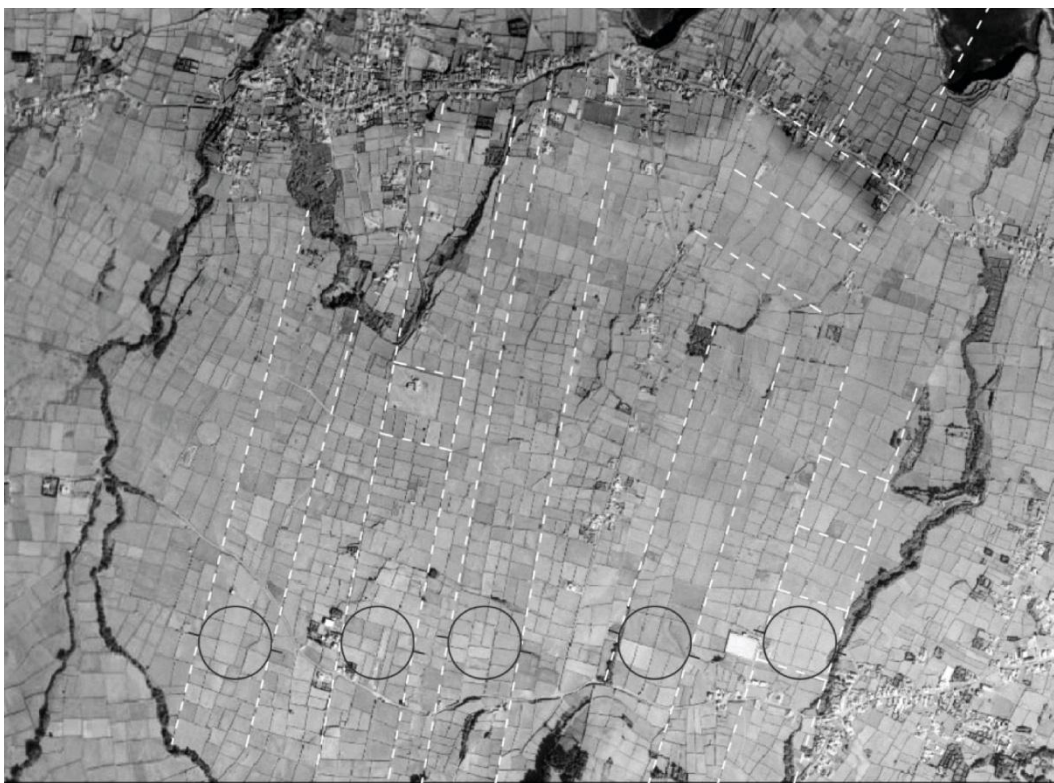
Não obstante, a inexistência de levantamento cadastral rigoroso do território, obrigou a usar como base do estudo a fotografia aérea, ora este tipo de suporte não serve com rigor os propósitos de um estudo deste tipo. Por outro lado unidade de medida que serviu o estudo foi a braça craveira, sabendo-se que no arquipélago outras medidas foram utilizadas na medição da terra também por aqui o estudo perde rigor. Esta medida foi também eleita por Rute Gregório, mas num estudo que pretendia analisar a dimensão da propriedade e por essa via a riqueza dos seus proprietários e não a morfologia dessas propriedades. De facto, esta autora, depois de expor toda a problemática que reveste o tema opta por traduzir as medidas que encontra na documentação, a partir da braça craveira, numa atitude pragmática e consciente sem tradução efetiva no território.

Com efeito, a metodologia inscrita na base desta, o recurso à análise morfológica, deparou-se com um limite além do qual não foi permitido avançar, quer com recurso às fontes tradicionais, quer com deduções a partir dos discursos já construídos em torno do mesmo tema. Note-se que embora se registem

³¹ De destacar com especial relevância as obras de Rute Gregório em torno da análise dos patrimónios açorianos em épocas recuadas. Rute Dias GREGÓRIO, *Pero Anes do Canto- Um Homem e um Património (1473-1556)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp. 391. Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos Primórdios ...*

³² Filipa Maria Leal CARVALHO, *Muros de pedra no desenho da paisagem terceirense e presença na arquitectura contemporânea*, Coimbra, Prova Final de licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.

acentuados avanços no sentido de clarificar a questão, o enredo de documentação indica direções difusas e a confirmação de que medidas (lineares e de superfície) e em que âmbitos se utilizavam nos Açores ou mesmo no território continental não está todavia estabilizada.



Hipótese de sobreposição de métrica ao território. (Filipa Maria Leal CARVALHO, *Muros de pedra...*p. 47)

É, pois, uma convicção profunda que o salto no sentido de um entendimento cabal da questão apenas se poderá efetuar com a procura e aferição no próprio espaço de medidas, padrões ou métricas, encontradas no território construído, naturalmente encadeando os dados aí recolhidos com as diferentes camadas de informação assente em fontes documentais tradicionais e bibliografia. Trabalho dimensão e enfoque que não cabe aqui fazer.

Para dar início ao tema, o *alqueire de terra* tem de ser convertido em unidades de medida quadradas, obrigando, como é óbvio, ao prévio reconhecimento de uma unidade de medida linear que o enquadre.

É também aqui que surgem os primeiros obstáculos. Na verdade, pela análise da documentação ao tema consagrada, observa-se que nas ilhas os métodos de medição linear não obedecem a um sistema uno e inequívoco. De resto, à semelhança do que se passa no resto do território português, no arquipélago reconhecem-se dois sistemas, o de craveira e o de medir pano.³³ Os dois sistemas registam uma organização idêntica, contudo por partirem de uma unidade base com valor diferenciado os seus múltiplos e submúltiplos também o fazem.

Sem alargar muito a explicação, valerá a pena esclarecer sobre a definição destes dois sistemas, assim como sobre as tentativas e passos dados na direção de uniformização dos mesmos. No essencial, o sistema craveiro e o sistema de medir (pano) distinguem-se por refletirem a estabilização em circunscrições geográficas distintas da mesma medida original, o palmo.

Naturalmente, um sistema de medida como o apresentado, condicionado à partida por um sem número de fatores, implicou que não se alcançasse estabilizar, como de resto se observa nos restantes sistemas de medida (de líquidos e de secos) pré sistema métrico-decimal, um valor uno e inequívoco a atribuir à unidade de medida, o moio, nem consequentemente ao alqueire. Ilustrando o que já na metrópole se passava também nas ilhas se encontram diferentes dimensões para medidas com o mesmo nome. Para o caso concreto dos alqueires, são inúmeros os documentos que o comprovam³⁴, mas considero de relevância particular o conjunto de diplomas reais insertos no Livro de registo

³³ Para uma compreensão aprofundada do tema veja-se Mário VIANA, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas”, *Arquipélago- História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, vol. III, tomo 2ª série, pp. 487-493.

³⁴ Tome-se como exemplo o aforamento de terras pertencentes ao concelho da Ribeira Grande em São Miguel, um lote de quatro partes a levar a pregão constituído pela *dada do conselho* com “*nove alqueires de terra pella vara de dez palmos*”, por “*dous pedacos de terra ao longo do mar allem da fajam de Roque Rodriguez antre ella e a Ribeirinha com quatro alqueires pouco mais ou menos*”, outra terra com dimensão não discriminada que se “*aforase a quem mais der por alqueire*” e ainda “*outro pedaço de terra na praia seis ou sete alqueires*”.

“Terras da Praia que se aforem que sam nove alqueires”, António dos Santos PEREIRA, *Ribeira*

A vara grande e a vara pequena

É, contudo, sabido que medidas variadas continuaram a ser utilizadas nas diversas partes do arquipélago e nesse campo importa realçar, ainda no reinado de D. João III, o alvará citado por Frei Diogo das Chagas onde a coroa manda “(...) *que daly por diante se medissem as terras por vara de 12 palmos, que parece usauam ate aly da vara de 10 palmos, a que os antigos e Modernos chamão medida pequena e medida grande, e ainda hoje [década de 1640] nesta Ilha usão d ambas as medidas em algumas partes e mais em particular na Ribeira Grande, aonde fazem declaração quando arrendem ou comprão terras tanta medida por vara de 10 ou por vara de 12 palmos.*”³⁵

Quadro I: Aferição de valores lineares possíveis para a “vara grande” e para a “vara pequena”, segundo os sistemas de mensuração reconhecidos para o espaço português, com conversão dos mesmos no sistema métrico.

Sis. de Craveira (linear)		Sis. de Medir Pano (linear)	
unidade - palmo = 0.22cm		unidade - palmo = 0.183	
“vara” grande	“vara” pequena braça crav.	“vara” grande = braça crav.	“vara” pequena
(12 x.22 cm) = 2.64	(10 x.22cm) = 2.20 m	(12 x .183cm) =2.196 (2.20m)	(10 x .183cm) = 1.83 m

Grande (São Miguel - Açores) no século XVI... p.246-247.

³⁵ Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino ...* p.154.

Quadro II: Aferição de valores de superfície passíveis de existirem no território açoriano de acordo com as diferentes medidas para unidade base explicitadas em documentação e bibliografia específica.

Sis. de Craveira (superfície)		Sis. de Medir Pano (superfície)	
unidade - alqueire = 200 braças ²		unidade - alqueire = 200 braças ²	
alqueire grande	alqueire peq.	alqueire grande	alqueire peq.
(200 x 2.64m) = 528 m	(200 x 2.20m) = 440 m	(200 x 2.20m) = 440	(200 x 1.83) = 366 m
(528 x 528) = 2.788 m ²	(440 x 440) = 1.936 m ²	(440 x 440) = 1.936 m ²	(366 x 366) = 1.340 m ²

Com base na análise do Quadro I verifica-se que quando calculada a “vara grande” micaelense com base no “palmo de medir pano” o valor resultante é sensivelmente coincidente com o valor reconhecido para a “braça craveira”, o que faz supor que o sistema em vigor nalgumas partes das ilhas, seguramente em São Miguel no concelho da Ribeira Grande, era maioritariamente o “sistema de medir pano” e que a submedida “vara grande” foi inventada localmente e introduzida no sentido de colmatar a diferença de dimensões entre os padrões dos “sistemas de medir pano” e do “sistema craveiro”, que se impunha progressivamente como o sistema de medidas em uso no país e naturalmente também nos Açores. Assim sendo, a “vara grande” ribeira-grandense é na verdade a braça (craveira) e a sua criação deve entender-se como um passo na tentativa de unificação do sistema de

medidas ou pelo menos como uma decisão pragmática no sentido da aproximação de sistemas diferentes em uso no mesmo espaço geográfico (ilha) e no mesmo espaço comercial (espaço atlântico) este muito mais alargado.

Deve realçar-se que o que está em causa não é apenas a divisão e compartimentação da terra, matéria de relevo para este estudo, mas também, desde logo, o seu valor como produto comerciável e acima de tudo taxável, ao qual necessariamente tem de se atribuir uma medida de valor eventualmente traduzida em dinheiro ou bens, mas também, na sua dimensão física. A leitura dessa dimensão tem que seguir um código claro e único, legível de igual modo por todas as partes interessadas nos negócios. Paralelamente coexiste a medida produtiva da terra, ela mesma, como já se referiu, tantas vezes equiparada ao próprio valor material do terreno ou parcela. Também nessa dimensão se exige o reconhecimento de um código único de valores padrão para as medidas, sendo que nesse âmbito, do valor produtivo, não são apenas as medidas lineares que interessam, mas também a sua conversão em superfície na resultante da relação com a capacidade produtiva. Assim, também as medidas de capacidade se têm de mostrar uniformemente ou equiparadas com tabelas de conversão claras. O assunto reveste-se de especial importância atendendo a que grande parte da produção não se destinava a consumo interno do arquipélago, nem sequer da ilha ou, menos ainda, do concelho (desde logo exemplos de espaços onde se encontram diferentes formas de mensuração) mas sim à exportação, portanto a um universo geográfico muito mais vasto do que a ilha ou o arquipélago.

2. Levantamento de processo de reforma dos pesos e medidas a partir do 1º Livro do Registo da Câmara de Angra

No *Livro de Registo da Câmara de Angra*, os documentos referentes ao processo de reforma dos pesos e medidas de capacidade nos Açores, iniciado em 1561, excecional pelo rasto de informação relativa ao tema, esclarecedor particularmente no que concerne à relação entre a área do terreno e a sua dimensão produtiva, é demonstrativo das implicações de tal sistema no desenho do território.

Os primeiros documentos do referido conjunto datam respetivamente de 12 e 13 de Setembro de 1561 e respondem à necessidade de proceder à uniformização das medidas de capacidade a empregar nas ilhas, no que pode ser entendido como um *projeto de reforma das medidas*, justificada por ter sido o rei informado de que “*as medydas porque se mede compra e recebe e entrega pão nas ylhas dos asores não são todas hunas nem ygoaes no tamanho e gramdura amtes defeRentes huas Das outras por omde não podem ser tam sertas como deuem e se segem [em isso?] muitos emcouynyemtes em grande dano e perjuizo assj dos moradores e pouos das ditas ylhas e dos mercadores*”³⁶.

O primeiro diploma é o despacho régio que dá início administrativo ao processo, o segundo trata do regimento que lhe dá provimento. Manda o despacho que de Lisboa saia o padrão, regra de resto conforme a lei vigente. Contudo, o regimento que se lhe segue institui Angra como centro difusor das novas medidas padrão, reforçando a imagem da cidade com verdadeira capital isleña assumindo agora, no âmbito regional, as funções atribuídas, a nível nacional, à câmara de Lisboa. Assim sendo, as restantes cabeças de ilha ou capitania deveriam afilar as medidas pela matriz guardada na casa da câmara do município angrense, e daqui, num processo de difusão a partir do centro, sucessivamente os concelhos mais pequenos afilariam as suas medidas pelos das comarcas maiores. Contudo, a aplicabilidade desta medida deve ter sido difícil e a 4 de Maio de 1566, praticamente cinco anos depois de emanado o primeiro documento, novo alvará ordena que também Ponta Delgada receba padrões afilados por Lisboa, evidenciando esta medida uma maior consciencialização do poderio produtivo da maior ilha do arquipélago, mas, revelando também, por um lado a grande dificuldade em implantar num território disperso um sistema uno de medição, e por outro, descortinando a existência arraigada de sistemas de medição de âmbito regional dificilmente descartáveis pelas populações locais.

É ainda o regimento supra citado que desperta para a questão sobre a conversão do alqueire, medida de capacidade, em alqueire medida de superfície, e da sua implicação na repartição da terra em parcelas de rentabilização. Como

³⁶ *Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591) ... pp. 32-33*

verifica o legislador, já muitas terras se haviam aforado pela medida inicialmente utilizada nos respetivos concelhos de localização, pelo que, as partes (os rendeiros ou foreiros e os proprietários) se viam agora na impossibilidade de cumprir ou fazer cumprir os contratos. Para colmatar a situação ordena-se a (re) aferição dos termos dos contratos e ordena-se que de então em diante se aforesse exclusivamente pela nova medida.

Embora pela documentação se entenda uma vontade central de esclarecer a situação, a dinâmica da ação não foi suficiente para levar avante as decisões régias, prolongadas no tempo e destinadas a um território não só longínquo como disperso, onde, para mais, já estavam em vigor outras regras mais caras aos seus utilizadores. Tudo isto levou a que a eficácia da reforma fosse limitada. De resto, revelando uma certa conformação relativamente à questão, os dois últimos alvarás régios referentes à reforma, incertos no Livro do Registo de Angra, respeitam justamente à questão das medidas. O primeiro dos dois vem insistir para que se use só uma medida, a aferida pelo padrão de Lisboa, e que as medidas sejam de “*cogulo*”, ou seja permitindo algum excedente.³⁷ Entre a medida de cogulo e ração encontravam os moradores e lavradores das ilhas uma diferença de oito alqueires por moio. O documento final vem alterar a ordem ordenando que se use a medida de “*ração*”, ou seja ajustada aos bordos da fanga (vaso medidor) diminuindo assim a margem de erro.³⁸ Com esta alteração à lei aceitava-se algum ajuste do novo padrão às especificidades locais, uma vez que o padrão em Lisboa se havia aferido com grão de milho e nas ilhas se cultivava essencialmente trigo, um grão de dimensão bastante menor. Como resolução pretensamente definitiva o rei instruíra ainda para que fossem feitos e enviados às ilhas novos padrões desta vez afilados em Lisboa com trigo.

³⁷ “alluara sobre as razouras djgo mjdidias de cogullo que trouxe fernam cabrall prouedor. 4 de Junho de 1565”, *Livro do Registo da Câmara de Angra* ... p.54-55.

³⁸ “alluara sobre as mjdidias de trigo. 4 de Maio de 1566 ”seguido de “alluara sobre as medydias de pão das ylhas dos asores // postylha. 26 de Março de 1566”, *Livro do Registo da Câmara de Angra* ... p.63-65.

CONCLUSÃO

*“Porque as cousas antigas, de que pela pouca curiosidade dos homens não ficou memória escrita, deram ocasião e causa a muitas opiniões diferentes e a diversos e, às vezes, não acertados pareceres, como são os que se tem destas ilhas dos Açores (...) que, por não haver quem disso escrevesse, ainda que algumas coisas contem, é tudo tão encontrado e duvidoso que põem grande dificuldade e trabalho ao que quer atinar e acertar com a verdade (...)”*¹

O objetivo central deste trabalho foi, desde o início, compreender os processos originais de instalação e consolidação das principais cidades e do território dos Açores ou, por outras palavras, monografar a estruturação da rede urbana primária dessas ilhas descobertas despovoadas em 1427 e colonizadas a partir da década de 1430. Uma vez compreendido esse fenómeno, mais fácil será agora estudar o seu desenvolvimento até à atualidade, monografar outras, bem como inquirir e planear os seus futuros.

¹ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra...* Livro I, p.94.

Guiada pela noção de que o estabelecimento de núcleos urbanos foi desde sempre instrumental na colonização e, por conseguinte, no ordenamento do território, a investigação incidu no estudo das cidades que estrategicamente concretizaram e consolidaram a presença humana nesse território necessariamente descontínuo, ao que imperativamente se juntou o reconhecimento e análise dos principais intervenientes e processos em questão.

Dessa circunstância resultou a divisão da tese em duas partes, com enfoques de escala diversa, mas necessariamente interdependentes. Por um lado a cidade estudada monograficamente nos quatro casos selecionados, segundo a (sua) história urbana e a correspondente evolução morfológica (a sua história do urbanismo), por outro, o (seu) território, observando particularmente com quem e como se ordenou. Tudo isso, claro, à luz de contextos e percepção de dinâmicas mais vastas.

É por isso que são também essencialmente de dois níveis as considerações finais que agora aqui se fazem sobre este processo de investigação, visando destacar os principais pontos gerais de chegada deste percurso. Como a problemática é complexa, esta sistematização não se pode assim desejar tão arrumada, menos ainda completa, mas talvez possa ficar indiciada. Deve ser breve, pois não cabe aqui repetir múltiplas conclusões pontuais que foram surgindo ao longo do texto e respetivo aparato gráfico.

As monografias da Parte Primeira não só confirmam e desenvolvem muito do que já se sabia sobre a evolução morfológica dos núcleos urbanos tratados, como clarificam e resolvem algumas questões, corrigindo também alguns aspetos ou propondo leituras alternativas. Em suma: há uma nova sistematização de matérias e propostas novas, no que o desenho como ferramenta ao serviço da história tem um papel fundamental. Mas também com ele o reconhecimento das relações estreitas entre a forma urbana, a forma do território e do seu ordenamento conceptual prévio à urbanização.

Desenho que obriga sempre a leituras contínuas, simultaneamente gerais e detalhadas, e história que força a montagem de uma narrativa o mais possível nutrida e construída por uma relação entre factos que isoladamente são difíceis ou

impossíveis de interpretar. Factos fornecidos por documentação escrita, por narrativas coevas constituídas em fontes, mas também e crucialmente cartografia na qual os levantamentos atuais acabam por se afirmar como o material historicamente mais preciso e rigoroso, no qual têm de convergir e sobre o qual se têm de verificar todos os outros, pois o território de hoje é o de ontem, embora com os registos da transformação contínua a que está insofismavelmente sujeito. Por outras palavras, se há coisa que este trabalho mais uma vez demonstre, ela é por certo como o que pela primeira vez se demarca num território virgem perdura e influi para todo o sempre.

Assim surgiram os cadernos de peças desenhadas que conformam o segundo volume da tese, um por cada uma das quatro cidades selecionadas, onde mais do que por outra forma, se complementam os processos e a evolução morfológica das secções monográficas que integram este volume. Como necessidade instrumental, também assim se sistematizou e interpretou material sobre o(s) sistema(s) de medidas que, mais do que por ser transversal, do que por não se conseguir inserir num lugar concreto da estrutura do trabalho, foi inserido como Anexo Único. É assim passível de consulta autónoma, bem como de desenvolvimentos futuros que não se enjeitam.

Tudo isso foi feito segundo a convicção, que aqui é um pressuposto com validade científica, de que na sua globalidade a história do urbanismo é uma construção historiográfica com nexos, ou seja, que cada item tem de fazer sentido no global. Cada novo dado monográfico obriga a uma reflexão sobre as relações que estabelece com o todo, sendo que também assim se vai reformando o todo, recompondo necessariamente os equilíbrios de nexos historiográfico geral. Simplificando, falamos de linhas de continuidade com os antecedentes e os consequentes da cultura do território portuguesa.

Do ponto de vista da urbanização e ordenamento do território, a colonização das ilhas açorianas alicerçou-se inevitavelmente nas experiências urbanísticas medievais precedentes, nas quais, com algumas especificidades, as portuguesas fizeram parte integrante.

Como se a lógica não bastasse, este inquérito demonstrou-o por diversas formas, desde logo nos programas urbanísticos de fundação, em especial os de Angra e Praia, vilas cabeça das respetivas capitánias desde 1474. Veja-se como ali casario, igreja e elementos defensivos, compuseram a forma urbana inicial. Modelos ou opções de atuação transportados por quem desenvolveu as ações no terreno, por certo concertados pelos promotores que à distância dinamizaram o processo.

É essa uma das faces visíveis, porventura a mais evidente, da extensão de Portugal ao ultramar. Contudo, além das resultantes formais há outros modos de ação que integram estes núcleos urbanos no *universo urbanístico português*, designadamente a maneira como administrativamente se processa a ocupação do território e como a Coroa intervém politicamente impondo a quem delega a ação — donatários e capitães — a ocupação efetiva da terra.

Evidenciando razões exógenas naturais, sociais e históricas que impossibilitaram a atuação precisa e dirigida pretendida e lograda noutros casos, a Horta, também cabeça de capitania, ao apresentar-se como morfologicamente híbrida constitui-se como a exceção que confirma a regra. Com efeito, sendo possível identificar o intuito fundacional a impossibilidade de uma atuação precisa resultou numa forma urbana com uma expressão menos resoluta.

Já na morfologia urbana de Ponta Delgada, por se tratar de um lugar que *não nasceu para* [ser] *cidade*, acabaram por se afirmar com extraordinária clareza as normas preconizadas para o ordenamento do território, temática seguida com maior detalhe na segunda parte do texto. Desse ponto de vista é, de facto, caso mais significativo e expressivo.

Foi tornado evidente como ali cidade e campo efetivamente se interpenetram, continuando-se pela aplicação de um conjunto de regras pragmáticas, constantes da primeira normativa para o arroteamento e ordenamento do território. Observa-se a estruturação primeira de uma faixa litoral de reserva comum, espaço onde, no caso de Ponta Delgada, desponta e se desenvolve inicialmente o gene urbano. Além dessa faixa, necessariamente para o interior e, ali, a norte, estruturaram-se em faixas perpendiculares da costa à “serra” as dadas

de terras, e que tinham como única medida imposta a largura, medida a partir da frente marítima.

Não obstante ser hoje (ainda?) impossível mapear a composição do mosaico das dadas iniciais, foi gratificante demonstrar, através de desenho, como no parcelário rural atual é ainda possível observar a utilização de múltiplos e submúltiplos de uma medida agrícola antiga, a courela, permitindo propor a sua utilização como elemento base da entrega de terra, mas também da estruturação de um sistema de medidas.

O que surge corroborado pelo facto de se ter verificado como a malha de Angra foi composta segundo submúltiplos dessa mesma unidade gromática. Angra cuja composição urbanística primacial, ao invés do que exaustivamente vai sendo dito e escrito, está mais próxima dos modelos praticados na Península Ibérica nos séculos precedentes, que da tratadística de circulação cortesã da sua época.

Do conjunto dessas quatro incursões em morfologia urbana e, assim, em história do urbanismo, resulta claro como essas primeiras experiências açorianas — as únicas de então com expressão espacial e urbanidade suficientes susceptíveis de aqui produzir resultados válidos — terão sido relevantes para o que depois se foi fazendo, mas também continuamente experimentando, pelos espaços do Império que então os portugueses começavam a ordenar e construir.

O mesmo é válido no que diz respeito ao arroteamento e ordenamento do território. Com efeito, a par da urbanização primacial do território, procedeu-se à arroteia e ordenamento agrícola das ilhas. Tal como na urbanização, nos diversos papéis desempenhados na governação da sua capitania, o capitão assumia a função de povoador e sesmeiro, cargos ancestrais da administração do território. Nesse exercício eram responsáveis pela entrega de terras em regime de sesmaria aos *cristãos* que quisessem povoar as ilhas.

É de destacar como aqui se concluiu que o poder do capitão sobre a gestão do território se foi dissolvendo à medida que a terra nova foi sendo entregue em parcelas, ou seja, o poder gestionário do capitão acaba com o fim das sesmarias, surgindo então com outras funções e âmbitos o dos municípios. É, obviamente, o

fim de um ciclo político, social e administrativo. Claro que do ponto de vista central, tal como a Coroa estava no foco das decisões através da cadeia donatário-capitão, ali continuava até com superior eficácia, pois o poder concelhio sofria então um processo de maior controle e dependência régias.

E foi assim que um conjunto de especialistas, arruadores, medidores, etc., funcionários do poder municipal, foi surgindo e ficando registado nos documentos que hoje nos dão notícias sobre o ordenamento do território, em razão inversa à da intervenção do capitão. Claro que também surgem outros agentes da *administração central periférica*, como os corregedores, os contadores e até arquitetos régios.

Contudo, quais primeiros *corsários das ilhas*, é aos donatários — controlando superiormente todo o processo, emitindo a normativa e promovendo a arroteia com o envio de colonos — e aos capitães — atuando no terreno, dividindo e demarcando terra e traçando cidades — que temos de atribuir o mérito da determinação e direção da concretização do processo matricial. Ou seja, o papel fundamental na afirmação e desenvolvimento naquele novo espaço da *cultura do território* que, em boa medida e com boas medidas, determina a cultura açoriana e, por maioria de razão, a portuguesa.

Fontes impressas

AFONSO X, Rei de Castela e Leão, *Las siete partidas del sabio Rey Don Alonso el Nono*, Nuevamente glosadas por el licenciado Gregorio Lopez, Valladolid, Casa de Diego Fernandez de Cordoua, 1587-1588.

Arquivo dos Açores, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 15 volumes (reprodução fac-similada da edição original), 1980-1984.

Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, 1931-1978.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho (ed.), *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores (com ensaio critico de Manuel Monteiro Velho Arruda)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3ª edição, 1989.

As Gavetas da Torre do Tombo, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 12 vols., 1960-1977.

CHAGAS, Diogo das (Frei), *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (d direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos), Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura - Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Universidade dos Açores - Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989.

CORDEYRO, António (Padre), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura (Edição Facsimilada da 1ª edição de 1717), 1981.

GOIS, Damião, *Chrónica do Felicissimo Rei Dom Emanuel, composta per Damiam de Goes, dividida em quatro partes*, Lisboa, Francisco Correa Impressor do ferenissimo Cardela Infante, 1566.

GOIS, Damião, *Chrónica do Príncipe Dom Ioam, Rei que foi destes regnos segundo de nome, em que summariamente se tratam has cousas sustançiais que nelles*

aconteçerão do dia de seu nascimento até ho em que elRei D. Afonso seu pai faleçeo. Composta de novo per Damiam de Goes, dirigida aho muito magnanimo, & poderoso Rei Dom Ioam Terçeiro do nome.(nova edição preparada por A: J. Gonçalves Guimarães), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905.

Doações e Forais das Capitanias do Brasil (apresentação, transcrição paleográfica e notas de Maria José Bigotte Chorão), Lisboa, Torre do Tombo, 1999.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, 6 Livros (Direcção de João Bernardo de Oliveira Rodrigues), Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1998.

LINSCHOTEN, Jean Huygen van, “História da Navegação do Holandês João Hugo de Linschoten às Índias Orientais (Fragmentos vertidos para o português por José Agostinho, da edição francesa que saiu a lume em 1619 do prelo de Cloppenburch, em Amsterdam)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, nº 1, 1943.

Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591) (leitura paleográfica e introdução de Joana de Menezes Pinto Machado, prefácio de Avelino de Freitas Menezes), Secretaria Regional de Educação e Cultura / Universidade dos Açores, s.l., s.d. (no prelo).

Livro do Tombo da Câmara da Vila da Praia - 1450-1666 (fixação do texto por José Sintra Murtinheira, apresentação por José Guilherme Reis Leite), Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005.

MARQUES, João da Silva (ed.), *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, 5 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (Facsimile da edição do Instituto de Alta Cultura, 1944-1971), 1988.

MALDONADO, Padre Manuel Luis (1644 -1711), *Fenix Angrense*, 3 vols., (transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989.

MONTE ALVERNE, Frei Agostinho, *Crónicas da Provincia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. III, 1988.

SOUSA, Frei Luis de, *Annaes de elrei Dom João Terceiro* (publicados por A. Herculano), Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1844.

“Tombo 1º do Registo Geral da Câmara do Funchal” (introdução e leitura de Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo), *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal*, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, vol./ano XV(1972), XVI (1973), XVIII(1973), XVIII (1974).

“O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515)” (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno)" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol./ano LX, 2002.

Ordenações Afonsinas, disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

Ordenações Manuelinas, disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>

Posturas Camarárias dos Açores, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira (pelos sócios José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto Faria), 2 Tomos, 2007-2008.

ARDITI, Pempeu, “Viagem de Pompeu Arditi de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores. Documentos para o Estudo das Relações Culturais entre Portugal e Itália” (leitura de, Guido Batteli e Trindade Coelho), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VI, 1948.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal- primeira metade do século XVI e Apenso Vereações da Câmara de Santa Cruz (edição de José Pereira da Costa), Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, 3 vols, 1995.

Vereações da Ribeira Grande (1555-1578) (Introdução, transcrição e notas de António dos Santos Pereira), Ribeira Grande, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 2006.

Vereações das Velas (São Jorge) (1559-1570- 1571) (Introdução, transcrição e notas de António dos Santos Pereira), Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura e Universidade dos Açores/Departamento de História, 1984.

WRIGHT, Edward, “Viagem do muito ilustre George, Conde de Cumberland, aos Açores, escrito pelo Excelente Matemático e Engenheiro Mestre Edward Wright” (tradução de João A. Anglin), *Insulana*, Ponta Delgada, vol. XX, 1964, pp. 27-54.

Fontes gráficas

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa(facsimile do manuscrito de 1509), 3ª edição, 2006.

CARTA DACOSTA DA CIDADE DE PONTA DELGADA NA ILHA DE S. MIGUEL DO CASTELLO DE S. BRAZ ATÈ A IGREJA DE S. PEDRO, LEVANTADA EM 1814 POR JOZE THEREZIO MICHELOTTI TENENTE CORONEL ENGENHEIRO DIRECTOR DOS TRABALHOS HIDRAULICOS DO REINO E DOMINIOS, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

CORTESÃO, Armando, MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartografica*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

LINSCHOTEN, Jan Huyen van (1563-1611), *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Ocidentais ou Portuguesas* (ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

PLANO da Caldeira e sua entrada do Caes da Alfândega ao Sul da Cidade de Ponta Delgada na ilha de São Miguel [...] , em 20 de Julho de 1802, por Ignácio Joaquim de Castro Governador e Coronel de Artilheria na mesma Ilha, Arquivo Histórico Ultramarino.

PLANTA DA CIDADE DE PONTA-DELGADA TIRADA E DESENHADA EM SETEMBRO DE 1831 POR ANTÓNIO FERREIRA GARCIA D'ANDRADE, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

[Planta das estruturas defensivas da Horta – 1597], Archivo General de Simancas in Documentação sobre os Açores existente no Archivo General de Simancas (1590-1605), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004 (em CD).

[Planta incompleta da cidade de Ponta Delgada -1814], por Joze Therezio Michelotti, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

SILVEIRA, Luis da, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. I, Lisboa, Ministério do Ultramar e Junta de Investigações do Ultramar, s.d.

VIANA, Mário (coord.), *História da Ilha do Faial (das origens a 1883)*, vol. II Património Cartográfico e Artístico, Horta, Câmara Municipal da Horta, s.d. [2010]

Bibliografia

AFONSO, José Ferrão, “A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XVI”, *Museu*, Porto, Publicação do Museu Soares dos Reis, IV série, nº 9, 2000.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, “A Igreja da Misericórdia de Ponta Delgada. Considerações em torno de um monumento perdido”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. XIII, 2ª série, 2009.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, “Tipologias construtivas da arquitectura doméstica quinhentista nas cidades atlânticas: heranças medievais e inovações renascentistas”, Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURO, Jesús ÁNGÉL SOLÁRZANO (ed.), *Construir la ciudad en la Edad Media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2010.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, “A Casa Urbana de Setecentos em Ponta Delgada. Um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura civil açoriana”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLVII, 2002.

ALBUQUERQUE, Helena, “A imagem desenhada como testemunho dos critérios de apropriação do território. A cidade de Ribeira Grande e de Praia nas ilhas de Cabo Verde”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO, Helder CARITA

(coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho e MENEZES Ignacio Pitta de Castro, *Observações sobre a Ilha de São Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo ano*, Câmara Municipal da Povoação (edição fac-simile da edição de 1826), 1989.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal”, *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian, 1987.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Rui Miguel Goulart de, *Território e Paisagem na Ilha de São Miguel. Séculos XV a XVIII*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores e Direção Regional de Cultura, 2012.

AMARAL, Ilídio do, “Cidades Coloniais Portuguesas (Notas preliminares para uma geografia histórica)”, *Povos e Culturas - A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, nº 2, 1987.

AMARAL, Ilídio do, “Recensão crítica a Terceira (Açores). Estudo Geográfico”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 41, 1986.

AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Duarte, “Os homens que pagaram a rua nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)”, *Revista de História*, Porto, Centro de história da Universidade do Porto, vol. VI, 1985.

ANDRADE, Amélia Aguiar, “Estado, territórios e ‘administração régia periférica’”, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís Homem de CARVALHO (coords.) *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval*

(séculos XIII-XV). *Ciclo de Conferências*, Lisboa, Universidade Autónoma, 1999.

ANDRADE, Amélia Aguiar, “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica”, Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU, Jesús ÁNGEL SOLÁRZANO (eds.), *Ciudades y villas portuarias del atlântico en la edad media*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 57-89.

ANDRADE, Amélia, “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ANDRADE, Amélia, “Espaços públicos e espaço privados nas cidades portuguesas de finais da Idade Média”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ANDRADE, Amélia, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, Amélia, “Um percurso através da paisagem urbana medieval”, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ANDRADE, Amélia; ROSSA, Walter, “La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones”, *La Plaza en España e Iberoamérica - El Escenario de la ciudad*, Madrid, Museo Municipal de Madrid, 1998.

ARAÚJO, Renata Malcher de, *As Cidades da Amazónia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP publicações, 1998.

ARAÚJO, Renata, “Experiências coevas no actual território Brasileiro”, *ECDJ*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Setembro de 2005, nº9, pp. 42-48.

ARAÚJO, Renata “ Engenharia Militar e Urbanismo”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (direcção de Rafael Moreira), Lisboa, Alfa, 1989, pp. 255-324.

ARAÚJO, Renata Malcher, *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII : discurso e método*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade

de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2 vol.s, Lisboa, 2000. (policopiado)

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, “Ensaio Crítico”, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores (precedida de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3ª edição, 1989.

BARBOSA, Pedro Gomes, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BARREIRA, César Gabriel, *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta - Do Passado ao Presente: Roteiros*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995.

BARROCA, Mário Jorge, “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol. IX, tomo II, Porto, Universidade do Porto, 1992.

BARROCA, Mário Jorge, “Arquitectura Militar”, José MATTOSO (coord.), Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003, vol. I, pp. 95-121.

BARROCA, Mário Jorge, “Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, *Portugália*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, vol. XXIV, Nova Série, pp. 95-112.

BARROCA, Mário Jorge, “Torres, Casas-torres e casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, vol. 19, pp. 39-103.

BATH, B.H. Slicher, *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.

BEIRANTE, Maria Ângela, “Saúde pública em Évora na baixa Idade Média”, *O Ar da Cidade: Ensaio de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

- BEIRANTE, Maria Ângela, “Espaços de Sociabilidade nas Cidades Medievais Portuguesas”, *O Ar da Cidade: Ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- BEIRANTE, Maria Ângela, “Espaços Públicos nas Cidades Portuguesas Medievais: Santarém e Évora”, *O Ar da Cidade: Ensaios de história medieval e moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995
- BENTO, Carlos Melo, *Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982*, Ponta Delgada, Associação arqueológica do arquipélago dos Açores, 1989.
- BENTO, Maria José Travassos de Almeida de Jesus, *O Convento de Cristo de Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.(policopiado)
- BETENCOURT, Humberto, “Conceito histórico da titulação de cidade em relação a Ponta Delgada”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- BETENCOURT, Humberto, “Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Aditamento a Água de Pau e Margaça”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 3 e 4, vol. III, 1947.
- BETENCOURT, Humberto, “Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Água de Pau”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 2, vol. III 1947.
- BETENCOURT, Humberto, “Curiosidades toponímicas de S. Miguel - Calço da Má Cara”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 1, vol. III, 1947.
- BETHENCOURT Francisco e CHAUDHURI Kirti (coords.), *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Temas e Debates, 1998.

- BETRAN ABADIA, Ramón, *La Forma de la Ciudad Las Ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegacion en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragon, 1992.
- BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro, *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, aulico, anatomico, architectonico [...]*, 8 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, , 1712-1728.
- BORGES, Pedro Maurício, *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel, Açores, na Segunda Metade de do Século XIX. Através de um dos seus protagonistas*, Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 2 vols., 2007. (policopiado)
- BRAGA, Paulo Drumond, “Espanhóis, continentais e açorianos”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol I, 2008.
- BRANCO, Maria João, “Aveiro”, A. H. Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES, Amélia Aguiar ANDRADE (coord.), *Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1990.
- BRANDÃO, Raul, *As ilhas desconhecidas: notas e paisagens*, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2009.
- BRAZ, Henrique, “Ruas da Cidade”, *Ruas da Cidade (notas para a toponímia da cidade de Angra, da ilha Terceira) e outros escritos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.
- BRITO, Gomes, *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisboenses*, Lisboa, Sá da Costa, 1935.
- BRITO, Raquel Soeiro, *São Miguel a Ilha Verde - Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, Fabrica de Tabaco Micaelense, 2004.

- BRUNO, Jorge A. Paulus (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura - Instituto Açoriano de Cultura, 1999 (Pico – São Roque), 2000 (Pico – Lajes), 2001 (Corvo – Vila Nova), 2001 (Pico – Madalena), 2003 (Faial – Horta), 2004 (Terceira – Praia da Vitória), 2005 (Santa Maria – Vila do Porto), 2006 (Flores - Lajes), 2007 (São Miguel – Ribeira Grande), 2008 (Flores – Santa Cruz), 2010 (Graciosa - Santa Cruz), 2011 (São Miguel – Nordeste).
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, São Paulo, Trabalho apresentado como tese de doutoramento à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2001, 2003. (policopiado)
- CAETANO, Carlos, “No rasto de um monumento perdido do património do Faial: a antiga casa da Câmara da Horta”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLIX, 2004.
- CALDAS, João Vieira (coord.), *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000.
- CÂMARA, Teresa Bettencourt da, *A praça do Sapal em Setúbal. Um estudo de urbanismo quinhentista*, Setúbal, Salpa - Associação para a salvaguarda do património cultural e natural da região de Setúbal, 1992.
- CÂMARA, Teresa Bettencourt da, “Urbanismo angrense: da fundação quatrocentista à cidade do renascimento”, *Revista do ICALP*, Lisboa, Instituto da língua portuguesa, nº 18, 1989.
- CANTO, Ernesto do (1831-1900), *Os Corte-reaes, memória histórica acompanhada de muitos documentos inéditos*, Ponta Delgada, Typographia do Archivo dos Açores, 1883.
- CARDOSO, Joaquim Figueiredo, *Angra do Heroísmo: subsídio para o estudo da sua origem e evolução populacional*, Dissertação apresentada para licenciatura em Ciências Geográficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Texto policopiado, 1961.
- CARITA, Helder, *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994.

- CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata (coords.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARITA, Rui, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, 2 vols., Funchal/Lisboa, Universidade da Madeira / Direcção Regional Assuntos Culturais, 1998.
- CARITA, Rui, “A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c.1570)”, *Separata do Boletim da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, vol. CXLVII, 1983.
- CARITA, Rui, “A Viagem de Pompeu Arditti aos Arquipélagos Atlânticos em 1567”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1999.
- CARITA, Rui, “As defesas da antiga vila da Praia na Ilha Terceira nos séculos XV e XVII”, *Francisco Ornelas da Câmara - Actas do Colóquio Comemorativo dos 400 anos do seu Nascimento*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura e Câmara Municipal da Praia da Vitória, 2007.
- CARITA, Rui, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira*, 7 vol.s, Funchal, Secretaria Regional de Educação, 1989, vol. I.
- CARITA, Rui, “O Atlântico: Ilhas e Costa Africana”, Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- CARITA, Rui, “O Colégio Jesuíta de São Francisco Xavier no Faial”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX - Actas do Colóquio realizado nas Ilhas do Faial e de São Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998.
- CARITA, Rui, *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, Governo Regional da Madeira - Secretaria Regional da Educação, 1984.
- CARITA, Rui, “Os portais manuelinos das ilhas dos Açores”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. XLIX, 2004.

- CARITA, Rui, “Ponta Delgada e os Problemas de Defesa nos Séculos XVI e XVII, os militares e os jesuítas”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999.
- CARVALHO, Carlos, “Formação dos primeiros centros urbanos de Santiago de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO, Helder CARITA (coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.
- CARVALHO, Filipa Maria Leal, *Muros de pedra no desenho da paisagem terceirense e presença na arquitectura contemporânea*, Coimbra, Prova Final de licenciatura em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008.
- CHOAY, Françoise, *A Regra e o Modelo. Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.
- CHUECA GOITIA, Fernando, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2006.
- CHUECA GOITIA, Fernando, *Invariantes Castizos de la Arquitectura Española*, Madrid, Dossat, 1979.
- CID, Pedro de Aboim Inglez, “As fortificações medievais de Castelo de Vide”, *Estudos Património*, Lisboa, Instituto Português Património Arquitectónico, Série Monumentos/Monografias, 2005.
- CID, Pedro de Aboim Inglez, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vol.s, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1988.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *O Poder Concelhio - das origens às cortes constituintes*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986.

- COELHO, Maria Helena da Cruz, “O poder concelhio em tempos medievais. Balanço historiográfico”, Alberto VIEIRA (coord.), *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional. Funchal: 26 a 30 de Outubro de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Região Autónoma da Madeira, 1998.
- COELHO Maria Helena da Cruz, “O Portugal Quatrocentista - Um reino de onde partiram povoadores para os Açores”, *Revista Portuguesa de História. Homenagem ao Doutor Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de História Económica e Social, 1996, XXXI.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Cidade e Fortificação em textos Portugueses (1540-1640)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura na especialidade de Teoria e História da Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. (policopiado)
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra, Formação do espaço urbano de Almeida (séculos XVI-XVIII)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- CONSTÂNCIA, João Medeiros, *Ilha de São Miguel – Contribuição para o estudo da paisagem humanizada*, Coimbra, Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1959. (policopiado)
- CONSTÂNCIA, João Medeiros, “Quadro Físico da Ilha de São Miguel”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, 1962.
- CONSTÂNCIA, João Medeiros, “Quadro Humano da Ilha de São Miguel”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, 1962.

- CORREIA, António Leão e PIRES, Fernando, “A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Helder CARIT (coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “A Arquitectura - Maneirismo e ‘Estilo Chão’”, Victor SERRÃO (coord.), *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Lisboa, Alfa, vol. 7, 1993.
- CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António – urbanismo e poder na política pombalina*, Porto, FAUP publicações, 1998.
- COSTA, Adelaide Pereira Millàn da Costa, “O ‘refazimento’ da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos”, *Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira. Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade*, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996.
- COSTA, José Pereira da, *A construção da Alfândega Nova do Funchal*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978.
- COSTA Jr, Félix José da, “Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que assolou a Vila da Praia da Vitória” (1841), *Memória Histórica da Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória. Seguida de Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Dita Vila e Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade I - Ponta Delgada na Geografia Humana”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade II. Ponta Delgada e a sua formação topográfica”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.

- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade III - Ponta Delgada e os elementos que colaboraram no seu povoamento”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade IV - Ponta Delgada e as suas relações com o restante da ilha”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade V - Ponta Delgada e alguns dos seus aspectos mais característicos”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade VI - Ponta Delgada - Aldeia Grande”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade VII - Ponta Delgada e a sua religiosidade”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Etnografia da Cidade VIII - Ponta Delgada na expressão popular”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “O antigo porto de São Braz de Ponta Delgada”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Ponta Delgada ao tempo da sua elevação a cidade”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Toponímia Micaelense - Relva, Relvão e Relvinha”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 1, vol./ano III, 1947.
- COSTA, Francisco Carreiro da, “Toponímia Micaelense - Água de Pau ou Água do Paul”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 1, vol. III, 1947.

- COSTA, Francisco Carreiro da, “Toponímia micaelenses - topónimos protéticos”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 2, vol. I, 1944.
- COSTA, Ricardo Madruga da, “Breve Esboço Sobre a História do Faial”, Jorge A. Paulus BRUNO (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores Horta – Faial*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, 2003.
- COSTA, Susana Goulart, “Graciosa, a ilha esquecida”, Jorge A. Paulus BRUNO, *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Graciosa. Santa Cruz*, Direcção Regional de Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2010.
- COSTA, Susana Goulart da, “A paróquia de São José de Ponta Delgada. Da sua criação a meados do século XVIII”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, 2ª série, VII, 2003.
- COUTO, Juliana Toste do, “Angra do Heroísmo da origem à ensanchar quincentista”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. LI, 2006.
- CRUZ José Virgílio (dir.), *O livro das paisagens dos Açores. Contributos para a caracterização das paisagens dos Açores*, Ponta Delgada, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar do Governo Regional dos Açores, 2000.
- DABNEY, Roxana L., *Anais da família Dabney no Faial* (tradução João C. S. Duarte), 3 vols, Horta, Instituto Açoriano de Cultura e Núcleo Cultural da Horta, 2004-2006.
- DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- DIAS, Pedro, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.
- DIAS, José Maria Teixeira, *Todos os Santos. Uma casa de assistência religiosa em São Miguel* (dissertação de doutoramento na área de História, especialidade História da Educação, apresentada à Universidade dos Açores), 2 vols., Angra do Heroísmo, 1997. (policopiado)

- DIAS, Urbano Mendonça, *Baldios de Logradouro Comum e de Particulares na Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1938.
- DIAS, Urbano Mendonça, *A Vila. Correições de 1575 a 1716*, vol. VI, 1927.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira, “Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória” (1846), *Memória Histórica da Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória. Seguida de Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Dita Vila e Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória*), Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 6 vols., Secretaria Regional de Educação e Cultura (Reimpressão Fac-Similada da Edição de 1850), 1981.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira* (estudo introdutório e fixação do texto por José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- DUARTE Luís Miguel, “A construção da Alfândega do Funchal”, Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS (dirs.), Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís FONTES (coords.), *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009.
- DUARTE, Luís Miguel, “1449-1495: O triunfo da pólvora”, *Nova História Militar de Portugal* (coord. José Mattoso, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vol. I.
- ENES, Maria Fernanda, “Uma carta de D. Filipe I sobre o clero das ilhas dos Açores de 1590”, *Arquipélago. Série Ciências Humanas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983.
- FARIA, Manuel Augusto de, “O sistema fortificado do arquipélago dos Açores. Do povoamento à extinção da Capitania-Geral”, *Actas do Congresso Internacional dos Monumentos Militares realizado em Faro em 2009*,

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e Universidade do Algarve. (no prelo)

FERNANDES, José Guilherme de Campos, *Terceira (Açores): Estudo Geográfico. Tese de Doutoramento em Geografia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores. (policopiado)

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

FERNANDES, José Manuel, “Da Praia às Lages. Reflexão sobre as estruturas urbanas do concelho”, Jorge A. Paulos BRUNO (coord.), *Praia da Vitória Terceira - Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004.

FERNANDES, José Manuel, “Ponta Delgada (concelho)”, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 02.09.2011.

FERNANDES, José Manuel, “Urbanismo” na entrada “Horta (cidade)”, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado em Outubro de 2010.

FERNANDES, José Manuel, “Angra do Heroísmo no quadro das ‘Cidades de Paisagem’ Portuguesas Medievo-renascentistas”, *Revista de História da Arte - Cidades Portuguesas Património da Humanidade*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, nº 4, 2007.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, José Manuel, *Angra do Heroísmo. Aspectos urbano-arquitectónicos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

FERNANDES, José Manuel, “Horta. Uma leitura da sua evolução urbana”, Jorge A. Paulus BRUNO (coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores. Horta Faial*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Educação e Cultura e Instituto Açoriano de Cultura, 2003.

FERREIRA, António Brum, “A Geografia física dos Açores”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENEZES e José Guilherme Reis LEITE

(dirs.), *História dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, 2008.

- FERREIRA, António Brum (1968), *A Ilha Graciosa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1963.
- FERREIRA, Maria Cecília Cordeiro, “Capitão-donatário”, Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. I/A-D, 1971.
- FERREIRA, Monsenhor José Augusto, *Villa do Conde e os seu alfoz*, Porto, Origens e monumentos, 1923.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, “Formas urbanas do porto setecentista: a praça intramuros”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Universidade do Porto, vol. XIV, II série, 1997.
- FILHO, Nestor Reis, “Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: Período Colonial”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 483-506.
- FONSECA, Cláudia Damasceno, *Des Terres aux Villes de l’Or*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- FONSECA, Luís Adão da, *Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico. Século XIV-século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- FORJAZ, Jorge, “As casas de Luís Meireles ou de como a Praça Velha se viu privada de um palácio”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. XXII, 1978.
- FORJAZ, Jorge, “Cartas de “dadas” do século XV na Ilha Terceira”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1983, nº3 e 4, 1983, pp. 825-835.

- FORJAZ, Jorge e MENDES, António, *Genealogias da Ilha Terceira*, 9 vols., Lisboa, Dislivro, 2007.
- FORJAZ, Jorge Pamplona, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996.
- FORJAZ, Victor Hugo (coord.), *Atlas Básico dos Açores. The azores basic atlas*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987.
- FRANÇA, José Augusto, *Tomar*, Lisboa, Presença, 1994.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, José Luis, “Trazas urbanas hispanoamericanas y sus antecedentes”, *La ciudad hispano-americana: el sueño de un orden*, Madrid, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas y Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, 1989.
- GASPAR, Jorge, “A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico da Idade Média”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 8, vol./ano IV, 1969.
- GOMES, Paulo Varela, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada*, Porto, FAUP publicações, 2001.
- GOMES, Paulo Varela, “Fachadas de Igrejas Alentejanas entre os Séculos XVI e XVIII”, *Penélope. Fazer e desfazer a história*, nº6, Lisboa, Cosmos, 1991.
- GOMES, Paulo Fernando Sequeira Varela, *O sistema de coros nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*, Coimbra, 2012. Lição incluída nas provas para o título académico de Agregado.
- GOMES, Paulo Varela, “Préreform, réforme catholique et architecture. Les cathédrales portugaise du XVIe siècle: type, langage et partition de l’espace”, *L’architecture religieuse européenne au temps des Réformes: héritage de la Renaissance et nouvelles problématique. Actes des deuxièmes Rencontres d’architecture européennes Château de maisons-sur-Seine 8-11 juin 2005*, Paris, Picard. De architectura, nº12, 2009.
- GOMES, Rita Costa, “A construção das fronteiras”, *A memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991.

- GONÇALVES, Iria, “Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- GONÇALVES, Iria, “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- GONÇALVES, Iria, “Um projecto adiado: A muralha quatrocentista do Funchal”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- GONÇALVES, Iria, “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- GREGÓRIO, Rute Dias, *Pero Anes do Canto - Um Homem e um Património (1473-1556)*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2001.
- GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna nos Primórdios do Povoamento da Ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-mar - Teses, 2007.
- GREGÓRIO, Rute Dias, “Uma exploração agro-pecuária terceirense (1482-1550)”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. V, 2ª série, 2001.
- GREGÓRIO, Rute, “Formas de Organização do Espaço”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dirs.), *História dos Açores*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, vol. I, 2008.
- GYGAX, Katharina Elisabeth, “Contribuições para a geografia de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (Açores)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 27/28, 1969/1970.
- HIGOUNET, Charles, *Paysages et Villages Neufs du Moyen Âge. Recueil d'articles de Charles Higounet*, Bordeaux, Fédération historique du Sud-Ouest, 1975.
- Himalayan express: mantra, memória de viagem à Índia*, Coimbra, Almedina, 2001.

- JORGE, Virgolino Ferreira, “A arquitectura da Sé de Leiria. Perspectiva semântica, histórica e artística”, *Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*, Leiria, 1988, pp. 203-227.
- La ciudad hispanoamericana : el sueño de un orden* (ed. Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas), Madrid, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas y Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, 1989.
- LALANDA, Margarida, “A Ilha de São Miguel e a Sua Cabeça no Século XVII”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores / Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999.
- LALANDA, Margarida, *A Sociedade Micaelense no Século XVII (Estruturas e Comportamentos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.
- LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha, *São Salvador de Angra uma Catedral Sebástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- LEITE, Antonieta Reis, “Angra - um porto no percurso da Cidade Portuguesa”, *Atlântida*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2003.
- LEITE, Jerónimo Dias, *O Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha* (introdução e notas de João Franco Machado), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1947.
- LEITE, José Guilherme Reis, “O Arquipélago dos Açores. Administração: as estruturas e as instituições”, A.H. Oliveira MARQUES, Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Artur Teodoro de MATOS (coord.), *A colonização Atlântica* (vol. III), Lisboa, Editorial Estampa, 1º Tomo, 2005.
- LEITE, José Guilherme Reis, *O Povoamento do Corvo*, Lisboa, Academia da Marinha, Série separatas, 2002.
- LEITE, José Guilherme Reis, “O povoamento das Flores”, *Actas do III Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Edição do Núcleo Cultural da Horta, 2004.

- LEITE, José Guilherme Reis, “Terramotos, conflitos e fiscalidade nos Açores do século XVII”, *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, nº1, 2000.
- LEITE, José Guilherme Reis, *As fontes em Francisco Ferreira Drummond nos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.
- LEITE, José Guilherme Reis, “A igreja e a cultura”, A.H. Oliveira MARQUES, Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Artur Teodoro de MATOS (coord.), *A colonização Atlântica* (vol. III), Lisboa, Editorial Estampa, 1º Tomo, 2005.
- LEITE, José Guilherme Reis, “O Infante D. Fernando e os Açores - Uma Intervenção na Periferia”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007.
- LEITE, José Guilherme Reis, “O povoamento dos Açores. A comenda inicial”, Avelino de Freitas de MENESES e João Paulo Oliveira e COSTA (coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Ponta Delgada e Lisboa, Universidade dos Açores e Centro de História de Além-Mar, vol. II, 2007.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, *Os Reinos Ibéricos da Idade Média. Livro de homenagem ao Prof. Doutor Humberto C. Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização Editora. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, 2003.
- LEITE, José Guilherme, “Breve esboço sobre a história da Praia”, Jorge A. Paulos BRUNO (coord.), *Praia da Vitória Terceira - Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004.
- LIMA, Gervásio, “História Geral da Vila da Praia”, *Memorial da muito notável Vila da Praia da Vitória no centenário da acção de 11 de Agosto de 1829*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002.

- LIMA, Marcelino, *Anais do Município da Horta (História da Ilha do Faial)*, Horta, Câmara Municipal da Horta (Edição Fac-Similada da edição de 1940), 2005.
- LOPES, Frederico, *Da praça às covas. Memórias de uma velha rua*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1971.
- M.R.G. CONZEN, Alnwick, *Northumberland - A study in town-plan analysis*, London, Institute of British Geographers, 1969.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira, *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, III vols., Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Direcção Regional da Cultura (Reedição Fac-Similada da Edição de 1871), 1981.
- MAIA, Francisco de Athaide de Machado de Faria e (1876-1959), *Capitães Donatários (1439-1799) subsídios para a história de São Miguel*, 4ªed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988.
- MARQUES, A. H. Oliveira, GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.), *Atlas de Cidade Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1990.
- MARQUES, A. H. Oliveira, SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Artur Teodoro de MATOS (coord.), *A colonização Atlântico*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1º Tomo, 2005.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Pesos e Medidas”, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Figueirinhas, Vol. V, 2006.
- MATOS, Artur Teodoro de, “A Armada das Ilhas e a Armada da Costa (novos elementos para o seu estudo)”, *Memórias*, vol. XIV, Lisboa, Academia de Marinha, 1985.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Chagas, Frei Diogo das”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>, consultado a 27.06.2011.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas

- MENESES, José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- MATOS, Artur Teodoro de, MENESES Avelino de Freitas, LEITE José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2000.
- MATOS, Artur Teodoro, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Origem e reminiscências do povoadores das ilhas atlânticas”, *Congresso internacional Bartolomeu e a sua época- Actas. Volume III Economia e comércio marítimo*, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para os Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.
- MATOS, Artur Teodoro, “Povoamento e Colonização dos Açores”, Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. I, 1989.
- MATTOSO, José, “Introdução à História Urbana Portuguesa - A cidade e o Poder”, *Cidades e História - Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Serviço de Belas Artes), 1987.
- MAURÍCIO, Rui, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braça (1505-1532) Urbanismo e arquitectura*, 2 vols. , Lisboa, Magno edições, Ministério da Cultura e Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2000.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, *A Ilha do Corvo*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1967.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, “Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do atlântico”, *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 7, vol. 4, 1969.
- MEDEIROS, Carlos Alberto, “Ponta Delgada no Contexto das Cidades Insulares Portuguesas”, *Actas do Colóquio dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores e Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1999.

- MELO, Francisco Afonso de Chaves, *A Margarita Animada* (ed. comentada e anotada por Nuno Pereira e Hugo Moreira), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.
- MELO, Paulo de Ávila de, *Ruas e Lugares da Praya (notas para a sua história)*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1994.
- MENESES, Avelino de Freitas de, “Os Açores na era de D. João III: uma interpretação da 1ª série do Arquivo dos Açores”, Avelino de Freitas de MENESES e João Paulo Oliveira e COSTA (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Ponta Delgada e Lisboa, Universidade dos Açores e Centro de História de Além-Mar, vol. II, 2007.
- MENESES, Avelino de Freitas de, “O Arquipélago dos Açores. O povoamento”, A. H. Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Artur Teodoro de MATOS (coord.), *A colonização Atlântico*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1º Tomo, 2005.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o domínio filipino: 1580-1590*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.
- MENESES, Avelino de Freitas de, “Os ensaios de organização política e os seus resultados: as ilhas como modelo experimental para governo à distância”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, XLIII, pp.577-592.
- MENESES, Avelino de Freitas de, “O povoamento”, Artur Teodoro de MATOS, Avelino de Freitas MENESES e José Guilherme Reis LEITE (dir.), *História dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, 2008.
- MERELIM, Pedro, *As 18 paróquias de Angra. Sumário histórico*, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1974.
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Os Dabney: uma família americana nos Açores* Lisboa, Tinta da China, 2004.
- MONJARDINO, José Ignácio d’Almeida (1844), “Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Villa da Praya, e Villa de São Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praia, Fontinhas, Lages, Vila Nova, e Agoalva, da Ilha Terceira, ocasionados pelo terramoto de 15 de Julho de 1841”,

Memória Histórica da Horrível Terramoto de 15.VI.1841 que Assolou a Vila da Praia da Vitória - Seguida de Colecção de Documentos Sobre os Trabalhos de Reedificação da Dita Vila e Memória Histórica da Capitania da Muito Notável Vila da Praia da Vitória), Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1983.

MONTEIRO, João Gouveia, “Castelos e Armamento”, *Nova História Militar de Portugal* (coord. José Mattoso, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), Lisboa, Circulo de Leitores, 2003, vol. I, pp. 164-191.

MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses de Finais da Idade Média: Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Coimbra, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.

MONUMENTOS - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 5, 2003.

MOREIRA, Maria Eugénia Soares de Albergaria, “Courelas”, Enciclopédia Açoriana, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopédia>, 2.Novembro.2009.

MOREIRA, Rafael, “Arquitectura Militar do Renascimento. A arte da guerra no Renascimento”, Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

MOREIRA, Rafael, “O enquadramento geo-estratégico da arquitectura militar no atlântico norte no início da Idade Moderna”, *Arquitectura Militar do conhecimento histórico à sua função actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005.

MOREIRA, Rafael, “Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coords.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

MORENO, Humberto Baquero, “Os corregedores nos Açores durante os reinados de D. Manuel e D. João III”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta , 1998.

- MORENO, Humberto Baquero, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa”, *Os municípios portugueses nos séculos XIII e XVI*, Estudos de História, Lisboa, Presença, 1986.
- MORENO, Humberto Baquero, “O município nos séculos XV e XVI”, Alberto VIEIRA (coord.), *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional. Funchal: 26 a 30 de Outubro de 1998*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Região Autónoma da Madeira, 1998.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Açorianidade”, *Insula*, Ponta Delgada, nº7-8, 1932.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Carta–Prefácio”, Eduardo Ferraz da ROSA (dir.), *Memorial da Praia da Vitória. Edição refundida e aumentada do Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória, organizado por Vitorino Nemésio (Coimbra, Imprensa da Universidade, por ordem da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1929)*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002.
- NEMÉSIO, Vitorino, “História Geral da Vila”, Eduardo Ferraz da ROSA (dir.), *Memorial da Praia da Vitória. Edição refundida e aumentada do Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória, organizado por Vitorino Nemésio (Coimbra, Imprensa da Universidade, por ordem da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1929)*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002.
- NEMÉSIO, Vitorino, *O Corsário das Ilhas*, Lisboa, Bertrand, 1956.
- NEVES, Eduíno Mota Soares, *A Ilha de Santa Maria. Contributo para um estudo de geografia*, Tese de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Texto dactilografado, 1959.
- NOVAIS, Manuel Pereira de, *Anacrisis Historial*, Porto, vol. III, 1913.
- NUTI, Lucia, “The Perspective Plan in the Sixteenth Century: The Invention of a Representation Language”, *The Art Bulletin*, Nova Iorque, College Art Association, vol. 78, nº1, 1994.
- Oceanos. Ilhas Fantásticas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, nº 46, 2001.
- OLIVEIRA César (dir.) *História dos Municípios e do Poder Local, [dos fins da Idade Media à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

- ORMINDO, Paulo, “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira – Origens”, Helder CARITA e Renata ARAÚJO (coord.), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- PAIVA, Débora Manuela Ferreira de, *A Povoação Um dos seus problemas correlativos*, Tese de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963. (texto dactilografado)
- PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.
- PELOSO, Silvano; RADULET, Carmen M., “Documentos e Textos Sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos Italianos: Uma Pesquisa Histórica e Bibliográfica”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLV (I), 1987.
- PEREIRA, Fernando Jasmins, “Alguns Elementos para o Estudo da História Económica da Madeira (Capitania do Funchal - Século XV). Dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1959”, *Estudos Sobre a História da Madeira* (org. Miguel Jasmins Rodrigues), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- PIMENTEL, Manuel Cândido, “Cordeiro, (pe.) António”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>.
- PIRES, Fernando e SILVA António Leão e Correia, “A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo”, Walter ROSSA, Renata ARAUJO e Helder CARITA (coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- PORTEIRO, João Mora, “Geografia” na entrada “Ponta Delgada (concelho)”, *Enciclopédia Açoriana*, disponível em: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia>.

- RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas* (Prólogo e adenda documental por José Manuel Garcia), Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- REI, António, “Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal - notas para o seu estudo”, *Chão de Letras*, Évora, Câmara Municipal de Évora, nº 1, vol. IX, II série, 1998.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1912), “Baldios, derrubamentos e derrubadores”, *Obras. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol./ano II, 1983.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1946), “Influência das sesmarias no povoamento da Terceira”, *Obras. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol./ano II, 1983.
- RIBEIRO, Orlando, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Língua Portuguesa, 1985.
- RIBEIRO, Orlando, “Cidade”, Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, vol. I A/D, 1971.
- RIBEIRO, Orlando, *Originalidade da Expansão Portuguesa*, Lisboa, João Sá da Costa, 1994.
- RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira, “Ponta Delgada”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 2 e 3, vol. II, 1946.
- RODRIGUES, José Damião, “Baldios”, *Enciclopédia Açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/>.
- RODRIGUES, José Damião, “Corregedoria”, *Enciclopédia Açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/>.
- RODRIGUES, José Damião e MARTINS, Rui Cunha, “A construção de um espaço: os Açores e o olhar do poder central”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- RODRIGUES, José Damião, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas - Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

- RODRIGUES, Rodrigo, “‘Domus Municipalis’ de Ponta Delgada. Câmara Velha e Câmara Nova”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº2 e 3, vol. II, 1946.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Sesmaria no Império Atlântico Português”, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Instituto Camões, <http://cvc.institutocamões.pt/eaar/colóqui/comunicações/sesmarianoimperioatlanticoportugues.pdf>.
- RODRIGUES, Rodrigo, “A ermida do paço dos donatários desta ilha, em Ponta Delgada, e a desaparecida igreja de S. Mateus da mesma cidade”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 1, vol. I, 1944.
- RODRIGUES, Rodrigo, “Notas sobre a toponímia de Ponta Delgada”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 3, vol. I, 1945.
- RODRIGUES, Rodrigo, “Vária- O licenciado António de Frias e a Rua de Santa Ana”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, nº 2, vol. I, 1944.
- ROSA Eduardo Ferraz da (dir.), *Memorial da Praia da Vitória. Edição refundida e aumentada do Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória, organizado por Vitorino Nemésio (Coimbra, Imprensa da Universidade, por ordem da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1929)*, Praia da Vitória, Câmara Municipal, 2002.
- ROSSA, Walter, “A cidade portuguesa”, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter, ARAÚJO, Renata, CARITA, Helder (coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.
- ROSSA, Walter, *Relatório da disciplina: Construção da Cidade Portuguesa e do programa de estudos avançados em arquitectura, território e memória*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005. (policopiado)

- ROSSA, Walter, *desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*, unidade curricular do 4º semestre do Programa de Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa, Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Universidade de Coimbra, 2012. (policopiado)
- ROSSA, Walter, *Além da Baixa – Indício de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1990.
- ROSSA, Walter, “A Sofia: 1º episódio de reinstalação moderna da Universidade Portuguesa”, *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, nº25, 2006.
- ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter, *DiverCidade — urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001. (policopiado)
- ROSSA, Walter, “História do Urbanismo e Identidade – a arte inconsciente da comunidade”, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter (1993), “Os aquedutos de utilidade pública em Portugal na Idade Moderna. Alguns Casos”, *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA Walter, TRINDADE Luisa, “O Desenho e o Conhecimento do Urbanismo Medieval Português”, *El Espacio Urbano en la Europa Medieval - Actas del Encuentro Internacional del Medievo 2005*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, 2005.
- ROSSA, Walter, “O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas”, *A Urbe e o Traço, Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.
- ROSSA Walter, TRINDADE Luísa, “Questões e antecedentes da “cidade portuguesa”: o conhecimneto sobre o urbanismo medieval e a sua expressão

- morfológica”, *Murphy - Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, dARQ, 2006, nº 1, Março 2006.
- ROSSA, Walter; BARÃO, Pedro; COELHO, Isadora; LEITE, Antonieta Reis; SIMÕES, Nuno, “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”, *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, 2002.
- ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da; TRINDADE, Luísa, “Raia e cidade”, *Monumentos*, Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, nº28, 2008.
- ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata e CARITA, Hélder, *Universo Urbanístico Português 1415-1822, fac-similæ da Exposição*, Câmara Municipal de Lisboa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R., “Patterns of Settlement in the Portuguese Empire, 1400-1800”, Francisco BETHENCOURT e Diogo Ramada CURTO (eds.), *Portuguese Oceanic Expansion 1400-1800*, Cambridge University Press, New York, 2006.
- SÁ, Isabel dos Guimarães de, *História breve da Misericórdias Portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- SANTA ROSA VITERBO, Joaquim (1798 e 1799), *Elucidário da Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para se entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. (Edição crítica por Mário Fiúza), 2 vols., Livraria Civilização - Editora, Porto, 1962-1964.
- SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Direcção Regional de Cultura, 1989.

- SANTOS, Paulo F., “Formação de Cidades no Brasil Colonial”, *Separata do V Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1968.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira 1501-1581*, Lisboa, Notícias editorial, 2002.
- SANTYAGO, D. Jorge de, *Constituições Synodaes do Bispado d’Angra. Approvadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Cathedral no anno de 1559*, Angra do Heroísmo, Typographia do Correio da Terceira, nº 7, 1881.
- SERPA, António Ferreira de, “Revolta dos Flamengos”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, nº 4 da 22ª série, 1904.
- SERPA, António Ferreira de, “Os Flamengos na Ilha do Faial - A Familia Utra (Hurtere)”, *Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal*, Lisboa, Conselho Nobiliarchico de Portugal - Centro Tipográfico Colonial, vol. III, 1928.
- SERPA, António Ferreira de, “Um projétado pôrto militar na ilha do Fayal em 1629”, *Boletim Marítimo da Liga Naval Portuguesa*, Lisboa, Publicado pelo Conselho Geral da Liga, nº2, tomo IX, 1910.
- SERRÃO Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, 1971.
- SERRÃO, Joel, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.
- SERRÃO, Joel, “Na Alvorada do Mundo Atlântico”, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992..
- SERRÃO, Joel, “O Infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470). Elementos para a formulação de um problema”, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

- SERRÃO, Joel, “O Rendimento das Alfândegas da Madeira (1581-1587)”, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração. Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.
- SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, vol. III, 2001.
- SEVILHA, Isidoro, *Etimologias*, texto latino (versión española y notas por Jose Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, vol. II, 1982-1983.
- SILVA, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio Silva Moraes*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1789.
- SILVA, Isabel Coelho da, *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo. Memória histórica e gestão patrimonial*, Direção Regional de Cultura do Governo dos Açores e Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 2012.
- SILVA, José Custódio Vieira da, “Castelos e Cercas Medievais Séculos XIV e XV”, Rafael MOREIRA (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- SILVA, José Manuel Azevedo, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, 2 vol.s, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Regional dos Assuntos Culturais, 1995.
- SILVEIRA, Carlos, *A Horta Antiga*, Horta, edição do autor, 2007.
- SOUSA, Nestor de, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.
- SOUSA, Nestor de, “Arquitectura Barroca nos Açores”, *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Cível do Porto, vol. II, 1991.
- SOUSA, Nestor de, “Ponta Delgada: imagens de um percurso oitocentista”, *Revista de Cultura Açoreana*, Lisboa, Casa dos Açores, nº 3, 1991.

- SOUSA, Nestor de, “Programas de Arquitectura Militar Quinhentista em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Italianos, Italianização e Intervenções até ao século XVIII: a ermida de S. João Baptista na fortaleza do Monte Brasil”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. VI, 2ª série, 2002.
- SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda (reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1904 da Biblioteca da Imprensa Nacional Casa da Moeda), 1988.
- SUPICO, César, “O Castelo de São Brás e Ponta Delgada”, *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. IX, 1982.
- TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português - séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- MADEIRA, Teresa, “*Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa*”, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Helder CARITA (coords.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- TAVARES, João José, *A Vila da Lagoa e o seu concelho*, Ponta Delgada, Impraçor, 1986.
- TRINDADE, Luísa, *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- TRINDADE, Luísa, *urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento na área de História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. (policopiado)
- VASCONCELOS, Jorge Gamboa de, “El-Rei D. Manuel I e as largas perspectivas urbanas que o seu foral de 1507 abriu à nova cidade da Ribeira Grande”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vols. XXXVI e XXXVII, 1981/2.

- VASCONCELOS, José Leite de, (1936), *Etnografia Portuguesa. Tentativa de sistematização*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1980.
- VERDUGO, Dominique, “Paisagem - arquitectura - desenvolvimento: Ilha da Graciosa- Junho/1988”, *GRACIOSA/88 - Relatório Preliminar*, Ponta Delgada, Secretaria Regional do Equipamento Social e Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente, 1989.
- VEIGA, Carlos Margaça, “D. Pedro de Castilho: esboço de uma carreira no governo espanhol de Portugal”, *Actas das primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, 1986.
- VERÍSSIMO, Nelson, “Nascimento e morte da capitania do Funchal”, *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Instituto Camões, disponível em: <http://cvc.instituto-camões.pt/eaar/colóqui/comunicações/nelsonverissimo.pdf>.
- VERNE, Jules (1907), “A agência Thompson & Cia”, *De Dentro para Fora. Antologia* (org. Fernando Ribeiro Mello, ilus. Jorge Costa Martins), Lisboa, Edições Afrodite, 1973.
- VIANA, Mário, “A metrologia nas posturas municipais dos Açores (séculos XVI-XVIII)”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX. Actas do V Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011.
- VIANA, Mário, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas”, *Arquipélago. História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. III, tomo 2ª série, 1999.
- VIEIRA, Alberto, “Da Poliorcética à Fortificação nos Açores. Introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLV, 1987.

